

LEI ORÇAMENTÁRIA

VOLUME I

TEXTO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

QUADROS ORÇAMENTÁRIOS CONSOLIDADOS

RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

Quadro 1A

Receita e Despesa do Orçamento Fiscal por Categoria Econômica

LDO-2021, Anexo I, Inciso I.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	791.253.728.569	Despesas Correntes	992.378.567.339
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	589.047.731.220	Pessoal e Encargos Sociais	217.762.076.158
Contribuições (1)	63.370.167.708	Juros e Encargos da Dívida	362.618.215.092
Receita Patrimonial (1)	86.932.994.449	Outras Despesas Correntes	411.998.276.089
Receita Agropecuária (1)	23.008.380		
Receita Industrial (1)	2.060.260.656		
Receita de Serviços (1)	32.518.646.009		
Transferências Correntes (1)	418.088.527		
Outras Receitas Correntes (1)(2)	16.882.831.620		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	385.869.799		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	970.290		
Contribuições (1)	62.957		
Receita Patrimonial (1)	754.002		
Receita Industrial (1)	49.534.181		
Receita de Serviços (1)	333.379.043		
Outras Receitas Correntes (1)(2)	1.169.326		
Deficit do Orçamento Corrente - Fiscal	200.738.968.971		
Total	791.639.598.368	Total	992.378.567.339
		Deficit do Orçamento Corrente - Fiscal	200.738.968.971
Receitas de Capital	2.516.498.844.337	Despesas de Capital	2.002.970.028.135
Operações de Crédito (3)	2.432.292.442.301	Investimentos	46.469.093.448
Alienação de Bens (3)	1.830.871.451	Inversões Financeiras	82.716.124.545
Amortização de Empréstimos (3)	39.797.356.876	Amortização da Dívida	1.873.784.810.142
Transferências de Capital (3)	77.970.943	Reservas	25.559.358.385
Outras Receitas de Capital (3)	42.500.202.766	Contingência	2.110.697.921
Transferência para o Orçamento da Seguridade Social	-287.230.488.846	Outras	23.448.660.464
Total	2.229.268.355.491	Total	2.229.268.355.491
Resumo			
Receitas Correntes	791.253.728.569	Despesas Correntes	992.378.567.339
Receitas Correntes Intraorçamentárias	385.869.799	Despesas de Capital	2.002.970.028.135
Transferência para o Orçamento da Seguridade Social	-287.230.488.846	Reservas	25.559.358.385
Receitas de Capital	2.516.498.844.337		
Total	3.020.907.953.859	Total	3.020.907.953.859

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

(2) Inclui: Multas e Juros de Mora (do principal e da dívida ativa) das Receitas de Capital.

(3) Inclui: Dívida Ativa. Exclui: Multas e Juros de Mora do principal e da Dívida Ativa.

Quadro 1B

Receita e Despesa do Orçamento da Seguridade Social

por Categoria Econômica

LDO-2021, Anexo I, Inciso I.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	841.848.827.555	Despesas Correntes	1.138.360.654.168
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	446.952.001	Pessoal e Encargos Sociais	145.889.513.916
Contribuições (1)	821.122.931.945	Outras Despesas Correntes	992.471.140.252
Receita Patrimonial (1)	4.146.252.373		
Receita Industrial (1)	241.272		
Receita de Serviços (1)	13.151.409.233		
Transferências Correntes (1)	41.659.406		
Outras Receitas Correntes (1)(2)	2.939.381.325		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	30.995.958.691		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	20.455		
Contribuições (1)	22.787.134.318		
Receita de Serviços (1)	63.354.407		
Outras Receitas Correntes (1)(2)	8.145.449.511		
Deficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social	265.515.867.922		
Total	872.844.786.246	Total	1.138.360.654.168
		Deficit do Orçamento Corrente - Seguridade Social	265.515.867.922
Receitas de Capital	20.940.049	Despesas de Capital	6.074.242.380
Alienação de Bens (3)	20.940.049	Inversões Financeiras	4.500.000
Transferência do Orçamento Fiscal	287.230.488.846	Investimentos	6.069.742.380
		Reservas	15.661.318.593
		Outras	15.661.318.593
Total	287.251.428.895	Total	287.251.428.895

Resumo

Receitas Correntes	841.848.827.555	Despesas Correntes	1.138.360.654.168
Receitas Correntes Intraorçamentárias	30.995.958.691	Despesas de Capital	6.074.242.380
Transferência do Orçamento Fiscal	287.230.488.846	Reservas	15.661.318.593
Receitas de Capital	20.940.049		
Total	1.160.096.215.141	Total	1.160.096.215.141

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

(2) Inclui: Multas e Juros de Mora (do principal e da dívida ativa) das Receitas de Capital.

(3) Inclui: Dívida Ativa. Exclui: Multas e Juros de Mora do principal e da Dívida Ativa.

Quadro 1C

Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Categoria Econômica

LDO-2021, Anexo I, Inciso I.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Receita		Despesa	
Especificação	Valor	Especificação	Valor
Receitas Correntes	1.633.102.556.124	Despesas Correntes	2.130.739.221.507
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	589.494.683.221	Juros e Encargos da Dívida	362.618.215.092
Contribuições (1)	884.493.099.653	Pessoal e Encargos Sociais	363.651.590.074
Receita Patrimonial (1)	91.079.246.822	Outras Despesas Correntes	1.404.469.416.341
Receita Agropecuária (1)	23.008.380		
Receita Industrial (1)	2.060.501.928		
Receita de Serviços (1)	45.670.055.242		
Transferências Correntes (1)	459.747.933		
Outras Receitas Correntes (1)(2)	19.822.212.945		
Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	31.381.828.490		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	990.745		
Contribuições (1)	22.787.197.275		
Receita Patrimonial (1)	754.002		
Receita Industrial (1)	49.534.181		
Receita de Serviços (1)	396.733.450		
Outras Receitas Correntes (1)(2)	8.146.618.837		
Deficit do Orçamento Corrente	466.254.836.893		
Total	1.664.484.384.614	Total	2.130.739.221.507
		Deficit do Orçamento Corrente	466.254.836.893
Receitas de Capital	2.516.519.784.386	Despesas de Capital	2.009.044.270.515
Operações de Crédito (3)	2.432.292.442.301	Investimentos	52.538.835.828
Alienação de Bens (3)	1.851.811.500	Inversões Financeiras	82.720.624.545
Amortização de Empréstimos (3)	39.797.356.876	Amortização da Dívida	1.873.784.810.142
Transferências de Capital (3)	77.970.943	Reservas	41.220.676.978
Outras Receitas de Capital (3)	42.500.202.766	Contingência	2.110.697.921
		Outras	39.109.979.057
Total	2.516.519.784.386	Total	2.516.519.784.386
Resumo			
Receitas Correntes	1.633.102.556.124	Despesas Correntes	2.130.739.221.507
Receitas Correntes Intraorçamentárias	31.381.828.490	Despesas de Capital	2.009.044.270.515
Receitas de Capital	2.516.519.784.386	Reservas	41.220.676.978
Total	4.181.004.169.000	Total	4.181.004.169.000

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.
(2) Inclui: Multas e Juros de Mora (do principal e da dívida ativa) das Receitas de Capital.
(3) Inclui: Dívida Ativa. Exclui: Multas e Juros de Mora do principal e da Dívida Ativa.

Quadro 2

Resumo Geral da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

LDO-2021, Anexo I, Inciso II.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Categoria Econômica e Origem	Fiscal	Seguridade	Total
1.0.0.0.00.00	Receitas Correntes	791.253.728.569	841.848.827.555	1.633.102.556.124
1.1.0.0.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	589.047.731.220	446.952.001	589.494.683.221
1.2.0.0.00.00	Contribuições	63.370.167.708	821.122.931.945	884.493.099.653
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	86.932.994.449	4.146.252.373	91.079.246.822
1.4.0.0.00.00	Receita Agropecuária	23.008.380		23.008.380
1.5.0.0.00.00	Receita Industrial	2.060.260.656	241.272	2.060.501.928
1.6.0.0.00.00	Receita de Serviços	32.518.646.009	13.151.409.233	45.670.055.242
1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes	418.088.527	41.659.406	459.747.933
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	16.600.594.047	2.939.183.340	19.539.777.387
2.0.0.0.00.0.0	Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital*	282.237.573	197.985	282.435.558
2.0.0.0.00.00	Receitas de Capital	2.516.498.844.337	20.940.049	2.516.519.784.386
2.1.0.0.00.00	Operações de Crédito	2.432.292.442.301		2.432.292.442.301
2.2.0.0.00.00	Alienação de Bens	1.830.871.451	20.940.049	1.851.811.500
2.3.0.0.00.00	Amortização de Empréstimos	39.797.356.876		39.797.356.876
2.4.0.0.00.00	Transferências de Capital	77.970.943		77.970.943
2.9.0.0.00.00	Outras Receitas de Capital	42.500.202.766		42.500.202.766
7.0.0.0.00.00	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	385.869.799	30.995.958.691	31.381.828.490
7.1.0.0.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria - Operações Intraorçamentárias	970.290	20.455	990.745
7.2.0.0.00.00	Contribuições - Operações Intraorçamentárias	62.957	22.787.134.318	22.787.197.275
7.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias	754.002		754.002
7.5.0.0.00.00	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias	49.534.181		49.534.181
7.6.0.0.00.00	Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias	333.379.043	63.354.407	396.733.450
7.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias	1.169.326	8.145.449.511	8.146.618.837
TOTAL		3.308.138.442.705	872.865.726.295	4.181.004.169.000

* As multas e juros de mora das receitas de capital são item da receita corrente

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
01.000	Camara dos Deputados	36.125.064
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	9.849.000
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	611.553
180	Recursos Próprios Financeiros	25.664.511
01.901	Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	36.125.064
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	9.849.000
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.656.027
1310.01.12	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.861
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	252.327
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	706.616
1921.99.11	Outras Indenizações - Principal	6.327
1922.06.11	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores Financiadas por Fontes Primárias - Principal	6.555.988
1990.99.11	Outras Receitas - Primárias - Principal	668.854
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	611.553
2213.00.11	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	611.553
180	Recursos Próprios Financeiros	25.664.511
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	25.664.511
02.000	Senado Federal	8.275.470
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.634.498
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	68.000
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	3.572.972
02.101	Senado Federal	8.275.470
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.634.498
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	8.950
1310.02.11	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	2.463.632
1310.02.12	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	1.325
1500.00.11	Receita Industrial - Principal	694.093
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	202.551
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	444.234
1922.99.11	Outras Restituições - Principal	444.471
7310.02.11	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	375.242
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	68.000
2213.00.11	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	68.000
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	3.572.972
1630.02.11	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	3.572.972
03.000	Tribunal de Contas da União	13.282.321
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.282.321
03.101	Tribunal de Contas da União	13.282.321
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.282.321
1360.01.11	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	12.182.321
1610.02.11	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.100.000
10.000	Supremo Tribunal Federal	362.521
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	50.650
175	Taxas por Serviços Públicos	311.871
10.101	Supremo Tribunal Federal	362.521
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	50.650

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	50.650
175	Taxas por Serviços Públicos	311.871
	1923.02.11 Ressarcimento de Custos - Principal	311.871
11.000	Superior Tribunal de Justiça	917.672
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.106
175	Taxas por Serviços Públicos	907.566
11.101	Superior Tribunal de Justiça	917.672
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.106
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	10.106
175	Taxas por Serviços Públicos	907.566
	1923.02.11 Ressarcimento de Custos - Principal	907.566
13.000	Justiça Militar da União	176.908
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	176.908
13.101	Justiça Militar da União	176.908
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	176.908
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	22.390
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	154.518
14.000	Justiça Eleitoral	84.349.476
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	84.349.476
14.901	Fundo Partidário	84.349.476
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	84.349.476
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	53.233.095
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	54.439
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	31.061.942
15.000	Justiça do Trabalho	180.540.763
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.971.491
181	Recursos de Convênios	167.569.272
15.101	Tribunal Superior do Trabalho	503.642
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	503.642
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	503.642
15.102	Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	24.673.140
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	42.000
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	42.000
181	Recursos de Convênios	24.631.140
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	24.631.140
15.103	Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	34.914.306
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.931.934
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.494.756
	1923.99.11 Outros Ressarcimentos - Principal	437.178
181	Recursos de Convênios	32.982.372
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	32.982.372
15.104	Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	18.259.033
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.214.761
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.214.761
181	Recursos de Convênios	17.044.272
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	17.044.272
15.105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	20.044.260

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	340.236
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	340.236
181	Recursos de Convênios	19.704.024
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	19.704.024
15.106	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	261.894
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	261.894
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	59.391
	1923.99.11 Outros Ressarcimentos - Principal	202.503
15.107	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	7.699.047
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.817.099
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	314.255
	1360.01.11 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	2.502.844
181	Recursos de Convênios	4.881.948
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	4.881.948
15.108	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	3.753.132
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	459.228
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	459.228
181	Recursos de Convênios	3.293.904
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	3.293.904
15.109	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	2.498.561
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	217.289
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	217.289
181	Recursos de Convênios	2.281.272
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	2.281.272
15.110	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	11.607.565
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	505.129
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	505.129
181	Recursos de Convênios	11.102.436
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	11.102.436
15.111	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	6.945.710
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	747.686
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	747.686
181	Recursos de Convênios	6.198.024
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	6.198.024
15.112	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	3.357.620
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	284.972
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	284.972
181	Recursos de Convênios	3.072.648
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	3.072.648
15.113	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	3.706.378
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	57.538
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	57.538
181	Recursos de Convênios	3.648.840
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	3.648.840
15.114	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	1.098.780
181	Recursos de Convênios	1.098.780
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.098.780

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
15.115	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	1.992.176
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	68.660
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	49.556
	1923.99.11 Outros Ressarcimentos - Principal	19.104
181	Recursos de Convênios	1.923.516
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.923.516
15.116	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	18.817.612
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	756.148
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	756.148
181	Recursos de Convênios	18.061.464
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	18.061.464
15.117	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	1.102.667
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	69.383
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	69.383
181	Recursos de Convênios	1.033.284
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.033.284
15.118	Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	4.725.392
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	88.484
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	88.484
181	Recursos de Convênios	4.636.908
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	4.636.908
15.119	Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	3.480.828
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.111.740
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.111.740
181	Recursos de Convênios	2.369.088
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	2.369.088
15.120	Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	1.918.539
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	205.359
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	205.359
181	Recursos de Convênios	1.713.180
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.713.180
15.121	Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	3.313.591
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	206.011
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	206.011
181	Recursos de Convênios	3.107.580
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	3.107.580
15.122	Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	1.979.627
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	283.727
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	283.727
181	Recursos de Convênios	1.695.900
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.695.900
15.123	Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	886.800
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	60.000
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	60.000
181	Recursos de Convênios	826.800
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	826.800
15.124	Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	1.361.713

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	411.973
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	411.973
181	Recursos de Convênios	949.740
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	949.740
15.125	Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	1.638.750
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	326.598
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	326.598
181	Recursos de Convênios	1.312.152
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.312.152
16.000	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	7.534.418
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.594.714
180	Recursos Próprios Financeiros	1.893.257
181	Recursos de Convênios	4.043.471
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.976
16.101	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	7.534.418
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.594.714
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	683.936
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	301.461
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	549.938
	7310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	59.379
180	Recursos Próprios Financeiros	1.893.257
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.893.257
181	Recursos de Convênios	4.043.471
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	4.043.471
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.976
	1910.08.13 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Dívida Ativa	2.976
20.000	Presidência da República	98.126.843
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	98.126.843
20.204	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	200.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	200.000
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	200.000
20.927	Fundo de Imprensa Nacional	97.926.843
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	97.926.843
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	97.926.843
22.000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.049.432.024
129	Recursos de Concessões e Permissões	15.515.291
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	8.231.938
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	149.959.843
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.395.018.487
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	48.415.049
164	Títulos da Dívida Agrária	48.609
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	14.664.389
172	Outras Contribuições Econômicas	554.547
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	64.325.869
176	Outras Contribuições Sociais	1.324.795.917
180	Recursos Próprios Financeiros	384.658
181	Recursos de Convênios	4.294.927

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
195	Doações de Entidades Internacionais	4.000.000
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	19.222.500
22.101	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	278.459.165
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	5.231.938
2122.00.11	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	5.231.938
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	41.610.094
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	43.933
1400.00.11	Receita Agropecuária - Principal	640.039
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.824.985
1910.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	37.101.137
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	540.000
2213.00.11	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	540.000
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	14.664.389
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	14.664.389
172	Outras Contribuições Econômicas	554.547
1220.03.11	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	205.750
1220.03.12	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros	51.773
1220.03.13	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	103.870
1220.03.14	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	193.154
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	16.675.839
1121.01.11	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	7.033.957
1121.05.11	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	9.441.969
1910.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	199.913
176	Outras Contribuições Sociais	197.687.431
1219.08.11	Contribuição Industrial Rural - Principal	167.783.214
1219.08.13	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	16.976
1219.09.11	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	29.887.241
181	Recursos de Convênios	1.494.927
1710.00.11	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	545.500
1720.00.11	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	949.427
22.106	Serviço Florestal Brasileiro - SFB	41.745.182
129	Recursos de Concessões e Permissões	15.515.291
1346.01.11	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	12.933.813
1346.01.21	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	2.530.152
1346.01.22	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	51.326
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	3.000.000
2122.00.11	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	3.000.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.391
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.500
1610.04.11	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	4.391
1990.99.11	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.500
195	Doações de Entidades Internacionais	4.000.000
1760.00.11	Transferências do Exterior - Principal	4.000.000
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	19.222.500
1740.00.11	Transferências de Instituições Privadas - Principal	19.222.500
22.201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	1.215.985.975
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	693.249
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.072

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	691.177
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	40.485.601
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	847.725
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	39.637.876
164	Títulos da Dívida Agrária	48.609
	2111.00.31 Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal	48.609
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	47.650.030
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	47.649.027
	1121.01.12 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.003
176	Outras Contribuições Sociais	1.127.108.486
	1219.08.11 Contribuição Industrial Rural - Principal	950.771.548
	1219.08.12 Contribuição Industrial Rural - Multas e Juros	6.664.738
	1219.08.13 Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	96.200
	1219.08.14 Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros	214.967
	1219.09.11 Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	169.361.033
22.202	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	37.429.305
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	30.290.142
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.285.357
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	10.560
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	9.285.931
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	131.889
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	575.046
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	16.645.056
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	167.223
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	1.843
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	167.615
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	2.655
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	5.797
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	1.011.170
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	3.983.444
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	3.983.444
180	Recursos Próprios Financeiros	355.719
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	355.719
181	Recursos de Convênios	2.800.000
	1710.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	200.000
	2410.00.11 Transferências da União e de suas Entidades - Principal	1.600.000
	2420.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.000.000
22.211	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	1.475.682.980
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	77.229.550
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	4.481.624
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	9.429
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	17.481.205
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	736.174
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	54.506.642
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	10.963
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	3.513
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.395.018.487
	2212.01.11 Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal	1.395.018.487
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	3.406.004

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	275.444
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	3.130.560
180	Recursos Próprios Financeiros	28.939
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	28.939
22.906	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	129.417
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	129.417
	1990.99.14 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	25.045
	2212.04.13 Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa	104.372
24.000	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	7.547.184.890
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	116.947.780
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	56.337.733
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	147.905.573
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	750.668.843
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	96.551.356
172	Outras Contribuições Econômicas	5.294.060.339
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.109.031
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	2.668.195
180	Recursos Próprios Financeiros	1.066.593.081
181	Recursos de Convênios	10.000.000
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	342.959
24.101	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta	97.658.450
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	95.082.154
	1344.02.11 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	94.852.018
	1344.02.13 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	230.136
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.576.296
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	408.347
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	289.109
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.860.617
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	18.223
24.201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	16.827.176
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	272.327
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	242.419
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	29.908
180	Recursos Próprios Financeiros	6.554.849
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.554.849
181	Recursos de Convênios	10.000.000
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	10.000.000
24.204	Comissão Nacional de Energia Nuclear	101.122.614
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	92.965.289
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	271.027
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	86.832.963
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	20.066
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	220.363
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	972.757
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.656
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	60.530
	7500.00.11 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	4.570.156

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	7610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	14.771
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.109.031
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	5.109.031
180	Recursos Próprios Financeiros	3.048.294
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.048.294
24.901	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	7.331.576.650
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	116.947.780
	1345.03.11 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	51.417.645
	1345.03.21 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	65.530.135
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	56.337.733
	1220.05.11 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	56.308.708
	1220.05.13 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	13.096
	1220.05.14 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	15.929
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	52.823.419
	1344.02.11 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	52.695.566
	1344.02.13 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	127.853
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	750.668.843
	1341.03.31 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	750.668.843
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	737.444
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	737.444
172	Outras Contribuições Econômicas	5.294.060.339
	1220.06.11 Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	499.333.333
	1220.07.11 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	4.582.199.216
	1220.07.12 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	9.257.323
	1220.07.13 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	108.801
	1220.07.14 Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	184.120
	1220.09.21 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	72.177.143
	1220.09.22 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	108.804
	1220.09.23 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	15.882
	1220.09.24 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa - Multas e Juros	25.359
	1220.11.11 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	30.844.483
	1220.11.12 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e Juros	27.055
	1220.11.21 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	99.778.820
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	2.668.195
	1121.02.41 Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	2.668.195
180	Recursos Próprios Financeiros	1.056.989.938
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	17.774.972
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	550.680.956
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	488.534.010
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	342.959
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	342.959
25.000	Ministério da Economia	519.957.172.324

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
117	Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil	131.564
132	Recursos destinados ao FUNDAF	9.860.554.751
133	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	62.280.634
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	395.125.585
139	Alienação de Bens Apreendidos	161.366.957
140	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	71.040.539.462
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	2.302.827
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.902.329.653
154	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	410.401.519.532
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	335.304.738
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	5.039.634
172	Outras Contribuições Econômicas	15.372
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.852.657.095
175	Taxas por Serviços Públicos	115.532.180
176	Outras Contribuições Sociais	6.578.967
180	Recursos Próprios Financeiros	12.675.204.700
184	Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem	50.754.704
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	9.089.933.969
25.101	Ministério da Economia - Administração Direta	1.379.987.577
117	Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil	131.564
1990.04.11	Contribuição ao Montepio Civil - Principal	131.564
133	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	62.280.634
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	129.222
1310.01.12	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	66.173
1310.01.21	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	12.388.031
1310.01.22	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	22.726.286
1310.01.23	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	2.040.913
1310.02.12	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	8.821
1910.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	24.911.854
1921.02.12	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	9.334
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	395.125.585
1910.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	41.424.727
1910.01.12	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	11.626
1910.01.13	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	353.689.232
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	2.302.827
2122.00.11	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	2.302.827
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	315.010.784
2220.00.11	Alienação de Bens Imóveis - Principal	296.055.092
2220.00.13	Alienação de Bens Imóveis - Dívida Ativa	18.955.692
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	5.039.634
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.039.634
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	14.021.118
1121.01.11	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	14.021.118
180	Recursos Próprios Financeiros	255.496
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	255.496
184	Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de	50.754.704
1219.03.21	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	50.754.704

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	535.065.231
	1990.05.11 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	531.765.398
	1990.05.12 Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros	2.897.644
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	402.189
25.103	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	9.266.190.345
132	Recursos destinados ao FUNDAF	7.594.338.112
	1111.01.12 Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	90.886.425
	1111.01.17 Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	408.983
	1111.02.17 Imposto sobre a Exportação - Multas da Dívida Ativa	1.232.679
	1112.01.22 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	5.775.834
	1112.01.27 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	291.635
	1113.01.17 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	283.978.335
	1113.02.12 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	2.536.261.388
	1114.01.52 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	230.365.001
	1114.01.57 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	16.974.281
	1115.01.22 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	162.004.794
	1115.01.27 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	3.405.467
	1211.01.16 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Juros	1.639.267.023
	1212.01.16 Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Juros	829.543.053
	1213.01.16 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes não Optantes pelo Simples Nacional - Juros	609.819.557
	1220.02.11 Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	66.505.403
	1220.05.12 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	1.457.803
	1220.08.22 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas e Juros	2.168.838
	1220.08.27 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	114.003
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.030.918.500
	1990.14.12 Outras Receitas Administradas pela RFB - Multas e Juros	76.295.809
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	6.663.301
139	Alienação de Bens Apreendidos	161.366.957
	1930.02.11 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	161.366.957
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	986.089.393
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	985.968.880
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	120.513
172	Outras Contribuições Econômicas	15.372
	1220.99.12 Outras Contribuições Econômicas - Multas e Juros	15.372
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	408.848.331
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	408.848.331
175	Taxas por Serviços Públicos	115.532.180
	1122.01.11 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	115.532.180
25.104	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	2.675.643.951
132	Recursos destinados ao FUNDAF	2.266.216.639
	1111.01.18 Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	3.863.411
	1111.02.18 Imposto sobre a Exportação - Juros da Dívida Ativa	5.800.024
	1112.01.28 Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	763.757
	1113.02.18 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	716.019.901
	1114.01.58 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	71.317.155

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1115.01.28 Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	24.490.660
	1211.49.18 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	863.220.968
	1212.49.18 Contribuição para o PIS/Pasep - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	232.308.603
	1213.49.18 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	347.428.637
	1220.08.28 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	1.003.523
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	8.085
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	8.085
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	409.419.227
	1990.12.11 Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	409.419.227
25.203	Comissão de Valores Mobiliários	595.634.633
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	37.413
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	37.413
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	595.401.703
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	473.704.886
	1121.01.13 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	5.616.745
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	110.129.043
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	5.951.029
180	Recursos Próprios Financeiros	195.517
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	195.517
25.206	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	49.507.253
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	49.486.212
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	49.094.371
	1121.01.12 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	308.902
	1910.10.13 Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	82.939
180	Recursos Próprios Financeiros	21.041
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	21.041
25.208	Superintendência de Seguros Privados	193.747.889
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.831
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	6.831
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	166.838.591
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	158.601.544
	1121.01.12 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	2.964
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	7.923.916
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	310.167
180	Recursos Próprios Financeiros	26.902.467
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	26.895.437
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	7.030
25.296	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	428.044.297
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.400.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.400.000
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	381.886.966
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	266.070.000
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	77.728.763
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	31.500.000
	1910.01.14 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.945.202
	7121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	643.001
180	Recursos Próprios Financeiros	44.757.331

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	44.757.331
25.297	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	487.374.488
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	419.709.343
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	20.589
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	7.037.206
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	410.900.025
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	289.147
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	3.147
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	17.113
	1990.99.13 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	5.840
	7610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.436.276
180	Recursos Próprios Financeiros	67.665.145
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	67.645.321
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	19.824
25.298	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	196.522.524
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	221.455
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	40.124
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	181.331
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	33.770
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	33.770
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	195.616.317
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	195.616.317
180	Recursos Próprios Financeiros	650.982
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	650.982
25.299	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	1.203.282
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	87.577
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	87.577
180	Recursos Próprios Financeiros	1.115.705
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.115.705
25.301	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	45.509.960
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	44.491.078
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	192.129
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	109.164
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	43.378.125
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	785.912
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	25.748
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	754.117
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	754.117
180	Recursos Próprios Financeiros	264.765
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	264.765
25.302	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	593.650
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	593.650
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	24.972
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.919
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	524.393
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	20.366
25.303	Instituto Nacional do Seguro Social	2.080.321.311

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.079.816.063
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.380.066
1310.01.12	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	162.629
1360.01.11	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	2.035.197.202
1360.01.12	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Multas e Juros	44.994
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	32.403.249
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	5.205.609
1921.01.11	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	11.920
1922.99.11	Outras Restituições - Principal	13.237
1923.03.11	Reversão de Garantias - Principal	238.180
1923.99.11	Outros Ressarcimentos - Principal	23.566
1990.99.11	Outras Receitas - Primárias - Principal	120.338
1990.99.12	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	15.073
180	Recursos Próprios Financeiros	505.248
1321.00.31	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	505.248
25.903	Fundo de Compensação e Variações Salariais	425.727.429
180	Recursos Próprios Financeiros	425.727.429
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	397.806.198
1640.01.11	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	27.921.231
25.915	Fundo de Amparo ao Trabalhador	83.235.309.958
140	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	71.040.539.462
1212.01.11	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Principal	70.275.463.548
1212.01.13	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Dívida Ativa	243.149.097
1212.01.15	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Multas	435.727.419
1212.49.17	Contribuição para o PIS/Pasep - Parcelamentos - Multa da Dívida Ativa	56.814.296
1922.02.11	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	6.332
1922.07.11	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal	29.378.770
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	315.513.972
1910.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.453.433
1922.02.11	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	314.060.539
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	40.557.857
1910.03.11	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	40.407.310
1910.03.13	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Dívida Ativa	150.547
176	Outras Contribuições Sociais	6.578.967
1219.02.11	Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal	6.578.967
180	Recursos Próprios Financeiros	11.832.119.700
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	565.155.300
1321.00.21	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	486.780.100
1321.00.31	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	19.416.500
1640.03.11	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	10.760.767.800
25.916	Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC	83.288.848
180	Recursos Próprios Financeiros	83.288.848
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	79.634.929
1640.01.11	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	3.640.712
1640.01.12	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	13.207
25.917	Fundo do Regime Geral de Previdência Social	418.812.564.929
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	54.354.793

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.575.957
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	3.317
	1322.00.11 Dividendos - Principal	17.634.642
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	2.952.619
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	27.990.273
	2220.00.12 Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros	197.985
154	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	410.401.519.532
	1214.01.11 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Principal	243.354.412.625
	1214.01.13 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Dívida Ativa	2.462.106.860
	1214.01.14 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.478.327.918
	1214.01.21 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional - Principal	51.876.743.340
	1214.01.22 Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional - Multas e Juros	1.167.495.147
	1214.02.11 Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	109.041.127.795
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	59.429.041
	1910.11.11 Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	64.412.779
	1922.03.11 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	875.120.814
	1923.04.11 Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal	22.343.213
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	19.506.067
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	19.506.067
180	Recursos Próprios Financeiros	191.735.026
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	111.902.698
	1321.00.31 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	79.832.328
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	8.145.449.511
	7990.02.11 Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.145.449.511
26.000	Ministério da Educação	19.796.068.994
108	Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	7.329.562.397
113	Contribuição do Salário-Educação	8.553.534.731
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	22.411.602
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	2.157.429.169
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	961.337.925
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	26.260.321
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	29.998.632
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	25.010.412
180	Recursos Próprios Financeiros	13.366.424
181	Recursos de Convênios	26.506.140
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	560.965.129
193	Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	55.604.871
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.081.241
26.101	Ministério da Educação - Administração Direta	10.070.368.297
108	Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	7.329.562.397
	1341.02.21 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	458.969.368
	1341.03.11 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	56.795.851
	1341.03.21 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	917.938.736

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1341.04.21 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	5.290.632.570
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	605.225.872
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	22.411.602
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores Financiadas por Fontes Primárias - Principal	22.411.602
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	2.157.429.169
	1341.02.41 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	681.650.013
	1341.03.41 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	1.363.300.025
	1341.04.41 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	112.479.131
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	560.965.129
	1922.12.11 Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	560.965.129
26.201	Colégio Pedro II	4.503.279
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.203.279
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	69.919
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	13.038
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	6.399
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.073.600
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	40.323
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	300.000
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	300.000
26.230	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	592.429
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	592.429
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	199.929
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	1.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	24.000
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	367.500
26.231	Universidade Federal de Alagoas	2.577.034
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.577.034
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	489.521
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.578.930
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	76.181
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	432.402
26.232	Universidade Federal da Bahia	22.161.438
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	22.159.031
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.475.770
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	3.876
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	19.254.841
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	424.544
180	Recursos Próprios Financeiros	2.407
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.407
26.233	Universidade Federal do Ceará	5.632.195
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.391.501
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.469.654
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	4.088
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.256.865
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	146.573
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	8.219

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	248.772
	1923.99.11 Outros Ressarcimentos - Principal	755.457
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.501.873
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	240.694
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	240.694
26.234	Universidade Federal do Espírito Santo	26.391.368
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	25.891.557
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.842.730
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	95.200
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	21.491.804
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	757.900
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	668.400
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	31.904
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	3.619
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	273.750
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	273.750
180	Recursos Próprios Financeiros	226.061
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	226.061
26.235	Universidade Federal de Goiás	9.775.521
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	9.775.521
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	768.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	9.000.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.662
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	5.859
26.236	Universidade Federal Fluminense	23.314.795
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	23.314.795
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.155.025
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	3.155
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	72.343
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	60.844
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	19.302.861
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	708.560
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	12.007
26.237	Universidade Federal de Juiz de Fora	115.418.256
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	114.379.733
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	987.845
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	6.264
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	104.740.626
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	7.108.800
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	106.904
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	31.755
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.067
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	978.305
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	402.167
180	Recursos Próprios Financeiros	1.038.523
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.038.523
26.238	Universidade Federal de Minas Gerais	27.277.733
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.919.614

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.017.386
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	208.235
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	2.212
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	180.835
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	13.891.599
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.205.000
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.376.282
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.951
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	1.785
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	1.043
	7310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.001
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	15.285
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	15.540
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	15.540
180	Recursos Próprios Financeiros	294.237
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	294.237
181	Recursos de Convênios	2.048.342
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	2.048.342
26.239	Universidade Federal do Pará	19.960.501
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	18.714.463
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	619.780
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	13.329.408
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.071.900
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.987
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	31.937
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	659.451
180	Recursos Próprios Financeiros	93.728
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	93.728
181	Recursos de Convênios	1.152.310
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	701.256
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	407.429
	2420.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	43.625
26.240	Universidade Federal da Paraíba	1.748.542
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.748.542
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	545.864
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	195.620
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.007.058
26.241	Universidade Federal do Paraná	27.550.974
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.604.640
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.173.981
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.825
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	28.211
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	8.257.500
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	816.300
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	71.885
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	548.026
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	71.370
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	5.595.857

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	38.685
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	97.000
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	97.000
180	Recursos Próprios Financeiros	930.000
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	930.000
181	Recursos de Convênios	5.919.334
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	5.919.334
26.242	Universidade Federal de Pernambuco	14.098.092
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.590.092
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.476.149
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	123.463
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	7.058.743
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	938.659
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	567.508
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	12.000
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.413.570
181	Recursos de Convênios	508.000
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	108.000
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	400.000
26.243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	12.492.496
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.478.227
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.456.521
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	8.846.020
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	41.521
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	155.193
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	9.670
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	12.976
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	8.422
	7310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	116.532
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.831.372
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	14.269
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	14.269
26.244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	30.881.438
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	30.681.653
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.500.020
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.478
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	509.300
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	25.030.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	240.000
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	300.855
	7610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	2.100.000
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	48.300
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	48.300
180	Recursos Próprios Financeiros	151.485
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	151.485
26.245	Universidade Federal do Rio de Janeiro	43.208.097
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	43.145.835
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	38.247.043

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.488.005
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.312.000
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	38.085
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	307.873
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.752.829
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	62.262
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	62.262
26.246	Universidade Federal de Santa Catarina	42.499.701
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	42.029.708
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.526.720
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	2.185.000
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	886.500
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.530.565
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	7.557.230
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	3.196
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	93.924
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	2.135.676
	1923.99.11 Outros Ressarcimentos - Principal	21.696
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	3.876
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	85.325
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	8.000
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	8.000
180	Recursos Próprios Financeiros	461.993
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	461.993
26.247	Universidade Federal de Santa Maria	2.981.651
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.794.002
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	872.168
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	4.748
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.917.086
180	Recursos Próprios Financeiros	187.649
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	187.649
26.248	Universidade Federal Rural de Pernambuco	2.660.321
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.128.634
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	251.065
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	9.504
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.600.400
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	252.420
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	1.451
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	13.794
180	Recursos Próprios Financeiros	5.687
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.687
181	Recursos de Convênios	526.000
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	526.000
26.249	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1.901.269
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.901.269
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.711.203
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	6.943
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	169.524

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	13.599
26.250	Fundação Universidade Federal de Roraima	318.215
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	318.215
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	170.912
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	87.538
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	26.679
	1921.01.11 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1.789
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	31.297
26.251	Fundação Universidade Federal do Tocantins	4.065.566
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.065.566
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	48.895
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	247.395
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.696.120
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	31.894
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	41.262
26.252	Universidade Federal de Campina Grande	333.844
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	333.844
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	254.588
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	2.796
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	76.460
26.253	Universidade Federal Rural da Amazônia	703.921
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	97.343
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	97.343
180	Recursos Próprios Financeiros	41.290
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	41.290
181	Recursos de Convênios	565.288
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	565.288
26.254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	366.337
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	366.337
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	151.032
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	24.000
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	191.305
26.255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	341.947
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	341.947
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	55.081
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	115.331
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	171.535
26.256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	1.689.848
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.689.848
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	864.361
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	4.536
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.896
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	763.350
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	53.739
	1921.01.11 Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	1.966
26.257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	4.067.612
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.745.695
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.117.020

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1350.02.11 Direito de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal	19.038
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.583.304
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	26.333
181	Recursos de Convênios	321.917
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	321.917
26.258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	10.880.653
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	9.807.092
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	510.716
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	214.628
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	8.815.254
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	220.500
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	25.836
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	20.158
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	58.774
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	58.774
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.670
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	1.670
180	Recursos Próprios Financeiros	13.117
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	13.117
181	Recursos de Convênios	1.000.000
	2420.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.000.000
26.260	Universidade Federal de Alfenas	1.664.125
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.664.125
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	107.080
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.285.150
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	242.284
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	29.611
26.261	Universidade Federal de Itajubá	650.907
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	650.907
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	184.741
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	357.747
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	62.176
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	27.506
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	15.621
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	3.116
26.262	Universidade Federal de São Paulo	11.155.038
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	11.134.539
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.529.675
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	739.815
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.539.540
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.307.520
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	17.989
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	20.499
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	20.499
26.263	Universidade Federal de Lavras	5.652.818
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.652.818
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	505.608
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	570.438

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.481.840
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.751.808
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	333.807
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	2.674
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	6.643
26.264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	819.459
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	819.459
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	555.974
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	27.508
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	173.266
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	39.149
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	23.562
26.266	Fundação Universidade Federal do Pampa	502.461
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	420.663
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	243.943
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	95.720
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	81.000
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	61.000
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	61.000
180	Recursos Próprios Financeiros	20.798
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	20.798
26.267	Universidade Federal da Integração Latino Americana	1.628.872
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	200.861
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.056
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	124.850
	1921.03.11 Indenização por Sinistro - Principal	42.247
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	10.708
181	Recursos de Convênios	1.428.011
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.193.571
	2420.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	234.440
26.268	Fundação Universidade Federal de Rondônia	668.013
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	596.147
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	27.088
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	6.416
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	560.832
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	1.811
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	69.302
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	69.302
180	Recursos Próprios Financeiros	2.564
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.564
26.269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro	369.091
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	369.091
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	94.287
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	274.804
26.270	Fundação Universidade do Amazonas	3.423.591
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.430.879
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	133.290
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	51.367

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.141.830
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	16.048
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	88.344
180	Recursos Próprios Financeiros	104.685
181	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	104.685
	Recursos de Convênios	1.888.027
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.466.078
26.271	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	139.949
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	41.086
	2420.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	187.200
26.271	2430.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	4.714
	2440.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	49.000
	Fundação Universidade de Brasília	111.712.301
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	88.888.340
150	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	49.666.850
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	90.120
	1399.00.11 Demais Receitas Patrimoniais - Principal	6.947.944
163	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	32.073.945
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	1.565
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	107.916
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	22.608.146
180	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	22.608.146
	Recursos Próprios Financeiros	215.815
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	215.815
26.272	Fundação Universidade Federal do Maranhão	6.178.040
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.756.143
150	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	490.543
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.829.895
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	435.705
180	Recursos Próprios Financeiros	14.250
181	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	14.250
	Recursos de Convênios	407.647
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	407.647
26.273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	3.426.748
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.416.597
150	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	267.677
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	6.075
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.142.845
180	Recursos Próprios Financeiros	70.151
181	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	70.151
	Recursos de Convênios	940.000
	2430.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	940.000
26.274	Universidade Federal de Uberlândia	5.647.343
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.314.463
150	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	302.485
	1322.00.11 Dividendos - Principal	14.227
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	717.860
150	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	3.702.000

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	125.826
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	452.065
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	60.430
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	60.430
180	Recursos Próprios Financeiros	9.450
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.450
181	Recursos de Convênios	263.000
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	263.000
26.275	Fundação Universidade Federal do Acre	952.576
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	952.576
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	246.564
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	513.880
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	134.100
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	58.032
26.276	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	1.883.686
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.883.686
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	643.246
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	775.214
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	59.334
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	205.044
	7310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	200.848
26.277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	3.470.896
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.470.896
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.185.534
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	2.019
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.261.022
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	22.321
26.278	Fundação Universidade Federal de Pelotas	3.783.238
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.523.761
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	356.847
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	8.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	721.620
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.273.820
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	102.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	61.474
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	144.150
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	144.150
180	Recursos Próprios Financeiros	10.086
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	10.086
181	Recursos de Convênios	124.000
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	108.000
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	16.000
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	981.241
	2470.00.11 Transferências de Pessoas Físicas - Principal	981.241
26.279	Fundação Universidade Federal do Piauí	7.341.618
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.341.618
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	364.507
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.721.254

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	2.055.460
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	194.999
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	5.398
26.280	Fundação Universidade Federal de São Carlos	3.931.614
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.931.614
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	56.760
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.866.568
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	1.374
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.098
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	5.814
26.281	Fundação Universidade Federal de Sergipe	3.074.034
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.074.034
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.009.252
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.021.314
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	1.072
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	42.396
26.282	Fundação Universidade Federal de Viçosa	10.828.492
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.508.599
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	688.028
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	9.313.491
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	507.080
180	Recursos Próprios Financeiros	319.893
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	319.893
26.283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	34.783.093
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.651.643
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.962.261
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	62.502
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.819.155
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	722.900
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	84.825
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	70.489
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	70.489
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	29.996.962
	1630.02.11 Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	29.996.962
180	Recursos Próprios Financeiros	3.999
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.999
181	Recursos de Convênios	60.000
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	60.000
26.284	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	559.187
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	559.187
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	114.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	9.618
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	398.650
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	36.919
26.285	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	517.971
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	517.971
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	255.409
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	70.511

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	185.500
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	6.551
26.286	Fundação Universidade Federal do Amapá	746.481
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	670.278
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	159.739
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	510.539
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	59.058
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	59.058
180	Recursos Próprios Financeiros	17.145
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	17.145
26.290	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	150.521.893
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	125.511.481
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	18.825
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.026
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	125.410.100
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	81.530
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	25.010.412
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	25.010.412
26.291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	8.490.387
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.003.810
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	13.038
	1922.02.11 Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	656.297
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	1.334.475
180	Recursos Próprios Financeiros	6.486.577
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.486.577
26.292	Fundação Joaquim Nabuco	376.148
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	150.837
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.016
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	141.821
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	225.311
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	225.311
26.294	Hospital de Clínicas de Porto Alegre	92.251.505
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	88.001.574
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.494.419
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.112.765
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	72.196.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	45.914
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores Financiadas por Fontes Primárias - Principal	765.883
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	39.301
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	3.312.281
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	4.659
	7630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	30.352
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	907.494
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	69.111
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	838.383
180	Recursos Próprios Financeiros	393.477
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	393.477

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
181	Recursos de Convênios	2.948.960
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	2.948.960
26.298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	8.645.077.088
113	Contribuição do Salário-Educação	8.553.534.731
	1219.04.11 Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	8.523.174.818
	1219.04.12 Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	28.559.808
	1219.04.13 Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	1.800.105
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	33.000.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.937.486
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	2.937.486
193	Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	55.604.871
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	55.604.871
26.350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	3.540.305
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.540.305
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	305.059
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	791.100
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	842.176
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	860.000
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	741.970
26.351	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	353.972
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	353.972
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	56.989
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	26.975
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	2.110
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	18.372
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	220.830
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	23.956
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	4.740
26.352	Fundação Universidade Federal do ABC	2.160.874
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.160.874
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	756.768
	1310.02.12 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	3.876
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.264.523
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	33.725
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	89.702
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	12.280
26.402	Instituto Federal de Alagoas	1.211.475
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.211.475
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	232.279
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	22.513
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	61.200
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	879.606
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	15.877
26.403	Instituto Federal do Amazonas	100.058
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	100.058
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	25.154
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	21.232

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.404	Instituto Federal Baiano	341.706
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	341.706
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	53.672
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	49.742
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	3.481
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	253.759
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	27.962
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	6.762
26.405	Instituto Federal do Ceará	1.228.988
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.228.988
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	217.189
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	9.115
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	281.428
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	136.736
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	523.600
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	60.920
26.406	Instituto Federal do Espírito Santo	4.179.892
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.179.892
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	658.922
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	4.022
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	495.168
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	580.481
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	2.347.386
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	91.729
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	2.184
26.407	Instituto Federal Goiano	859.622
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	859.622
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.657
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	731.435
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	47.661
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	77.679
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.190
26.408	Instituto Federal do Maranhão	359.102
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	359.102
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	180.752
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	30.780
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	44.681
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	102.889
26.409	Instituto Federal de Minas Gerais	3.404.342
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.972.342
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	218.266
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	8.971
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	753.836
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	827.113
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.162.872
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	1.284
181	Recursos de Convênios	432.000

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.410	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	445.438
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	445.438
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	432.000
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	37.644
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	253.526
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	82.826
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	69.676
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.766
26.411	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	1.266.117
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.257.067
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	107.202
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	394.701
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	673.322
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	79.887
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.955
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	9.050
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	9.050
26.412	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	3.850.276
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.799.876
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	61.590
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	53.141
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	1.660.009
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	1.031.931
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	141.295
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	602.100
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	235.140
	1923.99.11 Outros Ressarcimentos - Principal	14.670
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	50.400
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	50.400
26.413	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	374.031
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	374.031
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.445
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.956
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	280.810
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	85.199
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.621
26.414	Instituto Federal do Mato Grosso	2.419.939
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.608.685
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.233.834
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	25.546
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	300.000
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	8.650
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.966
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	38.689
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	800.000
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	800.000
180	Recursos Próprios Financeiros	11.254

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	11.254
26.415	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	22.930
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	22.930
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	22.930
26.416	Instituto Federal do Pará	713.869
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	185.566
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	103.249
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	52.785
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	29.532
181	Recursos de Convênios	528.303
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	150.000
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	13.680
	2420.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	350.000
	2440.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	14.623
26.417	Instituto Federal da Paraíba	250.274
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	250.274
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	242.264
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	1.219
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	6.791
26.418	Instituto Federal de Pernambuco	220.585
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	220.585
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	82.432
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	124.665
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	13.488
26.419	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	1.214.925
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.200.325
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	121.088
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	711.779
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	65.065
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	232.400
	1610.01.12 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	7.517
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	49.600
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	12.876
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	14.600
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	14.600
26.420	Instituto Federal Farroupilha	870.320
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	870.320
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	103.261
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	635.840
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	1.840
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	129.379
26.421	Instituto Federal de Rondônia	370.501
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	263.702
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	57.984
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	85.601
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	83.354
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	13.676
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	23.087

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	Recursos Próprios Financeiros	6.799
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.799
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	100.000
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	100.000
26.422	Instituto Federal Catarinense	901.093
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	901.093
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	171.089
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	430.880
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	260.982
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	11.426
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	26.716
26.423	Instituto Federal de Sergipe	81.426
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	81.426
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	76.755
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	1.721
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.014
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.936
26.424	Instituto Federal do Tocantins	134.877
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	134.877
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	17.708
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	100.482
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	6.205
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	10.482
26.425	Instituto Federal do Acre	1.505
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.505
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.505
26.426	Instituto Federal do Amapá	7.479
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.479
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	5.908
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.571
26.427	Instituto Federal da Bahia	256.288
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	256.288
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	253.236
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.052
26.428	Instituto Federal de Brasília	98.235
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	98.235
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	36.350
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	48.750
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	7.831
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	5.304
26.429	Instituto Federal de Goiás	1.297.840
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.297.840
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	350.400
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	8.791
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	882.600
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	56.049
26.430	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	67.894
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	67.894

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	39.175
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	14.078
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	14.641
26.431	Instituto Federal do Piauí	76.161
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	76.161
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	76.161
26.432	Instituto Federal do Paraná	2.420.495
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.658.756
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	80.004
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	60.000
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.117.044
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	400.000
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	1.708
180	Recursos Próprios Financeiros	13.884
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	13.884
181	Recursos de Convênios	747.855
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	477.855
	1730.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	167.000
	2430.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	103.000
26.433	Instituto Federal do Rio de Janeiro	1.208.404
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.208.404
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	759.388
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	55.995
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	387.900
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.121
26.434	Instituto Federal Fluminense	414.710
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	414.710
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	152.994
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	234.457
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	19.469
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	7.790
26.435	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	2.299.155
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.299.155
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	343.175
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	3.583
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.864.657
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	79.799
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	7.941
26.436	Instituto Federal Sul-rio-grandense	168.017
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	168.017
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	150.354
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.073
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	8.276
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.412
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	6.902
26.437	Instituto Federal de Roraima	13.541
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.541
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	12.242

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
26.438	Instituto Federal de Santa Catarina	91.354
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	91.354
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.299
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.878
26.439	Instituto Federal de São Paulo	1.057.409
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.057.409
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	88.476
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	98.320
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	42.366
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	825.830
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	90.893
26.440	Universidade Federal da Fronteira Sul	341.267
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	289.658
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	53.373
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	228.549
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	7.736
180	Recursos Próprios Financeiros	5.529
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.529
181	Recursos de Convênios	46.080
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	46.080
26.441	Universidade Federal do Oeste do Pará	1.409.099
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	116.575
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	46.087
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	36.540
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	33.948
180	Recursos Próprios Financeiros	32.524
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	32.524
181	Recursos de Convênios	1.260.000
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.260.000
26.442	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	340.945
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	340.945
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	59.832
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	281.113
26.443	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	92.132.444
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	89.997.135
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	111.714
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	461.300
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	433.224
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.416.000
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	83.912.602
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.091.614
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	2.570.681
180	Recursos Próprios Financeiros	2.135.309
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.135.309
26.447	Universidade Federal do Oeste da Bahia	22.532
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.574
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	20.574
180	Recursos Próprios Financeiros	1.958

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.958
26.448	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	4.618.633
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.183.467
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	10.321
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.119.766
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	38.380
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	15.000
180	Recursos Próprios Financeiros	44.100
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	44.100
181	Recursos de Convênios	3.391.066
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.944.066
	2420.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.447.000
26.449	Universidade Federal do Cariri	854.480
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	854.480
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	44.571
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	804.759
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	5.150
26.450	Universidade Federal do Sul da Bahia	6.531
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.531
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.134
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.397
26.452	Universidade Federal de Catalão	856.963
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	856.963
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	98.094
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.819
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	688.200
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	67.850
26.453	Universidade Federal de Jataí	246.255
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	246.255
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	119.850
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	11.985
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	49.350
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	65.070
26.454	Universidade Federal de Rondonópolis	301.589
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	301.589
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	133.374
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	168.215
26.455	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	349.377
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	349.377
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	8.577
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	340.800
26.457	Universidade Federal do Norte do Tocantins	1.381.371
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.339.568
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	55.920
	1400.00.11 Receita Agropecuária - Principal	17.885
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	36.603
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.229.160
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	41.803

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	41.803
30.000	Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.643.707.138
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	1.566.083.226
139	Alienação de Bens Apreendidos	35.550.201
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	128.387.464
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.821.585.100
180	Recursos Próprios Financeiros	38.041.982
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	24.283.065
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	29.776.100
30.101	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	2.751.018
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.751.018
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	2.751.018
30.103	Arquivo Nacional	44.162
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	44.162
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	44.162
30.107	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	1.116.056.680
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.499.772
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	9.544.808
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	10.226.181
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	728.783
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.095.556.908
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.095.556.908
30.108	Departamento de Polícia Federal	349.556.739
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	849.533
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	177.263
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	672.270
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	324.424.141
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	299.900.199
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	24.523.942
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	24.283.065
	1121.03.11 Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	24.009.540
	1910.12.13 Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Dívida Ativa	273.525
30.202	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	20.371
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.371
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	20.371
30.211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade	36.164.672
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	36.164.672
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	36.040.000
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	124.672
30.905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos	375.691.146
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	478.679
	1219.01.11 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	312.828
	1219.01.12 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	165.851
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	108.572
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	89.930
	1990.99.13 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	18.642
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	373.524.357
	1910.04.11 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	344.788.480

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
180	1910.04.12 Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros	28.735.877
	Recursos Próprios Financeiros	1.579.538
30.907	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.579.538
	Fundo Penitenciário Nacional	239.079.766
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	154.299.292
	1391.01.11 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	2.638.884
	1391.01.21 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	994.927
	1391.01.41 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	147.947.589
	1391.01.61 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	2.717.892
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	32.258.757
	1930.01.11 Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal	28.456.032
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	1.831.796
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	12.833
	1990.99.13 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	1.436.246
	1990.99.14 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	521.850
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	16.059.273
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	6.936
	1910.08.11 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	16.052.337
180	Recursos Próprios Financeiros	36.462.444
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	36.462.444
30.911	Fundo Nacional de Segurança Pública	1.444.045.753
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	1.411.305.255
	1391.01.11 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	16.289.408
	1391.01.21 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	11.431.712
	1391.01.41 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1.369.994.677
	1391.01.61 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	13.589.458
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.964.398
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	2.960.538
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	3.860
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	29.776.100
	2440.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	29.776.100
30.912	Fundo Nacional Antidrogas	80.296.831
139	Alienação de Bens Apreendidos	35.550.201
	1930.02.21 Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal	35.550.201
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	38.441.625
	1930.02.11 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	31.253.262
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	7.188.363
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	6.305.005
	1121.03.11 Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	6.002.385
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	234.239
	1910.12.13 Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Dívida Ativa	68.381
32.000	Ministério de Minas e Energia	4.331.486.932
129	Recursos de Concessões e Permissões	381.630.843
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	87.710.835
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	369.763.933
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	672.012.292
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	14.600.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	805.888.521

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	23.016.851
172	Outras Contribuições Econômicas	249.666.667
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	649.721.886
180	Recursos Próprios Financeiros	14.075.212
181	Recursos de Convênios	1.300.000
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.062.099.892
32.101	Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	475.796.197
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	87.710.835
1345.03.11	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	38.563.234
1345.03.21	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	49.147.601
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	100.801.844
1341.04.11	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	4.767.025
1341.04.31	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	96.034.819
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	14.600.000
2122.00.11	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	14.600.000
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	23.016.851
1990.10.11	Reserva Global de Reversão - Principal	23.016.851
172	Outras Contribuições Econômicas	249.666.667
1220.06.11	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	249.666.667
32.202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	105.462.652
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	100.801.844
1341.04.11	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	4.767.025
1341.04.31	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	96.034.819
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.321.808
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.312.791
1610.04.11	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	9.017
180	Recursos Próprios Financeiros	39.000
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	39.000
181	Recursos de Convênios	1.300.000
1720.00.11	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.300.000
32.265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	1.033.694.966
129	Recursos de Concessões e Permissões	296.242.541
1341.01.21	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	296.242.541
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	470.408.604
1341.04.11	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	22.246.115
1341.04.31	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	448.162.489
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	187.488.395
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	18.983
1610.04.11	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	187.441.296
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	28.116
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	79.555.426
1910.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	71.657.707
1910.01.12	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	2.636.338
1910.01.14	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	5.261.381
32.266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	1.600.386.685

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	538.286.793
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	538.286.793
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.062.099.892
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	906.109.260
	1910.05.11 Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal	155.758.102
	1910.05.13 Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa	232.530
32.314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE	1.107.197
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.107.197
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	1.107.197
32.396	Agência Nacional de Mineração - ANM	487.094.224
129	Recursos de Concessões e Permissões	85.388.302
	1344.01.11 Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	79.245.324
	1344.01.13 Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	6.142.978
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	369.763.933
	1344.02.11 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	368.868.960
	1344.02.13 Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	894.973
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	62.322
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	62.322
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	31.879.667
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	15.535.716
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	10.587.795
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	5.756.156
32.397	Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	596.274.943
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	582.238.731
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	582.113.093
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	19.702
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	105.936
180	Recursos Próprios Financeiros	14.036.212
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	14.036.212
32.398	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	31.670.068
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	31.670.068
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	31.670.068
34.000	Ministério Público da União	1.656.346
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.656.346
34.101	Ministério Público Federal	1.637.227
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.637.227
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.481
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	1.596.750
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	38.996
34.103	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	3.355
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.355
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	3.355
34.104	Ministério Público do Trabalho	8.849
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	8.849
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	8.849
34.105	Escola Superior do Ministério Público da União	6.915
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.915

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	6.915
35.000	Ministério das Relações Exteriores	128.328.646
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.779.474
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	124.549.172
35.101	Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	128.303.765
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.754.593
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	668.611
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.085.982
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	124.549.172
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	124.549.172
35.201	Fundação Alexandre de Gusmão	24.881
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.881
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	24.881
36.000	Ministério da Saúde	2.497.343.312
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	4.731.278
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	632.784.596
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	719.143.057
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	178.602.916
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	526.488
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	776.790.393
180	Recursos Próprios Financeiros	18.515.937
181	Recursos de Convênios	1.363.074
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	161.986.118
195	Doações de Entidades Internacionais	2.899.455
36.201	Fundação Oswaldo Cruz	10.964.379
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.975.899
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.302.458
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	241.272
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	4.917
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	318.998
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	229.188
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	3.875.869
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	3.197
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	184.608
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	184.608
180	Recursos Próprios Financeiros	541.343
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	541.343
181	Recursos de Convênios	1.363.074
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.363.074
195	Doações de Entidades Internacionais	2.899.455
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	2.899.455
36.210	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO	10.295.052
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	9.443.403
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	106.166
	1360.01.11 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	5.587.125
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	838.233
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	1.256.982
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	525.441

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores Financiadas por Fontes Primárias - Principal	1.129.456
180	Recursos Próprios Financeiros	851.649
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	851.649
36.211	Fundação Nacional de Saúde	1.754.493
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	47.020
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	47.020
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	341.880
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	341.880
180	Recursos Próprios Financeiros	1.365.593
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.365.593
36.212	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	359.048.943
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.665
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	6.665
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	358.537.373
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	346.138.798
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	12.378.120
	7121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	20.455
180	Recursos Próprios Financeiros	504.905
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	504.905
36.213	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	418.964.461
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	77.009
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	77.009
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	418.253.020
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	36.129.552
	1121.01.12 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	2.838
	1121.01.13 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	15.209.225
	1121.01.14 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	68.315
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	288.235.993
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	78.607.097
180	Recursos Próprios Financeiros	634.432
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	634.432
36.901	Fundo Nacional de Saúde	1.696.315.984
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	4.731.278
	1217.06.11 Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	4.731.278
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	632.784.596
	1923.01.11 Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal	632.784.596
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	719.143.057
	1341.02.41 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	227.216.671
	1341.03.41 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	454.433.342
	1341.04.41 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	37.493.044
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	163.052.920
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	105.017
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	13.812
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	476.875
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	160.798.794
	1990.99.13 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	1.658.422
180	Recursos Próprios Financeiros	14.618.015

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	14.618.015
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	161.986.118
	1990.08.11 Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	161.986.118
39.000	Ministério da Infraestrutura	12.932.317.371
129	Recursos de Concessões e Permissões	3.360.984.876
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.785.906.150
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	332.607.532
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	399.398.277
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	370.253
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.035.934.422
176	Outras Contribuições Sociais	120.050.523
180	Recursos Próprios Financeiros	5.879.066.880
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	17.998.458
39.101	Ministério da Infraestrutura - Administração Direta	333.236.133
129	Recursos de Concessões e Permissões	628.601
	1332.01.21 Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal	628.601
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	332.607.532
	1930.05.11 Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal	332.607.532
39.207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	1.222.957
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.222.957
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.222.957
39.250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	1.126.053.247
129	Recursos de Concessões e Permissões	729.600.238
	1331.01.11 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	3.406.814
	1331.02.11 Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	726.193.424
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	267.733.213
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.348.534
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	254.162.804
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	12.221.875
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	128.719.796
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.162.533
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	96.903.037
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	30.654.226
39.251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	168.080.924
129	Recursos de Concessões e Permissões	158.974.656
	1332.03.11 Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	158.974.656
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	9.106.268
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	8.321.234
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	785.034
39.252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	380.535.211
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	37.555.471
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	6.636.998
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	1.361
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	29.731.387
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.006.650
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	179.075
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	370.253

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	370.253
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	342.609.487
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	336.419.132
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	8.607
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	6.181.748
39.253	Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	1.981.444
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.360.273
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.318.907
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	41.366
180	Recursos Próprios Financeiros	621.171
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	621.171
39.254	Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	266.927.027
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	174.721
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	47.685
	1990.99.13 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	79.024
	1990.99.14 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	48.012
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	41.124.768
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	20.656.814
	1121.01.13 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	9.096
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	20.325.929
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	119.155
	1910.01.14 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	13.774
176	Outras Contribuições Sociais	120.050.523
	1219.05.11 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	119.363.357
	1219.05.12 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Multas e Juros	532.503
	1219.05.13 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	104.858
	1219.05.14 Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa - Multas e Juros	49.805
180	Recursos Próprios Financeiros	105.577.015
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	105.577.015
39.901	Fundo da Marinha Mercante - FMM	5.729.269.466
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.785.906.150
	1220.05.11 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	1.784.986.058
	1220.05.13 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	415.144
	1220.05.14 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	504.948
180	Recursos Próprios Financeiros	3.943.363.316
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	461.041.290
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	297.002.336
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	3.185.319.690
39.902	Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	4.254.656.906
129	Recursos de Concessões e Permissões	2.471.781.381
	1332.04.11 Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	2.471.781.381
180	Recursos Próprios Financeiros	1.782.875.525
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.782.875.525
39.905	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	670.354.056
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	91.351.642
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	89.041.129
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	2.310.513

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	514.374.103
1910.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	514.003.072
1910.01.12	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	2.411
1910.01.13	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	368.620
180	Recursos Próprios Financeiros	46.629.853
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	46.629.853
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	17.998.458
1990.08.11	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	17.998.458
41.000	Ministério das Comunicações	3.814.012.099
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	743.814.395
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	45.070.862
172	Outras Contribuições Econômicas	1.121.266.964
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	1.832.758.737
180	Recursos Próprios Financeiros	71.101.141
41.231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	1.609.682.248
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	246.321
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	246.321
172	Outras Contribuições Econômicas	5.294.145
1220.10.11	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	5.281.816
1220.10.13	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	11.227
7220.10.11	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.102
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	1.603.380.112
1121.02.11	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	91.478.493
1121.02.21	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	1.297.437.198
1121.02.23	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	9.732
1121.02.24	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa - Multas e Juros	27.511
1121.02.41	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	8.004.585
1333.01.11	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	147.022.620
1333.03.11	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	7.610.417
1333.04.11	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	8.163.571
1333.49.11	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	5.472.748
1610.05.11	Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações - Principal	2.762
1910.02.11	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	35.396.853
1910.02.13	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	2.753.622
180	Recursos Próprios Financeiros	761.670
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	761.670
41.260	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	689.880.313
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	689.880.313
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	190.498.272
1740.00.11	Transferências de Instituições Privadas - Principal	110.599.992
1922.06.11	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores Financiadas por Fontes Primárias - Principal	70.000.000
7610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	318.782.049
41.261	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	269.263.278

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	53.687.761
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	53.687.761
172	Outras Contribuições Econômicas	206.471.636
	1220.10.11 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	205.990.807
	1220.10.13 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	437.861
	7220.10.11 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	42.968
180	Recursos Próprios Financeiros	9.103.881
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	9.103.881
41.902	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST	849.571.057
172	Outras Contribuições Econômicas	620.192.432
	1220.09.11 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	615.619.249
	1220.09.13 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	4.573.183
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	229.378.625
	1333.01.11 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	163.358.467
	1333.03.11 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	8.456.018
	1333.04.11 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	9.070.635
	1333.06.11 Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	20.187
	1333.49.11 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	6.080.832
	1610.05.11 Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações - Principal	3.068
	1910.02.11 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	39.329.837
	1910.02.13 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	3.059.581
41.903	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTEL	395.615.203
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	45.070.862
	2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	45.070.862
172	Outras Contribuições Econômicas	289.308.751
	1220.09.21 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	288.708.570
	1220.09.22 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	435.217
	1220.09.23 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	63.528
	1220.09.24 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa - Multas e Juros	101.436
180	Recursos Próprios Financeiros	61.235.590
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	61.235.590
44.000	Ministério do Meio Ambiente	997.301.643
129	Recursos de Concessões e Permissões	5.162.954
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	10.564.684
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	168.003.073
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	150.071.708
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.886.024
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	27.617.344
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	281.649.759
180	Recursos Próprios Financeiros	225.768.120
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	86.853.714
195	Doações de Entidades Internacionais	2.500.000
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	37.224.263

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
44.101	Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta	168.003.073
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	168.003.073
1341.04.11	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	7.945.041
1341.04.31	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	160.058.032
44.201	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	515.135.056
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	10.564.684
1344.02.11	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	10.539.113
1344.02.13	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	25.571
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	131.143.914
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	24.768
1400.00.11	Receita Agropecuária - Principal	1.607
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	128.084.179
1610.03.11	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	72.077
1922.99.11	Outras Restituições - Principal	1.032.113
1930.02.11	Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	48.616
1990.99.12	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	110.085
7610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.770.469
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.886.024
2220.00.11	Alienação de Bens Imóveis - Principal	1.886.024
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	249.890.587
1121.04.11	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	226.188.276
1910.01.13	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	23.702.311
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	84.425.584
1910.06.11	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	84.425.584
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	37.224.263
1740.00.11	Transferências de Instituições Privadas - Principal	37.224.263
44.206	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	4.056.915
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.056.915
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	479.886
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	3.567.982
1922.99.11	Outras Restituições - Principal	9.047
44.207	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	52.579.307
129	Recursos de Concessões e Permissões	5.162.954
1346.01.21	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	5.060.303
1346.01.22	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	102.651
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	14.870.879
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.596.358
1310.02.11	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	3.449.336
1400.00.11	Receita Agropecuária - Principal	13.367
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	9.684.673
1610.03.11	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	118.797
1990.99.11	Outras Receitas - Primárias - Principal	8.348
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	27.617.344
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	2.964.665
1310.02.11	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	6.405.908
1400.00.11	Receita Agropecuária - Principal	24.823
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	17.985.821

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	220.623
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	15.504
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.428.130
	1910.06.11 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	2.428.130
195	Doações de Entidades Internacionais	2.500.000
	1760.00.11 Transferências do Exterior - Principal	2.500.000
44.901	Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	31.759.172
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	31.759.172
	1910.01.13 Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	6.148.314
	1910.06.11 Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	25.265.251
	1910.06.21 Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	345.607
44.902	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	225.768.120
180	Recursos Próprios Financeiros	225.768.120
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	190.458.040
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	4.403.408
	2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	30.906.672
52.000	Ministério da Defesa	17.598.063.836
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	7.594.446.144
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	35.680.564
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.067.605.766
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	2.116.484.631
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.478.844.057
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	16.075.002
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	2.425.481.410
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	66.738.904
175	Taxas por Serviços Públicos	7.663.331
176	Outras Contribuições Sociais	114.081.297
180	Recursos Próprios Financeiros	630.762.730
181	Recursos de Convênios	44.200.000
52.101	Ministério da Defesa - Administração Direta	7.732.719.555
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	7.594.446.144
	1219.11.11 Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	7.594.446.144
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	138.273.411
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	138.273.411
52.111	Comando da Aeronáutica	1.425.274.506
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.423.546.500
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	1.423.546.500
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	728.006
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	728.006
181	Recursos de Convênios	1.000.000
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	1.000.000
52.121	Comando do Exército	44.280.966
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.904
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	10.904
180	Recursos Próprios Financeiros	1.070.062
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.070.062
181	Recursos de Convênios	43.200.000

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1720.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	2.960.000
	2420.00.11 Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	19.240.000
	2430.00.11 Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	21.000.000
52.131	Comando da Marinha	1.622.270.486
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	1.067.605.766
	1341.02.31 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	617.204.460
	1341.03.31 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	450.401.306
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	554.664.720
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	554.664.720
52.211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	8.812.887
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.872.319
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.872.319
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	84.691
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	84.691
180	Recursos Próprios Financeiros	6.855.877
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.068.572
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	507.213
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	280.092
52.221	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	100.332.570
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	93.522.557
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	753.956
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	45.833.463
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	1.915.398
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	55.715
	7500.00.11 Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	44.964.025
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	666.995
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	666.995
180	Recursos Próprios Financeiros	6.143.018
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	6.143.018
52.222	Fundação Osório	200.451
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	200.451
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	200.451
52.232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	92.400.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.500.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	4.500.000
180	Recursos Próprios Financeiros	87.900.000
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.980.000
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	47.040.000
	2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	38.880.000
52.901	Fundo do Ministério da Defesa	2.337.279
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.862.631
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.658.273
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	204.358
180	Recursos Próprios Financeiros	474.648
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	474.648
52.902	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	2.594
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.594

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.113
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	1.481
52.903	Fundo do Serviço Militar	12.637.877
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	4.769.782
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	4.769.782
175	Taxas por Serviços Públicos	7.626.582
	1122.01.11 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	7.626.582
180	Recursos Próprios Financeiros	241.513
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	241.513
52.911	Fundo Aeronáutico	3.545.779.406
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.816.279.116
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	76.591.975
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	172.186
	1360.01.11 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	74.879.585
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	30.627.052
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	7.616.360
	1620.01.11 Serviços de Navegação - Principal	2.595.202.611
	1620.02.11 Serviços de Transporte - Principal	328.866
	1620.04.11 Tarifa Aeroportuária - Principal	3.168
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	17.804.025
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	13.053.288
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.060.386
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	4.060.386
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	342.211.122
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	49.823.723
	1630.02.21 Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	292.069.689
	7630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	317.710
180	Recursos Próprios Financeiros	383.228.782
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	383.228.782
52.921	Fundo do Exército	1.885.545.549
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	380.095.570
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	100.324.034
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	62.095
	1360.01.11 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	180.104.554
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	54.458.486
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	14.959.287
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	12.624.745
	1620.02.11 Serviços de Transporte - Principal	168.721
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	70.431
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	99.551
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	14.257.445
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	472.390
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	2.269.668
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	2.761
	7610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	219.500
	7921.99.11 Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias	1.902
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	9.109.249
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	9.109.249
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	1.403.726.602

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
174	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	283.025
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	1.509.336
	1630.02.21 Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	1.338.935.752
	7630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	62.998.489
	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	56.412.604
	1121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	55.353.879
	1121.01.12 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.043.008
180	7121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	15.717
	Recursos Próprios Financeiros	36.201.524
52.931	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	36.201.524
	Fundo Naval	934.164.585
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	7.511.698
150	1220.05.11 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	7.507.828
	1220.05.13 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	1.746
	1220.05.14 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.124
	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	179.909.949
163	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	30.492.493
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.314
	1360.01.11 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	110.124.453
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	19.270.731
	1610.02.11 Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	9.904.571
	1610.03.11 Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	4.519.544
	1620.03.11 Serviços Portuários - Principal	599.744
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	103.438
	1921.03.11 Indenização por Sinistro - Principal	483.175
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	1.665.332
	1923.99.11 Outros Ressarcimentos - Principal	2.677.887
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	66.267
	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.153.681
	2213.00.11 Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	2.125.202
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	28.479
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	679.543.686
174	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	5.597.025
	1620.01.11 Serviços de Navegação - Principal	202.080.921
	1630.01.11 Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	53.410.498
	1630.02.21 Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	418.455.242
	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	4.828.512
175	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	4.825.864
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	2.648
175	Taxas por Serviços Públicos	36.749
180	1122.01.11 Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	36.749
	Recursos Próprios Financeiros	60.180.310
52.932	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	60.180.310
	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	191.305.125
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	28.168.866
	1220.05.11 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	28.154.354
	1220.05.13 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	6.548

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1220.05.14 Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	7.964
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	587.966
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	587.966
176	Outras Contribuições Sociais	114.081.297
	1219.06.11 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	112.538.602
	1219.06.12 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Multas e Juros	317.663
	1219.06.13 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	524.842
	1219.06.14 Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa - Multas e Juros	700.190
180	Recursos Próprios Financeiros	48.466.996
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	48.466.996
53.000	Ministério do Desenvolvimento Regional	838.871.419
116	Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	82.489.311
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	87.710.835
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	374.407.367
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	6.607.649
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	949.043
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	535.898
180	Recursos Próprios Financeiros	89.308.190
181	Recursos de Convênios	272.722
183	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	196.590.404
53.101	Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	90.150.735
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	87.710.835
	1345.03.11 Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	38.563.234
	1345.03.21 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	49.147.601
180	Recursos Próprios Financeiros	2.439.900
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.439.900
53.201	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	8.508.202
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.570.587
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	313.673
	1322.00.11 Dividendos - Principal	1.003
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.851.748
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	135.207
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	81.362
	2220.00.12 Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros	187.594
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.538.249
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	4.538.249
180	Recursos Próprios Financeiros	1.399.366
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.399.366
53.202	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	3.606.277
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.000.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.000.000
180	Recursos Próprios Financeiros	2.606.277
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.606.277
53.203	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	9.179.203
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.266.580
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.995.208
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores Financiadas por Fontes Primárias - Principal	271.372

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	949.043
1990.13.11	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal	949.043
180	Recursos Próprios Financeiros	5.963.580
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	5.963.580
53.204	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	3.775.030
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.630.409
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	1.238.177
1310.01.12	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	2.017
1310.02.11	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	23.524
1400.00.11	Receita Agropecuária - Principal	31.733
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	159.895
1922.99.11	Outras Restituições - Principal	175.063
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.069.400
2220.00.11	Alienação de Bens Imóveis - Principal	2.069.400
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	75.221
1910.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	75.221
53.207	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	913.347
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	452.979
7990.13.11	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias	452.979
180	Recursos Próprios Financeiros	460.368
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	460.368
53.208	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	164.303.412
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	148.726.996
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	3.172.046
1310.01.12	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	32.336
1620.02.11	Serviços de Transporte - Principal	145.332.750
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	189.864
180	Recursos Próprios Financeiros	15.576.416
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	15.576.416
53.209	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	219.325.089
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	217.759.816
1310.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	7.623.603
1310.01.12	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	34.440
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	119.761
1620.02.11	Serviços de Transporte - Principal	209.613.602
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	143.206
1922.99.11	Outras Restituições - Principal	223.070
1990.99.11	Outras Receitas - Primárias - Principal	2.134
180	Recursos Próprios Financeiros	1.292.551
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.292.551
181	Recursos de Convênios	272.722
1740.00.11	Transferências de Instituições Privadas - Principal	272.722
53.210	Agência Nacional de Águas - ANA	279.540.392
116	Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	82.489.311
1345.01.11	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	82.489.311
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	460.677
1910.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	458.690

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	1.987
183	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	196.590.404
	1345.03.21 Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	196.590.404
53.906	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNNIS	59.569.732
180	Recursos Próprios Financeiros	59.569.732
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	59.569.732
54.000	Ministério do Turismo	1.229.144.973
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	437.888.709
120	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	821.498
130	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	695.851.363
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	18.518.416
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	39.368.028
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.475.219
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	22.935.844
180	Recursos Próprios Financeiros	5.036.357
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.249.539
54.101	Ministério do Turismo - Administração Direta	51.527
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.576
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	2.576
180	Recursos Próprios Financeiros	48.951
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	48.951
54.202	Fundação Casa de Rui Barbosa	1.567
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.567
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.567
54.203	Fundação Biblioteca Nacional - BN	528.941
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	528.941
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	517.775
	1690.99.11 Outros Serviços - Principal	11.166
54.205	Fundação Nacional de Artes	33.261
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	33.261
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	33.261
54.206	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	639.023
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	489.413
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	82.042
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	407.371
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	149.610
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	142.194
	1910.01.12 Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	7.416
54.207	Agência Nacional do Cinema - ANCINE	1.323.033
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.323.033
	1910.01.11 Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	1.323.033
54.208	Instituto Brasileiro de Museus	1.749.803
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.749.803
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	90.131
	1310.02.11 Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	43.212
	1350.02.11 Direito de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal	1.817
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	1.599.304

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1990.99.11 Outras Receitas - Primárias - Principal	15.339
54.902	Fundo Nacional de Cultura	1.224.817.818
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	437.888.709
	1391.01.11 Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal	4.886.822
	1391.01.21 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	994.927
	1391.01.41 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	432.006.960
120	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	821.498
	1219.07.11 Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	821.498
130	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	695.851.363
	1220.04.11 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	695.410.421
	1220.04.12 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e Juros	4.482
	1220.04.13 Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa	436.460
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	15.715.431
	1922.10.11 Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal	14.517.119
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	1.198.312
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	39.368.028
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	3.706.128
	2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	35.661.900
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	22.935.844
	1333.01.11 Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	16.335.847
	1333.03.11 Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	845.602
	1333.04.11 Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	907.063
	1333.49.11 Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	608.083
	1610.05.11 Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações - Principal	307
	1910.02.11 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	3.932.984
	1910.02.13 Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	305.958
180	Recursos Próprios Financeiros	4.987.406
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	4.987.406
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.249.539
	1922.10.21 Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal	7.249.539
55.000	Ministério da Cidadania	540.327.216
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	375.938.758
139	Alienação de Bens Apreendidos	107.577.972
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	9.154
180	Recursos Próprios Financeiros	56.787.446
194	Doações para o Combate à Fome	13.886
55.101	Ministério da Cidadania - Administração Direta	426.165.427
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	375.938.758
	1391.01.21 Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal	9.949.270
	1391.01.41 Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	363.951.069
	1391.01.61 Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal	2.038.419
180	Recursos Próprios Financeiros	50.212.783
	1321.00.31 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	50.212.783
194	Doações para o Combate à Fome	13.886

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1780.00.11 Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	13.886
55.901	Fundo Nacional de Assistência Social	114.161.789
139	Alienação de Bens Apreendidos	107.577.972
	1930.02.11 Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal	107.577.972
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	9.154
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	9.154
180	Recursos Próprios Financeiros	6.574.663
	1321.00.31 Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	6.574.663
59.000	Conselho Nacional do Ministério Público	27.581
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	27.581
59.101	Conselho Nacional do Ministério Público	27.581
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	27.581
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	27.581
71.000	Encargos Financeiros da União	54.840.191.931
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	6.724.336.525
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	486.162.196
180	Recursos Próprios Financeiros	4.074.819.780
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.054.670.664
188	Recursos Financeiros de Livre Aplicação	42.500.202.766
71.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	42.949.647.559
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	449.444.793
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	449.444.793
188	Recursos Financeiros de Livre Aplicação	42.500.202.766
	2930.00.11 Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal	42.500.202.766
71.903	Fundo Social - FS	8.581.617.915
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	6.724.336.525
	1341.02.21 Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	458.969.368
	1341.03.11 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	56.795.851
	1341.03.21 Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	917.938.736
	1341.04.21 Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	5.290.632.570
180	Recursos Próprios Financeiros	1.252.055.519
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	1.252.055.519
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	605.225.871
	1500.00.11 Receita Industrial - Principal	605.225.871
71.904	Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	363.193.122
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	243.004.584
	1640.02.11 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	243.004.584
180	Recursos Próprios Financeiros	120.188.538
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	112.432.017
	1321.00.51 Juros de Títulos de Renda - Principal	7.756.521
71.905	Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	2.945.733.335
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	243.157.612
	1640.02.11 Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	243.157.612
180	Recursos Próprios Financeiros	2.702.575.723
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.421.386.670
	1321.00.51 Juros de Títulos de Renda - Principal	281.189.053

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
73.000	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	284.979.758.000
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	230.662.702.412
102	Transferência do Imposto Territorial Rural	1.998.344.352
106	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	39.287.129
111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	578.013.085
113	Contribuição do Salário-Educação	12.830.302.095
119	Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	40.823.986
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	504.159.124
129	Recursos de Concessões e Permissões	5.162.955
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.631.325.048
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	4.754.107.721
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	30.391.506.085
156	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	213.666.591
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	214.925.865
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	115.431.552
73.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	195.321.981
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	79.890.429
1219.11.11	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	79.890.429
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	115.431.552
1310.01.21	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	99.104.251
1310.01.23	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	16.327.301
73.107	Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	12.830.302.095
113	Contribuição do Salário-Educação	12.830.302.095
1219.04.11	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	12.784.762.226
1219.04.12	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	42.839.712
1219.04.13	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	2.700.157
73.108	Transferências Constitucionais - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	233.279.883.835
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	230.662.702.412
1113.01.11	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	21.758.700.112
1113.01.17	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	256.137.322
1113.02.11	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	64.132.353.176
1113.02.12	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	2.287.608.310
1113.02.13	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	824.404.985
1113.02.18	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	645.821.873
1113.03.11	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	55.280.015.580
1113.03.21	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	24.069.797.377
1113.03.31	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	22.388.930.557
1113.03.41	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	4.526.391.485
1114.01.11	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	3.416.648.587
1114.01.21	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	1.705.479.708
1114.01.31	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	2.371.078.742
1114.01.41	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	12.717.688.295
1114.01.51	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	13.746.692.312
1114.01.52	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	314.644.881
1114.01.53	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	99.715.928
1114.01.57	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	23.184.385
1114.01.58	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	97.408.797

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
102	Transferência do Imposto Territorial Rural	1.998.344.352
1112.01.11	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	1.676.787.773
1112.01.12	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	103.965.003
1112.01.13	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	14.080.111
1112.01.14	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa - Multas e Juros	18.997.055
1112.01.21	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	176.900.957
1112.01.22	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	5.775.833
1112.01.23	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	782.228
1112.01.27	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	291.635
1112.01.28	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	763.757
111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	578.013.085
1220.08.21	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	576.420.110
1220.08.22	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas e Juros	885.863
1220.08.23	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	250.657
1220.08.27	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	46.565
1220.08.28	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	409.890
119	Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	40.823.986
1115.01.11	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal	40.823.986
73.115	Recursos sob Supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	5.162.955
129	Recursos de Concessões e Permissões	5.162.955
1346.01.21	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	5.060.304
1346.01.22	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	102.651
73.116	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP	30.391.506.085
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	30.391.506.085
1341.02.11	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	520.145.177
1341.02.21	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	3.671.754.943
1341.02.31	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	2.468.817.842
1341.02.41	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	3.635.466.734
1341.03.11	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	340.775.103
1341.03.21	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	2.753.816.207
1341.03.31	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	1.801.605.224
1341.03.41	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	2.726.600.050
1341.04.11	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	39.725.204
1341.04.21	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	10.581.265.139
1341.04.31	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	800.290.158
1341.04.41	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	149.972.174
1343.02.41	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	901.272.130
73.118	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	2.631.325.048
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.631.325.048
1345.03.11	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	1.156.897.017
1345.03.21	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	1.474.428.031

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
73.119	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Mineração - ANM	4.754.107.721
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	4.754.107.721
1344.02.11	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	4.742.600.920
1344.02.13	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	11.506.801
73.901	Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	892.148.280
106	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito	39.287.129
1216.01.11	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	19.692.787
1216.02.11	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	19.594.342
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	424.268.695
1219.11.11	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	424.268.695
156	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	213.666.591
1215.01.11	CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal	107.462.933
1215.01.21	CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal	106.203.658
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	214.925.865
7215.02.11	CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias	214.925.865
74.000	Operações Oficiais de Crédito	29.260.806.805
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	14.641.520.873
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	125.000.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.110.526
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	800.023.482
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.900.000
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	12.163.174
180	Recursos Próprios Financeiros	13.303.643.405
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	370.445.345
74.101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia	800.023.482
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	800.023.482
1640.01.11	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	22.855.641
2300.05.11	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal	777.167.841
74.102	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	125.000.000
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	125.000.000
2122.00.11	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	125.000.000
74.203	Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA-MAPA	16.216.355
180	Recursos Próprios Financeiros	16.216.355
2300.06.11	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	16.216.355
74.204	Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM	174.724.559
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.674.559
1610.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	12.784
1910.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	225.695
1990.99.11	Outras Receitas - Primárias - Principal	1.436.080
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.900.000
2220.00.11	Alienação de Bens Imóveis - Principal	5.900.000
180	Recursos Próprios Financeiros	167.150.000
1321.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	3.950.000
1640.01.11	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	31.200.000
2300.06.11	Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	132.000.000
74.205	Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	399.926
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	399.926

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	399.926
74.901	Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé - MAPA	5.979.421.145
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	36.041
	2212.04.11 Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal	36.041
180	Recursos Próprios Financeiros	5.979.385.104
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	161.660.448
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	131.847.662
	1990.99.23 Outras Receitas - Financeiras - Dívida Ativa	2.120.495
	2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	5.683.756.499
74.902	Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES -	5.939.354.065
180	Recursos Próprios Financeiros	5.568.908.720
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	185.318.516
	1321.00.51 Juros de Títulos de Renda - Principal	1.383.013
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	654.269.400
	2300.07.21 Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal	979.114.458
	2300.07.31 Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal	3.748.823.333
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	370.445.345
	1930.04.11 Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal	370.445.345
74.906	Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco da Terra - MAPA	78.823.333
180	Recursos Próprios Financeiros	78.823.333
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	22.485.915
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	17.814.945
	1990.99.23 Outras Receitas - Financeiras - Dívida Ativa	1.660.311
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	36.862.162
74.908	Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministério do Turismo	55.579.424
180	Recursos Próprios Financeiros	55.579.424
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	43.952.765
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	5.070.938
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	6.555.721
74.913	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte/FNO - M.	2.928.304.175
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	2.928.304.175
	1113.01.11 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	283.809.132
	1113.01.17 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	3.340.922
	1113.02.11 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	836.508.954
	1113.02.12 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	29.838.369
	1113.02.13 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	10.753.108
	1113.02.18 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	8.423.764
	1113.03.11 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	721.043.681
	1113.03.21 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	313.953.879
	1113.03.31 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	292.029.529
	1113.03.41 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	59.039.889
	1114.01.11 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	36.606.950
	1114.01.21 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	18.272.997
	1114.01.31 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	25.404.416
	1114.01.41 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	136.260.946
	1114.01.51 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	147.285.989
	1114.01.52 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	3.371.195
	1114.01.53 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	1.068.385

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
74.914	1114.01.57 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	248.404
	1114.01.58 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.043.666
101	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste/FCO - M.	2.928.304.175
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	2.928.304.175
	1113.01.11 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	283.809.132
	1113.01.17 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	3.340.922
	1113.02.11 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	836.508.954
	1113.02.12 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	29.838.369
	1113.02.13 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	10.753.108
	1113.02.18 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	8.423.764
	1113.03.11 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	721.043.681
	1113.03.21 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	313.953.879
	1113.03.31 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	292.029.529
	1113.03.41 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	59.039.889
	1114.01.11 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	36.606.950
	1114.01.21 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	18.272.997
	1114.01.31 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	25.404.416
	1114.01.41 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	136.260.946
	1114.01.51 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	147.285.989
	1114.01.52 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	3.371.195
	1114.01.53 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	1.068.385
	1114.01.57 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	248.404
	1114.01.58 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	1.043.666
74.915	Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/FNE - M.	8.784.912.523
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	8.784.912.523
	1113.01.11 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	851.427.395
	1113.01.17 Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	10.022.765
	1113.02.11 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	2.509.526.864
	1113.02.12 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	89.515.108
	1113.02.13 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	32.259.325
	1113.02.18 Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	25.271.291
	1113.03.11 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	2.163.131.044
	1113.03.21 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	941.861.637
	1113.03.31 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	876.088.587
	1113.03.41 Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	177.119.667
	1114.01.11 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	109.820.848
	1114.01.21 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	54.818.991
	1114.01.31 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	76.213.246
	1114.01.41 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	408.782.838
	1114.01.51 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	441.857.968
	1114.01.52 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	10.113.585
	1114.01.53 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	3.205.155
	1114.01.57 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	745.212
	1114.01.58 Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	3.130.997
74.917	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA - M. Desenvolv.	383.123.918
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	4.204.351
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	4.204.351
180	Recursos Próprios Financeiros	378.919.567

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	102.833.868
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	276.085.699
74.918	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE - M. Desenvolv.	830.047.862
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	5.332.675
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	398.775
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	4.933.900
180	Recursos Próprios Financeiros	824.715.187
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	95.556.905
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	90.678.290
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	356.787.144
	2300.07.12 Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	281.692.848
74.919	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/FDCO - M. Desenvolv.	236.571.863
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	2.626.148
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	435.559
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	2.185.232
	2300.07.12 Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	5.357
180	Recursos Próprios Financeiros	233.945.715
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	61.495.322
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	28.601.734
	2300.07.11 Amortização de Financiamentos - Principal	143.496.885
	2300.07.12 Amortização de Financiamentos - Multas e Juros	351.774
75.000	Dívida Pública Federal	2.052.427.123.930
143	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	1.603.521.711.208
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	391.231.526.345
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	476.959.332
159	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo	21.921.148.005
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	323.459.945
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	25.215.411.483
197	Dividendos da União	9.736.907.612
75.101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	2.052.427.123.930
143	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	1.603.521.711.208
	2111.00.21 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	1.603.521.711.208
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	391.231.526.345
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	391.231.526.345
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	476.959.332
	2122.00.11 Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal	476.959.332
159	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio	21.921.148.005
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	7.247.024.897
	2300.02.11 Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal	1.895.576.271
	2300.03.11 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	35.683.927
	2300.06.11 Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal	12.742.862.910
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	323.459.945
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	323.459.945
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e	25.215.411.483
	1640.01.11 Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	16.085.040.345
	2300.03.11 Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal	9.130.371.138
197	Dividendos da União	9.736.907.612
	1321.00.61 Juros sobre o Capital Próprio - Principal	3.322.811.347

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	1322.00.11 Dividendos - Principal	6.414.066.950
	1322.00.12 Dividendos - Multas e Juros	29.315
81.000	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	182.127.627
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	1.964.542
180	Recursos Próprios Financeiros	5.487.772
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	140.241.282
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	34.434.031
81.101	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	140.241.282
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	140.241.282
	1922.12.11 Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	140.241.282
81.901	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA	24.151.251
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	1.964.542
	1217.06.11 Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	1.351.794
	1219.01.11 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	446.898
	1219.01.12 Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	165.850
180	Recursos Próprios Financeiros	2.936.344
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.936.344
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	19.250.365
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	18.000.000
	1770.00.11 Transferências de Pessoas Físicas - Principal	1.250.365
81.902	Fundo Nacional do Idoso - FNI	17.735.094
180	Recursos Próprios Financeiros	2.551.428
	1321.00.11 Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.551.428
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	15.183.666
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	15.183.666
90.000	Reserva de Contingência	450.636.065
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	450.636.065
90.000	Reserva de Contingência	450.636.065
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos	450.636.065
	1343.02.41 Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	450.636.065
93.000	Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da	434.762.577.411
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	434.762.577.411
93.102	Recursos do Fundo do Regime Geral de Previdência Social(25917)	258.644.704.442
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	258.644.704.442
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	258.644.704.442
93.103	Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social(55901)	223.173.313
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	223.173.313
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	223.173.313
93.104	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da Economia(74101)	930.238.267
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	930.238.267
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	930.238.267
93.105	Recursos do Ministério da Economia - Administração Direta(25101)	5.091.421.644
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	5.091.421.644
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	5.091.421.644
93.106	Recursos do Ministério da Cidadania - Administração Direta(55101)	843.316.542
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	843.316.542
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	843.316.542

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
93.175	Recursos da Presidência da República(20101)	250.621.841
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	250.621.841
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	250.621.841
93.176	Recursos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN(20118)	340.596.685
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	340.596.685
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	340.596.685
93.177	Recursos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI(20204)	16.940.891
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	16.940.891
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	16.940.891
93.178	Recursos da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC(41261)	263.044.309
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	263.044.309
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	263.044.309
93.179	Recursos do Fundo de Imprensa Nacional(20927)	28.274.054
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	28.274.054
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	28.274.054
93.180	Recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta(22101)	2.647.905.150
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.647.905.150
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	2.647.905.150
93.181	Recursos do Serviço Florestal Brasileiro - SFB(22106)	26.285.001
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	26.285.001
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	26.285.001
93.182	Recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA(22201)	386.427.451
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	386.427.451
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	386.427.451
93.183	Recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA(22202)	2.483.777.015
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.483.777.015
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	2.483.777.015
93.184	Recursos da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB(22211)	630.006.699
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	630.006.699
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	630.006.699
93.185	Recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta(24101)	1.115.765.195
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.115.765.195
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.115.765.195
93.186	Recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(24201)	696.020.859
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	696.020.859
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	696.020.859
93.187	Recursos da Comissão Nacional de Energia Nuclear(24204)	407.982.203
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	407.982.203
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	407.982.203
93.188	Recursos da Agência Espacial Brasileira(24205)	47.602.277
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	47.602.277
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	47.602.277
93.189	Recursos do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC(24209)	46.674.652
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	46.674.652
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	46.674.652
93.190	Recursos da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL(41231)	11.975.979
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	11.975.979

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	11.975.979
93.191	Recursos da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil(25103)	1.739.988.979
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.739.988.979
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.739.988.979
93.192	Recursos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional(25104)	97.668
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	97.668
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	97.668
93.193	Recursos do Banco Central do Brasil(25201)	1.541.932.549
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.541.932.549
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.541.932.549
93.194	Recursos da Comissão de Valores Mobiliários(25203)	18.148.690
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	18.148.690
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	18.148.690
93.195	Recursos da Superintendência Nacional de Previdência Complementar(25206)	551.217
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	551.217
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	551.217
93.196	Recursos da Superintendência de Seguros Privados(25208)	22.912.399
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	22.912.399
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	22.912.399
93.197	Recursos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro(25296)	111.984.331
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	111.984.331
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	111.984.331
93.198	Recursos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI(25297)	37.185.980
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	37.185.980
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	37.185.980
93.199	Recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA(25298)	916.894.000
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	916.894.000
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	916.894.000
93.200	Recursos da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho(25299)	45.548.247
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	45.548.247
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	45.548.247
93.201	Recursos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada(25300)	160.071.903
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	160.071.903
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	160.071.903
93.202	Recursos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(25301)	1.059.612.145
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.059.612.145
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.059.612.145
93.203	Recursos da Fundação Escola Nacional de Administração Pública(25302)	46.520.900
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	46.520.900
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	46.520.900
93.204	Recursos do Instituto Nacional do Seguro Social(25303)	2.993.126.721
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.993.126.721
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	2.993.126.721
93.205	Recursos do Ministério da Educação - Administração Direta(26101)	473.120.302
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	473.120.302
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	473.120.302
93.206	Recursos do Instituto Nacional de Educação de Surdos(26104)	60.812.043

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	60.812.043
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	60.812.043
93.207	Recursos do Instituto Benjamin Constant(26105)	39.365.410
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	39.365.410
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	39.365.410
93.208	Recursos do Colégio Pedro II(26201)	288.241.458
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	288.241.458
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	288.241.458
93.209	Recursos da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco(26230)	104.423.203
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	104.423.203
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	104.423.203
93.210	Recursos da Universidade Federal de Alagoas(26231)	381.785.738
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	381.785.738
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	381.785.738
93.211	Recursos da Universidade Federal da Bahia(26232)	697.896.027
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	697.896.027
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	697.896.027
93.212	Recursos da Universidade Federal do Ceará(26233)	622.066.399
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	622.066.399
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	622.066.399
93.213	Recursos da Universidade Federal do Espírito Santo(26234)	430.317.260
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	430.317.260
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	430.317.260
93.214	Recursos da Universidade Federal de Goiás(26235)	579.828.408
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	579.828.408
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	579.828.408
93.215	Recursos da Universidade Federal Fluminense(26236)	871.255.248
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	871.255.248
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	871.255.248
93.216	Recursos da Universidade Federal de Juiz de Fora(26237)	399.696.036
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	399.696.036
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	399.696.036
93.217	Recursos da Universidade Federal de Minas Gerais(26238)	888.071.888
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	888.071.888
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	888.071.888
93.218	Recursos da Universidade Federal do Pará(26239)	646.728.670
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	646.728.670
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	646.728.670
93.219	Recursos da Universidade Federal da Paraíba(26240)	746.683.892
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	746.683.892
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	746.683.892
93.220	Recursos da Universidade Federal do Paraná(26241)	656.092.738
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	656.092.738
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	656.092.738
93.221	Recursos da Universidade Federal de Pernambuco(26242)	698.192.135
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	698.192.135
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	698.192.135

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
93.222	Recursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte(26243)	720.380.814
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	720.380.814
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	720.380.814
93.223	Recursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul(26244)	832.799.166
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	832.799.166
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	832.799.166
93.224	Recursos da Universidade Federal do Rio de Janeiro(26245)	1.394.090.734
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.394.090.734
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.394.090.734
93.225	Recursos da Universidade Federal de Santa Catarina(26246)	694.786.083
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	694.786.083
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	694.786.083
93.226	Recursos da Universidade Federal de Santa Maria(26247)	554.765.258
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	554.765.258
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	554.765.258
93.227	Recursos da Universidade Federal Rural de Pernambuco(26248)	309.645.711
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	309.645.711
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	309.645.711
93.228	Recursos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro(26249)	323.957.198
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	323.957.198
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	323.957.198
93.229	Recursos da Fundação Universidade Federal de Roraima(26250)	120.052.838
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	120.052.838
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	120.052.838
93.230	Recursos da Fundação Universidade Federal do Tocantins(26251)	190.031.696
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	190.031.696
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	190.031.696
93.231	Recursos da Universidade Federal de Campina Grande(26252)	332.350.928
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	332.350.928
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	332.350.928
93.232	Recursos da Universidade Federal Rural da Amazônia(26253)	124.547.295
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	124.547.295
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	124.547.295
93.233	Recursos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro(26254)	175.814.187
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	175.814.187
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	175.814.187
93.234	Recursos da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri(26255)	152.948.366
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	152.948.366
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	152.948.366
93.235	Recursos do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca(26256)	197.746.184
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	197.746.184
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	197.746.184
93.236	Recursos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais(26257)	233.191.664
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	233.191.664
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	233.191.664
93.237	Recursos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná(26258)	515.625.371
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	515.625.371

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	515.625.371
93.238	Recursos da Universidade Federal de Alfenas(26260)	123.296.913
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	123.296.913
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	123.296.913
93.239	Recursos da Universidade Federal de Itajubá(26261)	113.975.639
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	113.975.639
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	113.975.639
93.240	Recursos da Universidade Federal de São Paulo(26262)	469.033.290
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	469.033.290
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	469.033.290
93.241	Recursos da Universidade Federal de Lavras(26263)	186.799.494
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	186.799.494
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	186.799.494
93.242	Recursos da Universidade Federal Rural do Semi-Árido(26264)	146.571.237
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	146.571.237
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	146.571.237
93.243	Recursos da Fundação Universidade Federal do Pampa(26266)	179.683.716
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	179.683.716
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	179.683.716
93.244	Recursos da Universidade Federal da Integração Latino Americana(26267)	92.642.927
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	92.642.927
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	92.642.927
93.245	Recursos da Fundação Universidade Federal de Rondônia(26268)	147.164.649
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	147.164.649
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	147.164.649
93.246	Recursos da Fundação Universidade do Rio de Janeiro(26269)	211.226.759
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	211.226.759
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	211.226.759
93.247	Recursos da Fundação Universidade do Amazonas(26270)	351.996.670
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	351.996.670
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	351.996.670
93.248	Recursos da Fundação Universidade de Brasília(26271)	826.273.476
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	826.273.476
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	826.273.476
93.249	Recursos da Fundação Universidade Federal do Maranhão(26272)	373.842.458
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	373.842.458
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	373.842.458
93.250	Recursos da Fundação Universidade Federal do Rio Grande(26273)	228.542.642
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	228.542.642
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	228.542.642
93.251	Recursos da Universidade Federal de Uberlândia(26274)	503.091.263
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	503.091.263
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	503.091.263
93.252	Recursos da Fundação Universidade Federal do Acre(26275)	173.108.133
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	173.108.133
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	173.108.133
93.253	Recursos da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso(26276)	414.449.595

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	414.449.595
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	414.449.595
93.254	Recursos da Fundação Universidade Federal de Ouro Preto(26277)	211.146.603
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	211.146.603
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	211.146.603
93.255	Recursos da Fundação Universidade Federal de Pelotas(26278)	350.954.957
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	350.954.957
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	350.954.957
93.256	Recursos da Fundação Universidade Federal do Piauí(26279)	398.855.933
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	398.855.933
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	398.855.933
93.257	Recursos da Fundação Universidade Federal de São Carlos(26280)	310.938.620
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	310.938.620
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	310.938.620
93.258	Recursos da Fundação Universidade Federal de Sergipe(26281)	351.106.436
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	351.106.436
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	351.106.436
93.259	Recursos da Fundação Universidade Federal de Viçosa(26282)	404.164.492
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	404.164.492
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	404.164.492
93.260	Recursos da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul(26283)	405.351.675
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	405.351.675
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	405.351.675
93.261	Recursos da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre(26284)	72.968.210
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	72.968.210
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	72.968.210
93.262	Recursos da Fundação Universidade Federal de São João del-Rei(26285)	150.854.428
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	150.854.428
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	150.854.428
93.263	Recursos da Fundação Universidade Federal do Amapá(26286)	109.186.278
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	109.186.278
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	109.186.278
93.264	Recursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(26290)	537.169.316
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	537.169.316
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	537.169.316
93.265	Recursos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(26291)	1.127.733.936
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.127.733.936
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.127.733.936
93.266	Recursos da Fundação Joaquim Nabuco(26292)	54.823.689
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	54.823.689
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	54.823.689
93.268	Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação(26298)	14.643.267.436
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	14.643.267.436
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	14.643.267.436
93.269	Recursos da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados(26350)	130.247.137
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	130.247.137
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	130.247.137

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
93.270	Recursos da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia(26351)	166.550.805
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	166.550.805
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	166.550.805
93.271	Recursos da Fundação Universidade Federal do ABC(26352)	169.247.334
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	169.247.334
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	169.247.334
93.272	Recursos do Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes(26358)	7.887.654
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	7.887.654
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	7.887.654
93.273	Recursos do Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal da Bahia(26359)	1.951.159
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.951.159
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.951.159
93.274	Recursos do Hospital Universitário Walter Cantídio(26362)	10.058.934
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.058.934
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	10.058.934
93.275	Recursos da Maternidade-Escola Assis Chateaubriand(26363)	5.818.054
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	5.818.054
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	5.818.054
93.276	Recursos do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes(26364)	10.477.546
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.477.546
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	10.477.546
93.277	Recursos do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás(26365)	1.065.077
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.065.077
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.065.077
93.279	Recursos do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora(26367)	2.241.130
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.241.130
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	2.241.130
93.280	Recursos do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais(26368)	22.565.289
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	22.565.289
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	22.565.289
93.281	Recursos do Hospital Universitário João de Barros Barreto(26369)	3.446.264
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.446.264
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	3.446.264
93.282	Recursos do Hospital Universitário Bettina Ferro Souza(26370)	655.034
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	655.034
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	655.034
93.283	Recursos do Hospital Universitário Lauro Wanderley(26371)	17.779.779
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	17.779.779
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	17.779.779
93.284	Recursos do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná(26372)	346.937
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	346.937
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	346.937
93.285	Recursos do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco(26373)	22.205.868
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	22.205.868
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	22.205.868
93.286	Recursos do Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio Grande do Norte	363.771
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	363.771

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	363.771
93.287	Recursos do Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro(26378)	1.713.906
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.713.906
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.713.906
93.289	Recursos do Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago(26386)	16.229.318
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	16.229.318
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	16.229.318
93.290	Recursos do Hospital Universitário de Santa Maria(26387)	12.478.849
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	12.478.849
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	12.478.849
93.291	Recursos do Hospital Universitário Alcides Carneiro(26388)	2.221.135
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.221.135
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	2.221.135
93.293	Recursos do Hospital Universitário Gaffree e Guinle(26391)	3.722.484
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.722.484
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	3.722.484
93.294	Recursos do Hospital Universitário Getúlio Vargas(26392)	6.533.066
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.533.066
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	6.533.066
93.295	Recursos do Hospital Universitário de Brasília(26393)	316.245
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	316.245
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	316.245
93.297	Recursos do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.(26395)	3.510.551
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.510.551
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	3.510.551
93.298	Recursos do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia(26396)	19.100.922
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	19.100.922
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	19.100.922
93.301	Recursos do Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal do Piauí(26399)	374.065
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	374.065
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	374.065
93.302	Recursos do Hospital Universitário da Fundação Universidade Federal de Sergipe(26400)	2.134.615
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.134.615
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	2.134.615
93.304	Recursos do Instituto Federal de Alagoas(26402)	220.355.853
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	220.355.853
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	220.355.853
93.305	Recursos do Instituto Federal do Amazonas(26403)	193.235.411
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	193.235.411
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	193.235.411
93.306	Recursos do Instituto Federal Baiano(26404)	179.149.683
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	179.149.683
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	179.149.683
93.307	Recursos do Instituto Federal do Ceará(26405)	396.901.748
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	396.901.748
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	396.901.748
93.308	Recursos do Instituto Federal do Espírito Santo(26406)	348.260.167

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	348.260.167
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	348.260.167
93.309	Recursos do Instituto Federal Goiano(26407)	169.065.410
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	169.065.410
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	169.065.410
93.310	Recursos do Instituto Federal do Maranhão(26408)	329.849.669
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	329.849.669
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	329.849.669
93.311	Recursos do Instituto Federal de Minas Gerais(26409)	217.318.963
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	217.318.963
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	217.318.963
93.312	Recursos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais(26410)	149.292.139
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	149.292.139
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	149.292.139
93.313	Recursos do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais(26411)	155.486.646
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	155.486.646
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	155.486.646
93.314	Recursos do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais(26412)	145.651.874
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	145.651.874
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	145.651.874
93.315	Recursos do Instituto Federal do Triângulo Mineiro(26413)	128.857.680
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	128.857.680
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	128.857.680
93.316	Recursos do Instituto Federal do Mato Grosso(26414)	238.060.240
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	238.060.240
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	238.060.240
93.317	Recursos do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul(26415)	115.727.030
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	115.727.030
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	115.727.030
93.318	Recursos do Instituto Federal do Pará(26416)	241.410.738
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	241.410.738
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	241.410.738
93.319	Recursos do Instituto Federal da Paraíba(26417)	288.295.996
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	288.295.996
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	288.295.996
93.320	Recursos do Instituto Federal de Pernambuco(26418)	281.561.405
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	281.561.405
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	281.561.405
93.321	Recursos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul(26419)	247.485.853
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	247.485.853
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	247.485.853
93.322	Recursos do Instituto Federal Farroupilha(26420)	168.304.209
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	168.304.209
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	168.304.209
93.323	Recursos do Instituto Federal de Rondônia(26421)	121.220.587
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	121.220.587
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	121.220.587

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
93.324	Recursos do Instituto Federal Catarinense(26422)	209.808.429
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	209.808.429
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	209.808.429
93.325	Recursos do Instituto Federal de Sergipe(26423)	137.419.806
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	137.419.806
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	137.419.806
93.326	Recursos do Instituto Federal do Tocantins(26424)	134.805.955
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	134.805.955
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	134.805.955
93.327	Recursos do Instituto Federal do Acre(26425)	65.600.451
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	65.600.451
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	65.600.451
93.328	Recursos do Instituto Federal do Amapá(26426)	55.653.591
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	55.653.591
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	55.653.591
93.329	Recursos do Instituto Federal da Bahia(26427)	311.608.681
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	311.608.681
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	311.608.681
93.330	Recursos do Instituto Federal de Brasília(26428)	131.957.310
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	131.957.310
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	131.957.310
93.331	Recursos do Instituto Federal de Goiás(26429)	246.490.581
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	246.490.581
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	246.490.581
93.332	Recursos do Instituto Federal do Sertão Pernambucano(26430)	99.960.950
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	99.960.950
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	99.960.950
93.333	Recursos do Instituto Federal do Piauí(26431)	242.502.988
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	242.502.988
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	242.502.988
93.334	Recursos do Instituto Federal do Paraná(26432)	236.872.407
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	236.872.407
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	236.872.407
93.335	Recursos do Instituto Federal do Rio de Janeiro(26433)	222.559.893
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	222.559.893
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	222.559.893
93.336	Recursos do Instituto Federal Fluminense(26434)	208.966.674
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	208.966.674
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	208.966.674
93.337	Recursos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte(26435)	327.122.371
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	327.122.371
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	327.122.371
93.338	Recursos do Instituto Federal Sul-rio-grandense(26436)	228.442.472
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	228.442.472
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	228.442.472
93.339	Recursos do Instituto Federal de Roraima(26437)	69.171.420
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	69.171.420

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	69.171.420
93.340	Recursos do Instituto Federal de Santa Catarina(26438)	315.951.388
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	315.951.388
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	315.951.388
93.341	Recursos do Instituto Federal de São Paulo(26439)	512.208.687
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	512.208.687
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	512.208.687
93.342	Recursos da Universidade Federal da Fronteira Sul(26440)	144.199.993
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	144.199.993
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	144.199.993
93.343	Recursos da Universidade Federal do Oeste do Pará(26441)	104.535.963
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	104.535.963
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	104.535.963
93.344	Recursos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira(26442)	77.645.548
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	77.645.548
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	77.645.548
93.348	Recursos da Universidade Federal do Oeste da Bahia(26447)	60.690.146
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	60.690.146
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	60.690.146
93.349	Recursos da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará(26448)	74.180.128
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	74.180.128
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	74.180.128
93.350	Recursos da Universidade Federal do Cariri(26449)	63.605.245
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	63.605.245
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	63.605.245
93.351	Recursos da Universidade Federal do Sul da Bahia(26450)	56.914.999
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	56.914.999
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	56.914.999
93.353	Recursos da Universidade Federal de Catalão(26452)	14.572.277
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	14.572.277
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	14.572.277
93.354	Recursos da Universidade Federal de Jataí(26453)	15.261.824
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	15.261.824
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	15.261.824
93.355	Recursos da Universidade Federal de Rondonópolis(26454)	15.258.387
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	15.258.387
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	15.258.387
93.356	Recursos da Universidade Federal do Delta do Parnaíba(26455)	15.265.677
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	15.265.677
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	15.265.677
93.357	Recursos da Universidade Federal do Agreste de Pernambuco(26456)	13.824.033
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	13.824.033
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	13.824.033
93.358	Recursos da Universidade Federal do Norte do Tocantins(26457)	19.091.839
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	19.091.839
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	19.091.839
93.360	Recursos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta(30101)	364.418.841

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	364.418.841
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	364.418.841
93.361	Recursos do Arquivo Nacional(30103)	61.087.811
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	61.087.811
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	61.087.811
93.362	Recursos do Departamento de Polícia Rodoviária Federal(30107)	2.040.135.902
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.040.135.902
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	2.040.135.902
93.363	Recursos do Departamento de Polícia Federal(30108)	3.683.639.642
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.683.639.642
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	3.683.639.642
93.364	Recursos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI(30202)	338.597.260
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	338.597.260
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	338.597.260
93.365	Recursos do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade(30211)	10.195.739
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.195.739
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	10.195.739
93.366	Recursos do Ministério de Minas e Energia - Administração Direta(32101)	125.151.525
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	125.151.525
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	125.151.525
93.367	Recursos da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM(32202)	272.136.021
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	272.136.021
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	272.136.021
93.368	Recursos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP(32265)	14.454.857
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	14.454.857
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	14.454.857
93.369	Recursos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL(32266)	7.236.359
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	7.236.359
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	7.236.359
93.370	Recursos da Empresa de Pesquisa Energética - EPE(32314)	84.426.879
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	84.426.879
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	84.426.879
93.371	Recursos da Agência Nacional de Mineração - ANM(32396)	113.657.289
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	113.657.289
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	113.657.289
93.372	Recursos das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB(32397)	246.197.019
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	246.197.019
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	246.197.019
93.373	Recursos da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP(32398)	212.709.376
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	212.709.376
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	212.709.376
93.379	Recursos do Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta(35101)	2.225.130.126
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.225.130.126
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	2.225.130.126
93.380	Recursos da Fundação Alexandre de Gusmão(35201)	8.669.503
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	8.669.503
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	8.669.503

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
93.381	Recursos da Fundação Oswaldo Cruz(36201)	86.990.675
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	86.990.675
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	86.990.675
93.383	Recursos da Fundação Nacional de Saúde(36211)	393.690.465
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	393.690.465
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	393.690.465
93.384	Recursos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(36212)	42.555.948
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	42.555.948
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	42.555.948
93.386	Recursos do Fundo Nacional de Saúde(36901)	1.733.343.488
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.733.343.488
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.733.343.488
93.387	Recursos da Controladoria-Geral da União - Administração Direta(37101)	608.888.110
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	608.888.110
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	608.888.110
93.388	Recursos do Ministério da Infraestrutura - Administração Direta(39101)	1.007.624.467
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.007.624.467
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.007.624.467
93.389	Recursos da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.(39207)	106.272.889
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	106.272.889
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	106.272.889
93.390	Recursos da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT(39250)	43.870.241
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	43.870.241
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	43.870.241
93.391	Recursos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ(39251)	18.516.990
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	18.516.990
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	18.516.990
93.392	Recursos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT(39252)	690.849.580
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	690.849.580
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	690.849.580
93.393	Recursos da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL(39253)	31.653.047
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	31.653.047
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	31.653.047
93.394	Recursos da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC(39254)	240.096.432
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	240.096.432
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	240.096.432
93.395	Recursos do Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta(44101)	92.048.457
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	92.048.457
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	92.048.457
93.396	Recursos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	513.179.620
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	513.179.620
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	513.179.620
93.397	Recursos do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ(44206)	31.601.145
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	31.601.145
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	31.601.145
93.398	Recursos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(44207)	260.206.078
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	260.206.078

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	260.206.078
93.399	Recursos do Ministério da Defesa - Administração Direta(52101)	373.755.936
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	373.755.936
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	373.755.936
93.400	Recursos do Comando da Aeronáutica(52111)	11.751.490.220
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	11.751.490.220
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	11.751.490.220
93.401	Recursos do Comando do Exército(52121)	24.502.199.695
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	24.502.199.695
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	24.502.199.695
93.402	Recursos do Comando da Marinha(52131)	13.103.427.590
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	13.103.427.590
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	13.103.427.590
93.403	Recursos da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica(52211)	1.128.693
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.128.693
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.128.693
93.404	Recursos da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL(52221)	93.343.690
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	93.343.690
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	93.343.690
93.405	Recursos da Fundação Osório(52222)	12.215.019
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	12.215.019
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	12.215.019
93.406	Recursos da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM(52232)	858.059
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	858.059
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	858.059
93.407	Recursos da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL(52233)	256.763.224
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	256.763.224
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	256.763.224
93.408	Recursos do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas(52902)	32.426.964
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	32.426.964
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	32.426.964
93.409	Recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta(53101)	1.102.031.723
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.102.031.723
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	1.102.031.723
93.410	Recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba -	505.640.999
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	505.640.999
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	505.640.999
93.411	Recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia(53202)	25.275.511
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	25.275.511
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	25.275.511
93.412	Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste(53203)	28.434.004
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	28.434.004
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	28.434.004
93.413	Recursos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS(53204)	304.206.133
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	304.206.133
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	304.206.133
93.414	Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO(53207)	18.679.152

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	18.679.152
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	18.679.152
93.415	Recursos da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB(53208)	82.438.578
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	82.438.578
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	82.438.578
93.416	Recursos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU(53209)	481.636.962
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	481.636.962
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	481.636.962
93.417	Recursos da Agência Nacional de Águas - ANA(53210)	65.444.520
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	65.444.520
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	65.444.520
93.418	Recursos do Ministério do Turismo - Administração Direta(54101)	129.273.010
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	129.273.010
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	129.273.010
93.420	Recursos da Fundação Casa de Rui Barbosa(54202)	21.956.848
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	21.956.848
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	21.956.848
93.421	Recursos da Fundação Biblioteca Nacional - BN(54203)	51.199.368
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	51.199.368
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	51.199.368
93.422	Recursos da Fundação Cultural Palmares(54204)	10.742.878
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.742.878
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	10.742.878
93.423	Recursos da Fundação Nacional de Artes(54205)	55.150.476
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	55.150.476
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	55.150.476
93.424	Recursos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional(54206)	158.493.090
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	158.493.090
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	158.493.090
93.425	Recursos da Agência Nacional do Cinema - ANCINE(54207)	78.286.827
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	78.286.827
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	78.286.827
93.426	Recursos do Instituto Brasileiro de Museus(54208)	77.593.702
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	77.593.702
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	77.593.702
93.428	Recursos do Gabinete da Vice-Presidência da República(60101)	10.247.198
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.247.198
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	10.247.198
93.429	Recursos da Advocacia-Geral da União(63101)	2.224.034.904
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.224.034.904
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	2.224.034.904
93.430	Recursos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	135.833.755
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	135.833.755
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	135.833.755
93.435	Recursos da Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS(41260)	3.101.501
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.101.501
	2111.00.11 Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	3.101.501

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
1. Recursos Vinculados a Órgãos		
93.445	Recursos do Fundo Nacional Antidrogas(30912)	4.058.894
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	4.058.894
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	4.058.894
93.452	Recursos da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar(52133)	3.714.233
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.714.233
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	3.714.233
93.455	Recursos do Fundo Aeronáutico(52911)	198.901.873
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	198.901.873
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	198.901.873
93.456	Recursos do Fundo do Exército(52921)	129.996
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	129.996
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	129.996
93.457	Recursos do Fundo Naval(52931)	415.111.515
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	415.111.515
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	415.111.515
93.463	Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais(71103)	19.171.134.403
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	19.171.134.403
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	19.171.134.403
93.464	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia(71101)	5.386.458.073
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	5.386.458.073
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	5.386.458.073
93.465	Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	254.238.191
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	254.238.191
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	254.238.191
93.481	Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior/FIES	325.625.911
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	325.625.911
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	325.625.911
93.495	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia(73101)	4.477.795.136
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	4.477.795.136
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	4.477.795.136
93.496	Recursos do Ministério das Comunicações - Administração Direta(41101)	755.121.418
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	755.121.418
2111.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	755.121.418
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
100	Recursos Primários de Livre Aplicação	348.292.119.171
1111.01.11	Imposto sobre a Importação - Principal	43.886.078.287
1111.01.13	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	1.289.057
1111.02.11	Imposto sobre a Exportação - Principal	93.318.779
1111.02.13	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa	4.543.605
1112.01.21	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	176.900.958
1112.01.23	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	782.229
1113.01.11	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	24.123.776.213
1113.02.11	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	71.103.261.130
1113.02.13	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	914.014.223
1113.03.11	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	61.288.712.928
1113.03.21	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	26.686.079.698
1113.03.31	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	24.822.509.965

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
1113.03.41	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	5.018.390.560
1114.01.11	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	2.501.474.861
1114.01.21	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	1.248.654.786
1114.01.31	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	1.735.968.365
1114.01.41	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	9.311.164.644
1114.01.51	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	10.064.542.586
1114.01.53	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	73.006.305
1115.01.21	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	47.188.037.315
1115.01.23	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	5.903.533
1121.01.11	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	1.324.810.060
1121.01.13	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	8.929.315
1121.02.11	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	39.205.069
1121.02.21	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	556.044.514
1121.02.23	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	4.171
1121.02.41	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	4.574.049
1121.03.11	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	12.862.253
1121.04.11	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	96.937.832
1121.05.11	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	4.046.558
1122.01.11	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	52.798.076
1122.02.11	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	223.571.034
1122.02.13	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	297.236
1219.01.11	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	134.069
1219.03.21	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	21.752.016
1219.05.11	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	51.155.725
1219.05.13	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	44.939
1219.06.11	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	48.230.830
1219.06.13	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	224.932
1219.07.11	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	352.070
1219.08.11	Contribuição Industrial Rural - Principal	479.380.612
1219.08.13	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	48.504
1219.09.11	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	85.392.117
1220.02.11	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	28.502.316
1220.03.11	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	88.178
1220.03.13	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	44.515
1220.04.11	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	298.033.037
1220.04.13	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa	187.054
1220.05.11	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	804.410.120
1220.05.13	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	187.086
1220.06.11	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	321.000.000
1220.07.11	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	1.963.799.662
1220.07.13	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	46.630
1220.08.21	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	423.370.633
1220.08.23	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	184.103
1220.09.11	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	263.836.821

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
	1220.09.13 Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	1.959.935
	1220.09.21 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	154.665.305
	1220.09.23 Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	34.033
	1220.10.11 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	90.545.410
	1220.10.13 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	192.467
	1220.11.11 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	13.219.064
	1220.11.21 Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	42.762.351
	1310.01.11 Aluguéis e Arrendamentos - Principal	45.879.515
	1310.01.12 Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	29.162
	1310.01.21 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal	384.028.971
	1310.01.23 Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	63.268.289
	1310.99.11 Outras Receitas Imobiliárias - Principal	202.324
	1360.01.11 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal	1.162.023.404
	1360.01.21 Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal	150.000.000
	1610.01.11 Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	9.143.107
	1610.04.11 Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	4.319.803
	1740.00.11 Transferências de Instituições Privadas - Principal	36.074.843
	1910.07.11 Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	9.031.454
	1910.08.13 Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Dívida Ativa	1.563.775
	1910.09.11 Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	50.311.642
	1921.02.11 Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	2.319.601
	1921.99.11 Outras Indenizações - Principal	110.129.598
	1922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores Financiadas por Fontes Primárias - Principal	1.644.744.581
	1922.09.11 Restituição de Recursos de Fomento - Principal	7.632.927
	1922.12.11 Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal	2.103.619.232
	1922.13.11 Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal	16.980.454
	1922.99.11 Outras Restituições - Principal	53.694.746
	1923.02.11 Ressarcimento de Custos - Principal	50.527.631
	1990.06.11 Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal	6.590.710
	1990.12.21 Ônus de Sucumbência - Principal	16.931.561
	1990.14.11 Outras Receitas Administradas pela RFB - Principal	241.319.314
	1990.14.12 Outras Receitas Administradas pela RFB - Multas e Juros	27.227.607
	1990.14.13 Outras Receitas Administradas pela RFB - Dívida Ativa	4.311.263.316
	1990.99.12 Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	5.006.250
	1990.99.13 Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	110.950.071
	7121.01.11 Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	291.074
	7122.02.11 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	6.149
	7220.10.11 Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	18.887
	7922.06.11 Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias	714.445
111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	988.294.385
	1220.08.21 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	987.864.811
	1220.08.23 Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	429.574
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	1.974.434.126
	1217.01.11 Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	55.514.305
	1217.02.11 Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	7.571.400

Quadro 3

Receitas de Todas as Fontes por Órgão e Unidade Orçamentária

LDO-2021, Anexo I, Inciso III.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
2. Recursos NÃO Vinculados a Órgãos		
127 Custas Judiciais	1217.04.11 Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	1.908.644.833
	1217.06.11 Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	2.703.588
	523.027.064	
	1122.02.11 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	521.665.747
	1122.02.12 Emolumentos e Custas Judiciais - Multa e Juros	97.119
	1122.02.13 Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	693.550
	1122.02.14 Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multa e Juros	556.299
129 Recursos de Concessões e Permissões	7122.02.11 Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	14.349
	108.954.668	
151 Recursos Livres da Seguridade Social	1339.01.11 Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal	108.954.668
	87.734.712.373	
153 Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social	1213.01.11 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes não Optantes pelo Simples Nacional - Principal	86.573.834.386
	1213.01.13 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes não Optantes pelo Simples Nacional - Dívida Ativa	470.236.471
	1213.01.15 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes não Optantes pelo Simples Nacional - Multas	560.976.269
	1213.49.17 Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multa da Dívida Ativa	127.726.763
	1922.03.11 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	1.932.856
	1922.04.11 Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	5.628
	244.917.625.832	
156 Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	1211.01.11 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Principal	242.393.677.655
	1211.01.13 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Dívida Ativa	999.397.144
	1211.01.15 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Multas	1.299.893.661
	1211.49.17 Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Parcelamentos - Multa da Dívida Ativa	206.873.829
	1922.03.11 Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	17.757.273
	1922.04.11 Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	26.270
	17.642.803.041	
162 Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1215.01.11 CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal	11.137.716.997
	1215.01.12 CPSS do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros	3.049.736
	1215.01.21 CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal	4.884.971.275
	1215.01.31 CPSS do Servidor Civil Pensionistas - Principal	1.315.787.220
	1215.01.41 CPSS do Servidor Civil Ativo, por sentença judicial - Principal	196.402.723
	1215.01.51 CPSS do Servidor Civil Inativo, por sentença judicial - Principal	89.001.639
	1215.01.61 CPSS do Servidor Civil Pensionista, por sentença judicial - Principal	15.873.451
169 Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	14.629.918	
	1921.02.12 Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	2.395
	2220.00.11 Alienação de Bens Imóveis - Principal	14.627.523
	22.572.208.453	
	7215.02.11 CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias	22.434.263.023
	7215.02.12 CPSS Patronal - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	1.700.797
	7215.02.21 CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal - Operações Intraorçamentárias	136.244.633
TOTAL		4.181.004.169.000

Quadro 4

Resumo das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso IV.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Orçamento Fiscal		
	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes	Total
Despesas Correntes	992.378.567.339	0	992.378.567.339
Pessoal e Encargos Sociais	217.762.076.158	0	217.762.076.158
Juros e Encargos da Dívida	362.618.215.092	0	362.618.215.092
Outras Despesas Correntes	411.998.276.089	0	411.998.276.089
Despesas de Capital	2.002.970.028.135	0	2.002.970.028.135
Investimentos	46.469.093.448	0	46.469.093.448
Inversões Financeiras	82.716.124.545	0	82.716.124.545
Amortização da Dívida	1.873.784.810.142	0	1.873.784.810.142
Reserva de Contingência	25.559.358.385	0	25.559.358.385
Reserva de Contingência	25.559.358.385	0	25.559.358.385
TOTAL	3.020.907.953.859	0	3.020.907.953.859

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Orçamento de Seguridade Social		
	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes	Total
Despesas Correntes	1.138.360.654.168	0	1.138.360.654.168
Pessoal e Encargos Sociais	145.889.513.916	0	145.889.513.916
Outras Despesas Correntes	992.471.140.252	0	992.471.140.252
Despesas de Capital	6.074.242.380	0	6.074.242.380
Investimentos	6.069.742.380	0	6.069.742.380
Inversões Financeiras	4.500.000	0	4.500.000
Reserva de Contingência	15.661.318.593	0	15.661.318.593
Reserva de Contingência	15.661.318.593	0	15.661.318.593
TOTAL	1.160.096.215.141	0	1.160.096.215.141

Categoria Econômica e Grupo de Despesa	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social		
	Recursos do Tesouro	Rec. de Outras Fontes	Total
Despesas Correntes	2.130.739.221.507	0	2.130.739.221.507
Pessoal e Encargos Sociais	363.651.590.074	0	363.651.590.074
Juros e Encargos da Dívida	362.618.215.092	0	362.618.215.092
Outras Despesas Correntes	1.404.469.416.341	0	1.404.469.416.341
Despesas de Capital	2.009.044.270.515	0	2.009.044.270.515
Investimentos	52.538.835.828	0	52.538.835.828
Inversões Financeiras	82.720.624.545	0	82.720.624.545
Amortização da Dívida	1.873.784.810.142	0	1.873.784.810.142
Reserva de Contingência	41.220.676.978	0	41.220.676.978
Reserva de Contingência	41.220.676.978	0	41.220.676.978
TOTAL	4.181.004.169.000	0	4.181.004.169.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
PODER LEGISLATIVO	8.120.134.758	5.385.640.424	13.505.775.182
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.990.758.172	4.958.416.068	10.949.174.240
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.990.758.172		5.990.758.172
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.616.376.833	3.616.376.833
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		494.333.595	494.333.595
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		847.705.640	847.705.640
3 - Outras Despesas Correntes	1.841.482.596	426.234.356	2.267.716.952
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.819.065.777	225.123	1.819.290.900
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.916.819		20.916.819
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		415.436.261	415.436.261
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		3.572.972	3.572.972
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.500.000	7.000.000	8.500.000
4 - Investimentos	287.565.323	990.000	288.555.323
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	263.200.926		263.200.926
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.849.000		6.849.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		990.000	990.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	350.886		350.886
180 - Recursos Próprios Financeiros	17.164.511		17.164.511
9 - Reserva de Contingência	328.667		328.667
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	328.667		328.667
01000 - Câmara dos Deputados	4.295.778.731	2.166.128.052	6.461.906.783
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.140.522.708	1.973.275.000	5.113.797.708
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.140.522.708		3.140.522.708
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.393.639.740	1.393.639.740
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		218.151.952	218.151.952
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		361.483.308	361.483.308
3 - Outras Despesas Correntes	975.161.544	192.163.052	1.167.324.596
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	970.661.544	225.123	970.886.667
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		184.937.929	184.937.929
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.500.000	7.000.000	8.500.000
4 - Investimentos	179.765.812	690.000	180.455.812
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	155.469.415		155.469.415
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.849.000		6.849.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		690.000	690.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	282.886		282.886
180 - Recursos Próprios Financeiros	17.164.511		17.164.511
9 - Reserva de Contingência	328.667		328.667
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	328.667		328.667
01101 - Câmara dos Deputados	4.260.824.978	2.159.128.052	6.419.953.030
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.140.522.708	1.973.275.000	5.113.797.708
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.140.522.708		3.140.522.708
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.393.639.740	1.393.639.740
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		218.151.952	218.151.952

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		361.483.308	361.483.308
3 - Outras Despesas Correntes	970.661.544	185.163.052	1.155.824.596
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	970.661.544	225.123	970.886.667
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		184.937.929	184.937.929
4 - Investimentos	149.640.726	690.000	150.330.726
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	149.640.726		149.640.726
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		690.000	690.000
01901 - Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados	34.953.753	7.000.000	41.953.753
3 - Outras Despesas Correntes	4.500.000	7.000.000	11.500.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.500.000	7.000.000	8.500.000
4 - Investimentos	30.125.086		30.125.086
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.828.689		5.828.689
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.849.000		6.849.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	282.886		282.886
180 - Recursos Próprios Financeiros	17.164.511		17.164.511
9 - Reserva de Contingência	328.667		328.667
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	328.667		328.667
02000 - Senado Federal	2.388.048.209	2.347.552.394	4.735.600.603
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.733.179.580	2.152.718.684	3.885.898.264
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.733.179.580		1.733.179.580
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.721.920.048	1.721.920.048
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		146.941.548	146.941.548
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		283.857.088	283.857.088
3 - Outras Despesas Correntes	610.107.226	194.533.710	804.640.936
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	605.472.728		605.472.728
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.634.498		4.634.498
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		190.960.738	190.960.738
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		3.572.972	3.572.972
4 - Investimentos	44.761.403	300.000	45.061.403
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	44.693.403		44.693.403
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		300.000	300.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	68.000		68.000
02101 - Senado Federal	2.388.048.209	2.347.552.394	4.735.600.603
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.733.179.580	2.152.718.684	3.885.898.264
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.733.179.580		1.733.179.580
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.721.920.048	1.721.920.048
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		146.941.548	146.941.548
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		283.857.088	283.857.088
3 - Outras Despesas Correntes	610.107.226	194.533.710	804.640.936
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	605.472.728		605.472.728
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.634.498		4.634.498
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		190.960.738	190.960.738
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		3.572.972	3.572.972

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	44.761.403	300.000	45.061.403
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	44.693.403		44.693.403
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		300.000	300.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	68.000		68.000
03000 - Tribunal de Contas da União	1.436.307.818	871.959.978	2.308.267.796
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.117.055.884	832.422.384	1.949.478.268
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.117.055.884		1.117.055.884
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		500.817.045	500.817.045
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		129.240.095	129.240.095
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		202.365.244	202.365.244
3 - Outras Despesas Correntes	256.213.826	39.537.594	295.751.420
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	242.931.505		242.931.505
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.282.321		13.282.321
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		39.537.594	39.537.594
4 - Investimentos	63.038.108		63.038.108
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	63.038.108		63.038.108
03101 - Tribunal de Contas da União	1.436.307.818	871.959.978	2.308.267.796
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.117.055.884	832.422.384	1.949.478.268
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.117.055.884		1.117.055.884
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		500.817.045	500.817.045
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		129.240.095	129.240.095
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		202.365.244	202.365.244
3 - Outras Despesas Correntes	256.213.826	39.537.594	295.751.420
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	242.931.505		242.931.505
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.282.321		13.282.321
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		39.537.594	39.537.594
4 - Investimentos	63.038.108		63.038.108
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	63.038.108		63.038.108

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
PODER JUDICIÁRIO	39.541.782.358	10.979.952.706	50.521.735.064
1 - Pessoal e Encargos Sociais	30.867.516.545	10.025.393.151	40.892.909.696
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.867.516.545		30.867.516.545
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.198.280.350	1.198.280.350
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.745.970.196	3.745.970.196
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.081.142.605	5.081.142.605
3 - Outras Despesas Correntes	7.170.493.529	954.388.921	8.124.882.450
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.377.072.678		6.377.072.678
127 - Custas Judiciais	523.027.064		523.027.064
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.209.155		13.209.155
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		954.388.921	954.388.921
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	84.349.476		84.349.476
175 - Taxas por Serviços Públicos	1.219.437		1.219.437
181 - Recursos de Convênios	171.612.743		171.612.743
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.976		2.976
4 - Investimentos	1.503.772.284	170.634	1.503.942.918
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.500.284.313		1.500.284.313
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.594.714		1.594.714
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		170.634	170.634
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.893.257		1.893.257
10000 - Supremo Tribunal Federal	532.602.926	179.859.506	712.462.432
1 - Pessoal e Encargos Sociais	340.988.317	163.436.781	504.425.098
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	340.988.317		340.988.317
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		48.350.459	48.350.459
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.805.135	38.805.135
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		76.281.187	76.281.187
3 - Outras Despesas Correntes	191.477.754	16.366.619	207.844.373
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	171.121.461		171.121.461
127 - Custas Judiciais	19.993.772		19.993.772
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	50.650		50.650
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.366.619	16.366.619
175 - Taxas por Serviços Públicos	311.871		311.871
4 - Investimentos	136.855	56.106	192.961
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	136.855		136.855
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		56.106	56.106
10101 - Supremo Tribunal Federal	532.602.926	179.859.506	712.462.432
1 - Pessoal e Encargos Sociais	340.988.317	163.436.781	504.425.098
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	340.988.317		340.988.317
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		48.350.459	48.350.459
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.805.135	38.805.135
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		76.281.187	76.281.187
3 - Outras Despesas Correntes	191.477.754	16.366.619	207.844.373
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	171.121.461		171.121.461
127 - Custas Judiciais	19.993.772		19.993.772

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	50.650		50.650
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.366.619	16.366.619
175 - Taxas por Serviços Públicos	311.871		311.871
4 - Investimentos	136.855	56.106	192.961
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	136.855		136.855
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		56.106	56.106
11000 - Superior Tribunal de Justiça	1.191.431.568	492.943.754	1.684.375.322
1 - Pessoal e Encargos Sociais	824.544.214	431.086.091	1.255.630.305
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	824.544.214		824.544.214
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		136.595.526	136.595.526
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		98.385.816	98.385.816
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		196.104.749	196.104.749
3 - Outras Despesas Correntes	326.525.348	61.788.773	388.314.121
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	289.524.863		289.524.863
127 - Custas Judiciais	36.082.813		36.082.813
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.106		10.106
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		61.788.773	61.788.773
175 - Taxas por Serviços Públicos	907.566		907.566
4 - Investimentos	40.362.006	68.890	40.430.896
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	40.362.006		40.362.006
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		68.890	68.890
11101 - Superior Tribunal de Justiça	1.191.431.568	492.943.754	1.684.375.322
1 - Pessoal e Encargos Sociais	824.544.214	431.086.091	1.255.630.305
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	824.544.214		824.544.214
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		136.595.526	136.595.526
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		98.385.816	98.385.816
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		196.104.749	196.104.749
3 - Outras Despesas Correntes	326.525.348	61.788.773	388.314.121
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	289.524.863		289.524.863
127 - Custas Judiciais	36.082.813		36.082.813
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.106		10.106
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		61.788.773	61.788.773
175 - Taxas por Serviços Públicos	907.566		907.566
4 - Investimentos	40.362.006	68.890	40.430.896
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	40.362.006		40.362.006
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		68.890	68.890
12000 - Justiça Federal	10.839.669.922	2.116.672.326	12.956.342.248
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.056.562.140	1.890.950.000	10.947.512.140
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.056.562.140		9.056.562.140
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		60.000	60.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.105.880.721	1.105.880.721
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		785.009.279	785.009.279
3 - Outras Despesas Correntes	1.638.438.022	225.678.126	1.864.116.148
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.482.649.666		1.482.649.666
127 - Custas Judiciais	155.788.356		155.788.356

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		225.678.126	225.678.126
4 - Investimentos	144.669.760	44.200	144.713.960
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	144.669.760		144.669.760
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		44.200	44.200
12101 - Justiça Federal de Primeiro Grau	8.840.809.443	1.576.830.281	10.417.639.724
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.442.952.140	1.391.900.000	8.834.852.140
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.442.952.140		7.442.952.140
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.000	10.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		907.027.427	907.027.427
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		484.862.573	484.862.573
3 - Outras Despesas Correntes	1.301.676.956	184.916.081	1.486.593.037
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.178.218.759		1.178.218.759
127 - Custas Judiciais	123.458.197		123.458.197
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		184.916.081	184.916.081
4 - Investimentos	96.180.347	14.200	96.194.547
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	96.180.347		96.180.347
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		14.200	14.200
12102 - Tribunal Regional Federal da 1a. Região	416.768.085	112.342.720	529.110.805
1 - Pessoal e Encargos Sociais	311.560.000	102.700.000	414.260.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	311.560.000		311.560.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.000	10.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		37.936.388	37.936.388
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		64.753.612	64.753.612
3 - Outras Despesas Correntes	93.897.360	9.642.720	103.540.080
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	85.046.742		85.046.742
127 - Custas Judiciais	8.850.618		8.850.618
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.642.720	9.642.720
4 - Investimentos	11.310.725		11.310.725
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.310.725		11.310.725
12103 - Tribunal Regional Federal da 2a. Região	412.675.937	106.107.180	518.783.117
1 - Pessoal e Encargos Sociais	333.050.000	99.000.000	432.050.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	333.050.000		333.050.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.000	10.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		40.692.885	40.692.885
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		58.297.115	58.297.115
3 - Outras Despesas Correntes	73.205.937	7.107.180	80.313.117
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	66.486.090		66.486.090
127 - Custas Judiciais	6.719.847		6.719.847
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.107.180	7.107.180
4 - Investimentos	6.420.000		6.420.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.420.000		6.420.000
12104 - Tribunal Regional Federal da 3a. Região	603.507.420	159.599.065	763.106.485
1 - Pessoal e Encargos Sociais	511.500.000	147.150.000	658.650.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	511.500.000		511.500.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.000	10.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		64.584.955	64.584.955
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		82.555.045	82.555.045
3 - Outras Despesas Correntes	77.763.118	12.419.065	90.182.183
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	70.598.135		70.598.135
127 - Custas Judiciais	7.164.983		7.164.983
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.419.065	12.419.065
4 - Investimentos	14.244.302	30.000	14.274.302
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	14.244.302		14.244.302
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		30.000	30.000
12105 - Tribunal Regional Federal da 4a. Região	335.449.750	113.366.520	448.816.270
1 - Pessoal e Encargos Sociais	284.050.000	106.200.000	390.250.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	284.050.000		284.050.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.000	10.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.474.499	36.474.499
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		69.715.501	69.715.501
3 - Outras Despesas Correntes	48.112.364	7.166.520	55.278.884
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.628.610		43.628.610
127 - Custas Judiciais	4.483.754		4.483.754
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.166.520	7.166.520
4 - Investimentos	3.287.386		3.287.386
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.287.386		3.287.386
12106 - Tribunal Regional Federal da 5a. Região	230.459.287	48.426.560	278.885.847
1 - Pessoal e Encargos Sociais	173.450.000	44.000.000	217.450.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	173.450.000		173.450.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.000	10.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.164.567	19.164.567
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.825.433	24.825.433
3 - Outras Despesas Correntes	43.782.287	4.426.560	48.208.847
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.671.330		38.671.330
127 - Custas Judiciais	5.110.957		5.110.957
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.426.560	4.426.560
4 - Investimentos	13.227.000		13.227.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.227.000		13.227.000
13000 - Justiça Militar da União	348.295.779	249.641.333	597.937.112
1 - Pessoal e Encargos Sociais	252.509.911	230.641.333	483.151.244
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	252.509.911		252.509.911
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		124.594.809	124.594.809
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.047.883	30.047.883
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		75.998.641	75.998.641
3 - Outras Despesas Correntes	87.836.351	18.998.562	106.834.913
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	78.565.416		78.565.416
127 - Custas Judiciais	9.094.027		9.094.027
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	176.908		176.908
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.998.562	18.998.562

Quadro 5 **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa**

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	7.949.517	1.438	7.950.955
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.949.517		7.949.517
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.438	1.438
13101 - Justiça Militar da União	348.295.779	249.641.333	597.937.112
1 - Pessoal e Encargos Sociais	252.509.911	230.641.333	483.151.244
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	252.509.911		252.509.911
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		124.594.809	124.594.809
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.047.883	30.047.883
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		75.998.641	75.998.641
3 - Outras Despesas Correntes	87.836.351	18.998.562	106.834.913
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	78.565.416		78.565.416
127 - Custas Judiciais	9.094.027		9.094.027
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	176.908		176.908
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.998.562	18.998.562
4 - Investimentos	7.949.517	1.438	7.950.955
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.949.517		7.949.517
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.438	1.438
14000 - Justiça Eleitoral	8.209.849.150	1.262.188.366	9.472.037.516
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.689.909.197	1.117.329.785	5.807.238.982
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.689.909.197		4.689.909.197
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		544.295.978	544.295.978
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		573.033.807	573.033.807
3 - Outras Despesas Correntes	2.350.692.973	144.858.581	2.495.551.554
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.155.529.521		2.155.529.521
127 - Custas Judiciais	110.813.976		110.813.976
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		144.858.581	144.858.581
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	84.349.476		84.349.476
4 - Investimentos	1.169.246.980		1.169.246.980
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.169.246.980		1.169.246.980
14101 - Tribunal Superior Eleitoral	1.980.821.069	89.794.440	2.070.615.509
1 - Pessoal e Encargos Sociais	418.507.596	67.659.020	486.166.616
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	418.507.596		418.507.596
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		45.648.942	45.648.942
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.010.078	22.010.078
3 - Outras Despesas Correntes	455.682.413	22.135.420	477.817.833
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	429.199.487		429.199.487
127 - Custas Judiciais	26.482.926		26.482.926
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		22.135.420	22.135.420
4 - Investimentos	1.106.631.060		1.106.631.060
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.106.631.060		1.106.631.060
14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre	50.732.955	7.062.084	57.795.039
1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.287.245	5.850.000	44.137.245
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.287.245		38.287.245
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.556.215	4.556.215

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.293.785	1.293.785
3 - Outras Despesas Correntes	10.643.071	1.212.084	11.855.155
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.429.692		9.429.692
127 - Custas Judiciais	1.213.379		1.213.379
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.212.084	1.212.084
4 - Investimentos	1.802.639		1.802.639
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.802.639		1.802.639
14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	110.931.541	13.980.325	124.911.866
1 - Pessoal e Encargos Sociais	91.564.251	11.457.394	103.021.645
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	91.564.251		91.564.251
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.874.286	10.874.286
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		583.108	583.108
3 - Outras Despesas Correntes	18.620.595	2.522.931	21.143.526
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	16.856.024		16.856.024
127 - Custas Judiciais	1.764.571		1.764.571
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.522.931	2.522.931
4 - Investimentos	746.695		746.695
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	746.695		746.695
14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	125.931.555	14.019.540	139.951.095
1 - Pessoal e Encargos Sociais	98.418.324	10.461.100	108.879.424
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	98.418.324		98.418.324
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.461.100	10.461.100
3 - Outras Despesas Correntes	26.808.381	3.558.440	30.366.821
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	24.231.505		24.231.505
127 - Custas Judiciais	2.576.876		2.576.876
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.558.440	3.558.440
4 - Investimentos	704.850		704.850
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	704.850		704.850
14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	336.883.992	61.877.747	398.761.739
1 - Pessoal e Encargos Sociais	267.814.150	57.200.000	325.014.150
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	267.814.150		267.814.150
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.532.496	32.532.496
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.667.504	24.667.504
3 - Outras Despesas Correntes	56.260.956	4.677.747	60.938.703
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.846.918		50.846.918
127 - Custas Judiciais	5.414.038		5.414.038
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.677.747	4.677.747
4 - Investimentos	12.808.886		12.808.886
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.808.886		12.808.886
14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	219.286.109	45.178.449	264.464.558
1 - Pessoal e Encargos Sociais	184.529.975	40.728.155	225.258.130
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	184.529.975		184.529.975
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.601.300	22.601.300
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.126.855	18.126.855

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	33.800.134	4.450.294	38.250.428
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.944.847		30.944.847
127 - Custas Judiciais	2.855.287		2.855.287
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.450.294	4.450.294
4 - Investimentos	956.000		956.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	956.000		956.000
14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	91.314.228	26.507.652	117.821.880
1 - Pessoal e Encargos Sociais	63.188.814	24.700.000	87.888.814
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	63.188.814		63.188.814
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.199.016	10.199.016
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.500.984	14.500.984
3 - Outras Despesas Correntes	25.721.772	1.807.652	27.529.424
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	23.742.905		23.742.905
127 - Custas Judiciais	1.978.867		1.978.867
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.807.652	1.807.652
4 - Investimentos	2.403.642		2.403.642
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.403.642		2.403.642
14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	125.230.281	17.781.752	143.012.033
1 - Pessoal e Encargos Sociais	99.417.959	15.600.000	115.017.959
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	99.417.959		99.417.959
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.358.373	11.358.373
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.241.627	4.241.627
3 - Outras Despesas Correntes	23.733.269	2.181.752	25.915.021
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	21.287.511		21.287.511
127 - Custas Judiciais	2.445.758		2.445.758
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.181.752	2.181.752
4 - Investimentos	2.079.053		2.079.053
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.079.053		2.079.053
14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	183.475.478	30.426.352	213.901.830
1 - Pessoal e Encargos Sociais	149.613.864	26.000.000	175.613.864
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	149.613.864		149.613.864
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.709.471	15.709.471
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.290.529	10.290.529
3 - Outras Despesas Correntes	32.080.458	4.426.352	36.506.810
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	29.024.477		29.024.477
127 - Custas Judiciais	3.055.981		3.055.981
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.426.352	4.426.352
4 - Investimentos	1.781.156		1.781.156
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.781.156		1.781.156
14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	181.012.450	24.558.795	205.571.245
1 - Pessoal e Encargos Sociais	144.454.111	21.163.935	165.618.046
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	144.454.111		144.454.111
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.840.262	15.840.262
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.323.673	5.323.673

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	33.358.907	3.394.860	36.753.767
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.222.661		30.222.661
127 - Custas Judiciais	3.136.246		3.136.246
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.394.860	3.394.860
4 - Investimentos	3.199.432		3.199.432
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.199.432		3.199.432
14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	121.559.023	20.757.386	142.316.409
1 - Pessoal e Encargos Sociais	89.744.113	18.075.837	107.819.950
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	89.744.113		89.744.113
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.051.313	10.051.313
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.024.524	8.024.524
3 - Outras Despesas Correntes	28.089.710	2.681.549	30.771.259
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	24.918.756		24.918.756
127 - Custas Judiciais	3.170.954		3.170.954
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.681.549	2.681.549
4 - Investimentos	3.725.200		3.725.200
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.725.200		3.725.200
14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	103.280.104	21.432.599	124.712.703
1 - Pessoal e Encargos Sociais	82.578.585	19.050.330	101.628.915
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	82.578.585		82.578.585
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.165.455	9.165.455
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.884.875	9.884.875
3 - Outras Despesas Correntes	20.201.519	2.382.269	22.583.788
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.300.890		18.300.890
127 - Custas Judiciais	1.900.629		1.900.629
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.382.269	2.382.269
4 - Investimentos	500.000		500.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	556.577.732	131.051.929	687.629.661
1 - Pessoal e Encargos Sociais	475.122.098	116.273.482	591.395.580
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	475.122.098		475.122.098
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		56.857.614	56.857.614
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		59.415.868	59.415.868
3 - Outras Despesas Correntes	78.225.634	14.778.447	93.004.081
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	71.565.743		71.565.743
127 - Custas Judiciais	6.659.891		6.659.891
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		14.778.447	14.778.447
4 - Investimentos	3.230.000		3.230.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.230.000		3.230.000
14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará	180.650.148	33.862.893	214.513.041
1 - Pessoal e Encargos Sociais	140.279.583	28.793.089	169.072.672
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	140.279.583		140.279.583
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.248.407	15.248.407
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.544.682	13.544.682

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	38.771.279	5.069.804	43.841.083
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	35.010.863		35.010.863
127 - Custas Judiciais	3.760.416		3.760.416
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.069.804	5.069.804
4 - Investimentos	1.599.286		1.599.286
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.599.286		1.599.286
14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	145.219.132	24.766.867	169.985.999
1 - Pessoal e Encargos Sociais	119.997.704	21.118.643	141.116.347
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	119.997.704		119.997.704
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.241.412	14.241.412
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.877.231	6.877.231
3 - Outras Despesas Correntes	24.407.867	3.648.224	28.056.091
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.186.297		22.186.297
127 - Custas Judiciais	2.221.570		2.221.570
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.648.224	3.648.224
4 - Investimentos	813.561		813.561
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	813.561		813.561
14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	296.685.695	59.622.318	356.308.013
1 - Pessoal e Encargos Sociais	247.930.856	52.978.302	300.909.158
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	247.930.856		247.930.856
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.987.532	27.987.532
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.990.770	24.990.770
3 - Outras Despesas Correntes	46.354.839	6.644.016	52.998.855
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	42.132.073		42.132.073
127 - Custas Judiciais	4.222.766		4.222.766
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.644.016	6.644.016
4 - Investimentos	2.400.000		2.400.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.400.000		2.400.000
14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	245.736.834	55.407.357	301.144.191
1 - Pessoal e Encargos Sociais	199.884.683	49.664.173	249.548.856
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	199.884.683		199.884.683
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.960.590	22.960.590
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.703.583	26.703.583
3 - Outras Despesas Correntes	42.317.301	5.743.184	48.060.485
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.357.914		38.357.914
127 - Custas Judiciais	3.959.387		3.959.387
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.743.184	5.743.184
4 - Investimentos	3.534.850		3.534.850
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.534.850		3.534.850
14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	156.411.354	28.391.717	184.803.071
1 - Pessoal e Encargos Sociais	128.982.904	24.234.717	153.217.621
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	128.982.904		128.982.904
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.917.463	14.917.463
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.317.254	9.317.254

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	27.385.450	4.157.000	31.542.450
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	24.983.664		24.983.664
127 - Custas Judiciais	2.401.786		2.401.786
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.157.000	4.157.000
4 - Investimentos	43.000		43.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.000		43.000
14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	411.834.731	164.591.605	576.426.336
1 - Pessoal e Encargos Sociais	339.856.206	155.265.929	495.122.135
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	339.856.206		339.856.206
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.646.921	43.646.921
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		111.619.008	111.619.008
3 - Outras Despesas Correntes	68.062.546	9.325.676	77.388.222
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	61.827.347		61.827.347
127 - Custas Judiciais	6.235.199		6.235.199
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.325.676	9.325.676
4 - Investimentos	3.915.979		3.915.979
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.915.979		3.915.979
14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	137.511.116	28.599.475	166.110.591
1 - Pessoal e Encargos Sociais	110.302.972	25.256.517	135.559.489
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	110.302.972		110.302.972
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.640.377	12.640.377
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.616.140	12.616.140
3 - Outras Despesas Correntes	24.450.360	3.342.958	27.793.318
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.191.377		22.191.377
127 - Custas Judiciais	2.258.983		2.258.983
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.342.958	3.342.958
4 - Investimentos	2.757.784		2.757.784
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.757.784		2.757.784
14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	281.966.121	66.253.008	348.219.129
1 - Pessoal e Encargos Sociais	231.985.758	60.566.688	292.552.446
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	231.985.758		231.985.758
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.143.654	27.143.654
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.423.034	33.423.034
3 - Outras Despesas Correntes	47.541.096	5.686.320	53.227.416
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.628.071		43.628.071
127 - Custas Judiciais	3.913.025		3.913.025
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.686.320	5.686.320
4 - Investimentos	2.439.267		2.439.267
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.439.267		2.439.267
14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	82.876.327	10.393.866	93.270.193
1 - Pessoal e Encargos Sociais	61.948.687	8.655.049	70.603.736
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	61.948.687		61.948.687
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.727.661	6.727.661
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.927.388	1.927.388

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	18.491.640	1.738.817	20.230.457
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	16.725.611		16.725.611
127 - Custas Judiciais	1.766.029		1.766.029
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.738.817	1.738.817
4 - Investimentos	2.436.000		2.436.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.436.000		2.436.000
14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	175.965.749	47.437.353	223.403.102
1 - Pessoal e Encargos Sociais	142.909.118	42.906.253	185.815.371
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	142.909.118		142.909.118
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.426.823	15.426.823
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.479.430	27.479.430
3 - Outras Despesas Correntes	31.204.103	4.531.100	35.735.203
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	28.139.972		28.139.972
127 - Custas Judiciais	3.064.131		3.064.131
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.531.100	4.531.100
4 - Investimentos	1.852.528		1.852.528
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.852.528		1.852.528
14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	651.620.460	201.652.171	853.272.631
1 - Pessoal e Encargos Sociais	550.449.279	183.833.039	734.282.318
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	550.449.279		550.449.279
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		65.253.856	65.253.856
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		118.579.183	118.579.183
3 - Outras Despesas Correntes	100.843.469	17.819.132	118.662.601
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	92.253.158		92.253.158
127 - Custas Judiciais	8.590.311		8.590.311
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		17.819.132	17.819.132
4 - Investimentos	327.712		327.712
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	327.712		327.712
14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	84.734.954	16.306.120	101.041.074
1 - Pessoal e Encargos Sociais	69.947.862	14.375.764	84.323.626
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	69.947.862		69.947.862
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.333.320	8.333.320
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.042.444	6.042.444
3 - Outras Despesas Correntes	13.437.092	1.930.356	15.367.448
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.165.665		12.165.665
127 - Custas Judiciais	1.271.427		1.271.427
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.930.356	1.930.356
4 - Investimentos	1.350.000		1.350.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.350.000		1.350.000
14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	94.233.797	8.524.199	102.757.996
1 - Pessoal e Encargos Sociais	67.128.797	6.584.864	73.713.661
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	67.128.797		67.128.797
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.584.864	6.584.864
3 - Outras Despesas Correntes	22.807.950	1.939.335	24.747.285

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.538.492		20.538.492
127 - Custas Judiciais	2.269.458		2.269.458
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.939.335	1.939.335
4 - Investimentos	4.297.050		4.297.050
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.297.050		4.297.050
14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	48.011.958	7.466.402	55.478.360
1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.455.608	5.898.919	44.354.527
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.455.608		38.455.608
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.348.669	4.348.669
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.550.250	1.550.250
3 - Outras Despesas Correntes	9.123.941	1.567.483	10.691.424
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.218.949		8.218.949
127 - Custas Judiciais	904.992		904.992
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.567.483	1.567.483
4 - Investimentos	432.409		432.409
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	432.409		432.409
14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	49.911.467	4.483.965	54.395.432
1 - Pessoal e Encargos Sociais	36.608.095	2.978.586	39.586.681
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.608.095		36.608.095
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.978.586	2.978.586
3 - Outras Despesas Correntes	12.824.431	1.505.379	14.329.810
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.505.338		11.505.338
127 - Custas Judiciais	1.319.093		1.319.093
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.505.379	1.505.379
4 - Investimentos	478.941		478.941
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	478.941		478.941
14901 - Fundo Partidário	979.442.790		979.442.790
3 - Outras Despesas Correntes	979.442.790		979.442.790
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	895.093.314		895.093.314
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	84.349.476		84.349.476
15000 - Justiça do Trabalho	15.732.052.151	6.067.505.625	21.799.557.776
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.537.004.464	5.651.062.871	19.188.067.335
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.537.004.464		13.537.004.464
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		888.138.295	888.138.295
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.686.033.839	1.686.033.839
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.076.890.737	3.076.890.737
3 - Outras Despesas Correntes	2.081.340.742	416.442.754	2.497.783.496
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.743.838.298		1.743.838.298
127 - Custas Judiciais	156.961.681		156.961.681
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.971.491		12.971.491
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		416.442.754	416.442.754
181 - Recursos de Convênios	167.569.272		167.569.272
4 - Investimentos	113.706.945		113.706.945
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	113.706.945		113.706.945
15101 - Tribunal Superior do Trabalho	1.022.139.052	371.826.936	1.393.965.988

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	732.216.689	328.592.745	1.060.809.434
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	732.216.689		732.216.689
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		96.187.498	96.187.498
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		232.305.247	232.305.247
3 - Outras Despesas Correntes	274.217.072	43.234.191	317.451.263
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	251.316.377		251.316.377
127 - Custas Judiciais	22.397.053		22.397.053
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	503.642		503.642
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		43.234.191	43.234.191
4 - Investimentos	15.705.291		15.705.291
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	15.705.291		15.705.291
15102 - Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	1.359.944.463	752.615.359	2.112.559.822
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.208.448.318	719.894.479	1.928.342.797
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.208.448.318		1.208.448.318
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		216.879	216.879
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		148.855.037	148.855.037
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		570.822.563	570.822.563
3 - Outras Despesas Correntes	146.847.869	32.720.880	179.568.749
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	111.459.899		111.459.899
127 - Custas Judiciais	10.714.830		10.714.830
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	42.000		42.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		32.720.880	32.720.880
181 - Recursos de Convênios	24.631.140		24.631.140
4 - Investimentos	4.648.276		4.648.276
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.648.276		4.648.276
15103 - Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	2.122.925.221	758.346.304	2.881.271.525
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.858.770.962	708.215.354	2.566.986.316
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.858.770.962		1.858.770.962
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		54.951	54.951
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		237.808.262	237.808.262
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		470.352.141	470.352.141
3 - Outras Despesas Correntes	258.019.885	50.130.950	308.150.835
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	203.699.634		203.699.634
127 - Custas Judiciais	19.405.945		19.405.945
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.931.934		1.931.934
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		50.130.950	50.130.950
181 - Recursos de Convênios	32.982.372		32.982.372
4 - Investimentos	6.134.374		6.134.374
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.134.374		6.134.374
15104 - Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	1.330.047.601	653.045.458	1.983.093.059
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.168.766.423	620.454.898	1.789.221.321
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.168.766.423		1.168.766.423
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		278.314.907	278.314.907
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		150.035.909	150.035.909

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		192.104.082	192.104.082
3 - Outras Despesas Correntes	154.933.309	32.590.560	187.523.869
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	125.344.337		125.344.337
127 - Custas Judiciais	11.329.939		11.329.939
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.214.761		1.214.761
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		32.590.560	32.590.560
181 - Recursos de Convênios	17.044.272		17.044.272
4 - Investimentos	6.347.869		6.347.869
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.347.869		6.347.869
15105 - Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio	1.190.965.896	605.144.292	1.796.110.188
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.032.005.302	565.010.943	1.597.016.245
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.032.005.302		1.032.005.302
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		50.816.091	50.816.091
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		134.180.253	134.180.253
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		380.014.599	380.014.599
3 - Outras Despesas Correntes	140.466.594	40.133.349	180.599.943
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	111.068.367		111.068.367
127 - Custas Judiciais	9.353.967		9.353.967
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	340.236		340.236
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		40.133.349	40.133.349
181 - Recursos de Convênios	19.704.024		19.704.024
4 - Investimentos	18.494.000		18.494.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.494.000		18.494.000
15106 - Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	828.457.177	344.949.440	1.173.406.617
1 - Pessoal e Encargos Sociais	730.498.785	326.585.000	1.057.083.785
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	730.498.785		730.498.785
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.515.506	1.515.506
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		96.091.385	96.091.385
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		228.978.109	228.978.109
3 - Outras Despesas Correntes	97.689.384	18.364.440	116.053.824
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	90.595.164		90.595.164
127 - Custas Judiciais	6.832.326		6.832.326
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	261.894		261.894
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.364.440	18.364.440
4 - Investimentos	269.008		269.008
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	269.008		269.008
15107 - Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região -	638.690.865	244.963.401	883.654.266
1 - Pessoal e Encargos Sociais	560.797.673	228.314.661	789.112.334
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	560.797.673		560.797.673
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		50.000	50.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		73.068.550	73.068.550
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		155.196.111	155.196.111
3 - Outras Despesas Correntes	72.764.867	16.648.740	89.413.607
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	59.560.774		59.560.774
127 - Custas Judiciais	5.505.046		5.505.046

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.817.099		2.817.099
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.648.740	16.648.740
181 - Recursos de Convênios	4.881.948		4.881.948
4 - Investimentos	5.128.325		5.128.325
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.128.325		5.128.325
15108 - Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	336.553.728	125.669.595	462.223.323
1 - Pessoal e Encargos Sociais	294.665.916	117.705.135	412.371.051
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	294.665.916		294.665.916
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		169.000	169.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.588.664	38.588.664
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		78.947.471	78.947.471
3 - Outras Despesas Correntes	38.643.739	7.964.460	46.608.199
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	31.827.863		31.827.863
127 - Custas Judiciais	3.062.744		3.062.744
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	459.228		459.228
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.964.460	7.964.460
181 - Recursos de Convênios	3.293.904		3.293.904
4 - Investimentos	3.244.073		3.244.073
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.244.073		3.244.073
15109 - Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região -	451.045.920	197.929.222	648.975.142
1 - Pessoal e Encargos Sociais	388.657.050	185.434.282	574.091.332
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	388.657.050		388.657.050
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		19.667.988	19.667.988
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.596.323	43.596.323
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		122.169.971	122.169.971
3 - Outras Despesas Correntes	61.388.870	12.494.940	73.883.810
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	53.796.118		53.796.118
127 - Custas Judiciais	5.094.191		5.094.191
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	217.289		217.289
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.494.940	12.494.940
181 - Recursos de Convênios	2.281.272		2.281.272
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
15110 - Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	850.276.258	261.939.932	1.112.216.190
1 - Pessoal e Encargos Sociais	752.405.091	241.560.653	993.965.744
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	752.405.091		752.405.091
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		31.931.895	31.931.895
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		91.957.115	91.957.115
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		117.671.643	117.671.643
3 - Outras Despesas Correntes	97.458.803	20.379.279	117.838.082
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	79.147.493		79.147.493
127 - Custas Judiciais	6.703.745		6.703.745
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	505.129		505.129
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		20.379.279	20.379.279
181 - Recursos de Convênios	11.102.436		11.102.436

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	412.364		412.364
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	412.364		412.364
15111 - Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito	421.393.082	219.291.000	640.684.082
1 - Pessoal e Encargos Sociais	350.189.114	206.527.740	556.716.854
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	350.189.114		350.189.114
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		108.991.092	108.991.092
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		42.786.061	42.786.061
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		54.750.587	54.750.587
3 - Outras Despesas Correntes	70.960.526	12.763.260	83.723.786
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	57.904.497		57.904.497
127 - Custas Judiciais	6.110.319		6.110.319
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	747.686		747.686
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.763.260	12.763.260
181 - Recursos de Convênios	6.198.024		6.198.024
4 - Investimentos	243.442		243.442
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	243.442		243.442
15112 - Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região -	310.909.206	170.642.040	481.551.246
1 - Pessoal e Encargos Sociais	255.840.651	164.571.300	420.411.951
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	255.840.651		255.840.651
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		123.998.936	123.998.936
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.797.737	17.797.737
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.774.627	22.774.627
3 - Outras Despesas Correntes	49.367.616	6.070.740	55.438.356
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	41.792.509		41.792.509
127 - Custas Judiciais	4.217.487		4.217.487
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	284.972		284.972
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.070.740	6.070.740
181 - Recursos de Convênios	3.072.648		3.072.648
4 - Investimentos	5.700.939		5.700.939
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.700.939		5.700.939
15113 - Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa	522.442.309	279.831.964	802.274.273
1 - Pessoal e Encargos Sociais	461.809.885	265.809.664	727.619.549
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	461.809.885		461.809.885
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		137.766.476	137.766.476
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		56.168.258	56.168.258
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		71.874.930	71.874.930
3 - Outras Despesas Correntes	58.744.052	14.022.300	72.766.352
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.941.816		50.941.816
127 - Custas Judiciais	4.095.858		4.095.858
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	57.538		57.538
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		14.022.300	14.022.300
181 - Recursos de Convênios	3.648.840		3.648.840
4 - Investimentos	1.888.372		1.888.372
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.888.372		1.888.372
15114 - Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	345.616.645	127.786.174	473.402.819

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	312.538.149	121.281.994	433.820.143
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	312.538.149		312.538.149
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		32.557.800	32.557.800
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		38.920.332	38.920.332
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.803.862	49.803.862
3 - Outras Despesas Correntes	31.628.503	6.504.180	38.132.683
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	28.273.008		28.273.008
127 - Custas Judiciais	2.256.715		2.256.715
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.504.180	6.504.180
181 - Recursos de Convênios	1.098.780		1.098.780
4 - Investimentos	1.449.993		1.449.993
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.449.993		1.449.993
15115 - Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região -	272.632.225	97.049.657	369.681.882
1 - Pessoal e Encargos Sociais	236.136.719	88.133.177	324.269.896
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	236.136.719		236.136.719
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.836.461	4.836.461
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		46.418.058	46.418.058
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.878.658	36.878.658
3 - Outras Despesas Correntes	34.815.147	8.916.480	43.731.627
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	29.963.284		29.963.284
127 - Custas Judiciais	2.859.687		2.859.687
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	68.660		68.660
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.916.480	8.916.480
181 - Recursos de Convênios	1.923.516		1.923.516
4 - Investimentos	1.680.359		1.680.359
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.680.359		1.680.359
15116 - Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região -	1.303.429.174	454.299.851	1.757.729.025
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.100.499.224	408.826.412	1.509.325.636
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.100.499.224		1.100.499.224
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		95.857.157	95.857.157
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		137.289.130	137.289.130
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		175.680.125	175.680.125
3 - Outras Despesas Correntes	199.809.222	45.473.439	245.282.661
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	166.311.146		166.311.146
127 - Custas Judiciais	14.680.464		14.680.464
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	756.148		756.148
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		45.473.439	45.473.439
181 - Recursos de Convênios	18.061.464		18.061.464
4 - Investimentos	3.120.728		3.120.728
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.120.728		3.120.728
15117 - Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região -	212.377.991	31.408.413	243.786.404
1 - Pessoal e Encargos Sociais	182.325.156	27.090.787	209.415.943
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	182.325.156		182.325.156
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.264.658	22.264.658

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.726.129	4.726.129
3 - Outras Despesas Correntes	29.287.319	4.317.626	33.604.945
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.717.846		25.717.846
127 - Custas Judiciais	2.466.806		2.466.806
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	69.383		69.383
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.317.626	4.317.626
181 - Recursos de Convênios	1.033.284		1.033.284
4 - Investimentos	765.516		765.516
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	765.516		765.516
15118 - Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito	305.689.152	50.482.232	356.171.384
1 - Pessoal e Encargos Sociais	244.670.013	44.749.472	289.419.485
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	244.670.013		244.670.013
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		31.228.850	31.228.850
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.520.622	13.520.622
3 - Outras Despesas Correntes	34.719.139	5.732.760	40.451.899
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	27.397.842		27.397.842
127 - Custas Judiciais	2.595.905		2.595.905
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	88.484		88.484
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.732.760	5.732.760
181 - Recursos de Convênios	4.636.908		4.636.908
4 - Investimentos	26.300.000		26.300.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	26.300.000		26.300.000
15119 - Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	480.548.227	83.427.854	563.976.081
1 - Pessoal e Encargos Sociais	419.294.913	73.115.594	492.410.507
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	419.294.913		419.294.913
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		50.064.243	50.064.243
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.051.351	23.051.351
3 - Outras Despesas Correntes	60.756.314	10.312.260	71.068.574
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	52.912.739		52.912.739
127 - Custas Judiciais	4.362.747		4.362.747
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.111.740		1.111.740
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.312.260	10.312.260
181 - Recursos de Convênios	2.369.088		2.369.088
4 - Investimentos	497.000		497.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	497.000		497.000
15120 - Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	209.231.959	36.357.790	245.589.749
1 - Pessoal e Encargos Sociais	180.155.869	30.493.450	210.649.319
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	180.155.869		180.155.869
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		792.000	792.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.540.081	21.540.081
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.161.369	8.161.369
3 - Outras Despesas Correntes	28.445.650	5.864.340	34.309.990
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	24.336.760		24.336.760
127 - Custas Judiciais	2.190.351		2.190.351
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	205.359		205.359

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.864.340	5.864.340
181 - Recursos de Convênios	1.713.180		1.713.180
4 - Investimentos	630.440		630.440
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	630.440		630.440
15121 - Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	166.792.805	29.890.690	196.683.495
1 - Pessoal e Encargos Sociais	142.794.077	27.215.230	170.009.307
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	142.794.077		142.794.077
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		78.000	78.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.037.150	20.037.150
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.100.080	7.100.080
3 - Outras Despesas Correntes	23.358.083	2.675.460	26.033.543
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.053.929		18.053.929
127 - Custas Judiciais	1.990.563		1.990.563
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	206.011		206.011
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.675.460	2.675.460
181 - Recursos de Convênios	3.107.580		3.107.580
4 - Investimentos	640.645		640.645
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	640.645		640.645
15122 - Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio	238.775.899	65.185.355	303.961.254
1 - Pessoal e Encargos Sociais	208.143.488	59.702.855	267.846.343
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	208.143.488		208.143.488
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.495.064	26.495.064
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.107.791	33.107.791
3 - Outras Despesas Correntes	29.421.069	5.482.500	34.903.569
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.169.911		25.169.911
127 - Custas Judiciais	2.271.531		2.271.531
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	283.727		283.727
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.482.500	5.482.500
181 - Recursos de Convênios	1.695.900		1.695.900
4 - Investimentos	1.211.342		1.211.342
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.211.342		1.211.342
15123 - Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	146.675.285	15.090.749	161.766.034
1 - Pessoal e Encargos Sociais	127.725.846	11.347.169	139.073.015
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	127.725.846		127.725.846
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.347.169	11.347.169
3 - Outras Despesas Correntes	18.330.852	3.743.580	22.074.432
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	15.991.569		15.991.569
127 - Custas Judiciais	1.452.483		1.452.483
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	60.000		60.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.743.580	3.743.580
181 - Recursos de Convênios	826.800		826.800
4 - Investimentos	618.587		618.587
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	618.587		618.587
15124 - Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato	299.168.752	43.502.832	342.671.584

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	260.472.385	38.079.672	298.552.057
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	260.472.385		260.472.385
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		223.056	223.056
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.199.685	30.199.685
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.656.931	7.656.931
3 - Outras Despesas Correntes	36.333.021	5.423.160	41.756.181
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	32.069.339		32.069.339
127 - Custas Judiciais	2.901.969		2.901.969
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	411.973		411.973
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.423.160	5.423.160
181 - Recursos de Convênios	949.740		949.740
4 - Investimentos	2.363.346		2.363.346
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.363.346		2.363.346
15125 - Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato	211.704.493	46.829.085	258.533.578
1 - Pessoal e Encargos Sociais	183.558.000	42.350.205	225.908.205
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	183.558.000		183.558.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100	100
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.108.367	23.108.367
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.241.738	19.241.738
3 - Outras Despesas Correntes	27.933.837	4.478.880	32.412.717
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	24.186.077		24.186.077
127 - Custas Judiciais	2.109.010		2.109.010
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	326.598		326.598
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.478.880	4.478.880
181 - Recursos de Convênios	1.312.152		1.312.152
4 - Investimentos	212.656		212.656
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	212.656		212.656
15126 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	153.618.766		153.618.766
1 - Pessoal e Encargos Sociais	143.618.766		143.618.766
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	143.618.766		143.618.766
3 - Outras Despesas Correntes	5.000.000		5.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.000.000		5.000.000
4 - Investimentos	5.000.000		5.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.000.000		5.000.000
16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	2.480.580.288	606.984.236	3.087.564.524
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.077.846.359	540.728.730	2.618.575.089
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.077.846.359		2.077.846.359
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		410.000	410.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		242.520.547	242.520.547
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		297.798.183	297.798.183
3 - Outras Despesas Correntes	378.433.929	66.255.506	444.689.435
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	340.095.043		340.095.043
127 - Custas Judiciais	34.292.439		34.292.439
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		66.255.506	66.255.506
181 - Recursos de Convênios	4.043.471		4.043.471

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.976		2.976
4 - Investimentos	24.300.000		24.300.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.812.029		20.812.029
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.594.714		1.594.714
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.893.257		1.893.257
16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal	2.468.027.413	606.984.236	3.075.011.649
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.077.846.359	540.728.730	2.618.575.089
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.077.846.359		2.077.846.359
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		410.000	410.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		242.520.547	242.520.547
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		297.798.183	297.798.183
3 - Outras Despesas Correntes	366.181.054	66.255.506	432.436.560
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	329.283.696		329.283.696
127 - Custas Judiciais	32.850.911		32.850.911
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		66.255.506	66.255.506
181 - Recursos de Convênios	4.043.471		4.043.471
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.976		2.976
4 - Investimentos	24.000.000		24.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.512.029		20.512.029
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.594.714		1.594.714
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.893.257		1.893.257
16103 - Justiça da Infância e da Juventude	12.552.875		12.552.875
3 - Outras Despesas Correntes	12.252.875		12.252.875
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.811.347		10.811.347
127 - Custas Judiciais	1.441.528		1.441.528
4 - Investimentos	300.000		300.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	300.000		300.000
17000 - Conselho Nacional de Justiça	207.300.574	4.157.560	211.458.134
1 - Pessoal e Encargos Sociais	88.151.943	157.560	88.309.503
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	88.151.943		88.151.943
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		131.261	131.261
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		277	277
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.022	26.022
3 - Outras Despesas Correntes	115.748.410	4.000.000	119.748.410
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	115.748.410		115.748.410
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.000.000	4.000.000
4 - Investimentos	3.400.221		3.400.221
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.400.221		3.400.221
17101 - Conselho Nacional de Justiça	207.300.574	4.157.560	211.458.134
1 - Pessoal e Encargos Sociais	88.151.943	157.560	88.309.503
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	88.151.943		88.151.943
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		131.261	131.261
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		277	277
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.022	26.022

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	115.748.410	4.000.000	119.748.410
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	115.748.410		115.748.410
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.000.000	4.000.000
4 - Investimentos	3.400.221		3.400.221
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.400.221		3.400.221

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1.00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
PODER EXECUTIVO	203.687.963.457	852.086.479.183	1.055.774.442.640
1 - Pessoal e Encargos Sociais	62.154.116.449	100.314.615.777	162.468.732.226
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.247.724.813	1.000	50.247.725.813
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		615.848.277	615.848.277
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		7.594.446.144	7.594.446.144
129 - Recursos de Concessões e Permissões	520.488.048		520.488.048
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	7.991.333.201		7.991.333.201
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	370.342.879		370.342.879
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	422.717.628		422.717.628
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		51.986.257.567	51.986.257.567
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		11.668.442.572	11.668.442.572
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.505.284.512	12.505.284.512
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.944.335.705	15.944.335.705
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	684.578.161		684.578.161
176 - Outras Contribuições Sociais	412.914.087		412.914.087
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	1.403.218.005		1.403.218.005
180 - Recursos Próprios Financeiros	100.799.627		100.799.627
2 - Juros e Encargos da Dívida	987.444.429		987.444.429
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.671.437		30.671.437
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	953.608.532		953.608.532
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.164.460		3.164.460
3 - Outras Despesas Correntes	45.228.507.648	730.058.963.067	775.287.470.715
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	16.004.546.829	1.168.639.779	17.173.186.608
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	7.206.884.025		7.206.884.025
113 - Contribuição do Salário-Educação	3.624.933.023	4.059.564.405	7.684.497.428
116 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	82.489.311		82.489.311
117 - Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		131.564	131.564
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	734.123.318	158.998.188	893.121.506
129 - Recursos de Concessões e Permissões	152.809.984		152.809.984
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	13.500.000		13.500.000
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	550.301.840		550.301.840
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	56.659.372		56.659.372
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	99.550.835		99.550.835
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.170.000		1.170.000
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	46.450.308	632.784.596	679.234.904
139 - Alienação de Bens Apreendidos	167.121.164	107.577.972	274.699.136
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		36.955.699.793	36.955.699.793
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	62.687.141		62.687.141
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.534.638.382	1.120.234.947	2.654.873.329
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	2.391.976.466	459.233.076	2.851.209.542
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	53.231.938		53.231.938
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.156.064.587	1.870.074.274	7.026.138.861

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.364.241.405	18.364.241.405
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		230.767.393.920	230.767.393.920
154 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social		410.401.519.532	410.401.519.532
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		19.506.067	19.506.067
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	64.139.687	2.229.223.361	2.293.363.048
172 - Outras Contribuições Econômicas	183.212.135		183.212.135
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.636.376.752	335.254.504	2.971.631.256
175 - Taxas por Serviços Públicos	4.770.091		4.770.091
176 - Outras Contribuições Sociais	334.817.355	6.578.967	341.396.322
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	171.445.427		171.445.427
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.338.932.146	12.102.074.983	13.441.007.129
181 - Recursos de Convênios	38.594.204	4.312.034	42.906.238
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	190.187.712		190.187.712
184 - Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	50.754.704		50.754.704
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.382.530.532	8.403.760.893	9.786.291.425
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	795.205.716	887.557.251	1.682.762.967
193 - Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	55.604.871		55.604.871
194 - Doações para o Combate à Fome		9.873	9.873
195 - Doações de Entidades Internacionais	2.240.000	2.799.455	5.039.455
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	40.557.793	1.792.228	42.350.021
4 - Investimentos	42.598.853.043	6.051.581.746	48.650.434.789
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	14.892.859.842	142.384.330	15.035.244.172
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	122.678.372		122.678.372
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	988.294.385		988.294.385
113 - Contribuição do Salário-Educação	869.037.303		869.037.303
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	891.542.051	19.146.000	910.688.051
129 - Recursos de Concessões e Permissões	8.400.000		8.400.000
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	120.422.027		120.422.027
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	6.300.000		6.300.000
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	744.000		744.000
139 - Alienação de Bens Apreendidos	12.020.893		12.020.893
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	11.078.366		11.078.366
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.380.843.076		1.380.843.076
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	13.615.388.244	1.224.800.000	14.840.188.244
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	4.902.827		4.902.827
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	2.116.484.631		2.116.484.631
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.119.591.848	34.021.642	1.153.613.490
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.066.757.843	2.066.757.843
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		2.252.789.340	2.252.789.340
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	54.229.245	4.472.231	58.701.476
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	564.380	24.168.740	24.733.120
172 - Outras Contribuições Econômicas	117.996.178		117.996.178
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	415.205.231	23.876.905	439.082.136

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
176 - Outras Contribuições Sociais	34.170.932		34.170.932
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	21.145.650		21.145.650
180 - Recursos Próprios Financeiros	192.394.407	5.604.932	197.999.339
181 - Recursos de Convênios	35.030.625		35.030.625
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	5.787.562		5.787.562
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	260.665.936		260.665.936
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	5.270.155.132	253.459.783	5.523.614.915
195 - Doações de Entidades Internacionais	1.100.000	100.000	1.200.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	29.819.900		29.819.900
5 - Inversões Financeiras	29.456.436.468		29.456.436.468
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.109.967.243		7.109.967.243
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	350.000.000		350.000.000
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP	19.883.123.220		19.883.123.220
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	135.000.000		135.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.104.198		5.104.198
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.395.018.487		1.395.018.487
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.886.024		1.886.024
164 - Títulos da Dívida Agrária	48.609		48.609
172 - Outras Contribuições Econômicas	2.090.450		2.090.450
176 - Outras Contribuições Sociais	482.648.237		482.648.237
180 - Recursos Próprios Financeiros	61.050.000		61.050.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	30.500.000		30.500.000
6 - Amortização da Dívida	2.604.738.024		2.604.738.024
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.400.000		50.400.000
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	2.538.634.224		2.538.634.224
180 - Recursos Próprios Financeiros	15.703.800		15.703.800
9 - Reserva de Contingência	20.657.867.396	15.661.318.593	36.319.185.989
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	84.023.688	1.753.461	85.777.149
120 - Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	821.498		821.498
129 - Recursos de Concessões e Permissões	3.081.595.932		3.081.595.932
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	255.851.363		255.851.363
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	1.198.497.683		1.198.497.683
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	5.621.262		5.621.262
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	69.710.835		69.710.835
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	34.730.564		34.730.564
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	332.607.532		332.607.532
139 - Alienação de Bens Apreendidos		17.775.101	17.775.101
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		14.201.716.449	14.201.716.449
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	402.928.236		402.928.236
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	636.985.134		636.985.134
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.977.050.680	904.010.942	2.881.061.622
162 - Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.004.185		1.004.185

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	355.351.957		355.351.957
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	39.368.028		39.368.028
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	208.664.115	7.020	208.671.135
172 - Outras Contribuições Econômicas	6.056.945.725		6.056.945.725
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.101.523.222	503.388.763	2.604.911.985
175 - Taxas por Serviços Públicos	118.425.420		118.425.420
176 - Outras Contribuições Sociais	294.377.126		294.377.126
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	262.553.694		262.553.694
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.003.531.212	21.041	2.003.552.253
181 - Recursos de Convênios	10.000.000		10.000.000
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	615.130		615.130
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.104.996.764		1.104.996.764
194 - Doações para o Combate à Fome		4.013	4.013
195 - Doações de Entidades Internacionais	3.160.000		3.160.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	16.926.411	32.641.803	49.568.214
20000 - Presidência da República	499.718.955	315.423.131	815.142.086
1 - Pessoal e Encargos Sociais	194.573.477	305.091.378	499.664.855
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	194.573.477		194.573.477
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		36.860.871	36.860.871
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		120.794.787	120.794.787
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		59.921.725	59.921.725
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		87.513.995	87.513.995
3 - Outras Despesas Correntes	177.457.367	10.331.753	187.789.120
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	139.110.001		139.110.001
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	38.347.366		38.347.366
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.331.753	10.331.753
4 - Investimentos	76.761.268		76.761.268
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	67.908.634		67.908.634
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	8.852.634		8.852.634
9 - Reserva de Contingência	50.926.843		50.926.843
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	50.926.843		50.926.843
20101 - Presidência da República	182.857.692	3.790.662	186.648.354
1 - Pessoal e Encargos Sociais	56.070.609	2.000	56.072.609
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	56.070.609		56.070.609
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000	2.000
3 - Outras Despesas Correntes	90.993.549	3.788.662	94.782.211
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	90.993.549		90.993.549
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.788.662	3.788.662
4 - Investimentos	35.793.534		35.793.534
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	35.793.534		35.793.534
20118 - Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	192.082.396	205.313.214	397.395.610
1 - Pessoal e Encargos Sociais	127.844.776	200.661.310	328.506.086
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	127.844.776		127.844.776
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		97.917.940	97.917.940
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		41.757.587	41.757.587

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		60.985.783	60.985.783
3 - Outras Despesas Correntes	38.387.620	4.651.904	43.039.524
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.387.620		38.387.620
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.651.904	4.651.904
4 - Investimentos	25.850.000		25.850.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.850.000		25.850.000
20204 - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	17.681.959	190.160	17.872.119
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.313.618	2.000	2.315.618
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.313.618		2.313.618
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000	2.000
3 - Outras Despesas Correntes	9.103.241	188.160	9.291.401
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.903.241		8.903.241
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	200.000		200.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		188.160	188.160
4 - Investimentos	6.265.100		6.265.100
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.265.100		6.265.100
20927 - Fundo de Imprensa Nacional	107.096.908	106.129.095	213.226.003
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.344.474	104.426.068	112.770.542
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.344.474		8.344.474
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		36.860.871	36.860.871
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		22.872.847	22.872.847
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.164.138	18.164.138
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.528.212	26.528.212
3 - Outras Despesas Correntes	38.972.957	1.703.027	40.675.984
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	825.591		825.591
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	38.147.366		38.147.366
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.703.027	1.703.027
4 - Investimentos	8.852.634		8.852.634
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	8.852.634		8.852.634
9 - Reserva de Contingência	50.926.843		50.926.843
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	50.926.843		50.926.843
22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	10.478.548.384	2.280.637.159	12.759.185.543
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.173.769.714	2.100.406.586	4.274.176.300
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.439.211.061		1.439.211.061
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.024.945.076	1.024.945.076
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		437.095.628	437.095.628
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		638.365.882	638.365.882
176 - Outras Contribuições Sociais	412.914.087		412.914.087
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	321.644.566		321.644.566
3 - Outras Despesas Correntes	1.986.436.227	180.230.573	2.166.666.800
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	767.238.223		767.238.223
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		13.945.265	13.945.265
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.550.319		2.550.319
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	629.600.000		629.600.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	7.231.938		7.231.938

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	131.263.079		131.263.079
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		166.285.308	166.285.308
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	2.857.166		2.857.166
172 - Outras Contribuições Econômicas	309.755		309.755
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	16.284.018		16.284.018
176 - Outras Contribuições Sociais	275.623.004		275.623.004
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.191.110		6.191.110
181 - Recursos de Convênios	1.494.927		1.494.927
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	142.800.399		142.800.399
195 - Doações de Entidades Internacionais	740.000		740.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	2.252.289		2.252.289
4 - Investimentos	2.539.486.593		2.539.486.593
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	187.287.275		187.287.275
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	1.707.040.000		1.707.040.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.000.000		1.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	3.715.036		3.715.036
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	580.000		580.000
176 - Outras Contribuições Sociais	31.061.283		31.061.283
180 - Recursos Próprios Financeiros	637.596		637.596
181 - Recursos de Convênios	2.800.000		2.800.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	604.721.603		604.721.603
195 - Doações de Entidades Internacionais	100.000		100.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	43.800		43.800
5 - Inversões Financeiras	3.500.815.579		3.500.815.579
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.623.100.246		1.623.100.246
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.395.018.487		1.395.018.487
164 - Títulos da Dívida Agrária	48.609		48.609
176 - Outras Contribuições Sociais	482.648.237		482.648.237
9 - Reserva de Contingência	278.040.271		278.040.271
129 - Recursos de Concessões e Permissões	12.964.972		12.964.972
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	18.196.764		18.196.764
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	44.700.013		44.700.013
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	11.807.223		11.807.223
172 - Outras Contribuições Econômicas	244.792		244.792
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	47.461.851		47.461.851
176 - Outras Contribuições Sociais	122.549.306		122.549.306
180 - Recursos Próprios Financeiros	28.939		28.939
195 - Doações de Entidades Internacionais	3.160.000		3.160.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	16.926.411		16.926.411
22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento -	4.050.339.631	1.624.361.238	5.674.700.869
1 - Pessoal e Encargos Sociais	550.501.285	1.601.295.785	2.151.797.070
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	228.856.719		228.856.719
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		781.390.630	781.390.630

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1.000.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		333.230.855	333.230.855
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		486.674.300	486.674.300
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	321.644.566		321.644.566
3 - Outras Despesas Correntes	1.002.304.679	23.065.453	1.025.370.132
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	644.891.348		644.891.348
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	109.996.955		109.996.955
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	5.231.938		5.231.938
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	41.610.094		41.610.094
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		23.065.453	23.065.453
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	2.857.166		2.857.166
172 - Outras Contribuições Econômicas	309.755		309.755
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	16.095.839		16.095.839
176 - Outras Contribuições Sociais	55.549.258		55.549.258
181 - Recursos de Convênios	1.494.927		1.494.927
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	124.267.399		124.267.399
4 - Investimentos	2.359.126.354		2.359.126.354
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	182.075.850		182.075.850
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	1.601.440.000		1.601.440.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	540.000		540.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	580.000		580.000
176 - Outras Contribuições Sociais	15.782.875		15.782.875
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	558.707.629		558.707.629
5 - Inversões Financeiras	3.805.992		3.805.992
176 - Outras Contribuições Sociais	3.805.992		3.805.992
9 - Reserva de Contingência	134.601.321		134.601.321
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	11.807.223		11.807.223
172 - Outras Contribuições Econômicas	244.792		244.792
176 - Outras Contribuições Sociais	122.549.306		122.549.306
22106 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB	69.225.483	69.544	69.295.027
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.007.291	2.000	9.009.291
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.007.291		9.007.291
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000	2.000
3 - Outras Despesas Correntes	25.827.618	67.544	25.895.162
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.345.924		2.345.924
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.550.319		2.550.319
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	15.939.086		15.939.086
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	2.000.000		2.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		67.544	67.544
195 - Doações de Entidades Internacionais	740.000		740.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	2.252.289		2.252.289
4 - Investimentos	1.331.800		1.331.800
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	188.000		188.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.000.000		1.000.000
195 - Doações de Entidades Internacionais	100.000		100.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	43.800		43.800
9 - Reserva de Contingência	33.058.774		33.058.774
129 - Recursos de Concessões e Permissões	12.964.972		12.964.972
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.391		7.391
195 - Doações de Entidades Internacionais	3.160.000		3.160.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	16.926.411		16.926.411
22201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -	3.381.775.945	515.681.983	3.897.457.928
1 - Pessoal e Encargos Sociais	498.778.372	499.108.801	997.887.173
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	85.864.285		85.864.285
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		243.552.446	243.552.446
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		103.864.773	103.864.773
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		151.691.582	151.691.582
176 - Outras Contribuições Sociais	412.914.087		412.914.087
3 - Outras Despesas Correntes	581.001.967	16.573.182	597.575.149
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.740.042		2.740.042
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		13.945.265	13.945.265
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	347.500.000		347.500.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.627.917	2.627.917
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	188.179		188.179
176 - Outras Contribuições Sociais	220.073.746		220.073.746
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	10.500.000		10.500.000
4 - Investimentos	111.363.805		111.363.805
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.011.423		5.011.423
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	52.500.000		52.500.000
176 - Outras Contribuições Sociais	15.278.408		15.278.408
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	38.573.974		38.573.974
5 - Inversões Financeiras	2.101.991.100		2.101.991.100
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.623.100.246		1.623.100.246
164 - Títulos da Dívida Agrária	48.609		48.609
176 - Outras Contribuições Sociais	478.842.245		478.842.245
9 - Reserva de Contingência	88.640.701		88.640.701
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	693.249		693.249
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	40.485.601		40.485.601
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	47.461.851		47.461.851
22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária -	1.119.996.066	87.448.634	1.207.444.700
1 - Pessoal e Encargos Sociais	790.565.497		790.565.497
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	790.565.497		790.565.497
3 - Outras Despesas Correntes	262.295.123	87.448.634	349.743.757
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	82.752.303		82.752.303
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	141.163.959		141.163.959
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	30.290.142		30.290.142
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		87.448.634	87.448.634
180 - Recursos Próprios Financeiros	355.719		355.719
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	7.733.000		7.733.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1.000.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	66.327.038		66.327.038
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.002		12.002
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	53.100.000		53.100.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	3.175.036		3.175.036
181 - Recursos de Convênios	2.800.000		2.800.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	7.240.000		7.240.000
9 - Reserva de Contingência	808.408		808.408
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	808.408		808.408
22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	1.850.608.855	53.075.760	1.903.684.615
1 - Pessoal e Encargos Sociais	324.917.269		324.917.269
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	324.917.269		324.917.269
3 - Outras Despesas Correntes	109.047.694	53.075.760	162.123.454
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	34.508.606		34.508.606
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	15.000.000		15.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	59.239.088		59.239.088
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		53.075.760	53.075.760
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	300.000		300.000
4 - Investimentos	700.000		700.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
5 - Inversões Financeiras	1.395.018.487		1.395.018.487
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	1.395.018.487		1.395.018.487
9 - Reserva de Contingência	20.925.405		20.925.405
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	17.490.462		17.490.462
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	3.406.004		3.406.004
180 - Recursos Próprios Financeiros	28.939		28.939
22906 - Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	6.602.404		6.602.404
3 - Outras Despesas Correntes	5.959.146		5.959.146
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	123.755		123.755
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.835.391		5.835.391
4 - Investimentos	637.596		637.596
180 - Recursos Próprios Financeiros	637.596		637.596
9 - Reserva de Contingência	5.662		5.662
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.662		5.662
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	7.415.320.846	1.151.082.139	8.566.402.985
1 - Pessoal e Encargos Sociais	421.801.639	1.128.514.482	1.550.316.121
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	421.801.639		421.801.639
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		419.722.177	419.722.177
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		288.071.692	288.071.692
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		420.720.613	420.720.613
3 - Outras Despesas Correntes	1.586.536.945	22.567.657	1.609.104.602
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	852.096.132		852.096.132
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	140.000		140.000
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	220.000		220.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.415.415		2.415.415
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.360.000		1.360.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	205.000.000		205.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	92.834.102		92.834.102
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		22.567.657	22.567.657
172 - Outras Contribuições Econômicas	105.613.580		105.613.580
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	4.161.845		4.161.845
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	15.847		15.847
180 - Recursos Próprios Financeiros	312.527.296		312.527.296
181 - Recursos de Convênios	10.000.000		10.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	152.728		152.728
4 - Investimentos	264.786.415		264.786.415
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	161.373.048		161.373.048
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.464.319		2.464.319
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.325.684		2.325.684
172 - Outras Contribuições Econômicas	97.676.178		97.676.178
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	947.186		947.186
5 - Inversões Financeiras	2.090.450		2.090.450
172 - Outras Contribuições Econômicas	2.090.450		2.090.450
9 - Reserva de Contingência	5.140.105.397		5.140.105.397
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	91.485.392		91.485.392
172 - Outras Contribuições Econômicas	5.045.624.698		5.045.624.698
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	2.652.348		2.652.348
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	342.959		342.959
24101 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações -	964.919.100	782.057.003	1.746.976.103
1 - Pessoal e Encargos Sociais	213.373.466	770.594.850	983.968.316
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	213.373.466		213.373.466
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		244.797.860	244.797.860
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		213.697.620	213.697.620
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		312.099.370	312.099.370
3 - Outras Despesas Correntes	589.831.647	11.462.153	601.293.800
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	380.517.772		380.517.772
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.395.415		2.395.415
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	205.000.000		205.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.765.732		1.765.732
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.462.153	11.462.153
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	152.728		152.728
4 - Investimentos	70.228.595		70.228.595
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	67.627.838		67.627.838
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	2.464.319		2.464.319
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	136.438		136.438
9 - Reserva de Contingência	91.485.392		91.485.392
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	91.485.392		91.485.392

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
24201 - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e	438.209.005	100.417.115	538.626.120
1 - Pessoal e Encargos Sociais	30.977.722	98.645.236	129.622.958
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.977.722		30.977.722
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		48.136.786	48.136.786
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.527.952	20.527.952
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		29.980.498	29.980.498
3 - Outras Despesas Correntes	395.251.783	1.771.879	397.023.662
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	378.424.607		378.424.607
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	272.327		272.327
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.771.879	1.771.879
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.554.849		6.554.849
181 - Recursos de Convênios	10.000.000		10.000.000
4 - Investimentos	11.979.500		11.979.500
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.979.500		11.979.500
24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear	314.053.587	266.656.011	580.709.598
1 - Pessoal e Encargos Sociais	159.964.306	258.751.082	418.715.388
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	159.964.306		159.964.306
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		126.264.217	126.264.217
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.846.120	53.846.120
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		78.640.745	78.640.745
3 - Outras Despesas Correntes	141.730.970	7.904.929	149.635.899
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.744.788		43.744.788
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	90.776.043		90.776.043
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.904.929	7.904.929
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	4.161.845		4.161.845
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.048.294		3.048.294
4 - Investimentos	12.358.311		12.358.311
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.221.879		9.221.879
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.189.246		2.189.246
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	947.186		947.186
24205 - Agência Espacial Brasileira	88.409.106	668.675	89.077.781
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.696.514	523.314	5.219.828
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.696.514		4.696.514
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		523.314	523.314
3 - Outras Despesas Correntes	24.623.490	145.361	24.768.851
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	24.623.490		24.623.490
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		145.361	145.361
4 - Investimentos	59.089.102		59.089.102
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	59.089.102		59.089.102
24209 - Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.	26.429.835	1.283.335	27.713.170
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.789.631		12.789.631
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.789.631		12.789.631
3 - Outras Despesas Correntes	10.185.475	1.283.335	11.468.810
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.185.475		10.185.475
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.283.335	1.283.335

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	3.454.729		3.454.729
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.454.729		3.454.729
24901 - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e	5.583.300.213		5.583.300.213
3 - Outras Despesas Correntes	424.913.580		424.913.580
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	14.600.000		14.600.000
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	140.000		140.000
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	220.000		220.000
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	20.000		20.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.360.000		1.360.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.000		20.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	105.613.580		105.613.580
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	15.847		15.847
180 - Recursos Próprios Financeiros	302.924.153		302.924.153
4 - Investimentos	107.676.178		107.676.178
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.000.000		10.000.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	97.676.178		97.676.178
5 - Inversões Financeiras	2.090.450		2.090.450
172 - Outras Contribuições Econômicas	2.090.450		2.090.450
9 - Reserva de Contingência	5.048.620.005		5.048.620.005
172 - Outras Contribuições Econômicas	5.045.624.698		5.045.624.698
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	2.652.348		2.652.348
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	342.959		342.959
25000 - Ministério da Economia	39.580.458.591	530.122.678.325	569.703.136.916
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.605.949.720	21.986.648.633	33.592.598.353
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.574.554.124	1.000	2.574.555.124
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		279.840.103	279.840.103
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	7.991.333.201		7.991.333.201
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	370.342.879		370.342.879
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	202.020.946		202.020.946
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.567.277.990	9.567.277.990
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		3.454.795.035	3.454.795.035
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.531.631.986	3.531.631.986
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.153.102.519	5.153.102.519
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	416.162.078		416.162.078
180 - Recursos Próprios Financeiros	51.536.492		51.536.492
3 - Outras Despesas Correntes	4.362.766.551	492.956.526.854	497.319.293.405
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.119.443.168	357.783.195	1.477.226.363
117 - Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		131.564	131.564
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		73.619.925	73.619.925
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	550.301.840		550.301.840
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	56.659.372		56.659.372
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	24.038.706		24.038.706
139 - Alienação de Bens Apreendidos	161.366.957		161.366.957

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		36.955.699.793	36.955.699.793
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	2.300.000		2.300.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.056.740.871	1.515.118.434	2.571.859.305
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.648.418.518	6.648.418.518
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		16.752.646.259	16.752.646.259
154 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social		410.401.519.532	410.401.519.532
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		19.506.067	19.506.067
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	5.039.634		5.039.634
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	837.953.332	52.474.047	890.427.379
175 - Taxas por Serviços Públicos	10.000		10.000
176 - Outras Contribuições Sociais		6.578.967	6.578.967
180 - Recursos Próprios Financeiros	449.716.678	12.019.181.042	12.468.897.720
184 - Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	50.754.704		50.754.704
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	44.551.328	8.145.449.511	8.190.000.839
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	3.889.961	8.400.000	12.289.961
4 - Investimentos	375.782.698	37.762.770	413.545.468
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	171.830.246		171.830.246
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	120.422.027		120.422.027
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	744.000		744.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	2.302.827		2.302.827
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	50.188.334	30.556.933	80.745.267
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.245.687		5.245.687
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	22.713.524	1.576.905	24.290.429
180 - Recursos Próprios Financeiros	275.530	5.178.932	5.454.462
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	260.523		260.523
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.800.000	450.000	2.250.000
5 - Inversões Financeiras	19.927.679.220		19.927.679.220
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	44.556.000		44.556.000
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP	19.883.123.220		19.883.123.220
9 - Reserva de Contingência	3.308.280.402	15.141.740.068	18.450.020.470
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	1.198.497.683		1.198.497.683
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	5.621.262		5.621.262
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		14.201.716.449	14.201.716.449
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	143.694.674	904.009.461	1.047.704.135
162 - Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.004.185		1.004.185
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	310.552.984		310.552.984
172 - Outras Contribuições Econômicas	15.372		15.372
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	484.404.470	35.993.117	520.397.587
175 - Taxas por Serviços Públicos	115.522.180		115.522.180
180 - Recursos Próprios Financeiros	149.294.985	21.041	149.316.026
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	899.672.607		899.672.607
25101 - Ministério da Economia - Administração Direta	3.839.950.239	5.151.391.129	8.991.341.368
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.937.157.656	4.178.636.297	6.115.793.953

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.566.814.777		1.566.814.777
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	370.342.879		370.342.879
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.261.546.770	2.261.546.770
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		779.155.220	779.155.220
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.137.934.307	1.137.934.307
3 - Outras Despesas Correntes	972.812.002	972.754.832	1.945.566.834
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	787.583.453		787.583.453
117 - Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil		131.564	131.564
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		3.741.086	3.741.086
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	56.659.372		56.659.372
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	24.038.706		24.038.706
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		968.882.182	968.882.182
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	5.039.634		5.039.634
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	450.500		450.500
184 - Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	50.754.704		50.754.704
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	44.551.328		44.551.328
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	3.734.305		3.734.305
4 - Investimentos	66.045.413		66.045.413
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	57.105.691		57.105.691
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	744.000		744.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	2.302.827		2.302.827
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.457.800		4.457.800
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	874.572		874.572
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	260.523		260.523
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	300.000		300.000
5 - Inversões Financeiras	44.556.000		44.556.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	44.556.000		44.556.000
9 - Reserva de Contingência	819.379.168		819.379.168
133 - Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	5.621.262		5.621.262
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	310.552.984		310.552.984
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	12.696.046		12.696.046
180 - Recursos Próprios Financeiros	255.496		255.496
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	490.253.380		490.253.380
25103 - Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	9.303.864.725	6.028.858.161	15.332.722.886
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.970.271.363	5.971.258.161	12.941.529.524
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		186.814.770	186.814.770
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	6.970.271.363		6.970.271.363
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.815.329.328	2.815.329.328
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.208.654.661	1.208.654.661
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.760.459.402	1.760.459.402
3 - Outras Despesas Correntes	1.720.945.640	57.600.000	1.778.545.640

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	34.369.195		34.369.195
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		57.600.000	57.600.000
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	172.564.103		172.564.103
139 - Alienação de Bens Apreendidos	161.366.957		161.366.957
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	2.300.000		2.300.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	941.487.054		941.487.054
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	408.848.331		408.848.331
175 - Taxas por Serviços Públicos	10.000		10.000
4 - Investimentos	159.625.366		159.625.366
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.000		1.000
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	115.022.027		115.022.027
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	44.602.339		44.602.339
9 - Reserva de Contingência	453.022.356		453.022.356
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	336.480.619		336.480.619
162 - Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.004.185		1.004.185
172 - Outras Contribuições Econômicas	15.372		15.372
175 - Taxas por Serviços Públicos	115.522.180		115.522.180
25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	2.675.647.821	138.074.177	2.813.721.998
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.021.061.838	133.551.677	1.154.613.515
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		70.879.720	70.879.720
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	1.021.061.838		1.021.061.838
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.306.312	11.306.312
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.876.339	20.876.339
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.489.306	30.489.306
3 - Outras Despesas Correntes	377.749.692	4.522.500	382.272.192
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.870		3.870
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		4.522.500	4.522.500
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	377.737.737		377.737.737
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	8.085		8.085
4 - Investimentos	5.400.000		5.400.000
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	5.400.000		5.400.000
9 - Reserva de Contingência	1.271.436.291		1.271.436.291
132 - Recursos destinados ao FUNDAF	862.017.064		862.017.064
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	409.419.227		409.419.227
25201 - Banco Central do Brasil	761.670.941	1.553.337.676	2.315.008.617
1 - Pessoal e Encargos Sociais	559.472.206	1.373.534.605	1.933.006.811
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	559.472.206		559.472.206
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		670.249.180	670.249.180
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		285.833.553	285.833.553
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		417.451.872	417.451.872
3 - Outras Despesas Correntes	112.764.644	179.803.071	292.567.715
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	112.764.644		112.764.644
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		179.803.071	179.803.071
4 - Investimentos	89.434.091		89.434.091

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	89.434.091		89.434.091
25203 - Comissão de Valores Mobiliários	595.634.633	55.392.383	651.027.016
1 - Pessoal e Encargos Sociais	187.578.078	54.202.467	241.780.545
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		26.449.887	26.449.887
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.279.373	11.279.373
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.473.207	16.473.207
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	187.578.078		187.578.078
3 - Outras Despesas Correntes	31.964.710	1.189.916	33.154.626
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		1.034.769	1.034.769
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		155.147	155.147
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	31.964.710		31.964.710
4 - Investimentos	2.849.571		2.849.571
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.849.571		2.849.571
9 - Reserva de Contingência	373.242.274		373.242.274
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	37.413		37.413
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	373.009.344		373.009.344
180 - Recursos Próprios Financeiros	195.517		195.517
25206 - Superintendência Nacional de Previdência		75.221.972	75.221.972
1 - Pessoal e Encargos Sociais		24.828.778	24.828.778
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		20.028.107	20.028.107
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.948.681	3.948.681
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		346.271	346.271
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		505.719	505.719
3 - Outras Despesas Correntes		13.628.101	13.628.101
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		885.941	885.941
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		12.742.160	12.742.160
4 - Investimentos		1.576.905	1.576.905
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		1.576.905	1.576.905
9 - Reserva de Contingência		35.188.188	35.188.188
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		35.167.147	35.167.147
180 - Recursos Próprios Financeiros		21.041	21.041
25208 - Superintendência de Seguros Privados	192.376.227	66.701.389	259.077.616
1 - Pessoal e Encargos Sociais	132.490.363	65.364.020	197.854.383
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		31.896.430	31.896.430
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.602.102	13.602.102
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.865.488	19.865.488
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	120.711.202		120.711.202
180 - Recursos Próprios Financeiros	11.779.161		11.779.161
3 - Outras Despesas Correntes	21.110.311	1.337.369	22.447.680
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.960		7.960
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		842.715	842.715
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.831		6.831

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		494.654	494.654
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	6.247.744		6.247.744
180 - Recursos Próprios Financeiros	14.847.776		14.847.776
4 - Investimentos	1.685.530		1.685.530
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.410.000		1.410.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	275.530		275.530
9 - Reserva de Contingência	37.090.023		37.090.023
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	37.090.023		37.090.023
25296 - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e	482.533.237	83.449.836	565.983.073
1 - Pessoal e Encargos Sociais	103.388.636	81.051.513	184.440.149
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.633.588		30.633.588
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		39.551.513	39.551.513
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.866.683	16.866.683
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.633.317	24.633.317
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	32.997.717		32.997.717
180 - Recursos Próprios Financeiros	39.757.331		39.757.331
3 - Outras Despesas Correntes	364.568.742	2.398.323	366.967.065
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.199.696		22.199.696
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.066.084	2.066.084
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.400.000		1.400.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		332.239	332.239
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	335.813.390		335.813.390
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.000.000		5.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	155.656		155.656
4 - Investimentos	12.200.000		12.200.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	10.700.000		10.700.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.500.000		1.500.000
9 - Reserva de Contingência	2.375.859		2.375.859
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.375.859		2.375.859
25297 - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	487.374.488	75.122.920	562.497.408
1 - Pessoal e Encargos Sociais	202.020.946	72.932.644	274.953.590
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	202.020.946		202.020.946
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		35.589.719	35.589.719
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.177.139	15.177.139
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.165.786	22.165.786
3 - Outras Despesas Correntes	68.666.596	2.190.276	70.856.872
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		1.904.698	1.904.698
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	68.666.596		68.666.596
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		285.578	285.578
4 - Investimentos	5.557.660		5.557.660
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.557.660		5.557.660
9 - Reserva de Contingência	211.129.286		211.129.286
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	143.464.141		143.464.141

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
180 - Recursos Próprios Financeiros	67.665.145		67.665.145
25298 - Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	196.607.015	31.646.885	228.253.900
1 - Pessoal e Encargos Sociais	74.875.081	30.471.501	105.346.582
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		14.869.801	14.869.801
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.340.938	6.340.938
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.260.762	9.260.762
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	74.875.081		74.875.081
3 - Outras Despesas Correntes	55.279.639	1.175.384	56.455.023
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		1.022.132	1.022.132
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		153.252	153.252
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	54.628.657		54.628.657
180 - Recursos Próprios Financeiros	650.982		650.982
4 - Investimentos	7.025.977		7.025.977
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	84.491		84.491
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	28.335		28.335
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	33.770		33.770
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	6.879.381		6.879.381
9 - Reserva de Contingência	59.426.318		59.426.318
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	193.120		193.120
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	59.233.198		59.233.198
25299 - Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e	27.756.246	32.054.125	59.810.371
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.290.625	31.545.215	48.835.840
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.290.625		17.290.625
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		15.393.745	15.393.745
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.564.379	6.564.379
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.587.091	9.587.091
3 - Outras Despesas Correntes	8.718.786	508.910	9.227.696
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.515.504		7.515.504
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	87.577		87.577
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		508.910	508.910
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.115.705		1.115.705
4 - Investimentos	1.746.835		1.746.835
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.746.835		1.746.835
25300 - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	78.200.365	162.915.628	241.115.993
1 - Pessoal e Encargos Sociais	51.420.678	161.120.700	212.541.378
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	51.420.678		51.420.678
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		78.623.165	78.623.165
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.529.151	33.529.151
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		48.968.384	48.968.384
3 - Outras Despesas Correntes	25.299.139	1.794.928	27.094.067
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.299.139		25.299.139
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.794.928	1.794.928
4 - Investimentos	1.480.548		1.480.548

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.480.548		1.480.548
25301 - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	513.637.287	960.222.484	1.473.859.771
1 - Pessoal e Encargos Sociais	336.188.619	939.733.412	1.275.922.031
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	336.188.619		336.188.619
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		458.565.637	458.565.637
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		195.559.142	195.559.142
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		285.608.633	285.608.633
3 - Outras Despesas Correntes	157.211.357	20.489.072	177.700.429
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	112.455.514		112.455.514
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	44.491.078		44.491.078
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		20.489.072	20.489.072
180 - Recursos Próprios Financeiros	264.765		264.765
4 - Investimentos	20.237.311		20.237.311
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	19.483.194		19.483.194
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	754.117		754.117
25302 - Fundação Escola Nacional de Administração Pública	33.065.870	6.299.980	39.365.850
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.733.631	5.860.991	18.594.622
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.733.631		12.733.631
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.860.521	2.860.521
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.219.469	1.219.469
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.781.001	1.781.001
3 - Outras Despesas Correntes	17.837.843	438.989	18.276.832
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.244.193		17.244.193
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	593.650		593.650
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		438.989	438.989
4 - Investimentos	2.494.396		2.494.396
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.494.396		2.494.396
25303 - Instituto Nacional do Seguro Social		12.480.908.467	12.480.908.467
1 - Pessoal e Encargos Sociais		8.862.556.652	8.862.556.652
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		1.000	1.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.117.506	2.117.506
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.101.097.301	3.101.097.301
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		3.454.795.035	3.454.795.035
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		936.627.566	936.627.566
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.367.918.244	1.367.918.244
3 - Outras Despesas Correntes		2.683.785.421	2.683.785.421
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		357.782.195	357.782.195
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		1.145.249.669	1.145.249.669
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		875.912.000	875.912.000
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		304.036.309	304.036.309
180 - Recursos Próprios Financeiros		505.248	505.248
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		300.000	300.000
4 - Investimentos		30.556.933	30.556.933
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		30.556.933	30.556.933
9 - Reserva de Contingência		904.009.461	904.009.461

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		904.009.461	904.009.461
25903 - Fundo de Compensação e Variações Salariais	425.727.429		425.727.429
3 - Outras Despesas Correntes	425.727.429		425.727.429
180 - Recursos Próprios Financeiros	425.727.429		425.727.429
25915 - Fundo de Amparo ao Trabalhador	19.883.123.220	63.361.479.865	83.244.603.085
3 - Outras Despesas Correntes		49.153.308.514	49.153.308.514
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		1.000	1.000
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		36.955.699.793	36.955.699.793
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		315.513.972	315.513.972
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		742.127	742.127
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		39.731.887	39.731.887
176 - Outras Contribuições Sociais		6.578.967	6.578.967
180 - Recursos Próprios Financeiros		11.826.940.768	11.826.940.768
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		8.100.000	8.100.000
4 - Investimentos		5.628.932	5.628.932
180 - Recursos Próprios Financeiros		5.178.932	5.178.932
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		450.000	450.000
5 - Inversões Financeiras	19.883.123.220		19.883.123.220
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP	19.883.123.220		19.883.123.220
9 - Reserva de Contingência		14.202.542.419	14.202.542.419
140 - Contribuições para os Programas PIS/PASEP		14.201.716.449	14.201.716.449
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		825.970	825.970
25916 - Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade -	83.288.848		83.288.848
3 - Outras Despesas Correntes	2.110.021		2.110.021
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.110.021		2.110.021
9 - Reserva de Contingência	81.178.827		81.178.827
180 - Recursos Próprios Financeiros	81.178.827		81.178.827
25917 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social		439.859.601.248	439.859.601.248
3 - Outras Despesas Correntes		439.859.601.248	439.859.601.248
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		54.354.793	54.354.793
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.598.426.369	4.598.426.369
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		16.448.609.950	16.448.609.950
154 - Recursos do Regime Geral de Previdência Social		410.401.519.532	410.401.519.532
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		19.506.067	19.506.067
180 - Recursos Próprios Financeiros		191.735.026	191.735.026
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		8.145.449.511	8.145.449.511
26000 - Ministério da Educação	45.214.334.538	30.419.404.048	75.633.738.586
1 - Pessoal e Encargos Sociais	22.023.208.764	23.535.874.311	45.559.083.075
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.023.208.764		22.023.208.764
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.786.175.176	16.786.175.176
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.743.253.890	2.743.253.890
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.006.445.245	4.006.445.245
3 - Outras Despesas Correntes	19.286.408.408	6.635.238.665	25.921.647.073
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.464.462.396	20.000.000	5.484.462.396
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	7.206.884.025		7.206.884.025

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
113 - Contribuição do Salário-Educação	3.624.933.023	4.059.564.405	7.684.497.428
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	22.411.602		22.411.602
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.420.187.892	401.091.890	1.821.279.782
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	155.400.000		155.400.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000		33.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	704.260.736	174.534.000	878.794.736
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.844.796.728	1.844.796.728
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		29.998.632	29.998.632
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	25.010.412		25.010.412
180 - Recursos Próprios Financeiros	9.195.954	2.528.786	11.724.740
181 - Recursos de Convênios	22.066.555	2.948.960	25.015.515
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	205.866.462	96.325.264	302.191.726
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	336.043.239	3.450.000	339.493.239
193 - Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	55.604.871		55.604.871
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.081.241		1.081.241
4 - Investimentos	3.896.319.213	248.291.072	4.144.610.285
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	533.141.771		533.141.771
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	122.678.372		122.678.372
113 - Contribuição do Salário-Educação	869.037.303		869.037.303
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	325.525.956		325.525.956
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	1.040.000.000	35.000.000	1.075.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	79.078.480	3.464.709	82.543.189
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		168.250.080	168.250.080
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	25.338.558	907.494	26.246.052
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.641.684		1.641.684
181 - Recursos de Convênios	1.490.625		1.490.625
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	258.773.403		258.773.403
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	639.613.061	40.668.789	680.281.850
5 - Inversões Financeiras	8.383.884		8.383.884
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.383.884		8.383.884
9 - Reserva de Contingência	14.269		14.269
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	14.269		14.269
26101 - Ministério da Educação - Administração Direta	2.581.176.458	772.763.967	3.353.940.425
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.804.618.096	165.410.518	1.970.028.614
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.804.618.096		1.804.618.096
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		80.716.483	80.716.483
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		34.421.866	34.421.866
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		50.272.169	50.272.169
3 - Outras Despesas Correntes	475.647.148	607.353.449	1.083.000.597
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	260.383.448		260.383.448
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	22.411.602		22.411.602
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	29.636.650	401.091.890	430.728.540

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		119.936.295	119.936.295
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	123.027.702	86.325.264	209.352.966
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	40.187.746		40.187.746
4 - Investimentos	300.911.214		300.911.214
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.173.845		18.173.845
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	100.000		100.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	222.247.604		222.247.604
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	60.389.765		60.389.765
26104 - Instituto Nacional de Educação de Surdos	39.643.345	44.726.022	84.369.367
1 - Pessoal e Encargos Sociais	26.057.571	43.731.951	69.789.522
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	26.057.571		26.057.571
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		21.340.551	21.340.551
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.100.449	9.100.449
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.290.951	13.290.951
3 - Outras Despesas Correntes	12.537.674	994.071	13.531.745
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.537.674		12.537.674
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		994.071	994.071
4 - Investimentos	1.048.100		1.048.100
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.048.100		1.048.100
26105 - Instituto Benjamin Constant	25.405.529	29.206.086	54.611.615
1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.158.090	28.052.973	43.211.063
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	15.158.090		15.158.090
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.689.623	13.689.623
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.837.640	5.837.640
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.525.710	8.525.710
3 - Outras Despesas Correntes	8.763.549	1.153.113	9.916.662
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.763.549		8.763.549
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.153.113	1.153.113
4 - Investimentos	1.483.890		1.483.890
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.483.890		1.483.890
26201 - Colégio Pedro II	207.783.299	225.843.341	433.626.640
1 - Pessoal e Encargos Sociais	162.085.859	222.361.227	384.447.086
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	162.085.859		162.085.859
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		108.506.927	108.506.927
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		46.273.359	46.273.359
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		67.580.941	67.580.941
3 - Outras Despesas Correntes	44.087.705	3.482.114	47.569.819
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.504.426		38.504.426
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.203.279		4.203.279
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.482.114	3.482.114
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.380.000		1.380.000
4 - Investimentos	1.609.735		1.609.735
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	929.735		929.735
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	300.000		300.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	380.000		380.000
26230 - Fundação Universidade Federal do Vale do São	90.174.713	4.447.258	94.621.971
1 - Pessoal e Encargos Sociais	70.243.711	2.329.611	72.573.322
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	70.243.711		70.243.711
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.137.301	1.137.301
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		484.586	484.586
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		707.724	707.724
3 - Outras Despesas Correntes	18.720.356	2.117.647	20.838.003
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.127.927		18.127.927
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	592.429		592.429
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.117.647	2.117.647
4 - Investimentos	1.210.646		1.210.646
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.210.646		1.210.646
26231 - Universidade Federal de Alagoas	328.286.838	189.691.757	517.978.595
1 - Pessoal e Encargos Sociais	267.764.606	181.997.350	449.761.956
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	267.764.606		267.764.606
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		88.810.420	88.810.420
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		37.873.601	37.873.601
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		55.313.329	55.313.329
3 - Outras Despesas Correntes	54.321.528	7.694.407	62.015.935
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	51.744.494		51.744.494
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.377.034		2.377.034
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.694.407	7.694.407
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
4 - Investimentos	6.200.704		6.200.704
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.400.704		4.400.704
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	200.000		200.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.600.000		1.600.000
26232 - Universidade Federal da Bahia	495.232.016	493.223.023	988.455.039
1 - Pessoal e Encargos Sociais	383.444.357	483.031.201	866.475.558
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	383.444.357		383.444.357
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		235.707.001	235.707.001
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		100.519.010	100.519.010
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		146.805.190	146.805.190
3 - Outras Despesas Correntes	103.718.592	10.191.822	113.910.414
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	83.456.172		83.456.172
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	19.960.013		19.960.013
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.191.822	10.191.822
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.407		2.407
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	300.000		300.000
4 - Investimentos	8.069.067		8.069.067
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.940.049		4.940.049
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.199.018		2.199.018
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	930.000		930.000
26233 - Universidade Federal do Ceará	444.532.035	392.256.549	836.788.584

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	357.383.083	381.571.993	738.955.076
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	357.383.083		357.383.083
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		186.197.583	186.197.583
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.405.260	79.405.260
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		115.969.150	115.969.150
3 - Outras Despesas Correntes	82.985.420	10.684.556	93.669.976
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	77.398.189		77.398.189
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.987.231		4.987.231
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.684.556	10.684.556
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	600.000		600.000
4 - Investimentos	4.163.532		4.163.532
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.318.568		1.318.568
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	404.270		404.270
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	240.694		240.694
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.200.000		2.200.000
26234 - Universidade Federal do Espírito Santo	318.737.546	228.831.293	547.568.839
1 - Pessoal e Encargos Sociais	232.924.774	219.886.560	452.811.334
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	232.924.774		232.924.774
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		107.299.355	107.299.355
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		45.758.379	45.758.379
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		66.828.826	66.828.826
3 - Outras Despesas Correntes	74.950.572	8.944.733	83.895.305
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	49.634.954		49.634.954
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.789.557		24.789.557
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.944.733	8.944.733
180 - Recursos Próprios Financeiros	226.061		226.061
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	300.000		300.000
4 - Investimentos	10.862.200		10.862.200
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.055.195		5.055.195
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.102.000		1.102.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	273.750		273.750
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	4.431.255		4.431.255
26235 - Universidade Federal de Goiás	435.180.390	314.500.432	749.680.822
1 - Pessoal e Encargos Sociais	361.891.642	300.816.220	662.707.862
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	361.891.642		361.891.642
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		146.790.895	146.790.895
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		62.599.912	62.599.912
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		91.425.413	91.425.413
3 - Outras Despesas Correntes	69.436.090	13.684.212	83.120.302
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	58.810.569		58.810.569
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	9.425.521		9.425.521
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.684.212	13.684.212
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.200.000		1.200.000
4 - Investimentos	3.852.658		3.852.658

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.382.665		3.382.665
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	350.000		350.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	119.993		119.993
26236 - Universidade Federal Fluminense	647.816.819	621.602.694	1.269.419.513
1 - Pessoal e Encargos Sociais	489.870.762	611.060.564	1.100.931.326
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	489.870.762		489.870.762
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		298.181.954	298.181.954
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		127.162.033	127.162.033
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		185.716.577	185.716.577
3 - Outras Despesas Correntes	133.126.820	10.542.130	143.668.950
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	104.119.915		104.119.915
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	22.414.795		22.414.795
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.542.130	10.542.130
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	6.592.110		6.592.110
4 - Investimentos	24.819.237		24.819.237
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.860.609		5.860.609
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	900.000		900.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	18.058.628		18.058.628
26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora	412.308.197	185.217.268	597.525.465
1 - Pessoal e Encargos Sociais	242.521.897	174.749.256	417.271.153
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	242.521.897		242.521.897
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		85.273.541	85.273.541
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.365.266	36.365.266
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.110.449	53.110.449
3 - Outras Despesas Correntes	162.799.151	10.468.012	173.267.163
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	47.266.682		47.266.682
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	62.736		62.736
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	114.379.733		114.379.733
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.468.012	10.468.012
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.090.000		1.090.000
4 - Investimentos	6.987.149		6.987.149
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.948.626		5.948.626
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.038.523		1.038.523
26238 - Universidade Federal de Minas Gerais	679.724.159	621.332.723	1.301.056.882
1 - Pessoal e Encargos Sociais	510.190.321	602.039.886	1.112.230.207
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	510.190.321		510.190.321
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		293.780.101	293.780.101
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		125.284.822	125.284.822
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		182.974.963	182.974.963
3 - Outras Despesas Correntes	149.236.980	19.292.837	168.529.817
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	106.901.981		106.901.981
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	22.616.375		22.616.375
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		19.292.837	19.292.837
180 - Recursos Próprios Financeiros	294.237		294.237
181 - Recursos de Convênios	2.048.342		2.048.342

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1.00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	17.376.045		17.376.045
4 - Investimentos	20.296.858		20.296.858
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.321.978		17.321.978
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.303.239		2.303.239
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	15.540		15.540
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	656.101		656.101
26239 - Universidade Federal do Pará	510.986.640	299.827.287	810.813.927
1 - Pessoal e Encargos Sociais	391.452.510	291.919.422	683.371.932
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	391.452.510		391.452.510
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		142.449.492	142.449.492
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		60.748.481	60.748.481
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		88.721.449	88.721.449
3 - Outras Despesas Correntes	111.343.011	7.907.865	119.250.876
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	87.986.135		87.986.135
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	18.214.463		18.214.463
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.907.865	7.907.865
180 - Recursos Próprios Financeiros	93.728		93.728
181 - Recursos de Convênios	1.108.685		1.108.685
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	3.940.000		3.940.000
4 - Investimentos	8.191.119		8.191.119
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.597.494		4.597.494
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
181 - Recursos de Convênios	43.625		43.625
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	3.050.000		3.050.000
26240 - Universidade Federal da Paraíba	658.084.746	482.652.331	1.140.737.077
1 - Pessoal e Encargos Sociais	554.821.823	468.492.243	1.023.314.066
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	554.821.823		554.821.823
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		228.612.373	228.612.373
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		97.493.440	97.493.440
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		142.386.430	142.386.430
3 - Outras Despesas Correntes	98.927.580	14.160.088	113.087.668
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	97.179.038		97.179.038
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.748.542		1.748.542
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		14.160.088	14.160.088
4 - Investimentos	4.335.343		4.335.343
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.235.343		4.235.343
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	100.000		100.000
26241 - Universidade Federal do Paraná	574.248.574	446.563.656	1.020.812.230
1 - Pessoal e Encargos Sociais	456.936.614	432.713.274	889.649.888
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	456.936.614		456.936.614
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		211.153.179	211.153.179
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		90.047.805	90.047.805
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		131.512.290	131.512.290
3 - Outras Despesas Correntes	106.155.608	13.850.382	120.005.990
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.556.540		80.556.540

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	17.759.734		17.759.734
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.850.382	13.850.382
180 - Recursos Próprios Financeiros	730.000		730.000
181 - Recursos de Convênios	5.919.334		5.919.334
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.190.000		1.190.000
4 - Investimentos	11.156.352		11.156.352
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.254.446		7.254.446
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.844.906		2.844.906
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	97.000		97.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	200.000		200.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	760.000		760.000
26242 - Universidade Federal de Pernambuco	665.697.107	385.853.058	1.051.550.165
1 - Pessoal e Encargos Sociais	523.762.606	374.104.867	897.867.473
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	523.762.606		523.762.606
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		182.553.822	182.553.822
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		77.851.344	77.851.344
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		113.699.701	113.699.701
3 - Outras Despesas Correntes	109.650.805	11.748.191	121.398.996
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	97.074.203		97.074.203
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	11.068.602		11.068.602
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.748.191	11.748.191
181 - Recursos de Convênios	508.000		508.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
4 - Investimentos	32.283.696		32.283.696
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	16.112.206		16.112.206
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.521.490		2.521.490
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	13.650.000		13.650.000
26243 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte	519.403.802	486.515.066	1.005.918.868
1 - Pessoal e Encargos Sociais	407.671.832	470.127.890	877.799.722
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	407.671.832		407.671.832
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		229.410.525	229.410.525
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		97.833.820	97.833.820
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		142.883.545	142.883.545
3 - Outras Despesas Correntes	97.938.719	16.387.176	114.325.895
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	96.039.474		96.039.474
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	799.245		799.245
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.387.176	16.387.176
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.100.000		1.100.000
4 - Investimentos	13.778.982		13.778.982
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	11.678.982		11.678.982
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.100.000		2.100.000
9 - Reserva de Contingência	14.269		14.269
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	14.269		14.269
26244 - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	679.660.945	547.168.778	1.226.829.723
1 - Pessoal e Encargos Sociais	546.994.326	532.967.144	1.079.961.470

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	546.994.326		546.994.326
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		260.074.424	260.074.424
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		110.910.724	110.910.724
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		161.981.996	161.981.996
3 - Outras Despesas Correntes	124.576.223	14.201.634	138.777.857
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	94.313.085		94.313.085
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	26.681.653		26.681.653
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		14.201.634	14.201.634
180 - Recursos Próprios Financeiros	151.485		151.485
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	3.430.000		3.430.000
4 - Investimentos	8.090.396		8.090.396
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.342.096		3.342.096
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.000.000		4.000.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	48.300		48.300
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	700.000		700.000
26245 - Universidade Federal do Rio de Janeiro	1.102.720.847	931.872.680	2.034.593.527
1 - Pessoal e Encargos Sociais	807.893.530	914.357.453	1.722.250.983
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	807.893.530		807.893.530
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		446.182.838	446.182.838
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		190.278.383	190.278.383
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		277.896.232	277.896.232
3 - Outras Despesas Correntes	286.245.424	17.515.227	303.760.651
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	234.028.280		234.028.280
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	42.645.835		42.645.835
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		17.515.227	17.515.227
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	9.571.309		9.571.309
4 - Investimentos	8.581.893		8.581.893
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.825.125		5.825.125
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	62.262		62.262
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.194.506		2.194.506
26246 - Universidade Federal de Santa Catarina	543.753.298	432.097.561	975.850.859
1 - Pessoal e Encargos Sociais	419.099.122	416.937.583	836.036.705
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	419.099.122		419.099.122
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		203.455.058	203.455.058
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		86.764.870	86.764.870
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		126.717.655	126.717.655
3 - Outras Despesas Correntes	118.112.614	15.159.978	133.272.592
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	77.888.688		77.888.688
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	82.225		82.225
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	39.029.708		39.029.708
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		15.159.978	15.159.978
180 - Recursos Próprios Financeiros	461.993		461.993
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	650.000		650.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	6.541.562		6.541.562
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.933.562		2.933.562
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	8.000		8.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	600.000		600.000
26247 - Universidade Federal de Santa Maria	406.859.865	303.777.833	710.637.698
1 - Pessoal e Encargos Sociais	335.903.031	296.216.125	632.119.156
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	335.903.031		335.903.031
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		144.546.170	144.546.170
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		61.642.628	61.642.628
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		90.027.327	90.027.327
3 - Outras Despesas Correntes	69.425.834	7.561.708	76.987.542
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	66.615.483		66.615.483
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.294.002		2.294.002
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.561.708	7.561.708
180 - Recursos Próprios Financeiros	187.649		187.649
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	328.700		328.700
4 - Investimentos	1.531.000		1.531.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	940.000		940.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	91.000		91.000
26248 - Universidade Federal Rural de Pernambuco	274.849.402	126.412.669	401.262.071
1 - Pessoal e Encargos Sociais	216.259.331	121.746.478	338.005.809
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	216.259.331		216.259.331
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		59.409.583	59.409.583
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.335.341	25.335.341
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		37.001.554	37.001.554
3 - Outras Despesas Correntes	41.557.520	4.666.191	46.223.711
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.647.199		38.647.199
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.128.634		2.128.634
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.666.191	4.666.191
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.687		5.687
181 - Recursos de Convênios	526.000		526.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	250.000		250.000
4 - Investimentos	17.032.551		17.032.551
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.682.551		1.682.551
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	15.000.000		15.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	350.000		350.000
26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	245.984.280	144.823.735	390.808.015
1 - Pessoal e Encargos Sociais	199.847.878	140.192.774	340.040.652
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	199.847.878		199.847.878
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		68.410.889	68.410.889
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		29.174.032	29.174.032
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		42.607.853	42.607.853

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	43.772.548	4.630.961	48.403.509
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	40.384.027		40.384.027
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.588.521		1.588.521
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.630.961	4.630.961
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.800.000		1.800.000
4 - Investimentos	2.363.854		2.363.854
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.051.106		2.051.106
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	312.748		312.748
26250 - Fundação Universidade Federal de Roraima	105.321.906	21.826.952	127.148.858
1 - Pessoal e Encargos Sociais	80.058.109	20.011.610	100.069.719
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.058.109		80.058.109
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.765.650	9.765.650
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.164.226	4.164.226
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.081.734	6.081.734
3 - Outras Despesas Correntes	20.772.145	1.815.342	22.587.487
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	19.106.930		19.106.930
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	318.215		318.215
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.815.342	1.815.342
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.347.000		1.347.000
4 - Investimentos	4.491.652		4.491.652
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.688.652		1.688.652
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.803.000		2.803.000
26251 - Fundação Universidade Federal do Tocantins	174.357.364	10.213.060	184.570.424
1 - Pessoal e Encargos Sociais	137.128.313	6.021.315	143.149.628
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	137.128.313		137.128.313
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.938.755	2.938.755
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.252.833	1.252.833
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.829.727	1.829.727
3 - Outras Despesas Correntes	34.899.051	4.191.745	39.090.796
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	27.593.492		27.593.492
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.065.566		4.065.566
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.191.745	4.191.745
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	3.239.993		3.239.993
4 - Investimentos	2.330.000		2.330.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.880.000		1.880.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	450.000		450.000
26252 - Universidade Federal de Campina Grande	262.167.865	136.216.126	398.383.991
1 - Pessoal e Encargos Sociais	213.370.198	130.997.944	344.368.142
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	213.370.198		213.370.198
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		63.924.054	63.924.054
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		27.260.580	27.260.580
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		39.813.310	39.813.310
3 - Outras Despesas Correntes	43.876.484	5.218.182	49.094.666
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.542.640		43.542.640
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	333.844		333.844

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.218.182	5.218.182
4 - Investimentos	4.921.183		4.921.183
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.521.183		4.521.183
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	400.000		400.000
26253 - Universidade Federal Rural da Amazônia	100.116.335	35.463.743	135.580.078
1 - Pessoal e Encargos Sociais	74.467.495	33.765.531	108.233.026
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	74.467.495		74.467.495
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.477.201	16.477.201
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.026.429	7.026.429
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.261.901	10.261.901
3 - Outras Despesas Correntes	22.061.585	1.698.212	23.759.797
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	21.157.664		21.157.664
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	97.343		97.343
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.698.212	1.698.212
180 - Recursos Próprios Financeiros	41.290		41.290
181 - Recursos de Convênios	565.288		565.288
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
4 - Investimentos	3.587.255		3.587.255
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.462.499		1.462.499
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.624.756		1.624.756
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	500.000		500.000
26254 - Universidade Federal do Triângulo Mineiro	128.247.117	97.864.140	226.111.257
1 - Pessoal e Encargos Sociais	101.624.850	93.167.335	194.792.185
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	101.624.850		101.624.850
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		45.463.715	45.463.715
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.387.996	19.387.996
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.315.624	28.315.624
3 - Outras Despesas Correntes	22.748.363	4.696.805	27.445.168
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.182.026		22.182.026
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	366.337		366.337
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.696.805	4.696.805
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
4 - Investimentos	3.873.904		3.873.904
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.573.904		2.573.904
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.300.000		1.300.000
26255 - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e	131.303.887	13.421.375	144.725.262
1 - Pessoal e Encargos Sociais	104.437.229	9.487.016	113.924.245
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	104.437.229		104.437.229
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.629.926	4.629.926
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.974.048	1.974.048
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.883.042	2.883.042
3 - Outras Despesas Correntes	23.142.013	3.934.359	27.076.372
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.600.066		22.600.066
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	341.947		341.947
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.934.359	3.934.359

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
4 - Investimentos	3.724.645		3.724.645
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.474.645		3.474.645
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	250.000		250.000
26256 - Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow	150.575.689	91.028.341	241.604.030
1 - Pessoal e Encargos Sociais	120.750.679	88.144.712	208.895.391
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	120.750.679		120.750.679
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		43.012.807	43.012.807
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.342.784	18.342.784
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.789.121	26.789.121
3 - Outras Despesas Correntes	29.093.733	2.883.629	31.977.362
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	26.603.885		26.603.885
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.689.848		1.689.848
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.883.629	2.883.629
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	800.000		800.000
4 - Investimentos	731.277		731.277
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	531.277		531.277
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
26257 - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas	180.405.911	85.420.315	265.826.226
1 - Pessoal e Encargos Sociais	146.459.702	81.057.880	227.517.582
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	146.459.702		146.459.702
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		39.554.620	39.554.620
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.868.008	16.868.008
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.635.252	24.635.252
3 - Outras Despesas Correntes	33.099.218	4.362.435	37.461.653
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	29.181.606		29.181.606
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.595.695		3.595.695
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.362.435	4.362.435
181 - Recursos de Convênios	321.917		321.917
4 - Investimentos	846.991		846.991
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	696.991		696.991
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	150.000		150.000
26258 - Universidade Tecnológica Federal do Paraná	446.149.735	111.935.668	558.085.403
1 - Pessoal e Encargos Sociais	362.584.910	99.713.921	462.298.831
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	362.584.910		362.584.910
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		48.658.276	48.658.276
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.750.347	20.750.347
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.305.298	30.305.298
3 - Outras Despesas Correntes	75.466.734	12.221.747	87.688.481
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	67.659.642		67.659.642
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.807.092		6.807.092
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.220.077	12.220.077
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		1.670	1.670
181 - Recursos de Convênios	1.000.000		1.000.000
4 - Investimentos	8.098.091		8.098.091

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.976.200		3.976.200
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	58.774		58.774
180 - Recursos Próprios Financeiros	13.117		13.117
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.050.000		1.050.000
26260 - Universidade Federal de Alfenas	107.852.582	26.631.360	134.483.942
1 - Pessoal e Encargos Sociais	80.380.557	24.291.185	104.671.742
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.380.557		80.380.557
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.853.970	11.853.970
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.054.809	5.054.809
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.382.406	7.382.406
3 - Outras Despesas Correntes	18.200.968	2.340.175	20.541.143
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	16.536.843		16.536.843
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.664.125		1.664.125
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.340.175	2.340.175
4 - Investimentos	9.271.057		9.271.057
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.271.057		3.271.057
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	6.000.000		6.000.000
26261 - Universidade Federal de Itajubá	90.000.882	43.027.139	133.028.021
1 - Pessoal e Encargos Sociais	69.180.298	40.189.233	109.369.531
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	69.180.298		69.180.298
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		19.611.798	19.611.798
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.363.207	8.363.207
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.214.228	12.214.228
3 - Outras Despesas Correntes	17.307.584	2.837.906	20.145.490
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.135.677		17.135.677
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	171.907		171.907
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.837.906	2.837.906
4 - Investimentos	3.513.000		3.513.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.034.000		1.034.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	2.000.000		2.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	479.000		479.000
26262 - Universidade Federal de São Paulo	399.645.867	259.329.319	658.975.186
1 - Pessoal e Encargos Sociais	286.809.093	254.849.164	541.658.257
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	286.809.093		286.809.093
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		124.360.184	124.360.184
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.034.127	53.034.127
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		77.454.853	77.454.853
3 - Outras Despesas Correntes	62.880.567	4.480.155	67.360.722
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.631.028		50.631.028
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	200.000		200.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.334.539		10.334.539
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.480.155	4.480.155
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.715.000		1.715.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	41.572.323		41.572.323
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.704.297		5.704.297
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	800.000		800.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	20.499		20.499
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	35.047.527		35.047.527
5 - Inversões Financeiras	8.383.884		8.383.884
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.383.884		8.383.884
26263 - Universidade Federal de Lavras	159.054.999	66.815.347	225.870.346
1 - Pessoal e Encargos Sociais	118.999.100	62.178.023	181.177.123
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	118.999.100		118.999.100
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		30.341.748	30.341.748
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.939.093	12.939.093
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.897.182	18.897.182
3 - Outras Despesas Correntes	30.699.401	4.637.324	35.336.725
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.652.516		25.652.516
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.796.885		4.796.885
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.637.324	4.637.324
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	250.000		250.000
4 - Investimentos	9.356.498		9.356.498
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.250.565		2.250.565
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	6.000.000		6.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	855.933		855.933
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	250.000		250.000
26264 - Universidade Federal Rural do Semi-Árido	126.869.941	29.436.053	156.305.994
1 - Pessoal e Encargos Sociais	97.263.459	26.112.546	123.376.005
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	97.263.459		97.263.459
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.742.746	12.742.746
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.433.836	5.433.836
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.935.964	7.935.964
3 - Outras Despesas Correntes	23.235.589	3.323.507	26.559.096
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.561.137		22.561.137
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	119.459		119.459
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.323.507	3.323.507
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	554.993		554.993
4 - Investimentos	6.370.893		6.370.893
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.970.893		4.970.893
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	700.000		700.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	700.000		700.000
26266 - Fundação Universidade Federal do Pampa	160.837.828	3.814.580	164.652.408
1 - Pessoal e Encargos Sociais	128.283.698	1.572.931	129.856.629
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	128.283.698		128.283.698
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		768.061	768.061
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		327.120	327.120
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		477.750	477.750

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	26.949.850	2.241.649	29.191.499
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	26.337.539		26.337.539
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	420.663		420.663
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.241.649	2.241.649
180 - Recursos Próprios Financeiros	20.798		20.798
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	170.850		170.850
4 - Investimentos	5.604.280		5.604.280
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.454.130		5.454.130
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	61.000		61.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	89.150		89.150
26267 - Universidade Federal da Integração Latino Americana	77.991.725	2.080.591	80.072.316
1 - Pessoal e Encargos Sociais	56.343.115	403.493	56.746.608
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	56.343.115		56.343.115
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		403.493	403.493
3 - Outras Despesas Correntes	20.253.816	1.677.098	21.930.914
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.825.805		18.825.805
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.677.098	1.677.098
181 - Recursos de Convênios	1.428.011		1.428.011
4 - Investimentos	1.394.794		1.394.794
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.193.933		1.193.933
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	200.861		200.861
26268 - Fundação Universidade Federal de Rondônia	125.424.640	39.372.940	164.797.580
1 - Pessoal e Encargos Sociais	97.560.010	37.001.301	134.561.311
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	97.560.010		97.560.010
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.056.171	18.056.171
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.699.795	7.699.795
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.245.335	11.245.335
3 - Outras Despesas Correntes	20.943.043	2.371.639	23.314.682
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.344.332		20.344.332
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	596.147		596.147
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.371.639	2.371.639
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.564		2.564
4 - Investimentos	6.921.587		6.921.587
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.951.334		1.951.334
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	69.302		69.302
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	4.900.951		4.900.951
26269 - Fundação Universidade do Rio de Janeiro	231.044.600	84.616.970	315.661.570
1 - Pessoal e Encargos Sociais	126.057.580	83.028.667	209.086.247
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	126.057.580		126.057.580
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		40.516.312	40.516.312
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.278.131	17.278.131
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.234.224	25.234.224
3 - Outras Despesas Correntes	101.877.808	1.588.303	103.466.111
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	41.477.416		41.477.416
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	319.091		319.091

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.588.303	1.588.303
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	60.081.301		60.081.301
4 - Investimentos	3.109.212		3.109.212
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.659.212		2.659.212
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	50.000		50.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	400.000		400.000
26270 - Fundação Universidade do Amazonas	295.275.959	123.703.849	418.979.808
1 - Pessoal e Encargos Sociais	217.185.048	118.761.739	335.946.787
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	217.185.048		217.185.048
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		57.953.109	57.953.109
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.714.214	24.714.214
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.094.416	36.094.416
3 - Outras Despesas Correntes	59.125.632	4.942.110	64.067.742
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	55.702.041		55.702.041
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.430.879		1.430.879
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.942.110	4.942.110
180 - Recursos Próprios Financeiros	104.685		104.685
181 - Recursos de Convênios	1.888.027		1.888.027
4 - Investimentos	18.965.279		18.965.279
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.735.293		17.735.293
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.229.986		1.229.986
26271 - Fundação Universidade de Brasília	802.715.946	356.290.110	1.159.006.056
1 - Pessoal e Encargos Sociais	535.210.914	346.134.833	881.345.747
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	535.210.914		535.210.914
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		168.905.183	168.905.183
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.030.755	72.030.755
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		105.198.895	105.198.895
3 - Outras Despesas Correntes	210.914.183	10.155.277	221.069.460
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	98.194.581		98.194.581
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	71.922.831		71.922.831
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.155.277	10.155.277
180 - Recursos Próprios Financeiros	215.815		215.815
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	40.580.956		40.580.956
4 - Investimentos	56.590.849		56.590.849
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.168.595		6.168.595
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	16.965.509		16.965.509
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	22.608.146		22.608.146
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	10.848.599		10.848.599
26272 - Fundação Universidade Federal do Maranhão	289.688.706	161.999.065	451.687.771
1 - Pessoal e Encargos Sociais	230.093.948	156.369.988	386.463.936
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	230.093.948		230.093.948
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		76.304.943	76.304.943
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.540.524	32.540.524
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		47.524.521	47.524.521
3 - Outras Despesas Correntes	58.691.032	5.629.077	64.320.109

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	51.812.992		51.812.992
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.706.143		5.706.143
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.629.077	5.629.077
180 - Recursos Próprios Financeiros	14.250		14.250
181 - Recursos de Convênios	407.647		407.647
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	750.000		750.000
4 - Investimentos	903.726		903.726
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	103.726		103.726
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	50.000		50.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	750.000		750.000
26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande	178.923.317	115.100.384	294.023.701
1 - Pessoal e Encargos Sociais	140.222.930	109.458.712	249.681.642
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	140.222.930		140.222.930
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		53.413.477	53.413.477
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.778.246	22.778.246
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.266.989	33.266.989
3 - Outras Despesas Correntes	31.754.268	5.641.672	37.395.940
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	29.814.268		29.814.268
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.641.672	5.641.672
181 - Recursos de Convênios	940.000		940.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	500.000		500.000
4 - Investimentos	6.946.119		6.946.119
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.809.371		4.809.371
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.916.597		1.916.597
180 - Recursos Próprios Financeiros	70.151		70.151
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	150.000		150.000
26274 - Universidade Federal de Uberlândia	381.678.991	252.591.397	634.270.388
1 - Pessoal e Encargos Sociais	304.893.215	241.175.503	546.068.718
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	304.893.215		304.893.215
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		117.687.798	117.687.798
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		50.188.626	50.188.626
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		73.299.079	73.299.079
3 - Outras Despesas Correntes	71.924.801	11.415.894	83.340.695
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	66.737.888		66.737.888
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.814.463		4.814.463
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.415.894	11.415.894
180 - Recursos Próprios Financeiros	9.450		9.450
181 - Recursos de Convênios	263.000		263.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	100.000		100.000
4 - Investimentos	4.860.975		4.860.975
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.050.545		4.050.545
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	60.430		60.430
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	250.000		250.000
26275 - Fundação Universidade Federal do Acre	139.662.316	63.323.355	202.985.671

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	106.015.700	61.493.517	167.509.217
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	106.015.700		106.015.700
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		30.007.727	30.007.727
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.796.647	12.796.647
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.689.143	18.689.143
3 - Outras Despesas Correntes	27.944.929	1.829.838	29.774.767
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.047.991		25.047.991
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	346.938		346.938
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.829.838	1.829.838
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.550.000		2.550.000
4 - Investimentos	5.701.687		5.701.687
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.756.056		2.756.056
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	605.638		605.638
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.339.993		2.339.993
26276 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	309.029.461	199.851.592	508.881.053
1 - Pessoal e Encargos Sociais	250.548.896	193.021.430	443.570.326
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	250.548.896		250.548.896
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		94.189.880	94.189.880
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		40.167.721	40.167.721
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		58.663.829	58.663.829
3 - Outras Despesas Correntes	54.236.933	6.830.162	61.067.095
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.443.247		50.443.247
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.883.686		1.883.686
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.830.162	6.830.162
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.910.000		1.910.000
4 - Investimentos	4.243.632		4.243.632
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.043.632		4.043.632
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
26277 - Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	171.175.115	80.840.373	252.015.488
1 - Pessoal e Encargos Sociais	132.097.152	76.119.756	208.216.908
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	132.097.152		132.097.152
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		37.144.946	37.144.946
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.840.380	15.840.380
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.134.430	23.134.430
3 - Outras Despesas Correntes	37.310.025	4.720.617	42.030.642
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	34.039.129		34.039.129
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.070.896		3.070.896
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.720.617	4.720.617
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
4 - Investimentos	1.767.938		1.767.938
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.367.938		1.367.938
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	400.000		400.000
26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas	272.534.247	183.390.202	455.924.449
1 - Pessoal e Encargos Sociais	222.845.168	175.803.450	398.648.618
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	222.845.168		222.845.168

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		85.787.960	85.787.960
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		36.584.645	36.584.645
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		53.430.845	53.430.845
3 - Outras Despesas Correntes	46.744.103	7.586.752	54.330.855
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.305.015		43.305.015
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.323.761		2.323.761
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.586.752	7.586.752
180 - Recursos Próprios Financeiros	10.086		10.086
181 - Recursos de Convênios	124.000		124.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	981.241		981.241
4 - Investimentos	2.944.976		2.944.976
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.400.826		2.400.826
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	200.000		200.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	144.150		144.150
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
26279 - Fundação Universidade Federal do Piauí	305.463.392	156.406.565	461.869.957
1 - Pessoal e Encargos Sociais	238.386.430	148.807.437	387.193.867
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	238.386.430		238.386.430
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		72.614.617	72.614.617
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		30.966.751	30.966.751
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		45.226.069	45.226.069
3 - Outras Despesas Correntes	62.556.962	7.599.128	70.156.090
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	55.215.344		55.215.344
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.341.618		7.341.618
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.599.128	7.599.128
4 - Investimentos	4.520.000		4.520.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.820.000		2.820.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.700.000		1.700.000
26280 - Fundação Universidade Federal de São Carlos	245.538.628	124.435.810	369.974.438
1 - Pessoal e Encargos Sociais	204.109.622	117.358.227	321.467.849
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	204.109.622		204.109.622
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		57.268.232	57.268.232
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		24.422.142	24.422.142
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.667.853	35.667.853
3 - Outras Despesas Correntes	39.703.939	7.077.583	46.781.522
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	35.572.325		35.572.325
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.931.614		3.931.614
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.077.583	7.077.583
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
4 - Investimentos	1.725.067		1.725.067
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.725.067		1.725.067
26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe	286.109.620	112.369.996	398.479.616
1 - Pessoal e Encargos Sociais	221.128.147	106.165.171	327.293.318
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	221.128.147		221.128.147

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		51.806.316	51.806.316
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.092.857	22.092.857
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		32.265.998	32.265.998
3 - Outras Despesas Correntes	56.408.356	6.204.825	62.613.181
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	53.354.322		53.354.322
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.054.034		3.054.034
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.204.825	6.204.825
4 - Investimentos	8.573.117		8.573.117
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.553.117		1.553.117
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.000		20.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	7.000.000		7.000.000
26282 - Fundação Universidade Federal de Viçosa	301.020.178	258.410.631	559.430.809
1 - Pessoal e Encargos Sociais	236.558.207	239.796.961	476.355.168
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	236.558.207		236.558.207
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		117.015.106	117.015.106
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.901.750	49.901.750
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		72.880.105	72.880.105
3 - Outras Despesas Correntes	56.037.133	18.613.670	74.650.803
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.998.318		50.998.318
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.618.815		4.618.815
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.613.670	18.613.670
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	420.000		420.000
4 - Investimentos	8.424.838		8.424.838
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.215.161		2.215.161
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.889.784		5.889.784
180 - Recursos Próprios Financeiros	319.893		319.893
26283 - Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	311.872.852	210.888.074	522.760.926
1 - Pessoal e Encargos Sociais	244.436.886	170.364.736	414.801.622
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	244.436.886		244.436.886
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		83.134.011	83.134.011
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.452.843	35.452.843
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		51.777.882	51.777.882
3 - Outras Despesas Correntes	54.529.443	40.523.338	95.052.781
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	52.131.964		52.131.964
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.333.480		2.333.480
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.526.376	10.526.376
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		29.996.962	29.996.962
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.999		3.999
181 - Recursos de Convênios	60.000		60.000
4 - Investimentos	12.906.523		12.906.523
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.017.871		3.017.871
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.318.163		2.318.163
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	70.489		70.489
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	7.500.000		7.500.000
26284 - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de	59.335.733	16.554.827	75.890.560

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	43.240.794	15.568.616	58.809.410
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.240.794		43.240.794
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.597.586	7.597.586
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.239.635	3.239.635
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.731.395	4.731.395
3 - Outras Despesas Correntes	13.640.422	986.211	14.626.633
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.540.422		13.540.422
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	100.000		100.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		986.211	986.211
4 - Investimentos	2.454.517		2.454.517
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.795.330		1.795.330
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	459.187		459.187
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
26285 - Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	134.509.566	32.820.379	167.329.945
1 - Pessoal e Encargos Sociais	104.078.335	28.629.652	132.707.987
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	104.078.335		104.078.335
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.971.027	13.971.027
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.957.648	5.957.648
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.700.977	8.700.977
3 - Outras Despesas Correntes	28.363.664	4.190.727	32.554.391
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	27.814.810		27.814.810
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	368.854		368.854
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.190.727	4.190.727
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	180.000		180.000
4 - Investimentos	2.067.567		2.067.567
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.648.450		1.648.450
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	149.117		149.117
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	270.000		270.000
26286 - Fundação Universidade Federal do Amapá	111.949.612	8.870.460	120.820.072
1 - Pessoal e Encargos Sociais	71.611.582	6.769.773	78.381.355
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	71.611.582		71.611.582
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.303.983	3.303.983
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.408.588	1.408.588
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.057.202	2.057.202
3 - Outras Despesas Correntes	23.762.692	2.100.687	25.863.379
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.525.269		18.525.269
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	670.278		670.278
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.100.687	2.100.687
180 - Recursos Próprios Financeiros	17.145		17.145
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	4.550.000		4.550.000
4 - Investimentos	16.575.338		16.575.338
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.466.280		2.466.280
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	59.058		59.058
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	14.050.000		14.050.000
26290 - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais	951.792.026	7.269.431	959.061.457

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	31.730.760	6.376.307	38.107.067
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	31.730.760		31.730.760
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.111.982	3.111.982
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.326.707	1.326.707
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.937.618	1.937.618
3 - Outras Despesas Correntes	887.137.604	893.124	888.030.728
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	172.190.522		172.190.522
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	564.425.189		564.425.189
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	125.511.481		125.511.481
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		893.124	893.124
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	25.010.412		25.010.412
4 - Investimentos	32.923.662		32.923.662
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	30.197.662		30.197.662
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	2.726.000		2.726.000
26291 - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal	1.867.557.249	17.959.249	1.885.516.498
1 - Pessoal e Encargos Sociais	32.843.934	17.094.309	49.938.243
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	32.843.934		32.843.934
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.342.084	8.342.084
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.557.133	3.557.133
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.195.092	5.195.092
3 - Outras Despesas Correntes	1.831.705.315	864.940	1.832.570.255
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	410.078.931		410.078.931
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	1.216.578.950		1.216.578.950
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	196.557.047		196.557.047
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.003.810		2.003.810
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		864.940	864.940
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.486.577		6.486.577
4 - Investimentos	3.008.000		3.008.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.008.000		3.008.000
26292 - Fundação Joaquim Nabuco	35.900.787	44.146.098	80.046.885
1 - Pessoal e Encargos Sociais	22.349.840	43.211.949	65.561.789
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.349.840		22.349.840
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		21.086.804	21.086.804
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.992.236	8.992.236
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.132.909	13.132.909
3 - Outras Despesas Correntes	11.858.947	934.149	12.793.096
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.708.110		11.708.110
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	150.837		150.837
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		934.149	934.149
4 - Investimentos	1.692.000		1.692.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.466.689		1.466.689
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	225.311		225.311
26294 - Hospital de Clínicas de Porto Alegre		1.376.650.486	1.376.650.486

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1.00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.202.307.858	1.202.307.858
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.202.307.858	1.202.307.858
3 - Outras Despesas Correntes		162.589.214	162.589.214
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		84.536.865	84.536.865
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		74.709.912	74.709.912
180 - Recursos Próprios Financeiros		393.477	393.477
181 - Recursos de Convênios		2.948.960	2.948.960
4 - Investimentos		11.753.414	11.753.414
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		3.464.709	3.464.709
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.381.211	7.381.211
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		907.494	907.494
26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	13.688.147.536	4.114.846.977	17.802.994.513
1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.827.010	53.747.958	92.574.968
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.827.010		38.827.010
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		26.228.098	26.228.098
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.184.789	11.184.789
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.335.071	16.335.071
3 - Outras Despesas Correntes	10.840.063.814	4.061.099.019	14.901.162.833
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	182.328.312		182.328.312
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	5.425.879.886		5.425.879.886
113 - Contribuição do Salário-Educação	3.624.933.023	4.059.564.405	7.684.497.428
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.193.597.749		1.193.597.749
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	155.400.000		155.400.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000		33.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.937.486		2.937.486
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.534.614	1.534.614
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	82.838.760		82.838.760
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	83.543.727		83.543.727
193 - Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	55.604.871		55.604.871
4 - Investimentos	2.809.256.712		2.809.256.712
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	160.417.700		160.417.700
108 - Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	119.952.372		119.952.372
113 - Contribuição do Salário-Educação	869.037.303		869.037.303
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	302.574.200		302.574.200
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	1.025.000.000		1.025.000.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	36.525.799		36.525.799
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	295.749.338		295.749.338
26350 - Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	111.161.598	15.267.815	126.429.413
1 - Pessoal e Encargos Sociais	85.710.381	12.496.860	98.207.241
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	85.710.381		85.710.381
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.098.650	6.098.650
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.600.400	2.600.400

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.797.810	3.797.810
3 - Outras Despesas Correntes	23.362.421	2.770.955	26.133.376
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.822.116		20.822.116
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.540.305		2.540.305
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.770.955	2.770.955
4 - Investimentos	2.088.796		2.088.796
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.088.796		1.088.796
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	147.020.267	9.355.210	156.375.477
1 - Pessoal e Encargos Sociais	114.206.801	6.858.664	121.065.465
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	114.206.801		114.206.801
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.347.359	3.347.359
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.427.086	1.427.086
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.084.219	2.084.219
3 - Outras Despesas Correntes	30.073.712	2.496.546	32.570.258
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	29.019.740		29.019.740
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	353.972		353.972
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.496.546	2.496.546
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	700.000		700.000
4 - Investimentos	2.739.754		2.739.754
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.039.754		2.039.754
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	700.000		700.000
26352 - Fundação Universidade Federal do ABC	149.521.369	5.115.503	154.636.872
1 - Pessoal e Encargos Sociais	117.308.125	2.916.250	120.224.375
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	117.308.125		117.308.125
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.423.565	1.423.565
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		606.666	606.666
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		886.019	886.019
3 - Outras Despesas Correntes	30.002.169	2.199.253	32.201.422
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	26.970.998		26.970.998
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.531.171		1.531.171
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.199.253	2.199.253
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.500.000		1.500.000
4 - Investimentos	2.211.075		2.211.075
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.481.372		1.481.372
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	629.703		629.703
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	100.000		100.000
26358 - Hospital Universitário Prof. Alberto Antunes		107.089.732	107.089.732
1 - Pessoal e Encargos Sociais		103.689.175	103.689.175
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		91.497.595	91.497.595
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.954.976	4.954.976
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.236.604	7.236.604
3 - Outras Despesas Correntes		3.400.557	3.400.557
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.400.557	3.400.557
26359 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade		123.843.885	123.843.885

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais		117.608.811	117.608.811
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		114.592.996	114.592.996
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.225.706	1.225.706
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.790.109	1.790.109
3 - Outras Despesas Correntes		6.235.074	6.235.074
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.235.074	6.235.074
26362 - Hospital Universitário Walter Cantídio		148.780.950	148.780.950
1 - Pessoal e Encargos Sociais		143.511.250	143.511.250
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		127.963.625	127.963.625
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.318.961	6.318.961
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.228.664	9.228.664
3 - Outras Despesas Correntes		5.269.700	5.269.700
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.269.700	5.269.700
26363 - Maternidade-Escola Assis Chateaubriand		71.036.171	71.036.171
1 - Pessoal e Encargos Sociais		68.204.984	68.204.984
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		59.212.289	59.212.289
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.654.866	3.654.866
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.337.829	5.337.829
3 - Outras Despesas Correntes		2.831.187	2.831.187
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.831.187	2.831.187
26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes		107.886.818	107.886.818
1 - Pessoal e Encargos Sociais		103.538.329	103.538.329
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		87.343.674	87.343.674
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.581.930	6.581.930
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.612.725	9.612.725
3 - Outras Despesas Correntes		4.348.489	4.348.489
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.348.489	4.348.489
26365 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás		124.025.911	124.025.911
1 - Pessoal e Encargos Sociais		116.769.433	116.769.433
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		115.123.193	115.123.193
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		669.075	669.075
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		977.165	977.165
3 - Outras Despesas Correntes		7.256.478	7.256.478
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.256.478	7.256.478
26366 - Hospital Universitário Antonio Pedro		180.620.113	180.620.113
1 - Pessoal e Encargos Sociais		170.778.939	170.778.939
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		170.778.939	170.778.939
3 - Outras Despesas Correntes		9.841.174	9.841.174
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.841.174	9.841.174
26367 - Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz		44.762.759	44.762.759
1 - Pessoal e Encargos Sociais		42.572.934	42.572.934
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		39.108.924	39.108.924
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.407.864	1.407.864

Quadro 5 **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa**

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.056.146	2.056.146
3 - Outras Despesas Correntes		2.189.825	2.189.825
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.189.825	2.189.825
26368 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas		235.372.080	235.372.080
1 - Pessoal e Encargos Sociais		222.840.319	222.840.319
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		187.962.204	187.962.204
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.175.376	14.175.376
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.702.739	20.702.739
3 - Outras Despesas Correntes		12.531.761	12.531.761
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.531.761	12.531.761
26369 - Hospital Universitário João de Barros Barreto		92.177.225	92.177.225
1 - Pessoal e Encargos Sociais		88.497.675	88.497.675
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		83.170.945	83.170.945
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.164.922	2.164.922
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.161.808	3.161.808
3 - Outras Despesas Correntes		3.679.550	3.679.550
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.679.550	3.679.550
26370 - Hospital Universitário Bettina Ferro Souza		13.476.410	13.476.410
1 - Pessoal e Encargos Sociais		12.795.567	12.795.567
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.783.112	11.783.112
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		411.488	411.488
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		600.967	600.967
3 - Outras Despesas Correntes		680.843	680.843
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		680.843	680.843
26371 - Hospital Universitário Lauro Wanderley		186.111.851	186.111.851
1 - Pessoal e Encargos Sociais		180.589.256	180.589.256
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		153.107.881	153.107.881
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.169.148	11.169.148
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.312.227	16.312.227
3 - Outras Despesas Correntes		5.522.595	5.522.595
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.522.595	5.522.595
26372 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná		198.863.299	198.863.299
1 - Pessoal e Encargos Sociais		186.540.087	186.540.087
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		186.003.842	186.003.842
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		217.944	217.944
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		318.301	318.301
3 - Outras Despesas Correntes		12.323.212	12.323.212
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.323.212	12.323.212
26373 - Hospital das Clínicas da Universidade Federal de		217.227.130	217.227.130
1 - Pessoal e Encargos Sociais		207.124.896	207.124.896
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		172.802.321	172.802.321
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.949.590	13.949.590

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.372.985	20.372.985
3 - Outras Despesas Correntes		10.102.234	10.102.234
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.102.234	10.102.234
26374 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade		124.946.356	124.946.356
1 - Pessoal e Encargos Sociais		119.722.220	119.722.220
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		119.159.955	119.159.955
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		228.519	228.519
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		333.746	333.746
3 - Outras Despesas Correntes		5.224.136	5.224.136
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.224.136	5.224.136
26378 - Complexo Hospitalar e de Saúde da Universidade		554.791.262	554.791.262
1 - Pessoal e Encargos Sociais		518.029.639	518.029.639
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		515.380.534	515.380.534
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.076.665	1.076.665
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.572.440	1.572.440
3 - Outras Despesas Correntes		33.816.623	33.816.623
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		31.116.623	31.116.623
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		2.700.000	2.700.000
4 - Investimentos		2.945.000	2.945.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		2.945.000	2.945.000
26385 - Hospital Universitário da Universidade Federal da		36.465.341	36.465.341
1 - Pessoal e Encargos Sociais		33.277.619	33.277.619
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		33.277.619	33.277.619
3 - Outras Despesas Correntes		3.187.722	3.187.722
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.187.722	3.187.722
26386 - Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São		199.912.904	199.912.904
1 - Pessoal e Encargos Sociais		190.303.884	190.303.884
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		165.218.984	165.218.984
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.195.158	10.195.158
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.889.742	14.889.742
3 - Outras Despesas Correntes		9.609.020	9.609.020
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.609.020	9.609.020
26387 - Hospital Universitário de Santa Maria		188.783.042	188.783.042
1 - Pessoal e Encargos Sociais		182.002.302	182.002.302
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		162.714.327	162.714.327
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.839.136	7.839.136
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.448.839	11.448.839
3 - Outras Despesas Correntes		6.780.740	6.780.740
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.780.740	6.780.740
26388 - Hospital Universitário Alcides Carneiro		62.015.120	62.015.120
1 - Pessoal e Encargos Sociais		58.813.667	58.813.667
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		55.380.562	55.380.562
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.395.303	1.395.303

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.037.802	2.037.802
3 - Outras Despesas Correntes		3.201.453	3.201.453
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.201.453	3.201.453
26389 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal do		126.974.270	126.974.270
1 - Pessoal e Encargos Sociais		121.386.478	121.386.478
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		121.386.478	121.386.478
3 - Outras Despesas Correntes		5.587.792	5.587.792
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.587.792	5.587.792
26391 - Hospital Universitário Gaffree e Guinle		134.533.406	134.533.406
1 - Pessoal e Encargos Sociais		126.832.584	126.832.584
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		121.078.914	121.078.914
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.338.442	2.338.442
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.415.228	3.415.228
3 - Outras Despesas Correntes		7.700.822	7.700.822
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.700.822	7.700.822
26392 - Hospital Universitário Getúlio Vargas		74.673.014	74.673.014
1 - Pessoal e Encargos Sociais		71.325.859	71.325.859
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		61.228.004	61.228.004
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.104.032	4.104.032
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.993.823	5.993.823
3 - Outras Despesas Correntes		3.347.155	3.347.155
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.347.155	3.347.155
26393 - Hospital Universitário de Brasília		80.630.479	80.630.479
1 - Pessoal e Encargos Sociais		76.503.085	76.503.085
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		76.014.280	76.014.280
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		198.663	198.663
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		290.142	290.142
3 - Outras Despesas Correntes		4.127.394	4.127.394
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.127.394	4.127.394
26394 - Hospital Universitário da Fundação Universidade do		79.665.796	79.665.796
1 - Pessoal e Encargos Sociais		75.560.178	75.560.178
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		75.560.178	75.560.178
3 - Outras Despesas Correntes		4.105.618	4.105.618
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.105.618	4.105.618
26395 - Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr.		64.087.464	64.087.464
1 - Pessoal e Encargos Sociais		61.085.151	61.085.151
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		55.659.056	55.659.056
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.205.307	2.205.307
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.220.788	3.220.788
3 - Outras Despesas Correntes		3.002.313	3.002.313
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.002.313	3.002.313
26396 - Hospital de Clínicas da Universidade Federal de		287.579.121	287.579.121
1 - Pessoal e Encargos Sociais		274.594.355	274.594.355

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		245.070.950	245.070.950
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.999.082	11.999.082
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.524.323	17.524.323
3 - Outras Despesas Correntes		12.984.766	12.984.766
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.984.766	12.984.766
26397 - Hospital Júlio Muller		33.859.223	33.859.223
1 - Pessoal e Encargos Sociais		32.194.978	32.194.978
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		32.194.978	32.194.978
3 - Outras Despesas Correntes		1.664.245	1.664.245
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.664.245	1.664.245
26398 - Hospital das Clínicas da Fundação Universidade Federal		42.541.353	42.541.353
1 - Pessoal e Encargos Sociais		40.601.045	40.601.045
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		40.601.045	40.601.045
3 - Outras Despesas Correntes		1.940.308	1.940.308
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.940.308	1.940.308
26399 - Hospital Universitário da Fundação Universidade		4.932.751	4.932.751
1 - Pessoal e Encargos Sociais		4.708.032	4.708.032
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.129.857	4.129.857
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		234.985	234.985
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		343.190	343.190
3 - Outras Despesas Correntes		224.719	224.719
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		224.719	224.719
26400 - Hospital Universitário da Fundação Universidade		64.928.341	64.928.341
1 - Pessoal e Encargos Sociais		62.322.172	62.322.172
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		59.022.797	59.022.797
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.340.952	1.340.952
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.958.423	1.958.423
3 - Outras Despesas Correntes		2.606.169	2.606.169
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.606.169	2.606.169
26401 - Hospital Universitário Maria Pedrossian		3.000	3.000
1 - Pessoal e Encargos Sociais		3.000	3.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.000	3.000
26402 - Instituto Federal de Alagoas	201.149.379	54.570.152	255.719.531
1 - Pessoal e Encargos Sociais	160.970.581	49.365.899	210.336.480
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	160.970.581		160.970.581
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		24.089.769	24.089.769
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.272.879	10.272.879
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.003.251	15.003.251
3 - Outras Despesas Correntes	35.595.962	5.204.253	40.800.215
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	34.555.457		34.555.457
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.040.505		1.040.505
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.204.253	5.204.253
4 - Investimentos	4.582.836		4.582.836
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.311.866		2.311.866

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	170.970		170.970
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.100.000		2.100.000
26403 - Instituto Federal do Amazonas	157.835.468	36.385.380	194.220.848
1 - Pessoal e Encargos Sociais	121.596.851	33.683.572	155.280.423
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	121.596.851		121.596.851
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.437.207	16.437.207
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.009.373	7.009.373
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.236.992	10.236.992
3 - Outras Despesas Correntes	32.301.766	2.701.808	35.003.574
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	32.201.708		32.201.708
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	100.058		100.058
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.701.808	2.701.808
4 - Investimentos	3.936.851		3.936.851
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.536.851		2.536.851
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.400.000		1.400.000
26404 - Instituto Federal Baiano	158.103.495	11.794.772	169.898.267
1 - Pessoal e Encargos Sociais	121.832.620	9.103.890	130.936.510
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	121.832.620		121.832.620
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.442.970	4.442.970
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.894.320	1.894.320
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.766.600	2.766.600
3 - Outras Despesas Correntes	33.586.671	2.690.882	36.277.553
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	32.744.965		32.744.965
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	341.706		341.706
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.690.882	2.690.882
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	500.000		500.000
4 - Investimentos	2.684.204		2.684.204
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.684.204		2.684.204
26405 - Instituto Federal do Ceará	334.145.813	63.393.884	397.539.697
1 - Pessoal e Encargos Sociais	269.437.477	57.002.293	326.439.770
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	269.437.477		269.437.477
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		27.816.128	27.816.128
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.862.019	11.862.019
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.324.146	17.324.146
3 - Outras Despesas Correntes	61.926.427	6.391.591	68.318.018
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	60.437.831		60.437.831
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	638.596		638.596
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.391.591	6.391.591
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	850.000		850.000
4 - Investimentos	2.781.909		2.781.909
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.191.517		2.191.517
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	590.392		590.392
26406 - Instituto Federal do Espírito Santo	312.186.626	85.805.580	397.992.206
1 - Pessoal e Encargos Sociais	237.761.381	78.910.959	316.672.340
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	237.761.381		237.761.381

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		38.506.979	38.506.979
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.421.232	16.421.232
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		23.982.748	23.982.748
3 - Outras Despesas Correntes	49.865.683	6.894.621	56.760.304
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	46.820.172		46.820.172
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.045.511		3.045.511
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.894.621	6.894.621
4 - Investimentos	24.559.562		24.559.562
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.900.494		4.900.494
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.134.381		1.134.381
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	18.524.687		18.524.687
26407 - Instituto Federal Goiano	138.337.891	21.942.412	160.280.303
1 - Pessoal e Encargos Sociais	107.593.359	18.519.470	126.112.829
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	107.593.359		107.593.359
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.037.525	9.037.525
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.853.710	3.853.710
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.628.235	5.628.235
3 - Outras Despesas Correntes	28.606.948	3.422.942	32.029.890
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	27.747.326		27.747.326
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	859.622		859.622
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.422.942	3.422.942
4 - Investimentos	2.137.584		2.137.584
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.037.584		2.037.584
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	100.000		100.000
26408 - Instituto Federal do Maranhão	280.520.043	43.380.575	323.900.618
1 - Pessoal e Encargos Sociais	219.151.496	37.522.046	256.673.542
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	219.151.496		219.151.496
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.310.281	18.310.281
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.808.163	7.808.163
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.403.602	11.403.602
3 - Outras Despesas Correntes	54.950.943	5.858.529	60.809.472
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	54.912.713		54.912.713
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	38.230		38.230
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.858.529	5.858.529
4 - Investimentos	6.417.604		6.417.604
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.066.732		2.066.732
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	320.872		320.872
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	4.030.000		4.030.000
26409 - Instituto Federal de Minas Gerais	189.667.530	39.425.361	229.092.891
1 - Pessoal e Encargos Sociais	146.027.677	34.395.146	180.422.823
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	146.027.677		146.027.677
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.784.436	16.784.436
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.157.452	7.157.452
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.453.258	10.453.258

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	34.632.150	5.030.215	39.662.365
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	31.684.575		31.684.575
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.315.575		2.315.575
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.030.215	5.030.215
181 - Recursos de Convênios	432.000		432.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
4 - Investimentos	9.007.703		9.007.703
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.189.936		7.189.936
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	656.767		656.767
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.161.000		1.161.000
26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	125.896.054	15.389.201	141.285.255
1 - Pessoal e Encargos Sociais	95.836.288	11.905.221	107.741.509
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	95.836.288		95.836.288
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.809.946	5.809.946
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.477.279	2.477.279
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.617.996	3.617.996
3 - Outras Despesas Correntes	26.138.406	3.483.980	29.622.386
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.492.968		25.492.968
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	445.438		445.438
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.483.980	3.483.980
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
4 - Investimentos	3.921.360		3.921.360
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	871.360		871.360
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	3.050.000		3.050.000
26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	128.639.451	36.745.332	165.384.783
1 - Pessoal e Encargos Sociais	102.388.426	33.184.555	135.572.981
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	102.388.426		102.388.426
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.193.700	16.193.700
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.905.527	6.905.527
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.085.328	10.085.328
3 - Outras Despesas Correntes	25.187.024	3.560.777	28.747.801
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	23.929.957		23.929.957
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.257.067		1.257.067
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.560.777	3.560.777
4 - Investimentos	1.064.001		1.064.001
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	804.951		804.951
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	9.050		9.050
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	250.000		250.000
26412 - Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	121.722.846	31.519.989	153.242.835
1 - Pessoal e Encargos Sociais	88.855.242	28.423.725	117.278.967
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	88.855.242		88.855.242
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		13.870.540	13.870.540
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.914.794	5.914.794
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.638.391	8.638.391
3 - Outras Despesas Correntes	28.691.151	3.096.264	31.787.415

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	24.511.558		24.511.558
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.693.213		1.693.213
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.096.264	3.096.264
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.486.380		2.486.380
4 - Investimentos	4.176.453		4.176.453
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.946.590		1.946.590
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.106.663		2.106.663
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	50.400		50.400
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	72.800		72.800
26413 - Instituto Federal do Triângulo Mineiro	107.197.042	22.673.328	129.870.370
1 - Pessoal e Encargos Sociais	87.289.694	19.705.503	106.995.197
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	87.289.694		87.289.694
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.616.278	9.616.278
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.100.524	4.100.524
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.988.701	5.988.701
3 - Outras Despesas Correntes	18.842.461	2.967.825	21.810.286
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.469.197		18.469.197
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	373.264		373.264
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.967.825	2.967.825
4 - Investimentos	1.064.887		1.064.887
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.064.120		1.064.120
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	767		767
26414 - Instituto Federal do Mato Grosso	198.945.420	47.900.957	246.846.377
1 - Pessoal e Encargos Sociais	147.057.704	44.199.202	191.256.906
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	147.057.704		147.057.704
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		21.568.557	21.568.557
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.197.685	9.197.685
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.432.960	13.432.960
3 - Outras Despesas Correntes	42.145.636	3.701.755	45.847.391
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	41.260.697		41.260.697
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	873.685		873.685
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.701.755	3.701.755
180 - Recursos Próprios Financeiros	11.254		11.254
4 - Investimentos	9.742.080		9.742.080
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.707.080		4.707.080
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	735.000		735.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	800.000		800.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	3.500.000		3.500.000
26415 - Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	104.127.948	2.588.795	106.716.743
1 - Pessoal e Encargos Sociais	75.570.931	998.116	76.569.047
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	75.570.931		75.570.931
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		487.566	487.566
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		207.501	207.501
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		303.049	303.049

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	20.392.861	1.590.679	21.983.540
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.119.931		20.119.931
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	22.930		22.930
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.590.679	1.590.679
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	250.000		250.000
4 - Investimentos	8.164.156		8.164.156
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	664.156		664.156
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	7.500.000		7.500.000
26416 - Instituto Federal do Pará	200.939.739	48.445.765	249.385.504
1 - Pessoal e Encargos Sociais	159.384.343	44.422.189	203.806.532
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	159.384.343		159.384.343
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		21.677.369	21.677.369
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.244.088	9.244.088
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.500.732	13.500.732
3 - Outras Despesas Correntes	37.868.837	4.023.576	41.892.413
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	37.280.534		37.280.534
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.023.576	4.023.576
181 - Recursos de Convênios	528.303		528.303
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	60.000		60.000
4 - Investimentos	3.686.559		3.686.559
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.800.993		1.800.993
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	185.566		185.566
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.700.000		1.700.000
26417 - Instituto Federal da Paraíba	245.034.847	69.414.689	314.449.536
1 - Pessoal e Encargos Sociais	191.094.633	63.840.515	254.935.148
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	191.094.633		191.094.633
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		31.153.000	31.153.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.285.059	13.285.059
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.402.456	19.402.456
3 - Outras Despesas Correntes	40.331.360	5.574.174	45.905.534
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	40.081.086		40.081.086
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	250.274		250.274
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.574.174	5.574.174
4 - Investimentos	13.608.854		13.608.854
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.708.854		3.708.854
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	9.900.000		9.900.000
26418 - Instituto Federal de Pernambuco	224.218.031	89.548.781	313.766.812
1 - Pessoal e Encargos Sociais	181.879.591	83.768.610	265.648.201
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	181.879.591		181.879.591
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		40.877.385	40.877.385
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.432.113	17.432.113
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		25.459.112	25.459.112
3 - Outras Despesas Correntes	40.925.886	5.780.171	46.706.057
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	40.525.301		40.525.301
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	220.585		220.585

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.780.171	5.780.171
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	180.000		180.000
4 - Investimentos	1.412.554		1.412.554
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.062.554		1.062.554
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	350.000		350.000
26419 - Instituto Federal do Rio Grande do Sul	219.595.497	27.658.656	247.254.153
1 - Pessoal e Encargos Sociais	180.424.937	23.111.577	203.536.514
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	180.424.937		180.424.937
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.278.352	11.278.352
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.809.331	4.809.331
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.023.894	7.023.894
3 - Outras Despesas Correntes	37.956.599	4.547.079	42.503.678
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.826.671		36.826.671
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.129.928		1.129.928
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.547.079	4.547.079
4 - Investimentos	1.213.961		1.213.961
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.128.964		1.128.964
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	70.397		70.397
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	14.600		14.600
26420 - Instituto Federal Farroupilha	144.549.247	15.189.468	159.738.715
1 - Pessoal e Encargos Sociais	114.176.789	13.049.205	127.225.994
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	114.176.789		114.176.789
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.368.180	6.368.180
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.715.343	2.715.343
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.965.682	3.965.682
3 - Outras Despesas Correntes	29.004.007	2.140.263	31.144.270
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	28.421.632		28.421.632
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	232.375		232.375
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.140.263	2.140.263
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	350.000		350.000
4 - Investimentos	1.368.451		1.368.451
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	730.506		730.506
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	637.945		637.945
26421 - Instituto Federal de Rondônia	113.811.040	6.393.351	120.204.391
1 - Pessoal e Encargos Sociais	75.882.769	4.151.734	80.034.503
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	75.882.769		75.882.769
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.026.449	2.026.449
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		863.771	863.771
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.261.514	1.261.514
3 - Outras Despesas Correntes	24.474.976	2.241.617	26.716.593
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.914.482		22.914.482
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	263.702		263.702
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.241.617	2.241.617
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.799		6.799
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.189.993		1.189.993

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	100.000		100.000
4 - Investimentos	13.453.295		13.453.295
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.402.344		1.402.344
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	12.050.951		12.050.951
26422 - Instituto Federal Catarinense	177.409.105	21.239.542	198.648.647
1 - Pessoal e Encargos Sociais	140.593.082	17.609.585	158.202.667
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	140.593.082		140.593.082
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.593.525	8.593.525
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.664.362	3.664.362
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.351.698	5.351.698
3 - Outras Despesas Correntes	35.819.878	3.629.957	39.449.835
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	34.918.785		34.918.785
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	901.093		901.093
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.629.957	3.629.957
4 - Investimentos	996.145		996.145
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	996.145		996.145
26423 - Instituto Federal de Sergipe	118.447.495	39.173.544	157.621.039
1 - Pessoal e Encargos Sociais	97.365.105	36.447.941	133.813.046
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	97.365.105		97.365.105
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		17.786.146	17.786.146
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.584.641	7.584.641
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.077.154	11.077.154
3 - Outras Despesas Correntes	20.484.703	2.725.603	23.210.306
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	20.403.277		20.403.277
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	81.426		81.426
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.725.603	2.725.603
4 - Investimentos	597.687		597.687
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	597.687		597.687
26424 - Instituto Federal do Tocantins	114.919.924	5.859.050	120.778.974
1 - Pessoal e Encargos Sociais	90.344.955	3.057.952	93.402.907
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	90.344.955		90.344.955
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.492.712	1.492.712
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		636.154	636.154
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		929.086	929.086
3 - Outras Despesas Correntes	23.494.463	2.801.098	26.295.561
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	23.359.586		23.359.586
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	134.877		134.877
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.801.098	2.801.098
4 - Investimentos	1.080.506		1.080.506
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	730.506		730.506
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	350.000		350.000
26425 - Instituto Federal do Acre	58.254.666	896.010	59.150.676
1 - Pessoal e Encargos Sociais	44.441.417	442.025	44.883.442
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	44.441.417		44.441.417
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		442.025	442.025

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	11.894.331	453.985	12.348.316
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.625.826		11.625.826
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.505		1.505
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		453.985	453.985
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	267.000		267.000
4 - Investimentos	1.918.918		1.918.918
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	468.918		468.918
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.450.000		1.450.000
26426 - Instituto Federal do Amapá	58.691.912	1.225.317	59.917.229
1 - Pessoal e Encargos Sociais	35.410.568	614.951	36.025.519
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	35.410.568		35.410.568
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		614.951	614.951
3 - Outras Despesas Correntes	11.749.083	610.366	12.359.449
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.741.604		11.741.604
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	7.479		7.479
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		610.366	610.366
4 - Investimentos	11.532.261		11.532.261
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.532.261		1.532.261
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	10.000.000		10.000.000
26427 - Instituto Federal da Bahia	255.670.326	57.750.141	313.420.467
1 - Pessoal e Encargos Sociais	205.507.218	52.265.770	257.772.988
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	205.507.218		205.507.218
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		25.504.830	25.504.830
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.876.344	10.876.344
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.884.596	15.884.596
3 - Outras Despesas Correntes	48.061.242	5.484.371	53.545.613
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	47.504.954		47.504.954
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	256.288		256.288
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.484.371	5.484.371
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	300.000		300.000
4 - Investimentos	2.101.866		2.101.866
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.601.866		1.601.866
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	500.000		500.000
26428 - Instituto Federal de Brasília	149.044.596	3.554.361	152.598.957
1 - Pessoal e Encargos Sociais	89.498.349	1.827.049	91.325.398
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	89.498.349		89.498.349
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		892.064	892.064
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		380.002	380.002
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		554.983	554.983
3 - Outras Despesas Correntes	30.101.999	1.727.312	31.829.311
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.653.764		22.653.764
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	98.235		98.235
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.727.312	1.727.312
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	7.350.000		7.350.000
4 - Investimentos	29.444.248		29.444.248
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.177.248		4.177.248

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	25.267.000		25.267.000
26429 - Instituto Federal de Goiás	202.538.744	51.708.145	254.246.889
1 - Pessoal e Encargos Sociais	166.698.733	46.550.448	213.249.181
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	166.698.733		166.698.733
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		22.715.903	22.715.903
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.686.981	9.686.981
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		14.147.564	14.147.564
3 - Outras Despesas Correntes	32.910.276	5.157.697	38.067.973
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	31.612.436		31.612.436
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.297.840		1.297.840
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.157.697	5.157.697
4 - Investimentos	2.929.735		2.929.735
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	929.735		929.735
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
26430 - Instituto Federal do Sertão Pernambucano	99.982.170	11.157.781	111.139.951
1 - Pessoal e Encargos Sociais	83.147.457	8.837.293	91.984.750
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	83.147.457		83.147.457
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.312.878	4.312.878
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.838.840	1.838.840
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.685.575	2.685.575
3 - Outras Despesas Correntes	16.228.992	2.320.488	18.549.480
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	16.161.098		16.161.098
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	67.894		67.894
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.320.488	2.320.488
4 - Investimentos	605.721		605.721
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	605.721		605.721
26431 - Instituto Federal do Piauí	198.969.294	39.965.419	238.934.713
1 - Pessoal e Encargos Sociais	160.496.079	34.032.362	194.528.441
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	160.496.079		160.496.079
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.607.407	16.607.407
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.081.957	7.081.957
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.342.998	10.342.998
3 - Outras Despesas Correntes	37.004.168	5.933.057	42.937.225
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.928.007		36.928.007
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	76.161		76.161
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.933.057	5.933.057
4 - Investimentos	1.469.047		1.469.047
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.469.047		1.469.047
26432 - Instituto Federal do Paraná	210.588.853	9.638.795	220.227.648
1 - Pessoal e Encargos Sociais	164.718.247	5.242.156	169.960.403
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	164.718.247		164.718.247
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.558.546	2.558.546
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.090.689	1.090.689
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.592.921	1.592.921

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	38.510.992	4.396.639	42.907.631
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	35.690.497		35.690.497
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.658.756		1.658.756
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.396.639	4.396.639
180 - Recursos Próprios Financeiros	13.884		13.884
181 - Recursos de Convênios	747.855		747.855
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	400.000		400.000
4 - Investimentos	7.359.614		7.359.614
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.059.614		5.059.614
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.300.000		2.300.000
26433 - Instituto Federal do Rio de Janeiro	205.211.911	43.426.385	248.638.296
1 - Pessoal e Encargos Sociais	155.057.045	40.675.946	195.732.991
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	155.057.045		155.057.045
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		19.849.301	19.849.301
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		8.464.492	8.464.492
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.362.153	12.362.153
3 - Outras Despesas Correntes	47.484.946	2.750.439	50.235.385
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	32.551.478		32.551.478
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.165.832		1.165.832
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.750.439	2.750.439
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	13.767.636		13.767.636
4 - Investimentos	2.669.920		2.669.920
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.136.998		1.136.998
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	42.572		42.572
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.490.350		1.490.350
26434 - Instituto Federal Fluminense	205.270.557	65.665.089	270.935.646
1 - Pessoal e Encargos Sociais	170.148.422	61.828.275	231.976.697
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	170.148.422		170.148.422
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		30.171.080	30.171.080
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.866.310	12.866.310
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		18.790.885	18.790.885
3 - Outras Despesas Correntes	32.204.629	3.836.814	36.041.443
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	31.486.919		31.486.919
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	414.710		414.710
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.836.814	3.836.814
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	303.000		303.000
4 - Investimentos	2.917.506		2.917.506
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	730.506		730.506
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.187.000		2.187.000
26435 - Instituto Federal do Rio Grande do Norte	278.272.726	60.940.618	339.213.344
1 - Pessoal e Encargos Sociais	218.339.971	53.658.002	271.997.973
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	218.339.971		218.339.971
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		26.184.202	26.184.202
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.166.069	11.166.069
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.307.731	16.307.731

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	53.607.299	7.282.616	60.889.915
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.308.144		50.308.144
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.299.155		1.299.155
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.282.616	7.282.616
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
4 - Investimentos	6.325.456		6.325.456
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.825.456		4.825.456
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	500.000		500.000
26436 - Instituto Federal Sul-rio-grandense	194.286.343	57.579.509	251.865.852
1 - Pessoal e Encargos Sociais	158.062.782	53.135.080	211.197.862
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	158.062.782		158.062.782
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		25.929.030	25.929.030
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.057.249	11.057.249
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.148.801	16.148.801
3 - Outras Despesas Correntes	34.574.522	4.444.429	39.018.951
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	33.212.905		33.212.905
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	168.017		168.017
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.444.429	4.444.429
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.193.600		1.193.600
4 - Investimentos	1.649.039		1.649.039
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.447.039		1.447.039
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	202.000		202.000
26437 - Instituto Federal de Roraima	56.441.641	14.234.905	70.676.546
1 - Pessoal e Encargos Sociais	42.783.698	12.966.865	55.750.563
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	42.783.698		42.783.698
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.328.000	6.328.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.698.208	2.698.208
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.940.657	3.940.657
3 - Outras Despesas Correntes	13.325.894	1.268.040	14.593.934
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.955.453		12.955.453
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	13.541		13.541
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.268.040	1.268.040
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	356.900		356.900
4 - Investimentos	332.049		332.049
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	332.049		332.049
26438 - Instituto Federal de Santa Catarina	274.402.379	64.481.514	338.883.893
1 - Pessoal e Encargos Sociais	225.414.926	58.464.805	283.879.731
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	225.414.926		225.414.926
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		28.529.795	28.529.795
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		12.166.369	12.166.369
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		17.768.641	17.768.641
3 - Outras Despesas Correntes	45.482.005	6.016.709	51.498.714
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	45.390.651		45.390.651
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	91.354		91.354

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.016.709	6.016.709
4 - Investimentos	3.505.448		3.505.448
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.505.448		3.505.448
26439 - Instituto Federal de São Paulo	445.906.838	58.244.796	504.151.634
1 - Pessoal e Encargos Sociais	341.006.535	50.577.555	391.584.090
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	341.006.535		341.006.535
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		24.681.025	24.681.025
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		10.525.026	10.525.026
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.371.504	15.371.504
3 - Outras Despesas Correntes	84.728.175	7.667.241	92.395.416
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	81.211.766		81.211.766
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.057.409		1.057.409
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.667.241	7.667.241
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.459.000		2.459.000
4 - Investimentos	20.172.128		20.172.128
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.584.647		5.584.647
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	14.587.481		14.587.481
26440 - Universidade Federal da Fronteira Sul	125.947.111	2.949.697	128.896.808
1 - Pessoal e Encargos Sociais	95.926.136	945.258	96.871.394
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	95.926.136		95.926.136
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		461.773	461.773
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		196.501	196.501
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		286.984	286.984
3 - Outras Despesas Correntes	26.409.575	2.004.439	28.414.014
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.868.308		25.868.308
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	289.658		289.658
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.004.439	2.004.439
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.529		5.529
181 - Recursos de Convênios	46.080		46.080
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
4 - Investimentos	3.611.400		3.611.400
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.111.400		3.111.400
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	500.000		500.000
26441 - Universidade Federal do Oeste do Pará	94.274.210	4.286.348	98.560.558
1 - Pessoal e Encargos Sociais	68.665.957	2.515.099	71.181.056
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	68.665.957		68.665.957
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.227.814	1.227.814
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		523.186	523.186
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		764.099	764.099
3 - Outras Despesas Correntes	21.407.943	1.771.249	23.179.192
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	19.698.844		19.698.844
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	116.575		116.575
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.771.249	1.771.249
180 - Recursos Próprios Financeiros	32.524		32.524
181 - Recursos de Convênios	1.260.000		1.260.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	300.000		300.000
4 - Investimentos	4.200.310		4.200.310
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.200.310		4.200.310
26442 - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia	66.438.826	2.026.692	68.465.518
1 - Pessoal e Encargos Sociais	44.918.048	950.494	45.868.542
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	44.918.048		44.918.048
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		950.494	950.494
3 - Outras Despesas Correntes	18.996.763	1.076.198	20.072.961
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.005.818		18.005.818
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	340.945		340.945
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.076.198	1.076.198
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	650.000		650.000
4 - Investimentos	2.524.015		2.524.015
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.024.015		1.024.015
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.500.000		1.500.000
26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares		6.777.026.182	6.777.026.182
1 - Pessoal e Encargos Sociais		5.563.229.834	5.563.229.834
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.563.229.834	5.563.229.834
3 - Outras Despesas Correntes		980.203.690	980.203.690
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		20.000.000	20.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		89.997.135	89.997.135
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		857.321.246	857.321.246
180 - Recursos Próprios Financeiros		2.135.309	2.135.309
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		10.000.000	10.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		750.000	750.000
4 - Investimentos		233.592.658	233.592.658
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações		35.000.000	35.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		160.868.869	160.868.869
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		37.723.789	37.723.789
26444 - Maternidade Victor Ferreira do Amaral		2.000	2.000
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.000	2.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000	2.000
26445 - Hospital Universitário da UNIFESP		312.346.270	312.346.270
1 - Pessoal e Encargos Sociais		294.808.057	294.808.057
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		294.808.057	294.808.057
3 - Outras Despesas Correntes		17.538.213	17.538.213
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		17.538.213	17.538.213
26447 - Universidade Federal do Oeste da Bahia	50.758.529	1.212.477	51.971.006
1 - Pessoal e Encargos Sociais	36.703.994	563.302	37.267.296
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.703.994		36.703.994
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		563.302	563.302
3 - Outras Despesas Correntes	11.780.166	649.175	12.429.341
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.706.149		11.706.149
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	51.485		51.485
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.574		20.574
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		649.175	649.175

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1.00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.958		1.958
4 - Investimentos	2.274.369		2.274.369
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.274.369		2.274.369
26448 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	69.173.393	1.342.714	70.516.107
1 - Pessoal e Encargos Sociais	47.648.886	228.968	47.877.854
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	47.648.886		47.648.886
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		228.968	228.968
3 - Outras Despesas Correntes	14.750.704	1.113.746	15.864.450
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.099.114		12.099.114
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	413.424		413.424
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.113.746	1.113.746
180 - Recursos Próprios Financeiros	44.100		44.100
181 - Recursos de Convênios	1.944.066		1.944.066
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	250.000		250.000
4 - Investimentos	6.773.803		6.773.803
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.306.760		2.306.760
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	770.043		770.043
181 - Recursos de Convênios	1.447.000		1.447.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.250.000		2.250.000
26449 - Universidade Federal do Cariri	56.549.102	1.545.925	58.095.027
1 - Pessoal e Encargos Sociais	39.574.214	524.172	40.098.386
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	39.574.214		39.574.214
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		524.172	524.172
3 - Outras Despesas Correntes	13.964.292	1.021.753	14.986.045
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.609.812		12.609.812
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	854.480		854.480
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.021.753	1.021.753
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	500.000		500.000
4 - Investimentos	3.010.596		3.010.596
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.310.596		2.310.596
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	700.000		700.000
26450 - Universidade Federal do Sul da Bahia	54.158.607	1.473.893	55.632.500
1 - Pessoal e Encargos Sociais	36.488.633	754.711	37.243.344
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.488.633		36.488.633
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		368.791	368.791
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		156.848	156.848
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		229.072	229.072
3 - Outras Despesas Correntes	9.714.052	719.182	10.433.234
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.607.521		9.607.521
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.531		6.531
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		719.182	719.182
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	100.000		100.000
4 - Investimentos	7.955.922		7.955.922
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.955.922		1.955.922
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluídos	6.000.000		6.000.000
26451 - Hospital Universitário da Universidade Federal do Vale		3.000	3.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1.000.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais		3.000	3.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.000	3.000
26452 - Universidade Federal de Catalão	14.219.118	1.251.000	15.470.118
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.973.321	651.000	8.624.321
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.973.321		7.973.321
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		651.000	651.000
3 - Outras Despesas Correntes	5.305.797	600.000	5.905.797
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.448.834		4.448.834
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	856.963		856.963
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		600.000	600.000
4 - Investimentos	940.000		940.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	940.000		940.000
26453 - Universidade Federal de Jataí	14.083.507	1.251.000	15.334.507
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.973.321	651.000	8.624.321
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.973.321		7.973.321
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		651.000	651.000
3 - Outras Despesas Correntes	4.956.806	600.000	5.556.806
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.710.551		4.710.551
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	246.255		246.255
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		600.000	600.000
4 - Investimentos	1.153.380		1.153.380
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.153.380		1.153.380
26454 - Universidade Federal de Rondonópolis	18.285.407	1.251.000	19.536.407
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.973.321	651.000	8.624.321
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.973.321		7.973.321
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		651.000	651.000
3 - Outras Despesas Correntes	5.260.587	600.000	5.860.587
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.958.998		4.958.998
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	301.589		301.589
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		600.000	600.000
4 - Investimentos	5.051.499		5.051.499
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.151.499		1.151.499
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	3.900.000		3.900.000
26455 - Universidade Federal do Delta do Parnaíba	13.565.320	1.251.000	14.816.320
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.973.321	651.000	8.624.321
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.973.321		7.973.321
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		651.000	651.000
3 - Outras Despesas Correntes	5.253.599	600.000	5.853.599
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.904.222		4.904.222
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	349.377		349.377
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		600.000	600.000
4 - Investimentos	338.400		338.400
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	338.400		338.400
26456 - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	13.995.050	1.251.000	15.246.050
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.973.321	651.000	8.624.321
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.973.321		7.973.321
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		651.000	651.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	4.909.698	600.000	5.509.698
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.659.698		4.659.698
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		600.000	600.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	250.000		250.000
4 - Investimentos	1.112.031		1.112.031
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.112.031		1.112.031
26457 - Universidade Federal do Norte do Tocantins	18.749.277	1.251.000	20.000.277
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.973.321	651.000	8.624.321
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.973.321		7.973.321
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		651.000	651.000
3 - Outras Despesas Correntes	9.207.153	600.000	9.807.153
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.667.585		7.667.585
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.339.568		1.339.568
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		600.000	600.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
4 - Investimentos	1.568.803		1.568.803
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluídos	1.227.000		1.227.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	41.803		41.803
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	300.000		300.000
30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	8.356.317.390	3.456.986.942	11.813.304.332
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.938.983.107	3.339.247.132	6.278.230.239
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.918.483.335		2.918.483.335
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.499.772		20.499.772
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.629.852.602	1.629.852.602
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		694.742.553	694.742.553
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.014.651.977	1.014.651.977
3 - Outras Despesas Correntes	2.807.650.165	99.778.999	2.907.429.164
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	966.045.078		966.045.078
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	542.274.258		542.274.258
139 - Alienação de Bens Apreendidos	5.754.207		5.754.207
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	251.400.000		251.400.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	68.086.911		68.086.911
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		99.778.999	99.778.999
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	884.892.534		884.892.534
180 - Recursos Próprios Financeiros	36.462.444		36.462.444
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	22.842.530		22.842.530
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	29.892.203		29.892.203
4 - Investimentos	1.968.813.209		1.968.813.209
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	224.046.797		224.046.797
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	819.321.541		819.321.541
139 - Alienação de Bens Apreendidos	12.020.893		12.020.893
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	103.600.000		103.600.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	39.692.209		39.692.209
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	300.592.772		300.592.772

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.167.010		1.167.010
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	438.595.887		438.595.887
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	29.776.100		29.776.100
5 - Inversões Financeiras	2.694.905		2.694.905
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.694.905		2.694.905
9 - Reserva de Contingência	638.176.004	17.960.811	656.136.815
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	300.285		300.285
139 - Alienação de Bens Apreendidos		17.775.101	17.775.101
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	108.572		108.572
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	635.914.084	185.710	636.099.794
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.579.538		1.579.538
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	273.525		273.525
30101 - Ministério da Justiça e Segurança Pública -	726.737.615	101.182.541	827.920.156
1 - Pessoal e Encargos Sociais	114.293.303	95.628.575	209.921.878
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	114.293.303		114.293.303
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		46.664.735	46.664.735
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.900.183	19.900.183
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		29.063.657	29.063.657
3 - Outras Despesas Correntes	171.699.668	5.553.966	177.253.634
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	83.917.465		83.917.465
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	58.800.000		58.800.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.553.966	5.553.966
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.050.000		1.050.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	27.932.203		27.932.203
4 - Investimentos	439.043.626		439.043.626
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	32.051.137		32.051.137
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	406.992.489		406.992.489
9 - Reserva de Contingência	1.701.018		1.701.018
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.701.018		1.701.018
30103 - Arquivo Nacional	37.814.815	13.081.770	50.896.585
1 - Pessoal e Encargos Sociais	21.735.711	12.226.455	33.962.166
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	21.735.711		21.735.711
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.966.700	5.966.700
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.544.128	2.544.128
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.715.627	3.715.627
3 - Outras Despesas Correntes	10.276.499	855.315	11.131.814
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.232.337		10.232.337
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	44.162		44.162
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		855.315	855.315
4 - Investimentos	5.802.605		5.802.605
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.802.605		5.802.605
30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal	2.251.813.621	1.364.462.492	3.616.276.113
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.015.829.519	1.320.403.660	2.336.233.179

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	995.329.747		995.329.747
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.499.772		20.499.772
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		644.322.680	644.322.680
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		274.776.956	274.776.956
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		401.304.024	401.304.024
3 - Outras Despesas Correntes	743.154.295	44.058.832	787.213.127
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	116.524.856		116.524.856
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		44.058.832	44.058.832
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	626.629.439		626.629.439
4 - Investimentos	131.958.338		131.958.338
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	992.940		992.940
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	108.056.000		108.056.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	22.909.398		22.909.398
9 - Reserva de Contingência	360.871.469		360.871.469
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	360.871.469		360.871.469
30108 - Departamento de Polícia Federal	2.588.803.887	1.819.804.001	4.408.607.888
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.699.206.855	1.774.976.830	3.474.183.685
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.699.206.855		1.699.206.855
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		866.142.400	866.142.400
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		369.374.033	369.374.033
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		539.460.397	539.460.397
3 - Outras Despesas Correntes	697.268.418	44.827.171	742.095.589
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	458.820.293		458.820.293
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	16.400.000		16.400.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	849.533		849.533
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		44.827.171	44.827.171
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	198.356.062		198.356.062
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	22.842.530		22.842.530
4 - Investimentos	192.055.089		192.055.089
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	59.220.000		59.220.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	3.600.000		3.600.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	126.068.079		126.068.079
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.167.010		1.167.010
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.000.000		2.000.000
9 - Reserva de Contingência	273.525		273.525
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	273.525		273.525
30202 - Fundação Nacional do Índio - FUNAI	169.737.815	139.589.694	309.327.509
1 - Pessoal e Encargos Sociais	84.148.805	135.258.731	219.407.536
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	84.148.805		84.148.805
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		66.003.206	66.003.206
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		28.147.253	28.147.253
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		41.108.272	41.108.272

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
3 - Outras Despesas Correntes	67.771.805	4.330.963	72.102.768
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	67.191.434		67.191.434
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	20.371		20.371
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.330.963	4.330.963
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	560.000		560.000
4 - Investimentos	15.122.300		15.122.300
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.698.300		11.698.300
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	3.424.000		3.424.000
5 - Inversões Financeiras	2.694.905		2.694.905
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.694.905		2.694.905
30211 - Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade	46.199.725	905.633	47.105.358
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.768.914	752.881	4.521.795
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.768.914		3.768.914
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		752.881	752.881
3 - Outras Despesas Correntes	34.495.962	152.752	34.648.714
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.558.231		2.558.231
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	31.937.731		31.937.731
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		152.752	152.752
4 - Investimentos	7.934.849		7.934.849
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.707.908		3.707.908
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.226.941		4.226.941
30905 - Fundo de Defesa de Direitos Difusos	375.512.752		375.512.752
3 - Outras Despesas Correntes	36.678.465		36.678.465
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	36.678.465		36.678.465
4 - Investimentos	63.504.295		63.504.295
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	63.504.295		63.504.295
9 - Reserva de Contingência	275.329.992		275.329.992
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	300.285		300.285
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	108.572		108.572
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	273.341.597		273.341.597
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.579.538		1.579.538
30907 - Fundo Penitenciário Nacional	373.300.146		373.300.146
3 - Outras Despesas Correntes	231.409.687		231.409.687
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	42.150.380		42.150.380
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	104.661.593		104.661.593
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	32.075.997		32.075.997
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	16.059.273		16.059.273
180 - Recursos Próprios Financeiros	36.462.444		36.462.444
4 - Investimentos	141.890.459		141.890.459
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	109.996.525		109.996.525
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	29.641.174		29.641.174
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	182.760		182.760
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.070.000		2.070.000
30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública	1.720.822.194		1.720.822.194
3 - Outras Despesas Correntes	797.824.888		797.824.888
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	184.012.223		184.012.223

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	437.612.665		437.612.665
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	176.200.000		176.200.000
4 - Investimentos	922.997.306		922.997.306
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	576.441		576.441
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	789.680.367		789.680.367
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	100.000.000		100.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.964.398		2.964.398
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	29.776.100		29.776.100
30912 - Fundo Nacional Antidrogas	65.574.820	17.960.811	83.535.631
3 - Outras Despesas Correntes	17.070.478		17.070.478
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	637.859		637.859
139 - Alienação de Bens Apreendidos	5.754.207		5.754.207
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.159.117		3.159.117
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	6.119.295		6.119.295
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.400.000		1.400.000
4 - Investimentos	48.504.342		48.504.342
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	941		941
139 - Alienação de Bens Apreendidos	12.020.893		12.020.893
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	35.282.508		35.282.508
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.200.000		1.200.000
9 - Reserva de Contingência		17.960.811	17.960.811
139 - Alienação de Bens Apreendidos		17.775.101	17.775.101
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		185.710	185.710
32000 - Ministério de Minas e Energia	8.721.703.521	216.090.745	8.937.794.266
1 - Pessoal e Encargos Sociais	813.510.886	143.460.713	956.971.599
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	301.884.860		301.884.860
129 - Recursos de Concessões e Permissões	243.209.943		243.209.943
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		70.007.093	70.007.093
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		29.853.468	29.853.468
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		43.600.152	43.600.152
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	268.416.083		268.416.083
2 - Juros e Encargos da Dívida	22.939		22.939
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.939		22.939
3 - Outras Despesas Correntes	1.893.060.811	72.630.032	1.965.690.843
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	46.964.060		46.964.060
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		2.248.518	2.248.518
129 - Recursos de Concessões e Permissões	3.794.671		3.794.671
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	82.910.835		82.910.835
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	60.271.726		60.271.726
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	89.435.145		89.435.145
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	13.000.000		13.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	402.784.708	1.809.770	404.594.478
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		68.571.744	68.571.744

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	139.521.901		139.521.901
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.415.000		3.415.000
181 - Recursos de Convênios	1.300.000		1.300.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.049.662.765		1.049.662.765
4 - Investimentos	87.695.986		87.695.986
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.154.500		43.154.500
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	4.800.000		4.800.000
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	8.614.047		8.614.047
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	11.366.699		11.366.699
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.600.000		1.600.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	16.162.558		16.162.558
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.998.182		1.998.182
5 - Inversões Financeiras	4.000.000.000		4.000.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.000.000.000		4.000.000.000
9 - Reserva de Contingência	1.927.412.899		1.927.412.899
129 - Recursos de Concessões e Permissões	134.626.229		134.626.229
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	300.878.160		300.878.160
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	571.210.448		571.210.448
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	385.131.485		385.131.485
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	23.016.851		23.016.851
172 - Outras Contribuições Econômicas	249.666.667		249.666.667
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	239.785.720		239.785.720
180 - Recursos Próprios Financeiros	10.660.212		10.660.212
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	12.437.127		12.437.127
32101 - Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	4.513.885.648	75.904.408	4.589.790.056
1 - Pessoal e Encargos Sociais	24.208.949	73.162.720	97.371.669
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	24.208.949		24.208.949
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		35.701.990	35.701.990
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.225.018	15.225.018
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.235.712	22.235.712
3 - Outras Despesas Correntes	101.254.257	2.741.688	103.995.945
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.343.422		5.343.422
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	82.910.835		82.910.835
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	13.000.000		13.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.741.688	2.741.688
4 - Investimentos	14.937.080		14.937.080
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.537.080		8.537.080
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	4.800.000		4.800.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	1.600.000		1.600.000
5 - Inversões Financeiras	4.000.000.000		4.000.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.000.000.000		4.000.000.000
9 - Reserva de Contingência	373.485.362		373.485.362

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	100.801.844		100.801.844
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	23.016.851		23.016.851
172 - Outras Contribuições Econômicas	249.666.667		249.666.667
32202 - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	207.780.972	26.475.862	234.256.834
1 - Pessoal e Encargos Sociais	91.163.705		91.163.705
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	91.163.705		91.163.705
2 - Juros e Encargos da Dívida	22.939		22.939
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.939		22.939
3 - Outras Despesas Correntes	104.972.068	26.475.862	131.447.930
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.876.115		10.876.115
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	89.435.145		89.435.145
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.321.808		3.321.808
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		26.475.862	26.475.862
180 - Recursos Próprios Financeiros	39.000		39.000
181 - Recursos de Convênios	1.300.000		1.300.000
4 - Investimentos	11.622.260		11.622.260
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	255.561		255.561
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	11.366.699		11.366.699
32265 - Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e	1.033.694.966	15.065.585	1.048.760.551
1 - Pessoal e Encargos Sociais	221.347.785	13.037.624	234.385.409
129 - Recursos de Concessões e Permissões	157.821.641		157.821.641
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.362.529	6.362.529
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.712.933	2.712.933
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.962.162	3.962.162
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	63.526.144		63.526.144
3 - Outras Despesas Correntes	143.725.325	2.027.961	145.753.286
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		1.322.660	1.322.660
129 - Recursos de Concessões e Permissões	3.794.671		3.794.671
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	139.298.209		139.298.209
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		705.301	705.301
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	632.445		632.445
4 - Investimentos	3.000.000		3.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.000.000		3.000.000
9 - Reserva de Contingência	665.621.856		665.621.856
129 - Recursos de Concessões e Permissões	134.626.229		134.626.229
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	470.408.604		470.408.604
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	45.190.186		45.190.186
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	15.396.837		15.396.837
32266 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	1.601.451.360	5.453.210	1.606.904.570
1 - Pessoal e Encargos Sociais	179.132.071	4.033.644	183.165.715
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.064.675		1.064.675
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.968.824	1.968.824
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		839.197	839.197

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.225.623	1.225.623
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	178.067.396		178.067.396
3 - Outras Despesas Correntes	1.183.495.097	1.419.566	1.184.914.663
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		925.858	925.858
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		493.708	493.708
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	133.832.332		133.832.332
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	1.049.662.765		1.049.662.765
4 - Investimentos	1.998.182		1.998.182
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.998.182		1.998.182
9 - Reserva de Contingência	236.826.010		236.826.010
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	224.388.883		224.388.883
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	12.437.127		12.437.127
32314 - Empresa de Pesquisa Energética - EPE	35.005.966	1.672.714	36.678.680
1 - Pessoal e Encargos Sociais	19.771.646		19.771.646
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	19.771.646		19.771.646
3 - Outras Despesas Correntes	11.760.118	1.672.714	13.432.832
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.652.921		10.652.921
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.107.197		1.107.197
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.672.714	1.672.714
4 - Investimentos	3.474.202		3.474.202
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.474.202		3.474.202
32396 - Agência Nacional de Mineração - ANM	491.149.941	56.393.711	547.543.652
1 - Pessoal e Encargos Sociais	112.930.619	53.226.725	166.157.344
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	719.774		719.774
129 - Recursos de Concessões e Permissões	85.388.302		85.388.302
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		25.973.750	25.973.750
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		11.076.320	11.076.320
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		16.176.655	16.176.655
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	26.822.543		26.822.543
3 - Outras Despesas Correntes	65.728.850	3.166.986	68.895.836
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	400.000		400.000
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	60.271.726		60.271.726
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.166.986	3.166.986
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	5.057.124		5.057.124
4 - Investimentos	11.549.990		11.549.990
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.935.943		2.935.943
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	8.614.047		8.614.047
9 - Reserva de Contingência	300.940.482		300.940.482
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	300.878.160		300.878.160
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	62.322		62.322
32397 - Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	719.565.192	21.027.334	740.592.526
1 - Pessoal e Encargos Sociais	85.558.547		85.558.547

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	85.558.547		85.558.547
3 - Outras Despesas Correntes	247.053.184	21.027.334	268.080.518
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.779.988		9.779.988
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	233.897.196		233.897.196
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		21.027.334	21.027.334
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.376.000		3.376.000
4 - Investimentos	36.414.272		36.414.272
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	27.951.714		27.951.714
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	8.462.558		8.462.558
9 - Reserva de Contingência	350.539.189		350.539.189
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	339.878.977		339.878.977
180 - Recursos Próprios Financeiros	10.660.212		10.660.212
32398 - Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	119.169.476	14.097.921	133.267.397
1 - Pessoal e Encargos Sociais	79.397.564		79.397.564
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	79.397.564		79.397.564
3 - Outras Despesas Correntes	35.071.912	14.097.921	49.169.833
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.911.614		9.911.614
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	25.160.298	1.809.770	26.970.068
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.288.151	12.288.151
4 - Investimentos	4.700.000		4.700.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.700.000		4.700.000
35000 - Ministério das Relações Exteriores	1.494.574.653	477.678.110	1.972.252.763
1 - Pessoal e Encargos Sociais	471.510.126	304.772.153	776.282.279
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	471.510.126		471.510.126
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		148.721.798	148.721.798
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		63.422.938	63.422.938
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		92.627.417	92.627.417
3 - Outras Despesas Correntes	966.142.905	172.905.957	1.139.048.862
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	846.874.019		846.874.019
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.779.474		3.779.474
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		172.905.957	172.905.957
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	115.489.412		115.489.412
4 - Investimentos	56.921.622		56.921.622
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	47.861.862		47.861.862
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	9.059.760		9.059.760
35101 - Ministério das Relações Exteriores - Administração	1.489.734.401	476.587.219	1.966.321.620
1 - Pessoal e Encargos Sociais	469.003.341	303.772.601	772.775.942
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	469.003.341		469.003.341
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		148.233.531	148.233.531
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		63.215.138	63.215.138
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		92.323.932	92.323.932
3 - Outras Despesas Correntes	963.903.438	172.814.618	1.136.718.056
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	844.659.433		844.659.433
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.754.593		3.754.593
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		172.814.618	172.814.618

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	115.489.412		115.489.412
4 - Investimentos	56.827.622		56.827.622
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	47.767.862		47.767.862
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	9.059.760		9.059.760
35201 - Fundação Alexandre de Gusmão	4.840.252	1.090.891	5.931.143
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.506.785	999.552	3.506.337
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.506.785		2.506.785
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		488.267	488.267
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		207.800	207.800
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		303.485	303.485
3 - Outras Despesas Correntes	2.239.467	91.339	2.330.806
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.214.586		2.214.586
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	24.881		24.881
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		91.339	91.339
4 - Investimentos	94.000		94.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	94.000		94.000
36000 - Ministério da Saúde	0	144.837.210.088	144.837.210.088
1 - Pessoal e Encargos Sociais		17.210.746.644	17.210.746.644
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		299.146.433	299.146.433
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.097.502.602	3.097.502.602
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		8.213.647.537	8.213.647.537
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.216.856.188	3.216.856.188
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.383.593.884	2.383.593.884
3 - Outras Despesas Correntes		123.150.575.276	123.150.575.276
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		622.003.290	622.003.290
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		44.502.661	44.502.661
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas		632.784.596	632.784.596
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos		719.143.057	719.143.057
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		178.602.916	178.602.916
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.109.488.075	8.109.488.075
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		111.653.632.793	111.653.632.793
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		282.780.457	282.780.457
180 - Recursos Próprios Financeiros		18.515.937	18.515.937
181 - Recursos de Convênios		1.363.074	1.363.074
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		161.986.118	161.986.118
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		722.972.847	722.972.847
195 - Doações de Entidades Internacionais		2.799.455	2.799.455
4 - Investimentos		4.008.678.232	4.008.678.232
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		16.879.037	16.879.037
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações		270.000.000	270.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.450.760.903	1.450.760.903
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		2.199.246.340	2.199.246.340
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		526.488	526.488

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		22.300.000	22.300.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		48.865.464	48.865.464
195 - Doações de Entidades Internacionais		100.000	100.000
9 - Reserva de Contingência		467.209.936	467.209.936
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		467.209.936	467.209.936
36201 - Fundação Oswaldo Cruz		5.056.688.477	5.056.688.477
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.398.816.048	1.398.816.048
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		141.525.397	141.525.397
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		1.122.833.221	1.122.833.221
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		54.647.009	54.647.009
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		79.810.421	79.810.421
3 - Outras Despesas Correntes		3.301.499.995	3.301.499.995
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		5.975.899	5.975.899
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		23.547.306	23.547.306
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		3.267.272.918	3.267.272.918
180 - Recursos Próprios Financeiros		541.343	541.343
181 - Recursos de Convênios		1.363.074	1.363.074
195 - Doações de Entidades Internacionais		2.799.455	2.799.455
4 - Investimentos		356.372.434	356.372.434
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.334.659	4.334.659
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		351.753.167	351.753.167
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		184.608	184.608
195 - Doações de Entidades Internacionais		100.000	100.000
36210 - Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO		1.503.436.900	1.503.436.900
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.148.041.710	1.148.041.710
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		42.844.768	42.844.768
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		1.105.196.942	1.105.196.942
3 - Outras Despesas Correntes		339.206.262	339.206.262
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		9.443.403	9.443.403
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.132.627	1.132.627
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		327.778.583	327.778.583
180 - Recursos Próprios Financeiros		851.649	851.649
4 - Investimentos		16.188.928	16.188.928
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		16.188.928	16.188.928
36211 - Fundação Nacional de Saúde		2.352.559.672	2.352.559.672
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.460.028.485	1.460.028.485
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		621.365.144	621.365.144
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		247.783.371	247.783.371
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		240.149.042	240.149.042
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		350.730.928	350.730.928
3 - Outras Despesas Correntes		257.425.876	257.425.876
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		47.020	47.020
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.041.328	2.041.328
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		253.971.935	253.971.935
180 - Recursos Próprios Financeiros		1.365.593	1.365.593

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos		635.105.311	635.105.311
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		7.616.246	7.616.246
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações		270.000.000	270.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		36.218.961	36.218.961
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		317.028.224	317.028.224
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público		341.880	341.880
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		3.900.000	3.900.000
36212 - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA		941.245.331	941.245.331
1 - Pessoal e Encargos Sociais		565.711.447	565.711.447
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		141.573.436	141.573.436
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		132.956.744	132.956.744
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		225.404.522	225.404.522
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		26.733.386	26.733.386
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		39.043.359	39.043.359
3 - Outras Despesas Correntes		190.246.625	190.246.625
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		6.665	6.665
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.316	2.316
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		16.482.625	16.482.625
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		173.250.114	173.250.114
180 - Recursos Próprios Financeiros		504.905	504.905
4 - Investimentos		21.800.000	21.800.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		21.800.000	21.800.000
9 - Reserva de Contingência		163.487.259	163.487.259
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		163.487.259	163.487.259
36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS		642.124.349	642.124.349
1 - Pessoal e Encargos Sociais		187.254.004	187.254.004
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		157.572.997	157.572.997
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		29.681.007	29.681.007
3 - Outras Despesas Correntes		150.647.668	150.647.668
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		40.388.268	40.388.268
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		77.009	77.009
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		17.616	17.616
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		109.530.343	109.530.343
180 - Recursos Próprios Financeiros		634.432	634.432
4 - Investimentos		500.000	500.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		500.000	500.000
9 - Reserva de Contingência		303.722.677	303.722.677
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		303.722.677	303.722.677
36901 - Fundo Nacional de Saúde		134.341.155.359	134.341.155.359
1 - Pessoal e Encargos Sociais		12.450.894.950	12.450.894.950
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.129.129.542	2.129.129.542
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		5.512.429.481	5.512.429.481
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.895.326.751	2.895.326.751

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.914.009.176	1.914.009.176
3 - Outras Despesas Correntes		118.911.548.850	118.911.548.850
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		622.003.290	622.003.290
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		4.114.393	4.114.393
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas		632.784.596	632.784.596
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos		719.143.057	719.143.057
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		163.052.920	163.052.920
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.082.746.882	8.082.746.882
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		107.788.126.732	107.788.126.732
180 - Recursos Próprios Financeiros		14.618.015	14.618.015
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas		161.986.118	161.986.118
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		722.972.847	722.972.847
4 - Investimentos		2.978.711.559	2.978.711.559
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		9.262.791	9.262.791
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.410.207.283	1.410.207.283
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		1.514.276.021	1.514.276.021
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		44.965.464	44.965.464
37000 - Controladoria-Geral da União	348.665.255	184.784.641	533.449.896
1 - Pessoal e Encargos Sociais	293.104.204	179.524.928	472.629.132
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	293.104.204		293.104.204
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		87.603.943	87.603.943
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		37.359.087	37.359.087
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		54.561.898	54.561.898
3 - Outras Despesas Correntes	45.399.291	5.259.713	50.659.004
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	45.399.291		45.399.291
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.259.713	5.259.713
4 - Investimentos	10.161.760		10.161.760
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.161.760		10.161.760
37101 - Controladoria-Geral da União - Administração Direta	348.665.255	184.784.641	533.449.896
1 - Pessoal e Encargos Sociais	293.104.204	179.524.928	472.629.132
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	293.104.204		293.104.204
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		87.603.943	87.603.943
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		37.359.087	37.359.087
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		54.561.898	54.561.898
3 - Outras Despesas Correntes	45.399.291	5.259.713	50.659.004
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	45.399.291		45.399.291
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.259.713	5.259.713
4 - Investimentos	10.161.760		10.161.760
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.161.760		10.161.760
39000 - Ministério da Infraestrutura	15.962.921.736	2.435.435.222	18.398.356.958
1 - Pessoal e Encargos Sociais	727.209.702	2.379.015.902	3.106.225.604
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	417.140.219		417.140.219
129 - Recursos de Concessões e Permissões	277.278.105		277.278.105
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	174.721		174.721

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.160.899.587	1.160.899.587
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		495.074.263	495.074.263
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		723.042.052	723.042.052
180 - Recursos Próprios Financeiros	32.616.657		32.616.657
3 - Outras Despesas Correntes	1.419.011.277	56.419.320	1.475.430.597
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	500.984.311		500.984.311
129 - Recursos de Concessões e Permissões	141.302.040		141.302.040
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	165.309.354		165.309.354
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		56.419.320	56.419.320
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	494.060.733		494.060.733
176 - Outras Contribuições Sociais	3.200.000		3.200.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	102.610.522		102.610.522
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	11.044.317		11.044.317
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	500.000		500.000
4 - Investimentos	8.010.584.217		8.010.584.217
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.109.660.351		5.109.660.351
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	988.294.385		988.294.385
129 - Recursos de Concessões e Permissões	8.400.000		8.400.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	1.165.300.000		1.165.300.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.360.273		1.360.273
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	370.253		370.253
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	66.523.000		66.523.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	110.301.007		110.301.007
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	560.374.948		560.374.948
5 - Inversões Financeiras	8.589.617		8.589.617
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.589.617		8.589.617
9 - Reserva de Contingência	5.797.526.923		5.797.526.923
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.934.004.731		2.934.004.731
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	332.607.532		332.607.532
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	232.553.929		232.553.929
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	475.350.689		475.350.689
176 - Outras Contribuições Sociais	116.850.523		116.850.523
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.699.205.378		1.699.205.378
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	6.954.141		6.954.141
39101 - Ministério da Infraestrutura - Administração Direta	598.580.152	2.208.509.442	2.807.089.594
1 - Pessoal e Encargos Sociais	53.881.949	2.174.321.262	2.228.203.211
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	53.881.949		53.881.949
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.061.011.952	1.061.011.952
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		452.477.961	452.477.961
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		660.831.349	660.831.349
3 - Outras Despesas Correntes	173.586.955	34.188.180	207.775.135
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	172.958.354		172.958.354
129 - Recursos de Concessões e Permissões	628.601		628.601

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		34.188.180	34.188.180
4 - Investimentos	38.503.716		38.503.716
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	35.154.056		35.154.056
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	3.349.660		3.349.660
9 - Reserva de Contingência	332.607.532		332.607.532
136 - Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	332.607.532		332.607.532
39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	514.692.848	6.703.574	521.396.422
1 - Pessoal e Encargos Sociais	34.092.898		34.092.898
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	34.092.898		34.092.898
3 - Outras Despesas Correntes	30.308.864	6.703.574	37.012.438
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	29.085.907		29.085.907
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.222.957		1.222.957
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.703.574	6.703.574
4 - Investimentos	450.291.086		450.291.086
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	450.191.086		450.191.086
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	100.000		100.000
39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	1.133.039.356	19.779.770	1.152.819.126
1 - Pessoal e Encargos Sociais	199.715.506	17.072.289	216.787.795
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.165.349		6.165.349
129 - Recursos de Concessões e Permissões	193.550.157		193.550.157
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.331.339	8.331.339
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.552.550	3.552.550
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.188.400	5.188.400
3 - Outras Despesas Correntes	324.320.878	2.707.481	327.028.359
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	820.760		820.760
129 - Recursos de Concessões e Permissões	110.406.174		110.406.174
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	122.030.926		122.030.926
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.707.481	2.707.481
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	91.063.018		91.063.018
4 - Investimentos	200.000		200.000
129 - Recursos de Concessões e Permissões	200.000		200.000
9 - Reserva de Contingência	608.802.972		608.802.972
129 - Recursos de Concessões e Permissões	425.443.907		425.443.907
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	145.702.287		145.702.287
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	37.656.778		37.656.778
39251 - Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	170.722.723	7.332.818	178.055.541
1 - Pessoal e Encargos Sociais	86.094.930	6.466.644	92.561.574
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.366.982		2.366.982
129 - Recursos de Concessões e Permissões	83.727.948		83.727.948
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.156.064	3.156.064
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.345.506	1.345.506
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.965.074	1.965.074
3 - Outras Despesas Correntes	37.978.542	866.174	38.844.716
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	274.817		274.817

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
129 - Recursos de Concessões e Permissões	30.267.265		30.267.265
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		866.174	866.174
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	7.436.460		7.436.460
4 - Investimentos	4.000.000		4.000.000
129 - Recursos de Concessões e Permissões	4.000.000		4.000.000
9 - Reserva de Contingência	42.649.251		42.649.251
129 - Recursos de Concessões e Permissões	40.979.443		40.979.443
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.669.808		1.669.808
39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de	8.067.316.845	172.207.443	8.239.524.288
1 - Pessoal e Encargos Sociais	203.324.261	163.310.958	366.635.219
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	203.324.261		203.324.261
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		79.691.953	79.691.953
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		33.984.946	33.984.946
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.634.059	49.634.059
3 - Outras Despesas Correntes	590.433.867	8.896.485	599.330.352
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	272.561.909		272.561.909
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	37.555.471		37.555.471
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.896.485	8.896.485
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	279.816.487		279.816.487
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	500.000		500.000
4 - Investimentos	7.264.969.100		7.264.969.100
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.575.877.182		4.575.877.182
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	984.944.725		984.944.725
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	1.116.700.000		1.116.700.000
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	370.253		370.253
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	62.793.000		62.793.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	524.283.940		524.283.940
5 - Inversões Financeiras	8.589.617		8.589.617
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.589.617		8.589.617
39253 - Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	54.190.142	376.457	54.566.599
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.738.613		8.738.613
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.738.613		8.738.613
3 - Outras Despesas Correntes	11.368.454	376.457	11.744.911
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.747.283		10.747.283
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		376.457	376.457
180 - Recursos Próprios Financeiros	621.171		621.171
4 - Investimentos	34.083.075		34.083.075
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	32.722.802		32.722.802
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.360.273		1.360.273
39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	388.012.792	20.525.718	408.538.510
1 - Pessoal e Encargos Sociais	141.361.545	17.844.749	159.206.294
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	108.570.167		108.570.167
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	174.721		174.721
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.708.279	8.708.279

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.713.300	3.713.300
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.423.170	5.423.170
180 - Recursos Próprios Financeiros	32.616.657		32.616.657
3 - Outras Despesas Correntes	121.290.724	2.680.969	123.971.693
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.515.598		12.515.598
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.680.969	2.680.969
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	37.394.768		37.394.768
176 - Outras Contribuições Sociais	3.200.000		3.200.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	68.180.358		68.180.358
4 - Investimentos	8.510.000		8.510.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.730.000		3.730.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.780.000		4.780.000
9 - Reserva de Contingência	116.850.523		116.850.523
176 - Outras Contribuições Sociais	116.850.523		116.850.523
39901 - Fundo da Marinha Mercante - FMM	9.030.000		9.030.000
3 - Outras Despesas Correntes	8.930.000		8.930.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	8.930.000		8.930.000
4 - Investimentos	100.000		100.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	100.000		100.000
39902 - Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC	4.354.963.139		4.354.963.139
3 - Outras Despesas Correntes	24.878.993		24.878.993
180 - Recursos Próprios Financeiros	24.878.993		24.878.993
4 - Investimentos	209.927.240		209.927.240
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	15.715.225		15.715.225
129 - Recursos de Concessões e Permissões	4.200.000		4.200.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	48.600.000		48.600.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	105.421.007		105.421.007
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	35.991.008		35.991.008
9 - Reserva de Contingência	4.120.156.906		4.120.156.906
129 - Recursos de Concessões e Permissões	2.467.581.381		2.467.581.381
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.652.575.525		1.652.575.525
39905 - Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito -	672.373.739		672.373.739
3 - Outras Despesas Correntes	95.914.000		95.914.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.019.683		2.019.683
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.500.000		4.500.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	78.350.000		78.350.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	11.044.317		11.044.317
9 - Reserva de Contingência	576.459.739		576.459.739
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	86.851.642		86.851.642
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	436.024.103		436.024.103
180 - Recursos Próprios Financeiros	46.629.853		46.629.853
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	6.954.141		6.954.141
41000 - Ministério das Comunicações	3.091.091.193	305.313.226	3.396.404.419

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	630.652.786	273.111.496	903.764.282
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	213.904.885		213.904.885
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		870	870
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	94.224.379		94.224.379
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		264.503.981	264.503.981
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.497.965	3.497.965
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.108.680	5.108.680
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	322.523.522		322.523.522
2 - Juros e Encargos da Dívida	13.200.000		13.200.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.200.000		13.200.000
3 - Outras Despesas Correntes	1.015.902.993	32.201.730	1.048.104.723
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	328.581.440		328.581.440
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	430.499.292		430.499.292
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		32.201.730	32.201.730
172 - Outras Contribuições Econômicas	77.288.800		77.288.800
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	170.429.580		170.429.580
180 - Recursos Próprios Financeiros	9.103.881		9.103.881
4 - Investimentos	161.723.322		161.723.322
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	81.257.672		81.257.672
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	39.000.000		39.000.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	20.320.000		20.320.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	21.145.650		21.145.650
6 - Amortização da Dívida	50.400.000		50.400.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.400.000		50.400.000
9 - Reserva de Contingência	1.219.212.092		1.219.212.092
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	219.090.724		219.090.724
172 - Outras Contribuições Econômicas	761.394.196		761.394.196
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	237.965.502		237.965.502
180 - Recursos Próprios Financeiros	761.670		761.670
41101 - Ministério das Comunicações - Administração Direta	401.843.849	260.485.112	662.328.961
1 - Pessoal e Encargos Sociais	68.591.277	256.301.509	324.892.786
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	68.591.277		68.591.277
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		870	870
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		256.300.639	256.300.639
3 - Outras Despesas Correntes	282.366.181	4.183.603	286.549.784
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	282.366.181		282.366.181
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.183.603	4.183.603
4 - Investimentos	50.886.391		50.886.391
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.886.391		11.886.391
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	39.000.000		39.000.000
41231 - Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	587.158.792	20.820.995	607.979.787
1 - Pessoal e Encargos Sociais	376.210.947	16.809.987	393.020.934
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	53.687.425		53.687.425
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.203.342	8.203.342
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.497.965	3.497.965

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.108.680	5.108.680
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	322.523.522		322.523.522
3 - Outras Despesas Correntes	174.913.182	4.011.008	178.924.190
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.483.602		4.483.602
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.011.008	4.011.008
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	170.429.580		170.429.580
4 - Investimentos	21.145.650		21.145.650
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	21.145.650		21.145.650
9 - Reserva de Contingência	14.889.013		14.889.013
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	246.321		246.321
172 - Outras Contribuições Econômicas	5.294.145		5.294.145
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	8.586.877		8.586.877
180 - Recursos Próprios Financeiros	761.670		761.670
41260 - Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	853.161.971	3.782.629	856.944.600
1 - Pessoal e Encargos Sociais	86.166.218		86.166.218
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.500.000		4.500.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	81.666.218		81.666.218
2 - Juros e Encargos da Dívida	13.200.000		13.200.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.200.000		13.200.000
3 - Outras Despesas Correntes	415.180.069	3.782.629	418.962.698
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.810.377		25.810.377
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	389.369.692		389.369.692
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.782.629	3.782.629
4 - Investimentos	69.371.281		69.371.281
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	69.371.281		69.371.281
6 - Amortização da Dívida	50.400.000		50.400.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	50.400.000		50.400.000
9 - Reserva de Contingência	218.844.403		218.844.403
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	218.844.403		218.844.403
41261 - Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	372.310.741	20.224.490	392.535.231
1 - Pessoal e Encargos Sociais	99.684.344		99.684.344
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	87.126.183		87.126.183
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.558.161		12.558.161
3 - Outras Despesas Correntes	130.102.280	20.224.490	150.326.770
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	15.921.280		15.921.280
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	41.129.600		41.129.600
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		20.224.490	20.224.490
172 - Outras Contribuições Econômicas	63.947.519		63.947.519
180 - Recursos Próprios Financeiros	9.103.881		9.103.881
4 - Investimentos	20.000.000		20.000.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	20.000.000		20.000.000
9 - Reserva de Contingência	122.524.117		122.524.117
172 - Outras Contribuições Econômicas	122.524.117		122.524.117
41902 - Fundo de Universalização dos Serviços de	849.571.057		849.571.057
3 - Outras Despesas Correntes	61.281		61.281
172 - Outras Contribuições Econômicas	61.281		61.281

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1.00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
9 - Reserva de Contingência	849.509.776		849.509.776
172 - Outras Contribuições Econômicas	620.131.151		620.131.151
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	229.378.625		229.378.625
41903 - Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das	27.044.783		27.044.783
3 - Outras Despesas Correntes	13.280.000		13.280.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	13.280.000		13.280.000
4 - Investimentos	320.000		320.000
172 - Outras Contribuições Econômicas	320.000		320.000
9 - Reserva de Contingência	13.444.783		13.444.783
172 - Outras Contribuições Econômicas	13.444.783		13.444.783
44000 - Ministério do Meio Ambiente	1.434.721.215	564.688.387	1.999.409.602
1 - Pessoal e Encargos Sociais	359.109.801	548.644.142	907.753.943
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	322.115.887		322.115.887
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	36.993.914		36.993.914
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		267.725.922	267.725.922
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		114.172.497	114.172.497
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		166.745.723	166.745.723
3 - Outras Despesas Correntes	471.210.783	16.044.245	487.255.028
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	159.855.442		159.855.442
129 - Recursos de Concessões e Permissões	5.162.954		5.162.954
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	108.077.794		108.077.794
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.044.245	16.044.245
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	27.617.344		27.617.344
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	97.219.430		97.219.430
180 - Recursos Próprios Financeiros	525.426		525.426
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	34.028.130		34.028.130
195 - Doações de Entidades Internacionais	1.500.000		1.500.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	37.224.263		37.224.263
4 - Investimentos	270.591.592		270.591.592
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	255.885.285		255.885.285
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.000.000		5.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	4.206.307		4.206.307
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.500.000		4.500.000
195 - Doações de Entidades Internacionais	1.000.000		1.000.000
5 - Inversões Financeiras	24.420.063		24.420.063
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	22.534.039		22.534.039
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.886.024		1.886.024
9 - Reserva de Contingência	309.388.976		309.388.976
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	10.564.684		10.564.684
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	65.774.686		65.774.686
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	180.224.022		180.224.022
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	52.825.584		52.825.584
44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta	387.983.611	13.030.171	401.013.782

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	36.726.537	11.834.795	48.561.332
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.726.537		36.726.537
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.775.580	5.775.580
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.462.623	2.462.623
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.596.592	3.596.592
3 - Outras Despesas Correntes	34.927.961	1.195.376	36.123.337
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	34.927.961		34.927.961
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.195.376	1.195.376
4 - Investimentos	250.554.427		250.554.427
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	250.554.427		250.554.427
9 - Reserva de Contingência	65.774.686		65.774.686
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	65.774.686		65.774.686
44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos	705.001.760	460.508.608	1.165.510.368
1 - Pessoal e Encargos Sociais	194.680.638	449.785.217	644.465.855
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	157.686.724		157.686.724
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	36.993.914		36.993.914
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		219.483.837	219.483.837
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		93.600.492	93.600.492
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		136.700.888	136.700.888
3 - Outras Despesas Correntes	283.568.918	10.723.391	294.292.309
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	28.638.918		28.638.918
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	89.150.000		89.150.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		10.723.391	10.723.391
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	96.955.737		96.955.737
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	31.600.000		31.600.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	37.224.263		37.224.263
4 - Investimentos	6.570.000		6.570.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	500.000		500.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.000.000		5.000.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.070.000		1.070.000
5 - Inversões Financeiras	4.927.086		4.927.086
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.041.062		3.041.062
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.886.024		1.886.024
9 - Reserva de Contingência	215.255.118		215.255.118
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	10.564.684		10.564.684
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	151.864.850		151.864.850
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	52.825.584		52.825.584
44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	29.488.832	13.624.595	43.113.427
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.126.629	13.203.553	25.330.182
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.126.629		12.126.629
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.443.498	6.443.498
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.747.463	2.747.463

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.012.592	4.012.592
3 - Outras Despesas Correntes	15.501.345	421.042	15.922.387
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.444.430		11.444.430
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.056.915		4.056.915
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		421.042	421.042
4 - Investimentos	1.860.858		1.860.858
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.860.858		1.860.858
44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da	275.462.414	77.525.013	352.987.427
1 - Pessoal e Encargos Sociais	115.575.997	73.820.577	189.396.574
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	115.575.997		115.575.997
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		36.023.007	36.023.007
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		15.361.919	15.361.919
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		22.435.651	22.435.651
3 - Outras Despesas Correntes	136.423.440	3.704.436	140.127.876
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	84.844.133		84.844.133
129 - Recursos de Concessões e Permissões	5.162.954		5.162.954
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	14.870.879		14.870.879
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.704.436	3.704.436
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	27.617.344		27.617.344
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	2.428.130		2.428.130
195 - Doações de Entidades Internacionais	1.500.000		1.500.000
4 - Investimentos	3.970.000		3.970.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.970.000		2.970.000
195 - Doações de Entidades Internacionais	1.000.000		1.000.000
5 - Inversões Financeiras	19.492.977		19.492.977
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	19.492.977		19.492.977
44901 - Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA	31.759.172		31.759.172
3 - Outras Despesas Correntes	263.693		263.693
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	263.693		263.693
4 - Investimentos	3.136.307		3.136.307
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	3.136.307		3.136.307
9 - Reserva de Contingência	28.359.172		28.359.172
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	28.359.172		28.359.172
44902 - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima	5.025.426		5.025.426
3 - Outras Despesas Correntes	525.426		525.426
180 - Recursos Próprios Financeiros	525.426		525.426
4 - Investimentos	4.500.000		4.500.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.500.000		4.500.000
52000 - Ministério da Defesa	36.810.120.918	29.038.206.979	65.848.327.897
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.611.587.316	25.666.014.410	43.277.601.726
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	16.828.702.052		16.828.702.052
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		7.594.446.144	7.594.446.144
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	22.765.285		22.765.285
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.748.297.251	16.748.297.251

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1.00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		537.811.878	537.811.878
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		785.459.137	785.459.137
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	759.049.917		759.049.917
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.070.062		1.070.062
2 - Juros e Encargos da Dívida	956.772.992		956.772.992
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	953.608.532		953.608.532
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.164.460		3.164.460
3 - Outras Despesas Correntes	5.616.157.692	3.215.270.552	8.831.428.244
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.430.914.583	920.002	3.431.834.585
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		24.681.819	24.681.819
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	950.000		950.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	23.655.345		23.655.345
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	18.000.000		18.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.629.633.254		1.629.633.254
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		989.954.002	989.954.002
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	27.676.500	2.199.224.729	2.226.901.229
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	19.772.018		19.772.018
175 - Taxas por Serviços Públicos	4.760.091		4.760.091
176 - Outras Contribuições Sociais	55.994.351		55.994.351
180 - Recursos Próprios Financeiros	392.524.340		392.524.340
181 - Recursos de Convênios	3.460.000		3.460.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	8.817.210	490.000	9.307.210
4 - Investimentos	8.662.425.082	156.913.516	8.819.338.598
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.701.267.436		3.701.267.436
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		19.146.000	19.146.000
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.043.950.421		1.043.950.421
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	497.000.000		497.000.000
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	2.116.484.631		2.116.484.631
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	909.707.581		909.707.581
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		102.421.659	102.421.659
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	15.990.311		15.990.311
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	564.380	24.168.740	24.733.120
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	8.584.500		8.584.500
176 - Outras Contribuições Sociais	3.109.649		3.109.649
180 - Recursos Próprios Financeiros	63.795.307		63.795.307
181 - Recursos de Convênios	30.740.000		30.740.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	271.230.866	11.177.117	282.407.983
5 - Inversões Financeiras	91.154.198		91.154.198
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.000.000		25.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.104.198		5.104.198
180 - Recursos Próprios Financeiros	61.050.000		61.050.000
6 - Amortização da Dívida	2.554.338.024		2.554.338.024
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	2.538.634.224		2.538.634.224

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
180 - Recursos Próprios Financeiros	15.703.800		15.703.800
9 - Reserva de Contingência	1.317.685.614	8.501	1.317.694.115
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	34.730.564		34.730.564
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	911.632.258	1.481	911.633.739
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	84.691		84.691
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	173.840.041	7.020	173.847.061
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	38.382.386		38.382.386
175 - Taxas por Serviços Públicos	2.903.240		2.903.240
176 - Outras Contribuições Sociais	54.977.297		54.977.297
180 - Recursos Próprios Financeiros	91.135.137		91.135.137
181 - Recursos de Convênios	10.000.000		10.000.000
52101 - Ministério da Defesa - Administração Direta	1.878.748.436	14.013.847	1.892.762.283
1 - Pessoal e Encargos Sociais	313.326.441	12.507.572	325.834.013
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	313.326.441		313.326.441
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.103.877	6.103.877
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.602.629	2.602.629
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.801.066	3.801.066
3 - Outras Despesas Correntes	277.603.548	1.506.275	279.109.823
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	256.946.847		256.946.847
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	18.000.000		18.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.506.275	1.506.275
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.656.701		2.656.701
4 - Investimentos	1.287.818.447		1.287.818.447
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	469.404.805		469.404.805
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	482.000.000		482.000.000
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	138.273.411		138.273.411
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	198.140.231		198.140.231
52111 - Comando da Aeronáutica	8.305.809.631	5.568.712.268	13.874.521.899
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.097.824.524	5.386.419.598	9.484.244.122
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.097.824.524		4.097.824.524
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		1.717.852.653	1.717.852.653
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.216.864.140	3.216.864.140
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		183.583.809	183.583.809
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		268.118.996	268.118.996
2 - Juros e Encargos da Dívida	510.128.541		510.128.541
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	510.128.541		510.128.541
3 - Outras Despesas Correntes	539.340.001	177.757.667	717.097.668
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	537.714.486		537.714.486
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		177.757.667	177.757.667
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	728.006		728.006
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	897.509		897.509
4 - Investimentos	2.356.241.850	4.535.003	2.360.776.853
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	907.243.728		907.243.728

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	15.000.000		15.000.000
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	1.423.546.500		1.423.546.500
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	10.451.622	4.535.003	14.986.625
5 - Inversões Financeiras	25.000.000		25.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.000.000		25.000.000
6 - Amortização da Dívida	776.274.715		776.274.715
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	776.274.715		776.274.715
9 - Reserva de Contingência	1.000.000		1.000.000
181 - Recursos de Convênios	1.000.000		1.000.000
52121 - Comando do Exército	11.774.378.150	13.799.925.958	25.574.304.108
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.481.771.120	13.793.940.684	22.275.711.804
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.721.651.141		7.721.651.141
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		3.860.172.839	3.860.172.839
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.476.992.505	9.476.992.505
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		185.645.420	185.645.420
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		271.129.920	271.129.920
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	759.049.917		759.049.917
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.070.062		1.070.062
3 - Outras Despesas Correntes	1.675.049.284	893.160	1.675.942.444
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.671.012.284		1.671.012.284
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		503.160	503.160
181 - Recursos de Convênios	3.460.000		3.460.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	577.000	390.000	967.000
4 - Investimentos	1.608.546.842	5.092.114	1.613.638.956
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.551.926.970		1.551.926.970
181 - Recursos de Convênios	30.740.000		30.740.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	25.879.872	5.092.114	30.971.986
9 - Reserva de Contingência	9.010.904		9.010.904
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	10.904		10.904
181 - Recursos de Convênios	9.000.000		9.000.000
52131 - Comando da Marinha	9.713.557.532	6.595.705.665	16.309.263.197
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.607.162.476	6.300.741.537	10.907.904.013
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.607.162.476		4.607.162.476
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		2.016.420.652	2.016.420.652
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.892.555.605	3.892.555.605
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		159.223.635	159.223.635
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		232.541.645	232.541.645
2 - Juros e Encargos da Dívida	443.479.991		443.479.991
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	443.479.991		443.479.991
3 - Outras Despesas Correntes	641.972.312	230.908.267	872.880.579
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	615.906.967		615.906.967
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	23.655.345		23.655.345
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		230.808.267	230.808.267
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.410.000	100.000	2.510.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	2.258.583.244	64.055.861	2.322.639.105
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	644.892.224		644.892.224
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	1.043.950.421		1.043.950.421
149 - Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	554.664.720		554.664.720
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		62.505.861	62.505.861
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	15.075.879	1.550.000	16.625.879
6 - Amortização da Dívida	1.762.359.509		1.762.359.509
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	1.762.359.509		1.762.359.509
52133 - Secretaria da Comissão Interministerial para os	40.155.621		40.155.621
3 - Outras Despesas Correntes	1.952.495		1.952.495
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	926.495		926.495
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.026.000		1.026.000
4 - Investimentos	38.203.126		38.203.126
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	24.543.126		24.543.126
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	13.660.000		13.660.000
52211 - Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	9.176.436	147.679	9.324.115
1 - Pessoal e Encargos Sociais	318.778	147.679	466.457
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	318.778		318.778
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		147.679	147.679
3 - Outras Despesas Correntes	2.394.771		2.394.771
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	44.771		44.771
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	940.000		940.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.410.000		1.410.000
4 - Investimentos	150.000		150.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	50.000		50.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	100.000		100.000
9 - Reserva de Contingência	6.312.887		6.312.887
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	882.319		882.319
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	84.691		84.691
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.345.877		5.345.877
52221 - Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	122.070.201	1.317.122	123.387.323
1 - Pessoal e Encargos Sociais	26.491.285		26.491.285
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.726.000		3.726.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	22.765.285		22.765.285
3 - Outras Despesas Correntes	66.148.916	1.317.122	67.466.038
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.889.899		12.889.899
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	47.115.999		47.115.999
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.317.122	1.317.122
180 - Recursos Próprios Financeiros	6.143.018		6.143.018
4 - Investimentos	29.430.000		29.430.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.121.732		5.121.732
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	23.641.273		23.641.273
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	666.995		666.995
52222 - Fundação Osório	7.396.632	4.772.611	12.169.243
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.235.602	4.701.998	8.937.600
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.235.602		4.235.602

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.294.963	2.294.963
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		978.282	978.282
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.428.753	1.428.753
3 - Outras Despesas Correntes	3.014.860	70.613	3.085.473
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.814.409		2.814.409
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	200.451		200.451
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		70.613	70.613
4 - Investimentos	146.170		146.170
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	146.170		146.170
52232 - Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da	92.590.044	1.692.700	94.282.744
1 - Pessoal e Encargos Sociais	171.092	1.632.098	1.803.190
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	171.092		171.092
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		796.933	796.933
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		339.433	339.433
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		495.732	495.732
2 - Juros e Encargos da Dívida	3.164.460		3.164.460
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.164.460		3.164.460
3 - Outras Despesas Correntes	9.204.952	60.602	9.265.554
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.952		18.952
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.050.000		4.050.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		60.602	60.602
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.136.000		5.136.000
5 - Inversões Financeiras	61.050.000		61.050.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	61.050.000		61.050.000
6 - Amortização da Dívida	15.703.800		15.703.800
180 - Recursos Próprios Financeiros	15.703.800		15.703.800
9 - Reserva de Contingência	3.295.740		3.295.740
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	450.000		450.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.845.740		2.845.740
52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	94.057.416	9.342.263	103.399.679
1 - Pessoal e Encargos Sociais	80.285.998		80.285.998
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	80.285.998		80.285.998
3 - Outras Despesas Correntes	13.771.418	9.342.263	23.113.681
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.771.418		13.771.418
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		9.342.263	9.342.263
52901 - Fundo do Ministério da Defesa	2.337.279		2.337.279
3 - Outras Despesas Correntes	2.112.774		2.112.774
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.688.126		1.688.126
180 - Recursos Próprios Financeiros	424.648		424.648
4 - Investimentos	50.000		50.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	50.000		50.000
9 - Reserva de Contingência	174.505		174.505
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	174.505		174.505
52902 - Fundo de Administração do Hospital das Forças	1.113	240.493.052	240.494.165
1 - Pessoal e Encargos Sociais		165.923.244	165.923.244

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		152.541.549	152.541.549
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.438.670	5.438.670
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.943.025	7.943.025
3 - Outras Despesas Correntes		55.422.327	55.422.327
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		24.533.989	24.533.989
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		30.888.338	30.888.338
4 - Investimentos		19.146.000	19.146.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		19.146.000	19.146.000
9 - Reserva de Contingência	1.113	1.481	2.594
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.113	1.481	2.594
52903 - Fundo do Serviço Militar	12.637.877		12.637.877
3 - Outras Despesas Correntes	6.255.355		6.255.355
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.290.500		1.290.500
175 - Taxas por Serviços Públicos	4.723.342		4.723.342
180 - Recursos Próprios Financeiros	241.513		241.513
4 - Investimentos	1.509.500		1.509.500
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.509.500		1.509.500
9 - Reserva de Contingência	4.873.022		4.873.022
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.969.782		1.969.782
175 - Taxas por Serviços Públicos	2.903.240		2.903.240
52911 - Fundo Aeronáutico	3.366.916.351	343.131.124	3.710.047.475
3 - Outras Despesas Correntes	1.733.394.568	343.131.124	2.076.525.692
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	147.014.868	920.002	147.934.870
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.264.590.849		1.264.590.849
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		342.211.122	342.211.122
180 - Recursos Próprios Financeiros	321.788.851		321.788.851
4 - Investimentos	920.485.180		920.485.180
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.652.823		18.652.823
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	838.651.664		838.651.664
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	4.060.386		4.060.386
180 - Recursos Próprios Financeiros	59.120.307		59.120.307
5 - Inversões Financeiras	5.104.198		5.104.198
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	5.104.198		5.104.198
9 - Reserva de Contingência	707.932.405		707.932.405
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	707.932.405		707.932.405
52921 - Fundo do Exército	481.818.947	1.981.489.925	2.463.308.872
3 - Outras Despesas Correntes	156.620.836	1.918.667.649	2.075.288.485
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		147.830	147.830
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	143.620.836		143.620.836
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		537.699.695	537.699.695
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		1.380.820.124	1.380.820.124
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	13.000.000		13.000.000
4 - Investimentos	50.915.937	62.822.276	113.738.213
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	34.806.688		34.806.688
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		39.915.798	39.915.798

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	9.109.249		9.109.249
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica		22.906.478	22.906.478
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	7.000.000		7.000.000
9 - Reserva de Contingência	274.282.174		274.282.174
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	201.668.046		201.668.046
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	36.412.604		36.412.604
180 - Recursos Próprios Financeiros	36.201.524		36.201.524
52931 - Fundo Naval	716.167.127	477.462.765	1.193.629.892
3 - Outras Despesas Correntes	428.677.251	476.193.483	904.870.734
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	171.853.187		171.853.187
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	100.000		100.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	167.351.993		167.351.993
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	27.676.500	476.193.483	503.869.983
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	4.753.512		4.753.512
175 - Taxas por Serviços Públicos	36.749		36.749
180 - Recursos Próprios Financeiros	55.655.310		55.655.310
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.250.000		1.250.000
4 - Investimentos	106.238.137	1.262.262	107.500.399
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	79.335.858		79.335.858
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	12.557.956		12.557.956
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.153.681		2.153.681
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	564.380	1.262.262	1.826.642
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	75.000		75.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.525.000		4.525.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	7.026.262		7.026.262
9 - Reserva de Contingência	181.251.739	7.020	181.258.759
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	7.411.698		7.411.698
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	173.840.041	7.020	173.847.061
52932 - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional	192.302.125		192.302.125
3 - Outras Despesas Correntes	58.644.351		58.644.351
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	850.000		850.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	75.000		75.000
176 - Outras Contribuições Sociais	55.994.351		55.994.351
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.725.000		1.725.000
4 - Investimentos	4.106.649		4.106.649
176 - Outras Contribuições Sociais	3.109.649		3.109.649
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	997.000		997.000
9 - Reserva de Contingência	129.551.125		129.551.125
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	27.318.866		27.318.866
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	512.966		512.966
176 - Outras Contribuições Sociais	54.977.297		54.977.297
180 - Recursos Próprios Financeiros	46.741.996		46.741.996
53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	19.290.841.621	1.604.660.485	20.895.502.106

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	641.846.578	444.952.628	1.086.799.206
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	580.231.551		580.231.551
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	46.038.611		46.038.611
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		217.128.733	217.128.733
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		92.593.577	92.593.577
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		135.230.318	135.230.318
180 - Recursos Próprios Financeiros	15.576.416		15.576.416
2 - Juros e Encargos da Dívida	17.448.498		17.448.498
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.448.498		17.448.498
3 - Outras Despesas Correntes	1.969.082.277	82.919.452	2.052.001.729
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	462.568.245		462.568.245
116 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	82.489.311		82.489.311
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	16.500.000		16.500.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	860.276.466		860.276.466
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	321.644.661		321.644.661
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		82.919.452	82.919.452
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	949.043		949.043
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	535.898		535.898
180 - Recursos Próprios Financeiros	16.610.544		16.610.544
181 - Recursos de Convênios	272.722		272.722
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	190.187.712		190.187.712
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	17.047.675		17.047.675
4 - Investimentos	15.005.651.804	1.076.788.405	16.082.440.209
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.996.331.421	107.000.000	4.103.331.421
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	1.500.000		1.500.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	8.638.948.244	594.000.000	9.232.948.244
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.724.095		6.724.095
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		341.700.156	341.700.156
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	3.569.400	3.038.249	6.607.649
180 - Recursos Próprios Financeiros	11.243.283		11.243.283
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	5.787.562		5.787.562
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.341.547.799	31.050.000	2.372.597.799
5 - Inversões Financeiras	1.540.608.552		1.540.608.552
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.375.108.552		1.375.108.552
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	135.000.000		135.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	30.500.000		30.500.000
9 - Reserva de Contingência	116.203.912		116.203.912
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	69.710.835		69.710.835
180 - Recursos Próprios Financeiros	45.877.947		45.877.947
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	615.130		615.130
53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração	14.425.364.415	916.650.751	15.342.015.166
1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.661.467	5.019.540	43.681.007
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	38.661.467		38.661.467
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.449.915	2.449.915

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.044.363	1.044.363
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.525.262	1.525.262
3 - Outras Despesas Correntes	893.227.335	3.705.809	896.933.144
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	211.557.435		211.557.435
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	16.500.000		16.500.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	656.550.000		656.550.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.705.809	3.705.809
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.439.900		2.439.900
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	6.180.000		6.180.000
4 - Investimentos	11.883.544.620	907.925.402	12.791.470.022
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.052.618.495	107.000.000	3.159.618.495
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	1.500.000		1.500.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	7.428.098.203	484.000.000	7.912.098.203
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		305.875.402	305.875.402
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.401.327.922	11.050.000	1.412.377.922
5 - Inversões Financeiras	1.540.220.158		1.540.220.158
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.374.720.158		1.374.720.158
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	135.000.000		135.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	30.500.000		30.500.000
9 - Reserva de Contingência	69.710.835		69.710.835
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	69.710.835		69.710.835
53201 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São	2.049.006.353	184.875.400	2.233.881.753
1 - Pessoal e Encargos Sociais	119.086.992		119.086.992
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	119.086.992		119.086.992
3 - Outras Despesas Correntes	253.077.731	16.012.397	269.090.128
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	161.869.732		161.869.732
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	81.726.466		81.726.466
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	846.492		846.492
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		16.012.397	16.012.397
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.399.366		1.399.366
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	7.235.675		7.235.675
4 - Investimentos	1.676.841.630	168.863.003	1.845.704.633
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	427.455.570		427.455.570
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	728.757.750	110.000.000	838.757.750
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.724.095		1.724.095
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		35.824.754	35.824.754
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	1.500.000	3.038.249	4.538.249
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	517.404.215	20.000.000	537.404.215
53202 - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	52.100.453	8.627.127	60.727.580
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.162.678	6.200.134	15.362.812
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	9.162.678		9.162.678
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.026.014	3.026.014
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.290.045	1.290.045

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.884.075	1.884.075
3 - Outras Despesas Correntes	5.132.510	2.426.993	7.559.503
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.526.233		1.526.233
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.426.993	2.426.993
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.606.277		2.606.277
4 - Investimentos	37.805.265		37.805.265
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	23.815.272		23.815.272
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	13.989.993		13.989.993
53203 - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	39.901.668	5.526.622	45.428.290
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.722.349	5.083.892	15.806.241
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	10.722.349		10.722.349
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.481.317	2.481.317
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.057.754	1.057.754
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.544.821	1.544.821
3 - Outras Despesas Correntes	10.651.508	442.730	11.094.238
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.823.803		1.823.803
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.266.580		2.266.580
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		442.730	442.730
170 - Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	949.043		949.043
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.412.082		5.412.082
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
4 - Investimentos	18.527.811		18.527.811
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.476.313		3.476.313
180 - Recursos Próprios Financeiros	551.498		551.498
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	14.500.000		14.500.000
53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas -	761.586.043	430.626.070	1.192.212.113
1 - Pessoal e Encargos Sociais	43.281.778	425.253.151	468.534.929
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	43.281.778		43.281.778
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		207.512.836	207.512.836
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		88.495.347	88.495.347
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		129.244.968	129.244.968
3 - Outras Despesas Correntes	33.542.650	5.372.919	38.915.569
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.405.020		13.405.020
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	15.000.000		15.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.630.409		1.630.409
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.372.919	5.372.919
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	75.221		75.221
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	3.432.000		3.432.000
4 - Investimentos	684.373.221		684.373.221
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	231.428.060		231.428.060
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	307.092.291		307.092.291
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	2.069.400		2.069.400
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	143.783.470		143.783.470

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1.000.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
5 - Inversões Financeiras	388.394		388.394
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	388.394		388.394
53207 - Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste	242.401.902	254.842	242.656.744
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.921.747	2.000	3.923.747
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.921.747		3.921.747
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000	2.000
3 - Outras Despesas Correntes	3.572.963	252.842	3.825.805
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.659.616		2.659.616
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	452.979		452.979
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		252.842	252.842
180 - Recursos Próprios Financeiros	460.368		460.368
4 - Investimentos	234.907.192		234.907.192
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	27.966.500		27.966.500
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	206.940.692		206.940.692
53208 - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. -	197.174.572	7.961.500	205.136.072
1 - Pessoal e Encargos Sociais	86.680.938		86.680.938
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	25.065.911		25.065.911
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	46.038.611		46.038.611
180 - Recursos Próprios Financeiros	15.576.416		15.576.416
3 - Outras Despesas Correntes	109.493.634	7.961.500	117.455.134
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.805.249		7.805.249
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	101.688.385		101.688.385
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.961.500	7.961.500
4 - Investimentos	1.000.000		1.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.000.000		1.000.000
53209 - Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU	682.706.910	45.982.175	728.689.085
1 - Pessoal e Encargos Sociais	295.332.386		295.332.386
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	295.332.386		295.332.386
2 - Juros e Encargos da Dívida	17.448.498		17.448.498
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.448.498		17.448.498
3 - Outras Despesas Correntes	365.926.026	45.982.175	411.908.201
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	60.600.937		60.600.937
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	90.000.000		90.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	213.759.816		213.759.816
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		45.982.175	45.982.175
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.292.551		1.292.551
181 - Recursos de Convênios	272.722		272.722
4 - Investimentos	4.000.000		4.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	4.000.000		4.000.000
53210 - Agência Nacional de Águas - ANA	332.856.855	4.155.998	337.012.853
1 - Pessoal e Encargos Sociais	34.996.243	3.393.911	38.390.154
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	34.996.243		34.996.243
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.656.651	1.656.651
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		706.068	706.068
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		1.031.192	1.031.192
3 - Outras Despesas Correntes	291.457.920	762.087	292.220.007

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.320.220		1.320.220
116 - Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	82.489.311		82.489.311
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	17.000.000		17.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		762.087	762.087
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	460.677		460.677
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	190.187.712		190.187.712
4 - Investimentos	5.787.562		5.787.562
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	5.787.562		5.787.562
9 - Reserva de Contingência	615.130		615.130
183 - Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	615.130		615.130
53906 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FHNIS	507.742.450		507.742.450
3 - Outras Despesas Correntes	3.000.000		3.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.000.000		3.000.000
4 - Investimentos	458.864.503		458.864.503
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	229.571.211		229.571.211
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	175.000.000		175.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	10.691.785		10.691.785
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	43.601.507		43.601.507
9 - Reserva de Contingência	45.877.947		45.877.947
180 - Recursos Próprios Financeiros	45.877.947		45.877.947
54000 - Ministério do Turismo	1.850.109.293	170.411.042	2.020.520.335
1 - Pessoal e Encargos Sociais	140.604.393	164.239.179	304.843.572
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	140.604.393		140.604.393
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		80.148.484	80.148.484
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		34.176.659	34.176.659
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		49.914.036	49.914.036
3 - Outras Despesas Correntes	416.196.258	6.171.863	422.368.121
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	281.845.260		281.845.260
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	9.870.774		9.870.774
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	13.500.000		13.500.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	2.802.985		2.802.985
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.171.863	6.171.863
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.475.219		1.475.219
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	1.000.000		1.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	48.951		48.951
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	105.653.069		105.653.069
4 - Investimentos	597.379.533		597.379.533
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	110.309.705		110.309.705
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	11.000.000		11.000.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	272.000.000		272.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	204.069.828		204.069.828
5 - Inversões Financeiras	350.000.000		350.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	350.000.000		350.000.000
9 - Reserva de Contingência	345.929.109		345.929.109

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
120 - Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	821.498		821.498
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	255.851.363		255.851.363
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	15.715.431		15.715.431
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	39.368.028		39.368.028
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	21.935.844		21.935.844
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.987.406		4.987.406
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.249.539		7.249.539
54101 - Ministério do Turismo - Administração Direta	684.693.436	18.186.851	702.880.287
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.136.679	17.446.596	31.583.275
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	14.136.679		14.136.679
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.513.991	8.513.991
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.630.444	3.630.444
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.302.161	5.302.161
3 - Outras Despesas Correntes	140.273.657	740.255	141.013.912
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	100.883.601		100.883.601
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		740.255	740.255
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	2.576		2.576
180 - Recursos Próprios Financeiros	48.951		48.951
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	39.338.529		39.338.529
4 - Investimentos	530.283.100		530.283.100
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	82.027.959		82.027.959
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	272.000.000		272.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	176.255.141		176.255.141
54202 - Fundação Casa de Rui Barbosa	12.028.863	14.288.617	26.317.480
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.284.497	13.995.103	22.279.600
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.284.497		8.284.497
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.829.753	6.829.753
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		2.912.185	2.912.185
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.253.165	4.253.165
3 - Outras Despesas Correntes	3.676.839	293.514	3.970.353
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.675.272		3.675.272
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.567		1.567
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		293.514	293.514
4 - Investimentos	67.527		67.527
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	67.527		67.527
54203 - Fundação Biblioteca Nacional - BN	32.164.254	25.235.405	57.399.659
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.804.946	24.500.285	38.305.231
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	13.804.946		13.804.946
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.956.005	11.956.005
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.098.323	5.098.323
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		7.445.957	7.445.957
3 - Outras Despesas Correntes	18.102.534	735.120	18.837.654
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.473.593		17.473.593

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	528.941		528.941
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		735.120	735.120
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	100.000		100.000
4 - Investimentos	256.774		256.774
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	106.774		106.774
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	150.000		150.000
54204 - Fundação Cultural Palmares	10.703.874	1.595.807	12.299.681
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.858.031	1.455.466	3.313.497
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.858.031		1.858.031
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		710.741	710.741
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		302.676	302.676
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		442.049	442.049
3 - Outras Despesas Correntes	7.761.597	140.341	7.901.938
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.273.597		5.273.597
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		140.341	140.341
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.488.000		2.488.000
4 - Investimentos	1.084.246		1.084.246
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	484.246		484.246
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	600.000		600.000
54205 - Fundação Nacional de Artes	83.541.780	23.360.765	106.902.545
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.493.116	22.696.188	31.189.304
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	8.493.116		8.493.116
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		11.075.653	11.075.653
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		4.722.889	4.722.889
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.897.646	6.897.646
3 - Outras Despesas Correntes	72.956.864	664.577	73.621.441
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	47.197.091		47.197.091
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	33.261		33.261
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		664.577	664.577
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	25.726.512		25.726.512
4 - Investimentos	2.091.800		2.091.800
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	740.000		740.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.351.800		1.351.800
54206 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	120.748.334	68.418.716	189.167.050
1 - Pessoal e Encargos Sociais	42.707.725	66.121.022	108.828.747
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	42.707.725		42.707.725
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		32.265.827	32.265.827
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		13.759.635	13.759.635
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		20.095.560	20.095.560
3 - Outras Despesas Correntes	54.072.601	2.297.694	56.370.295
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	49.296.861		49.296.861
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	489.413		489.413
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.297.694	2.297.694
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	149.610		149.610
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	4.136.717		4.136.717

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
4 - Investimentos	23.968.008		23.968.008
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	21.679.902		21.679.902
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	2.288.106		2.288.106
54207 - Agência Nacional do Cinema - ANCINE	54.788.363	2.129.419	56.917.782
1 - Pessoal e Encargos Sociais	32.688.611	1.568.302	34.256.913
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	32.688.611		32.688.611
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		765.802	765.802
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		326.162	326.162
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		476.338	476.338
3 - Outras Despesas Correntes	19.879.752	561.117	20.440.869
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.556.719		18.556.719
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		561.117	561.117
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.323.033		1.323.033
4 - Investimentos	2.220.000		2.220.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.220.000		2.220.000
54208 - Instituto Brasileiro de Museus	59.571.735	17.195.462	76.767.197
1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.630.788	16.456.217	35.087.005
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	18.630.788		18.630.788
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.030.712	8.030.712
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		3.424.345	3.424.345
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		5.001.160	5.001.160
3 - Outras Despesas Correntes	39.872.103	739.245	40.611.348
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.359.300		36.359.300
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.749.803		1.749.803
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		739.245	739.245
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.763.000		1.763.000
4 - Investimentos	1.068.844		1.068.844
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.068.844		1.068.844
54902 - Fundo Nacional de Cultura	791.868.654		791.868.654
3 - Outras Despesas Correntes	59.600.311		59.600.311
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.129.226		3.129.226
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	9.870.774		9.870.774
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	13.500.000		13.500.000
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	1.000.000		1.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	32.100.311		32.100.311
4 - Investimentos	36.339.234		36.339.234
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.914.453		1.914.453
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	11.000.000		11.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	23.424.781		23.424.781
5 - Inversões Financeiras	350.000.000		350.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	350.000.000		350.000.000
9 - Reserva de Contingência	345.929.109		345.929.109
120 - Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	821.498		821.498
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	255.851.363		255.851.363

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	15.715.431		15.715.431
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	39.368.028		39.368.028
178 - Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	21.935.844		21.935.844
180 - Recursos Próprios Financeiros	4.987.406		4.987.406
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	7.249.539		7.249.539
55000 - Ministério da Cidadania	1.423.690.666	103.819.614.028	105.243.304.694
1 - Pessoal e Encargos Sociais	61.496.968	31.909.210	93.406.178
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	61.496.968		61.496.968
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		15.571.365	15.571.365
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.640.127	6.640.127
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.697.718	9.697.718
3 - Outras Despesas Correntes	802.468.931	103.282.373.425	104.084.842.356
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	200.081.413	140.067.002	340.148.415
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	181.978.286		181.978.286
139 - Alienação de Bens Apreendidos		107.577.972	107.577.972
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	270.000.000	459.233.076	729.233.076
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		9.154	9.154
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.329.630	5.329.630
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		102.361.114.868	102.361.114.868
180 - Recursos Próprios Financeiros		56.787.446	56.787.446
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	150.409.232	152.244.404	302.653.636
194 - Doações para o Combate à Fome		9.873	9.873
4 - Investimentos	476.001.364	505.327.380	981.328.744
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	54.279.714	1.831.049	56.110.763
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	61.220.510		61.220.510
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	152.500.000	325.800.000	478.300.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.904.918	2.904.918
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		53.543.000	53.543.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	208.001.140	121.248.413	329.249.553
9 - Reserva de Contingência	83.723.403	4.013	83.727.416
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	83.723.403		83.723.403
194 - Doações para o Combate à Fome		4.013	4.013
55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta	1.423.690.666	35.994.942.058	37.418.632.724
1 - Pessoal e Encargos Sociais	61.496.968	31.909.210	93.406.178
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	61.496.968		61.496.968
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		15.571.365	15.571.365
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		6.640.127	6.640.127
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		9.697.718	9.697.718
3 - Outras Despesas Correntes	802.468.931	35.902.533.242	36.705.002.173
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	200.081.413	140.067.002	340.148.415
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	181.978.286		181.978.286
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	270.000.000	192.033.076	462.033.076
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.495.368	4.495.368
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		35.490.399.343	35.490.399.343
180 - Recursos Próprios Financeiros		50.212.783	50.212.783

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	150.409.232	25.315.797	175.725.029
194 - Doações para o Combate à Fome		9.873	9.873
4 - Investimentos	476.001.364	60.495.593	536.496.957
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	54.279.714		54.279.714
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	61.220.510		61.220.510
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	152.500.000		152.500.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		37.600	37.600
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		53.543.000	53.543.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	208.001.140	6.914.993	214.916.133
9 - Reserva de Contingência	83.723.403	4.013	83.727.416
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	83.723.403		83.723.403
194 - Doações para o Combate à Fome		4.013	4.013
55901 - Fundo Nacional de Assistência Social		67.824.671.970	67.824.671.970
3 - Outras Despesas Correntes		67.379.840.183	67.379.840.183
139 - Alienação de Bens Apreendidos		107.577.972	107.577.972
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações		267.200.000	267.200.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação		9.154	9.154
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		834.262	834.262
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		66.870.715.525	66.870.715.525
180 - Recursos Próprios Financeiros		6.574.663	6.574.663
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		126.928.607	126.928.607
4 - Investimentos		444.831.787	444.831.787
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação		1.831.049	1.831.049
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações		325.800.000	325.800.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.867.318	2.867.318
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação		114.333.420	114.333.420
60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	5.333.040	43.354	5.376.394
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.229.001	2.000	2.231.001
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.229.001		2.229.001
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000	2.000
3 - Outras Despesas Correntes	2.446.039	41.354	2.487.393
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.446.039		2.446.039
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		41.354	41.354
4 - Investimentos	658.000		658.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	658.000		658.000
60101 - Gabinete da Vice-Presidência da República	5.333.040	43.354	5.376.394
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.229.001	2.000	2.231.001
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.229.001		2.229.001
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		2.000	2.000
3 - Outras Despesas Correntes	2.446.039	41.354	2.487.393
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.446.039		2.446.039
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		41.354	41.354
4 - Investimentos	658.000		658.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	658.000		658.000
63000 - Advocacia-Geral da União	1.285.501.220	595.407.353	1.880.908.573

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.028.265.914	572.359.901	1.600.625.815
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.028.265.914		1.028.265.914
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		279.297.051	279.297.051
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		119.108.391	119.108.391
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		173.954.459	173.954.459
3 - Outras Despesas Correntes	224.055.306	23.047.452	247.102.758
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	224.055.306		224.055.306
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		23.047.452	23.047.452
4 - Investimentos	33.180.000		33.180.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	33.180.000		33.180.000
63101 - Advocacia-Geral da União	1.285.501.220	595.407.353	1.880.908.573
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.028.265.914	572.359.901	1.600.625.815
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.028.265.914		1.028.265.914
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		279.297.051	279.297.051
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		119.108.391	119.108.391
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		173.954.459	173.954.459
3 - Outras Despesas Correntes	224.055.306	23.047.452	247.102.758
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	224.055.306		224.055.306
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		23.047.452	23.047.452
4 - Investimentos	33.180.000		33.180.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	33.180.000		33.180.000
81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	423.990.422	90.723.779	514.714.201
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.702.353	79.949	14.782.302
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	14.702.353		14.702.353
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		79.949	79.949
3 - Outras Despesas Correntes	180.117.422	38.428.195	218.545.617
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	165.582.422	27.866.290	193.448.712
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.707.905	3.707.905
180 - Recursos Próprios Financeiros		5.061.772	5.061.772
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	14.535.000		14.535.000
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		1.792.228	1.792.228
4 - Investimentos	103.929.365	17.820.371	121.749.736
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	103.264.365	16.674.244	119.938.609
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		720.127	720.127
180 - Recursos Próprios Financeiros		426.000	426.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	465.000		465.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
9 - Reserva de Contingência	125.241.282	34.395.264	159.636.546
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		1.753.461	1.753.461
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	125.241.282		125.241.282
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		32.641.803	32.641.803
81101 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	423.990.422	49.048.515	473.038.937
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.702.353	79.949	14.782.302
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	14.702.353		14.702.353

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		79.949	79.949
3 - Outras Despesas Correntes	180.117.422	31.574.195	211.691.617
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	165.582.422	27.866.290	193.448.712
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		3.707.905	3.707.905
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	14.535.000		14.535.000
4 - Investimentos	103.929.365	17.394.371	121.323.736
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	103.264.365	16.674.244	119.938.609
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		720.127	720.127
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	465.000		465.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	200.000		200.000
9 - Reserva de Contingência	125.241.282		125.241.282
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	125.241.282		125.241.282
81901 - Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA		23.940.170	23.940.170
3 - Outras Despesas Correntes		4.300.000	4.300.000
180 - Recursos Próprios Financeiros		2.936.344	2.936.344
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		1.363.656	1.363.656
9 - Reserva de Contingência		19.640.170	19.640.170
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		1.753.461	1.753.461
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		17.886.709	17.886.709
81902 - Fundo Nacional do Idoso - FNI		17.735.094	17.735.094
3 - Outras Despesas Correntes		2.554.000	2.554.000
180 - Recursos Próprios Financeiros		2.125.428	2.125.428
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		428.572	428.572
4 - Investimentos		426.000	426.000
180 - Recursos Próprios Financeiros		426.000	426.000
9 - Reserva de Contingência		14.755.094	14.755.094
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais		14.755.094	14.755.094

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
OUTROS ENCARGOS	2.760.252.574.780	290.618.706.104	3.050.871.280.884
1 - Pessoal e Encargos Sociais	113.136.879.162	29.721.485.229	142.858.364.391
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	12.120.494.824		12.120.494.824
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		1.495.681.588	1.495.681.588
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		504.159.124	504.159.124
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		8.345.013.850	8.345.013.850
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		510.724.075	510.724.075
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		648.769.976	648.769.976
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	101.016.384.338	18.217.136.616	119.233.520.954
2 - Juros e Encargos da Dívida	361.630.770.663		361.630.770.663
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	358.701.783.435		358.701.783.435
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	7.914.944		7.914.944
197 - Dividendos da União	2.921.072.284		2.921.072.284
3 - Outras Despesas Correntes	356.435.274.804	260.875.720.875	617.310.995.679
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.135.263.101		6.135.263.101
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	230.662.702.412		230.662.702.412
102 - Transferência do Imposto Territorial Rural	1.998.344.352		1.998.344.352
106 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal		39.287.129	39.287.129
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	578.013.085		578.013.085
113 - Contribuição do Salário-Educação	12.830.302.095		12.830.302.095
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	8.000.000		8.000.000
119 - Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	40.823.986		40.823.986
129 - Recursos de Concessões e Permissões	5.162.955		5.162.955
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	1.500.000		1.500.000
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.631.325.048		2.631.325.048
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	4.754.107.721		4.754.107.721
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	30.391.506.085		30.391.506.085
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	9.267.124.322		9.267.124.322
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	76.702.652		76.702.652
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		609.699.631	609.699.631
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		229.000.000	229.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	921.852.648		921.852.648
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	475.947.996		475.947.996
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	125.274.004		125.274.004
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	55.531.322.342	259.997.734.115	315.529.056.457
4 - Investimentos	1.942.129.942	17.000.000	1.959.129.942
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	220.424.890		220.424.890
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		17.000.000	17.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.721.705.052		1.721.705.052
5 - Inversões Financeiras	53.136.983.690	4.500.000	53.141.483.690
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.113.519.279		2.113.519.279
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	14.641.520.873		14.641.520.873

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1.00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	351.924.068		351.924.068
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	75.000.000		75.000.000
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	116.807.780		116.807.780
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.842.023.883		1.842.023.883
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	51.540.447		51.540.447
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	7.586.497.186		7.586.497.186
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	4.482.612.270		4.482.612.270
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	125.000.000		125.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.282.546		3.282.546
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	800.023.482		800.023.482
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.900.000		5.900.000
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	57.234.036		57.234.036
172 - Outras Contribuições Econômicas	305.319.401		305.319.401
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.379.622	4.500.000	5.879.622
180 - Recursos Próprios Financeiros	19.501.422.946		19.501.422.946
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	605.225.871		605.225.871
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	470.750.000		470.750.000
6 - Amortização da Dívida	1.871.180.072.118		1.871.180.072.118
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	183.994.226.106		183.994.226.106
129 - Recursos de Concessões e Permissões	108.954.668		108.954.668
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	1.600.983.076.984		1.600.983.076.984
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	476.959.332		476.959.332
159 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	21.921.148.005		21.921.148.005
162 - Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	13.625.733		13.625.733
171 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	323.459.945		323.459.945
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	25.207.496.539		25.207.496.539
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	31.335.289.478		31.335.289.478
197 - Dividendos da União	6.815.835.328		6.815.835.328
9 - Reserva de Contingência	2.790.464.401		2.790.464.401
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	409.679.094		409.679.094
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.921.411.613		1.921.411.613
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	459.373.694		459.373.694
71000 - Encargos Financeiros da União	24.835.261.619	2.098.167.900	26.933.429.519
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.828.516.989	1.844.934.222	6.673.451.211
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.828.516.989		4.828.516.989
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		1.495.681.588	1.495.681.588
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		349.252.634	349.252.634
3 - Outras Despesas Correntes	6.586.068.194	253.233.678	6.839.301.872
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.869.781.439		1.869.781.439
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	3.737.731.455		3.737.731.455
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	76.702.652		76.702.652
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		253.233.678	253.233.678

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
180 - Recursos Próprios Financeiros	901.852.648		901.852.648
5 - Inversões Financeiras	10.640.360.486		10.640.360.486
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.059.242.571		2.059.242.571
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	6.724.336.525		6.724.336.525
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.251.555.519		1.251.555.519
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	605.225.871		605.225.871
9 - Reserva de Contingência	2.780.315.950		2.780.315.950
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	409.459.544		409.459.544
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.921.411.613		1.921.411.613
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	449.444.793		449.444.793
71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	8.801.278.251	2.098.167.900	10.899.446.151
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.895.280.492	1.844.934.222	4.740.214.714
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.895.280.492		2.895.280.492
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos		1.495.681.588	1.495.681.588
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		349.252.634	349.252.634
3 - Outras Despesas Correntes	4.309.691.966	253.233.678	4.562.925.644
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	571.960.511		571.960.511
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	3.737.731.455		3.737.731.455
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		253.233.678	253.233.678
5 - Inversões Financeiras	1.146.861.000		1.146.861.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.146.861.000		1.146.861.000
9 - Reserva de Contingência	449.444.793		449.444.793
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	449.444.793		449.444.793
71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de	3.939.433.168		3.939.433.168
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.933.236.497		1.933.236.497
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.933.236.497		1.933.236.497
3 - Outras Despesas Correntes	1.197.542.729		1.197.542.729
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.197.542.729		1.197.542.729
5 - Inversões Financeiras	808.653.942		808.653.942
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	808.653.942		808.653.942
71104 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob	100.278.199		100.278.199
3 - Outras Despesas Correntes	100.278.199		100.278.199
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	100.278.199		100.278.199
71903 - Fundo Social - FS	8.685.345.544		8.685.345.544
3 - Outras Despesas Correntes	500.000		500.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	500.000		500.000
5 - Inversões Financeiras	8.684.845.544		8.684.845.544
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	103.727.629		103.727.629
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	6.724.336.525		6.724.336.525
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.251.555.519		1.251.555.519
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	605.225.871		605.225.871
71904 - Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob	363.193.122		363.193.122
3 - Outras Despesas Correntes	27.956.263		27.956.263
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	27.956.263		27.956.263

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
9 - Reserva de Contingência	335.236.859		335.236.859
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	215.048.321		215.048.321
180 - Recursos Próprios Financeiros	120.188.538		120.188.538
71905 - Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob	2.945.733.335		2.945.733.335
3 - Outras Despesas Correntes	950.099.037		950.099.037
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	48.746.389		48.746.389
180 - Recursos Próprios Financeiros	901.352.648		901.352.648
9 - Reserva de Contingência	1.995.634.298		1.995.634.298
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	194.411.223		194.411.223
180 - Recursos Próprios Financeiros	1.801.223.075		1.801.223.075
73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	297.398.121.152	10.301.167.473	307.699.288.625
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.291.977.835	9.659.414.391	16.951.392.226
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	7.291.977.835		7.291.977.835
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		504.159.124	504.159.124
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		7.995.761.216	7.995.761.216
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		510.724.075	510.724.075
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		648.769.976	648.769.976
3 - Outras Despesas Correntes	288.153.334.474	624.753.082	288.778.087.556
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	4.030.270.080		4.030.270.080
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	230.662.702.412		230.662.702.412
102 - Transferência do Imposto Territorial Rural	1.998.344.352		1.998.344.352
106 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal		39.287.129	39.287.129
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	578.013.085		578.013.085
113 - Contribuição do Salário-Educação	12.830.302.095		12.830.302.095
119 - Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	40.823.986		40.823.986
129 - Recursos de Concessões e Permissões	5.162.955		5.162.955
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.631.325.048		2.631.325.048
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	4.754.107.721		4.754.107.721
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	30.391.506.085		30.391.506.085
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		356.465.953	356.465.953
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		229.000.000	229.000.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	105.502.651		105.502.651
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	125.274.004		125.274.004
4 - Investimentos	1.942.129.942	17.000.000	1.959.129.942
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	220.424.890		220.424.890
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		17.000.000	17.000.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.721.705.052		1.721.705.052
5 - Inversões Financeiras	750.000		750.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	750.000		750.000
9 - Reserva de Contingência	9.928.901		9.928.901
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	9.928.901		9.928.901
73101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	4.978.409.510	2.373.347.346	7.351.756.856
1 - Pessoal e Encargos Sociais	930.870.764	2.344.345.714	3.275.216.478
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	930.870.764		930.870.764

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		79.890.429	79.890.429
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.533.553.690	1.533.553.690
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		297.057.484	297.057.484
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		433.844.111	433.844.111
3 - Outras Despesas Correntes	2.184.729.903	29.001.632	2.213.731.535
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.953.953.248		1.953.953.248
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		29.001.632	29.001.632
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	105.502.651		105.502.651
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	125.274.004		125.274.004
4 - Investimentos	1.852.129.942		1.852.129.942
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	130.424.890		130.424.890
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.721.705.052		1.721.705.052
5 - Inversões Financeiras	750.000		750.000
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	750.000		750.000
9 - Reserva de Contingência	9.928.901		9.928.901
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	9.928.901		9.928.901
73107 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Educação	12.830.302.095		12.830.302.095
3 - Outras Despesas Correntes	12.830.302.095		12.830.302.095
113 - Contribuição do Salário-Educação	12.830.302.095		12.830.302.095
73108 - Transferências Constitucionais - Recursos sob	233.458.849.432		233.458.849.432
3 - Outras Despesas Correntes	233.458.849.432		233.458.849.432
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	178.965.597		178.965.597
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	230.662.702.412		230.662.702.412
102 - Transferência do Imposto Territorial Rural	1.998.344.352		1.998.344.352
111 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	578.013.085		578.013.085
119 - Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	40.823.986		40.823.986
73115 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Agricultura,	5.162.955		5.162.955
3 - Outras Despesas Correntes	5.162.955		5.162.955
129 - Recursos de Concessões e Permissões	5.162.955		5.162.955
73116 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional do	30.821.605.285		30.821.605.285
3 - Outras Despesas Correntes	30.821.605.285		30.821.605.285
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	430.099.200		430.099.200
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	30.391.506.085		30.391.506.085
73118 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de	2.631.325.048		2.631.325.048
3 - Outras Despesas Correntes	2.631.325.048		2.631.325.048
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	2.631.325.048		2.631.325.048
73119 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de	4.754.107.721		4.754.107.721
3 - Outras Despesas Correntes	4.754.107.721		4.754.107.721
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	4.754.107.721		4.754.107.721
73901 - Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF	7.918.359.106	7.927.820.127	15.846.179.233
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.361.107.071	7.315.068.677	13.676.175.748
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	6.361.107.071		6.361.107.071
123 - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares		424.268.695	424.268.695
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		6.462.207.526	6.462.207.526

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		213.666.591	213.666.591
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		214.925.865	214.925.865
3 - Outras Despesas Correntes	1.467.252.035	595.751.450	2.063.003.485
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.467.252.035		1.467.252.035
106 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal		39.287.129	39.287.129
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		327.464.321	327.464.321
153 - Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social		229.000.000	229.000.000
4 - Investimentos	90.000.000	17.000.000	107.000.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	90.000.000		90.000.000
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		17.000.000	17.000.000
74000 - Operações Oficiais de Crédito	48.975.642.548	4.500.000	48.980.142.548
2 - Juros e Encargos da Dívida	255.000.000		255.000.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	255.000.000		255.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	6.164.549.794		6.164.549.794
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	235.211.582		235.211.582
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	8.000.000		8.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	1.500.000		1.500.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	5.529.392.867		5.529.392.867
180 - Recursos Próprios Financeiros	20.000.000		20.000.000
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	370.445.345		370.445.345
5 - Inversões Financeiras	42.495.873.204	4.500.000	42.500.373.204
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	54.276.708		54.276.708
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	14.641.520.873		14.641.520.873
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	351.924.068		351.924.068
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	75.000.000		75.000.000
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	116.807.780		116.807.780
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.842.023.883		1.842.023.883
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	51.540.447		51.540.447
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	862.160.661		862.160.661
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	4.482.612.270		4.482.612.270
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	125.000.000		125.000.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.282.546		3.282.546
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	800.023.482		800.023.482
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.900.000		5.900.000
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	57.234.036		57.234.036
172 - Outras Contribuições Econômicas	305.319.401		305.319.401
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.379.622	4.500.000	5.879.622
180 - Recursos Próprios Financeiros	18.249.867.427		18.249.867.427
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	470.000.000		470.000.000
6 - Amortização da Dívida	60.000.000		60.000.000
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	60.000.000		60.000.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
9 - Reserva de Contingência	219.550		219.550
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	219.550		219.550
74101 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro	7.627.536.975		7.627.536.975
2 - Juros e Encargos da Dívida	255.000.000		255.000.000
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	255.000.000		255.000.000
3 - Outras Despesas Correntes	4.942.536.976		4.942.536.976
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	4.942.536.976		4.942.536.976
5 - Inversões Financeiras	2.369.999.999		2.369.999.999
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	1.569.976.517		1.569.976.517
160 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito	800.023.482		800.023.482
6 - Amortização da Dívida	60.000.000		60.000.000
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	60.000.000		60.000.000
74102 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	125.000.000		125.000.000
5 - Inversões Financeiras	125.000.000		125.000.000
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	125.000.000		125.000.000
74104 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Agricultura,	586.855.891		586.855.891
3 - Outras Despesas Correntes	586.855.891		586.855.891
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	586.855.891		586.855.891
74201 - Recursos sob Supervisão da Superintendência de	1.379.622		1.379.622
5 - Inversões Financeiras	1.379.622		1.379.622
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	1.379.622		1.379.622
74202 - Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde		4.500.000	4.500.000
5 - Inversões Financeiras		4.500.000	4.500.000
174 - Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais		4.500.000	4.500.000
74203 - Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de	16.216.355		16.216.355
5 - Inversões Financeiras	16.216.355		16.216.355
180 - Recursos Próprios Financeiros	16.216.355		16.216.355
74204 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de	174.996.191		174.996.191
5 - Inversões Financeiras	174.996.191		174.996.191
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	271.632		271.632
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.674.559		1.674.559
163 - Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	5.900.000		5.900.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	167.150.000		167.150.000
74205 - Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento	2.719.550		2.719.550
5 - Inversões Financeiras	2.500.000		2.500.000
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	180.376		180.376
180 - Recursos Próprios Financeiros	2.319.624		2.319.624
9 - Reserva de Contingência	219.550		219.550
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	219.550		219.550
74901 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da	5.972.988.593		5.972.988.593
3 - Outras Despesas Correntes	20.000.000		20.000.000
180 - Recursos Próprios Financeiros	20.000.000		20.000.000
5 - Inversões Financeiras	5.952.988.593		5.952.988.593
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	40.435		40.435

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	36.041		36.041
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.952.912.117		5.952.912.117
74902 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao	9.557.201.400		9.557.201.400
3 - Outras Despesas Correntes	605.656.927		605.656.927
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	235.211.582		235.211.582
186 - Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	370.445.345		370.445.345
5 - Inversões Financeiras	8.951.544.473		8.951.544.473
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	2.912.635.753		2.912.635.753
180 - Recursos Próprios Financeiros	5.568.908.720		5.568.908.720
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	470.000.000		470.000.000
74904 - Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha	5.720.239.466		5.720.239.466
5 - Inversões Financeiras	5.720.239.466		5.720.239.466
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	1.785.906.150		1.785.906.150
180 - Recursos Próprios Financeiros	3.934.333.316		3.934.333.316
74905 - Recursos sob Sup. do Fundo p/ Desenv.Tecnol. das	368.570.420		368.570.420
5 - Inversões Financeiras	368.570.420		368.570.420
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	45.070.862		45.070.862
172 - Outras Contribuições Econômicas	262.263.968		262.263.968
180 - Recursos Próprios Financeiros	61.235.590		61.235.590
74906 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da	78.823.333		78.823.333
5 - Inversões Financeiras	78.823.333		78.823.333
180 - Recursos Próprios Financeiros	78.823.333		78.823.333
74908 - Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de	55.579.424		55.579.424
5 - Inversões Financeiras	55.579.424		55.579.424
180 - Recursos Próprios Financeiros	55.579.424		55.579.424
74910 - Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e	1.782.911.022		1.782.911.022
5 - Inversões Financeiras	1.782.911.022		1.782.911.022
134 - Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	116.807.780		116.807.780
135 - Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	56.117.733		56.117.733
141 - Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	51.540.447		51.540.447
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	759.932.274		759.932.274
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.391.570		1.391.570
172 - Outras Contribuições Econômicas	43.055.433		43.055.433
180 - Recursos Próprios Financeiros	754.065.785		754.065.785
74912 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	490.388.709		490.388.709
3 - Outras Despesas Correntes	9.500.000		9.500.000
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	8.000.000		8.000.000
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	1.500.000		1.500.000
5 - Inversões Financeiras	480.888.709		480.888.709
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	53.964.641		53.964.641
118 - Receitas de Concursos de Prognósticos	351.924.068		351.924.068
130 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	75.000.000		75.000.000
74913 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de	2.928.304.175		2.928.304.175
5 - Inversões Financeiras	2.928.304.175		2.928.304.175

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	2.928.304.175		2.928.304.175
74914 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de	2.928.304.175		2.928.304.175
5 - Inversões Financeiras	2.928.304.175		2.928.304.175
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	2.928.304.175		2.928.304.175
74915 - Recursos sob Supervisão do Fundo Constitucional de	8.784.912.523		8.784.912.523
5 - Inversões Financeiras	8.784.912.523		8.784.912.523
101 - Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	8.784.912.523		8.784.912.523
74916 - Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre	322.971.081		322.971.081
5 - Inversões Financeiras	322.971.081		322.971.081
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	102.228.387		102.228.387
180 - Recursos Próprios Financeiros	220.742.694		220.742.694
74917 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento	383.123.918		383.123.918
5 - Inversões Financeiras	383.123.918		383.123.918
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	4.204.351		4.204.351
180 - Recursos Próprios Financeiros	378.919.567		378.919.567
74918 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento	830.047.862		830.047.862
5 - Inversões Financeiras	830.047.862		830.047.862
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	5.332.675		5.332.675
180 - Recursos Próprios Financeiros	824.715.187		824.715.187
74919 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento	236.571.863		236.571.863
5 - Inversões Financeiras	236.571.863		236.571.863
166 - Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	2.626.148		2.626.148
180 - Recursos Próprios Financeiros	233.945.715		233.945.715
75000 - Dívida Pública Federal	2.232.495.842.781		2.232.495.842.781
2 - Juros e Encargos da Dívida	361.375.770.663		361.375.770.663
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	358.446.783.435		358.446.783.435
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	7.914.944		7.914.944
197 - Dividendos da União	2.921.072.284		2.921.072.284
6 - Amortização da Dívida	1.871.120.072.118		1.871.120.072.118
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	183.994.226.106		183.994.226.106
129 - Recursos de Concessões e Permissões	108.954.668		108.954.668
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	1.600.923.076.984		1.600.923.076.984
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	476.959.332		476.959.332
159 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	21.921.148.005		21.921.148.005
162 - Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	13.625.733		13.625.733
171 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	323.459.945		323.459.945
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	25.207.496.539		25.207.496.539
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	31.335.289.478		31.335.289.478
197 - Dividendos da União	6.815.835.328		6.815.835.328
75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	2.232.495.842.781		2.232.495.842.781
2 - Juros e Encargos da Dívida	361.375.770.663		361.375.770.663
144 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	358.446.783.435		358.446.783.435

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	7.914.944		7.914.944
197 - Dividendos da União	2.921.072.284		2.921.072.284
6 - Amortização da Dívida	1.871.120.072.118		1.871.120.072.118
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	183.994.226.106		183.994.226.106
129 - Recursos de Concessões e Permissões	108.954.668		108.954.668
143 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	1.600.923.076.984		1.600.923.076.984
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	476.959.332		476.959.332
159 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	21.921.148.005		21.921.148.005
162 - Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	13.625.733		13.625.733
171 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	323.459.945		323.459.945
173 - Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	25.207.496.539		25.207.496.539
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	31.335.289.478		31.335.289.478
197 - Dividendos da União	6.815.835.328		6.815.835.328
93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa	156.547.706.680	278.214.870.731	434.762.577.411
1 - Pessoal e Encargos Sociais	101.016.384.338	18.217.136.616	119.233.520.954
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	101.016.384.338	18.217.136.616	119.233.520.954
3 - Outras Despesas Correntes	55.531.322.342	259.997.734.115	315.529.056.457
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	55.531.322.342	259.997.734.115	315.529.056.457
93102 - Recursos do Fundo do Regime Geral de Previdência		258.644.704.442	258.644.704.442
3 - Outras Despesas Correntes		258.644.704.442	258.644.704.442
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		258.644.704.442	258.644.704.442
93103 - Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social		223.173.313	223.173.313
3 - Outras Despesas Correntes		223.173.313	223.173.313
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		223.173.313	223.173.313
93104 - Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro	930.238.267		930.238.267
3 - Outras Despesas Correntes	930.238.267		930.238.267
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	930.238.267		930.238.267
93105 - Recursos do Ministério da Economia - Administração	3.846.809.523	1.244.612.121	5.091.421.644
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.893.550.750	1.240.310.121	4.133.860.871
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.893.550.750	1.240.310.121	4.133.860.871
3 - Outras Despesas Correntes	953.258.773	4.302.000	957.560.773
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	953.258.773	4.302.000	957.560.773
93106 - Recursos do Ministério da Cidadania - Administração	297.080.397	546.236.145	843.316.542
1 - Pessoal e Encargos Sociais	133.790.903	10.570.187	144.361.090
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	133.790.903	10.570.187	144.361.090
3 - Outras Despesas Correntes	163.289.494	535.665.958	698.955.452
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	163.289.494	535.665.958	698.955.452
93175 - Recursos da Presidência da República(20101)	250.621.841		250.621.841
1 - Pessoal e Encargos Sociais	148.776.343		148.776.343
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	148.776.343		148.776.343
3 - Outras Despesas Correntes	101.845.498		101.845.498

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	101.845.498		101.845.498
93176 - Recursos da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN	274.124.233	66.472.452	340.596.685
1 - Pessoal e Encargos Sociais	232.072.172	66.472.452	298.544.624
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	232.072.172	66.472.452	298.544.624
3 - Outras Despesas Correntes	42.052.061		42.052.061
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	42.052.061		42.052.061
93177 - Recursos do Instituto Nacional de Tecnologia da	16.940.891		16.940.891
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.940.853		6.940.853
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.940.853		6.940.853
3 - Outras Despesas Correntes	10.000.038		10.000.038
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.000.038		10.000.038
93178 - Recursos da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	263.044.309		263.044.309
1 - Pessoal e Encargos Sociais	248.053.031		248.053.031
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	248.053.031		248.053.031
3 - Outras Despesas Correntes	14.991.278		14.991.278
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	14.991.278		14.991.278
93179 - Recursos do Fundo de Imprensa Nacional(20927)	16.499.012	11.775.042	28.274.054
1 - Pessoal e Encargos Sociais	15.673.422	11.775.042	27.448.464
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	15.673.422	11.775.042	27.448.464
3 - Outras Despesas Correntes	825.590		825.590
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	825.590		825.590
93180 - Recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e	2.117.446.532	530.458.618	2.647.905.150
1 - Pessoal e Encargos Sociais	963.442.071	530.458.618	1.493.900.689
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	963.442.071	530.458.618	1.493.900.689
3 - Outras Despesas Correntes	1.154.004.461		1.154.004.461
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.154.004.461		1.154.004.461
93181 - Recursos do Serviço Florestal Brasileiro - SFB(22106)	26.285.001		26.285.001
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.433.842		16.433.842
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	16.433.842		16.433.842
3 - Outras Despesas Correntes	9.851.159		9.851.159
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	9.851.159		9.851.159
93182 - Recursos do Instituto Nacional de Colonização e	221.088.729	165.338.722	386.427.451
1 - Pessoal e Encargos Sociais	26.320.366	165.338.722	191.659.088
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	26.320.366	165.338.722	191.659.088
3 - Outras Despesas Correntes	194.768.363		194.768.363
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	194.768.363		194.768.363
93183 - Recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa	2.483.777.015		2.483.777.015
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.323.096.492		2.323.096.492
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.323.096.492		2.323.096.492
3 - Outras Despesas Correntes	160.680.523		160.680.523

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	160.680.523		160.680.523
93184 - Recursos da Companhia Nacional de Abastecimento -	630.006.699		630.006.699
1 - Pessoal e Encargos Sociais	604.698.096		604.698.096
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	604.698.096		604.698.096
3 - Outras Despesas Correntes	25.308.603		25.308.603
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	25.308.603		25.308.603
93185 - Recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e	858.900.108	256.865.087	1.115.765.195
1 - Pessoal e Encargos Sociais	357.118.986	256.865.087	613.984.073
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	357.118.986	256.865.087	613.984.073
3 - Outras Despesas Correntes	501.781.122		501.781.122
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	501.781.122		501.781.122
93186 - Recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento	663.343.125	32.677.734	696.020.859
1 - Pessoal e Encargos Sociais	49.386.025	32.677.734	82.063.759
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	49.386.025	32.677.734	82.063.759
3 - Outras Despesas Correntes	613.957.100		613.957.100
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	613.957.100		613.957.100
93187 - Recursos da Comissão Nacional de Energia Nuclear	322.266.436	85.715.767	407.982.203
1 - Pessoal e Encargos Sociais	283.071.723	85.715.767	368.787.490
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	283.071.723	85.715.767	368.787.490
3 - Outras Despesas Correntes	39.194.713		39.194.713
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	39.194.713		39.194.713
93188 - Recursos da Agência Espacial Brasileira(24205)	47.602.277		47.602.277
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.824.542		8.824.542
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	8.824.542		8.824.542
3 - Outras Despesas Correntes	38.777.735		38.777.735
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	38.777.735		38.777.735
93189 - Recursos do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica	46.674.652		46.674.652
1 - Pessoal e Encargos Sociais	30.757.841		30.757.841
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	30.757.841		30.757.841
3 - Outras Despesas Correntes	15.916.811		15.916.811
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	15.916.811		15.916.811
93190 - Recursos da Agência Nacional de Telecomunicações -	6.407.689	5.568.290	11.975.979
1 - Pessoal e Encargos Sociais	977.242	5.568.290	6.545.532
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	977.242	5.568.290	6.545.532
3 - Outras Despesas Correntes	5.430.447		5.430.447
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	5.430.447		5.430.447
93191 - Recursos da Secretaria Especial da Receita Federal do		1.739.988.979	1.739.988.979
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.739.988.979	1.739.988.979
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		1.739.988.979	1.739.988.979
93192 - Recursos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	97.668		97.668
3 - Outras Despesas Correntes	97.668		97.668

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	97.668		97.668
93193 - Recursos do Banco Central do Brasil(25201)	1.086.924.049	455.008.500	1.541.932.549
1 - Pessoal e Encargos Sociais	950.557.486	455.008.500	1.405.565.986
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	950.557.486	455.008.500	1.405.565.986
3 - Outras Despesas Correntes	136.366.563		136.366.563
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	136.366.563		136.366.563
93194 - Recursos da Comissão de Valores Mobiliários(25203)	193.449	17.955.241	18.148.690
1 - Pessoal e Encargos Sociais		17.955.241	17.955.241
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		17.955.241	17.955.241
3 - Outras Despesas Correntes	193.449		193.449
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	193.449		193.449
93195 - Recursos da Superintendência Nacional de Previdência		551.217	551.217
1 - Pessoal e Encargos Sociais		551.217	551.217
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		551.217	551.217
93196 - Recursos da Superintendência de Seguros Privados	1.259.685	21.652.714	22.912.399
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.259.685	21.652.714	22.912.399
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.259.685	21.652.714	22.912.399
93197 - Recursos do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade	85.134.844	26.849.487	111.984.331
1 - Pessoal e Encargos Sociais	84.423.070	26.849.487	111.272.557
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	84.423.070	26.849.487	111.272.557
3 - Outras Despesas Correntes	711.774		711.774
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	711.774		711.774
93198 - Recursos do Instituto Nacional da Propriedade Industrial	13.026.019	24.159.961	37.185.980
1 - Pessoal e Encargos Sociais	738.310	24.159.961	24.898.271
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	738.310	24.159.961	24.898.271
3 - Outras Despesas Correntes	12.287.709		12.287.709
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	12.287.709		12.287.709
93199 - Recursos da Superintendência da Zona Franca de	906.800.081	10.093.919	916.894.000
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.772.542	10.093.919	18.866.461
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	8.772.542	10.093.919	18.866.461
3 - Outras Despesas Correntes	898.027.539		898.027.539
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	898.027.539		898.027.539
93200 - Recursos da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de	35.098.640	10.449.607	45.548.247
1 - Pessoal e Encargos Sociais	27.178.256	10.449.607	37.627.863
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	27.178.256	10.449.607	37.627.863
3 - Outras Despesas Correntes	7.920.384		7.920.384
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	7.920.384		7.920.384
93201 - Recursos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	106.698.012	53.373.891	160.071.903
1 - Pessoal e Encargos Sociais	79.697.467	53.373.891	133.071.358
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	79.697.467	53.373.891	133.071.358
3 - Outras Despesas Correntes	27.000.545		27.000.545

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	27.000.545		27.000.545
93202 - Recursos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia	748.308.342	311.303.803	1.059.612.145
1 - Pessoal e Encargos Sociais	638.659.540	311.303.803	949.963.343
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	638.659.540	311.303.803	949.963.343
3 - Outras Despesas Correntes	109.648.802		109.648.802
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	109.648.802		109.648.802
93203 - Recursos da Fundação Escola Nacional de Administração	44.579.669	1.941.231	46.520.900
1 - Pessoal e Encargos Sociais	25.786.345	1.941.231	27.727.576
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	25.786.345	1.941.231	27.727.576
3 - Outras Despesas Correntes	18.793.324		18.793.324
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	18.793.324		18.793.324
93204 - Recursos do Instituto Nacional do Seguro Social(25303)		2.993.126.721	2.993.126.721
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.726.504.379	2.726.504.379
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		2.726.504.379	2.726.504.379
3 - Outras Despesas Correntes		266.622.342	266.622.342
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		266.622.342	266.622.342
93205 - Recursos do Ministério da Educação - Administração	418.325.329	54.794.973	473.120.302
1 - Pessoal e Encargos Sociais	152.441.825	54.794.973	207.236.798
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	152.441.825	54.794.973	207.236.798
3 - Outras Despesas Correntes	265.883.504		265.883.504
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	265.883.504		265.883.504
93206 - Recursos do Instituto Nacional de Educação de Surdos	46.325.354	14.486.689	60.812.043
1 - Pessoal e Encargos Sociais	33.092.075	14.486.689	47.578.764
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	33.092.075	14.486.689	47.578.764
3 - Outras Despesas Correntes	13.233.279		13.233.279
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	13.233.279		13.233.279
93207 - Recursos do Instituto Benjamin Constant(26105)	30.072.673	9.292.737	39.365.410
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.151.828	9.292.737	29.444.565
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	20.151.828	9.292.737	29.444.565
3 - Outras Despesas Correntes	9.920.845		9.920.845
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	9.920.845		9.920.845
93208 - Recursos do Colégio Pedro II(26201)	214.580.505	73.660.953	288.241.458
1 - Pessoal e Encargos Sociais	186.251.373	73.660.953	259.912.326
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	186.251.373	73.660.953	259.912.326
3 - Outras Despesas Correntes	28.329.132		28.329.132
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	28.329.132		28.329.132
93209 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Vale do	103.651.808	771.395	104.423.203
1 - Pessoal e Encargos Sociais	86.176.655	771.395	86.948.050
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	86.176.655	771.395	86.948.050
3 - Outras Despesas Correntes	17.475.153		17.475.153

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	17.475.153		17.475.153
93210 - Recursos da Universidade Federal de Alagoas(26231)	321.496.070	60.289.668	381.785.738
1 - Pessoal e Encargos Sociais	277.728.137	60.289.668	338.017.805
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	277.728.137	60.289.668	338.017.805
3 - Outras Despesas Correntes	43.767.933		43.767.933
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	43.767.933		43.767.933
93211 - Recursos da Universidade Federal da Bahia(26232)	537.883.308	160.012.719	697.896.027
1 - Pessoal e Encargos Sociais	461.316.644	160.012.719	621.329.363
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	461.316.644	160.012.719	621.329.363
3 - Outras Despesas Correntes	76.566.664		76.566.664
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	76.566.664		76.566.664
93212 - Recursos da Universidade Federal do Ceará(26233)	495.663.926	126.402.473	622.066.399
1 - Pessoal e Encargos Sociais	425.065.375	126.402.473	551.467.848
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	425.065.375	126.402.473	551.467.848
3 - Outras Despesas Correntes	70.598.551		70.598.551
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	70.598.551		70.598.551
93213 - Recursos da Universidade Federal do Espírito Santo	357.476.087	72.841.173	430.317.260
1 - Pessoal e Encargos Sociais	315.787.466	72.841.173	388.628.639
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	315.787.466	72.841.173	388.628.639
3 - Outras Despesas Correntes	41.688.621		41.688.621
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	41.688.621		41.688.621
93214 - Recursos da Universidade Federal de Goiás(26235)	480.177.783	99.650.625	579.828.408
1 - Pessoal e Encargos Sociais	437.687.872	99.650.625	537.338.497
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	437.687.872	99.650.625	537.338.497
3 - Outras Despesas Correntes	42.489.911		42.489.911
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	42.489.911		42.489.911
93215 - Recursos da Universidade Federal Fluminense(26236)	668.830.426	202.424.822	871.255.248
1 - Pessoal e Encargos Sociais	585.670.697	202.424.822	788.095.519
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	585.670.697	202.424.822	788.095.519
3 - Outras Despesas Correntes	83.159.729		83.159.729
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	83.159.729		83.159.729
93216 - Recursos da Universidade Federal de Juiz de Fora	341.807.433	57.888.603	399.696.036
1 - Pessoal e Encargos Sociais	297.456.365	57.888.603	355.344.968
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	297.456.365	57.888.603	355.344.968
3 - Outras Despesas Correntes	44.351.068		44.351.068
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	44.351.068		44.351.068
93217 - Recursos da Universidade Federal de Minas Gerais	688.635.333	199.436.555	888.071.888
1 - Pessoal e Encargos Sociais	597.825.478	199.436.555	797.262.033
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	597.825.478	199.436.555	797.262.033
3 - Outras Despesas Correntes	90.809.855		90.809.855

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	90.809.855		90.809.855
93218 - Recursos da Universidade Federal do Pará(26239)	550.025.274	96.703.396	646.728.670
1 - Pessoal e Encargos Sociais	470.011.566	96.703.396	566.714.962
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	470.011.566	96.703.396	566.714.962
3 - Outras Despesas Correntes	80.013.708		80.013.708
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	80.013.708		80.013.708
93219 - Recursos da Universidade Federal da Paraíba(26240)	591.487.473	155.196.419	746.683.892
1 - Pessoal e Encargos Sociais	523.514.564	155.196.419	678.710.983
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	523.514.564	155.196.419	678.710.983
3 - Outras Despesas Correntes	67.972.909		67.972.909
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	67.972.909		67.972.909
93220 - Recursos da Universidade Federal do Paraná(26241)	512.748.765	143.343.973	656.092.738
1 - Pessoal e Encargos Sociais	440.966.994	143.343.973	584.310.967
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	440.966.994	143.343.973	584.310.967
3 - Outras Despesas Correntes	71.781.771		71.781.771
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	71.781.771		71.781.771
93221 - Recursos da Universidade Federal de Pernambuco	574.263.285	123.928.850	698.192.135
1 - Pessoal e Encargos Sociais	499.663.596	123.928.850	623.592.446
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	499.663.596	123.928.850	623.592.446
3 - Outras Despesas Correntes	74.599.689		74.599.689
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	74.599.689		74.599.689
93222 - Recursos da Universidade Federal do Rio Grande do	564.642.555	155.738.259	720.380.814
1 - Pessoal e Encargos Sociais	472.850.297	155.738.259	628.588.556
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	472.850.297	155.738.259	628.588.556
3 - Outras Despesas Correntes	91.792.258		91.792.258
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	91.792.258		91.792.258
93223 - Recursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	656.244.238	176.554.928	832.799.166
1 - Pessoal e Encargos Sociais	577.634.202	176.554.928	754.189.130
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	577.634.202	176.554.928	754.189.130
3 - Outras Despesas Correntes	78.610.036		78.610.036
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	78.610.036		78.610.036
93224 - Recursos da Universidade Federal do Rio de Janeiro	1.091.193.188	302.897.546	1.394.090.734
1 - Pessoal e Encargos Sociais	938.945.781	302.897.546	1.241.843.327
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	938.945.781	302.897.546	1.241.843.327
3 - Outras Despesas Correntes	152.247.407		152.247.407
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	152.247.407		152.247.407
93225 - Recursos da Universidade Federal de Santa Catarina	556.668.101	138.117.982	694.786.083
1 - Pessoal e Encargos Sociais	487.598.006	138.117.982	625.715.988
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	487.598.006	138.117.982	625.715.988
3 - Outras Despesas Correntes	69.070.095		69.070.095

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	69.070.095		69.070.095
93226 - Recursos da Universidade Federal de Santa Maria	456.638.500	98.126.758	554.765.258
1 - Pessoal e Encargos Sociais	395.260.490	98.126.758	493.387.248
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	395.260.490	98.126.758	493.387.248
3 - Outras Despesas Correntes	61.378.010		61.378.010
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	61.378.010		61.378.010
93227 - Recursos da Universidade Federal Rural de Pernambuco	269.315.262	40.330.449	309.645.711
1 - Pessoal e Encargos Sociais	236.058.910	40.330.449	276.389.359
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	236.058.910	40.330.449	276.389.359
3 - Outras Despesas Correntes	33.256.352		33.256.352
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	33.256.352		33.256.352
93228 - Recursos da Universidade Federal Rural do Rio de	277.516.071	46.441.127	323.957.198
1 - Pessoal e Encargos Sociais	247.526.431	46.441.127	293.967.558
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	247.526.431	46.441.127	293.967.558
3 - Outras Despesas Correntes	29.989.640		29.989.640
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	29.989.640		29.989.640
93229 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Roraima	113.423.952	6.628.886	120.052.838
1 - Pessoal e Encargos Sociais	97.131.649	6.628.886	103.760.535
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	97.131.649	6.628.886	103.760.535
3 - Outras Despesas Correntes	16.292.303		16.292.303
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	16.292.303		16.292.303
93230 - Recursos da Fundação Universidade Federal do	188.037.355	1.994.341	190.031.696
1 - Pessoal e Encargos Sociais	168.323.730	1.994.341	170.318.071
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	168.323.730	1.994.341	170.318.071
3 - Outras Despesas Correntes	19.713.625		19.713.625
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	19.713.625		19.713.625
93231 - Recursos da Universidade Federal de Campina Grande	288.955.758	43.395.170	332.350.928
1 - Pessoal e Encargos Sociais	249.342.561	43.395.170	292.737.731
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	249.342.561	43.395.170	292.737.731
3 - Outras Despesas Correntes	39.613.197		39.613.197
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	39.613.197		39.613.197
93232 - Recursos da Universidade Federal Rural da Amazônia	113.362.168	11.185.127	124.547.295
1 - Pessoal e Encargos Sociais	93.560.634	11.185.127	104.745.761
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	93.560.634	11.185.127	104.745.761
3 - Outras Despesas Correntes	19.801.534		19.801.534
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	19.801.534		19.801.534
93233 - Recursos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro	144.951.110	30.863.077	175.814.187
1 - Pessoal e Encargos Sociais	124.681.055	30.863.077	155.544.132
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	124.681.055	30.863.077	155.544.132
3 - Outras Despesas Correntes	20.270.055		20.270.055

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	20.270.055		20.270.055
93234 - Recursos da Universidade Federal dos Vales do	149.805.948	3.142.418	152.948.366
1 - Pessoal e Encargos Sociais	130.721.230	3.142.418	133.863.648
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	130.721.230	3.142.418	133.863.648
3 - Outras Despesas Correntes	19.084.718		19.084.718
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	19.084.718		19.084.718
93235 - Recursos do Centro Federal de Educação Tecnológica	168.546.943	29.199.241	197.746.184
1 - Pessoal e Encargos Sociais	146.944.173	29.199.241	176.143.414
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	146.944.173	29.199.241	176.143.414
3 - Outras Despesas Correntes	21.602.770		21.602.770
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	21.602.770		21.602.770
93236 - Recursos do Centro Federal de Educação Tecnológica de	206.340.068	26.851.596	233.191.664
1 - Pessoal e Encargos Sociais	180.409.318	26.851.596	207.260.914
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	180.409.318	26.851.596	207.260.914
3 - Outras Despesas Correntes	25.930.750		25.930.750
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	25.930.750		25.930.750
93237 - Recursos da Universidade Tecnológica Federal do	482.593.615	33.031.756	515.625.371
1 - Pessoal e Encargos Sociais	422.488.839	33.031.756	455.520.595
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	422.488.839	33.031.756	455.520.595
3 - Outras Despesas Correntes	60.104.776		60.104.776
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	60.104.776		60.104.776
93238 - Recursos da Universidade Federal de Alfenas(26260)	115.250.339	8.046.574	123.296.913
1 - Pessoal e Encargos Sociais	100.654.143	8.046.574	108.700.717
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	100.654.143	8.046.574	108.700.717
3 - Outras Despesas Correntes	14.596.196		14.596.196
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	14.596.196		14.596.196
93239 - Recursos da Universidade Federal de Itajubá(26261)	100.662.541	13.313.098	113.975.639
1 - Pessoal e Encargos Sociais	84.243.804	13.313.098	97.556.902
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	84.243.804	13.313.098	97.556.902
3 - Outras Despesas Correntes	16.418.737		16.418.737
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	16.418.737		16.418.737
93240 - Recursos da Universidade Federal de São Paulo(26262)	384.610.106	84.423.184	469.033.290
1 - Pessoal e Encargos Sociais	347.224.598	84.423.184	431.647.782
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	347.224.598	84.423.184	431.647.782
3 - Outras Despesas Correntes	37.385.508		37.385.508
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	37.385.508		37.385.508
93241 - Recursos da Universidade Federal de Lavras(26263)	166.202.202	20.597.292	186.799.494
1 - Pessoal e Encargos Sociais	141.998.938	20.597.292	162.596.230
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	141.998.938	20.597.292	162.596.230
3 - Outras Despesas Correntes	24.203.264		24.203.264

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	24.203.264		24.203.264
93242 - Recursos da Universidade Federal Rural do Semi-Árido	137.921.303	8.649.934	146.571.237
1 - Pessoal e Encargos Sociais	118.417.527	8.649.934	127.067.461
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	118.417.527	8.649.934	127.067.461
3 - Outras Despesas Correntes	19.503.776		19.503.776
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	19.503.776		19.503.776
93243 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Pampa	179.162.985	520.731	179.683.716
1 - Pessoal e Encargos Sociais	157.897.002	520.731	158.417.733
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	157.897.002	520.731	158.417.733
3 - Outras Despesas Correntes	21.265.983		21.265.983
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	21.265.983		21.265.983
93244 - Recursos da Universidade Federal da Integração Latino	92.642.927		92.642.927
1 - Pessoal e Encargos Sociais	73.754.503		73.754.503
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	73.754.503		73.754.503
3 - Outras Despesas Correntes	18.888.424		18.888.424
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	18.888.424		18.888.424
93245 - Recursos da Fundação Universidade Federal de	134.907.612	12.257.037	147.164.649
1 - Pessoal e Encargos Sociais	117.281.043	12.257.037	129.538.080
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	117.281.043	12.257.037	129.538.080
3 - Outras Despesas Correntes	17.626.569		17.626.569
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	17.626.569		17.626.569
93246 - Recursos da Fundação Universidade do Rio de Janeiro	183.722.303	27.504.456	211.226.759
1 - Pessoal e Encargos Sociais	150.402.546	27.504.456	177.907.002
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	150.402.546	27.504.456	177.907.002
3 - Outras Despesas Correntes	33.319.757		33.319.757
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	33.319.757		33.319.757
93247 - Recursos da Fundação Universidade do Amazonas	312.654.971	39.341.699	351.996.670
1 - Pessoal e Encargos Sociais	263.661.594	39.341.699	303.003.293
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	263.661.594	39.341.699	303.003.293
3 - Outras Despesas Correntes	48.993.377		48.993.377
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	48.993.377		48.993.377
93248 - Recursos da Fundação Universidade de Brasília(26271)	711.610.219	114.663.257	826.273.476
1 - Pessoal e Encargos Sociais	630.344.909	114.663.257	745.008.166
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	630.344.909	114.663.257	745.008.166
3 - Outras Despesas Correntes	81.265.310		81.265.310
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	81.265.310		81.265.310
93249 - Recursos da Fundação Universidade Federal do	322.042.329	51.800.129	373.842.458
1 - Pessoal e Encargos Sociais	277.946.451	51.800.129	329.746.580
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	277.946.451	51.800.129	329.746.580
3 - Outras Despesas Correntes	44.095.878		44.095.878

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	44.095.878		44.095.878
93250 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Rio	192.282.743	36.259.899	228.542.642
1 - Pessoal e Encargos Sociais	165.530.502	36.259.899	201.790.401
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	165.530.502	36.259.899	201.790.401
3 - Outras Despesas Correntes	26.752.241		26.752.241
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	26.752.241		26.752.241
93251 - Recursos da Universidade Federal de Uberlândia(26274)	423.197.733	79.893.530	503.091.263
1 - Pessoal e Encargos Sociais	362.615.798	79.893.530	442.509.328
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	362.615.798	79.893.530	442.509.328
3 - Outras Despesas Correntes	60.581.935		60.581.935
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	60.581.935		60.581.935
93252 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Acre	152.737.596	20.370.537	173.108.133
1 - Pessoal e Encargos Sociais	130.692.053	20.370.537	151.062.590
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	130.692.053	20.370.537	151.062.590
3 - Outras Despesas Correntes	22.045.543		22.045.543
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	22.045.543		22.045.543
93253 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Mato	350.507.995	63.941.600	414.449.595
1 - Pessoal e Encargos Sociais	306.788.702	63.941.600	370.730.302
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	306.788.702	63.941.600	370.730.302
3 - Outras Despesas Correntes	43.719.293		43.719.293
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	43.719.293		43.719.293
93254 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Ouro	185.930.853	25.215.750	211.146.603
1 - Pessoal e Encargos Sociais	160.020.461	25.215.750	185.236.211
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	160.020.461	25.215.750	185.236.211
3 - Outras Despesas Correntes	25.910.392		25.910.392
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	25.910.392		25.910.392
93255 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Pelotas	292.717.133	58.237.824	350.954.957
1 - Pessoal e Encargos Sociais	257.486.352	58.237.824	315.724.176
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	257.486.352	58.237.824	315.724.176
3 - Outras Despesas Correntes	35.230.781		35.230.781
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	35.230.781		35.230.781
93256 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Piauí	349.561.038	49.294.895	398.855.933
1 - Pessoal e Encargos Sociais	296.491.551	49.294.895	345.786.446
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	296.491.551	49.294.895	345.786.446
3 - Outras Despesas Correntes	53.069.487		53.069.487
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	53.069.487		53.069.487
93257 - Recursos da Fundação Universidade Federal de São	272.061.860	38.876.760	310.938.620
1 - Pessoal e Encargos Sociais	245.630.255	38.876.760	284.507.015
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	245.630.255	38.876.760	284.507.015
3 - Outras Despesas Correntes	26.431.605		26.431.605

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	26.431.605		26.431.605
93258 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Sergipe	315.937.584	35.168.852	351.106.436
1 - Pessoal e Encargos Sociais	266.304.216	35.168.852	301.473.068
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	266.304.216	35.168.852	301.473.068
3 - Outras Despesas Correntes	49.633.368		49.633.368
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	49.633.368		49.633.368
93259 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Viçosa	324.727.630	79.436.862	404.164.492
1 - Pessoal e Encargos Sociais	282.350.150	79.436.862	361.787.012
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	282.350.150	79.436.862	361.787.012
3 - Outras Despesas Correntes	42.377.480		42.377.480
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	42.377.480		42.377.480
93260 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Mato	348.915.526	56.436.149	405.351.675
1 - Pessoal e Encargos Sociais	303.818.421	56.436.149	360.254.570
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	303.818.421	56.436.149	360.254.570
3 - Outras Despesas Correntes	45.097.105		45.097.105
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	45.097.105		45.097.105
93261 - Recursos da Fundação Universidade Federal de Ciências	67.811.148	5.157.062	72.968.210
1 - Pessoal e Encargos Sociais	53.275.268	5.157.062	58.432.330
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	53.275.268	5.157.062	58.432.330
3 - Outras Despesas Correntes	14.535.880		14.535.880
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	14.535.880		14.535.880
93262 - Recursos da Fundação Universidade Federal de São João	141.370.655	9.483.773	150.854.428
1 - Pessoal e Encargos Sociais	114.969.736	9.483.773	124.453.509
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	114.969.736	9.483.773	124.453.509
3 - Outras Despesas Correntes	26.400.919		26.400.919
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	26.400.919		26.400.919
93263 - Recursos da Fundação Universidade Federal do Amapá	106.943.997	2.242.281	109.186.278
1 - Pessoal e Encargos Sociais	90.664.155	2.242.281	92.906.436
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	90.664.155	2.242.281	92.906.436
3 - Outras Despesas Correntes	16.279.842		16.279.842
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	16.279.842		16.279.842
93264 - Recursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas	535.057.378	2.111.938	537.169.316
1 - Pessoal e Encargos Sociais	41.304.944	2.111.938	43.416.882
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	41.304.944	2.111.938	43.416.882
3 - Outras Despesas Correntes	493.752.434		493.752.434
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	493.752.434		493.752.434
93265 - Recursos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento	1.122.071.460	5.662.476	1.127.733.936
1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.154.244	5.662.476	43.816.720
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	38.154.244	5.662.476	43.816.720
3 - Outras Despesas Correntes	1.083.917.216		1.083.917.216

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.083.917.216		1.083.917.216
93266 - Recursos da Fundação Joaquim Nabuco(26292)	40.509.261	14.314.428	54.823.689
1 - Pessoal e Encargos Sociais	25.767.636	14.314.428	40.082.064
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	25.767.636	14.314.428	40.082.064
3 - Outras Despesas Correntes	14.741.625		14.741.625
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	14.741.625		14.741.625
93268 - Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da	14.625.462.758	17.804.678	14.643.267.436
1 - Pessoal e Encargos Sociais	49.630.879	17.804.678	67.435.557
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	49.630.879	17.804.678	67.435.557
3 - Outras Despesas Correntes	14.575.831.879		14.575.831.879
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	14.575.831.879		14.575.831.879
93269 - Recursos da Fundação Universidade Federal da Grande	126.107.651	4.139.486	130.247.137
1 - Pessoal e Encargos Sociais	107.213.909	4.139.486	111.353.395
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	107.213.909	4.139.486	111.353.395
3 - Outras Despesas Correntes	18.893.742		18.893.742
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	18.893.742		18.893.742
93270 - Recursos da Universidade Federal do Recôncavo da	164.279.076	2.271.729	166.550.805
1 - Pessoal e Encargos Sociais	142.602.747	2.271.729	144.874.476
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	142.602.747	2.271.729	144.874.476
3 - Outras Despesas Correntes	21.676.329		21.676.329
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	21.676.329		21.676.329
93271 - Recursos da Fundação Universidade Federal do ABC	168.281.603	965.731	169.247.334
1 - Pessoal e Encargos Sociais	143.985.204	965.731	144.950.935
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	143.985.204	965.731	144.950.935
3 - Outras Despesas Correntes	24.296.399		24.296.399
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	24.296.399		24.296.399
93272 - Recursos do Hospital Universitário Prof. Alberto		7.887.654	7.887.654
1 - Pessoal e Encargos Sociais		7.887.654	7.887.654
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		7.887.654	7.887.654
93273 - Recursos do Complexo Hospitalar e de Saúde da		1.951.159	1.951.159
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.951.159	1.951.159
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		1.951.159	1.951.159
93274 - Recursos do Hospital Universitário Walter Cantídio		10.058.934	10.058.934
1 - Pessoal e Encargos Sociais		10.058.934	10.058.934
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		10.058.934	10.058.934
93275 - Recursos da Maternidade-Escola Assis Chateaubriand		5.818.054	5.818.054
1 - Pessoal e Encargos Sociais		5.818.054	5.818.054
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		5.818.054	5.818.054
93276 - Recursos do Hospital Universitário Cassiano Antônio		10.477.546	10.477.546
1 - Pessoal e Encargos Sociais		10.477.546	10.477.546
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		10.477.546	10.477.546

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
93277 - Recursos do Hospital das Clínicas da Universidade		1.065.077	1.065.077
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.065.077	1.065.077
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		1.065.077	1.065.077
93279 - Recursos do Hospital Universitário da Universidade		2.241.130	2.241.130
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.241.130	2.241.130
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		2.241.130	2.241.130
93280 - Recursos do Hospital das Clínicas da Universidade		22.565.289	22.565.289
1 - Pessoal e Encargos Sociais		22.565.289	22.565.289
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		22.565.289	22.565.289
93281 - Recursos do Hospital Universitário João de Barros		3.446.264	3.446.264
1 - Pessoal e Encargos Sociais		3.446.264	3.446.264
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		3.446.264	3.446.264
93282 - Recursos do Hospital Universitário Bettina Ferro Souza		655.034	655.034
1 - Pessoal e Encargos Sociais		655.034	655.034
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		655.034	655.034
93283 - Recursos do Hospital Universitário Lauro Wanderley		17.779.779	17.779.779
1 - Pessoal e Encargos Sociais		17.779.779	17.779.779
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		17.779.779	17.779.779
93284 - Recursos do Hospital de Clínicas da Universidade		346.937	346.937
1 - Pessoal e Encargos Sociais		346.937	346.937
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		346.937	346.937
93285 - Recursos do Hospital das Clínicas da Universidade		22.205.868	22.205.868
1 - Pessoal e Encargos Sociais		22.205.868	22.205.868
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		22.205.868	22.205.868
93286 - Recursos do Complexo Hospitalar e de Saúde da		363.771	363.771
1 - Pessoal e Encargos Sociais		363.771	363.771
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		363.771	363.771
93287 - Recursos do Complexo Hospitalar e de Saúde da		1.713.906	1.713.906
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.713.906	1.713.906
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		1.713.906	1.713.906
93289 - Recursos do Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani		16.229.318	16.229.318
1 - Pessoal e Encargos Sociais		16.229.318	16.229.318
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		16.229.318	16.229.318
93290 - Recursos do Hospital Universitário de Santa Maria		12.478.849	12.478.849
1 - Pessoal e Encargos Sociais		12.478.849	12.478.849
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		12.478.849	12.478.849
93291 - Recursos do Hospital Universitário Alcides Carneiro		2.221.135	2.221.135
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.221.135	2.221.135
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		2.221.135	2.221.135
93293 - Recursos do Hospital Universitário Gaffree e Guinle		3.722.484	3.722.484
1 - Pessoal e Encargos Sociais		3.722.484	3.722.484

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		3.722.484	3.722.484
93294 - Recursos do Hospital Universitário Getúlio Vargas		6.533.066	6.533.066
1 - Pessoal e Encargos Sociais		6.533.066	6.533.066
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		6.533.066	6.533.066
93295 - Recursos do Hospital Universitário de Brasília(26393)		316.245	316.245
1 - Pessoal e Encargos Sociais		316.245	316.245
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		316.245	316.245
93297 - Recursos do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet		3.510.551	3.510.551
1 - Pessoal e Encargos Sociais		3.510.551	3.510.551
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		3.510.551	3.510.551
93298 - Recursos do Hospital de Clínicas da Universidade		19.100.922	19.100.922
1 - Pessoal e Encargos Sociais		19.100.922	19.100.922
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		19.100.922	19.100.922
93301 - Recursos do Hospital Universitário da Fundação		374.065	374.065
1 - Pessoal e Encargos Sociais		374.065	374.065
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		374.065	374.065
93302 - Recursos do Hospital Universitário da Fundação		2.134.615	2.134.615
1 - Pessoal e Encargos Sociais		2.134.615	2.134.615
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		2.134.615	2.134.615
93304 - Recursos do Instituto Federal de Alagoas(26402)	204.002.814	16.353.039	220.355.853
1 - Pessoal e Encargos Sociais	174.333.034	16.353.039	190.686.073
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	174.333.034	16.353.039	190.686.073
3 - Outras Despesas Correntes	29.669.780		29.669.780
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	29.669.780		29.669.780
93305 - Recursos do Instituto Federal do Amazonas(26403)	182.077.434	11.157.977	193.235.411
1 - Pessoal e Encargos Sociais	153.267.844	11.157.977	164.425.821
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	153.267.844	11.157.977	164.425.821
3 - Outras Despesas Correntes	28.809.590		28.809.590
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	28.809.590		28.809.590
93306 - Recursos do Instituto Federal Baiano(26404)	176.134.181	3.015.502	179.149.683
1 - Pessoal e Encargos Sociais	151.030.890	3.015.502	154.046.392
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	151.030.890	3.015.502	154.046.392
3 - Outras Despesas Correntes	25.103.291		25.103.291
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	25.103.291		25.103.291
93307 - Recursos do Instituto Federal do Ceará(26405)	378.019.012	18.882.736	396.901.748
1 - Pessoal e Encargos Sociais	324.265.201	18.882.736	343.147.937
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	324.265.201	18.882.736	343.147.937
3 - Outras Despesas Correntes	53.753.811		53.753.811
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	53.753.811		53.753.811
93308 - Recursos do Instituto Federal do Espírito Santo(26406)	322.119.778	26.140.389	348.260.167
1 - Pessoal e Encargos Sociais	282.540.255	26.140.389	308.680.644

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	282.540.255	26.140.389	308.680.644
3 - Outras Despesas Correntes	39.579.523		39.579.523
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	39.579.523		39.579.523
93309 - Recursos do Instituto Federal Goiano(26407)	162.930.823	6.134.587	169.065.410
1 - Pessoal e Encargos Sociais	136.218.232	6.134.587	142.352.819
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	136.218.232	6.134.587	142.352.819
3 - Outras Despesas Correntes	26.712.591		26.712.591
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	26.712.591		26.712.591
93310 - Recursos do Instituto Federal do Maranhão(26408)	317.420.126	12.429.543	329.849.669
1 - Pessoal e Encargos Sociais	270.183.004	12.429.543	282.612.547
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	270.183.004	12.429.543	282.612.547
3 - Outras Despesas Correntes	47.237.122		47.237.122
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	47.237.122		47.237.122
93311 - Recursos do Instituto Federal de Minas Gerais(26409)	205.925.263	11.393.700	217.318.963
1 - Pessoal e Encargos Sociais	182.839.903	11.393.700	194.233.603
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	182.839.903	11.393.700	194.233.603
3 - Outras Despesas Correntes	23.085.360		23.085.360
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	23.085.360		23.085.360
93312 - Recursos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	145.348.645	3.943.494	149.292.139
1 - Pessoal e Encargos Sociais	121.317.382	3.943.494	125.260.876
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	121.317.382	3.943.494	125.260.876
3 - Outras Despesas Correntes	24.031.263		24.031.263
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	24.031.263		24.031.263
93313 - Recursos do Instituto Federal do Sudeste de Minas	144.493.978	10.992.668	155.486.646
1 - Pessoal e Encargos Sociais	124.665.497	10.992.668	135.658.165
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	124.665.497	10.992.668	135.658.165
3 - Outras Despesas Correntes	19.828.481		19.828.481
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	19.828.481		19.828.481
93314 - Recursos do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	136.236.318	9.415.556	145.651.874
1 - Pessoal e Encargos Sociais	111.479.612	9.415.556	120.895.168
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	111.479.612	9.415.556	120.895.168
3 - Outras Despesas Correntes	24.756.706		24.756.706
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	24.756.706		24.756.706
93315 - Recursos do Instituto Federal do Triângulo Mineiro	122.330.198	6.527.482	128.857.680
1 - Pessoal e Encargos Sociais	107.601.365	6.527.482	114.128.847
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	107.601.365	6.527.482	114.128.847
3 - Outras Despesas Correntes	14.728.833		14.728.833
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	14.728.833		14.728.833
93316 - Recursos do Instituto Federal do Mato Grosso(26414)	223.418.765	14.641.475	238.060.240
1 - Pessoal e Encargos Sociais	183.917.709	14.641.475	198.559.184

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	183.917.709	14.641.475	198.559.184
3 - Outras Despesas Correntes	39.501.056		39.501.056
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	39.501.056		39.501.056
93317 - Recursos do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	115.396.716	330.314	115.727.030
1 - Pessoal e Encargos Sociais	99.368.347	330.314	99.698.661
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	99.368.347	330.314	99.698.661
3 - Outras Despesas Correntes	16.028.369		16.028.369
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	16.028.369		16.028.369
93318 - Recursos do Instituto Federal do Pará(26416)	226.695.395	14.715.343	241.410.738
1 - Pessoal e Encargos Sociais	196.994.125	14.715.343	211.709.468
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	196.994.125	14.715.343	211.709.468
3 - Outras Despesas Correntes	29.701.270		29.701.270
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	29.701.270		29.701.270
93319 - Recursos do Instituto Federal da Paraíba(26417)	267.147.972	21.148.024	288.295.996
1 - Pessoal e Encargos Sociais	234.549.713	21.148.024	255.697.737
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	234.549.713	21.148.024	255.697.737
3 - Outras Despesas Correntes	32.598.259		32.598.259
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	32.598.259		32.598.259
93320 - Recursos do Instituto Federal de Pernambuco(26418)	253.811.830	27.749.575	281.561.405
1 - Pessoal e Encargos Sociais	219.185.625	27.749.575	246.935.200
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	219.185.625	27.749.575	246.935.200
3 - Outras Despesas Correntes	34.626.205		34.626.205
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	34.626.205		34.626.205
93321 - Recursos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul	239.830.045	7.655.808	247.485.853
1 - Pessoal e Encargos Sociais	211.836.143	7.655.808	219.491.951
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	211.836.143	7.655.808	219.491.951
3 - Outras Despesas Correntes	27.993.902		27.993.902
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	27.993.902		27.993.902
93322 - Recursos do Instituto Federal Farroupilha(26420)	163.981.749	4.322.460	168.304.209
1 - Pessoal e Encargos Sociais	139.124.705	4.322.460	143.447.165
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	139.124.705	4.322.460	143.447.165
3 - Outras Despesas Correntes	24.857.044		24.857.044
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	24.857.044		24.857.044
93323 - Recursos do Instituto Federal de Rondônia(26421)	119.845.580	1.375.007	121.220.587
1 - Pessoal e Encargos Sociais	98.163.126	1.375.007	99.538.133
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	98.163.126	1.375.007	99.538.133
3 - Outras Despesas Correntes	21.682.454		21.682.454
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	21.682.454		21.682.454
93324 - Recursos do Instituto Federal Catarinense(26422)	203.975.258	5.833.171	209.808.429
1 - Pessoal e Encargos Sociais	173.685.558	5.833.171	179.518.729

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	173.685.558	5.833.171	179.518.729
3 - Outras Despesas Correntes	30.289.700		30.289.700
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	30.289.700		30.289.700
93325 - Recursos do Instituto Federal de Sergipe(26423)	125.346.080	12.073.726	137.419.806
1 - Pessoal e Encargos Sociais	108.752.720	12.073.726	120.826.446
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	108.752.720	12.073.726	120.826.446
3 - Outras Despesas Correntes	16.593.360		16.593.360
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	16.593.360		16.593.360
93326 - Recursos do Instituto Federal do Tocantins(26424)	133.793.283	1.012.672	134.805.955
1 - Pessoal e Encargos Sociais	113.291.107	1.012.672	114.303.779
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	113.291.107	1.012.672	114.303.779
3 - Outras Despesas Correntes	20.502.176		20.502.176
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	20.502.176		20.502.176
93327 - Recursos do Instituto Federal do Acre(26425)	65.600.451		65.600.451
1 - Pessoal e Encargos Sociais	55.749.952		55.749.952
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	55.749.952		55.749.952
3 - Outras Despesas Correntes	9.850.499		9.850.499
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	9.850.499		9.850.499
93328 - Recursos do Instituto Federal do Amapá(26426)	55.653.591		55.653.591
1 - Pessoal e Encargos Sociais	45.142.961		45.142.961
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	45.142.961		45.142.961
3 - Outras Despesas Correntes	10.510.630		10.510.630
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.510.630		10.510.630
93329 - Recursos do Instituto Federal da Bahia(26427)	294.295.007	17.313.674	311.608.681
1 - Pessoal e Encargos Sociais	255.439.745	17.313.674	272.753.419
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	255.439.745	17.313.674	272.753.419
3 - Outras Despesas Correntes	38.855.262		38.855.262
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	38.855.262		38.855.262
93330 - Recursos do Instituto Federal de Brasília(26428)	131.352.398	604.912	131.957.310
1 - Pessoal e Encargos Sociais	113.318.223	604.912	113.923.135
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	113.318.223	604.912	113.923.135
3 - Outras Despesas Correntes	18.034.175		18.034.175
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	18.034.175		18.034.175
93331 - Recursos do Instituto Federal de Goiás(26429)	231.070.212	15.420.369	246.490.581
1 - Pessoal e Encargos Sociais	205.970.989	15.420.369	221.391.358
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	205.970.989	15.420.369	221.391.358
3 - Outras Despesas Correntes	25.099.223		25.099.223
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	25.099.223		25.099.223
93332 - Recursos do Instituto Federal do Sertão Pernambucano	97.033.764	2.927.186	99.960.950
1 - Pessoal e Encargos Sociais	84.589.145	2.927.186	87.516.331

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	84.589.145	2.927.186	87.516.331
3 - Outras Despesas Correntes	12.444.619		12.444.619
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	12.444.619		12.444.619
93333 - Recursos do Instituto Federal do Piauí(26431)	231.229.467	11.273.521	242.502.988
1 - Pessoal e Encargos Sociais	200.142.834	11.273.521	211.416.355
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	200.142.834	11.273.521	211.416.355
3 - Outras Despesas Correntes	31.086.633		31.086.633
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	31.086.633		31.086.633
93334 - Recursos do Instituto Federal do Paraná(26432)	235.136.177	1.736.230	236.872.407
1 - Pessoal e Encargos Sociais	205.709.345	1.736.230	207.445.575
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	205.709.345	1.736.230	207.445.575
3 - Outras Despesas Correntes	29.426.832		29.426.832
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	29.426.832		29.426.832
93335 - Recursos do Instituto Federal do Rio de Janeiro(26433)	209.085.562	13.474.331	222.559.893
1 - Pessoal e Encargos Sociais	187.330.765	13.474.331	200.805.096
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	187.330.765	13.474.331	200.805.096
3 - Outras Despesas Correntes	21.754.797		21.754.797
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	21.754.797		21.754.797
93336 - Recursos do Instituto Federal Fluminense(26434)	188.485.242	20.481.432	208.966.674
1 - Pessoal e Encargos Sociais	159.652.596	20.481.432	180.134.028
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	159.652.596	20.481.432	180.134.028
3 - Outras Despesas Correntes	28.832.646		28.832.646
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	28.832.646		28.832.646
93337 - Recursos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte	309.347.493	17.774.878	327.122.371
1 - Pessoal e Encargos Sociais	269.199.084	17.774.878	286.973.962
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	269.199.084	17.774.878	286.973.962
3 - Outras Despesas Correntes	40.148.409		40.148.409
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	40.148.409		40.148.409
93338 - Recursos do Instituto Federal Sul-rio-grandense(26436)	210.840.822	17.601.650	228.442.472
1 - Pessoal e Encargos Sociais	185.334.948	17.601.650	202.936.598
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	185.334.948	17.601.650	202.936.598
3 - Outras Despesas Correntes	25.505.874		25.505.874
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	25.505.874		25.505.874
93339 - Recursos do Instituto Federal de Roraima(26437)	64.876.236	4.295.184	69.171.420
1 - Pessoal e Encargos Sociais	53.897.715	4.295.184	58.192.899
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	53.897.715	4.295.184	58.192.899
3 - Outras Despesas Correntes	10.978.521		10.978.521
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.978.521		10.978.521
93340 - Recursos do Instituto Federal de Santa Catarina(26438)	296.584.167	19.367.221	315.951.388
1 - Pessoal e Encargos Sociais	261.426.836	19.367.221	280.794.057

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	261.426.836	19.367.221	280.794.057
3 - Outras Despesas Correntes	35.157.331		35.157.331
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	35.157.331		35.157.331
93341 - Recursos do Instituto Federal de São Paulo(26439)	495.454.264	16.754.423	512.208.687
1 - Pessoal e Encargos Sociais	440.864.948	16.754.423	457.619.371
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	440.864.948	16.754.423	457.619.371
3 - Outras Despesas Correntes	54.589.316		54.589.316
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	54.589.316		54.589.316
93342 - Recursos da Universidade Federal da Fronteira Sul	143.887.190	312.803	144.199.993
1 - Pessoal e Encargos Sociais	118.867.782	312.803	119.180.585
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	118.867.782	312.803	119.180.585
3 - Outras Despesas Correntes	25.019.408		25.019.408
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	25.019.408		25.019.408
93343 - Recursos da Universidade Federal do Oeste do Pará	103.703.121	832.842	104.535.963
1 - Pessoal e Encargos Sociais	85.306.041	832.842	86.138.883
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	85.306.041	832.842	86.138.883
3 - Outras Despesas Correntes	18.397.080		18.397.080
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	18.397.080		18.397.080
93344 - Recursos da Universidade da Integração Internacional	77.645.548		77.645.548
1 - Pessoal e Encargos Sociais	60.103.509		60.103.509
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	60.103.509		60.103.509
3 - Outras Despesas Correntes	17.542.039		17.542.039
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	17.542.039		17.542.039
93348 - Recursos da Universidade Federal do Oeste da Bahia	60.690.146		60.690.146
1 - Pessoal e Encargos Sociais	49.081.324		49.081.324
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	49.081.324		49.081.324
3 - Outras Despesas Correntes	11.608.822		11.608.822
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	11.608.822		11.608.822
93349 - Recursos da Universidade Federal do Sul e Sudeste do	74.180.128		74.180.128
1 - Pessoal e Encargos Sociais	63.491.170		63.491.170
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	63.491.170		63.491.170
3 - Outras Despesas Correntes	10.688.958		10.688.958
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.688.958		10.688.958
93350 - Recursos da Universidade Federal do Cariri(26449)	63.605.245		63.605.245
1 - Pessoal e Encargos Sociais	51.090.087		51.090.087
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	51.090.087		51.090.087
3 - Outras Despesas Correntes	12.515.158		12.515.158
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	12.515.158		12.515.158
93351 - Recursos da Universidade Federal do Sul da Bahia	56.665.318	249.681	56.914.999
1 - Pessoal e Encargos Sociais	48.268.773	249.681	48.518.454

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	48.268.773	249.681	48.518.454
3 - Outras Despesas Correntes	8.396.545		8.396.545
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	8.396.545		8.396.545
93353 - Recursos da Universidade Federal de Catalão(26452)	14.572.277		14.572.277
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.666.679		8.666.679
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	8.666.679		8.666.679
3 - Outras Despesas Correntes	5.905.598		5.905.598
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	5.905.598		5.905.598
93354 - Recursos da Universidade Federal de Jataí(26453)	15.261.824		15.261.824
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.666.679		8.666.679
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	8.666.679		8.666.679
3 - Outras Despesas Correntes	6.595.145		6.595.145
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.595.145		6.595.145
93355 - Recursos da Universidade Federal de Rondonópolis	15.258.387		15.258.387
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.666.679		8.666.679
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	8.666.679		8.666.679
3 - Outras Despesas Correntes	6.591.708		6.591.708
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.591.708		6.591.708
93356 - Recursos da Universidade Federal do Delta do Parnaíba	15.265.677		15.265.677
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.666.679		8.666.679
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	8.666.679		8.666.679
3 - Outras Despesas Correntes	6.598.998		6.598.998
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.598.998		6.598.998
93357 - Recursos da Universidade Federal do Agreste de	13.824.033		13.824.033
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.666.679		8.666.679
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	8.666.679		8.666.679
3 - Outras Despesas Correntes	5.157.354		5.157.354
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	5.157.354		5.157.354
93358 - Recursos da Universidade Federal do Norte do Tocantins	19.091.839		19.091.839
1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.666.679		8.666.679
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	8.666.679		8.666.679
3 - Outras Despesas Correntes	10.425.160		10.425.160
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.425.160		10.425.160
93360 - Recursos do Ministério da Justiça e Segurança Pública -	332.740.432	31.678.409	364.418.841
1 - Pessoal e Encargos Sociais	208.866.121	31.678.409	240.544.530
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	208.866.121	31.678.409	240.544.530
3 - Outras Despesas Correntes	123.874.311		123.874.311
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	123.874.311		123.874.311
93361 - Recursos do Arquivo Nacional(30103)	57.037.903	4.049.908	61.087.811
1 - Pessoal e Encargos Sociais	41.807.134	4.049.908	45.857.042

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	41.807.134	4.049.908	45.857.042
3 - Outras Despesas Correntes	15.230.769		15.230.769
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	15.230.769		15.230.769
93362 - Recursos do Departamento de Polícia Rodoviária	1.602.728.014	437.407.888	2.040.135.902
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.555.962.653	437.407.888	1.993.370.541
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.555.962.653	437.407.888	1.993.370.541
3 - Outras Despesas Correntes	46.765.361		46.765.361
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	46.765.361		46.765.361
93363 - Recursos do Departamento de Polícia Federal(30108)	3.095.645.954	587.993.688	3.683.639.642
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.545.972.658	587.993.688	3.133.966.346
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.545.972.658	587.993.688	3.133.966.346
3 - Outras Despesas Correntes	549.673.296		549.673.296
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	549.673.296		549.673.296
93364 - Recursos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI(30202)	293.790.626	44.806.634	338.597.260
1 - Pessoal e Encargos Sociais	185.363.096	44.806.634	230.169.730
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	185.363.096	44.806.634	230.169.730
3 - Outras Despesas Correntes	108.427.530		108.427.530
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	108.427.530		108.427.530
93365 - Recursos do Conselho Administrativo de Defesa	10.195.739		10.195.739
1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.234.445		9.234.445
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	9.234.445		9.234.445
3 - Outras Despesas Correntes	961.294		961.294
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	961.294		961.294
93366 - Recursos do Ministério de Minas e Energia -	100.915.347	24.236.178	125.151.525
1 - Pessoal e Encargos Sociais	63.266.846	24.236.178	87.503.024
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	63.266.846	24.236.178	87.503.024
3 - Outras Despesas Correntes	37.648.501		37.648.501
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	37.648.501		37.648.501
93367 - Recursos da Companhia de Pesquisa de Recursos	272.136.021		272.136.021
1 - Pessoal e Encargos Sociais	260.591.115		260.591.115
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	260.591.115		260.591.115
3 - Outras Despesas Correntes	11.544.906		11.544.906
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	11.544.906		11.544.906
93368 - Recursos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural	10.136.234	4.318.623	14.454.857
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.302.000	4.318.623	5.620.623
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.302.000	4.318.623	5.620.623
3 - Outras Despesas Correntes	8.834.234		8.834.234
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	8.834.234		8.834.234
93369 - Recursos da Agência Nacional de Energia Elétrica -	5.900.471	1.335.888	7.236.359
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.335.888	1.335.888

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		1.335.888	1.335.888
3 - Outras Despesas Correntes	5.900.471		5.900.471
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	5.900.471		5.900.471
93370 - Recursos da Empresa de Pesquisa Energética - EPE	84.426.879		84.426.879
1 - Pessoal e Encargos Sociais	56.314.937		56.314.937
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	56.314.937		56.314.937
3 - Outras Despesas Correntes	28.111.942		28.111.942
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	28.111.942		28.111.942
93371 - Recursos da Agência Nacional de Mineração - ANM	96.025.279	17.632.010	113.657.289
1 - Pessoal e Encargos Sociais	85.696.793	17.632.010	103.328.803
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	85.696.793	17.632.010	103.328.803
3 - Outras Despesas Correntes	10.328.486		10.328.486
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.328.486		10.328.486
93372 - Recursos das Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	246.197.019		246.197.019
1 - Pessoal e Encargos Sociais	185.517.033		185.517.033
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	185.517.033		185.517.033
3 - Outras Despesas Correntes	60.679.986		60.679.986
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	60.679.986		60.679.986
93373 - Recursos da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. -	212.709.376		212.709.376
1 - Pessoal e Encargos Sociais	154.198.208		154.198.208
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	154.198.208		154.198.208
3 - Outras Despesas Correntes	58.511.168		58.511.168
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	58.511.168		58.511.168
93379 - Recursos do Ministério das Relações Exteriores -	2.124.500.145	100.629.981	2.225.130.126
1 - Pessoal e Encargos Sociais	919.161.875	100.629.981	1.019.791.856
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	919.161.875	100.629.981	1.019.791.856
3 - Outras Despesas Correntes	1.205.338.270		1.205.338.270
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.205.338.270		1.205.338.270
93380 - Recursos da Fundação Alexandre de Gusmão(35201)	8.338.714	330.789	8.669.503
1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.790.357	330.789	5.121.146
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	4.790.357	330.789	5.121.146
3 - Outras Despesas Correntes	3.548.357		3.548.357
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.548.357		3.548.357
93381 - Recursos da Fundação Oswaldo Cruz(36201)		86.990.675	86.990.675
1 - Pessoal e Encargos Sociais		86.990.675	86.990.675
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		86.990.675	86.990.675
93383 - Recursos da Fundação Nacional de Saúde(36211)		393.690.465	393.690.465
1 - Pessoal e Encargos Sociais		382.284.915	382.284.915
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		382.284.915	382.284.915
3 - Outras Despesas Correntes		11.405.550	11.405.550

Quadro 5 Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		11.405.550	11.405.550
93384 - Recursos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária -		42.555.948	42.555.948
1 - Pessoal e Encargos Sociais		42.555.948	42.555.948
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		42.555.948	42.555.948
93386 - Recursos do Fundo Nacional de Saúde(36901)		1.733.343.488	1.733.343.488
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.445.382.308	1.445.382.308
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		1.445.382.308	1.445.382.308
3 - Outras Despesas Correntes		287.961.180	287.961.180
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		287.961.180	287.961.180
93387 - Recursos da Controladoria-Geral da União -	549.417.477	59.470.633	608.888.110
1 - Pessoal e Encargos Sociais	493.311.244	59.470.633	552.781.877
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	493.311.244	59.470.633	552.781.877
3 - Outras Despesas Correntes	56.106.233		56.106.233
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	56.106.233		56.106.233
93388 - Recursos do Ministério da Infraestrutura -	287.340.523	720.283.944	1.007.624.467
1 - Pessoal e Encargos Sociais	132.005.847	720.283.944	852.289.791
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	132.005.847	720.283.944	852.289.791
3 - Outras Despesas Correntes	155.334.676		155.334.676
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	155.334.676		155.334.676
93389 - Recursos da VALEC - Engenharia, Construções e	106.272.889		106.272.889
1 - Pessoal e Encargos Sociais	81.278.696		81.278.696
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	81.278.696		81.278.696
3 - Outras Despesas Correntes	24.994.193		24.994.193
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	24.994.193		24.994.193
93390 - Recursos da Agência Nacional de Transportes Terrestres	38.215.060	5.655.181	43.870.241
1 - Pessoal e Encargos Sociais	37.394.300	5.655.181	43.049.481
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	37.394.300	5.655.181	43.049.481
3 - Outras Despesas Correntes	820.760		820.760
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	820.760		820.760
93391 - Recursos da Agência Nacional de Transportes	16.375.126	2.141.864	18.516.990
1 - Pessoal e Encargos Sociais	16.100.310	2.141.864	18.242.174
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	16.100.310	2.141.864	18.242.174
3 - Outras Despesas Correntes	274.816		274.816
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	274.816		274.816
93392 - Recursos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura	636.750.125	54.099.455	690.849.580
1 - Pessoal e Encargos Sociais	335.105.889	54.099.455	389.205.344
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	335.105.889	54.099.455	389.205.344
3 - Outras Despesas Correntes	301.644.236		301.644.236
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	301.644.236		301.644.236
93393 - Recursos da Empresa de Planejamento e Logística S.A. -	31.653.047		31.653.047
1 - Pessoal e Encargos Sociais	24.115.841		24.115.841

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	24.115.841		24.115.841
3 - Outras Despesas Correntes	7.537.206		7.537.206
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	7.537.206		7.537.206
93394 - Recursos da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC	234.185.359	5.911.073	240.096.432
1 - Pessoal e Encargos Sociais	229.084.637	5.911.073	234.995.710
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	229.084.637	5.911.073	234.995.710
3 - Outras Despesas Correntes	5.100.722		5.100.722
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	5.100.722		5.100.722
93395 - Recursos do Ministério do Meio Ambiente -	88.128.293	3.920.164	92.048.457
1 - Pessoal e Encargos Sociais	64.820.897	3.920.164	68.741.061
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	64.820.897	3.920.164	68.741.061
3 - Outras Despesas Correntes	23.307.396		23.307.396
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	23.307.396		23.307.396
93396 - Recursos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos	364.180.249	148.999.371	513.179.620
1 - Pessoal e Encargos Sociais	348.494.291	148.999.371	497.493.662
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	348.494.291	148.999.371	497.493.662
3 - Outras Despesas Correntes	15.685.958		15.685.958
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	15.685.958		15.685.958
93397 - Recursos do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do	27.227.555	4.373.590	31.601.145
1 - Pessoal e Encargos Sociais	17.389.946	4.373.590	21.763.536
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	17.389.946	4.373.590	21.763.536
3 - Outras Despesas Correntes	9.837.609		9.837.609
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	9.837.609		9.837.609
93398 - Recursos do Instituto Chico Mendes de Conservação da	235.751.973	24.454.105	260.206.078
1 - Pessoal e Encargos Sociais	183.781.701	24.454.105	208.235.806
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	183.781.701	24.454.105	208.235.806
3 - Outras Despesas Correntes	51.970.272		51.970.272
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	51.970.272		51.970.272
93399 - Recursos do Ministério da Defesa - Administração Direta	369.612.901	4.143.035	373.755.936
1 - Pessoal e Encargos Sociais	92.523.328	4.143.035	96.666.363
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	92.523.328	4.143.035	96.666.363
3 - Outras Despesas Correntes	277.089.573		277.089.573
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	277.089.573		277.089.573
93400 - Recursos do Comando da Aeronáutica(52111)	11.459.249.533	292.240.687	11.751.490.220
1 - Pessoal e Encargos Sociais	10.738.068.593	292.240.687	11.030.309.280
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	10.738.068.593	292.240.687	11.030.309.280
3 - Outras Despesas Correntes	721.180.940		721.180.940
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	721.180.940		721.180.940
93401 - Recursos do Comando do Exército(52121)	24.206.677.201	295.522.494	24.502.199.695
1 - Pessoal e Encargos Sociais	22.081.926.704	295.522.494	22.377.449.198

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	22.081.926.704	295.522.494	22.377.449.198
3 - Outras Despesas Correntes	2.124.750.497		2.124.750.497
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.124.750.497		2.124.750.497
93402 - Recursos do Comando da Marinha(52131)	12.849.965.018	253.462.572	13.103.427.590
1 - Pessoal e Encargos Sociais	12.125.462.626	253.462.572	12.378.925.198
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	12.125.462.626	253.462.572	12.378.925.198
3 - Outras Despesas Correntes	724.502.392		724.502.392
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	724.502.392		724.502.392
93403 - Recursos da Caixa de Financiamento Imobiliário da	1.128.693		1.128.693
1 - Pessoal e Encargos Sociais	956.334		956.334
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	956.334		956.334
3 - Outras Despesas Correntes	172.359		172.359
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	172.359		172.359
93404 - Recursos da Indústria de Material Bélico do Brasil -	93.343.690		93.343.690
1 - Pessoal e Encargos Sociais	73.040.581		73.040.581
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	73.040.581		73.040.581
3 - Outras Despesas Correntes	20.303.109		20.303.109
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	20.303.109		20.303.109
93405 - Recursos da Fundação Osório(52222)	10.657.726	1.557.293	12.215.019
1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.267.730	1.557.293	8.825.023
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	7.267.730	1.557.293	8.825.023
3 - Outras Despesas Correntes	3.389.996		3.389.996
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.389.996		3.389.996
93406 - Recursos da Caixa de Construções de Casas para o	317.728	540.331	858.059
1 - Pessoal e Encargos Sociais	298.778	540.331	839.109
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	298.778	540.331	839.109
3 - Outras Despesas Correntes	18.950		18.950
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	18.950		18.950
93407 - Recursos da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. -	256.763.224		256.763.224
1 - Pessoal e Encargos Sociais	240.197.995		240.197.995
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	240.197.995		240.197.995
3 - Outras Despesas Correntes	16.565.229		16.565.229
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	16.565.229		16.565.229
93408 - Recursos do Fundo de Administração do Hospital das		32.426.964	32.426.964
1 - Pessoal e Encargos Sociais		8.657.630	8.657.630
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		8.657.630	8.657.630
3 - Outras Despesas Correntes		23.769.334	23.769.334
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		23.769.334	23.769.334
93409 - Recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional -	1.100.369.238	1.662.485	1.102.031.723
1 - Pessoal e Encargos Sociais	82.444.400	1.662.485	84.106.885

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	82.444.400	1.662.485	84.106.885
3 - Outras Despesas Correntes	1.017.924.838		1.017.924.838
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.017.924.838		1.017.924.838
93410 - Recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales	505.640.999		505.640.999
1 - Pessoal e Encargos Sociais	343.757.975		343.757.975
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	343.757.975		343.757.975
3 - Outras Despesas Correntes	161.883.024		161.883.024
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	161.883.024		161.883.024
93411 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento da	23.221.933	2.053.578	25.275.511
1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.047.072	2.053.578	20.100.650
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	18.047.072	2.053.578	20.100.650
3 - Outras Despesas Correntes	5.174.861		5.174.861
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	5.174.861		5.174.861
93412 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do	26.750.201	1.683.803	28.434.004
1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.359.209	1.683.803	22.043.012
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	20.359.209	1.683.803	22.043.012
3 - Outras Despesas Correntes	6.390.992		6.390.992
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.390.992		6.390.992
93413 - Recursos do Departamento Nacional de Obras Contra as	163.333.465	140.872.668	304.206.133
1 - Pessoal e Encargos Sociais	100.835.834	140.872.668	241.708.502
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	100.835.834	140.872.668	241.708.502
3 - Outras Despesas Correntes	62.497.631		62.497.631
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	62.497.631		62.497.631
93414 - Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do	18.679.152		18.679.152
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.890.241		6.890.241
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.890.241		6.890.241
3 - Outras Despesas Correntes	11.788.911		11.788.911
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	11.788.911		11.788.911
93415 - Recursos da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre	82.438.578		82.438.578
1 - Pessoal e Encargos Sociais	75.933.330		75.933.330
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	75.933.330		75.933.330
3 - Outras Despesas Correntes	6.505.248		6.505.248
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.505.248		6.505.248
93416 - Recursos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos -	481.636.962		481.636.962
1 - Pessoal e Encargos Sociais	450.994.160		450.994.160
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	450.994.160		450.994.160
3 - Outras Despesas Correntes	30.642.802		30.642.802
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	30.642.802		30.642.802
93417 - Recursos da Agência Nacional de Águas - ANA(53210)	64.320.555	1.123.965	65.444.520
1 - Pessoal e Encargos Sociais	62.980.212	1.123.965	64.104.177

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	62.980.212	1.123.965	64.104.177
3 - Outras Despesas Correntes	1.340.343		1.340.343
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.340.343		1.340.343
93418 - Recursos do Ministério do Turismo - Administração	123.493.833	5.779.177	129.273.010
1 - Pessoal e Encargos Sociais	26.810.039	5.779.177	32.589.216
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	26.810.039	5.779.177	32.589.216
3 - Outras Despesas Correntes	96.683.794		96.683.794
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	96.683.794		96.683.794
93420 - Recursos da Fundação Casa de Rui Barbosa(54202)	17.321.041	4.635.807	21.956.848
1 - Pessoal e Encargos Sociais	13.001.040	4.635.807	17.636.847
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	13.001.040	4.635.807	17.636.847
3 - Outras Despesas Correntes	4.320.001		4.320.001
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	4.320.001		4.320.001
93421 - Recursos da Fundação Biblioteca Nacional - BN(54203)	43.083.525	8.115.843	51.199.368
1 - Pessoal e Encargos Sociais	22.586.498	8.115.843	30.702.341
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	22.586.498	8.115.843	30.702.341
3 - Outras Despesas Correntes	20.497.027		20.497.027
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	20.497.027		20.497.027
93422 - Recursos da Fundação Cultural Palmares(54204)	10.261.059	481.819	10.742.878
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.971.312	481.819	4.453.131
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.971.312	481.819	4.453.131
3 - Outras Despesas Correntes	6.289.747		6.289.747
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.289.747		6.289.747
93423 - Recursos da Fundação Nacional de Artes(54205)	47.632.273	7.518.203	55.150.476
1 - Pessoal e Encargos Sociais	14.163.373	7.518.203	21.681.576
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	14.163.373	7.518.203	21.681.576
3 - Outras Despesas Correntes	33.468.900		33.468.900
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	33.468.900		33.468.900
93424 - Recursos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico	136.589.605	21.903.485	158.493.090
1 - Pessoal e Encargos Sociais	78.862.342	21.903.485	100.765.827
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	78.862.342	21.903.485	100.765.827
3 - Outras Despesas Correntes	57.727.263		57.727.263
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	57.727.263		57.727.263
93425 - Recursos da Agência Nacional do Cinema - ANCINE	77.767.629	519.198	78.286.827
1 - Pessoal e Encargos Sociais	56.296.053	519.198	56.815.251
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	56.296.053	519.198	56.815.251
3 - Outras Despesas Correntes	21.471.576		21.471.576
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	21.471.576		21.471.576
93426 - Recursos do Instituto Brasileiro de Museus(54208)	72.142.606	5.451.096	77.593.702
1 - Pessoal e Encargos Sociais	30.932.366	5.451.096	36.383.462

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	30.932.366	5.451.096	36.383.462
3 - Outras Despesas Correntes	41.210.240		41.210.240
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	41.210.240		41.210.240
93428 - Recursos do Gabinete da Vice-Presidência da República	10.247.198		10.247.198
1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.687.003		6.687.003
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	6.687.003		6.687.003
3 - Outras Despesas Correntes	3.560.195		3.560.195
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.560.195		3.560.195
93429 - Recursos da Advocacia-Geral da União(63101)	2.034.430.395	189.604.509	2.224.034.904
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.774.572.230	189.604.509	1.964.176.739
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.774.572.230	189.604.509	1.964.176.739
3 - Outras Despesas Correntes	259.858.165		259.858.165
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	259.858.165		259.858.165
93430 - Recursos do Ministério da Mulher, da Família e dos	135.833.755		135.833.755
1 - Pessoal e Encargos Sociais	41.572.058		41.572.058
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	41.572.058		41.572.058
3 - Outras Despesas Correntes	94.261.697		94.261.697
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	94.261.697		94.261.697
93435 - Recursos da Telecomunicações Brasileiras S.A. -	3.101.501		3.101.501
3 - Outras Despesas Correntes	3.101.501		3.101.501
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.101.501		3.101.501
93445 - Recursos do Fundo Nacional Antidrogas(30912)	4.058.894		4.058.894
3 - Outras Despesas Correntes	4.058.894		4.058.894
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	4.058.894		4.058.894
93452 - Recursos da Secretaria da Comissão Interministerial	3.714.233		3.714.233
3 - Outras Despesas Correntes	3.714.233		3.714.233
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	3.714.233		3.714.233
93455 - Recursos do Fundo Aeronáutico(52911)	198.901.873		198.901.873
3 - Outras Despesas Correntes	198.901.873		198.901.873
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	198.901.873		198.901.873
93456 - Recursos do Fundo do Exército(52921)		129.996	129.996
3 - Outras Despesas Correntes		129.996	129.996
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		129.996	129.996
93457 - Recursos do Fundo Naval(52931)	415.111.515		415.111.515
3 - Outras Despesas Correntes	415.111.515		415.111.515
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	415.111.515		415.111.515
93463 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de	19.171.134.403		19.171.134.403
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.633.812.305		5.633.812.305
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	5.633.812.305		5.633.812.305
3 - Outras Despesas Correntes	13.537.322.098		13.537.322.098
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	13.537.322.098		13.537.322.098

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
93464 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	5.386.458.073		5.386.458.073
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.443.098.488		2.443.098.488
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.443.098.488		2.443.098.488
3 - Outras Despesas Correntes	2.943.359.585		2.943.359.585
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.943.359.585		2.943.359.585
93465 - Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob	254.238.191		254.238.191
3 - Outras Despesas Correntes	254.238.191		254.238.191
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	254.238.191		254.238.191
93481 - Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao	325.625.911		325.625.911
3 - Outras Despesas Correntes	325.625.911		325.625.911
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	325.625.911		325.625.911
93495 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	4.004.919.649	472.875.487	4.477.795.136
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.817.612.298	472.875.487	2.290.487.785
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	1.817.612.298	472.875.487	2.290.487.785
3 - Outras Despesas Correntes	2.187.307.351		2.187.307.351
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	2.187.307.351		2.187.307.351
93496 - Recursos do Ministério das Comunicações -	671.808.690	83.312.728	755.121.418
1 - Pessoal e Encargos Sociais	129.435.560	83.312.728	212.748.288
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	129.435.560	83.312.728	212.748.288
3 - Outras Despesas Correntes	542.373.130		542.373.130
944 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	542.373.130		542.373.130

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
MINISTÉRIO PÚBLICO	6.619.728.471	992.675.441	7.612.403.912
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.293.914.257	849.741.489	6.143.655.746
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.293.914.257		5.293.914.257
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.166.045	4.166.045
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		580.395.052	580.395.052
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		265.180.392	265.180.392
3 - Outras Despesas Correntes	1.068.804.971	142.933.952	1.211.738.923
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.067.121.044		1.067.121.044
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.683.927		1.683.927
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		142.933.952	142.933.952
4 - Investimentos	134.304.856		134.304.856
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	134.304.856		134.304.856
5 - Inversões Financeiras	122.704.387		122.704.387
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	122.704.387		122.704.387
34000 - Ministério Público da União	6.529.306.972	991.087.610	7.520.394.582
1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.241.287.655	849.480.642	6.090.768.297
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	5.241.287.655		5.241.287.655
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		4.166.045	4.166.045
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		580.134.205	580.134.205
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		265.180.392	265.180.392
3 - Outras Despesas Correntes	1.032.017.423	141.606.968	1.173.624.391
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.030.361.077		1.030.361.077
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.656.346		1.656.346
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		141.606.968	141.606.968
4 - Investimentos	133.297.507		133.297.507
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	133.297.507		133.297.507
5 - Inversões Financeiras	122.704.387		122.704.387
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	122.704.387		122.704.387
34101 - Ministério Público Federal	3.767.196.195	546.238.666	4.313.434.861
1 - Pessoal e Encargos Sociais	3.029.861.379	459.588.109	3.489.449.488
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	3.029.861.379		3.029.861.379
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.839.596	1.839.596
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		330.817.238	330.817.238
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		126.931.275	126.931.275
3 - Outras Despesas Correntes	610.524.352	86.650.557	697.174.909
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	608.887.125		608.887.125
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	1.637.227		1.637.227
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		86.650.557	86.650.557
4 - Investimentos	60.256.077		60.256.077
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	60.256.077		60.256.077
5 - Inversões Financeiras	66.554.387		66.554.387
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	66.554.387		66.554.387
34102 - Ministério Público Militar	214.388.799	62.207.097	276.595.896
1 - Pessoal e Encargos Sociais	171.275.845	56.639.870	227.915.715
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	171.275.845		171.275.845

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		217.290	217.290
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		21.252.665	21.252.665
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		35.169.915	35.169.915
3 - Outras Despesas Correntes	41.362.954	5.567.227	46.930.181
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	41.362.954		41.362.954
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		5.567.227	5.567.227
4 - Investimentos	1.750.000		1.750.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.750.000		1.750.000
34103 - Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	846.217.421	115.749.390	961.966.811
1 - Pessoal e Encargos Sociais	719.788.230	96.826.699	816.614.929
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	719.788.230		719.788.230
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		921.120	921.120
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		76.472.282	76.472.282
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.433.297	19.433.297
3 - Outras Despesas Correntes	111.240.061	18.922.691	130.162.752
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	111.236.706		111.236.706
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	3.355		3.355
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		18.922.691	18.922.691
4 - Investimentos	15.189.130		15.189.130
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	15.189.130		15.189.130
34104 - Ministério Público do Trabalho	1.671.964.662	266.343.056	1.938.307.718
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.308.901.770	236.246.833	1.545.148.603
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.308.901.770		1.308.901.770
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.164.908	1.164.908
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		151.436.020	151.436.020
169 - Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		83.645.905	83.645.905
3 - Outras Despesas Correntes	251.472.892	30.096.223	281.569.115
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	251.464.043		251.464.043
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	8.849		8.849
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		30.096.223	30.096.223
4 - Investimentos	55.440.000		55.440.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	55.440.000		55.440.000
5 - Inversões Financeiras	56.150.000		56.150.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	56.150.000		56.150.000
34105 - Escola Superior do Ministério Público da União	29.539.895	549.401	30.089.296
1 - Pessoal e Encargos Sociais	11.460.431	179.131	11.639.562
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	11.460.431		11.460.431
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		23.131	23.131
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		156.000	156.000
3 - Outras Despesas Correntes	17.417.164	370.270	17.787.434
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	17.410.249		17.410.249
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	6.915		6.915
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		370.270	370.270
4 - Investimentos	662.300		662.300
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	662.300		662.300

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	90.421.499	1.587.831	92.009.330
1 - Pessoal e Encargos Sociais	52.626.602	260.847	52.887.449
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	52.626.602		52.626.602
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		260.847	260.847
3 - Outras Despesas Correntes	36.787.548	1.326.984	38.114.532
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.759.967		36.759.967
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	27.581		27.581
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.326.984	1.326.984
4 - Investimentos	1.007.349		1.007.349
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.007.349		1.007.349
59101 - Conselho Nacional do Ministério Público	90.421.499	1.587.831	92.009.330
1 - Pessoal e Encargos Sociais	52.626.602	260.847	52.887.449
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	52.626.602		52.626.602
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		260.847	260.847
3 - Outras Despesas Correntes	36.787.548	1.326.984	38.114.532
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	36.759.967		36.759.967
150 - Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	27.581		27.581
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		1.326.984	1.326.984
4 - Investimentos	1.007.349		1.007.349
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	1.007.349		1.007.349

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
DEFENSORIA PÚBLICA	575.072.114	32.761.283	607.833.397
1 - Pessoal e Encargos Sociais	318.891.573	19.862.202	338.753.775
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	318.891.573		318.891.573
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.762.202	19.762.202
3 - Outras Despesas Correntes	253.712.541	12.899.081	266.611.622
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	253.712.541		253.712.541
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.899.081	12.899.081
4 - Investimentos	2.468.000		2.468.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.468.000		2.468.000
29000 - Defensoria Pública da União	575.072.114	32.761.283	607.833.397
1 - Pessoal e Encargos Sociais	318.891.573	19.862.202	338.753.775
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	318.891.573		318.891.573
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.762.202	19.762.202
3 - Outras Despesas Correntes	253.712.541	12.899.081	266.611.622
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	253.712.541		253.712.541
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.899.081	12.899.081
4 - Investimentos	2.468.000		2.468.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.468.000		2.468.000
29101 - Defensoria Pública da União	575.072.114	32.761.283	607.833.397
1 - Pessoal e Encargos Sociais	318.891.573	19.862.202	338.753.775
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	318.891.573		318.891.573
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		100.000	100.000
156 - Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público		19.762.202	19.762.202
3 - Outras Despesas Correntes	253.712.541	12.899.081	266.611.622
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	253.712.541		253.712.541
151 - Recursos Livres da Seguridade Social		12.899.081	12.899.081
4 - Investimentos	2.468.000		2.468.000
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	2.468.000		2.468.000

Quadro 5

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Poder, Órgão, UO, Fonte de Recursos e Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso V.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PODER / ÓRGÃO / UO	Fiscal	Seguridade	Total
GND/Fonte			
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.110.697.921		2.110.697.921
9 - Reserva de Contingência	2.110.697.921		2.110.697.921
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	49.755.506		49.755.506
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	450.636.065		450.636.065
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.610.306.350		1.610.306.350
90000 - Reserva de Contingência	2.110.697.921		2.110.697.921
9 - Reserva de Contingência	2.110.697.921		2.110.697.921
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	49.755.506		49.755.506
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	450.636.065		450.636.065
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.610.306.350		1.610.306.350
90000 - Reserva de Contingência	2.110.697.921		2.110.697.921
9 - Reserva de Contingência	2.110.697.921		2.110.697.921
100 - Recursos Primários de Livre Aplicação	49.755.506		49.755.506
142 - Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	450.636.065		450.636.065
188 - Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.610.306.350		1.610.306.350

Quadro 6A **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Função e Subfunção**

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Função	Fiscal	Seguridade	Total
01 Legislativa	8.088.874.743	426.890.057	8.515.764.800
02 Judiciária	38.253.187.457	941.961.683	39.195.149.140
03 Essencial à Justiça	8.127.353.927	178.863.193	8.306.217.120
04 Administração	26.181.530.557	414.494.772	26.596.025.329
05 Defesa Nacional	78.100.244.058	3.533.637.369	81.633.881.427
06 Segurança Pública	12.871.941.731	97.814.733	12.969.756.464
07 Relações Exteriores	3.627.413.512	172.905.957	3.800.319.469
08 Assistência Social	12.000.000	103.123.701.893	103.135.701.893
09 Previdência Social	0	793.957.303.427	793.957.303.427
10 Saúde	0	135.970.769.911	135.970.769.911
11 Trabalho	20.084.336.827	49.159.446.356	69.243.783.183
12 Educação	96.664.611.364	17.168.558.079	113.833.169.443
13 Cultura	1.798.030.160	5.431.608	1.803.461.768
14 Direitos da Cidadania	1.384.472.538	60.491.078	1.444.963.616
15 Urbanismo	12.357.485.496	30.601.655	12.388.087.151
16 Habitação	461.864.503	0	461.864.503
17 Saneamento	0	1.078.762.405	1.078.762.405
18 Gestão Ambiental	5.758.469.138	16.727.992	5.775.197.130
19 Ciência e Tecnologia	6.631.849.889	57.516.764	6.689.366.653
20 Agricultura	24.094.747.068	163.096.829	24.257.843.897
21 Organização Agrária	1.856.151.648	16.036.126	1.872.187.774
22 Indústria	1.746.464.264	35.081.480	1.781.545.744
23 Comércio e Serviços	3.389.288.710	740.255	3.390.028.965
24 Comunicações	3.048.174.362	11.977.240	3.060.151.602
25 Energia	1.380.834.078	7.861.929	1.388.696.007
26 Transporte	17.130.175.281	43.749.520	17.173.924.801
27 Desporto e Lazer	959.233.880	0	959.233.880
28 Encargos Especiais	2.610.710.662.956	36.015.540.015	2.646.726.202.971
99 Reserva de Contingência	36.188.555.712	17.406.252.815	53.594.808.527
TOTAL	3.020.907.953.859	1.160.096.215.141	4.181.004.169.000

Quadro 6A **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Função e Subfunção**

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
031 Ação Legislativa	1.424.531.875		1.424.531.875
032 Controle Externo	417.144.865		417.144.865
061 Ação Judiciária	3.424.095.355		3.424.095.355
062 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	815.866.481		815.866.481
092 Representação Judicial e Extrajudicial	665.288.768	23.000.000	688.288.768
121 Planejamento e Orçamento	601.873.094	26.000.000	627.873.094
122 Administração Geral	147.593.892.530	13.593.549.009	161.187.441.539
123 Administração Financeira	967.687.647	130.000	967.817.647
124 Controle Interno	99.010.060	6.950.000	105.960.060
125 Normatização e Fiscalização	1.213.616.760	42.292.477	1.255.909.237
126 Tecnologia da Informação	2.088.938.917	848.163.426	2.937.102.343
127 Ordenamento Territorial	532.100.014		532.100.014
128 Formação de Recursos Humanos	259.467.854	1.654.446.342	1.913.914.196
129 Administração de Receitas	42.310.000		42.310.000
130 Administração de Concessões	11.088.828		11.088.828
131 Comunicação Social	895.034.253	242.200.000	1.137.234.253
151 Defesa Aérea	5.555.834.351		5.555.834.351
152 Defesa Naval	2.647.431.903		2.647.431.903
153 Defesa Terrestre	2.556.983.241		2.556.983.241
181 Policiamento	3.233.781.700		3.233.781.700
182 Defesa Civil	571.253.138		571.253.138
183 Informação e Inteligência	93.750.845	113.200.000	206.950.845
211 Relações Diplomáticas	1.053.290.004		1.053.290.004
212 Cooperação Internacional	69.165.474		69.165.474
241 Assistência ao Idoso		28.245.608.749	28.245.608.749
242 Assistência ao Portador de Deficiência	12.000.000	36.456.735.156	36.468.735.156
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	8.866.077	449.153.000	458.019.077
244 Assistência Comunitária	7.401.731.047	37.439.258.854	44.840.989.901
271 Previdência Básica		676.547.978.068	676.547.978.068
272 Previdência do Regime Estatutário		110.627.469.977	110.627.469.977
274 Previdência Especial		141.503.205	141.503.205
301 Atenção Básica	9.633.169.324	39.569.774.081	49.202.943.405
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		74.269.067.579	74.269.067.579
303 Suporte Profilático e Terapêutico		15.387.839.201	15.387.839.201
304 Vigilância Sanitária		344.200.000	344.200.000
305 Vigilância Epidemiológica		8.307.176.815	8.307.176.815
306 Alimentação e Nutrição		4.507.730.594	4.507.730.594
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.354.604.515	48.931.412.497	50.286.017.012
332 Relações de Trabalho		2.498.872	2.498.872
333 Empregabilidade	9.299.659	29.905.034	39.204.693
334 Fomento ao Trabalho	19.898.840.113	1.979.649	19.900.819.762
363 Ensino Profissional	12.955.008.061		12.955.008.061
364 Ensino Superior	33.176.971.842	618.161.869	33.795.133.711

Quadro 6A **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Função e Subfunção**

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
365 Educação Infantil	268.311.078	3.000.000	271.311.078
366 Educação de Jovens e Adultos	13.002.614		13.002.614
367 Educação Especial	40.793.181		40.793.181
368 Educação Básica	7.704.106.059		7.704.106.059
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	81.580.808	10.000.000	91.580.808
392 Difusão Cultural	852.656.759		852.656.759
421 Custódia e Reintegração Social	310.352.160		310.352.160
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	999.345.640	90.529.585	1.089.875.225
423 Assistência aos Povos Indígenas	42.017.725	1.462.045.000	1.504.062.725
451 Infra-Estrutura Urbana	4.789.176.286		4.789.176.286
452 Serviços Urbanos	1.350.000		1.350.000
453 Transportes Coletivos Urbanos	494.671.744		494.671.744
482 Habitação Urbana	711.501.956		711.501.956
511 Saneamento Básico Rural		274.165.968	274.165.968
512 Saneamento Básico Urbano	94.101	1.533.717.748	1.533.811.849
541 Preservação e Conservação Ambiental	592.124.297	16.401.000	608.525.297
542 Controle Ambiental	336.599.244		336.599.244
543 Recuperação de Áreas Degradadas	12.967.804		12.967.804
544 Recursos Hídricos	3.346.421.786		3.346.421.786
545 Meteorologia	28.012.384		28.012.384
571 Desenvolvimento Científico	1.989.402.775	661.597.600	2.651.000.375
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	3.630.449.591	278.500.000	3.908.949.591
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	465.017.150	80.200.000	545.217.150
605 Abastecimento	5.213.752.883		5.213.752.883
606 Extensão Rural	264.608.509		264.608.509
607 Irrigação	404.721.753		404.721.753
608 Promoção da Produção Agropecuária	11.766.355.125		11.766.355.125
609 Defesa Agropecuária	106.981.279		106.981.279
631 Reforma Agrária	307.987.520		307.987.520
661 Promoção Industrial	5.737.055.195		5.737.055.195
662 Produção Industrial	414.128.330		414.128.330
663 Mineração	46.728.951		46.728.951
664 Propriedade Industrial	23.255.773		23.255.773
665 Normalização e Qualidade	15.952.841	4.000.000	19.952.841
691 Promoção Comercial	576.711.810		576.711.810
693 Comércio Exterior	2.602.501.850		2.602.501.850
694 Serviços Financeiros	8.481.544.473		8.481.544.473
695 Turismo	624.537.858		624.537.858
722 Telecomunicações	543.172.248		543.172.248
751 Conservação de Energia	44.703.951		44.703.951
752 Energia Elétrica	38.673.810		38.673.810
753 Combustíveis Minerais	2.446.076		2.446.076
754 Biocombustíveis	1.077.109		1.077.109

Quadro 6A
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Subfunção	Fiscal	Seguridade	Total
781 Transporte Aéreo	222.081.367		222.081.367
782 Transporte Rodoviário	7.121.595.638		7.121.595.638
783 Transporte Ferroviário	489.406.696		489.406.696
784 Transporte Hidroviário	338.896.415		338.896.415
811 Desporto de Rendimento	212.122.357		212.122.357
812 Desporto Comunitário	753.959.459		753.959.459
841 Refinanciamento da Dívida Interna	1.503.699.837.958		1.503.699.837.958
842 Refinanciamento da Dívida Externa	57.037.053.651		57.037.053.651
843 Serviço da Dívida Interna	604.084.909.731		604.084.909.731
844 Serviço da Dívida Externa	40.596.223.894		40.596.223.894
845 Outras Transferências	244.201.084.443	7.945.987.661	252.147.072.104
846 Outros Encargos Especiais	121.808.263.740	31.902.433.310	153.710.697.050
847 Transferências para a Educação Básica	78.943.181.717		78.943.181.717
999 Reserva de Contingência	36.188.555.712	17.406.252.815	53.594.808.527
TOTAL	3.020.907.953.859	1.160.096.215.141	4.181.004.169.000

Quadro 6B **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Função e Subfunção**

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

01 Legislativa	8.088.874.743	426.890.057	8.515.764.800
031 Ação Legislativa	1.424.531.875		1.424.531.875
032 Controle Externo	278.264.777		278.264.777
122 Administração Geral	5.334.042.219		5.334.042.219
131 Comunicação Social	60.056.201		60.056.201
301 Atenção Básica	325.624.026	426.890.057	752.514.083
846 Outros Encargos Especiais	666.355.645		666.355.645
02 Judiciária	38.253.187.457	941.961.683	39.195.149.140
032 Controle Externo	106.383.831		106.383.831
061 Ação Judiciária	3.424.095.355		3.424.095.355
122 Administração Geral	27.953.730.065		27.953.730.065
126 Tecnologia da Informação	159.262.688		159.262.688
128 Formação de Recursos Humanos	16.979.192		16.979.192
131 Comunicação Social	54.316.376		54.316.376
301 Atenção Básica	1.428.567.327	941.961.683	2.370.529.010
846 Outros Encargos Especiais	5.109.852.623		5.109.852.623
03 Essencial à Justiça	8.127.353.927	178.863.193	8.306.217.120
032 Controle Externo	32.496.257		32.496.257
062 Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	815.866.481		815.866.481
092 Representação Judicial e Extrajudicial	425.407.418		425.407.418
122 Administração Geral	4.925.541.650		4.925.541.650
125 Normatização e Fiscalização	5.000.000		5.000.000
126 Tecnologia da Informação	23.100.000		23.100.000
128 Formação de Recursos Humanos	17.324.993		17.324.993
131 Comunicação Social	22.777.229		22.777.229
301 Atenção Básica	344.800.778	178.863.193	523.663.971
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	227.766.716		227.766.716
846 Outros Encargos Especiais	1.287.272.405		1.287.272.405
04 Administração	26.181.530.557	414.494.772	26.596.025.329
092 Representação Judicial e Extrajudicial	239.881.350		239.881.350
121 Planejamento e Orçamento	157.915.829		157.915.829
122 Administração Geral	20.366.075.919		20.366.075.919
123 Administração Financeira	28.404.809		28.404.809
124 Controle Interno	99.010.060		99.010.060
125 Normatização e Fiscalização	311.676.368		311.676.368
126 Tecnologia da Informação	1.301.197.400		1.301.197.400
127 Ordenamento Territorial	83.744.800		83.744.800
128 Formação de Recursos Humanos	9.592.067		9.592.067
129 Administração de Receitas	42.310.000		42.310.000
131 Comunicação Social	101.277.965		101.277.965
182 Defesa Civil	133.870		133.870
183 Informação e Inteligência	84.542.247		84.542.247
211 Relações Diplomáticas	24.957.778		24.957.778
301 Atenção Básica	550.059.227	414.494.772	964.553.999
364 Ensino Superior	21.985.397		21.985.397
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	27.779.867		27.779.867
571 Desenvolvimento Científico	9.008.611		9.008.611
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	4.411.246		4.411.246
662 Produção Industrial	46.980.000		46.980.000
846 Outros Encargos Especiais	2.670.585.747		2.670.585.747
05 Defesa Nacional	78.100.244.058	3.533.637.369	81.633.881.427
121 Planejamento e Orçamento	1.184.155		1.184.155
122 Administração Geral	60.440.259.885	152.505.085	60.592.764.970
125 Normatização e Fiscalização	67.922.259		67.922.259
126 Tecnologia da Informação	71.471.695		71.471.695
128 Formação de Recursos Humanos	143.453.784		143.453.784
131 Comunicação Social	1.498.668		1.498.668
151 Defesa Aérea	5.555.834.351		5.555.834.351
152 Defesa Naval	2.647.431.903		2.647.431.903

Quadro 6B **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Função e Subfunção**

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

153 Defesa Terrestre	2.556.983.241		2.556.983.241
183 Informação e Inteligência	9.208.598		9.208.598
212 Cooperação Internacional	30.381.484		30.381.484
244 Assistência Comunitária	816.238.350		816.238.350
301 Atenção Básica	3.354.467.863	3.319.268.271	6.673.736.134
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		36.403.111	36.403.111
303 Suporte Profilático e Terapêutico		583.218	583.218
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	1.301.638.257		1.301.638.257
333 Empregabilidade	3.363.274		3.363.274
363 Ensino Profissional	62.846.714		62.846.714
364 Ensino Superior	14.697.189		14.697.189
366 Educação de Jovens e Adultos	2.177.351		2.177.351
368 Educação Básica	14.524.345		14.524.345
482 Habitação Urbana	279.614.663		279.614.663
542 Controle Ambiental	48.575.046		48.575.046
571 Desenvolvimento Científico	35.291.040		35.291.040
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	303.929.194		303.929.194
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	1.299.406		1.299.406
722 Telecomunicações	42.001.568		42.001.568
781 Transporte Aéreo	6.720.127		6.720.127
811 Desporto de Rendimento	3.120.885		3.120.885
812 Desporto Comunitário	3.727.051		3.727.051
846 Outros Encargos Especiais	280.381.712	24.877.684	305.259.396
06 Segurança Pública	12.871.941.731	97.814.733	12.969.756.464
122 Administração Geral	7.110.313.143		7.110.313.143
131 Comunicação Social	100.000		100.000
181 Policiamento	3.233.781.700		3.233.781.700
182 Defesa Civil	571.119.268		571.119.268
301 Atenção Básica	237.607.948	97.814.733	335.422.681
421 Custódia e Reintegração Social	310.352.160		310.352.160
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	10.455.523		10.455.523
846 Outros Encargos Especiais	1.398.211.989		1.398.211.989
07 Relações Exteriores	3.627.413.512	172.905.957	3.800.319.469
122 Administração Geral	1.805.557.337		1.805.557.337
128 Formação de Recursos Humanos	4.021.661		4.021.661
211 Relações Diplomáticas	1.027.617.768		1.027.617.768
212 Cooperação Internacional	34.675.046		34.675.046
301 Atenção Básica	482.028.659	172.905.957	654.934.616
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador	52.966.258		52.966.258
392 Difusão Cultural	39.522.801		39.522.801
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	7.051.568		7.051.568
691 Promoção Comercial	10.446.364		10.446.364
846 Outros Encargos Especiais	163.526.050		163.526.050
08 Assistência Social	12.000.000	103.123.701.893	103.135.701.893
122 Administração Geral		24.798.965	24.798.965
125 Normatização e Fiscalização		9.238.980	9.238.980
126 Tecnologia da Informação		49.000.000	49.000.000
241 Assistência ao Idoso		28.245.608.749	28.245.608.749
242 Assistência ao Portador de Deficiência	12.000.000	36.456.735.156	36.468.735.156
243 Assistência à Criança e ao Adolescente		449.153.000	449.153.000
244 Assistência Comunitária		37.439.258.854	37.439.258.854
306 Alimentação e Nutrição		384.166.189	384.166.189
365 Educação Infantil		3.000.000	3.000.000
511 Saneamento Básico Rural		62.742.000	62.742.000
09 Previdência Social	0	793.957.303.427	793.957.303.427
092 Representação Judicial e Extrajudicial		23.000.000	23.000.000
122 Administração Geral		3.674.534.634	3.674.534.634
125 Normatização e Fiscalização		4.326.717	4.326.717
126 Tecnologia da Informação		338.550.983	338.550.983

Quadro 6B **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Função e Subfunção**

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

128 Formação de Recursos Humanos		11.300.000	11.300.000
183 Informação e Inteligência		113.200.000	113.200.000
271 Previdência Básica		676.547.978.068	676.547.978.068
272 Previdência do Regime Estatutário		110.627.469.977	110.627.469.977
274 Previdência Especial		141.503.205	141.503.205
301 Atenção Básica		304.922.250	304.922.250
665 Normalização e Qualidade		4.000.000	4.000.000
845 Outras Transferências		1.548.989.500	1.548.989.500
846 Outros Encargos Especiais		617.528.093	617.528.093
10 Saúde	0	135.970.769.911	135.970.769.911
121 Planejamento e Orçamento		26.000.000	26.000.000
122 Administração Geral		9.636.238.022	9.636.238.022
124 Controle Interno		6.950.000	6.950.000
125 Normatização e Fiscalização		26.980.000	26.980.000
126 Tecnologia da Informação		356.225.000	356.225.000
128 Formação de Recursos Humanos		1.637.923.979	1.637.923.979
131 Comunicação Social		242.200.000	242.200.000
301 Atenção Básica		31.886.889.736	31.886.889.736
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		63.610.239.150	63.610.239.150
303 Suporte Profilático e Terapêutico		15.387.255.983	15.387.255.983
304 Vigilância Sanitária		344.200.000	344.200.000
305 Vigilância Epidemiológica		8.307.176.815	8.307.176.815
306 Alimentação e Nutrição		64.000.000	64.000.000
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico		10.000.000	10.000.000
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		35.000.000	35.000.000
423 Assistência aos Povos Indígenas		1.462.045.000	1.462.045.000
511 Saneamento Básico Rural		211.423.968	211.423.968
512 Saneamento Básico Urbano		454.955.343	454.955.343
541 Preservação e Conservação Ambiental		16.401.000	16.401.000
571 Desenvolvimento Científico		655.222.600	655.222.600
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia		278.500.000	278.500.000
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico		80.200.000	80.200.000
846 Outros Encargos Especiais		1.234.743.315	1.234.743.315
11 Trabalho	20.084.336.827	49.159.446.356	69.243.783.183
122 Administração Geral	49.221.001	80.502.171	129.723.172
123 Administração Financeira		130.000	130.000
125 Normatização e Fiscalização	26.634.240	1.746.780	28.381.020
126 Tecnologia da Informação	95.451.918	104.387.443	199.839.361
128 Formação de Recursos Humanos	587.693		587.693
301 Atenção Básica	1.441.872	508.910	1.950.782
331 Proteção e Benefícios ao Trabalhador		48.931.412.497	48.931.412.497
332 Relações de Trabalho		2.498.872	2.498.872
333 Empregabilidade	148.385	29.905.034	30.053.419
334 Fomento ao Trabalho	19.898.840.113	1.979.649	19.900.819.762
571 Desenvolvimento Científico	3.721.596	6.375.000	10.096.596
846 Outros Encargos Especiais	8.290.009		8.290.009
12 Educação	96.664.611.364	17.168.558.079	113.833.169.443
122 Administração Geral	1.042.160.529	24.970.132	1.067.130.661
123 Administração Financeira	931.282.838		931.282.838
128 Formação de Recursos Humanos	51.569.364	5.222.363	56.791.727
131 Comunicação Social	16.342.854		16.342.854
301 Atenção Básica	1.898.700.257	1.203.233.490	3.101.933.747
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial		10.622.425.318	10.622.425.318
306 Alimentação e Nutrição		4.059.564.405	4.059.564.405
363 Ensino Profissional	12.861.320.754		12.861.320.754
364 Ensino Superior	33.140.289.256	618.161.869	33.758.451.125
365 Educação Infantil	268.311.078		268.311.078
366 Educação de Jovens e Adultos	10.237.924		10.237.924
367 Educação Especial	40.793.181		40.793.181

Quadro 6B **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Função e Subfunção**

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

368 Educação Básica	7.689.581.714		7.689.581.714
571 Desenvolvimento Científico	265.409.899		265.409.899
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	385.058.880		385.058.880
694 Serviços Financeiros	8.481.544.473		8.481.544.473
846 Outros Encargos Especiais	8.045.315.877	634.980.502	8.680.296.379
847 Transferências para a Educação Básica	21.536.692.486		21.536.692.486
13 Cultura	1.798.030.160	5.431.608	1.803.461.768
122 Administração Geral	485.005.462		485.005.462
123 Administração Financeira	8.000.000		8.000.000
125 Normatização e Fiscalização	100.000		100.000
128 Formação de Recursos Humanos	1.864.682		1.864.682
131 Comunicação Social	971.786		971.786
301 Atenção Básica	19.587.132	5.431.608	25.018.740
391 Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	53.800.941		53.800.941
392 Difusão Cultural	813.133.958		813.133.958
571 Desenvolvimento Científico	9.717.861		9.717.861
691 Promoção Comercial	350.000.000		350.000.000
846 Outros Encargos Especiais	55.848.338		55.848.338
14 Direitos da Cidadania	1.384.472.538	60.491.078	1.444.963.616
122 Administração Geral	441.997.882		441.997.882
125 Normatização e Fiscalização	44.073.588		44.073.588
131 Comunicação Social	10.650.098		10.650.098
211 Relações Diplomáticas	380.000		380.000
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	8.866.077		8.866.077
301 Atenção Básica	15.397.766	4.961.493	20.359.259
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	739.108.139	55.529.585	794.637.724
423 Assistência aos Povos Indígenas	42.017.725		42.017.725
846 Outros Encargos Especiais	81.981.263		81.981.263
15 Urbanismo	12.357.485.496	30.601.655	12.388.087.151
121 Planejamento e Orçamento	7.114.737		7.114.737
122 Administração Geral	771.705.857		771.705.857
127 Ordenamento Territorial	134.981.015		134.981.015
128 Formação de Recursos Humanos	1.750.000		1.750.000
131 Comunicação Social	500.000		500.000
244 Assistência Comunitária	6.117.452.055		6.117.452.055
301 Atenção Básica	69.121.781	30.601.655	99.723.436
451 Infra-Estrutura Urbana	4.759.199.076		4.759.199.076
453 Transportes Coletivos Urbanos	494.671.744		494.671.744
665 Normalização e Qualidade	989.231		989.231
16 Habitação	461.864.503	0	461.864.503
451 Infra-Estrutura Urbana	29.977.210		29.977.210
482 Habitação Urbana	431.887.293		431.887.293
17 Saneamento	0	1.078.762.405	1.078.762.405
512 Saneamento Básico Urbano		1.078.762.405	1.078.762.405
18 Gestão Ambiental	5.758.469.138	16.727.992	5.775.197.130
122 Administração Geral	1.165.938.177		1.165.938.177
125 Normatização e Fiscalização	126.972.494		126.972.494
128 Formação de Recursos Humanos	1.164.677		1.164.677
301 Atenção Básica	36.056.959	16.727.992	52.784.951
512 Saneamento Básico Urbano	94.101		94.101
541 Preservação e Conservação Ambiental	587.803.174		587.803.174
542 Controle Ambiental	285.358.234		285.358.234
543 Recuperação de Áreas Degradadas	8.267.804		8.267.804
544 Recursos Hídricos	3.341.421.786		3.341.421.786
571 Desenvolvimento Científico	1.780.398		1.780.398
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	2.516.983		2.516.983
607 Irrigação	15.221.139		15.221.139
695 Turismo	344.388		344.388
846 Outros Encargos Especiais	185.528.824		185.528.824

Quadro 6B

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Função e Subfunção

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

19 Ciência e Tecnologia	6.631.849.889	57.516.764	6.689.366.653
121 Planejamento e Orçamento	23.672.865		23.672.865
122 Administração Geral	1.774.788.988		1.774.788.988
125 Normatização e Fiscalização	6.857.664		6.857.664
128 Formação de Recursos Humanos	5.067.025		5.067.025
131 Comunicação Social	38.317.075		38.317.075
212 Cooperação Internacional	4.108.944		4.108.944
301 Atenção Básica	76.433.796	57.516.764	133.950.560
541 Preservação e Conservação Ambiental	2.549.271		2.549.271
542 Controle Ambiental	2.665.964		2.665.964
571 Desenvolvimento Científico	1.655.996.113		1.655.996.113
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	2.553.066.843		2.553.066.843
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	31.829.605		31.829.605
662 Produção Industrial	91.434.115		91.434.115
691 Promoção Comercial	180.401.485		180.401.485
753 Combustíveis Minerais	1.360.000		1.360.000
846 Outros Encargos Especiais	183.300.136		183.300.136
20 Agricultura	24.094.747.068	163.096.829	24.257.843.897
122 Administração Geral	5.429.309.368		5.429.309.368
125 Normatização e Fiscalização	102.739.857		102.739.857
127 Ordenamento Territorial	5.984.653		5.984.653
131 Comunicação Social	1.494.095		1.494.095
211 Relações Diplomáticas	99.151		99.151
301 Atenção Básica	238.075.451	163.096.829	401.172.280
366 Educação de Jovens e Adultos	587.339		587.339
541 Preservação e Conservação Ambiental	1.771.852		1.771.852
545 Meteorologia	28.012.384		28.012.384
571 Desenvolvimento Científico	4.007.057		4.007.057
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	324.723.532		324.723.532
573 Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	32.849.462		32.849.462
605 Abastecimento	5.213.752.883		5.213.752.883
606 Extensão Rural	191.658.163		191.658.163
607 Irrigação	389.500.614		389.500.614
608 Promoção da Produção Agropecuária	11.766.355.125		11.766.355.125
609 Defesa Agropecuária	106.981.279		106.981.279
631 Reforma Agrária	4.798.860		4.798.860
691 Promoção Comercial	23.189.224		23.189.224
846 Outros Encargos Especiais	228.856.719		228.856.719
21 Organização Agrária	1.856.151.648	16.036.126	1.872.187.774
122 Administração Geral	576.117.072		576.117.072
127 Ordenamento Territorial	292.340.623		292.340.623
131 Comunicação Social	13.000		13.000
244 Assistência Comunitária	468.040.642		468.040.642
301 Atenção Básica	26.711.625	16.036.126	42.747.751
363 Ensino Profissional	30.840.593		30.840.593
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	84.802		84.802
606 Extensão Rural	72.950.346		72.950.346
631 Reforma Agrária	303.188.660		303.188.660
846 Outros Encargos Especiais	85.864.285		85.864.285
22 Indústria	1.746.464.264	35.081.480	1.781.545.744
122 Administração Geral	1.174.770.516		1.174.770.516
125 Normatização e Fiscalização	292.967.658		292.967.658
126 Tecnologia da Informação	8.919.000		8.919.000
127 Ordenamento Territorial	10.750.000		10.750.000
128 Formação de Recursos Humanos	800.000		800.000
211 Relações Diplomáticas	50.000		50.000
301 Atenção Básica	42.983.898	35.081.480	78.065.378
333 Empregabilidade	5.788.000		5.788.000
544 Recursos Hídricos	5.000.000		5.000.000

Quadro 6B **Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Função e Subfunção**

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

571 Desenvolvimento Científico	3.372.000		3.372.000
661 Promoção Industrial	16.615.729		16.615.729
663 Mineração	39.986.800		39.986.800
664 Propriedade Industrial	23.255.773		23.255.773
665 Normalização e Qualidade	9.005.000		9.005.000
693 Comércio Exterior	250.000		250.000
846 Outros Encargos Especiais	111.949.890		111.949.890
23 Comércio e Serviços	3.389.288.710	740.255	3.390.028.965
122 Administração Geral	138.036.238		138.036.238
125 Normatização e Fiscalização	2.560.000		2.560.000
301 Atenção Básica	2.580.715	740.255	3.320.970
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	1.791.700		1.791.700
691 Promoção Comercial	12.674.737		12.674.737
693 Comércio Exterior	2.602.251.850		2.602.251.850
695 Turismo	624.193.470		624.193.470
846 Outros Encargos Especiais	5.200.000		5.200.000
24 Comunicações	3.048.174.362	11.977.240	3.060.151.602
122 Administração Geral	1.258.560.980		1.258.560.980
125 Normatização e Fiscalização	28.642.467		28.642.467
126 Tecnologia da Informação	187.174.813		187.174.813
131 Comunicação Social	567.744.135		567.744.135
301 Atenção Básica	20.599.692	11.977.240	32.576.932
422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	21.930.460		21.930.460
571 Desenvolvimento Científico	1.098.200		1.098.200
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	382.120.420		382.120.420
722 Telecomunicações	501.170.680		501.170.680
846 Outros Encargos Especiais	79.132.515		79.132.515
25 Energia	1.380.834.078	7.861.929	1.388.696.007
121 Planejamento e Orçamento	4.013.434		4.013.434
122 Administração Geral	742.540.692		742.540.692
125 Normatização e Fiscalização	99.082.708		99.082.708
128 Formação de Recursos Humanos	3.792.716		3.792.716
130 Administração de Concessões	9.988.828		9.988.828
131 Comunicação Social	300.000		300.000
211 Relações Diplomáticas	40.200		40.200
301 Atenção Básica	19.771.475	7.861.929	27.633.404
543 Recuperação de Áreas Degradadas	4.700.000		4.700.000
572 Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	64.817.902		64.817.902
662 Produção Industrial	275.714.215		275.714.215
663 Mineração	6.742.151		6.742.151
665 Normalização e Qualidade	5.958.610		5.958.610
751 Conservação de Energia	44.703.951		44.703.951
752 Energia Elétrica	38.673.810		38.673.810
753 Combustíveis Minerais	1.086.076		1.086.076
754 Biocombustíveis	1.077.109		1.077.109
846 Outros Encargos Especiais	57.830.201		57.830.201
26 Transporte	17.130.175.281	43.749.520	17.173.924.801
121 Planejamento e Orçamento	407.972.074		407.972.074
122 Administração Geral	2.184.736.488		2.184.736.488
125 Normatização e Fiscalização	98.387.457		98.387.457
126 Tecnologia da Informação	242.361.403		242.361.403
127 Ordenamento Territorial	4.298.923		4.298.923
128 Formação de Recursos Humanos	1.500.000		1.500.000
130 Administração de Concessões	1.100.000		1.100.000
131 Comunicação Social	18.674.771		18.674.771
211 Relações Diplomáticas	145.107		145.107
301 Atenção Básica	63.061.403	43.749.520	106.810.923
452 Serviços Urbanos	1.350.000		1.350.000
661 Promoção Industrial	5.720.439.466		5.720.439.466

Quadro 6B
Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
por Função e Subfunção

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

781 Transporte Aéreo	215.361.240		215.361.240
782 Transporte Rodoviário	7.121.595.638		7.121.595.638
783 Transporte Ferroviário	489.406.696		489.406.696
784 Transporte Hidroviário	338.896.415		338.896.415
846 Outros Encargos Especiais	220.888.200		220.888.200
27 Desporto e Lazer	959.233.880	0	959.233.880
811 Desporto de Rendimento	209.001.472		209.001.472
812 Desporto Comunitário	750.232.408		750.232.408
28 Encargos Especiais	2.610.710.662.956	36.015.540.015	2.646.726.202.971
122 Administração Geral	2.423.483.062		2.423.483.062
301 Atenção Básica	379.489.674	228.238.138	607.727.812
841 Refinanciamento da Dívida Interna	1.503.699.837.958		1.503.699.837.958
842 Refinanciamento da Dívida Externa	57.037.053.651		57.037.053.651
843 Serviço da Dívida Interna	604.084.909.731		604.084.909.731
844 Serviço da Dívida Externa	40.596.223.894		40.596.223.894
845 Outras Transferências	244.201.084.443	6.396.998.161	250.598.082.604
846 Outros Encargos Especiais	100.882.091.312	29.390.303.716	130.272.395.028
847 Transferências para a Educação Básica	57.406.489.231		57.406.489.231
99 Reserva de Contingência	36.188.555.712	17.406.252.815	53.594.808.527
999 Reserva de Contingência	36.188.555.712	17.406.252.815	53.594.808.527
TOTAL	3.020.907.953.859	1.160.096.215.141	4.181.004.169.000

Quadro 6C

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

0030 Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	574.027.395	32.661.283	606.688.678
0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	6.596.110.913	988.492.104	7.584.603.017
0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	189.959.952.212	126.557.820.504	316.517.772.716
0033 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	38.253.187.457	10.959.201.079	49.212.388.536
0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	8.088.874.743	5.381.214.581	13.470.089.324
0617 Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas	85.120.617		85.120.617
0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	29.039.592.167	26.480.377.347	55.519.969.514
0902 Operações Especiais: Financiamentos com Retorno	44.966.595.779		44.966.595.779
0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	299.565.515.995	7.927.820.127	307.493.336.122
0905 Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)	604.084.909.731		604.084.909.731
0906 Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	40.596.223.894		40.596.223.894
0907 Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna	1.503.699.837.958		1.503.699.837.958
0908 Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa	57.037.053.651		57.037.053.651
0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	52.168.353.991	2.922.309.863	55.090.663.854
0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	1.062.534.428	5.784.040	1.068.318.468
0911 Operações Especiais - Remuneração de Agentes Financeiros	354.516.390		354.516.390
0913 Operações Especiais - Integralização de Cotas em Organismos Financeiros Internacionais	1.144.920.000		1.144.920.000
0999 Reserva de Contingência	36.188.555.712	17.406.252.815	53.594.808.527
1031 Agropecuária Sustentável	17.674.116.694		17.674.116.694
1040 Governança Fundiária	632.439.331		632.439.331
1041 Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	189.397.091		189.397.091
1043 Qualidade Ambiental Urbana	225.396.600		225.396.600
1058 Mudança do Clima	345.412.944		345.412.944
2201 Brasil Moderniza	71.990.136		71.990.136
2202 Defesa Agropecuária	209.820.287		209.820.287
2203 Pesquisa e Inovação Agropecuária	368.293.718		368.293.718
2204 Brasil na Fronteira do Conhecimento	1.712.652.588		1.712.652.588
2205 Conecta Brasil	988.183.840		988.183.840
2206 Política Nuclear	482.894.970		482.894.970
2207 Programa Espacial Brasileiro	89.052.339		89.052.339
2208 Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	582.035.993		582.035.993
2209 Brasil, Nosso Propósito	992.929.216		992.929.216
2210 Empregabilidade		30.905.034	30.905.034
2211 Inserção Econômica Internacional	2.608.487.130		2.608.487.130
2212 Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade	325.891.850		325.891.850
2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	125.999.754	49.047.530.241	49.173.529.995
2214 Nova Previdência	1.643.996	677.031.243.918	677.032.887.914
2215 Política Econômica e Equilíbrio Fiscal	299.886.026		299.886.026
2216 Política Externa	1.116.694.124		1.116.694.124
2217 Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	12.919.102.802		12.919.102.802
2218 Gestão de Riscos e Desastres	693.236.003	228.699.441	921.935.444
2219 Mobilidade Urbana	142.411.154		142.411.154
2220 Moradia Digna	3.252.170.941		3.252.170.941
2221 Recursos Hídricos	3.322.433.476		3.322.433.476
2222 Saneamento Básico	34.063.193	1.490.942.275	1.525.005.468
2223 A Hora do Turismo	624.537.858		624.537.858
3001 Energia Elétrica	136.563.016		136.563.016
3002 Geologia, Mineração e Transformação Mineral	74.151.019		74.151.019
3003 Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	68.021.510		68.021.510
3004 Aviação Civil	274.011.240		274.011.240
3005 Transporte Aquaviário	6.093.022.099		6.093.022.099
3006 Transporte Terrestre e Trânsito	7.738.743.035		7.738.743.035
4001 Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal	181.031.400		181.031.400

Quadro 6C

Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Programa

LDO-2021, Anexo I, Inciso VI.

*Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.*

4002 Segurança Institucional	121.061.702		121.061.702
4003 Garantia da Estabilidade Monetária e Financeira	139.512.257		139.512.257
4004 Transparência, Integridade e Combate à Corrupção	99.010.060		99.010.060
4005 Proteção Jurídica da União	448.507.418		448.507.418
5011 Educação Básica de Qualidade	8.158.205.717	4.059.564.405	12.217.770.122
5012 Educação Profissional e Tecnológica	2.405.758.887		2.405.758.887
5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	9.556.572.510	1.585.315.001	11.141.887.511
5014 Estatísticas e Avaliações Educacionais	1.261.493.454		1.261.493.454
5015 Justiça	286.901.295		286.901.295
5016 Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	3.556.650.856		3.556.650.856
5017 Assistência Farmacêutica no SUS		15.163.545.983	15.163.545.983
5018 Atenção Especializada à Saúde		64.900.245.882	64.900.245.882
5019 Atenção Primária à Saúde		31.168.539.346	31.168.539.346
5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde		972.965.600	972.965.600
5021 Gestão e Organização do SUS		2.347.130.979	2.347.130.979
5022 Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena		1.493.045.000	1.493.045.000
5023 Vigilância em Saúde		8.671.376.815	8.671.376.815
5024 Atenção Integral à Primeira Infância		452.153.000	452.153.000
5025 Cultura	1.234.752.760		1.234.752.760
5026 Esporte	959.233.880		959.233.880
5027 Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	15.716.893	11.084.558	26.801.451
5028 Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas		35.416.754.992	35.416.754.992
5029 Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas	7.760.806	21.038.965	28.799.771
5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)		66.649.368.102	66.649.368.102
5032 Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social	220.553.244		220.553.244
5033 Segurança Alimentar e Nutricional		637.302.276	637.302.276
5034 Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	280.776.982	55.529.585	336.306.567
6011 Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	215.622.074		215.622.074
6012 Defesa Nacional	13.357.745.955		13.357.745.955
6013 Oceanos, Zona Costeira e Antártica	57.918.579		57.918.579
6014 Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	152.493.865		152.493.865
6015 Educação Infantil	268.311.078		268.311.078
6016 Educação Especial	40.793.181		40.793.181
TOTAL	3.020.907.953.859	1.160.096.215.141	4.181.004.169.000

Quadro 7A **Fonte de Recursos do Orçamento Fiscal** **por Grupo de Natureza de Despesa**

LDO-2021, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
100	104.839.300.184	30.671.437	31.656.781.970	17.013.542.827	9.346.190.909	184.044.626.106	49.755.506	346.980.868.939
101			230.662.702.412		14.641.520.873			245.304.223.285
102			1.998.344.352					1.998.344.352
108			7.206.884.025	122.678.372				7.329.562.397
111			578.013.085	988.294.385				1.566.307.470
113			16.455.235.118	869.037.303				17.324.272.421
116			82.489.311					82.489.311
118			742.123.318	891.542.051	351.924.068		84.023.688	2.069.613.125
119			40.823.986					40.823.986
120							821.498	821.498
127			523.027.064					523.027.064
129	520.488.048		157.972.939	8.400.000		108.954.668	3.081.595.932	3.877.411.587
130			15.000.000		425.000.000		255.851.363	695.851.363
132	7.991.333.201		550.301.840	120.422.027			1.198.497.683	9.860.554.751
133			56.659.372				5.621.262	62.280.634
134			2.730.875.883	6.300.000	116.807.780		69.710.835	2.923.694.498
135			1.170.000		1.842.023.883		34.730.564	1.877.924.447
136	370.342.879		46.450.308	744.000			332.607.532	750.144.719
139			167.121.164	12.020.893				179.142.057
140					19.883.123.220			19.883.123.220
141			4.816.794.862	11.078.366	51.540.447		402.928.236	5.282.341.911
142			31.926.144.467	1.380.843.076	7.586.497.186		1.087.621.199	41.981.105.928
143						1.603.521.711.208		1.603.521.711.208
144		359.655.391.967	11.659.100.788	13.615.388.244	4.617.612.270			389.547.493.269
148			53.231.938	4.902.827	125.000.000	476.959.332		660.094.097
149				2.116.484.631				2.116.484.631
150	422.717.628		5.268.577.140	1.128.035.562	8.386.744		2.386.729.774	9.214.446.848
159						21.921.148.005		21.921.148.005
160					2.195.041.969			2.195.041.969
162						13.625.733	1.004.185	14.629.918
163				54.580.131	7.786.024		355.680.624	418.046.779
164					48.609			48.609
166					57.234.036		39.368.028	96.602.064
170			64.139.687	564.380			208.664.115	273.368.182
171						323.459.945		323.459.945
172			183.212.135	117.996.178	307.409.851		6.056.945.725	6.665.563.889
173		7.914.944				25.207.496.539		25.215.411.483
174	684.578.161		2.720.726.228	415.205.231	1.379.622		2.101.523.222	5.923.412.464
175			5.989.528				118.425.420	124.414.948
176	412.914.087		334.817.355	34.170.932	482.648.237		294.377.126	1.558.927.737
178	1.403.218.005		171.445.427	21.145.650			262.553.694	1.858.362.776

Quadro 7A

Fonte de Recursos do Orçamento Fiscal por Grupo de Natureza de Despesa

LDO-2021, Anexo I, Inciso VII.

*Valores em R\$1,00.
Recursos de todas as fontes.*

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
180	100.799.627	3.164.460	2.262.284.794	211.452.175	19.562.472.946	15.703.800	3.924.942.825	26.080.820.627
181			210.206.947	35.030.625			10.000.000	255.237.572
183			190.187.712	5.787.562			615.130	196.590.404
184			50.754.704					50.754.704
186			1.858.481.504	260.665.936	605.225.871		1.564.370.458	4.288.743.769
188			920.479.720	6.991.860.184	501.250.000	31.335.289.478	1.610.306.350	41.359.185.732
193			55.604.871					55.604.871
195			2.240.000	1.100.000			3.160.000	6.500.000
196			40.557.793	29.819.900			16.926.411	87.304.104
197		2.921.072.284				6.815.835.328		9.736.907.612
944	101.016.384.338		55.531.322.342					156.547.706.680
Total	217.762.076.158	362.618.215.092	411.998.276.089	46.469.093.448	82.716.124.545	1.873.784.810.142	25.559.358.385	3.020.907.953.859

Quadro 7B **Fonte de Recursos do Orçamento da Seguridade Social** **por Grupo de Natureza de Despesa**

LDO-2021, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
100	1.000		1.168.864.902	142.384.330				1.311.250.232
106			39.287.129					39.287.129
113			4.059.564.405					4.059.564.405
117			131.564					131.564
118	2.111.529.865		158.998.188	19.146.000			1.753.461	2.291.427.514
123	8.098.605.268							8.098.605.268
136			632.784.596					632.784.596
139			107.577.972				17.775.101	125.353.073
140			36.955.699.793				14.201.716.449	51.157.416.242
142			1.120.234.947					1.120.234.947
144			459.233.076	1.224.800.000				1.684.033.076
150			1.870.074.274	34.021.642			904.010.942	2.808.106.858
151	65.150.194.645		20.499.599.251	2.084.918.477				87.734.712.373
153	11.668.442.572		230.996.393.920	2.252.789.340				244.917.625.832
154			410.401.519.532					410.401.519.532
156	17.856.469.632							17.856.469.632
163			19.506.067	4.472.231				23.978.298
169	22.787.134.318							22.787.134.318
170			2.232.796.333	24.168.740			7.020	2.256.972.093
174			335.254.504	23.876.905	4.500.000		503.388.763	867.020.172
176			6.578.967					6.578.967
180			12.109.074.983	5.604.932			21.041	12.114.700.956
181			4.312.034					4.312.034
186			8.403.760.893					8.403.760.893
188			887.557.251	253.459.783				1.141.017.034
194			9.873				4.013	13.886
195			2.799.455	100.000				2.899.455
196			1.792.228				32.641.803	34.434.031
944	18.217.136.616		259.997.734.115					278.214.870.731
Total	145.889.513.916	0	992.471.140.252	6.069.742.380	4.500.000	0	15.661.318.593	1.160.096.215.141

Quadro 7C **Fonte de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Grupo de Natureza de Despesa**

LDO-2021, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
100	104.839.301.184	30.671.437	32.825.646.872	17.155.927.157	9.346.190.909	184.044.626.106	49.755.506	348.292.119.171
101			230.662.702.412		14.641.520.873			245.304.223.285
102			1.998.344.352					1.998.344.352
106			39.287.129					39.287.129
108			7.206.884.025	122.678.372				7.329.562.397
111			578.013.085	988.294.385				1.566.307.470
113			20.514.799.523	869.037.303				21.383.836.826
116			82.489.311					82.489.311
117			131.564					131.564
118	2.111.529.865		901.121.506	910.688.051	351.924.068		85.777.149	4.361.040.639
119			40.823.986					40.823.986
120							821.498	821.498
123	8.098.605.268							8.098.605.268
127			523.027.064					523.027.064
129	520.488.048		157.972.939	8.400.000		108.954.668	3.081.595.932	3.877.411.587
130			15.000.000		425.000.000		255.851.363	695.851.363
132	7.991.333.201		550.301.840	120.422.027			1.198.497.683	9.860.554.751
133			56.659.372				5.621.262	62.280.634
134			2.730.875.883	6.300.000	116.807.780		69.710.835	2.923.694.498
135			1.170.000		1.842.023.883		34.730.564	1.877.924.447
136	370.342.879		679.234.904	744.000			332.607.532	1.382.929.315
139			274.699.136	12.020.893			17.775.101	304.495.130
140			36.955.699.793		19.883.123.220		14.201.716.449	71.040.539.462
141			4.816.794.862	11.078.366	51.540.447		402.928.236	5.282.341.911
142			33.046.379.414	1.380.843.076	7.586.497.186		1.087.621.199	43.101.340.875
143						1.603.521.711.208		1.603.521.711.208
144		359.655.391.967	12.118.333.864	14.840.188.244	4.617.612.270			391.231.526.345
148			53.231.938	4.902.827	125.000.000	476.959.332		660.094.097
149				2.116.484.631				2.116.484.631
150	422.717.628		7.138.651.414	1.162.057.204	8.386.744		3.290.740.716	12.022.553.706
151	65.150.194.645		20.499.599.251	2.084.918.477				87.734.712.373
153	11.668.442.572		230.996.393.920	2.252.789.340				244.917.625.832
154			410.401.519.532					410.401.519.532
156	17.856.469.632							17.856.469.632
159						21.921.148.005		21.921.148.005
160					2.195.041.969			2.195.041.969
162						13.625.733	1.004.185	14.629.918
163			19.506.067	59.052.362	7.786.024		355.680.624	442.025.077
164					48.609			48.609
166					57.234.036		39.368.028	96.602.064
169	22.787.134.318							22.787.134.318

Quadro 7C **Fonte de Recursos dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social** **por Grupo de Natureza de Despesa**

LDO-2021, Anexo I, Inciso VII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Fonte	1 - PES	2 - JUR	3 - ODC	4 - INV	5 - IFI	6 - AMT	9 - RES	Total
170			2.296.936.020	24.733.120			208.671.135	2.530.340.275
171						323.459.945		323.459.945
172			183.212.135	117.996.178	307.409.851		6.056.945.725	6.665.563.889
173		7.914.944				25.207.496.539		25.215.411.483
174	684.578.161		3.055.980.732	439.082.136	5.879.622		2.604.911.985	6.790.432.636
175			5.989.528				118.425.420	124.414.948
176	412.914.087		341.396.322	34.170.932	482.648.237		294.377.126	1.565.506.704
178	1.403.218.005		171.445.427	21.145.650			262.553.694	1.858.362.776
180	100.799.627	3.164.460	14.371.359.777	217.057.107	19.562.472.946	15.703.800	3.924.963.866	38.195.521.583
181			214.518.981	35.030.625			10.000.000	259.549.606
183			190.187.712	5.787.562			615.130	196.590.404
184			50.754.704					50.754.704
186			10.262.242.397	260.665.936	605.225.871		1.564.370.458	12.692.504.662
188			1.808.036.971	7.245.319.967	501.250.000	31.335.289.478	1.610.306.350	42.500.202.766
193			55.604.871					55.604.871
194			9.873				4.013	13.886
195			5.039.455	1.200.000			3.160.000	9.399.455
196			42.350.021	29.819.900			49.568.214	121.738.135
197		2.921.072.284				6.815.835.328		9.736.907.612
944	119.233.520.954		315.529.056.457					434.762.577.411
Total	363.651.590.074	362.618.215.092	1.404.469.416.341	52.538.835.828	82.720.624.545	1.873.784.810.142	41.220.676.978	4.181.004.169.000

Quadro 7D

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
100	Recursos Primários de Livre Aplicação	Alienação de Bens Apreendidos	139
101	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	141
102	Transferência do Imposto Territorial Rural	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	142
106	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	134
108	Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	111
111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	Contribuição do Salário-Educação	113
113	Contribuição do Salário-Educação	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	156
116	Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	123
117	Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	130
118	Receitas de Concursos de Prognósticos	Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Distrito Federal	106
119	Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	169
120	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	140
123	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares	Contribuições sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais	120
127	Custas Judiciais	Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	184
129	Recursos de Concessões e Permissões	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	135
130	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional	Custas Judiciais	127
132	Recursos destinados ao FUNDAF	Dividendos da União	197
133	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	Doações de Entidades Internacionais	195
134	Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	196
135	Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante	Doações para o Combate à Fome	194
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	178
139	Alienação de Bens Apreendidos	Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	108
140	Contribuições para os Programas PIS/PASEP	Imposto sobre Operações Financeiras - Ouro	119
141	Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Minerais	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	149
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos	Operações de Crédito Externas - em Moeda	148
143	Titulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Publica Federal	Outras Contribuições Econômicas	172
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	Outras Contribuições Sociais	176
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	183
		Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	193

Quadro 7D

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
149	Operações de Crédito Externas - em Bens e/ou Serviços	Receitas de Concursos de Prognósticos	118
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	162
151	Recursos Livres da Seguridade Social	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	160
153	Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	171
154	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	173
156	Contribuição do Servidor para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	159
159	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos	Recursos de Concessões e Permissões	129
160	Recursos das Operações Oficiais de Crédito	Recursos de Convênios	181
162	Recursos da União Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	Recursos de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos	116
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	Recursos destinados ao FUNDAF	132
164	Títulos da Dívida Agrária	Recursos Destinados às Atividades-Fins da Seguridade Social	153
166	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	Recursos do Orçamento de Investimento	495
169	Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público	Recursos do Programa de Administração Patrimonial Imobiliário	133
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	154
171	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - BEA/BIB	Recursos Financeiros de Aplicação Vinculada	166
172	Outras Contribuições Econômicas	Recursos Financeiros de Livre Aplicação	188
173	Recursos das Operações Oficiais de Crédito - Retorno de Operações de Crédito - Estados e Municípios	Recursos Livres da Seguridade Social	151
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	Recursos Oriundos das Contribuições Voluntárias para o Montepio Civil	117
175	Taxas por Serviços Públicos	Recursos Primários de Livre Aplicação	100
176	Outras Contribuições Sociais	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio Público	163
178	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações	Recursos Próprios Financeiros	180
180	Recursos Próprios Financeiros	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	170
181	Recursos de Convênios	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	150
183	Pagamento pelo Uso de Recursos Hídricos	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	136
184	Contribuições sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador e Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	186
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de Processos Judiciais	174
188	Recursos Financeiros de Livre Aplicação	Taxas por Serviços Públicos	175
193	Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	Títulos da Dívida Agrária	164
194	Doações para o Combate à Fome	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	144
195	Doações de Entidades Internacionais	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS	944

Quadro 7D

Legenda das Fontes

Ordem Numérica		Ordem Alfabética	
Fonte	Titulação	Titulação	Fonte
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal	143
197	Dividendos da União	Transferência do Imposto Territorial Rural	102
495	Recursos do Orçamento de Investimento	Transferências do Imposto sobre a Renda e sobre Produtos Industrializados	101
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações - CONDICIONADOS		

Quadro 8A

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Aplicação Mínima na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (art. 110, inciso II, do ADCT)

A) Aplicação Mínima na MDE em 2020	54.439.992.705
B) Percentual de Correção (IPCA acumulado de jul/2019 a jun/2020)	2,13 %
C) Aplicação Mínima na MDE em 2021 [A * (1 + B)]	55.599.564.550

Despesas Programadas com MDE (Identificador de Uso - IU 8) por Subfunção e Fonte

Subfunção	Fonte 100(*)	Fonte 100(**)	Fonte 113	Outras Fontes vinculadas à Educação(***)	Demais Fontes	TOTAL
122 - Administração Geral	322.426.397			202.259.782	542.444.482	1.067.130.661
128 - Formação de Recursos Humanos	20.310.670			1.748.562	34.732.495	56.791.727
131 - Comunicação Social	6.554.307				9.788.547	16.342.854
301 - Atenção Básica	1.898.700.257			29.998.632	1.173.234.858	3.101.933.747
302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	20.000.000			193.883.949	10.407.362.377	10.621.246.326
363 - Ensino Profissional	4.148.763.918			224.127.296	8.024.559.397	12.397.450.611
364 - Ensino Superior	10.098.973.170			2.556.605.852	20.117.541.335	32.773.120.357
365 - Educação Infantil	123.565.152			112.775.201	31.970.725	268.311.078
366 - Educação de Jovens e Adultos	4.105.923				6.132.001	10.237.924
367 - Educação Especial	17.877.546				22.915.635	40.793.181
368 - Educação Básica	398.644.173		2.561.677.990	2.648.461.293	2.080.798.258	7.689.581.714
571 - Desenvolvimento Científico	88.709.899			1.500.000	175.200.000	265.409.899
573 - Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	153.308.105			8.490.387	223.260.388	385.058.880
846 - Outros Encargos Especiais	8.455.606.414				691.338.138	9.146.944.552
847 - Transferências para a Educação Básica			1.932.292.336	5.213.051.647	14.391.348.503	21.536.692.486
999 - Reserva de Contingência	1.712.797.508					1.712.797.508
TOTAL	27.470.343.439	0	4.493.970.326	11.192.902.601	57.932.627.139	101.089.843.505

(*) Recursos destinados ao cumprimento da aplicação mínima na MDE.

(**) Recursos ordinários destinados à parcela excedente a 30% da complementação da União ao Fundeb, a qual, embora constitua MDE, não pode ser considerada para fins de cumprimento da aplicação mínima (art. 212-A, caput, inciso VIII, da Constituição).

(***) As seguintes fontes foram consideradas: 108, 142, 148, 150, 163, 170, 174, 180, 181, 186, 193, 196.

Quadro 8B
Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -MDE (CF Art.212)
por Programa, Fonte e Órgão

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

**Quadro-síntese*

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

PROGRAMA		VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	77.547.459.381
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	936.648.173
0999	Reserva de Contingência	1.712.797.508
5011	Educação Básica de Qualidade	8.158.205.717
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.941.888.744
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	9.222.246.269
5014	Estatísticas e Avaliações Educacionais	1.261.493.454
6015	Educação Infantil	268.311.078
6016	Educação Especial	40.793.181
FONTE		VALOR
100	Recursos Primários de Livre Aplicação	27.470.343.439
108	Fundo Social - Parcela Destinada à Educação Pública e à Saúde	7.329.562.397
113	Contribuição do Salário-Educação	4.493.970.326
136	Recursos Vinculados a Aplicações em Outras Políticas Públicas	22.411.602
142	Compensações Financeiras pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros	2.146.805.738
144	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações	1.229.221.008
148	Operações de Crédito Externas - em Moeda	33.000.000
150	Recursos Próprios Primários de Livre Aplicação	944.755.565
151	Recursos Livres da Seguridade Social	12.354.432.786
163	Recursos Próprios Decorrentes da Alienação de Bens e Direitos do Patrimônio	26.246.052
170	Recursos Próprios Primários com Aplicação Específica	29.998.632
174	Taxas e Multas pelo Exercício do Poder de Polícia e Multas Provenientes de	25.010.412
180	Recursos Próprios Financeiros	13.366.424
181	Recursos de Convênios	26.506.140
186	Recursos Vinculados a Aplicações em Políticas Públicas Específicas	560.965.129
188	Recursos Financeiros de Livre Aplicação	1.016.292.446
193	Produto da Aplicação dos Recursos à Conta do Salário-Educação	55.604.871
196	Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	1.081.241
944	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Outras Aplicações -	43.310.269.297
ÓRGÃO		VALOR
26	Ministério da Educação	57.779.574.208
93	Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do	43.310.269.297
TOTAL		101.089.843.505

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
26	Ministério da Educação								57.779.574.208
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								38.732.760.494
	Operação Especial								13.423.348.026
0032 0E36	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	12 847							10.000
0032 0E36 0001	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Nacional		F	3	1	40	8	108	10.000 10.000
0032 00SB	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Novo FUNDEB	12 847							5.213.041.647
0032 00SB 0001	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Novo FUNDEB - Nacional		F	3	1	30	8	108	5.213.041.647 4.344.209.706
			F	3	1	40	8	108	868.831.941
0032 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	12 846							8.210.296.379
0032 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional		F	1	0	91	8	100	15.600.000 15.600.000
0032 09HB 0011	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Rondônia		F	1	0	91	8	100	64.062.089 64.062.089
0032 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre		F	1	0	91	8	100	57.130.213 57.130.213
0032 09HB 0013	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amazonas		F	1	0	91	8	100	139.702.984 130.242.767
			S	1	0	91	8	151	9.460.217
0032 09HB 0014	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Roraima		F	1	0	91	8	100	47.327.454 47.327.454
0032 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará		F	1	0	91	8	100	298.246.320 282.611.935
			S	1	0	91	8	151	15.634.385
0032 09HB 0016	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Amapá		F	1	0	91	8	100	38.631.718 38.631.718
0032 09HB 0017	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Tocantins		F	1	0	91	8	100	90.173.529 90.173.529
0032 09HB 0020	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Nordeste		F	1	0	91	8	100	45.568.691 45.568.691
0032 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão		F	1	0	91	8	100	183.849.144 170.096.990
			S	1	0	91	8	151	13.752.154
0032 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí		F	1	0	91	8	100	149.858.554 149.208.554

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			S	1	0	91	8	151	650.000
0032 09HB 0023	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Ceará		F	1	0	91	8	100	281.128.740
			S	1	0	91	8	151	250.771.998
									30.356.742
0032 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte		F	1	0	91	8	100	294.962.148
			S	1	0	91	8	151	272.562.368
									22.399.780
0032 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba		F	1	0	91	8	100	361.029.461
			S	1	0	91	8	151	328.081.858
									32.947.603
0032 09HB 0026	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Pernambuco		F	1	0	91	8	100	390.683.113
			S	1	0	91	8	151	365.348.271
									25.334.842
0032 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas		F	1	0	91	8	100	157.199.491
			S	1	0	91	8	151	142.581.615
									14.617.876
0032 09HB 0028	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Sergipe		F	1	0	91	8	100	132.348.802
			S	1	0	91	8	151	121.786.081
									10.562.721
0032 09HB 0029	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Bahia		F	1	0	91	8	100	356.443.702
			S	1	0	91	8	151	336.439.627
									20.004.075
0032 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais		F	1	0	91	8	100	1.123.174.754
			S	1	0	91	8	151	1.026.584.598
									96.590.156
0032 09HB 0032	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Espírito Santo		F	1	0	91	8	100	172.039.654
			S	1	0	91	8	151	159.064.120
									12.975.534
0032 09HB 0033	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio de Janeiro		F	1	0	91	8	100	988.670.358
			S	1	0	91	8	151	856.001.757
									132.668.601
0032 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo		F	1	0	91	8	100	407.237.644
			S	1	0	91	8	151	353.566.897
									53.670.747
0032 09HB 0040	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Na Região Sul		F	1	0	91	8	100	36.377.346
									36.377.346
0032 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná		F	1	0	91	8	100	472.769.330
			S	1	0	91	8	151	439.641.378
									33.127.952

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 09HB 0042	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Santa Catarina								302.561.774
			F	1	0	91	8	100	278.447.593
			S	1	0	91	8	151	24.114.181
0032 09HB 0043	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Sul								723.988.134
			F	1	0	91	8	100	683.038.875
			S	1	0	91	8	151	40.949.259
0032 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso								158.774.038
			F	1	0	91	8	100	153.215.160
			S	1	0	91	8	151	5.558.878
0032 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás								269.635.146
			F	1	0	91	8	100	250.502.396
			S	1	0	91	8	151	19.132.750
0032 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal								296.267.988
			F	1	0	91	8	100	281.645.939
			S	1	0	91	8	151	14.622.049
0032 09HB 0054	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso do Sul								154.854.060
			F	1	0	91	8	100	149.004.060
			S	1	0	91	8	151	5.850.000
Atividade									25.309.412.468
0032 20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação	12 122							52.622.947
0032 20RH 0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional								43.037.634
	Unidade apoiada(unidade) 11		F	3	2	80	8	100	8.875.103
			F	3	2	90	8	100	11.750.929
			F	3	2	90	8	136	22.411.602
0032 20RH 0053	Gerenciamento das Políticas de Educação - No Distrito Federal								9.585.313
	Unidade apoiada(unidade) 1		F	3	2	80	8	100	3.823.322
			F	3	2	90	8	100	5.761.991
0032 20TP	Ativos Cíveis da União	12 122							21.655.219.912
0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional								5.623.765.450
			F	1	1	90	8	100	101.035.919
			S	1	1	90	8	151	5.522.729.531
0032 20TP 0011	Ativos Cíveis da União - No Estado de Rondônia								107.721.614
			F	1	1	90	8	100	107.721.614
0032 20TP 0012	Ativos Cíveis da União - No Estado do Acre								93.220.597
			F	1	1	90	8	100	93.220.597
0032 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas								250.607.096
			S	1	1	90	8	151	42.143.285
			F	1	1	90	8	100	208.463.811
0032 20TP 0014	Ativos Cíveis da União - No Estado de Roraima								75.514.353
			F	1	1	90	8	100	75.514.353
0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará								527.956.060
			S	1	1	90	8	151	73.276.274
			F	1	1	90	8	100	454.679.786
0032 20TP 0016	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amapá								67.903.261
			F	1	1	90	8	100	67.903.261
0032 20TP 0017	Ativos Cíveis da União - No Estado do Tocantins								145.140.125
			F	1	1	90	8	100	145.140.125
0032 20TP 0020	Ativos Cíveis da União - Na Região Nordeste								77.473.084
			F	1	1	90	8	100	77.473.084

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão		S	1	1	90	8	151	335.062.985
			F	1	1	90	8	100	60.999.451
0032 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí		S	1	1	90	8	151	274.063.534
			F	1	1	90	8	100	251.243.953
0032 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará		S	1	1	90	8	151	2.927.842
			F	1	1	90	8	100	248.316.111
0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte		S	1	1	90	8	151	533.638.234
			F	1	1	90	8	100	133.429.648
0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba		S	1	1	90	8	151	400.208.586
			F	1	1	90	8	100	526.454.902
0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco		S	1	1	90	8	151	96.223.322
			F	1	1	90	8	100	430.231.580
0032 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas		S	1	1	90	8	151	649.777.813
			F	1	1	90	8	100	146.076.586
0032 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe		S	1	1	90	8	151	503.701.227
			F	1	1	90	8	100	651.720.684
0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia		S	1	1	90	8	151	4.333.321
			F	1	1	90	8	100	114.757.227
0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais		S	1	1	90	8	151	532.630.136
			F	1	1	90	8	100	291.289.446
0032 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo		S	1	1	90	8	151	65.259.845
			F	1	1	90	8	100	226.029.601
0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro		S	1	1	90	8	151	232.842.342
			F	1	1	90	8	100	45.314.691
0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo		S	1	1	90	8	151	187.527.651
			F	1	1	90	8	100	645.581.425
0032 20TP 0040	Ativos Cíveis da União - Na Região Sul		S	1	1	90	8	151	91.713.776
			F	1	1	90	8	100	553.867.649
0032 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná		S	1	1	90	8	151	2.045.173.981
			F	1	1	90	8	100	432.255.893
0032 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina		S	1	1	90	8	151	1.612.918.088
			F	1	1	90	8	100	358.095.793
0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul		S	1	1	90	8	151	58.933.238
			F	1	1	90	8	100	299.162.555
0032 20TP 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso		S	1	1	90	8	151	1.994.536.088
			F	1	1	90	8	100	666.557.736
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	151	1.327.978.352
			F	1	1	90	8	100	829.985.247
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	151	241.135.310
			F	1	1	90	8	100	588.849.937
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	151	59.433.632
			F	1	1	90	8	100	723.821.184
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	151	152.363.835
			F	1	1	90	8	100	571.457.349
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	151	578.550.471
			F	1	1	90	8	100	117.197.281
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	151	461.353.190
			F	1	1	90	8	100	2.454.635.211
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	151	1.382.950.074
			F	1	1	90	8	100	1.071.685.137
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	151	276.319.558
			F	1	1	90	8	100	4.333.321
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	151	26.634.100
			F	1	1	90	8	100	245.352.137
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	151	493.024.026
			F	1	1	90	8	100	8.666.642
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		S	1	1	90	8	151	94.420.536
			F	1	1	90	8	100	

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal	12 122	F	1	1	90	8	100	389.936.848
									472.484.753
			F	1	1	90	8	100	20.652.381
			S	1	1	90	8	151	60.925.388
			F	1	1	90	8	100	390.906.984
0032 20TP 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul								282.246.544
			S	1	1	90	8	151	27.047.317
			F	1	1	90	8	100	255.199.227
0032 2000	Administração da Unidade								372.873.965
0032 2000 0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco								10.756.469
			F	3	2	90	8	100	8.841.097
			F	3	2	90	8	150	150.837
			F	3	2	91	8	100	72.535
			F	4	2	90	8	100	1.466.689
			F	4	2	90	8	163	225.311
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal								362.117.496
		12 301	F	3	2	90	8	100	94.942.840
			F	3	2	90	8	150	2.937.486
			F	3	2	90	8	186	187.982.103
			F	3	2	91	8	186	1.079.735
			F	4	2	90	8	100	40.335.890
			F	4	2	90	8	186	9.869.310
			S	3	2	90	8	151	24.970.132
0032 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes								719.293.615
0032 2004 0001	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional								51.405.175
			S	3	1	90	8	151	51.405.175
0032 2004 0011	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia								4.613.256
			S	3	1	90	8	151	4.613.256
0032 2004 0012	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre								2.283.823
			S	3	1	90	8	151	2.283.823
0032 2004 0013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas								8.362.162
			S	3	1	90	8	151	8.362.162
0032 2004 0014	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima								3.083.382
			S	3	1	90	8	151	3.083.382
0032 2004 0015	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará								17.206.026
			S	3	1	90	8	151	17.206.026
0032 2004 0016	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá								2.711.053
			S	3	1	90	8	151	2.711.053
0032 2004 0017	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins								7.592.843
			S	3	1	90	8	151	7.592.843
0032 2004 0020	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste								3.793.845
			S	3	1	90	8	151	3.793.845
0032 2004 0021	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão								12.407.353
			S	3	1	90	8	151	12.407.353

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 2004 0022	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí		S	3	1	90	8	151	13.536.116 13.536.116
0032 2004 0023	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará		S	3	1	90	8	151	20.183.071 20.183.071
0032 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte		S	3	1	90	8	151	28.430.651 28.430.651
0032 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba		S	3	1	90	8	151	27.396.801 27.396.801
0032 2004 0026	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco		S	3	1	90	8	151	28.582.767 28.582.767
0032 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas		S	3	1	90	8	151	13.157.182 13.157.182
0032 2004 0028	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe		S	3	1	90	8	151	9.620.434 9.620.434
0032 2004 0029	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia		S	3	1	90	8	151	23.513.646 23.513.646
0032 2004 0031	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais		S	3	1	90	8	151	119.568.220 119.568.220
0032 2004 0032	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo		S	3	1	90	8	151	16.807.708 16.807.708
0032 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro		S	3	1	90	8	151	53.461.551 53.461.551
0032 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo		S	3	1	90	8	151	22.860.008 22.860.008
0032 2004 0040	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul		S	3	1	90	8	151	2.004.439 2.004.439
0032 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná		S	3	1	90	8	151	34.551.153 34.549.483
			S	3	1	90	8	170	1.670
0032 2004 0042	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		S	3	1	90	8	151	27.274.552 27.274.552
0032 2004 0043	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul		S	3	1	90	8	151	62.983.703 62.983.703
0032 2004 0051	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		S	3	1	90	8	151	11.276.531 11.276.531

Quadro 8C
Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 2004 0052	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás	12 301	S	3	1	90	8	151	25.568.544 25.568.544
0032 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal		S	3	1	90	8	151	19.420.670 19.420.670
0032 2004 0054	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul		S	3	1	90	8	151	45.636.950 15.639.988
			S	3	1	90	8	170	29.996.962
0032 212B	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes								2.382.640.132
0032 212B 0001	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Nacional		S	3	1	90	8	151	278.090.110 278.090.110
0032 212B 0011	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia		F	3	1	90	8	100	16.986.893 16.986.893
0032 212B 0012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre		F	3	1	90	8	100	15.265.685 15.265.685
0032 212B 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas		F	3	1	90	8	100	37.427.122 34.798.211
			S	3	1	90	8	151	2.628.911
0032 212B 0014	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima		F	3	1	90	8	100	13.600.552 13.600.552
0032 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará		F	3	1	90	8	100	72.047.384 68.378.369
			S	3	1	90	8	151	3.669.015
0032 212B 0016	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá		F	3	1	90	8	100	12.307.527 12.307.527
0032 212B 0017	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Tocantins		F	3	1	90	8	100	23.791.404 23.791.404
0032 212B 0020	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Nordeste		F	3	1	90	8	100	12.897.990 12.897.990
0032 212B 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão		F	3	1	90	8	100	47.815.205 44.629.334
			S	3	1	90	8	151	3.185.871
0032 212B 0022	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí		F	3	1	90	8	100	35.613.761 35.457.965
			S	3	1	90	8	151	155.796
0032 212B 0023	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Ceará		F	3	1	90	8	100	62.873.776 56.927.384
			S	3	1	90	8	151	5.946.392
0032 212B 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte		F	3	1	90	8	100	68.142.614 64.387.894
			S	3	1	90	8	151	3.754.720
0032 212B 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba		F	3	1	90	8	100	77.810.726 71.531.035
			S	3	1	90	8	151	6.279.691

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco		F	3	1	90	8	100	87.829.503
			S	3	1	90	8	151	80.286.838
0032 212B 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas		F	3	1	90	8	100	7.542.665
			S	3	1	90	8	151	37.533.081
0032 212B 0028	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe		F	3	1	90	8	100	34.403.994
			S	3	1	90	8	151	3.129.087
0032 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia		F	3	1	90	8	100	30.731.665
			S	3	1	90	8	151	28.815.502
0032 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais		F	3	1	90	8	100	1.916.163
			S	3	1	90	8	151	95.564.439
0032 212B 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo		F	3	1	90	8	100	90.637.025
			S	3	1	90	8	151	4.927.414
0032 212B 0033	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro		F	3	1	90	8	100	260.391.673
			S	3	1	90	8	151	237.367.418
0032 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo		F	3	1	90	8	100	23.024.255
			S	3	1	90	8	151	43.887.154
0032 212B 0040	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Na Região Sul		F	3	1	90	8	100	40.578.335
			S	3	1	90	8	151	3.308.819
0032 212B 0041	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná		F	3	1	90	8	100	263.044.899
			S	3	1	90	8	151	219.605.782
0032 212B 0042	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Santa Catarina		F	3	1	90	8	100	43.439.117
			S	3	1	90	8	151	114.788.572
0032 212B 0043	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Sul		F	3	1	90	8	100	98.692.639
			S	3	1	90	8	151	16.095.933
0032 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso		F	3	1	90	8	100	9.092.412
			S	3	1	90	8	151	9.092.412
0032 212B 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás		F	3	1	90	8	100	87.798.543
			S	3	1	90	8	151	78.070.470
0032 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal		F	3	1	90	8	100	9.728.073
			S	3	1	90	8	151	72.965.994
0032 212B 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	3	1	90	8	100	65.929.042
			S	3	1	90	8	151	7.036.952
			F	3	1	90	8	100	197.605.966
			S	3	1	90	8	151	149.477.759
			F	3	1	90	8	100	48.128.207
			S	3	1	90	8	151	37.573.705
			F	3	1	90	8	100	36.093.062
			S	3	1	90	8	151	1.480.643
			F	3	1	90	8	100	60.525.551
			S	3	1	90	8	151	55.696.202
			F	3	1	90	8	100	4.829.349
			S	3	1	90	8	151	167.865.305
			F	3	1	90	8	100	164.499.177
			S	3	1	90	8	151	3.366.128
			F	3	1	90	8	100	40.770.921
			S	3	1	90	8	100	38.494.357

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	12 571	S	3	1	90	8	151	2.276.564
0032 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional								90.209.899
	Projeto apoiado(unidade) 8		F	3	2	50	8	100	88.709.899
0032 212H 0053	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - No Distrito Federal								1.500.000
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	3	2	50	8	150	1.500.000
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	12 122							3.216.096
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional								46.795
	Agente público beneficiado(unidade) 4		F	3	2	90	8	100	46.795
0032 216H 0011	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Rondônia								97.485
	Agente público beneficiado(unidade) 11		F	3	2	90	8	100	97.485
0032 216H 0012	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Acre								23.933
	Agente público beneficiado(unidade) 3		F	3	2	90	8	100	23.933
0032 216H 0013	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amazonas								59.126
	Agente público beneficiado(unidade) 7		F	3	2	90	8	100	59.126
0032 216H 0015	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Pará								77.339
	Agente público beneficiado(unidade) 15		F	3	2	90	8	100	77.339
0032 216H 0016	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amapá								9.385
	Agente público beneficiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	100	9.385
0032 216H 0017	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Tocantins								50.836
	Agente público beneficiado(unidade) 6		F	3	2	90	8	100	50.836
0032 216H 0020	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Nordeste								4.302
	Agente público beneficiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	100	4.302
0032 216H 0021	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Maranhão								74.277
	Agente público beneficiado(unidade) 10		F	3	2	90	8	100	74.277
0032 216H 0022	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Piauí								9.260
	Agente público beneficiado(unidade) 40		F	3	2	90	8	100	9.260
0032 216H 0023	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Ceará								39.104
	Agente público beneficiado(unidade) 8		F	3	2	90	8	100	39.104
0032 216H 0024	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Norte								5.001
	Agente público beneficiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	100	5.001
0032 216H 0025	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Paraíba								87.203
	Agente público beneficiado(unidade) 14		F	3	2	90	8	100	87.203
0032 216H 0026	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Pernambuco								52.363
	Agente público beneficiado(unidade) 12		F	3	2	90	8	100	52.363
0032 216H 0027	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Alagoas								26.795
	Agente público beneficiado(unidade) 6		F	3	2	90	8	100	26.795
0032 216H 0028	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Sergipe								5.866
	Agente público beneficiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	100	5.866
0032 216H 0029	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Bahia								207.996
	Agente público beneficiado(unidade) 37		F	3	2	90	8	100	207.996
0032 216H 0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais								522.489
	Agente público beneficiado(unidade) 83		F	3	2	90	8	100	512.489

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 216H 0032	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Espírito Santo Agente público beneficiado(unidade) 6		F	3	2	90	8	150	10.000
			F	3	2	90	8	100	17.597
0032 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro Agente público beneficiado(unidade) 13		F	3	2	90	8	100	17.597
			F	3	2	90	8	100	62.499
0032 216H 0035	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de São Paulo Agente público beneficiado(unidade) 17		F	3	2	90	8	100	62.499
			F	3	2	90	8	100	116.630
0032 216H 0040	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Sul Agente público beneficiado(unidade) 4		F	3	2	90	8	100	116.630
			F	3	2	90	8	100	22.681
0032 216H 0041	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Paraná Agente público beneficiado(unidade) 8		F	3	2	90	8	100	22.681
			F	3	2	90	8	100	87.341
0032 216H 0042	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Santa Catarina Agente público beneficiado(unidade) 17		F	3	2	90	8	100	87.341
			F	3	2	90	8	100	171.192
			F	3	2	90	8	150	166.192
									5.000
0032 216H 0043	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Sul Agente público beneficiado(unidade) 37		F	3	2	90	8	100	277.598
			F	3	2	90	8	100	277.598
0032 216H 0051	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso Agente público beneficiado(unidade) 5		F	3	2	90	8	100	42.233
			F	3	2	90	8	100	42.233
0032 216H 0052	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Goiás Agente público beneficiado(unidade) 15		F	3	2	90	8	100	164.863
			F	3	2	90	8	100	164.863
0032 216H 0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal Agente público beneficiado(unidade) 69		F	3	2	90	8	100	853.907
			F	3	2	90	8	100	853.907
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							26.510.148
0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional Servidor capacitado(unidade) 600		F	3	2	90	8	100	5.267.166
			F	3	2	91	8	100	482.403
			S	3	2	90	8	151	62.400
									4.722.363
0032 4572 0011	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Rondônia Servidor capacitado(unidade) 1029		F	3	2	90	8	100	624.806
			F	3	2	91	8	100	623.977
									829
0032 4572 0012	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Acre Servidor capacitado(unidade) 514		F	3	2	90	8	100	216.168
			F	3	2	91	8	100	214.088
									2.080
0032 4572 0013	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amazonas Servidor capacitado(unidade) 1020		F	3	2	90	8	100	327.517
			F	3	2	91	8	100	325.759
									1.758
0032 4572 0014	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Roraima Servidor capacitado(unidade) 487		F	3	2	90	8	100	334.653
			F	3	2	90	8	100	334.653
0032 4572 0015	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Pará Servidor capacitado(unidade) 1991		F	3	2	90	8	100	665.999
			F	3	2	91	8	100	636.303
									29.696
0032 4572 0016	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amapá Servidor capacitado(unidade) 200		F	3	2	90	8	100	195.520
			F	3	2	90	8	100	195.520
0032 4572 0017	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Tocantins Servidor capacitado(unidade) 347		F	3	2	90	8	100	207.252
			F	3	2	90	8	100	207.252

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 4572 0020	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Nordeste Servidor capacitado(unidade) 672		F	3	2	90	8	100	229.356 179.356
			F	3	2	90	8	150	50.000
0032 4572 0021	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Maranhão Servidor capacitado(unidade) 550		F	3	2	90	8	100	326.275 276.275
			F	3	2	90	8	150	50.000
0032 4572 0022	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Piauí Servidor capacitado(unidade) 610		F	3	2	90	8	100	440.617 209.000
			F	3	2	90	8	150	220.801
			F	3	2	91	8	100	10.816
0032 4572 0023	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Ceará Servidor capacitado(unidade) 3107		F	3	2	90	8	100	1.040.786 1.011.649
			F	3	2	91	8	100	29.137
0032 4572 0024	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Norte Servidor capacitado(unidade) 2594		F	3	2	90	8	100	1.270.438 1.203.878
			F	3	2	91	8	100	66.560
0032 4572 0025	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba Servidor capacitado(unidade) 2200		F	3	2	90	8	100	561.936 488.152
			F	3	2	90	8	150	73.784
0032 4572 0026	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Pernambuco Servidor capacitado(unidade) 2660		F	3	2	90	8	100	697.969 685.149
			F	3	2	91	8	100	12.820
0032 4572 0027	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Alagoas Servidor capacitado(unidade) 1200		F	3	2	90	8	100	207.510 207.252
			F	3	2	91	8	100	258
0032 4572 0028	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Sergipe Servidor capacitado(unidade) 1000		F	3	2	90	8	100	292.506 152.506
			F	3	2	90	8	150	120.000
			F	4	2	90	8	150	20.000
0032 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia Servidor capacitado(unidade) 2100		F	3	2	90	8	100	633.411 563.386
			F	3	2	90	8	150	55.000
			F	3	2	91	8	100	15.025
0032 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais Servidor capacitado(unidade) 700		F	3	2	30	8	100	3.938.182 472.459
			F	3	2	90	8	100	2.951.661
			F	3	2	90	8	150	481.003
			F	3	2	91	8	100	31.185
			F	3	2	91	8	150	1.874
0032 4572 0032	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Espírito Santo Servidor capacitado(unidade) 1530		F	3	2	90	8	100	286.075 276.075
			F	3	2	90	8	150	10.000
0032 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro Servidor capacitado(unidade) 5360		F	3	2	90	8	100	2.589.294 2.587.935
			F	3	2	91	8	100	1.359
0032 4572 0035	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de São Paulo Servidor capacitado(unidade) 2230		F	3	2	90	8	100	564.918 448.818
			F	3	2	90	8	150	116.100

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 4572 0040	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Sul Servidor capacitado(unidade) 240		F	3	2	90	8	100	47.175 43.015
			F	3	2	91	8	100	4.160
0032 4572 0041	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Paraná Servidor capacitado(unidade) 2860		F	3	2	90	8	100	488.719 433.399
			F	3	2	91	8	100	8.320
			F	4	2	90	8	100	47.000
0032 4572 0042	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Santa Catarina Servidor capacitado(unidade) 3602		F	3	2	90	8	100	545.109 495.109
			F	3	2	90	8	150	50.000
0032 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul Servidor capacitado(unidade) 4103		F	3	2	90	8	100	1.615.564 1.000.343
			F	3	2	91	8	100	8.115
			F	4	2	90	8	100	107.106
			S	3	2	90	8	150	500.000
0032 4572 0051	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso Servidor capacitado(unidade) 1671		F	3	2	90	8	100	266.157 261.997
			F	3	2	91	8	100	4.160
0032 4572 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás Servidor capacitado(unidade) 2372		F	3	2	90	8	100	732.190 728.302
			F	3	2	91	8	100	3.888
0032 4572 0053	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Distrito Federal Servidor capacitado(unidade) 2380		F	3	2	90	8	100	1.668.685 1.668.685
0032 4572 0054	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso do Sul Servidor capacitado(unidade) 1320		F	3	2	90	8	100	228.195 227.462
			F	3	2	91	8	100	733
0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública	12 131							6.554.307
0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional		F	3	2	90	8	100	6.259.071 6.259.071
0032 4641 0042	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Santa Catarina		F	3	2	90	8	100	162.282 162.282
0032 4641 0052	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Goiás		F	3	2	90	8	100	78.208 78.208
0032 4641 0054	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	3	2	90	8	100	54.746 54.746
0032 6294	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável	12 128							271.447
0032 6294 0026	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável - No Estado de Pernambuco Curso realizado(unidade) 38		F	3	2	90	8	100	271.447 250.911
			F	3	2	91	8	100	20.536
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								936.648.173
	Operação Especial								936.648.173
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							888.771.458
0901 0005 0011	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Rondônia		F	1	1	90	8	100	1.742.027 1.659.076
			F	3	1	90	8	100	82.951
0901 0005 0012	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Acre		F	1	1	90	8	100	106.307 106.307

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0901 0005 0013	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amazonas								75.321
			F	1	1	90	8	100	75.321
0901 0005 0015	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Pará								6.133.322
			F	1	1	90	8	100	4.327.470
			F	3	1	90	8	100	1.805.852
0901 0005 0016	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Amapá								487.171
			F	1	1	90	8	100	487.171
0901 0005 0017	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Tocantins								213.130
			F	1	1	90	8	100	132.935
			F	3	1	90	8	100	80.195
0901 0005 0020	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Nordeste								93.305
			F	1	1	90	8	100	93.305
0901 0005 0021	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Maranhão								5.616.234
			F	1	1	90	8	100	5.084.920
			F	3	1	90	8	100	531.314
0901 0005 0022	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Piauí								1.493.164
			F	1	1	90	8	100	1.357.844
			F	3	1	90	8	100	135.320
0901 0005 0023	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Ceará								16.108.403
			F	1	1	90	8	100	15.414.190
			F	3	1	90	8	100	694.213
0901 0005 0024	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Norte								21.860.105
			F	1	1	90	8	100	20.481.314
			F	3	1	90	8	100	1.378.791
0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba								141.936.863
			F	1	1	90	8	100	127.503.569
			F	3	1	90	8	100	14.433.294
0901 0005 0026	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Pernambuco								144.680.876
			F	1	1	90	8	100	133.060.418
			F	3	1	90	8	100	11.620.458
0901 0005 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas								61.756.938
			F	1	1	90	8	100	60.123.971
			F	3	1	90	8	100	1.632.967
0901 0005 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe								9.754.624
			F	1	1	90	8	100	9.179.520
			F	3	1	90	8	100	575.104
0901 0005 0029	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Bahia								8.590.876
			F	1	1	90	8	100	7.876.347
			F	3	1	90	8	100	714.529
0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais								36.295.697
			F	1	1	90	8	100	32.315.504
			F	3	1	90	8	100	3.980.193
0901 0005 0032	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Espírito Santo								13.257.033
			F	1	1	90	8	100	12.459.480
			F	3	1	90	8	100	797.553

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro		F	1	1	90	8	100	151.092.401
			F	3	1	90	8	100	89.027.744
			F						62.064.657
0901 0005 0035	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de São Paulo		F	1	1	90	8	100	16.120.920
			F	3	1	90	8	100	6.816.541
			F	5	1	90	8	100	920.495
			F						8.383.884
0901 0005 0040	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Na Região Sul		F	1	1	90	8	100	115.158
									115.158
0901 0005 0041	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Paraná		F	1	1	90	8	100	33.665.960
			F	3	1	90	8	100	29.484.159
			F						4.181.801
0901 0005 0042	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Santa Catarina		F	1	1	90	8	100	46.925.580
			F	3	1	90	8	100	45.306.347
			F						1.619.233
0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul		F	1	1	90	8	100	133.740.429
			F	3	1	90	8	100	115.430.443
			S	1	1	90	8	151	9.829.065
			S	3	1	90	8	151	7.994.828
									486.093
0901 0005 0051	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso		F	1	1	90	8	100	2.787.562
			F	3	1	90	8	100	2.679.303
									108.259
0901 0005 0052	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Goiás		F	1	1	90	8	100	3.162.155
			F	3	1	90	8	100	3.024.490
									137.665
0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal		F	1	1	90	8	100	29.236.598
			F	3	1	90	8	100	10.009.895
									19.226.703
0901 0005 0054	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	1	1	90	8	100	1.723.299
			F	3	1	90	8	100	1.514.911
									208.388
0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	28 846							32.150.000
0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional		S	1	1	90	8	151	32.050.000
			S	3	1	90	8	151	31.000.000
									1.050.000
0901 0022 0043	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado do Rio Grande do Sul		S	1	1	90	8	151	100.000
									100.000
0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	28 846							15.726.715
0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional		S	1	1	90	8	151	9.567.303
			S	3	1	90	8	151	9.500.303
									67.000
0901 0625 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - No Estado do Rio Grande do Sul		S	1	1	90	8	151	6.159.412
			S	3	1	90	8	151	5.453.228
									706.184
0999	Reserva de Contingência								1.712.797.508
	Operação Especial								1.712.797.508
0999 0Z00	Reserva de Contingência - Financeira	99 999							374.674.455

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0999 0Z00 0001	Reserva de Contingência - Financeira - Nacional								374.674.455
			F	1	0	91	8	100	374.674.455
0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	99 999							1.338.123.053
0999 0Z01 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional								1.338.123.053
			F	1	1	90	8	100	1.338.123.053
5011	Educação Básica de Qualidade								8.006.748.450
	Operação Especial								3.989.770.851
5011 0E53	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola	12 368							183.186.767
5011 0E53 0001	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - Nacional								78.320.000
	Veículo adquirido(unidade) 290		F	4	2	30	8	100	846.000
			F	4	2	40	8	100	1.974.000
			F	4	8	40	8	100	5.346.653
			F	4	8	40	8	108	5.497.171
			F	4	8	40	8	142	7.630.377
			F	4	8	40	8	186	31.525.799
			F	4	8	40	8	188	20.500.000
			F	4	8	90	8	186	5.000.000
5011 0E53 0013	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Amazonas								200.000
	Veículo adquirido(unidade) 1		F	4	6	40	8	188	200.000
5011 0E53 0015	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Pará								2.000.000
	Veículo adquirido(unidade) 5		F	4	6	30	8	188	2.000.000
5011 0E53 0017	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Tocantins								20.080.191
	Veículo adquirido(unidade) 200		F	4	2	30	8	100	8.000.000
			F	4	2	30	8	188	2.000.000
			F	4	7	30	8	100	1.080.191
			F	4	7	30	8	188	9.000.000
5011 0E53 0021	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Maranhão								1.300.000
	Veículo adquirido(unidade) 6		F	4	6	99	8	188	1.300.000
5011 0E53 0026	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Pernambuco								2.000.000
	Veículo adquirido(unidade) 6		F	4	6	99	8	188	2.000.000
5011 0E53 0035	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de São Paulo								150.000
	Veículo adquirido(unidade) 1		F	4	6	99	8	188	150.000
5011 0E53 0041	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Paraná								61.681.112
	Veículo adquirido(unidade) 304		F	4	2	30	8	188	2.000.000
			F	4	6	40	8	188	992.000
			F	4	7	30	8	100	6.289.112
			F	4	7	30	8	188	52.400.000
5011 0E53 0042	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Santa Catarina								250.000
	Veículo adquirido(unidade) 5		F	4	6	99	8	188	250.000
5011 0E53 0043	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado do Rio Grande do Sul								520.000
	Veículo adquirido(unidade) 3		F	4	6	99	8	188	520.000
5011 0E53 0052	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Goiás								15.565.464
	Veículo adquirido(unidade) 110		F	4	2	30	8	188	2.000.000
			F	4	7	30	8	100	1.453.672
			F	4	7	30	8	188	12.111.792
5011 0E53 0054	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Estado de Mato Grosso do Sul								650.000
	Veículo adquirido(unidade) 3		F	4	6	40	8	188	400.000
			F	4	6	99	8	188	250.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5011 0E53 3646	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Jaguariúna - SP Veículo adquirido(unidade) 1	12 368	F	4	6	40	8	188	200.000
5011 0E53 5593	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Palminópolis - GO Veículo adquirido(unidade) 1		F	4	6	99	8	188	270.000
5011 0000	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	12 368							253.712.352
5011 0000 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional Bolsa concedida(unidade) 66803	12 366	F	3	2	90	8	100	33.793.144
5011 00PH	Concessão de bolsas e auxílio financeiro para promover a alfabetização, a elevação da escolaridade e a integração à qualificação profissional, na educação de jovens e adultos		F	3	2	90	8	142	219.919.208
5011 00PH 0001	Concessão de bolsas e auxílio financeiro para promover a alfabetização, a elevação da escolaridade e a integração à qualificação profissional, na educação de jovens e adultos - Nacional	12 368							3.571.462
5011 0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica		F	3	2	90	8	100	3.571.462
5011 0509 0001	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - Nacional Iniciativa apoiada(unidade) 1452	12 368	F	3	2	30	8	142	280.730.800
			F	3	2	32	8	142	500.000
			F	3	2	40	8	108	9.310.000
			F	3	2	42	8	142	500.000
			F	3	2	80	8	142	18.000.000
			F	3	2	90	8	108	103.518.239
			F	3	2	90	8	142	65.016.869
			F	3	2	90	8	148	33.000.000
			F	3	8	40	8	100	18.810.994
			F	3	8	40	8	108	6.892.709
			F	3	8	40	8	142	59.491.673
			F	3	8	40	8	186	14.804.624
			F	4	2	30	8	142	215.011.715
			F	4	2	90	8	108	1.680.000
5011 0509 0013	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Amazonas Iniciativa apoiada(unidade) 3		F	3	6	99	8	188	100.000
5011 0509 0017	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Tocantins Iniciativa apoiada(unidade) 15		F	3	6	50	8	188	500.000
			F	3	6	99	8	188	539.933
5011 0509 0023	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Ceará Iniciativa apoiada(unidade) 10		F	3	6	99	8	188	200.000
			F	4	6	99	8	188	200.000
5011 0509 0025	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado da Paraíba Iniciativa apoiada(unidade) 19		F	3	6	40	8	188	400.000
			F	3	6	99	8	188	200.000
5011 0509 0026	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de Pernambuco Iniciativa apoiada(unidade) 13		F	3	6	40	8	188	2.600.000
5011 0509 0027	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de Alagoas Iniciativa apoiada(unidade) 5		F	4	6	99	8	188	1.571.993
									1.571.993
5011 0509 0031	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de Minas Gerais Iniciativa apoiada(unidade) 10		F	3	6	40	8	188	400.000
			F	3	6	99	8	188	300.000
5011 0509 0032	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Espírito Santo Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	99	8	188	100.000
									100.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5011 0509 0035	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado de São Paulo								
	Iniciativa apoiada(unidade) 3		F	3	6	99	8	188	420.000
			F	4	6	99	8	188	300.000
									120.000
5011 0509 0041	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Paraná								5.320.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 51		F	3	6	40	8	188	200.000
			F	3	6	99	8	188	3.310.000
			F	4	6	99	8	188	1.810.000
5011 0509 0043	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul								250.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 2		F	3	6	99	8	188	250.000
5011 0509 1674	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Olinda - PE								200.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	40	8	188	200.000
5011 0509 1682	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Parnamirim - PE								300.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 2		F	3	6	40	8	188	300.000
5011 0509 1795	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Maceió - AL								2.000.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 50		F	3	2	40	8	188	2.000.000
5011 0509 1996	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Camaçari - BA								1.000.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	40	8	188	1.000.000
5011 0509 3321	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - No Município de Niterói - RJ								1.000.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	40	8	188	1.000.000
5011 0509 7005	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica - EMEI - Regional Ipiranga - No Estado de São Paulo								100.000
	Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	40	8	188	100.000
5011 0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica	12 847							1.932.292.336
5011 0515 0001	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica - Nacional								1.932.292.336
	Escola apoiada(unidade) 140751		F	3	1	30	8	113	618.133.402
			F	3	1	40	8	113	613.864.000
			F	3	1	50	8	113	15.000.000
			F	4	1	30	8	113	417.388.934
			F	4	1	40	8	113	252.906.000
			F	4	1	50	8	113	15.000.000
5011 0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica	12 368							772.038.385
5011 0969 0001	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica - Nacional								772.038.385
			F	3	1	30	8	113	241.632.487
			F	3	1	40	8	113	530.405.898
Atividade									4.016.977.599
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	12 368							26.887.397
5011 20RI 0012	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Acre								200.544
	Estudante matriculado(unidade) 550		F	3	2	90	8	100	172.344
			F	4	2	90	8	100	28.200
5011 20RI 0014	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Roraima								143.303
	Estudante matriculado(unidade) 485		F	3	2	90	8	100	143.303
5011 20RI 0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará								349.672
	Estudante matriculado(unidade) 1320		F	3	2	90	8	100	349.672
5011 20RI 0021	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Maranhão								105.904
	Estudante matriculado(unidade) 734		F	3	2	90	8	100	100.804
			F	3	2	91	8	100	4.160
			F	4	2	90	8	100	940
5011 20RI 0024	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte								131.267
	Estudante matriculado(unidade) 386		F	3	2	90	8	100	129.603

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			F	3	2	91	8	100	1.664
5011 20RI 0026	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Pernambuco Estudante matriculado(unidade) 419		F	3	2	90	8	100	185.807 185.807
5011 20RI 0028	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Sergipe Estudante matriculado(unidade) 430		F	3	2	90	8	100	146.716 99.716
			F	4	2	90	8	100	47.000
5011 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais Estudante matriculado(unidade) 3269		F	3	2	90	8	100	1.203.072 991.557
			F	3	2	91	8	100	561
			F	4	2	90	8	100	210.954
5011 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro Estudante matriculado(unidade) 14891		F	3	2	90	8	100	23.567.291 16.211.484
			F	3	2	90	8	150	4.203.279
			F	3	2	91	8	100	20.704
			F	3	6	90	8	188	1.380.000
			F	4	2	90	8	100	1.071.824
			F	4	2	90	8	163	300.000
			F	4	6	90	8	188	380.000
5011 20RI 0042	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Santa Catarina Estudante matriculado(unidade) 1153		F	3	2	90	8	100	364.369 250.807
			F	4	2	90	8	100	113.562
5011 20RI 0043	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul Estudante matriculado(unidade) 643		F	3	2	90	8	100	230.296 230.296
5011 20RI 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás Estudante matriculado(unidade) 775		F	3	2	90	8	100	259.156 161.875
			F	4	2	90	8	100	97.281
5011 20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	12 368							63.685.089
5011 20RJ 0001	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - Nacional Projeto apoiado(unidade) 233		F	3	2	30	8	100	63.685.089 9.026.670
			F	3	2	90	8	100	24.733.769
			F	3	2	90	8	142	29.636.650
			F	4	2	90	8	100	188.000
			F	4	2	90	8	142	100.000
5011 20RP	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica	12 368							1.513.127.123
5011 20RP 0001	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Nacional Projeto apoiado(unidade) 354		F	3	2	30	8	142	1.321.192.837 9.310.729
			F	3	2	40	8	142	6.000.000
			F	4	2	30	8	142	39.966.054
			F	4	2	40	8	142	39.966.054
			F	4	6	99	8	188	950.000
			F	4	9	40	8	100	16.257.631
			F	4	9	40	8	113	183.742.369
			F	4	9	40	8	144	1.025.000.000
5011 20RP 0011	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Rondônia Projeto apoiado(unidade) 3		F	3	6	40	8	188	500.000 200.000
			F	4	6	40	8	188	300.000
5011 20RP 0015	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Pará Projeto apoiado(unidade) 9		F	4	6	40	8	188	1.900.000 1.600.000
			F	4	6	99	8	188	300.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5011 20RP 0016	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Amapá								900.000
	Projeto apoiado(unidade) 3		F	3	6	30	8	188	650.000
			F	4	6	30	8	188	250.000
5011 20RP 0023	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Ceará								1.250.000
	Projeto apoiado(unidade) 5		F	3	6	40	8	188	750.000
			F	4	6	99	8	188	500.000
5011 20RP 0024	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte								2.539.993
	Projeto apoiado(unidade) 41		F	3	6	99	8	188	1.039.993
			F	4	6	40	8	188	500.000
			F	4	6	99	8	188	1.000.000
5011 20RP 0025	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado da Paraíba								3.179.986
	Projeto apoiado(unidade) 3		F	4	6	30	8	188	1.179.986
			F	4	6	40	8	188	2.000.000
5011 20RP 0026	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Pernambuco								2.850.000
	Projeto apoiado(unidade) 9		F	4	6	40	8	188	800.000
			F	4	6	99	8	188	2.050.000
5011 20RP 0027	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Alagoas								1.783.000
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	99	8	188	1.783.000
5011 20RP 0029	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado da Bahia								640.000
	Projeto apoiado(unidade) 3		F	4	6	99	8	188	640.000
5011 20RP 0031	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Minas Gerais								6.279.442
	Projeto apoiado(unidade) 16		F	3	6	99	8	188	400.000
			F	4	6	40	8	188	100.000
			F	4	6	99	8	188	5.779.442
5011 20RP 0032	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Espírito Santo								5.356.228
	Projeto apoiado(unidade) 17		F	3	6	40	8	188	50.000
			F	4	6	40	8	188	3.150.000
			F	4	6	99	8	188	2.156.228
5011 20RP 0033	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro								3.800.000
	Projeto apoiado(unidade) 108		F	3	6	40	8	188	1.000.000
			F	3	6	99	8	188	500.000
			F	4	6	40	8	188	2.000.000
			F	4	6	99	8	188	300.000
5011 20RP 0035	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de São Paulo								5.625.000
	Projeto apoiado(unidade) 46		F	3	6	40	8	188	1.250.000
			F	4	6	40	8	188	4.375.000
5011 20RP 0041	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Paraná								3.959.986
	Projeto apoiado(unidade) 20		F	4	6	30	8	188	1.000.000
			F	4	6	99	8	188	2.959.986
5011 20RP 0042	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Santa Catarina								3.800.000
	Projeto apoiado(unidade) 28		F	4	6	40	8	188	2.050.000
			F	4	6	99	8	188	1.750.000
5011 20RP 0043	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul								5.920.000
	Projeto apoiado(unidade) 34		F	3	6	30	8	188	300.000
			F	3	6	40	8	188	200.000
			F	3	6	99	8	188	20.000
			F	4	6	30	8	188	100.000
			F	4	6	40	8	188	2.050.000
			F	4	6	99	8	188	3.250.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5011 20RP 0051	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Mato Grosso Projeto apoiado(unidade)	14	F	3	6	30	8	188	2.600.000 750.000
			F	3	6	40	8	188	250.000
			F	4	6	40	8	188	1.300.000
			F	4	6	99	8	188	300.000
5011 20RP 0052	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Goiás Projeto apoiado(unidade)	41	F	3	2	30	8	100	13.592.920 5.635.031
			F	3	2	30	8	188	2.000.000
			F	3	7	30	8	100	584.866
			F	3	7	30	8	188	4.873.023
			F	4	6	30	8	188	200.000
			F	4	6	40	8	188	300.000
5011 20RP 0053	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Distrito Federal Projeto apoiado(unidade)	115	F	3	2	30	8	100	27.967.259 381.728
			F	3	7	30	8	100	2.634.580
			F	3	7	30	8	188	21.950.951
			F	4	6	99	8	188	3.000.000
5011 20RP 0054	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Estado de Mato Grosso do Sul Projeto apoiado(unidade)	58	F	3	6	99	8	188	4.113.228 400.000
			F	4	6	30	8	188	1.200.000
			F	4	6	40	8	188	2.513.228
5011 20RP 0166	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Rio Branco - AC Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	6	40	8	188	5.000.000 5.000.000
5011 20RP 0235	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Urucurituba - AM Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	6	40	8	188	200.000 200.000
5011 20RP 0295	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Curuçá - PA Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	6	40	8	188	200.000 200.000
5011 20RP 0400	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Itaubal - AP Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	6	40	8	188	300.000 300.000
5011 20RP 0734	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de São Luís - MA Projeto apoiado(unidade)	20	F	4	6	40	8	188	500.000 500.000
5011 20RP 1093	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Maracanaú - CE Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	6	40	8	188	1.500.000 1.500.000
5011 20RP 1661	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Lagoa de Itaenga - PE Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	6	40	8	188	300.000 300.000
5011 20RP 3290	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Campos dos Goytacazes - RJ Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	6	40	8	188	300.000 300.000
5011 20RP 3319	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Natividade - RJ Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	6	40	8	188	300.000 300.000
5011 20RP 3341	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município do Rio de Janeiro - RJ Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	6	40	8	188	289.993 289.993
5011 20RP 5433	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Anápolis - GO Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	6	40	8	188	300.000 300.000
5011 20RP 5445	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Aurilândia - GO Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	6	99	8	188	250.000 250.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5011 20RP 7018	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Reforma, Custeio, Serviços e Aquisição de Mobiliário e Equipamentos para Escolas Indígenas - No Estado de Roraima Projeto apoiado(unidade) 1000		F	3	7	30	8	100	25.608.945 1.080.191
			F	3	7	30	8	188	9.000.000
			F	4	2	30	8	100	1.023.414
			F	4	7	30	8	100	1.554.389
			F	4	7	30	8	188	12.950.951
5011 20RP 7022	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Reformas de Escolas e Creches Públicas - No Distrito Federal Projeto apoiado(unidade) 1		F	3	6	30	8	188	2.479.986 2.479.986
5011 20RP 7023	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Construção de Escola de Atenção Básica - Aperibé - RJ Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	40	8	188	400.000 400.000
5011 20RP 7024	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Obras e Reforma na Escola Municipal Padre Leão de Vallerié - No Município de Campinas - SP Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	40	8	188	300.000 300.000
5011 20RP 7025	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Tocantins Projeto apoiado(unidade) 500		F	4	2	30	8	100	10.445.484 1.050.039
			F	4	2	30	8	188	2.000.000
			F	4	7	30	8	100	792.494
			F	4	7	30	8	188	6.602.951
5011 20RP 7026	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado de Mato Grosso Projeto apoiado(unidade) 10		F	4	7	30	8	100	14.634.580 2.634.580
			F	4	7	30	8	188	12.000.000
5011 20RP 7027	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica - Equipamentos e Material Permanente - No Estado de Minas Gerais Projeto apoiado(unidade) 113		F	4	2	30	8	188	30.068.256 2.000.000
			F	4	7	30	8	100	3.007.788
			F	4	7	30	8	188	25.060.468
5011 20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	12 368							2.412.743.529
5011 20RQ 0001	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional Material distribuído(unidade) 209485828		F	3	2	90	8	100	2.412.743.529 20.555.905
			F	3	2	90	8	113	1.605.897.236
			F	3	2	90	8	142	730.685.517
			F	3	2	90	8	193	55.604.871
5011 214V	Apoio à alfabetização, à elevação da escolaridade e à integração à qualificação profissional na educação de jovens e adultos	12 366							534.461
5011 214V 0001	Apoio à alfabetização, à elevação da escolaridade e à integração à qualificação profissional na educação de jovens e adultos - Nacional Pessoa beneficiada(unidade) 33783		F	3	2	30	8	100	534.461 160.327
			F	3	2	40	8	100	374.134
5012	Educação Profissional e Tecnológica								1.088.277.101
	Projeto								128.043.353
5012 15R4	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							128.043.353
5012 15R4 0001	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional Projeto apoiado(unidade) 82		F	3	8	90	8	186	91.795.833 2.000.000
			F	4	2	90	8	186	86.795.833
			F	4	8	90	8	186	3.000.000
5012 15R4 0027	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	6	99	8	188	1.000.000 1.000.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 15R4 0031	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Projeto apoiado(unidade)	2	F	4	6	99	8	188	250.000 250.000
5012 15R4 0032	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo Projeto apoiado(unidade)	5	F	4	6	90	8	188	500.000 500.000
5012 15R4 0033	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Projeto apoiado(unidade)	2	F	3	6	90	8	188	1.000.000 125.000
			F	4	6	90	8	188	875.000
5012 15R4 0041	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná Projeto apoiado(unidade)	2	F	4	6	90	8	188	389.986 389.986
5012 15R4 0052	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás Projeto apoiado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	100.000 100.000
5012 15R4 0054	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul Projeto apoiado(unidade)	1	F	3	6	99	8	188	232.000 232.000
5012 15R4 7002	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Rio Grande do Sul Projeto apoiado(unidade)	3	F	4	7	90	8	100	3.934.635 421.635
			F	4	7	90	8	188	3.513.000
5012 15R4 7003	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Aquisição de Equipamentos - No Estado de Goiás Projeto apoiado(unidade)	10	F	4	2	90	8	188	10.806.256 1.500.000
			F	4	7	90	8	100	997.256
			F	4	7	90	8	188	8.309.000
5012 15R4 7004	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Instituto Federal do Tocantins - No Estado do Tocantins Projeto apoiado(unidade)	5	F	4	2	90	8	188	5.140.069 1.500.000
			F	4	7	90	8	100	390.069
			F	4	7	90	8	188	3.250.000
5012 15R4 7005	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Equipamentos e Material Permanente - No Estado de Santa Catarina Projeto apoiado(unidade)	50	F	3	2	90	8	100	12.894.574 832.880
			F	3	7	90	8	100	43.801
			F	3	7	90	8	188	1.200.000
			F	4	7	90	8	100	1.159.243
			F	4	7	90	8	188	9.658.650
Atividade									960.233.748
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							185.909.577
5012 20RG 0012	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre Projeto viabilizado(unidade)	3	F	4	2	90	8	100	1.318.918 468.918
			F	4	6	90	8	188	850.000
5012 20RG 0013	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas Projeto viabilizado(unidade)	17	F	4	2	90	8	100	2.536.851 2.536.851

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 20RG 0014	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima Projeto viabilizado(unidade)	10	F	3	6	90	8	188	150.000 150.000
5012 20RG 0015	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará Projeto viabilizado(unidade)	105	F	4	2	90	8	100	2.546.000 846.000
			F	4	6	90	8	188	1.700.000
5012 20RG 0016	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	7	90	8	100	11.200.212 1.200.212
			F	4	7	90	8	188	10.000.000
5012 20RG 0017	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins Projeto viabilizado(unidade)	10	F	4	2	90	8	100	830.506 730.506
			F	4	6	90	8	188	100.000
5012 20RG 0021	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão Projeto viabilizado(unidade)	145	F	4	2	90	8	100	3.696.732 2.066.732
			F	4	6	90	8	188	1.130.000
			F	4	6	99	8	188	500.000
5012 20RG 0022	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí Projeto viabilizado(unidade)	3	F	4	2	90	8	100	1.469.047 1.469.047
5012 20RG 0023	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará Projeto viabilizado(unidade)	4	F	4	2	90	8	100	2.191.517 2.191.517
5012 20RG 0024	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte Projeto viabilizado(unidade)	45	F	4	2	90	8	100	1.535.456 1.535.456
5012 20RG 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba Projeto viabilizado(unidade)	8	F	4	2	90	8	100	12.634.043 2.073.873
			F	4	2	90	8	188	1.500.000
			F	4	6	90	8	188	100.000
			F	4	7	90	8	100	960.170
			F	4	7	90	8	188	8.000.000
5012 20RG 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco Projeto viabilizado(unidade)	8	F	4	2	90	8	100	605.721 605.721
5012 20RG 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas Projeto viabilizado(unidade)	16	F	4	2	90	8	100	3.303.408 1.203.408
			F	4	6	99	8	188	2.100.000
5012 20RG 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia Projeto viabilizado(unidade)	36	F	4	2	90	8	100	3.172.455 2.672.455
			F	4	6	90	8	188	500.000
5012 20RG 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Projeto viabilizado(unidade)	53	F	4	2	90	8	100	8.417.080 6.706.080
			F	4	6	90	8	188	1.211.000
			F	4	6	99	8	188	500.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 20RG 0032	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo Projeto viabilizado(unidade)	42	F	4	2	90	8	100	23.325.181 1.535.456
			F	4	6	90	8	188	300.000
			F	4	6	99	8	188	200.000
			F	4	7	90	8	100	3.365.038
			F	4	7	90	8	188	17.924.687
5012 20RG 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Projeto viabilizado(unidade)	7	F	3	2	90	8	188	17.223.358 1.500.000
			F	3	6	90	8	188	50.000
			F	3	7	90	8	100	1.284.227
			F	3	7	90	8	188	10.700.000
			F	4	2	90	8	100	2.398.781
			F	4	6	90	8	188	1.290.350
5012 20RG 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo Projeto viabilizado(unidade)	37	F	4	2	90	8	100	15.492.618 2.598.010
			F	4	6	90	8	188	1.600.000
			F	4	6	99	8	188	870.000
			F	4	7	90	8	100	1.117.099
			F	4	7	90	8	188	9.307.509
5012 20RG 0041	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná Projeto viabilizado(unidade)	21	F	4	2	90	8	100	4.167.504 1.867.504
			F	4	6	90	8	188	2.300.000
5012 20RG 0042	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina Projeto viabilizado(unidade)	27	F	4	2	90	8	100	2.598.011 2.598.011
5012 20RG 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul Projeto viabilizado(unidade)	35	F	4	2	90	8	100	2.930.059 2.930.059
5012 20RG 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso Projeto viabilizado(unidade)	15	F	4	2	90	8	100	7.334.478 3.594.436
			F	4	7	90	8	100	240.042
			F	4	7	90	8	188	3.500.000
5012 20RG 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás Projeto viabilizado(unidade)	14	F	4	2	90	8	100	1.037.770 937.770
			F	4	6	99	8	188	100.000
5012 20RG 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal Projeto viabilizado(unidade)	15	F	3	6	99	8	188	28.839.297 200.000
			F	4	2	90	8	100	381.728
			F	4	6	99	8	188	350.000
			F	4	7	90	8	100	2.990.569
			F	4	7	90	8	188	24.917.000
5012 20RG 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul Projeto viabilizado(unidade)	6	F	4	2	90	8	100	8.164.156 663.156
			F	4	2	90	8	188	1.500.000
			F	4	2	91	8	100	1.000
			F	4	7	90	8	188	6.000.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 20RG 0513	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Porto Nacional - TO Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	250.000 250.000
5012 20RG 0698	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Presidente Dutra - MA Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	100.000 100.000
5012 20RG 0752	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Timon - MA Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	300.000 300.000
5012 20RG 1579	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Barreiros - PE Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	350.000 350.000
5012 20RG 2508	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Cataguases - MG Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	250.000 250.000
5012 20RG 2657	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Governador Valadares - MG Projeto viabilizado(unidade)	1	F	3	6	99	8	188	100.000 100.000
5012 20RG 5218	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Campo Grande - MS Projeto viabilizado(unidade)	10	F	3	6	90	8	188	250.000 250.000
5012 20RG 5641	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Senador Canedo - GO Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	99	8	188	2.000.000 2.000.000
5012 20RG 7008	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus de São José dos Campos - No Estado de São Paulo Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	200.000 200.000
5012 20RG 7019	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus São João da Barra - No Estado do Rio de Janeiro Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	1.000.000 1.000.000
5012 20RG 7025	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Instituto Federal Fluminense (IFF) - No Estado do Rio de Janeiro Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	500.000 500.000
5012 20RG 7026	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Ipanguaçu - No Estado do Rio Grande do Norte Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	200.000 200.000
5012 20RG 7027	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - IFPB - No Município de Monteiro - PB Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	300.000 300.000
5012 20RG 7028	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - IFNM - Campus Arinos - No Estado de Minas Gerais Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	2.000.000 2.000.000
5012 20RG 7029	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Instituto Federal Campus Guarulhos - No Estado de São Paulo Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	600.000 600.000
5012 20RG 7030	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Mangabeiras - No Estado do Maranhão Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	100.000 100.000
5012 20RG 7031	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Presidente Dutra - No Estado do Maranhão								100.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
	Projeto viabilizado(unidade) 1		F	4	6	90	8	188	100.000
5012 20RG 7032	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Instituto Federal de São Paulo - IFSP - No Estado de São Paulo								1.600.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	800.000
			F	4	6	90	8	188	800.000
5012 20RG 7033	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Nova Iguaçu - No Estado do Rio de Janeiro								1.000.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	800.000
			F	4	6	90	8	188	200.000
5012 20RG 7034	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Birigui - No Estado de São Paulo								250.000
	Projeto viabilizado(unidade) 2		F	4	6	90	8	188	250.000
5012 20RG 7035	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Timon - No Estado do Maranhão								300.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1		F	4	6	90	8	188	300.000
5012 20RG 7036	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Januária - No Estado de Minas Gerais								350.000
	Projeto viabilizado(unidade) 1		F	4	6	90	8	188	350.000
5012 20RG 7037	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campos de Sorocaba - No Estado de São Paulo								200.000
	Projeto viabilizado(unidade) 2		F	4	6	90	8	188	200.000
5012 20RG 7038	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Equipamentos - No Estado de Rondônia								6.889.199
	Projeto viabilizado(unidade) 10		F	4	7	90	8	100	738.248
			F	4	7	90	8	188	6.150.951
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							653.684.819
5012 20RL 0011	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia								18.733.951
	Estudante matriculado(unidade) 18020		F	3	2	90	8	100	10.490.945
			F	3	2	90	8	150	263.702
			F	3	2	90	8	180	6.799
			F	3	2	90	8	196	100.000
			F	3	2	91	8	100	118.416
			F	3	6	90	8	188	1.189.993
			F	4	2	90	8	100	664.096
			F	4	6	90	8	188	5.900.000
5012 20RL 0012	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre								5.593.128
	Estudante matriculado(unidade) 6480		F	3	2	90	8	100	4.724.623
			F	3	2	90	8	150	1.505
			F	3	6	90	8	188	267.000
			F	4	6	90	8	188	600.000
5012 20RL 0013	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas								15.869.308
	Estudante matriculado(unidade) 31059		F	3	2	90	8	100	14.369.250
			F	3	2	90	8	150	100.058
			F	4	6	99	8	188	1.400.000
5012 20RL 0014	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima								6.868.263
	Estudante matriculado(unidade) 5962		F	3	2	50	8	100	994
			F	3	2	90	8	100	5.905.387
			F	3	2	90	8	150	13.541
			F	3	2	91	8	100	65.092
			F	3	6	90	8	188	100.000
			F	4	2	90	8	100	783.249

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará Estudante matriculado(unidade) 20580		F	3	2	90	8	100	17.760.215 16.181.435
			F	3	2	90	8	181	528.303
			F	3	2	91	8	100	96.785
			F	4	2	90	8	100	768.126
			F	4	2	90	8	150	185.566
5012 20RL 0016	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá Estudante matriculado(unidade) 6261		F	3	2	90	8	100	5.728.105 5.383.005
			F	3	2	90	8	150	7.479
			F	3	2	91	8	100	5.572
			F	4	2	90	8	100	332.049
5012 20RL 0017	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins Estudante matriculado(unidade) 13500		F	3	2	90	8	100	10.926.235 10.749.173
			F	3	2	90	8	150	134.877
			F	3	2	91	8	100	42.185
5012 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão Estudante matriculado(unidade) 36882		F	3	2	90	8	100	24.765.291 22.818.829
			F	3	2	90	8	150	38.230
			F	3	2	91	8	100	87.360
			F	4	2	90	8	150	320.872
			F	4	2	90	8	188	1.500.000
5012 20RL 0022	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí Estudante matriculado(unidade) 20738		F	3	2	90	8	100	17.903.000 17.801.879
			F	3	2	90	8	150	76.161
			F	3	2	91	8	100	24.960
5012 20RL 0023	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará Estudante matriculado(unidade) 40101		F	3	2	90	8	100	27.892.341 25.851.199
			F	3	2	90	8	150	588.596
			F	3	2	91	8	100	312.154
			F	3	6	90	8	188	550.000
			F	4	2	90	8	150	590.392
5012 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte Estudante matriculado(unidade) 39502		F	3	2	90	8	100	27.905.812 22.015.205
			F	3	2	90	8	150	1.284.062
			F	3	2	91	8	100	1.452
			F	3	2	91	8	150	15.093
			F	4	2	90	8	100	3.290.000
			F	4	2	90	8	150	1.000.000
			F	4	6	90	8	188	300.000
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba Estudante matriculado(unidade) 32413		F	3	2	90	8	100	20.669.269 17.681.114
			F	3	2	90	8	150	250.274
			F	3	2	91	8	100	46.701
			F	4	2	90	8	100	2.691.180
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco Estudante matriculado(unidade) 39367		F	3	2	90	8	100	25.697.297 23.964.937
			F	3	2	90	8	150	281.136
			F	3	2	91	8	100	201.327
			F	3	2	91	8	150	7.343

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 20RL 0027	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas Estudante matriculado(unidade) 22725		F	3	6	90	8	188	180.000
			F	4	2	90	8	100	1.062.554
									18.013.918
			F	3	2	90	8	100	15.369.534
			F	3	2	90	8	150	1.040.505
			F	3	2	91	8	100	153.747
			F	4	2	90	8	100	1.279.162
5012 20RL 0028	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe Estudante matriculado(unidade) 6000		F	4	2	90	8	150	170.970
									9.713.278
			F	3	2	90	8	100	8.971.277
			F	3	2	90	8	150	74.134
			F	3	2	91	8	100	62.888
			F	3	2	91	8	150	7.292
			F	4	2	90	8	100	597.687
5012 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia Estudante matriculado(unidade) 44273								34.043.120
			F	3	2	90	8	100	31.872.331
			F	3	2	90	8	150	506.021
			F	3	2	91	8	100	127.440
			F	3	2	91	8	150	36.973
			F	3	6	90	8	188	300.000
			F	3	6	99	8	188	400.000
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Estudante matriculado(unidade) 760		F	4	2	90	8	100	800.355
									84.404.209
			F	3	2	50	8	100	17.894
			F	3	2	90	8	100	65.954.725
			F	3	2	90	8	150	8.962.729
			F	3	2	90	8	181	753.917
			F	3	2	91	8	100	558.656
			F	3	2	91	8	150	38.315
			F	3	6	90	8	188	500.000
			F	3	6	99	8	188	86.380
			F	4	2	90	8	100	4.335.146
			F	4	2	90	8	150	2.914.197
			F	4	2	90	8	163	59.450
			F	4	6	90	8	188	150.000
			F	4	6	99	8	188	72.800
5012 20RL 0032	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo Estudante matriculado(unidade) 37001								23.418.308
			F	3	2	90	8	100	19.121.216
			F	3	2	90	8	150	3.045.511
			F	3	2	91	8	100	17.200
			F	4	2	90	8	150	1.134.381
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Estudante matriculado(unidade) 54655		F	4	6	90	8	188	100.000
									43.298.950
			F	3	2	90	8	100	37.722.596
			F	3	2	90	8	150	3.270.390
			F	3	2	91	8	100	226.142
			F	3	6	90	8	188	1.153.000
			F	4	2	90	8	100	197.250
			F	4	2	90	8	150	42.572
			F	4	6	90	8	188	687.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 20RL 0035	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo								32.604.469
	Estudante matriculado(unidade) 50100		F	3	2	90	8	100	27.387.368
			F	3	2	90	8	150	1.057.409
			F	3	2	91	8	100	1.168
			F	3	6	90	8	188	1.659.000
			F	4	2	90	8	100	1.869.538
			F	4	6	90	8	188	629.986
5012 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná								20.580.688
	Estudante matriculado(unidade) 33974		F	3	2	90	8	100	14.913.489
			F	3	2	90	8	150	1.658.756
			F	3	2	90	8	180	13.884
			F	3	2	90	8	181	747.855
			F	3	2	91	8	100	7.731
			F	3	6	90	8	188	400.000
			F	4	2	90	8	100	2.838.973
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina								35.501.586
	Estudante matriculado(unidade) 65089		F	3	2	90	8	100	32.607.221
			F	3	2	90	8	150	992.447
			F	3	2	91	8	100	857.833
			F	4	2	90	8	100	1.044.085
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul								45.381.676
	Estudante matriculado(unidade) 58512		F	3	2	90	8	100	40.776.825
			F	3	2	90	8	150	1.530.320
			F	3	2	91	8	100	199.139
			F	3	6	90	8	188	1.250.000
			F	4	2	90	8	100	752.450
			F	4	2	90	8	150	708.342
			F	4	2	90	8	163	14.600
			F	4	6	90	8	188	150.000
5012 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso								20.945.996
	Estudante matriculado(unidade) 21274		F	3	2	90	8	100	17.708.217
			F	3	2	90	8	150	848.685
			F	3	2	90	8	180	11.141
			F	3	2	91	8	100	137.280
			F	3	2	91	8	150	25.000
			F	3	2	91	8	180	113
			F	4	2	90	8	100	680.560
			F	4	2	90	8	150	735.000
			F	4	2	90	8	163	800.000
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás								28.951.163
	Estudante matriculado(unidade) 35222		F	3	2	90	8	100	25.252.294
			F	3	2	90	8	150	2.095.320
			F	3	2	91	8	100	121.101
			F	3	2	91	8	150	12.789
			F	4	2	90	8	100	1.469.659
5012 20RL 0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal								18.499.815
	Estudante matriculado(unidade) 15686		F	3	2	30	8	100	381.728
			F	3	2	90	8	100	9.224.752
			F	3	2	90	8	150	98.235
			F	3	6	99	8	188	150.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			F	3	7	30	8	100	840.149
			F	3	7	30	8	188	7.000.000
			F	4	2	90	8	100	804.951
5012 20RL 0054	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul								8.132.956
	Estudante matriculado(unidade) 12000		F	3	2	90	8	100	8.110.026
			F	3	2	90	8	150	22.930
5012 20RL 0269	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Belém - PA								60.000
	Estudante matriculado(unidade) 150		F	3	6	90	8	188	60.000
5012 20RL 1023	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Canindé - CE								300.000
	Estudante matriculado(unidade) 2		F	3	6	90	8	188	300.000
5012 20RL 2947	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Poços de Caldas - MG								100.000
	Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	100.000
5012 20RL 7015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Pirapora - No Estado de Minas Gerais								100.000
	Estudante matriculado(unidade) 50		F	3	6	90	8	188	100.000
5012 20RL 7016	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Instituto Federal do Sul de Minas - No Estado de Minas Gerais								2.000.000
	Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	2.000.000
5012 20RL 7017	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Novo Paraíso. - No Estado de Roraima								106.900
	Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	106.900
5012 20RL 7018	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus Sapucaia - No Município de Porto Alegre - RS								345.600
	Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	293.600
			F	4	6	90	8	188	52.000
5012 20RL 7019	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - IFRJ - No Estado do Rio de Janeiro								639.986
	Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	439.986
			F	4	6	90	8	188	200.000
5012 20RL 7020	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus de Santa Inês - No Estado da Bahia								100.000
	Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	100.000
5012 20RL 7021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Campus de Tupã - No Município de Tupã - SP								129.986
	Estudante matriculado(unidade) 1		F	4	6	90	8	188	129.986
5012 21B3	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							13.275.682
5012 21B3 0001	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional								6.420.095
	Iniciativa apoiada(unidade) 4		F	3	2	90	8	100	6.420.095
5012 21B3 0012	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre								210.545
	Iniciativa apoiada(unidade) 200		F	3	2	90	8	100	210.545
5012 21B3 0022	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí								101.862
	Iniciativa apoiada(unidade) 6		F	3	2	90	8	100	101.862

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 21B3 0023	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará Iniciativa apoiada(unidade) 63	12 363	F	3	2	90	8	100	367.578 367.578
5012 21B3 0029	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia Iniciativa apoiada(unidade) 264		F	3	2	90	8	100	310.253 310.253
5012 21B3 0031	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Iniciativa apoiada(unidade) 1303		F	3	2	90	8	100	3.537.352 2.664.085
			F	4	2	90	8	100	873.267
5012 21B3 0032	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo Iniciativa apoiada(unidade) 300		F	3	2	90	8	100	195.520 195.520
5012 21B3 0033	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Iniciativa apoiada(unidade) 182		F	3	2	90	8	100	655.697 655.697
5012 21B3 0041	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná Iniciativa apoiada(unidade) 359		F	3	2	90	8	100	610.296 459.317
			F	4	2	90	8	100	150.979
5012 21B3 0043	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul Iniciativa apoiada(unidade) 150		F	3	2	90	8	100	334.257 240.257
			F	4	2	90	8	100	94.000
5012 21B3 0052	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás Iniciativa apoiada(unidade) 530		F	3	2	90	8	100	297.603 259.942
			F	3	2	91	8	100	1.127
			F	4	2	90	8	100	36.534
5012 21B3 0054	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul Iniciativa apoiada(unidade) 10		F	3	2	90	8	100	234.624 234.624
5012 21B4	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica								93.907.291
5012 21B4 0001	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - Nacional Estudante matriculado(unidade) 81512		F	3	2	90	8	108	93.107.291 93.107.291
5012 21B4 0011	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Rondônia Estudante matriculado(unidade) 500		F	3	6	30	8	188	100.000 100.000
5012 21B4 0035	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de São Paulo Estudante matriculado(unidade) 2		F	4	6	99	8	188	200.000 200.000
5012 21B4 0041	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado do Paraná Estudante matriculado(unidade) 1		F	4	6	30	8	188	400.000 400.000
5012 21B4 1607	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Carpina - PE Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	40	8	188	100.000 100.000
5012 219U	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							13.456.379
5012 219U 0001	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional Instituição apoiada(unidade) 12		F	3	2	90	8	100	3.802.864 3.802.864

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 219U 0021	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão								250.000
	Instituição apoiada(unidade) 1		F	4	6	90	8	188	250.000
5012 219U 0029	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia								6.773.181
	Instituição apoiada(unidade) 10		F	3	2	90	8	100	1.500.000
			F	3	2	90	8	188	1.500.000
			F	3	7	90	8	100	404.333
			F	3	7	90	8	188	3.368.848
5012 219U 7004	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes - No Estado do Pará								2.630.334
	Instituição apoiada(unidade) 10		F	4	7	90	8	100	281.866
			F	4	7	90	8	188	2.348.468
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								6.207.344.222
	Projeto								134.954.010
5013 15R3	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							133.544.569
5013 15R3 0001	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional								122.582.461
	Projeto apoiado(unidade) 127		F	4	2	90	8	186	122.582.461
5013 15R3 0025	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba								2.650.000
	Projeto apoiado(unidade) 4		F	4	6	90	8	188	2.650.000
5013 15R3 0041	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná								750.000
	Projeto apoiado(unidade) 2		F	4	6	90	8	188	250.000
			F	4	6	99	8	188	500.000
5013 15R3 0054	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul								350.000
	Projeto apoiado(unidade) 10		F	3	6	90	8	188	350.000
5013 15R3 7001	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Tocantins								7.212.108
	Projeto apoiado(unidade) 10		F	4	2	90	8	188	1.500.000
			F	4	7	90	8	100	612.108
			F	4	7	90	8	188	5.100.000
5013 152X	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior	12 364							94.000
5013 152X 0001	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior - Nacional								94.000
	Instituição apoiada(unidade) 1		F	4	2	90	8	100	94.000
5013 7XE1	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional	12 364							1.315.441
5013 7XE1 0033	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional - No Estado do Rio de Janeiro								1.315.441
	Projeto apoiado(unidade) 1		F	4	2	90	8	100	1.115.441
			F	4	6	90	8	188	200.000
	Operação Especial								2.205.660.749
5013 00P1	Apoio à Residência em Saúde	12 364							518.526.992
5013 00P1 0001	Apoio à Residência em Saúde - Nacional								518.526.992
	Bolsa concedida(unidade) 10800		S	3	2	90	8	142	401.091.890
			S	3	2	90	8	151	31.001.838
			S	3	2	91	8	151	108.000
			S	3	2	91	8	186	86.325.264
5013 00QC	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos	12 364							90.234.877
5013 00QC 0001	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos - Nacional								85.916.000
	Bolsa concedida(unidade) 22325		S	3	2	90	8	151	85.916.000
5013 00QC 0043	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos - No Estado do Rio Grande do Sul								4.318.877
	Bolsa concedida(unidade) 142		S	3	2	90	8	151	4.318.877

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 00QH	Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies)	12 364							155.400.000
5013 00QH 0001	Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) - Nacional								155.400.000
	Bolsa concedida(unidade) 9871		F	3	2	91	8	144	155.400.000
5013 0048	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais	12 364							87.946.677
5013 0048 0020	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Na Região Nordeste								150.000
	Entidade apoiada(unidade) 1		F	4	6	30	8	188	150.000
5013 0048 0021	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Maranhão								500.000
	Entidade apoiada(unidade) 2		F	3	6	99	8	188	200.000
			F	4	6	30	8	188	300.000
5013 0048 0022	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Piauí								500.000
	Entidade apoiada(unidade) 3		F	4	6	30	8	188	500.000
5013 0048 0024	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Rio Grande do Norte								1.386.000
	Entidade apoiada(unidade) 13		F	4	6	30	8	188	1.136.000
			F	4	6	99	8	188	250.000
5013 0048 0025	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado da Paraíba								250.000
	Entidade apoiada(unidade) 2		F	3	6	99	8	188	250.000
5013 0048 0026	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Pernambuco								500.000
	Entidade apoiada(unidade) 3		F	3	6	99	8	188	100.000
			F	4	6	30	8	188	400.000
5013 0048 0027	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Alagoas								300.000
	Entidade apoiada(unidade) 5		F	4	6	99	8	188	300.000
5013 0048 0029	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado da Bahia								7.973.181
	Entidade apoiada(unidade) 11		F	3	2	30	8	100	2.000.000
			F	3	2	30	8	188	1.500.000
			F	3	7	30	8	100	404.333
			F	3	7	30	8	188	3.368.848
			F	4	6	30	8	188	700.000
5013 0048 0031	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Minas Gerais								100.000
	Entidade apoiada(unidade) 1		F	3	6	30	8	188	56.000
			F	4	6	30	8	188	44.000
5013 0048 0033	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Rio de Janeiro								3.050.000
	Entidade apoiada(unidade) 5		F	3	6	30	8	188	1.000.000
			F	4	6	30	8	188	2.050.000
5013 0048 0035	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de São Paulo								2.821.000
	Entidade apoiada(unidade) 5		F	3	6	30	8	188	825.000
			F	3	6	99	8	188	100.000
			F	4	6	30	8	188	1.896.000
5013 0048 0041	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Paraná								950.000
	Entidade apoiada(unidade) 5		F	4	6	30	8	188	350.000
			F	4	6	99	8	188	600.000
5013 0048 0042	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Santa Catarina								250.000
	Entidade apoiada(unidade) 1		F	3	6	99	8	188	250.000
5013 0048 0043	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado do Rio Grande do Sul								800.000
	Entidade apoiada(unidade) 1		F	3	6	30	8	188	800.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 0048 0051	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Mato Grosso Entidade apoiada(unidade)	1	F	3	6	30	8	188	200.000 200.000
5013 0048 0052	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - No Estado de Goiás Entidade apoiada(unidade)	8	F	4	6	30	8	188	1.600.000 600.000
			F	4	6	99	8	188	1.000.000
5013 0048 7001	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - No Estado do Rio de Janeiro Entidade apoiada(unidade)	1	F	3	6	30	8	188	840.000 500.000
			F	3	6	99	8	188	340.000
5013 0048 7009	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) - No Estado do Rio Grande do Norte Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	6	30	8	188	100.000 100.000
5013 0048 7013	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) - No Estado do Maranhão Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	6	30	8	188	500.000 500.000
5013 0048 7014	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) - No Estado da Paraíba Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	6	30	8	188	100.000 100.000
5013 0048 7018	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade do Estado do Amapá (UEAP) - No Estado do Amapá Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	7	30	8	100	15.680.297 1.680.297
			F	4	7	30	8	188	14.000.000
5013 0048 7023	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - No Estado de São Paulo Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	7	30	8	100	5.460.509 585.147
			F	4	7	30	8	188	4.875.362
5013 0048 7025	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Regional do Cariri (URCA) - No Estado do Ceará Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	6	30	8	188	200.000 200.000
5013 0048 7027	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) - No Estado do Rio Grande do Sul Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	7	30	8	100	4.480.085 480.085
			F	4	7	30	8	188	4.000.000
5013 0048 7028	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - UERJ - No Estado do Rio de Janeiro Entidade apoiada(unidade)	1	F	3	6	30	8	188	600.000 600.000
5013 0048 7029	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB - No Estado de Santa Catarina Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	6	40	8	188	300.000 300.000
5013 0048 7030	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) - Campus de Franca - No Estado de São Paulo Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	6	30	8	188	250.000 250.000
5013 0048 7031	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Hospital Universitário Oswaldo Cruz - No Estado de Pernambuco Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	6	30	8	188	500.000 500.000
5013 0048 7032	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade de São Paulo (USP) - Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária - No Município de São Paulo - SP Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	6	30	8	188	600.000 600.000
5013 0048 7033	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual do Maranhão - No Estado do Maranhão Entidade apoiada(unidade)	1	F	4	2	30	8	188	1.500.000 1.500.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 0048 7034	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - No Estado de Mato Grosso do Sul								5.500.000
	Entidade apoiada(unidade) 1		F	3	7	30	8	188	1.000.000
			F	4	2	30	8	188	1.500.000
			F	4	7	30	8	188	3.000.000
5013 0048 7035	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) - No Estado do Tocantins								5.420.074
	Entidade apoiada(unidade) 1		F	4	2	30	8	188	1.500.000
			F	4	7	30	8	100	420.074
			F	4	7	30	8	188	3.500.000
5013 0048 7036	Apoio a Entidades de Ensino Superior Não Federais - Na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) - No Estado do Amazonas								24.585.531
	Entidade apoiada(unidade) 1		F	3	7	30	8	100	420.074
			F	3	7	30	8	188	3.500.000
			F	4	7	30	8	100	2.214.506
			F	4	7	30	8	188	18.450.951
5013 0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior	12 364							1.353.552.203
5013 0487 0001	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior - Nacional								1.353.552.203
	Bolsa concedida(unidade) 97414		F	3	2	30	8	100	11.117.635
			F	3	2	90	8	100	125.855.618
			F	3	2	90	8	108	1.216.578.950
Atividade									3.866.729.463
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							296.582.499
5013 20GK 0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional								46.308.961
	Iniciativa apoiada(unidade) 1726		F	3	2	90	8	100	33.173.961
			F	3	6	90	8	188	500.000
			F	3	6	99	8	188	415.000
			F	4	2	90	8	100	2.820.000
			S	3	2	90	8	151	6.580.000
			S	4	2	90	8	151	2.820.000
5013 20GK 0011	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Rondônia								77.555
	Iniciativa apoiada(unidade) 2		F	3	2	90	8	100	77.555
5013 20GK 0012	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Acre								1.637.111
	Iniciativa apoiada(unidade) 2		F	3	2	90	8	100	737.111
			F	3	6	90	8	188	900.000
5013 20GK 0013	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amazonas								2.295.608
	Iniciativa apoiada(unidade) 300		F	3	2	90	8	100	2.295.608
5013 20GK 0014	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Roraima								794.928
	Iniciativa apoiada(unidade) 122		F	3	2	90	8	100	494.928
			F	3	6	90	8	188	300.000
5013 20GK 0015	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará								4.547.455
	Iniciativa apoiada(unidade) 258		F	3	2	90	8	100	1.057.455
			F	3	6	90	8	188	3.490.000
5013 20GK 0016	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amapá								3.914.768
	Iniciativa apoiada(unidade) 175		F	3	2	90	8	100	664.768
			F	3	6	90	8	188	3.050.000
			F	4	6	90	8	188	200.000
5013 20GK 0017	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Tocantins								925.418
	Iniciativa apoiada(unidade) 22		F	3	2	90	8	100	25.418
			F	3	6	90	8	188	400.000
			F	4	6	90	8	188	500.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20GK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste Iniciativa apoiada(unidade)	327	F	3	2	90	8	100	1.120.485 1.120.485
5013 20GK 0021	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Maranhão Iniciativa apoiada(unidade)	113	F	3	2	90	8	100	1.692.093 392.093
			F	3	2	90	8	150	1.250.000
			F	4	2	90	8	150	50.000
5013 20GK 0022	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Piauí Iniciativa apoiada(unidade)	650	F	3	2	90	8	100	1.432.772 1.432.772
5013 20GK 0023	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará Iniciativa apoiada(unidade)	480	F	3	2	90	8	100	4.023.740 2.231.520
			F	3	2	90	8	150	1.552.220
			F	4	2	90	8	150	240.000
5013 20GK 0024	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Norte Iniciativa apoiada(unidade)	2005	F	3	2	90	8	100	1.040.654 839.840
			F	3	2	91	8	100	14.906
			F	3	6	90	8	188	100.000
			F	4	2	90	8	100	85.908
5013 20GK 0025	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Paraíba Iniciativa apoiada(unidade)	2	F	3	2	90	8	100	39.104 39.104
5013 20GK 0026	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Pernambuco Iniciativa apoiada(unidade)	27	F	3	2	90	8	100	3.255.986 1.517.506
			F	3	2	90	8	181	526.000
			F	3	2	91	8	100	12.480
			F	3	6	90	8	188	1.200.000
5013 20GK 0027	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Alagoas Iniciativa apoiada(unidade)	1	F	3	2	90	8	100	35.194 35.194
5013 20GK 0028	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Sergipe Iniciativa apoiada(unidade)	1954	F	3	2	90	8	100	478.208 78.208
			F	3	2	90	8	150	400.000
5013 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia Iniciativa apoiada(unidade)	2168	F	3	2	90	8	100	4.171.330 3.089.035
			F	3	2	90	8	150	200.000
			F	3	2	91	8	100	26.283
			F	3	6	90	8	188	300.000
			F	4	2	90	8	100	556.012
5013 20GK 0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais Iniciativa apoiada(unidade)	24	F	3	2	50	8	100	81.893.482 29.526
			F	3	2	90	8	100	7.676.910
			F	3	2	90	8	150	58.947.908
			F	3	2	91	8	100	6.919
			F	3	2	91	8	150	8.406.316
			F	3	6	90	8	188	5.365.564
			F	3	6	99	8	188	200.000
			F	4	2	50	8	100	38.664
			F	4	2	90	8	100	394.449
			F	4	6	90	8	188	577.226
			F	4	6	99	8	188	250.000
5013 20GK 0032	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo Iniciativa apoiada(unidade)	716	F	3	2	90	8	100	8.684.410 1.387.410
			F	3	2	90	8	150	6.500.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro Iniciativa apoiada(unidade) 2418		F	3	6	90	8	188	300.000
			F	4	2	90	8	100	47.000
			F	4	2	90	8	150	350.000
			F	4	6	90	8	188	100.000
									85.355.860
			F	3	2	90	8	100	11.872.800
			F	3	2	90	8	188	1.500.000
			F	3	6	90	8	188	35.979.071
			F	3	6	99	8	188	2.000.000
			F	3	7	90	8	100	3.528.624
			F	3	7	90	8	188	29.400.000
			F	4	2	90	8	100	75.915
			F	4	6	90	8	188	999.450
									950.807
			F	3	2	90	8	100	649.143
			F	3	2	91	8	100	1.664
			F	3	6	99	8	188	300.000
5013 20GK 0035	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de São Paulo Iniciativa apoiada(unidade) 283		F	3	2	90	8	100	649.143
			F	3	2	91	8	100	1.664
			F	3	6	99	8	188	300.000
5013 20GK 0040	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Sul Iniciativa apoiada(unidade) 129		F	3	2	90	8	100	254.176
			F	3	6	90	8	188	200.000
									454.176
5013 20GK 0041	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Paraná Iniciativa apoiada(unidade) 25		F	3	2	90	8	100	1.870.798
			F	3	6	90	8	188	750.000
			F	4	2	90	8	100	8.501
									2.629.299
5013 20GK 0042	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Santa Catarina Iniciativa apoiada(unidade) 19101		F	3	2	90	8	100	1.855.485
			F	3	2	90	8	150	14.002.000
			F	3	2	91	8	150	80.000
			F	3	6	90	8	188	150.000
									16.087.485
5013 20GK 0043	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul Iniciativa apoiada(unidade) 4258		F	3	2	90	8	100	3.819.980
			F	3	2	90	8	150	1.800.726
			F	3	2	91	8	100	12.480
			F	3	2	91	8	150	20.000
			F	3	6	90	8	188	1.380.000
			F	4	6	90	8	188	450.000
									7.483.186
5013 20GK 0051	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso Iniciativa apoiada(unidade) 3		F	3	2	90	8	100	15.642
			F	3	6	90	8	188	1.910.000
									1.925.642
5013 20GK 0052	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Goiás Iniciativa apoiada(unidade) 9		F	3	2	90	8	100	1.417.820
			F	3	2	90	8	150	25.600
			F	3	6	50	8	188	100.000
									1.543.420
5013 20GK 0053	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Distrito Federal Iniciativa apoiada(unidade) 10		F	3	2	90	8	100	763.009
			F	3	2	91	8	100	357
			F	3	6	90	8	188	2.300.000
			F	3	6	99	8	188	1.180.000
			F	4	6	99	8	188	30.000
									4.273.366
5013 20GK 0054	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso do Sul Iniciativa apoiada(unidade) 50		F	3	2	90	8	100	3.924
									725.003

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1.00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
			F	3	2	90	8	150	564.295
			F	3	2	90	8	181	60.000
			F	4	2	90	8	100	29.416
			F	4	2	90	8	150	67.368
5013 20GK 0269	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Belém - PA Iniciativa apoiada(unidade) 8		F	3	6	90	8	188	700.000
5013 20GK 1088	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Juazeiro do Norte - CE Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	500.000
5013 20GK 1287	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Pura - RN Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	4	6	40	8	188	100.000
5013 20GK 2408	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Belo Horizonte - MG Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	150.000
5013 20GK 2582	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Diamantina - MG Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	100.000
5013 20GK 2779	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Lavras - MG Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	150.000
5013 20GK 2842	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Montes Claros - MG Iniciativa apoiada(unidade) 2		F	3	6	90	8	188	284.993
5013 20GK 3072	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de São João del Rei - MG Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	100.000
			F	4	6	90	8	188	80.000
			F	4	6	90	8	188	20.000
5013 20GK 3166	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município de Uberlândia - MG Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	100.000
5013 20GK 3341	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Município do Rio de Janeiro - RJ Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	850.000
5013 20GK 7000	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (InEAC) - No Estado do Rio de Janeiro Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	400.000
5013 20GK 7009	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Programa de Pós-Graduação em Artes da Cena (PPGAC) e Núcleo de Mediação de Conflitos (NUMEC) - No Estado do Rio de Janeiro Iniciativa apoiada(unidade) 2		F	3	6	90	8	188	500.000
5013 20GK 7010	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Observatório da Reforma Agrária. - No Estado de Santa Catarina Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	500.000
5013 20GK 7011	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Escola de Música - Nacional Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	200.000
5013 20GK 7012	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Núcleo de Pesquisa Aplicada Interdisciplinaridade. - No Estado do Rio de Janeiro Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	500.000
5013 20GK 7013	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Graduação em Áreas Quilombola. - No Estado do Amapá Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	1.350.000
5013 20GK 7014	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Campus Atarrado - No Município de Volta Redonda - RJ Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	300.000
			F	4	6	90	8	188	200.000
			F	4	6	90	8	188	100.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							2.026.615.756

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20RK 0001	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Nacional Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	99	8	188	100.000 100.000
5013 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia Estudante matriculado(unidade) 11150		F	3	2	90	8	100	15.597.843 8.029.553
			F	3	2	90	8	150	596.147
			F	3	2	90	8	180	2.564
			F	3	2	91	8	100	1.040.000
			F	4	2	90	8	100	371.106
			F	4	2	90	8	163	69.302
			F	4	7	90	8	100	588.220
			F	4	7	90	8	188	4.900.951
5013 20RK 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre Estudante matriculado(unidade) 10402		F	3	2	90	8	100	12.841.592 9.580.580
			F	3	2	91	8	100	815.518
			F	3	6	90	8	188	1.650.000
			F	4	2	90	8	100	189.856
			F	4	2	90	8	150	605.638
5013 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas Estudante matriculado(unidade) 30112		F	3	2	90	8	100	30.895.283 21.546.824
			F	3	2	90	8	150	1.405.244
			F	3	2	90	8	180	104.685
			F	3	2	90	8	181	1.888.027
			F	3	2	91	8	100	2.085.067
			F	3	2	91	8	150	25.635
			F	4	2	90	8	100	2.609.815
			F	4	6	90	8	188	1.229.986
5013 20RK 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima Estudante matriculado(unidade) 8691		F	3	2	90	8	100	9.315.140 7.948.633
			F	3	2	90	8	150	219.055
			F	3	6	90	8	188	500.000
			F	4	2	90	8	100	297.452
			F	4	6	90	8	188	350.000
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará Estudante matriculado(unidade) 7727		F	3	2	50	8	100	95.890.381 519
			F	3	2	90	8	100	68.734.297
			F	3	2	90	8	150	18.841.805
			F	3	2	90	8	180	211.642
			F	3	2	90	8	181	4.878.039
			F	3	2	91	8	100	254.481
			F	4	2	90	8	100	208.930
			F	4	2	90	8	150	1.270.043
			F	4	2	90	8	181	1.490.625
5013 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá Estudante matriculado(unidade) 9810		F	3	2	90	8	100	8.798.380 7.290.092
			F	3	2	90	8	150	640.278
			F	3	2	90	8	180	17.145
			F	3	2	91	8	100	565.744
			F	3	2	91	8	150	30.000
			F	4	2	90	8	163	55.121
			F	4	6	90	8	188	200.000
5013 20RK 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins Estudante matriculado(unidade) 20031		F	3	2	90	8	100	23.846.761 13.842.674
			F	3	2	90	8	150	5.405.134

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste Estudante matriculado(unidade) 15727		F	3	2	91	8	100	1.517.157
			F	3	6	90	8	188	3.039.993
			F	4	2	90	8	163	41.803
									20.811.569
			F	3	2	90	8	100	17.405.245
			F	3	2	90	8	150	1.232.751
			F	3	2	91	8	100	637.933
5013 20RK 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão Estudante matriculado(unidade) 23347		F	4	2	90	8	100	1.535.640
									29.824.417
			F	3	2	90	8	100	21.122.355
			F	3	2	90	8	150	4.321.143
			F	3	2	90	8	180	14.250
			F	3	2	90	8	181	407.647
			F	3	2	90	8	188	750.000
5013 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí Estudante matriculado(unidade) 23000		F	3	2	91	8	100	2.356.302
			F	3	2	91	8	150	20.000
			F	4	2	90	8	100	82.720
			F	4	2	90	8	188	750.000
									28.801.155
			F	3	2	90	8	100	16.998.053
			F	3	2	90	8	150	7.120.817
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará Estudante matriculado(unidade) 34591		F	3	2	91	8	100	1.862.285
			F	4	2	90	8	100	2.820.000
									34.116.260
			F	3	2	90	8	100	26.743.385
			F	3	2	90	8	150	4.093.941
			F	3	2	91	8	100	330.590
			F	3	6	90	8	188	450.000
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte Estudante matriculado(unidade) 50345		F	4	2	90	8	100	2.093.380
			F	4	2	90	8	150	164.270
			F	4	2	90	8	163	240.694
									77.064.410
			F	3	2	90	8	100	56.432.561
			F	3	2	90	8	150	902.704
			F	3	2	91	8	100	149.178
5013 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba Estudante matriculado(unidade) 55705		F	3	2	91	8	150	16.000
			F	3	6	90	8	188	300.000
			F	4	2	90	8	100	4.884.985
			F	4	2	90	8	150	12.378.982
			F	4	6	90	8	188	2.000.000
									48.482.108
			F	3	2	90	8	100	40.137.499
5013 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco Estudante matriculado(unidade) 51756		F	3	2	90	8	150	2.008.602
			F	3	2	91	8	100	65.850
			F	4	2	90	8	100	6.270.157
									112.319.756
			F	3	2	90	8	100	56.149.870
			F	3	2	90	8	150	13.105.601
			F	3	2	90	8	180	5.687

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Recursos de todas as fontes:											
Programática	Programa/Ação/Produto/Localização		Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
5013 20RK 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas	Estudante matriculado(unidade) 35000	F	4	2	90	8	100	12.062.189		
			F	4	2	90	8	150	2.521.490		
			F	4	2	90	8	188	1.500.000		
			F	4	6	90	8	188	250.000		
			F	4	7	90	8	100	1.110.197		
			F	4	7	90	8	188	9.250.000		
			F	4	9	90	8	144	15.000.000		
											22.222.019
			F	3	2	90	8	100	19.118.181		
			F	3	2	90	8	150	2.377.034		
5013 20RK 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe	Estudante matriculado(unidade) 29565	F	3	2	91	8	100	56.804		
			F	4	2	90	8	100	470.000		
			F	4	2	90	8	150	200.000		
											24.084.509
			F	3	2	90	8	100	19.798.435		
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	Estudante matriculado(unidade) 58710	F	3	2	90	8	150	2.414.074		
			F	3	2	91	8	100	1.872.000		
											80.647.966
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	Estudante matriculado(unidade) 46263	F	3	2	90	8	100	49.794.987		
			F	3	2	90	8	142	51.485		
			F	3	2	90	8	150	19.641.090		
			F	3	2	90	8	180	4.365		
			F	3	2	91	8	100	642.081		
			F	3	2	91	8	150	500.000		
			F	3	6	90	8	188	700.000		
			F	4	2	90	8	100	6.834.940		
			F	4	2	90	8	150	2.199.018		
			F	4	6	90	8	188	280.000		
5013 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo	Estudante matriculado(unidade) 23000									324.843.786
			F	3	2	50	8	100	2.105.393		
			F	3	2	50	8	150	1.193.591		
			F	3	2	90	8	100	177.094.205		
			F	3	2	90	8	142	62.736		
			F	3	2	90	8	150	87.076.918		
			F	3	2	90	8	180	303.687		
			F	3	2	90	8	181	2.311.342		
			F	3	2	91	8	100	7.729.642		
			F	3	2	91	8	150	669.698		
			F	3	6	90	8	188	500.000		
			F	3	6	99	8	188	100.000		
			F	3	7	90	8	100	1.680.297		
			F	3	7	90	8	188	14.000.000		
			F	4	2	90	8	100	24.363.612		
			F	4	2	90	8	150	4.538.172		
			F	4	2	90	8	163	75.970		
F	4	2	90	8	180	1.038.523					
								40.800.647			
F	3	2	90	8	100	20.505.477					
F	3	2	90	8	150	16.742.335					
F	3	2	90	8	180	226.061					
F	3	2	91	8	100	77.924					
F	4	2	90	8	100	2.223.100					
F	4	2	90	8	150	752.000					
F	4	2	90	8	163	273.750					

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro Estudante matriculado(unidade) 172982		F	3	2	90	8	100	185.956.592 97.973.058
			F	3	2	90	8	150	66.968.242
			F	3	2	91	8	100	1.652.895
			F	3	6	90	8	188	5.098.851
			F	4	2	90	8	100	11.418.792
			F	4	2	90	8	150	1.762.748
			F	4	2	90	8	163	62.262
			F	4	6	90	8	188	1.019.744
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo Estudante matriculado(unidade) 58296		F	3	2	90	8	100	105.941.293 45.758.158
			F	3	2	90	8	142	200.000
			F	3	2	90	8	150	15.617.675
			F	3	2	91	8	100	2.516.570
			F	3	6	90	8	188	1.475.000
			F	4	2	90	8	100	1.725.067
			F	4	2	90	8	150	800.000
			F	4	6	90	8	188	6.575.000
			F	4	7	90	8	100	3.351.296
			F	4	7	90	8	188	27.922.527
5013 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul Estudante matriculado(unidade) 9783		F	3	2	90	8	100	14.252.829 12.940.914
			F	3	2	90	8	150	289.658
			F	3	2	90	8	180	5.529
			F	3	2	90	8	181	46.080
			F	3	2	91	8	100	209.248
			F	4	2	90	8	100	761.400
5013 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná Estudante matriculado(unidade) 38245		F	3	2	50	8	100	130.960.400 195.520
			F	3	2	50	8	150	6.000.000
			F	3	2	50	8	180	200.000
			F	3	2	50	8	181	500.000
			F	3	2	90	8	100	81.433.603
			F	3	2	90	8	150	16.466.826
			F	3	2	90	8	180	530.000
			F	3	2	90	8	181	7.847.345
			F	3	2	91	8	100	193.250
			F	3	2	91	8	150	2.100.000
			F	3	6	90	8	188	440.000
			F	4	2	90	8	100	7.180.059
			F	4	2	90	8	150	5.844.906
			F	4	2	90	8	163	155.774
			F	4	2	90	8	180	213.117
			F	4	6	90	8	188	1.660.000
5013 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina Estudante matriculado(unidade) 42961		F	3	2	90	8	100	58.373.608 35.930.016
			F	3	2	90	8	142	82.225
			F	3	2	90	8	150	10.693.272
			F	3	2	90	8	180	460.893
			F	3	2	91	8	100	235.872
			F	3	2	91	8	150	7.962.230
			F	3	2	91	8	180	1.100
			F	4	2	90	8	150	3.000.000
			F	4	2	90	8	163	8.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul Estudante matriculado(unidade) 28943		F	3	2	50	8	150	165.548.519 6.000.000
			F	3	2	90	8	100	112.655.587
			F	3	2	90	8	150	16.255.539
			F	3	2	90	8	180	370.018
			F	3	2	90	8	181	1.064.000
			F	3	2	90	8	196	981.241
			F	3	2	91	8	100	5.163.110
			F	3	2	91	8	150	1.696.952
			F	3	6	90	8	188	250.000
			F	4	2	90	8	100	13.712.687
			F	4	2	90	8	150	7.075.784
			F	4	2	90	8	163	253.450
			F	4	2	90	8	180	70.151
5013 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso Estudante matriculado(unidade) 22415		F	3	2	90	8	100	35.735.946 27.321.722
			F	3	2	90	8	150	2.185.275
			F	3	2	91	8	100	2.185.317
			F	4	2	90	8	100	4.043.632
5013 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás Estudante matriculado(unidade) 29636		F	3	2	90	8	100	37.527.162 22.272.182
			F	3	2	90	8	150	10.196.095
			F	3	2	91	8	100	83.935
			F	3	2	91	8	150	294.500
			F	3	6	90	8	188	600.000
			F	3	6	99	8	188	500.000
			F	4	2	90	8	100	3.230.450
			F	4	2	90	8	150	350.000
5013 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal Estudante matriculado(unidade) 62000		F	3	2	30	8	100	203.144.099 381.728
			F	3	2	50	8	150	20.285
			F	3	2	90	8	100	30.890.251
			F	3	2	90	8	150	66.194.495
			F	3	2	90	8	180	215.815
			F	3	2	91	8	100	4.186.797
			F	3	2	91	8	150	4.208.051
			F	3	6	90	8	188	500.000
			F	3	7	30	8	100	4.284.872
			F	3	7	30	8	188	35.700.956
			F	4	2	90	8	100	4.870.134
			F	4	2	90	8	150	16.965.509
			F	4	2	90	8	163	22.608.146
			F	4	7	90	8	100	1.298.461
			F	4	7	90	8	188	10.818.599
5013 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul Estudante matriculado(unidade) 27375		F	3	2	90	8	100	42.591.626 29.292.495
			F	3	2	90	8	150	4.212.711
			F	3	2	90	8	180	3.999
			F	3	2	91	8	100	2.889.273
			F	4	2	90	8	100	2.871.864
			F	4	2	90	8	150	3.250.795
			F	4	2	90	8	163	70.489
5013 20RK 0513	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Porto Nacional - TO Estudante matriculado(unidade) 1		F	4	6	90	8	188	250.000 250.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20RK 2408	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Belo Horizonte - MG Estudante matriculado(unidade) 1		F	4	6	90	8	188	200.000 200.000
5013 20RK 2762	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Juiz de Fora - MG Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	350.000 350.000
5013 20RK 3341	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município do Rio de Janeiro - RJ Estudante matriculado(unidade) 100		F	3	6	90	8	188	300.000 300.000
5013 20RK 5066	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Santa Maria - RS Estudante matriculado(unidade) 8		F	3	6	99	8	188	219.700 128.700
			F	4	6	99	8	188	91.000
5013 20RK 7003	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Escola de Enfermagem Anna Nery - No Estado do Rio de Janeiro Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	300.000 300.000
5013 20RK 7009	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Campus Zona Leste - No Estado de São Paulo Estudante matriculado(unidade) 100		F	3	6	90	8	188	100.000 100.000
5013 20RK 7010	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Campus Guarulhos - No Município de Guarulhos - SP Estudante matriculado(unidade) 100		F	4	6	90	8	188	300.000 300.000
5013 20RK 7314	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Centro de Biociências do Departamento de Histologia e Embriologia da UFPE - No Estado de Pernambuco Estudante matriculado(unidade) 1		F	4	6	90	8	188	100.000 100.000
5013 20RK 7315	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Escola de Enfermagem Alfredo Pinto - No Estado do Rio de Janeiro Estudante matriculado(unidade) 1		F	4	6	90	8	188	400.000 400.000
5013 20RK 7316	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Custeio das Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão do Projeto de Tratamento do Espectro do Autismo - No Estado do Pará Estudante matriculado(unidade) 40		F	3	6	90	8	188	200.000 200.000
5013 20RK 7317	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Curso de Bacharelado em Gastronomia - No Estado do Ceará Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	100.000 100.000
5013 20RK 7318	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Campus Santana do Livramento - No Estado do Rio Grande do Sul Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	260.000 170.850
			F	4	6	90	8	188	89.150
5013 20RK 7319	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Campus Faculdade de Direito - No Estado do Rio Grande do Sul Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	1.500.000 1.500.000
5013 20RK 7320	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - NUPSEX - Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero do Instituto de Psicologia - Criação e Custeio do Centro de Referência em Direitos Humanos da População LGBTI+ e Vivendo com HIV/Aids de Porto Alegre - No Estado do Rio Grande do Sul Estudante matriculado(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	700.000 700.000
5013 20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	12 302							592.488.596
5013 20RX 0001	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Nacional Unidade apoiada(unidade) 45		S	3	2	90	8	151	501.924.141 385.418.515
			S	4	2	90	8	151	116.205.626
			S	4	6	90	8	188	300.000
5013 20RX 0022	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Piauí Unidade apoiada(unidade) 1		S	4	6	90	8	188	1.550.000 1.550.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20RX 0032	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Espírito Santo								489.992
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	4	6	90	8	188	489.992
5013 20RX 0041	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Paraná								150.000
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	4	6	90	8	188	150.000
5013 20RX 0043	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado do Rio Grande do Sul								11.753.414
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	4	2	90	8	150	3.464.709
			S	4	2	90	8	151	7.381.211
			S	4	2	90	8	163	907.494
5013 20RX 0052	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Estado de Goiás								250.000
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	4	6	90	8	188	250.000
5013 20RX 1392	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Município de Campina Grande - PB								100.000
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	3	6	90	8	188	100.000
5013 20RX 3341	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - No Município do Rio de Janeiro - RJ								200.000
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	3	6	99	8	188	200.000
5013 20RX 7005	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis (HESFA) - No Município do Rio de Janeiro - RJ								600.000
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	3	6	90	8	188	600.000
5013 20RX 7007	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes (HUCAM) - No Estado do Espírito Santo								300.000
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	4	6	90	8	188	300.000
5013 20RX 7010	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Conclusão do Novo Pronto-socorro do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia - No Estado de Minas Gerais								48.821.008
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	4	2	90	8	144	33.821.008
			S	4	2	90	8	151	6.000.000
			S	4	2	90	8	188	9.000.000
5013 20RX 7013	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Hospital das Clínicas da UFPE - No Estado de Pernambuco								100.000
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	4	6	90	8	188	100.000
5013 20RX 7014	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Instituto de Atenção a Saúde São Francisco de Assis - No Estado do Rio de Janeiro								400.000
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	3	6	90	8	188	400.000
5013 20RX 7015	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Hospital Universitário Julio Bandeira em Cajazeiras - No Estado da Paraíba								200.000
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	4	6	90	8	188	200.000
5013 20RX 7016	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Hospital Universitário da Universidade Federal de São Carlos - Centro de Referência da Mulher - No Estado de São Paulo								700.000
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	3	6	90	8	188	350.000
			S	4	6	90	8	188	350.000
5013 20RX 7017	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Universidade Federal de Alagoas (UFAL) - No Estado de Alagoas								2.896.859
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	4	7	90	8	151	310.427
			S	4	7	90	8	188	2.586.432
5013 20RX 7018	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais - Obras de Recuperação da Fachada do Hospital Universitário Lauro Wanderley - No Município de João Pessoa - PB								22.053.182
	Unidade apoiada(unidade)	1	S	4	2	90	8	188	15.000.000
			S	4	7	90	8	151	755.817
			S	4	7	90	8	188	6.297.365

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 219V	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior	12 364							68.772.332
5013 219V 0001	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Nacional								19.693.228
	Instituição apoiada(unidade) 10		F	3	2	90	8	100	13.807.107
			F	3	8	90	8	188	2.986.121
			F	4	8	90	8	188	2.900.000
5013 219V 0015	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - No Estado do Pará								379.986
	Instituição apoiada(unidade) 1		F	3	6	90	8	188	379.986
5013 219V 0029	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - No Estado da Bahia								21.227.041
	Instituição apoiada(unidade) 12		F	3	2	90	8	100	1.968.875
			F	3	2	90	8	188	1.500.000
			F	3	6	90	8	188	150.000
			F	3	7	90	8	100	1.886.887
			F	3	7	90	8	188	15.721.279
5013 219V 0052	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - No Estado de Goiás								12.140.202
	Instituição apoiada(unidade) 5		F	3	2	90	8	188	1.500.000
			F	3	7	90	8	100	1.140.202
			F	3	7	90	8	188	9.500.000
5013 219V 7002	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Equipamentos e Material Permanente - No Estado do Pará								15.331.875
	Instituição apoiada(unidade) 5		F	4	7	90	8	100	1.642.960
			F	4	7	90	8	188	13.688.915
5013 2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica	12 573							158.630.991
5013 2317 0001	Acesso à Informação Científica e Tecnológica - Nacional								158.630.991
	Acesso realizado(milhar) 110000		F	3	2	90	8	100	150.140.604
			F	3	2	90	8	150	2.003.810
			F	3	2	90	8	180	6.486.577
5013 4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	12 302							373.485.544
5013 4086 0001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Nacional								261.927.394
	Instituição beneficiada(unidade) 31		S	3	2	90	8	150	89.997.135
			S	3	2	90	8	151	105.017.951
			S	3	2	90	8	180	2.135.309
			S	3	8	90	8	100	20.000.000
			S	3	8	90	8	186	10.000.000
			S	4	2	90	8	151	34.776.999
5013 4086 0031	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado de Minas Gerais								100.000
	Instituição beneficiada(unidade) 1		S	3	6	90	8	188	100.000
5013 4086 0033	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio de Janeiro								2.645.000
	Instituição beneficiada(unidade) 1		S	3	6	99	8	188	1.200.000
			S	4	6	90	8	188	1.445.000
5013 4086 0043	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Estado do Rio Grande do Sul								105.813.150
	Instituição beneficiada(unidade) 1		S	3	2	90	8	150	78.084.370
			S	3	2	90	8	151	15.334.888
			S	3	2	90	8	180	393.477
			S	3	2	90	8	181	2.948.960
			S	3	2	91	8	150	5.952.495
			S	3	2	91	8	151	2.948.960
			S	4	6	90	8	188	150.000
5013 4086 1388	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Município de Cajazeiras - PB								250.000
	Instituição beneficiada(unidade) 1		S	4	6	90	8	188	250.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 4086 1392	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Município de Campina Grande - PB Instituição beneficiada(unidade) 1		S	4	6	90	8	188	250.000 250.000
5013 4086 1436	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - No Município de João Pessoa - PB Instituição beneficiada(unidade) 1		S	3	6	90	8	188	100.000 100.000
5013 4086 7000	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho - No Estado do Rio de Janeiro Instituição beneficiada(unidade) 1		S	4	6	90	8	188	400.000 400.000
5013 4086 7001	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Hospital Universitário Onofre Lopes - No Estado do Rio Grande do Norte Instituição beneficiada(unidade) 1		S	4	6	90	8	188	300.000 300.000
5013 4086 7010	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE PERNAMBUCO - No Estado de Pernambuco Instituição beneficiada(unidade) 1		S	4	6	99	8	188	200.000 200.000
5013 4086 7011	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Hospital Universitário Júlio Maria Bandeira de Mello - HUJB-UFCEG - No Município de Cajazeiras - PB Instituição beneficiada(unidade) 1		S	3	6	90	8	188	100.000 100.000
5013 4086 7012	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - IPPMG/UFRJ- Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira para o Projeto de Telemedicina. - No Estado do Rio de Janeiro Instituição beneficiada(unidade) 1		S	3	6	90	8	188	300.000 300.000
5013 4086 7013	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - No Município do Rio de Janeiro - RJ Instituição beneficiada(unidade) 1		S	4	6	90	8	188	600.000 600.000
5013 4086 7014	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais - Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira - Laboratório de Saúde Pública - No Estado do Rio de Janeiro Instituição beneficiada(unidade) 1		S	4	6	90	8	188	500.000 500.000
5013 6344	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior	12 364							473.219
5013 6344 0001	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior - Nacional Ato regulatório publicado(unidade) 800		F	3	2	90	8	100	473.219 456.579
			F	3	2	91	8	100	16.640
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							349.680.526
5013 8282 0011	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia Projeto viabilizado(unidade) 1		F	4	2	90	8	100	768.920 768.920
5013 8282 0012	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre Projeto viabilizado(unidade) 7		F	4	2	90	8	100	4.877.993 2.538.000
			F	4	6	90	8	188	2.339.993
5013 8282 0013	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas Projeto viabilizado(unidade) 11		F	4	2	90	8	100	15.125.478 15.125.478
5013 8282 0014	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima Projeto viabilizado(unidade) 12		F	3	6	90	8	188	3.940.000 547.000
			F	4	2	90	8	100	940.000
			F	4	6	90	8	188	2.453.000
5013 8282 0015	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará Projeto viabilizado(unidade) 6		F	3	6	90	8	188	18.969.425 300.000
			F	4	2	90	8	100	12.144.669
			F	4	2	90	8	142	1.624.756
			F	4	6	90	8	188	4.900.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 8282 0016	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá Projeto viabilizado(unidade)	11	F	3	6	90	8	188	16.270.217 150.000
			F	4	2	90	8	100	1.026.025
			F	4	2	90	8	163	3.937
			F	4	6	90	8	188	1.650.000
			F	4	7	90	8	100	1.440.255
			F	4	7	90	8	188	12.000.000
5013 8282 0017	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	2	90	8	100	3.107.000 1.880.000
			F	4	2	90	8	142	1.227.000
5013 8282 0020	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste Projeto viabilizado(unidade)	1	F	3	2	90	8	100	1.577.409 637.409
			F	4	2	90	8	100	940.000
5013 8282 0021	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão Projeto viabilizado(unidade)	1	F	3	2	90	8	100	1.427.810 1.407.744
			F	4	2	90	8	100	20.066
5013 8282 0022	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí Projeto viabilizado(unidade)	5	F	3	2	90	8	100	4.933.174 4.533.174
			F	4	6	90	8	188	400.000
5013 8282 0023	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará Projeto viabilizado(unidade)	11	F	3	2	90	8	100	18.525.056 14.387.661
			F	3	2	90	8	188	200.000
			F	4	2	90	8	100	1.153.380
			F	4	2	90	8	188	1.300.000
			F	4	6	90	8	188	700.000
			F	4	7	90	8	100	84.015
			F	4	7	90	8	188	700.000
5013 8282 0024	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte Projeto viabilizado(unidade)	8	F	4	6	90	8	188	700.000 700.000
5013 8282 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba Projeto viabilizado(unidade)	47	F	3	2	90	8	100	10.902.409 10.702.409
			F	4	6	90	8	188	200.000
5013 8282 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco Projeto viabilizado(unidade)	6	F	4	2	90	8	100	8.540.000 5.640.000
			F	4	6	90	8	188	2.900.000
5013 8282 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas Projeto viabilizado(unidade)	15	F	3	2	90	8	100	8.709.455 3.349.455
			F	4	2	90	8	100	3.760.000
			F	4	6	99	8	188	1.600.000
5013 8282 0028	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	2	90	8	100	846.000 846.000
5013 8282 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia Projeto viabilizado(unidade)	29	F	3	2	90	8	100	19.497.747 8.529.313
			F	3	2	91	8	100	11.474
			F	4	2	90	8	100	3.606.960
			F	4	2	90	8	142	6.000.000
			F	4	6	90	8	188	1.350.000
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais Projeto viabilizado(unidade)	9	F	3	2	90	8	100	53.616.512 11.797.351

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática			Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor				
5013	8282	0032	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo Projeto viabilizado(unidade)	11	F	3	6	90	8	188	310.000				
					F	4	2	90	8	100	18.864.746				
					F	4	2	90	8	142	14.000.000				
					F	4	2	90	8	150	6.038.901				
					F	4	2	90	8	180	319.893				
					F	4	6	90	8	188	2.035.621				
					F	4	6	99	8	188	250.000				
7.116.350															
5013	8282	0033	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro Projeto viabilizado(unidade)	29	F	4	2	90	8	100	2.591.580				
					F	4	6	90	8	188	220.000				
					F	4	6	99	8	188	2.498.912				
					F	4	7	90	8	100	193.515				
					F	4	7	90	8	188	1.612.343				
					73.790.635										
					5013	8282	0035	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo Projeto viabilizado(unidade)	15	F	3	2	90	8	100
F	3	6	90	8						188	337.110				
F	4	2	90	8						100	1.694.255				
F	4	2	90	8						188	1.500.000				
F	4	6	90	8						188	1.638.628				
F	4	7	90	8						100	1.752.310				
F	4	7	90	8						188	14.600.000				
6.011.075															
5013	8282	0040	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul Projeto viabilizado(unidade)	3	F	3	6	90	8	188	1.200.000				
					F	4	2	90	8	100	3.810.873				
					F	4	2	90	8	150	629.703				
					F	4	2	90	8	163	20.499				
					F	4	6	90	8	188	100.000				
					F	4	6	99	8	188	250.000				
					2.350.000										
5013	8282	0041	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná Projeto viabilizado(unidade)	15	F	4	2	90	8	100	2.350.000				
					F	4	2	90	8	100	5.161.632				
					F	4	2	90	8	150	200.861				
5013	8282	0042	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina Projeto viabilizado(unidade)	17	F	4	6	99	8	188	150.000				
					3.920.000										
					F	4	2	90	8	100	2.820.000				
5013	8282	0043	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul Projeto viabilizado(unidade)	53	F	4	6	90	8	188	1.100.000				
					14.857.038										
					F	3	2	90	8	100	10.055.078				
5013	8282	0051	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso Projeto viabilizado(unidade)	8	F	4	2	90	8	100	3.633.960				
					F	4	2	90	8	100	818.000				
					F	4	2	91	8	100	350.000				
					F	4	6	90	8	188					
					5.251.499										
					F	4	2	90	8	100	1.151.499				
					F	4	6	90	8	188	200.000				
5013	8282	0052	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás Projeto viabilizado(unidade)	3	F	4	7	90	8	188	3.900.000				
					6.071.024										
					F	4	7	90	8	188					
5013	8282	0052	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás Projeto viabilizado(unidade)	3	F	3	2	90	8	100	3.857.651				
					F	4	2	90	8	100	2.093.380				
					F	4	6	90	8	188	119.993				

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 8282 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal Projeto viabilizado(unidade)	2	F	3	2	90	8	100	6.344.486
			F	3	6	90	8	188	5.944.486
									400.000
5013 8282 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul Projeto viabilizado(unidade)	7	F	3	2	90	8	100	12.327.189
			F	3	2	91	8	100	3.767.588
			F	4	2	90	8	100	221
			F	4	2	90	8	188	1.059.380
			F	4	2	90	8	188	1.500.000
			F	4	7	90	8	188	6.000.000
5013 8282 0316	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Marabá - PA Projeto viabilizado(unidade)	2	F	4	6	90	8	188	900.000
5013 8282 1020	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Brejo Santo - CE Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	200.000
5013 8282 1040	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Crato - CE Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	300.000
5013 8282 1987	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Município de Cachoeira - BA Projeto viabilizado(unidade)	1	F	3	6	90	8	188	100.000
5013 8282 7026	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Construção do Campus do Sertão - No Estado de Sergipe Projeto viabilizado(unidade)	4	F	4	2	90	8	188	7.660.117
			F	4	7	90	8	100	1.500.000
			F	4	7	90	8	188	660.117
									5.500.000
5013 8282 7027	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Campus Cajazeiras - No Município de Cajazeiras - PB Projeto viabilizado(unidade)	1	F	4	6	90	8	188	300.000
5013 8282 7029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Reforma do Prédio do CSS/CIATEN - No Estado do Piauí Projeto viabilizado(unidade)	2	F	4	6	90	8	188	1.300.000
									1.300.000
5013 8282 7030	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Investimentos na Área Tecnológica e Reforma do Prédio da Faculdade de Direito - No Estado do Rio Grande do Sul Projeto viabilizado(unidade)	1	F	3	6	90	8	188	750.000
			F	4	6	90	8	188	300.000
									450.000
5013 8282 7031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Reforma da Biblioteca Central (BBC-CCS) - No Estado do Rio de Janeiro Projeto viabilizado(unidade)	1	F	3	6	90	8	188	500.000
			F	4	6	90	8	188	304.688
									195.312
5013 8282 7032	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - UNILAB - No Estado do Ceará Projeto viabilizado(unidade)	5	F	3	2	90	8	188	1.784.015
			F	4	2	90	8	188	500.000
			F	4	2	90	8	188	500.000
			F	4	7	90	8	100	84.015
			F	4	7	90	8	188	700.000
5014	Estatísticas e Avaliações Educacionais								840.780.361
	Atividade								840.780.361
5014 20RM	Exames e Avaliações da Educação Básica	12 368							739.024.892
5014 20RM 0001	Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional Pessoa avaliada(unidade)	17468809	F	3	2	30	8	108	739.024.892
			F	3	2	90	8	100	14.499.362
			F	3	2	90	8	108	84.365.937
			F	3	2	90	8	108	549.198.863
			F	3	2	90	8	150	87.507.766
			F	3	2	91	8	108	726.964
			F	4	2	30	8	108	1.226.000

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5014 20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	12 364	F	4	2	90	8	108	1.500.000
5014 20RN 0001	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional								92.711.074
	Avaliação realizada(unidade) 16684		F	3	2	90	8	100	29.559.667
			F	3	2	90	8	150	37.182.567
			F	3	2	90	8	174	23.478.560
			F	3	2	91	8	100	137.280
			F	3	2	91	8	150	821.148
			F	3	2	91	8	174	1.531.852
5014 21B5	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica	12 363							391.040
5014 21B5 0001	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica - Nacional								391.040
	Avaliação realizada(unidade) 1		F	3	2	90	8	100	391.040
5014 4000	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais	12 573							3.167.501
5014 4000 0001	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais - Nacional								2.555.483
	Estudo publicado(unidade) 20		F	3	2	90	8	100	2.555.483
5014 4000 0026	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais - No Estado de Pernambuco								612.018
	Estudo publicado(unidade) 31		F	3	2	90	8	100	609.026
			F	3	2	91	8	100	2.992
5014 4014	Censo Escolar da Educação Básica	12 368							5.172.160
5014 4014 0001	Censo Escolar da Educação Básica - Nacional								5.172.160
	Censo realizado(unidade) 1		F	3	2	30	8	100	1.878.785
			F	3	2	90	8	100	856.895
			F	4	2	30	8	100	2.436.480
5014 6503	Censo da Educação Superior	12 364							313.694
5014 6503 0001	Censo da Educação Superior - Nacional								313.694
	Censo realizado(unidade) 1		F	3	2	90	8	100	313.694
6015	Educação Infantil								236.340.353
	Projeto								216.502.829
6015 12KU	Apoio à implantação de escolas para educação infantil	12 365							216.502.829
6015 12KU 0001	Apoio à implantação de escolas para educação infantil - Nacional								216.502.829
	Escola apoiada(unidade) 680		F	4	2	30	8	108	4.015.728
			F	4	2	40	8	100	103.727.628
			F	4	2	40	8	108	108.759.473
	Operação Especial								19.837.524
6015 00OW	Apoio à manutenção da educação infantil	12 365							19.837.524
6015 00OW 0001	Apoio à manutenção da educação infantil - Nacional								19.837.524
	Ente federativo apoiado(unidade) 16750		F	3	2	40	8	100	19.837.524
6016	Educação Especial								17.877.546
	Atividade								17.877.546
6016 21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	12 367							17.877.546
6016 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro								17.877.546
	Estudante matriculado(unidade) 4425		F	3	2	90	8	100	15.320.596
			F	3	2	91	8	100	24.960
			F	4	2	90	8	100	2.531.990
93	Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa								43.310.269.297
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								38.814.698.887
	Operação Especial								14.391.348.503
0032 00SB	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Novo FUNDEB	12 847							14.391.348.503
0032 00SB 0001	Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Novo FUNDEB - Nacional								14.391.348.503
			F	3	1	30	8	944	14.391.348.503
	Atividade								24.423.350.384
0032 20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação	12 122							52.592.992

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 20RH 0001	Gerenciamento das Políticas de Educação - Nacional								38.277.777
	Unidade apoiada(unidade) 11		F	3	2	80	8	944	13.254.550
			F	3	2	90	8	944	25.023.227
0032 20RH 0053	Gerenciamento das Políticas de Educação - No Distrito Federal								14.315.215
	Unidade apoiada(unidade) 1		F	3	2	80	8	944	5.709.951
			F	3	2	90	8	944	8.605.264
0032 20TP	Ativos Cíveis da União	12 122							24.000.000.000
0032 20TP 0001	Ativos Cíveis da União - Nacional		F	1	1	90	8	944	202.072.704
									202.072.704
0032 20TP 0011	Ativos Cíveis da União - No Estado de Rondônia		F	1	1	90	8	944	215.444.169
									215.444.169
0032 20TP 0012	Ativos Cíveis da União - No Estado do Acre		F	1	1	90	8	944	186.442.005
									186.442.005
0032 20TP 0013	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amazonas		F	1	1	90	8	944	416.929.438
									416.929.438
0032 20TP 0014	Ativos Cíveis da União - No Estado de Roraima		F	1	1	90	8	944	151.029.364
									151.029.364
0032 20TP 0015	Ativos Cíveis da União - No Estado do Pará		F	1	1	90	8	944	909.363.536
									909.363.536
0032 20TP 0016	Ativos Cíveis da União - No Estado do Amapá		F	1	1	90	8	944	135.807.116
									135.807.116
0032 20TP 0017	Ativos Cíveis da União - No Estado do Tocantins		F	1	1	90	8	944	290.281.516
									290.281.516
0032 20TP 0020	Ativos Cíveis da União - Na Região Nordeste		F	1	1	90	8	944	154.946.843
									154.946.843
0032 20TP 0021	Ativos Cíveis da União - No Estado do Maranhão		F	1	1	90	8	944	548.129.455
									548.129.455
0032 20TP 0022	Ativos Cíveis da União - No Estado do Piauí		F	1	1	90	8	944	496.634.385
									496.634.385
0032 20TP 0023	Ativos Cíveis da União - No Estado do Ceará		F	1	1	90	8	944	800.420.663
									800.420.663
0032 20TP 0024	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Norte		F	1	1	90	8	944	860.466.908
									860.466.908
0032 20TP 0025	Ativos Cíveis da União - No Estado da Paraíba		F	1	1	90	8	944	1.007.406.838
									1.007.406.838
0032 20TP 0026	Ativos Cíveis da União - No Estado de Pernambuco		F	1	1	90	8	944	1.073.931.591
									1.073.931.591
0032 20TP 0027	Ativos Cíveis da União - No Estado de Alagoas		F	1	1	90	8	944	452.061.171
									452.061.171
0032 20TP 0028	Ativos Cíveis da União - No Estado de Sergipe		F	1	1	90	8	944	375.056.936
									375.056.936
0032 20TP 0029	Ativos Cíveis da União - No Estado da Bahia		F	1	1	90	8	944	1.107.740.123
									1.107.740.123
0032 20TP 0031	Ativos Cíveis da União - No Estado de Minas Gerais		F	1	1	90	8	944	3.225.850.235
									3.225.850.235
0032 20TP 0032	Ativos Cíveis da União - No Estado do Espírito Santo		F	1	1	90	8	944	598.327.721
									598.327.721
0032 20TP 0033	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio de Janeiro		F	1	1	90	8	944	2.655.968.265
									2.655.968.265
0032 20TP 0035	Ativos Cíveis da União - No Estado de São Paulo		F	1	1	90	8	944	1.177.705.005
									1.177.705.005
0032 20TP 0040	Ativos Cíveis da União - Na Região Sul		F	1	1	90	8	944	118.867.782
									118.867.782
0032 20TP 0041	Ativos Cíveis da União - No Estado do Paraná		F	1	1	90	8	944	1.142.919.681
									1.142.919.681
0032 20TP 0042	Ativos Cíveis da União - No Estado de Santa Catarina		F	1	1	90	8	944	922.710.400
									922.710.400

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 20TP 0043	Ativos Cíveis da União - No Estado do Rio Grande do Sul	12 122	F	1	1	90	8	944	2.143.379.612
0032 20TP 0051	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso		F	1	1	90	8	944	2.143.379.612
0032 20TP 0052	Ativos Cíveis da União - No Estado de Goiás		F	1	1	90	8	944	499.373.090
0032 20TP 0053	Ativos Cíveis da União - No Distrito Federal		F	1	1	90	8	944	499.373.090
0032 20TP 0054	Ativos Cíveis da União - No Estado de Mato Grosso do Sul		F	1	1	90	8	944	797.210.451
0032 2000	Administração da Unidade								797.210.451
0032 2000 0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco		F	3	2	90	8	944	823.122.320
			F	3	2	91	8	944	823.122.320
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal		F	3	2	90	8	944	510.400.677
									510.400.677
0032 212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)								150.978.070
0032 212H 0001	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) - Nacional		F	3	2	50	8	944	13.096.874
	Projeto apoiado(unidade) 8		F	3	2	50	8	944	12.995.045
0032 216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos								101.829
0032 216H 0001	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Nacional		F	3	2	90	8	944	137.881.196
	Agente público beneficiado(unidade) 4		F	3	2	90	8	944	137.881.196
0032 216H 0011	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Rondônia	12 571	F	3	2	90	8	944	175.200.000
	Agente público beneficiado(unidade) 11		F	3	2	90	8	944	175.200.000
0032 216H 0012	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Acre		F	3	2	90	8	944	175.200.000
	Agente público beneficiado(unidade) 3		F	3	2	90	8	944	175.200.000
0032 216H 0013	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amazonas		F	3	2	90	8	944	4.780.643
	Agente público beneficiado(unidade) 7		F	3	2	90	8	944	4.780.643
0032 216H 0015	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Pará		F	3	2	90	8	944	69.885
	Agente público beneficiado(unidade) 15		F	3	2	90	8	944	69.885
0032 216H 0016	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Amapá		F	3	2	90	8	944	145.588
	Agente público beneficiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	944	145.588
0032 216H 0017	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Tocantins		F	3	2	90	8	944	145.588
	Agente público beneficiado(unidade) 6		F	3	2	90	8	944	145.588
0032 216H 0020	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Nordeste		F	3	2	90	8	944	35.742
	Agente público beneficiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	944	35.742
0032 216H 0021	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Maranhão		F	3	2	90	8	944	88.301
	Agente público beneficiado(unidade) 10		F	3	2	90	8	944	88.301
0032 216H 0022	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Piauí	12 122	F	3	2	90	8	944	115.497
	Agente público beneficiado(unidade) 40		F	3	2	90	8	944	115.497
0032 216H 0023	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Ceará		F	3	2	90	8	944	115.497
	Agente público beneficiado(unidade) 8		F	3	2	90	8	944	115.497
0032 216H 0024	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Norte		F	3	2	90	8	944	14.016
	Agente público beneficiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	944	14.016
0032 216H 0025	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Paraíba		F	3	2	90	8	944	75.920
	Agente público beneficiado(unidade) 14		F	3	2	90	8	944	75.920
									6.424
									6.424
									110.928
									110.928
									13.830
									13.830
									58.400
									58.400
									7.468
									7.468
									130.232
									130.232

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 216H 0026	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Pernambuco Agente público beneficiado(unidade) 12		F	3	2	90	8	944	78.199 78.199
0032 216H 0027	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Alagoas Agente público beneficiado(unidade) 6		F	3	2	90	8	944	40.016 40.016
0032 216H 0028	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Sergipe Agente público beneficiado(unidade) 1		F	3	2	90	8	944	8.760 8.760
0032 216H 0029	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado da Bahia Agente público beneficiado(unidade) 37		F	3	2	90	8	944	310.631 310.631
0032 216H 0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais Agente público beneficiado(unidade) 83		F	3	2	90	8	944	765.374 765.374
0032 216H 0032	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Espírito Santo Agente público beneficiado(unidade) 6		F	3	2	90	8	944	26.280 26.280
0032 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro Agente público beneficiado(unidade) 13		F	3	2	90	8	944	93.336 93.336
0032 216H 0035	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de São Paulo Agente público beneficiado(unidade) 17		F	3	2	90	8	944	174.179 174.179
0032 216H 0040	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Na Região Sul Agente público beneficiado(unidade) 4		F	3	2	90	8	944	33.872 33.872
0032 216H 0041	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Paraná Agente público beneficiado(unidade) 8		F	3	2	90	8	944	130.435 130.435
0032 216H 0042	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Santa Catarina Agente público beneficiado(unidade) 17		F	3	2	90	8	944	248.200 248.200
0032 216H 0043	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio Grande do Sul Agente público beneficiado(unidade) 37		F	3	2	90	8	944	414.575 414.575
0032 216H 0051	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Mato Grosso Agente público beneficiado(unidade) 5		F	3	2	90	8	944	63.072 63.072
0032 216H 0052	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Goiás Agente público beneficiado(unidade) 15		F	3	2	90	8	944	246.215 246.215
0032 216H 0053	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Distrito Federal Agente público beneficiado(unidade) 69		F	3	2	90	8	944	1.275.268 1.275.268
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12 128							29.606.578
0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional Servidor capacitado(unidade) 600		F	3	2	90	8	944	808.046 720.446
			F	3	2	91	8	944	87.600
0032 4572 0011	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Rondônia Servidor capacitado(unidade) 1029		F	3	2	90	8	944	933.039 931.876
			F	3	2	91	8	944	1.163
0032 4572 0012	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Acre Servidor capacitado(unidade) 514		F	3	2	90	8	944	322.650 319.730
			F	3	2	91	8	944	2.920
0032 4572 0013	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amazonas Servidor capacitado(unidade) 1020		F	3	2	90	8	944	488.973 486.506
			F	3	2	91	8	944	2.467

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 4572 0014	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Roraima Servidor capacitado(unidade) 487		F	3	2	90	8	944	499.787 499.787
0032 4572 0015	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Pará Servidor capacitado(unidade) 1991		F	3	2	90	8	944	991.968 950.281
			F	3	2	91	8	944	41.687
0032 4572 0016	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Amapá Servidor capacitado(unidade) 200		F	3	2	90	8	944	292.000 292.000
0032 4572 0017	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Tocantins Servidor capacitado(unidade) 347		F	3	2	90	8	944	309.520 309.520
0032 4572 0020	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Nordeste Servidor capacitado(unidade) 672		F	3	2	90	8	944	267.856 267.856
0032 4572 0021	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Maranhão Servidor capacitado(unidade) 550		F	3	2	90	8	944	412.604 412.604
0032 4572 0022	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Piauí Servidor capacitado(unidade) 560		F	3	2	90	8	944	262.800 247.616
			F	3	2	91	8	944	15.184
0032 4572 0023	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Ceará Servidor capacitado(unidade) 3107		F	3	2	90	8	944	1.551.751 1.510.848
			F	3	2	91	8	944	40.903
0032 4572 0024	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Norte Servidor capacitado(unidade) 2594		F	3	2	90	8	944	1.891.372 1.797.932
			F	3	2	91	8	944	93.440
0032 4572 0025	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Paraíba Servidor capacitado(unidade) 2200		F	3	2	90	8	944	729.031 729.031
0032 4572 0026	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Pernambuco Servidor capacitado(unidade) 2660		F	3	2	90	8	944	1.041.228 1.023.232
			F	3	2	91	8	944	17.996
0032 4572 0027	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Alagoas Servidor capacitado(unidade) 1200		F	3	2	90	8	944	309.883 309.520
			F	3	2	91	8	944	363
0032 4572 0028	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Sergipe Servidor capacitado(unidade) 1000		F	3	2	90	8	944	227.760 227.760
0032 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia Servidor capacitado(unidade) 2100		F	3	2	90	8	944	862.475 841.383
			F	3	2	91	8	944	21.092
0032 4572 0031	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Minas Gerais Servidor capacitado(unidade) 700		F	3	2	30	8	944	5.157.521 705.593
			F	3	2	90	8	944	4.408.151
			F	3	2	91	8	944	43.777
0032 4572 0032	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Espírito Santo Servidor capacitado(unidade) 1530		F	3	2	90	8	944	412.304 412.304
0032 4572 0033	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio de Janeiro Servidor capacitado(unidade) 5360		F	3	2	90	8	944	3.866.856 3.864.949
			F	3	2	91	8	944	1.907

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
0032 4572 0035	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de São Paulo Servidor capacitado(unidade) 2230		F	3	2	90	8	944	670.287 670.287
0032 4572 0040	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Na Região Sul Servidor capacitado(unidade) 240		F	3	2	90	8	944	70.080 64.240
			F	3	2	91	8	944	5.840
0032 4572 0041	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Paraná Servidor capacitado(unidade) 2860		F	3	2	90	8	944	658.937 647.257
			F	3	2	91	8	944	11.680
0032 4572 0042	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Santa Catarina Servidor capacitado(unidade) 3602		F	3	2	90	8	944	739.421 739.421
0032 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul Servidor capacitado(unidade) 4103		F	3	2	90	8	944	1.505.342 1.493.951
			F	3	2	91	8	944	11.391
0032 4572 0051	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso Servidor capacitado(unidade) 1671		F	3	2	90	8	944	397.120 391.280
			F	3	2	91	8	944	5.840
0032 4572 0052	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Goiás Servidor capacitado(unidade) 2372		F	3	2	90	8	944	1.093.140 1.087.681
			F	3	2	91	8	944	5.459
0032 4572 0053	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Distrito Federal Servidor capacitado(unidade) 2380		F	3	2	90	8	944	2.492.096 2.492.096
0032 4572 0054	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado de Mato Grosso do Sul Servidor capacitado(unidade) 1320		F	3	2	90	8	944	340.731 339.702
			F	3	2	91	8	944	1.029
0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública	12 131							9.788.547
0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional								9.347.627
			F	3	2	90	8	944	9.347.627
0032 4641 0042	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Santa Catarina								242.360
			F	3	2	90	8	944	242.360
0032 4641 0052	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Goiás								116.800
			F	3	2	90	8	944	116.800
0032 4641 0054	Publicidade de Utilidade Pública - No Estado de Mato Grosso do Sul								81.760
			F	3	2	90	8	944	81.760
0032 6294	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável	12 128							403.554
0032 6294 0026	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável - No Estado de Pernambuco Curso realizado(unidade) 38		F	3	2	90	8	944	403.554 374.725
			F	3	2	91	8	944	28.829
5011	Educação Básica de Qualidade								151.457.267
	Operação Especial								55.802.293
5011 0000	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	12 368							50.468.483
5011 0000 0001	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica - Nacional Bolsa concedida(unidade) 66803		F	3	2	90	8	944	50.468.483 50.468.483
5011 00PH	Concessão de bolsas e auxílio financeiro para promover a alfabetização, a elevação da escolaridade e a integração à qualificação profissional, na educação de jovens e adultos	12 366							5.333.810
5011 00PH 0001	Concessão de bolsas e auxílio financeiro para promover a alfabetização, a elevação da escolaridade e a integração à qualificação profissional, na educação de jovens e adultos - Nacional								5.333.810
			F	3	2	90	8	944	5.333.810

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
Atividade									95.654.974
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	12 368							28.429.684
5011 20RI 0012	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Acre								257.386
	Estudante matriculado(unidade) 550		F	3	2	90	8	944	257.386
5011 20RI 0014	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Roraima								214.014
	Estudante matriculado(unidade) 485		F	3	2	90	8	944	214.014
5011 20RI 0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará								522.220
	Estudante matriculado(unidade) 1320		F	3	2	90	8	944	522.220
5011 20RI 0021	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Maranhão								156.386
	Estudante matriculado(unidade) 734		F	3	2	90	8	944	150.546
			F	3	2	91	8	944	5.840
5011 20RI 0024	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Norte								195.893
	Estudante matriculado(unidade) 386		F	3	2	90	8	944	193.557
			F	3	2	91	8	944	2.336
5011 20RI 0026	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Pernambuco								277.494
	Estudante matriculado(unidade) 419		F	3	2	90	8	944	277.494
5011 20RI 0028	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Sergipe								148.920
	Estudante matriculado(unidade) 430		F	3	2	90	8	944	148.920
5011 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais								1.481.619
	Estudante matriculado(unidade) 3269		F	3	2	90	8	944	1.480.832
			F	3	2	91	8	944	787
5011 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro								24.215.499
	Estudante matriculado(unidade) 14315		F	3	2	90	8	944	24.186.434
			F	3	2	91	8	944	29.065
5011 20RI 0042	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Santa Catarina								374.567
	Estudante matriculado(unidade) 1153		F	3	2	90	8	944	374.567
5011 20RI 0043	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio Grande do Sul								343.935
	Estudante matriculado(unidade) 643		F	3	2	90	8	944	343.935
5011 20RI 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás								241.751
	Estudante matriculado(unidade) 775		F	3	2	90	8	944	241.751
5011 20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica	12 368							50.419.640
5011 20RJ 0001	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - Nacional								50.419.640
	Projeto apoiado(unidade) 233		F	3	2	30	8	944	13.480.910
			F	3	2	90	8	944	36.938.730
5011 20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	12 368							16.007.459
5011 20RQ 0001	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica - Nacional								16.007.459
	Material distribuído(unidade) 209485828		F	3	2	90	8	944	16.007.459
5011 214V	Apoio à alfabetização, à elevação da escolaridade e à integração à qualificação profissional na educação de jovens e adultos	12 366							798.191
5011 214V 0001	Apoio à alfabetização, à elevação da escolaridade e à integração à qualificação profissional na educação de jovens e adultos - Nacional								798.191
	Pessoa beneficiada(unidade) 33783		F	3	2	30	8	944	239.440
			F	3	2	40	8	944	558.751
5012	Educação Profissional e Tecnológica								853.611.643
Atividade									853.611.643
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							829.830.361

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 20RL 0011	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia Estudante matriculado(unidade) 18000		F	3	2	90	8	944	15.861.155 15.694.916
			F	3	2	91	8	944	166.239
5012 20RL 0012	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre Estudante matriculado(unidade) 6380		F	3	2	90	8	944	7.053.271 7.053.271
5012 20RL 0013	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas Estudante matriculado(unidade) 31055		F	3	2	90	8	944	21.451.322 21.451.322
5012 20RL 0014	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima Estudante matriculado(unidade) 5962		F	3	2	50	8	944	8.871.720 1.484
			F	3	2	90	8	944	8.778.858
			F	3	2	91	8	944	91.378
5012 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará Estudante matriculado(unidade) 20580		F	3	2	90	8	944	22.788.997 22.653.127
			F	3	2	91	8	944	135.870
5012 20RL 0016	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá Estudante matriculado(unidade) 6261		F	3	2	90	8	944	8.034.014 8.026.193
			F	3	2	91	8	944	7.821
5012 20RL 0017	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins Estudante matriculado(unidade) 13500		F	3	2	90	8	944	16.104.258 16.045.037
			F	3	2	91	8	944	59.221
5012 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão Estudante matriculado(unidade) 36872		F	3	2	90	8	944	34.258.590 34.135.950
			F	3	2	91	8	944	122.640
5012 20RL 0022	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí Estudante matriculado(unidade) 20738		F	3	2	90	8	944	26.557.161 26.522.121
			F	3	2	91	8	944	35.040
5012 20RL 0023	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará Estudante matriculado(unidade) 40000		F	3	2	90	8	944	39.028.740 38.590.525
			F	3	2	91	8	944	438.215
5012 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte Estudante matriculado(unidade) 39500		F	3	2	90	8	944	34.060.387 34.058.348
			F	3	2	91	8	944	2.039
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba Estudante matriculado(unidade) 32413		F	3	2	90	8	944	26.453.210 26.387.648
			F	3	2	91	8	944	65.562
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco Estudante matriculado(unidade) 39366		F	3	2	90	8	944	36.065.364 35.782.732
			F	3	2	91	8	944	282.632
5012 20RL 0027	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas Estudante matriculado(unidade) 22725		F	3	2	90	8	944	23.170.230 22.954.393
			F	3	2	91	8	944	215.837
5012 20RL 0028	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe Estudante matriculado(unidade) 6000		F	3	2	90	8	944	13.432.903 13.344.617
			F	3	2	91	8	944	88.286

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia Estudante matriculado(unidade) 44261		F	3	2	90	8	944	47.340.622 47.161.717
			F	3	2	91	8	944	178.905
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Estudante matriculado(unidade) 760		F	3	2	50	8	944	99.256.122 26.722
			F	3	2	90	8	944	98.445.135
			F	3	2	91	8	944	784.265
5012 20RL 0032	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo Estudante matriculado(unidade) 37000		F	3	2	90	8	944	28.648.758 28.624.613
			F	3	2	91	8	944	24.145
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Estudante matriculado(unidade) 54555		F	3	2	90	8	944	56.526.696 56.209.227
			F	3	2	91	8	944	317.469
5012 20RL 0035	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de São Paulo Estudante matriculado(unidade) 50000		F	3	2	90	8	944	40.830.124 40.828.485
			F	3	2	91	8	944	1.639
5012 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná Estudante matriculado(unidade) 33973		F	3	2	90	8	944	22.165.892 22.155.038
			F	3	2	91	8	944	10.854
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina Estudante matriculado(unidade) 65089		F	3	2	90	8	944	49.477.142 48.272.878
			F	3	2	91	8	944	1.204.264
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul Estudante matriculado(unidade) 58508		F	3	2	90	8	944	61.683.352 61.403.791
			F	3	2	91	8	944	279.561
5012 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso Estudante matriculado(unidade) 21274		F	3	2	90	8	944	26.616.226 26.423.506
			F	3	2	91	8	944	192.720
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás Estudante matriculado(unidade) 35222		F	3	2	90	8	944	38.229.685 38.059.676
			F	3	2	91	8	944	170.009
5012 20RL 0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal Estudante matriculado(unidade) 15675		F	3	2	90	8	944	13.773.583 13.773.583
5012 20RL 0054	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul Estudante matriculado(unidade) 12000		F	3	2	90	8	944	12.090.837 12.090.837
5012 21B3	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							18.101.882
5012 21B3 0001	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional Iniciativa apoiada(unidade) 4		F	3	2	90	8	944	9.588.112 9.588.112
5012 21B3 0012	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre Iniciativa apoiada(unidade) 200		F	3	2	90	8	944	314.438 314.438

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5012 21B3 0022	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí Iniciativa apoiada(unidade)	6	F	3	2	90	8	944	152.121 152.121
5012 21B3 0023	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará Iniciativa apoiada(unidade)	63	F	3	2	90	8	944	548.960 548.960
5012 21B3 0029	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia Iniciativa apoiada(unidade)	264	F	3	2	90	8	944	463.348 463.348
5012 21B3 0031	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais Iniciativa apoiada(unidade)	1303	F	3	2	90	8	944	3.978.682 3.978.682
5012 21B3 0032	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo Iniciativa apoiada(unidade)	300	F	3	2	90	8	944	292.000 292.000
5012 21B3 0033	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro Iniciativa apoiada(unidade)	182	F	3	2	90	8	944	979.252 979.252
5012 21B3 0041	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná Iniciativa apoiada(unidade)	359	F	3	2	90	8	944	685.968 685.968
5012 21B3 0043	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul Iniciativa apoiada(unidade)	150	F	3	2	90	8	944	358.810 358.810
5012 21B3 0052	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás Iniciativa apoiada(unidade)	530	F	3	2	90	8	944	389.791 388.208
5012 21B3 0054	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul Iniciativa apoiada(unidade)	10	F	3	2	91	8	944	1.583 350.400
5012 219U	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	12 363							5.679.400
5012 219U 0001	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Nacional Instituição apoiada(unidade)	12	F	3	2	90	8	944	5.679.400 5.679.400
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão								3.014.902.047
	Operação Especial								685.417.274
5013 0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior	12 364							685.417.274
5013 0487 0001	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior - Nacional Bolsa concedida(unidade)	97414	F	3	2	30	8	944	685.417.274 16.603.669
			F	3	2	90	8	944	668.813.605
	Atividade								2.329.484.773
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	12 364							126.261.639
5013 20GK 0001	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Nacional Iniciativa apoiada(unidade)	1726	F	3	2	90	8	944	51.315.835 51.315.835
5013 20GK 0011	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Rondônia Iniciativa apoiada(unidade)	2	F	3	2	90	8	944	115.825 115.825
5013 20GK 0012	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Acre Iniciativa apoiada(unidade)	1	F	3	2	90	8	944	1.100.840 1.100.840

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20GK 0013	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amazonas Iniciativa apoiada(unidade)	300	F	3	2	90	8	944	3.428.380 3.428.380
5013 20GK 0014	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Roraima Iniciativa apoiada(unidade)	121	F	3	2	90	8	944	739.152 739.152
5013 20GK 0015	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Pará Iniciativa apoiada(unidade)	21	F	3	2	90	8	944	1.579.256 1.579.256
5013 20GK 0016	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Amapá Iniciativa apoiada(unidade)	168	F	3	2	90	8	944	992.800 992.800
5013 20GK 0017	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Tocantins Iniciativa apoiada(unidade)	2	F	3	2	90	8	944	37.960 37.960
5013 20GK 0020	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Nordeste Iniciativa apoiada(unidade)	327	F	3	2	90	8	944	1.673.391 1.673.391
5013 20GK 0021	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Maranhão Iniciativa apoiada(unidade)	113	F	3	2	90	8	944	585.572 585.572
5013 20GK 0022	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Piauí Iniciativa apoiada(unidade)	650	F	3	2	90	8	944	2.139.778 2.139.778
5013 20GK 0023	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Ceará Iniciativa apoiada(unidade)	480	F	3	2	90	8	944	3.332.669 3.332.669
5013 20GK 0024	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Norte Iniciativa apoiada(unidade)	2004	F	3	2	90	8	944	1.275.182 1.254.257
			F	3	2	91	8	944	20.925
5013 20GK 0025	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Paraíba Iniciativa apoiada(unidade)	2	F	3	2	90	8	944	58.400 58.400
5013 20GK 0026	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Pernambuco Iniciativa apoiada(unidade)	22	F	3	2	90	8	944	2.283.839 2.266.319
			F	3	2	91	8	944	17.520
5013 20GK 0027	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Alagoas Iniciativa apoiada(unidade)	1	F	3	2	90	8	944	52.560 52.560
5013 20GK 0028	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Sergipe Iniciativa apoiada(unidade)	1954	F	3	2	90	8	944	116.800 116.800
5013 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia Iniciativa apoiada(unidade)	2158	F	3	2	90	8	944	4.650.218 4.613.322
			F	3	2	91	8	944	36.896
5013 20GK 0031	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Minas Gerais Iniciativa apoiada(unidade)	7	F	3	2	50	8	944	15.023.140 44.094
			F	3	2	90	8	944	14.969.332
			F	3	2	91	8	944	9.714
5013 20GK 0032	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Espírito Santo Iniciativa apoiada(unidade)	714	F	3	2	90	8	944	2.072.032 2.072.032
5013 20GK 0033	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio de Janeiro Iniciativa apoiada(unidade)	2238	F	3	2	90	8	944	17.731.470 17.731.470
5013 20GK 0035	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de São Paulo Iniciativa apoiada(unidade)	282	F	3	2	90	8	944	971.797 969.461
			F	3	2	91	8	944	2.336

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20GK 0040	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Na Região Sul Iniciativa apoiada(unidade) 128		F	3	2	90	8	944	379.600 379.600
5013 20GK 0041	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Paraná Iniciativa apoiada(unidade) 25		F	3	2	90	8	944	2.793.948 2.793.948
5013 20GK 0042	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Santa Catarina Iniciativa apoiada(unidade) 19100		F	3	2	90	8	944	2.771.080 2.771.080
5013 20GK 0043	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Rio Grande do Sul Iniciativa apoiada(unidade) 4149		F	3	2	90	8	944	5.753.432 5.735.912
			F	3	2	91	8	944	17.520
5013 20GK 0051	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso Iniciativa apoiada(unidade) 1		F	3	2	90	8	944	23.360 23.360
5013 20GK 0052	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Goiás Iniciativa apoiada(unidade) 8		F	3	2	90	8	944	2.117.445 2.117.445
5013 20GK 0053	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Distrito Federal Iniciativa apoiada(unidade) 2		F	3	2	90	8	944	1.140.019 1.139.517
			F	3	2	91	8	944	502
5013 20GK 0054	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso do Sul Iniciativa apoiada(unidade) 50		F	3	2	90	8	944	5.859 5.859
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							1.765.722.110
5013 20RK 0011	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Rondônia Estudante matriculado(unidade) 11000		F	3	2	90	8	944	13.725.491 12.265.491
			F	3	2	91	8	944	1.460.000
5013 20RK 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre Estudante matriculado(unidade) 10300		F	3	2	90	8	944	15.453.010 14.308.149
			F	3	2	91	8	944	1.144.861
5013 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas Estudante matriculado(unidade) 30106		F	3	2	90	8	944	33.794.101 30.866.986
			F	3	2	91	8	944	2.927.115
5013 20RK 0014	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Roraima Estudante matriculado(unidade) 7686		F	3	2	90	8	944	11.616.258 11.616.258
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará Estudante matriculado(unidade) 7727		F	3	2	50	8	944	101.809.486 774
			F	3	2	90	8	944	101.451.461
			F	3	2	91	8	944	357.251
5013 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá Estudante matriculado(unidade) 9809		F	3	2	90	8	944	11.714.930 10.920.713
			F	3	2	91	8	944	794.217
5013 20RK 0017	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins Estudante matriculado(unidade) 20010		F	3	2	90	8	944	21.696.187 19.566.332
			F	3	2	91	8	944	2.129.855
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste Estudante matriculado(unidade) 15727		F	3	2	90	8	944	26.537.105 25.641.544
			F	3	2	91	8	944	895.561
5013 20RK 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão Estudante matriculado(unidade) 23342		F	3	2	90	8	944	34.403.851 31.095.966
			F	3	2	91	8	944	3.307.885

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí								28.000.159
	Estudante matriculado(unidade) 23000		F	3	2	90	8	944	25.385.798
			F	3	2	91	8	944	2.614.361
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará								38.720.200
	Estudante matriculado(unidade) 33290		F	3	2	90	8	944	38.256.103
			F	3	2	91	8	944	464.097
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte								80.736.989
	Estudante matriculado(unidade) 50244		F	3	2	90	8	944	80.527.566
			F	3	2	91	8	944	209.423
5013 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba								58.611.884
	Estudante matriculado(unidade) 55705		F	3	2	90	8	944	58.519.441
			F	3	2	91	8	944	92.443
5013 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco								84.876.634
	Estudante matriculado(unidade) 51752		F	3	2	90	8	944	84.420.264
			F	3	2	91	8	944	456.370
5013 20RK 0027	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas								27.022.327
	Estudante matriculado(unidade) 35000		F	3	2	90	8	944	26.942.582
			F	3	2	91	8	944	79.745
5013 20RK 0028	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Sergipe								32.389.683
	Estudante matriculado(unidade) 29565		F	3	2	90	8	944	29.761.683
			F	3	2	91	8	944	2.628.000
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia								74.757.906
	Estudante matriculado(unidade) 58701		F	3	2	90	8	944	73.856.525
			F	3	2	91	8	944	901.381
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais								273.313.762
	Estudante matriculado(unidade) 46143		F	3	2	50	8	944	3.144.302
			F	3	2	90	8	944	259.318.238
			F	3	2	91	8	944	10.851.222
5013 20RK 0032	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Espírito Santo								30.733.365
	Estudante matriculado(unidade) 23000		F	3	2	90	8	944	30.623.971
			F	3	2	91	8	944	109.394
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro								147.251.277
	Estudante matriculado(unidade) 170782		F	3	2	90	8	944	144.930.866
			F	3	2	91	8	944	2.320.411
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo								73.333.395
	Estudante matriculado(unidade) 58095		F	3	2	90	8	944	69.800.520
			F	3	2	91	8	944	3.532.875
5013 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul								19.604.920
	Estudante matriculado(unidade) 9783		F	3	2	90	8	944	19.311.168
			F	3	2	91	8	944	293.752
5013 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná								122.587.144
	Estudante matriculado(unidade) 38242		F	3	2	50	8	944	292.000
			F	3	2	90	8	944	122.023.850
			F	3	2	91	8	944	271.294
5013 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina								53.990.931
	Estudante matriculado(unidade) 42961		F	3	2	90	8	944	53.659.803
			F	3	2	91	8	944	331.128

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul Estudante matriculado(unidade) 96399		F	3	2	90	8	944	173.349.113 166.100.904
			F	3	2	91	8	944	7.248.209
5013 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso Estudante matriculado(unidade) 22415		F	3	2	90	8	944	43.620.270 40.552.421
			F	3	2	91	8	944	3.067.849
5013 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás Estudante matriculado(unidade) 29620		F	3	2	90	8	944	33.080.644 32.962.813
			F	3	2	91	8	944	117.831
5013 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal Estudante matriculado(unidade) 50232		F	3	2	90	8	944	52.089.640 46.212.022
			F	3	2	91	8	944	5.877.618
5013 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul Estudante matriculado(unidade) 27375		F	3	2	90	8	944	46.901.448 42.845.354
			F	3	2	91	8	944	4.056.094
5013 219V	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior	12 364							22.251.928
5013 219V 0001	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior - Nacional Instituição apoiada(unidade) 5		F	3	2	90	8	944	22.251.928 22.251.928
5013 2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica	12 573							218.530.151
5013 2317 0001	Acesso à Informação Científica e Tecnológica - Nacional Acesso realizado(milhar) 110000		F	3	2	90	8	944	218.530.151 218.530.151
5013 6344	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior	12 364							705.239
5013 6344 0001	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior - Nacional Ato regulatório publicado(unidade) 800		F	3	2	90	8	944	705.239 681.879
			F	3	2	91	8	944	23.360
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	12 364							196.013.706
5013 8282 0020	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste Projeto viabilizado(unidade) 1		F	3	2	90	8	944	951.940 951.940
5013 8282 0021	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão Projeto viabilizado(unidade) 1		F	3	2	90	8	944	2.102.400 2.102.400
5013 8282 0022	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí Projeto viabilizado(unidade) 4		F	3	2	90	8	944	6.770.082 6.770.082
5013 8282 0023	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará Projeto viabilizado(unidade) 3		F	3	2	90	8	944	21.487.300 21.487.300
5013 8282 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba Projeto viabilizado(unidade) 45		F	3	2	90	8	944	15.983.549 15.983.549
5013 8282 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Alagoas Projeto viabilizado(unidade) 5		F	3	2	90	8	944	5.002.254 5.002.254
5013 8282 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia Projeto viabilizado(unidade) 25		F	3	2	90	8	944	12.754.234 12.738.127
			F	3	2	91	8	944	16.107
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais Projeto viabilizado(unidade) 9		F	3	2	90	8	944	17.618.791 17.618.791
5013 8282 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro Projeto viabilizado(unidade) 15		F	3	2	90	8	944	78.060.312 78.060.312

Quadro 8C

Programação referente à

Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE (CF Art.212)

LDO-2021, Anexo I, Inciso VIII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização	Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor
5013 8282 0043	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul Projeto viabilizado(unidade) 53		F	3	2	90	8	944	15.016.790
5013 8282 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás Projeto viabilizado(unidade) 1		F	3	2	90	8	944	5.761.221
5013 8282 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal Projeto viabilizado(unidade) 1		F	3	2	90	8	944	8.877.812
5013 8282 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul Projeto viabilizado(unidade) 6		F	3	2	90	8	944	5.627.021
			F	3	2	91	8	944	5.626.712
									309
5014	Estatísticas e Avaliações Educacionais								420.713.093
	Atividade								420.713.093
5014 20RM	Exames e Avaliações da Educação Básica	12 368							366.381.205
5014 20RM 0001	Exames e Avaliações da Educação Básica - Nacional Pessoa avaliada(unidade) 17468809		F	3	2	90	8	944	366.381.205
5014 20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação	12 364							44.463.559
5014 20RN 0001	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação - Nacional Avaliação realizada(unidade) 16684		F	3	2	90	8	944	44.270.839
			F	3	2	91	8	944	192.720
5014 21B5	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica	12 363							584.000
5014 21B5 0001	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica - Nacional Avaliação realizada(unidade) 1		F	3	2	90	8	944	584.000
5014 4000	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais	12 573							4.730.237
5014 4000 0001	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais - Nacional Estudo publicado(unidade) 20		F	3	2	90	8	944	3.816.489
5014 4000 0026	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais - No Estado de Pernambuco Estudo publicado(unidade) 31		F	3	2	90	8	944	913.748
			F	3	2	91	8	944	909.549
									4.199
5014 4014	Censo Escolar da Educação Básica	12 368							4.085.607
5014 4014 0001	Censo Escolar da Educação Básica - Nacional Censo realizado(unidade) 1		F	3	2	30	8	944	4.085.607
			F	3	2	90	8	944	2.805.876
									1.279.731
5014 6503	Censo da Educação Superior	12 364							468.485
5014 6503 0001	Censo da Educação Superior - Nacional Censo realizado(unidade) 1		F	3	2	90	8	944	468.485
									468.485
6015	Educação Infantil								31.970.725
	Operação Especial								31.970.725
6015 00OW	Apoio à manutenção da educação infantil	12 365							31.970.725
6015 00OW 0001	Apoio à manutenção da educação infantil - Nacional Ente federativo apoiado(unidade) 16750		F	3	2	40	8	944	31.970.725
									31.970.725
6016	Educação Especial								22.915.635
	Atividade								22.915.635
6016 21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	12 367							22.915.635
6016 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro Estudante matriculado(unidade) 4425		F	3	2	90	8	944	22.880.595
			F	3	2	91	8	944	22.880.595
									35.040
Total									101.089.843.505

QUADRO 9A: DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL

LDO 2021 - Anexo I, inciso IX

Discriminação	Realizado 2019		Reprogramação 2020		PLOA 2021		Autógrafo 2021	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	1.635.111,0	22,8	1.456.227,3	20,3	1.560.099,2	20,4	1.595.421,6	20,4
I.1.Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	946.082,9	13,2	891.436,4	12,4	975.004,3	12,7	1.009.046,9	12,9
I.1.1.Impostode Importação	43.035,3	0,6	39.076,5	0,5	44.669,6	0,6	43.982,5	0,6
I.1.2.IPI	52.685,9	0,7	45.451,4	0,6	53.096,2	0,7	61.593,8	0,8
I.1.3.Impostosobre a Renda	398.366,5	5,6	380.774,0	5,3	400.816,0	5,2	426.458,7	5,5
I.1.4.IOF	41.044,2	0,6	29.124,6	0,4	47.040,3	0,6	47.424,7	0,6
I.1.5.COFINS	238.696,1	3,3	231.002,9	3,2	246.518,4	3,2	247.402,3	3,2
I.1.6.PIS/PASEP	64.751,6	0,9	63.031,5	0,9	67.567,1	0,9	72.073,0	0,9
I.1.7.CSL	82.018,5	1,1	79.204,9	1,1	81.928,3	1,1	88.690,0	1,1
I.1.8.CPMF/CSS	-	-	-	-	-	-	-	-
I.1.9.CIDE-Combustíveis	2.792,9	-	2.278,2	-	2.610,3	-	1.993,1	0,0
I.1.10.OutrasAdministradaspelaRFB	22.691,9	0,3	21.492,5	0,3	30.758,1	0,4	19.428,7	0,2
I.2.Incentivos Fiscais	(47,8)	-	(141,9)	-	(1,8)	-	(1,8)	(0,0)
I.3.Arrecadação Líquida para o RGPS	413.331,3	5,8	401.042,4	5,6	417.543,1	5,4	418.617,6	5,4
I.3.1.Arrecadação Ordinária	403.136,4	5,6	391.604,8	5,5	413.838,2	5,4	410.472,2	5,3
I.3.2.Ressarcimento pela Desoneração da Folha	10.194,9	0,1	9.437,6	0,1	3.704,9	-	8.145,4	0,1
I.4.Outras Receitas	275.744,6	3,9	163.890,4	2,3	167.553,7	2,2	167.758,9	2,1
I.4.1.Concessões e Permissões	93.281,3	1,3	4.748,8	0,1	5.240,0	0,1	5.240,0	0,1
I.4.2.Complemento para o FGTS	5.296,9	0,1	63,3	-	67,7	-	72,5	0,0
I.4.3.Cont.Planode Seg.do Servidor	13.926,9	0,2	17.254,2	0,2	17.853,2	0,2	17.856,5	0,2
I.4.4.Contribuição do Salário-Educação	22.104,6	0,3	20.472,5	0,3	20.924,5	0,3	21.383,8	0,3
I.4.5.Exploração de Recursos Naturais	64.681,3	0,9	57.329,5	0,8	60.034,7	0,8	59.438,8	0,8
I.4.6.Dividendos e Participações	20.879,0	0,3	6.038,6	0,1	9.736,9	0,1	9.736,9	0,1
I.4.7.Operações com Ativos	1.151,5	-	1.159,1	-	1.159,1	-	1.162,0	0,0
I.4.8.Receita Própria de Convênios	15.887,1	0,2	13.832,4	0,2	14.795,7	0,2	15.173,7	0,2
I.4.9.Demais Receitas	38.536,0	0,5	42.992,1	0,6	37.741,9	0,5	37.694,8	0,5
II.TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	288.330,8	4,0	260.879,0	3,6	276.867,6	3,6	293.285,8	3,8
II.1.Cide combustíveis	820,8	-	679,7	-	748,6	-	569,6	0,0
II.2.Exploração de Recursos Naturais	38.782,9	0,5	36.165,5	0,5	38.093,4	0,5	37.776,9	0,5
II.3.Contribuição do Salário-Educação	12.261,1	0,2	12.283,5	0,2	12.554,7	0,2	12.830,3	0,2
II.4.FPE/FPM/PI-EE	213.592,7	3,0	200.827,7	2,8	213.955,4	2,8	230.509,7	3,0
II.5.Fundos Constitucionais	9.609,2	0,1	9.024,3	0,1	9.449,5	0,1	9.449,5	0,1
Repasso Total	13.595,9	0,2	12.788,5	0,2	13.617,3	0,2	-	-
Superavit Fundos	(3.986,7)	(0,1)	(3.764,1)	(0,1)	(4.167,8)	(0,1)	-	-
II.6.Demais	13.264,1	0,2	1.898,2	-	2.066,1	-	2.149,8	0,0
III.RECEITA LÍQUIDA (I-II)	1.346.780,2	18,8	1.195.348,3	16,7	1.283.231,6	16,7	1.302.135,8	16,7
IV.DESPESAS	1.441.845,0	20,1	1.982.798,1	27,6	1.516.799,9	19,8	1.516.799,8	19,4
IV.1.Benefícios Previdenciários	626.510,4	8,8	677.181,1	9,4	704.416,2	9,2	690.907,9	8,8
IV.2.Pessoal e Encargos Sociais	313.087,3	4,4	324.793,0	4,5	337.345,4	4,4	337.345,4	4,3
IV.3.Outras Despesas Obrigatórias	195.201,8	2,7	722.392,5	10,1	224.147,1	2,9	194.566,4	2,5
IV.3.1.Abono e Seguro Desemprego	55.592,3	0,8	62.812,1	0,9	58.931,4	0,8	48.931,4	0,6
IV.3.2.Anistia	161,5	-	210,2	-	174,1	-	174,1	0,0
IV.3.3.Apoio Fin.Municípios/Estados	-	-	79.189,5	1,1	-	-	-	-
IV.3.4.Auxílio à CDE	-	-	-	-	-	-	-	-
IV.3.5.Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	736,9	-	806,5	-	806,2	-	806,2	0,0
IV.3.6.Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	59.728,4	0,8	61.645,1	0,9	66.122,5	0,9	66.122,5	0,8
IV.3.7.Complemento para o FGTS	5.296,9	0,1	63,3	-	67,7	-	67,7	0,0
IV.3.8.Créditos Extraordinários	3.344,0	-	392.421,4	5,5	-	-	-	-
IV.3.9.Compensação do RGPS pela Desoneração da Folha	10.194,9	0,1	9.437,6	0,1	3.704,9	-	3.704,9	0,0
IV.3.10.Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	-	-	-	-	-	-	-	-
IV.3.11.Fabricação de Cédulas e Moedas	931,3	-	1.420,7	-	1.003,7	-	1.003,7	0,0
IV.3.12.Fundeb - Complementação	15.602,8	0,2	16.462,1	0,2	19.604,4	0,3	19.604,4	0,3
IV.3.13.Fundo Constitucional do DF (Custeio e Capital)	1.725,2	-	2.075,8	-	2.170,0	-	2.170,0	0,0
IV.3.14.Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	12.262,3	0,2	13.019,0	0,2	13.910,2	0,2	13.910,2	0,2
IV.3.15.Lei Kandir e FEX	-	-	4.000,0	0,1	4.000,0	0,1	4.000,0	0,1
IV.3.16.Reserva de Contingência	-	-	907,4	-	16.344,5	0,2	-	-
IV.3.17.Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	15.477,3	0,2	23.485,4	0,3	20.646,2	0,3	20.646,2	0,3
IV.3.18.Subsídios, Subvenções e Proagro	11.009,9	0,2	48.698,7	0,7	14.018,7	0,2	10.782,6	0,1
IV.3.19.Transferência ANA-Receitas Uso Recursos Hídricos	224,1	-	306,9	-	82,5	-	82,5	0,0
IV.3.20.Transferência Multas ANEEL	971,9	-	1.922,3	-	1.049,7	-	1.049,7	0,0
IV.3.21.Impacto Primário do FIES	1.942,1	-	1.473,5	-	1.510,3	-	1.510,3	0,0
IV.3.22.Financiamento de Campanha Eleitoral	-	-	2.035,0	-	-	-	-	-
IV.4.Despesas do Executivo Sujeitas à Programação Financeira	307.045,4	4,3	258.431,4	3,6	250.891,2	3,3	293.980,1	3,8
IV.4.1.Obrigatórias com Controle de Fluxo	142.837,1	2,0	143.352,6	2,0	154.838,5	2,0	154.838,5	2,0
IV.4.2.Discrecionárias	164.208,3	2,3	115.078,8	1,6	96.052,7	1,3	139.141,6	1,8
V.PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III-IV)	(95.064,7)	(1,3)	(787.449,8)	(11,0)	(233.568,3)	(3,0)	(214.664,1)	(2,7)
V.1.Resultado do Tesouro	118.114,3	1,6	(511.311,1)	(7,1)	53.304,8	0,7	57.626,2	0,7
V.2.Resultado da Previdência Social	(213.179,1)	(3,0)	(276.138,7)	(3,8)	(286.873,1)	(3,7)	(272.290,3)	(3,5)
VI.FUNDOS DO BRASIL	-	-	-	-	-	-	-	-
VII.DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/AJUSTE METODOLÓGICO	6.165,8	0,1	-	-	-	-	-	-
VIII.PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI+VII)	(88.898,9)	(1,2)	(787.449,8)	(11,0)	(233.568,3)	(3,0)	(214.664,1)	(2,7)
IX.META OFSS	(139.000,0)	(1,9)	(124.100,0)	(1,7)	(233.568,3)	(3,0)	(214.664,1)	(2,7)
X.COMPENSAÇÃO DA META GOV. CENTRAL NALDO	-	-	-	-	-	-	-	-
XI.META OFSPARACUMPRIMENTO DALDO (IX+X)	-	-	-	-	-	-	-	-
XII.EFORÇONECESSÁRIO(+)/SOBRADERECURSOS(-)(XI-VIII)	(50.101,1)	(0,7)	663.349,8	9,2	-	-	-	-
XIII.JUROS NOMINAIS	(310.115,1)	(4,3)	(282.268,0)	(3,9)	(248.324,9)	(3,2)	(248.324,9)	(3,2)
XIV.RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (VIII+XIII)	(399.014,0)	(5,6)	(1.069.717,8)	(14,9)	(481.893,2)	(6,3)	(462.989,0)	(5,9)
XV.RECEITAS FINANCEIRAS	1.353.987,4	18,9	1.921.403,0	26,8	2.587.481,1	33,8	2.585.582,6	33,1
XV.1.Refinanciamento da Dívida	375.413,2	5,2	917.135,1	12,8	1.603.521,7	20,9	1.603.521,7	20,5
XV.2.Emissão de Títulos	596.758,3	8,3	812.521,6	11,3	827.892,7	10,8	825.994,2	10,6
XV.3.Operações Oficiais de Crédito	175.724,1	2,5	57.022,6	0,8	49.655,1	0,6	49.655,1	0,6
XV.4.Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	87.999,0	1,2	67.798,1	0,9	42.500,2	0,6	42.500,2	0,5
XV.5.Demais	118.092,8	1,6	66.925,6	0,9	63.911,4	0,8	63.911,4	0,8
XVI.DESPESAS FINANCEIRAS	1.116.299,7	15,6	1.809.123,0	25,2	2.359.345,3	30,8	2.375.741,8	30,4
XVI.1.Juro e Encargos da Dívida	285.231,0	4,0	409.567,2	5,7	362.618,2	4,7	362.618,2	4,6
XVI.2.Amortização da Dívida	752.534,5	10,5	1.193.081,2	16,6	1.873.784,8	24,5	1.873.784,8	24,0
XVI.3.Demais	78.534,2	1,1	206.474,6	2,9	122.942,3	1,6	139.338,8	1,8

**QUADRO 9B: COMPATIBILIDADE DAS DESPESAS PRIMÁRIAS
CLASSIFICADAS SEGUNDO A NFGC COM A EC 95/2016**

LDO 2021 - Anexo I, inciso IX

R\$ milhões

Discriminação	Despesa Primária	EC 95/2016	
		Exclusão	Teto
Total das Despesas Primárias	1.810.694,9	324.758,4	1.485.936,4
Despesas Primárias Orçamentárias	1.805.262,3	324.919,9	1.480.342,5
Transferências para Estados e Municípios por Repartição de Receita	284.606,9	284.496,2	110,7
Pessoal e Encargos Sociais	338.385,2	13.481,4	324.903,9
Benefícios do RGPS	698.504,3		698.504,3
Outras Despesas Obrigatórias do Poder Executivo	330.714,2	21.774,4	308.939,8
Despesas Discricionárias do Poder Executivo	139.141,6	4.000,0	135.141,6
Legislativo / Judiciário / MPU / DPU (Custeio e Capital)	13.910,2	1.167,9	12.742,3
Ajustes Não Orçamentários	5.432,5	-161,4	5.594,0
Ajuste Caixa / Competência	-8.526,0	-161,4	-8.364,6
<i>Transferências para Estados e Municípios por Repartição de Receita</i>	<i>-161,4</i>	<i>-161,4</i>	
<i>Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>-1.039,8</i>		<i>-1.039,8</i>
<i>Benefícios do RGPS</i>	<i>-7.596,4</i>		<i>-7.596,4</i>
<i>Subsídios, Subvenções e Proagro</i>	<i>271,6</i>		<i>271,6</i>
Demais Operações que afetam o Resultado Primário	13.958,6		13.958,6
<i>Fabricação de cédulas e moedas</i>	<i>1.003,7</i>		<i>1.003,7</i>
<i>Subsídios aos fundos constitucionais</i>	<i>9.449,5</i>		<i>9.449,5</i>
<i>Operações Net Lending</i>	<i>1.995,0</i>		<i>1.995,0</i>
<i>Impacto primário das operações do FIES</i>	<i>1.510,3</i>		<i>1.510,3</i>

Quadro 10

Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e UO

LDO-2021, Anexo I, Inciso X.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização			Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
32	Ministério de Minas e Energia										22.939	
202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM										22.939	
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)										22.939	
0906	0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa			28	844	F				22.939	
0906	0284	0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional								22.939	
						F	2-JUR	0	90	0	100	22.939
41	Ministério das Comunicações										63.600.000	
260	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS										63.600.000	
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)										63.600.000	
0905	0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna			28	843	F				63.600.000	
0905	0283	0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional								63.600.000	
						F	2-JUR	0	90	0	100	13.200.000
						F	6-AMO	0	90	0	100	50.400.000
52	Ministério da Defesa										3.511.111.016	
111	Comando da Aeronáutica										1.286.403.256	
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)										1.286.403.256	
0906	0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa			28	844	F				1.286.403.256	
0906	0284	0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional								1.286.403.256	
						F	2-JUR	0	90	0	144	510.128.541
						F	6-AMO	0	90	0	143	776.274.715
131	Comando da Marinha										2.205.839.500	
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)										2.205.839.500	
0906	0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa			28	844	F				2.205.839.500	
0906	0284	0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa - Nacional								2.205.839.500	
						F	2-JUR	0	90	0	144	443.479.991
						F	6-AMO	0	90	0	143	1.762.359.509
232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha -										18.868.260	
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)										18.868.260	
0905	0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna			28	843	F				18.868.260	
0905	0283	0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional								18.868.260	
						F	2-JUR	0	90	0	180	3.164.460
						F	6-AMO	0	90	0	180	15.703.800
53	Ministério do Desenvolvimento Regional										17.448.498	
209	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU										17.448.498	
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)										17.448.498	
0905	0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna			28	843	F				17.448.498	
0905	0283	0001	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna - Nacional								17.448.498	
						F	2-JUR	0	90	0	100	17.448.498
74	Operações Oficiais de Crédito										315.000.000	
101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional										315.000.000	
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais										315.000.000	
0909	00QM	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001)			28	846	F				215.000.000	
0909	00QM	0001	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) - Nacional								215.000.000	
						F	2-JUR	0	90	0	144	195.000.000
						F	6-AMO	0	90	0	143	20.000.000
0909	00RA	Assunção de Riscos das Operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura - PRONAF Grupo A (Lei nº 10.186, de 2001)			28	846	F				100.000.000	
0909	00RA	0001	Assunção de Riscos das Operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura - PRONAF Grupo A (Lei nº 10.186, de 2001) - Nacional								100.000.000	
						F	2-JUR	0	90	0	144	60.000.000
						F	6-AMO	0	90	0	143	40.000.000

Quadro 10

Serviço da Dívida Contratual e Mobiliária por Órgão e UO

LDO-2021, Anexo I, Inciso X.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Programática	Programa/Ação/Produto/Localização		Funcional	Esf	GND	RP	Mod	IU	Fte	Valor	
75	Dívida Pública Federal									2.232.495.842.781	
101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia									2.232.495.842.781	
0905	Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)									603.984.992.973	
0905	0272	Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assumidas pela União (Lei nº 8.727, de 1993)	28	843	F					143.815.472	
0905	0272	0001								143.815.472	
					F	2-JUR	0	90	0	173	7.914.944
					F	6-AMO	0	90	0	173	135.900.528
0905	0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna	28	843	F					603.841.177.501	
0905	0455	0001								603.841.177.501	
					F	2-JUR	0	90	0	197	2.921.072.284
					F	2-JUR	0	90	0	144	326.431.946.767
					F	6-AMO	0	90	0	100	183.994.226.106
					F	6-AMO	0	90	0	129	108.954.668
					F	6-AMO	0	90	0	197	6.815.835.328
					F	6-AMO	0	90	0	159	21.921.148.005
					F	6-AMO	0	90	0	143	4.427.063.844
					F	6-AMO	0	90	0	148	476.959.332
					F	6-AMO	0	90	0	188	31.335.289.478
					F	6-AMO	0	90	0	173	25.071.596.011
					F	6-AMO	0	90	0	171	323.459.945
					F	6-AMO	0	90	0	162	13.625.733
0906	Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)									37.103.958.199	
0906	0425	Serviços da Dívida Pública Federal Externa	28	844	F					37.103.958.199	
0906	0425	0001								37.103.958.199	
					F	2-JUR	0	90	0	144	32.014.836.668
					F	6-AMO	0	90	0	143	5.089.121.531
0907	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna									1.503.699.837.958	
0907	0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna	28	841	F					1.503.699.837.958	
0907	0365	0001								1.503.699.837.958	
					F	6-AMO	0	90	0	143	1.503.699.837.958
0908	Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Externa									57.037.053.651	
0908	0243	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa	28	842	F					57.037.053.651	
0908	0243	0001								57.037.053.651	
					F	6-AMO	0	90	0	143	57.037.053.651
0909	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais									30.670.000.000	
0909	00QE	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União	28	846	F					5.670.000.000	
0909	00QE	0001								5.670.000.000	
					F	6-AMO	0	90	0	143	5.670.000.000
0909	00Q3	Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS	28	846	F					25.000.000.000	
0909	00Q3	0001								25.000.000.000	
					F	6-AMO	0	90	0	143	25.000.000.000
Total										2.236.403.025.234	

Quadro 11 - Fontes de Financiamento das Despesas do Orçamento da Seguridade Social

LDO - 2021, Anexo I, inciso XI				R\$ 1,00
Código	Especificação	Fonte	RP	Valor Atual
Receita da Seguridade Social (A)				872.865.726.295
1.1.2.1.01.1.1	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL	174	P	431.362.721
1.1.2.1.01.1.2	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - MULTAS E JUROS	174	P	311.740
1.1.2.1.01.1.3	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA	174	P	15.209.225
1.1.2.1.01.1.4	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	174	P	68.315
1.2.1.1.01.1.1	CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS SOBRE O FATURAMENTO - PRINCIPAL	153	P	242.393.677.655
1.2.1.1.01.1.3	CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS SOBRE O FATURAMENTO - DÍVIDA ATIVA	153	P	999.397.144
1.2.1.1.01.1.5	CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS SOBRE O FATURAMENTO - MULTAS	153	P	1.299.893.661
1.2.1.1.49.1.7	CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS SOBRE O FATURAMENTO - PARCELAMENTOS - MULTA DA DÍVIDA ATIVA	153	P	206.873.829
1.2.1.2.01.1.1	CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - CONTRIBUINTES NÃO OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - PRINCIPAL	140	P	50.598.333.755
1.2.1.2.01.1.3	CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - CONTRIBUINTES NÃO OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - DÍVIDA ATIVA	140	P	175.067.350
1.2.1.2.01.1.5	CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - CONTRIBUINTES NÃO OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - MULTAS	140	P	313.723.742
1.2.1.2.49.1.7	CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP - PARCELAMENTOS - MULTA DA DÍVIDA ATIVA	140	P	40.906.293
1.2.1.3.01.1.1	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - CONTRIBUINTES NÃO OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - PRINCIPAL	151	P	86.573.834.386
1.2.1.3.01.1.3	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - CONTRIBUINTES NÃO OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - DÍVIDA ATIVA	151	P	470.236.471
1.2.1.3.01.1.5	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - CONTRIBUINTES NÃO OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - MULTAS	151	P	560.976.269
1.2.1.3.49.1.7	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL - PARCELAMENTOS - MULTA DA DÍVIDA ATIVA	151	P	127.726.763
1.2.1.4.01.1.1	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO EMPREGADOR OU EQUIPARADO - CONTRIBUINTES NÃO OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - PRINCIPAL	154	P	243.354.412.625
1.2.1.4.01.1.3	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO EMPREGADOR OU EQUIPARADO - CONTRIBUINTES NÃO OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - DÍVIDA ATIVA	154	P	2.462.106.860
1.2.1.4.01.1.4	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO EMPREGADOR OU EQUIPARADO - CONTRIBUINTES NÃO OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - DÍVIDA ATIVA - MULTAS E JUROS	154	P	1.478.327.918
1.2.1.4.01.2.1	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO EMPREGADOR OU EQUIPARADO - CONTRIBUINTES OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - PRINCIPAL	154	P	51.876.743.340
1.2.1.4.01.2.2	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO EMPREGADOR OU EQUIPARADO - CONTRIBUINTES OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL - MULTAS E JUROS	154	P	1.167.495.147
1.2.1.4.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DO SEGURADO - PRINCIPAL	154	P	109.041.127.795
1.2.1.5.01.1.1	CPSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PRINCIPAL	156	P	11.245.179.930
1.2.1.5.01.1.2	CPSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS	156	P	3.049.736
1.2.1.5.01.2.1	CPSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PRINCIPAL	156	P	4.991.174.933
1.2.1.5.01.3.1	CPSS DO SERVIDOR CIVIL PENSIONISTAS - PRINCIPAL	156	P	1.315.787.220
1.2.1.5.01.4.1	CPSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO, POR SENTENÇA JUDICIAL - PRINCIPAL	156	P	196.402.723
1.2.1.5.01.5.1	CPSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO, POR SENTENÇA JUDICIAL - PRINCIPAL	156	P	89.001.639
1.2.1.5.01.6.1	CPSS DO SERVIDOR CIVIL PENSIONISTA, POR SENTENÇA JUDICIAL - PRINCIPAL	156	P	15.873.451
1.2.1.6.01.1.1	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - POLICIAIS MILITARES - PRINCIPAL	106	P	19.692.787
1.2.1.6.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO PARA FUNDOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - BOMBEIROS MILITARES - PRINCIPAL	106	P	19.594.342
1.2.1.7.01.1.1	CONTRIBUIÇÃO SOBRE A LOTERIA FEDERAL - PRINCIPAL	118	P	55.514.305
1.2.1.7.02.1.1	CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTERIAS ESPORTIVAS - PRINCIPAL	118	P	7.571.400
1.2.1.7.04.1.1	CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTERIAS DE PROGNÓSTICOS NUMÉRICOS - PRINCIPAL	118	P	1.908.644.833
1.2.1.7.06.1.1	CONTRIBUIÇÃO SOBRE LOTERIA DE PROGNÓSTICO ESPECÍFICO - PRINCIPAL	118	P	8.786.660
1.2.1.9.01.1.1	CONTRIBUIÇÃO SOBRE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS - PRINCIPAL	118	P	446.898
1.2.1.9.01.1.2	CONTRIBUIÇÃO SOBRE SORTEIOS REALIZADOS POR ENTIDADES FILANTRÓPICAS - MULTAS E JUROS	118	P	165.850
1.2.1.9.02.1.1	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - PRINCIPAL	176	P	6.578.967
1.2.1.9.11.1.1	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DAS PENSÕES MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS - PRINCIPAL	123	P	8.098.605.268
1.3.1.0.01.1.1	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - PRINCIPAL	150	P	21.084.951
1.3.1.0.01.1.2	ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS - MULTAS E JUROS	150	P	165.946
1.3.1.0.02.1.1	CONCESSÃO, PERMISSÃO, AUTORIZAÇÃO OU CESSÃO DO DIREITO DE USO DE BENS IMÓVEIS PÚBLICOS - PRINCIPAL	150	P	461.300
1.3.2.1.00.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - PRINCIPAL	180	F	703.611.534
1.3.2.1.00.2.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS ESPECIAIS - PRINCIPAL	180	F	486.780.100
1.3.2.1.00.3.1	REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO-DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	180	F	156.541.522
1.3.2.2.00.1.1	DIVIDENDOS - PRINCIPAL	150	P	17.634.642
1.3.4.1.02.4.1	ROYALTIES MÍNIMOS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - QUALQUER SITUAÇÃO - PRINCIPAL	142	P	227.216.671
1.3.4.1.03.4.1	ROYALTIES EXCEDENTES PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - QUALQUER SITUAÇÃO - PRINCIPAL	142	P	454.433.342
1.3.4.1.04.4.1	PARTICIPAÇÃO ESPECIAL PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO EM PLATAFORMA - CONTRATO DE CONCESSÃO - DECLARAÇÃO DE COMERCIALIDADE A PARTIR DE 3/12/2012 - QUALQUER SITUAÇÃO - PRINCIPAL	142	P	37.493.044
1.3.6.0.01.1.1	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - PRINCIPAL	150	P	2.040.784.327
1.3.6.0.01.1.2	CESSÃO DO DIREITO DE OPERACIONALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS - MULTAS E JUROS	150	P	44.994
1.5.0.0.00.1.1	RECEITA INDUSTRIAL - PRINCIPAL	150	P	241.272
1.6.1.0.01.1.1	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	150	P	37.884.957
1.6.1.0.01.1.1	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL	170	P	5.880.050
1.6.1.0.02.1.1	INSCRIÇÃO EM CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS - PRINCIPAL	150	P	1.416.000

<i>Código</i>	<i>Especificação</i>	<i>Fonte</i>	<i>RP</i>	<i>Valor Atual</i>
1.6.1.0.04.1.1	SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA - PRINCIPAL	150	P	1.575.980
1.6.3.0.01.1.1	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL	150	P	156.108.602
1.6.3.0.01.1.1	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL	170	P	104.745.227
1.6.3.0.02.1.1	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE SUPLEMENTAR DO SERVIDOR CIVIL - PRINCIPAL	170	P	33.569.934
1.6.3.0.02.2.1	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DO MILITAR - PRINCIPAL	170	P	2.049.460.683
1.6.4.0.03.1.1	REMUNERAÇÃO SOBRE REPASSE PARA PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - PRINCIPAL	180	F	10.760.767.800
1.7.2.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES - PRINCIPAL	181	P	4.312.034
1.7.4.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	195	P	2.899.455
1.7.4.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS - PRINCIPAL	196	P	33.183.666
1.7.7.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS - PRINCIPAL	196	P	1.250.365
1.7.8.0.00.1.1	TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS - PRINCIPAL	194	P	13.886
1.9.1.0.01.1.1	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	150	P	1.453.433
1.9.1.0.01.1.1	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	154	P	59.429.041
1.9.1.0.01.1.1	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - PRINCIPAL	174	P	300.614.113
1.9.1.0.01.1.3	MULTAS PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA - DÍVIDA ATIVA	174	P	78.607.097
1.9.1.0.03.1.1	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL - PRINCIPAL	174	P	40.407.310
1.9.1.0.03.1.3	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO DO SEGURO-DESEMPREGO E ABONO SALARIAL - DÍVIDA ATIVA	174	P	150.547
1.9.1.0.09.1.1	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS - PRINCIPAL	150	P	7.623.142
1.9.1.0.10.1.3	MULTAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO SOBRE REGIME DE PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR - DÍVIDA ATIVA	174	P	82.939
1.9.1.0.11.1.1	MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA ACESSÓRIA - PRINCIPAL	154	P	64.412.779
1.9.2.1.01.1.1	INDENIZAÇÕES POR DANOS CAUSADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO - PRINCIPAL	150	P	11.920
1.9.2.2.02.1.1	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	140	P	6.332
1.9.2.2.02.1.1	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS NÃO DESEMBOLSADOS - PRINCIPAL	150	P	314.060.539
1.9.2.2.03.1.1	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PRINCIPAL	151	P	1.932.856
1.9.2.2.03.1.1	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PRINCIPAL	153	P	17.757.273
1.9.2.2.03.1.1	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PRINCIPAL	154	P	875.120.814
1.9.2.2.04.1.1	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - PRINCIPAL	151	P	5.628
1.9.2.2.04.1.1	RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - PRINCIPAL	153	P	26.270
1.9.2.2.06.1.1	RESTITUIÇÃO DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES FINANCIADAS POR FONTES PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	150	P	1.895.339
1.9.2.2.07.1.1	RESTITUIÇÃO DE PARCELAS DO SEGURO DESEMPREGO RECEBIDAS INDEVIDAMENTE - PRINCIPAL	140	P	29.378.770
1.9.2.2.99.1.1	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PRINCIPAL	150	P	170.250.501
1.9.2.3.01.1.1	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE - PRINCIPAL	136	P	632.784.596
1.9.2.3.03.1.1	REVERSÃO DE GARANTIAS - PRINCIPAL	150	P	238.180
1.9.2.3.04.1.1	RESSARCIMENTO AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS - PRINCIPAL	154	P	22.343.213
1.9.2.3.99.1.1	OUTROS RESSARCIMENTOS - PRINCIPAL	150	P	23.566
1.9.3.0.02.1.1	ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS APREENDIDOS - PRINCIPAL	139	P	107.577.972
1.9.3.0.02.2.1	ALIENAÇÃO DE BENS E MERCADORIAS ASSOCIADOS AO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E DROGAS AFINS - PRINCIPAL	139	P	17.775.101
1.9.9.0.04.1.1	CONTRIBUIÇÃO AO MONTEPIO CIVIL - PRINCIPAL	117	P	131.564
1.9.9.0.08.1.1	PRÊMIO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT - PRINCIPAL	186	P	161.986.118
1.9.9.0.99.1.1	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - PRINCIPAL	150	P	3.432.619
1.9.9.0.99.1.2	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - MULTAS E JUROS	150	P	28.005.346
1.9.9.0.99.1.3	OUTRAS RECEITAS - PRIMÁRIAS - DÍVIDA ATIVA	150	P	1.658.422
2.2.1.3.00.1.1	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	163	P	595.599
2.2.2.0.00.1.1	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - PRINCIPAL	163	P	20.344.450
2.2.2.0.00.1.2	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS - MULTAS E JUROS	150	P	197.985
7.1.2.1.01.1.1	TAXAS DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	174	P	20.455
7.2.1.5.02.1.1	CPSS PATRONAL - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	169	F	22.649.188.888
7.2.1.5.02.1.2	CPSS PATRONAL - MULTAS E JUROS - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	169	F	1.700.797
7.2.1.5.02.2.1	CPSS PATRONAL, POR SENTENÇA JUDICIAL - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	169	F	136.244.633
7.6.1.0.01.1.1	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	150	P	7.856
7.6.3.0.01.1.1	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	150	P	30.352
7.6.3.0.01.1.1	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À SAÚDE - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	170	P	63.316.199
7.9.9.0.02.1.1	APORTES PERIÓDICOS PARA COMPENSAÇÕES AO RGPS - PRINCIPAL - OPERAÇÕES INTRAORÇAMENTÁRIAS	186	P	8.145.449.511
Transferências de Recursos do Orçamento Fiscal (B)				287.230.488.846
	RECURSOS PRIMÁRIOS DE LIVRE APLICAÇÃO	100		1.311.250.232
	CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	113		4.059.564.405
	RECEITAS DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	118		310.297.568
	COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E OUTROS HIDROCARBONETOS FLUIDOS	142		401.091.890
	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES	144		1.684.033.076
	RECURSOS PRÓPRIOS PRIMÁRIOS DE LIVRE APLICAÇÃO	150		1.814.687
	RECURSOS PRÓPRIOS DECORRENTES DA ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	163		3.038.249
	TAXAS E MULTAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA E MULTAS PROVENIENTES DE PROCESSOS JUDICIAIS	174		185.710
	RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS	180		7.000.000
	RECURSOS VINCULADOS A APLICAÇÕES EM POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS	186		96.325.264
	RECURSOS FINANCEIROS DE LIVRE APLICAÇÃO	188		1.141.017.034
	TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOIRO NACIONAL - OUTRAS APLICAÇÕES - CONDICIONADOS	944		278.214.870.731
TOTAL (C) = (A + B)				1.160.096.215.141

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
058I Abono Salarial	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	25000 - Ministério da Economia	10.572.921.705
219E Ações de Proteção Social Básica	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	648.552.041
219F Ações de Proteção Social Especial	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	327.000.000
20K1 Adequação de Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	16.500.000
2000 Administração da Unidade	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	27.130.624
		25000 - Ministério da Economia	811.752.135
		26000 - Ministério da Educação	24.970.132
		36000 - Ministério da Saúde	869.618.000
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	10.464.678
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	25000 - Ministério da Economia	234.230
		36000 - Ministério da Saúde	1.967.920
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	1.142.000
6174 Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	14.300.000
00QG Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	71000 - Encargos Financeiros da União	100.000.000
		52000 - Ministério da Defesa	6.814.794
		25000 - Ministério da Economia	10.836.385
8755 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia-INC	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	110.448.000
8758 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	422.250.041
8759 Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	196.600.000
8727 Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	43.600.000
20IT Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Bolsa Família e de Articulação com Outras Políticas Públicas	5028 Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério da Cidadania	7.801.034
6516 Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	91.000.000
8458 Apoio à Agricultura Urbana	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério da Cidadania	1.300.000
00PI Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE)	5011 Educação Básica de Qualidade	26000 - Ministério da Educação	4.059.564.405
1P95 Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	37.219.970
10S5 Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	119.685.587
20AG Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	3.616.100
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	3.483.900

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
1N08 Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento		53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	422.244.096
10SC Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	100.076.308
8948 Apoio à Implantação de Equipamentos e de Tecnologia Social de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério da Cidadania	62.742.000
20Q8 Apoio à Implantação e Manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	6.078.350
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	7.921.650
20NV Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	470.000
217U Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	20.021.000
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	28.979.000
8893 Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	67.958.520
00P1 Apoio à Residência em Saúde	5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	26000 - Ministério da Educação	518.526.992
10SG Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos	2218 Gestão de Riscos e Desastres	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	228.699.441
20AF Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	19.160.000
218U Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	14.420.000
20K7 Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Plataformas Tecnológicas para Fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	93.000.000
20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	8.160.000
20TR Apoio Financeiro Suplementar à Manutenção da Educação Infantil	5024 Atenção Integral à Primeira Infância	55000 - Ministério da Cidadania	3.000.000
20YQ Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	80.000.000
20Z3 Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	25000 - Ministério da Economia	130.000

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
0181 Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	0030 Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	29000 - Defensoria Pública da União	19.762.202
		59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	260.847
	0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	34000 - Ministério Público da União	845.314.597
		63000 - Advocacia-Geral da União	572.358.901
	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	37000 - Controladoria-Geral da União	179.523.928
		60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	1.000
		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.100.403.586
		55000 - Ministério da Cidadania	31.908.210
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	1.128.510.482
		52000 - Ministério da Defesa	2.584.527.276
		25000 - Ministério da Economia	17.167.343.553
		26000 - Ministério da Educação	13.191.421.264
		39000 - Ministério da Infraestrutura	2.379.010.902
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	3.339.241.132
		81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	78.949
		36000 - Ministério da Saúde	8.492.563.725
		41000 - Ministério das Comunicações	273.109.496
		35000 - Ministério das Relações Exteriores	304.770.153
		32000 - Ministério de Minas e Energia	143.456.713
		53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	444.946.628
		44000 - Ministério do Meio Ambiente	548.640.142
		54000 - Ministério do Turismo	164.231.179
		20000 - Presidência da República	305.087.378
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	16.981.509.302
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.427.468.660
	0033 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	17000 - Conselho Nacional de Justiça	157.560
		16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	540.318.730
		15000 - Justiça do Trabalho	5.643.649.116
		14000 - Justiça Eleitoral	1.117.329.785
		12000 - Justiça Federal	1.890.890.000
		13000 - Justiça Militar da União	230.491.333
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	430.966.091
		10000 - Supremo Tribunal Federal	163.436.781
		01000 - Câmara dos Deputados	1.851.314.611
		02000 - Senado Federal	2.129.825.863
	0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	03000 - Tribunal de Contas da União	831.680.845

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
0397 Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC	0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	01000 - Camara dos Deputados	118.960.389
		02000 - Senado Federal	22.542.816
8287 Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa em Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	23.564.000
2798 Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério da Cidadania	371.711.018
20YE Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	5.378.000.000

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0030 Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	29000 - Defensoria Pública da União	12.899.081
	0031 Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	59000 - Conselho Nacional do Ministério Público	1.326.984
		34000 - Ministério Público da União	141.589.676
	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	63000 - Advocacia-Geral da União	23.047.452
		37000 - Controladoria-Geral da União	5.259.713
		71000 - Encargos Financeiros da União	199.236.506
		60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	41.354
		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	179.200.499
		55000 - Ministério da Cidadania	2.481.850
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	22.521.037
		52000 - Ministério da Defesa	3.289.031.266
		25000 - Ministério da Economia	492.852.547
		26000 - Ministério da Educação	719.293.615
		39000 - Ministério da Infraestrutura	43.749.520
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	98.341.503
		81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	638.134
		36000 - Ministério da Saúde	255.325.011
		41000 - Ministério das Comunicações	32.201.730
		35000 - Ministério das Relações Exteriores	172.905.957
		32000 - Ministério de Minas e Energia	72.197.617
		53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	57.584.946
		44000 - Ministério do Meio Ambiente	15.898.361
		54000 - Ministério do Turismo	6.171.863
		20000 - Presidência da República	10.331.753
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	29.001.632
	0033 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	17000 - Conselho Nacional de Justiça	4.000.000
		16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	66.255.506
		15000 - Justiça do Trabalho	403.987.851
		14000 - Justiça Eleitoral	144.789.356
		12000 - Justiça Federal	225.697.326
		13000 - Justiça Militar da União	19.000.000
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	61.808.919
		10000 - Supremo Tribunal Federal	16.422.725
	0034 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	01000 - Câmara dos Deputados	192.518.753
		02000 - Senado Federal	194.833.710
		03000 - Tribunal de Contas da União	39.537.594
00FM Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	383.751.450

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
6148 Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.158.260.251
8585 Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	51.651.867.894
4324 Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	20.316.038
6217 Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.065.100.000
4295 Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	1.539.700.000
8305 Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	127.000.000
4370 Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS, outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	1.830.000.000
20TP Ativos Cíveis da União	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	114.909.783
		25000 - Ministério da Economia	2.862.548.269
		26000 - Ministério da Educação	9.655.272.186
		36000 - Ministério da Saúde	7.354.903.332
20QG Atuação Internacional do Ministério da Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	8.000.000
2562 Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos	2214 Nova Previdência	25000 - Ministério da Economia	2.000.000
2592 Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	2214 Nova Previdência	25000 - Ministério da Economia	4.326.717
20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	28.000.000
20K3 Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	16.160.000
2589 Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	9.238.980

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
00S6 Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	63000 - Advocacia-Geral da União	1.000
		01000 - Câmara dos Deputados	3.000.000
		37000 - Controladoria-Geral da União	1.000
		29000 - Defensoria Pública da União	100.000
		60000 - Gabinete da Vice-Presidência da República	1.000
		16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	410.000
		15000 - Justiça do Trabalho	7.413.755
		12000 - Justiça Federal	60.000
		13000 - Justiça Militar da União	150.000
		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3.000
		55000 - Ministério da Cidadania	1.000
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	4.000
		52000 - Ministério da Defesa	8.000
		25000 - Ministério da Economia	571.810.693
		26000 - Ministério da Educação	152.000
		39000 - Ministério da Infraestrutura	5.000
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	6.000
		81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	1.000
		36000 - Ministério da Saúde	5.000
		41000 - Ministério das Comunicações	2.000
		35000 - Ministério das Relações Exteriores	2.000
		32000 - Ministério de Minas e Energia	4.000
		53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	6.000
		44000 - Ministério do Meio Ambiente	4.000
		54000 - Ministério do Turismo	8.000
		34000 - Ministério Público da União	4.166.045
		20000 - Presidência da República	4.000
		02000 - Senado Federal	350.005
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	120.000
		73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	38.499.996
		03000 - Tribunal de Contas da União	741.539
00IN Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	36.456.735.156
00H5 Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	28.245.608.749

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
0536 Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Camara dos Deputados	109.176
		71000 - Encargos Financeiros da União	53.997.172
		15000 - Justiça do Trabalho	12.454.903
		14000 - Justiça Eleitoral	69.225
		12000 - Justiça Federal	25.000
		22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.030.074
		55000 - Ministério da Cidadania	160.632
		24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	46.620
		52000 - Ministério da Defesa	2.233.496
		25000 - Ministério da Economia	920.288.168
		26000 - Ministério da Educação	2.915.069
		39000 - Ministério da Infraestrutura	12.669.800
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.437.496
		81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	80.847
		36000 - Ministério da Saúde	6.514.843
		32000 - Ministério de Minas e Energia	432.415
		53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	23.360.506
		44000 - Ministério do Meio Ambiente	145.884
		34000 - Ministério Público da União	17.292
		11000 - Superior Tribunal de Justiça	48.744
212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	18.569.888
		25000 - Ministério da Economia	172.051.129
		26000 - Ministério da Educação	483.939.875
		36000 - Ministério da Saúde	511.341.417
0E82 Benefícios Previdenciários Rurais	2214 Nova Previdência	25000 - Ministério da Economia	87.132.305.827
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	55.426.924.655
0E81 Benefícios Previdenciários Urbanos	2214 Nova Previdência	25000 - Ministério da Economia	326.404.978.588
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	203.143.202.756
4741 Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	25000 - Ministério da Economia	104.387.443
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	25000 - Ministério da Economia	11.000.000
		26000 - Ministério da Educação	5.222.363
		36000 - Ministério da Saúde	17.300.000
4245 Classificação Brasileira de Ocupações - CBO	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	25000 - Ministério da Economia	1.746.780
0531 Compensação Financeira entre Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	01000 - Camara dos Deputados	225.123
009W Compensação Previdenciária	2214 Nova Previdência	25000 - Ministério da Economia	4.197.550.392
6179 Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	27.200.000
00QC Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos	5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	26000 - Ministério da Educação	90.234.877

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
0354 Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000)	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	74000 - Operações Oficiais de Crédito	4.500.000
5516 Conferências Nacionais de Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	15.000.000
2151 Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério da Cidadania	11.155.171
15VW Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
15VZ Construção da Sede da Fiocruz Amazonas	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
15VY Construção da Sede da Fiocruz Rondônia	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
15VX Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTS	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	10.500.000
13DW Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	152.000.000
125H Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	4.125.048
15W1 Construção do Hospital do Sangue do Amazonas	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
15W0 Construção do Hospital Materno Infantil da Serra - ES	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
15W2 Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões - RS	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.000.000
0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	15.040
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	24.877.684
		25000 - Ministério da Economia	617.528.093
		26000 - Ministério da Educação	634.980.502
		36000 - Ministério da Saúde	1.234.743.315
00QB Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer)	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	36000 - Ministério da Saúde	5.076.000
00OQ Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	0910 Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	25000 - Ministério da Economia	155.000
		36000 - Ministério da Saúde	538.000
00N2 Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	25000 - Ministério da Economia	667.714.556
2294 Defesa Judicial da Previdência Social Básica	2214 Nova Previdência	25000 - Ministério da Economia	23.000.000
8648 Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde e Programas de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento do SUS	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
2B52 Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	16.000.000
217M Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz	5024 Atenção Integral à Primeira Infância	55000 - Ministério da Cidadania	449.153.000
8426 Desmobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	25000 - Ministério da Economia	111.850
2792 Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério da Cidadania	100.594.087
00NJ Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	3.868.213
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	9.884.880

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
00NK Doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	36000 - Ministério da Saúde	1.734.018
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	2.455.300
20YD Educação e Formação em Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	1.599.623.979
20GN Educação Previdenciária e Financeira	2214 Nova Previdência	25000 - Ministério da Economia	300.000
8581 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	971.285.206
219G Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	841.514.656
20YL Estruturação de Academias da Saúde	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	8.420.000
8933 Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	181.659.379
8535 Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.170.712.880
15W3 Estruturação do Centro de Oncologia e Hematologia do Grupo Hospitalar Conceição	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.000.000
7690 Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	35.100.000
2E74 Estruturação e Modernização de Unidades de Saúde das Forças Armadas	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	11.667.117
20YY Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	25000 - Ministério da Economia	6.375.000
6908 Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	11.500.000
2B12 Fomento à Inclusão Produtiva	2210 Empregabilidade	25000 - Ministério da Economia	1.000.000
20K2 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas Regionalizadas, com vistas à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	4.901.000
20GK Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	26000 - Ministério da Educação	9.400.000
21BG Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.764.200.000
8708 Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	4.940.000
8636 Fortalecimento da Inovação Tecnológica de Insumos Estratégicos para o SUS	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	45.290.000
20T6 Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	13.268.000
20YJ Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	224.708.815
4815 Funcionamento das Unidades Descentralizadas	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	25000 - Ministério da Economia	80.502.171
2016 Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	13.400.000
8249 Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	3.760.000
6182 Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	35.000.000
4086 Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais	5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	26000 - Ministério da Educação	373.485.544
2563 Gestão da Melhoria Contínua	2214 Nova Previdência	25000 - Ministério da Economia	2.000.000
216F Gestão da Política de Saneamento Básico	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	1.504.000
2564 Gestão de Cadastros para a Previdência Social	2214 Nova Previdência	25000 - Ministério da Economia	113.200.000
2C43 Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	25000 - Ministério da Economia	979.649
20JT Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine	2210 Empregabilidade	25000 - Ministério da Economia	20.453.025
2553 Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	25000 - Ministério da Economia	2.498.872

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
21CA Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	194.680.242
21CB Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	142.361.000
10RM Implantação, Ampliação, Melhoria ou Adequação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Área de Atuação da Codevasf	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	98.863.003
21C9 Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	160.423.968
15EG Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	4.000.000
14UO Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	3.500.000
21CH Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	20.000.000
21CI Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	60.250.000
21CF Implantação e Funcionamento da Saúde Digital e Telessaúde no SUS	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	38.000.000
20QI Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.280.000
21CG Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em Áreas Endêmicas de Malária	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	3.939.993
21CC Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	19.464.108
8721 Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da atenção à Saúde	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	41.000.000
20QH Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	36000 - Ministério da Saúde	64.000.000
21CD Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	47.600.000
21CE Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	243.953.000
20AM Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais	2222 Saneamento Básico	36000 - Ministério da Saúde	8.000.000
00NS Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.900.079.177
00QN Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	1.082.237.210
20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	2.674.000.000
20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	273.000.000
20GD Inclusão Produtiva Rural	5033 Segurança Alimentar e Nutricional	55000 - Ministério da Cidadania	25.800.000
2E90 Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	6.490.919.619
2E89 Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	7.017.925.102

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
0739 Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	52000 - Ministério da Defesa	630.854.874
		25000 - Ministério da Economia	567.770.060
116V Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS	2214 Nova Previdência	25000 - Ministério da Economia	200.000
141J Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares	2222 Saneamento Básico	53000 - Ministério do Desenvolvimento Regional	70.000.000
212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	35.268.000
8327 Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	17.200.000
20YS Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Copagamento	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	184.445.983
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	245.500.000
20YR Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	2.040.000.000
7674 Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	101.385.000
6881 Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	30.144.000
8753 Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	6.950.000
20Q4 Operação do Canal Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	15.000.000
20SP Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	38.100.000
20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	88.600.000
00SA Pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte e que sejam de competência da Justiça Federal	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	25000 - Ministério da Economia	336.422.195
00Q2 Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	466.752.290
0179 Pensões Militares das Forças Armadas	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	22.293.581.999
00QD Pensões Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	878.377.058
21BF Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	319.369.600
20QF Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente	5020 Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	72.200.000
219A Piso de Atenção Primária à Saúde	5019 Atenção Primária à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	20.065.440.000
20Q7 Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
8715 Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	10.000.000
20XT Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	23.098.455
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	13.304.656
2583 Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	5031 Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	55000 - Ministério da Cidadania	49.000.000

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
2522 Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	52000 - Ministério da Defesa	453.222
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	129.996
20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	1.905.300.000
4705 Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	6.980.000.000
4368 Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico	5017 Assistência Farmacêutica no SUS	36000 - Ministério da Saúde	350.000.000
20GG Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza	5027 Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	55000 - Ministério da Cidadania	11.084.558
21AR Promoção e Defesa de Direitos para Todos	5034 Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	55.529.585
20YP Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena	5022 Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena	36000 - Ministério da Saúde	1.462.045.000
4641 Publicidade de Utilidade Pública	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	36000 - Ministério da Saúde	227.200.000
4339 Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	17.540.000
20ZI Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores	2210 Empregabilidade	25000 - Ministério da Economia	9.452.009
2591 Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários	2214 Nova Previdência	25000 - Ministério da Economia	238.402.000
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	4.302.000
20RX Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais	5013 Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	26000 - Ministério da Educação	593.667.588
2F01 Reforço de Recursos para Emergência Internacional em Saúde Pública – Coronavírus	5018 Atenção Especializada à Saúde	36000 - Ministério da Saúde	1.184.222.770
15WP Reforma e Modernização de Nova Unidade do Ministério da Saúde (Bloco “O” da Esplanada dos Ministérios)	0032 Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	36000 - Ministério da Saúde	71.000.000
0Z00 Reserva de Contingência - Financeira	0999 Reserva de Contingência	55000 - Ministério da Cidadania	4.013
		52000 - Ministério da Defesa	8.501
		25000 - Ministério da Economia	15.141.740.068
		30000 - Ministério da Justiça e Segurança Pública	17.960.811
		81000 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	34.395.264
		36000 - Ministério da Saúde	467.209.936
0Z01 Reserva de Contingência Fiscal - Primária	0999 Reserva de Contingência	71000 - Encargos Financeiros da União	1.744.934.222
6149 Residência de Profissionais de Saúde - SUS	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	21.000.000
21CJ Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de doenças e Agravos	5022 Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena	36000 - Ministério da Saúde	31.000.000
00H4 Seguro Desemprego	2213 Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	25000 - Ministério da Economia	38.358.490.792
0022 Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	26000 - Ministério da Educação	32.150.000
		36000 - Ministério da Saúde	13.100.000
0625 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	55000 - Ministério da Cidadania	1.197.021.388
		25000 - Ministério da Economia	12.001.997.499
		26000 - Ministério da Educação	15.726.715

Quadro 12

Ações da Seguridade Social, respectivos Programas e Órgão Orçamentário

LDO-2021, Anexo I, Inciso XII.

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Ação	Programa	Órgão	Valor
0005 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	0901 Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	55000 - Ministério da Cidadania	1.000
		25000 - Ministério da Economia	10.122.769.942
		26000 - Ministério da Educação	8.480.921
		36000 - Ministério da Saúde	167.341.952
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	1.800.000.000
8446 Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família	5028 Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério da Cidadania	550.770.000
2292 Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	2214 Nova Previdência	25000 - Ministério da Economia	338.550.983
009T Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal	0903 Operações Especiais: Transferências Constitucionais e as Decorrentes de Legislação Específica	73000 - Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	4.095.000.000
6414 Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	5029 Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas	55000 - Ministério da Cidadania	21.038.965
20YN Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	5021 Gestão e Organização do SUS	36000 - Ministério da Saúde	272.481.000
8442 Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)	5028 Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas	55000 - Ministério da Cidadania	34.322.518.000
		93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	535.665.958
0C01 Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006	0909 Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	52000 - Ministério da Defesa	10.440.000
		25000 - Ministério da Economia	30.000.000
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes	5023 Vigilância em Saúde	36000 - Ministério da Saúde	56.900.000
TOTAL			1.160.096.215.141

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
01	Camara dos Deputados	64.830.929
101	Câmara dos Deputados	64.830.929
0034	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	64.830.929
0034 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	64.830.929
0034 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	64.830.929
02	Senado Federal	51.566.655
101	Senado Federal	51.566.655
0034	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	51.566.655
0034 4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	51.566.655
0034 4061 5664	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política - Em Brasília - DF	51.566.655
03	Tribunal de Contas da União	84.965.289
101	Tribunal de Contas da União	84.965.289
0034	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo	84.965.289
0034 4018	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	84.965.289
0034 4018 0001	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais - Nacional	84.965.289
10	Supremo Tribunal Federal	20.025.438
101	Supremo Tribunal Federal	20.025.438
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	20.025.438
0033 2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	613.538
0033 2004 5664	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF	613.538
0033 6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal	19.411.900
0033 6359 5664	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal - Em Brasília - DF	19.411.900
11	Superior Tribunal de Justiça	84.095.608
101	Superior Tribunal de Justiça	84.095.608
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	84.095.608
0033 4236	Apreciação e Julgamento de Causas	84.095.608
0033 4236 5664	Apreciação e Julgamento de Causas - Em Brasília - DF	84.095.608
12	Justiça Federal	152.438.176
101	Justiça Federal de Primeiro Grau	95.123.411
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	95.123.411
0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	95.123.411
0033 4257 0001	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional	95.123.411
102	Tribunal Regional Federal da 1a. Região	11.232.685
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	11.232.685
0033 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe	1.400.000
0033 151W 6012	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	1.400.000
0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	9.832.685
0033 4257 6012	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 1ª Região da Justiça Federal - AC, AM, AP, BA, DF, GO, MA, MG, MT, PA, PI, RO, RR, TO	9.832.685
103	Tribunal Regional Federal da 2a. Região	5.121.000
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	5.121.000
0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	5.121.000
0033 4257 6013	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 2ª Região da Justiça Federal - ES, RJ	5.121.000
104	Tribunal Regional Federal da 3a. Região	11.246.302
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	11.246.302
0033 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe	1.400.000
0033 151W 6014	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	1.400.000
0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	9.846.302
0033 4257 6014	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 3ª Região da Justiça Federal - MS, SP	9.846.302
105	Tribunal Regional Federal da 4a. Região	7.794.778
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	7.794.778
0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	7.794.778
0033 4257 6015	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 4ª Região da Justiça Federal - PR, RS, SC	7.794.778
106	Tribunal Regional Federal da 5a. Região	21.920.000
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	21.920.000
0033 151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe	1.920.000
0033 151W 6016	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	1.920.000
0033 4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal	20.000.000
0033 4257 6016	Julgamento de Causas na Justiça Federal - Na 5ª Região da Justiça Federal - AL, CE, PB, PE, RN, SE	20.000.000
13	Justiça Militar da União	7.856.486
101	Justiça Militar da União	7.856.486
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	7.856.486
0033 4225	Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União	7.856.486
0033 4225 0001	Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União - Nacional	7.856.486
14	Justiça Eleitoral	1.395.357.858
101	Tribunal Superior Eleitoral	1.246.751.587
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	1.246.751.587
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	49.877.287
0033 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional	49.877.287
0033 21CN	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional	40.000.000
0033 21CN 0001	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional - Nacional	40.000.000
0033 4269	Pleitos Eleitorais	1.117.074.300
0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional	1.117.074.300
0033 7832	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor	39.800.000
0033 7832 0001	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Nacional	39.800.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
102	Tribunal Regional Eleitoral do Acre	2.823.996
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.823.996
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	2.823.996
0033 20GP 0012	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Acre	2.823.996
103	Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas	3.383.663
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.383.663
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3.383.663
0033 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas	3.383.663
104	Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas	4.164.073
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.164.073
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4.164.073
0033 20GP 0013	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amazonas	4.164.073
105	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia	9.499.863
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	9.499.863
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	9.499.863
0033 20GP 0029	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia	9.499.863
106	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará	4.658.275
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.658.275
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4.658.275
0033 20GP 0023	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Ceará	4.658.275
107	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal	4.954.266
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.954.266
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4.954.266
0033 20GP 0053	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Distrito Federal	4.954.266
108	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo	4.339.557
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.339.557
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4.339.557
0033 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo	4.339.557
109	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás	5.026.493
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	5.026.493
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	5.026.493
0033 20GP 0052	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Goiás	5.026.493
110	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão	6.901.948
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.901.948
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	6.901.948
0033 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão	6.901.948
111	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso	6.245.700
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.245.700
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	6.245.700
0033 20GP 0051	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso	6.245.700
112	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul	2.706.869
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.706.869
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	2.706.869
0033 20GP 0054	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso do Sul	2.706.869
113	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais	13.067.250
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	13.067.250
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	13.067.250
0033 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais	13.067.250
114	Tribunal Regional Eleitoral do Pará	8.467.206
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	8.467.206
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	8.467.206
0033 20GP 0015	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará	8.467.206
115	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba	2.040.650
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.040.650
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	2.040.650
0033 20GP 0025	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Paraíba	2.040.650
116	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	5.208.324
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	5.208.324
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	5.208.324
0033 20GP 0041	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Paraná	5.208.324
117	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco	6.804.750
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.804.750
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	6.804.750
0033 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco	6.804.750
118	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí	3.614.295
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.614.295
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3.614.295
0033 20GP 0022	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí	3.614.295
119	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro	11.841.808
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	11.841.808
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	11.841.808
0033 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro	11.841.808
120	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte	4.252.811
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.252.811
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4.252.811
0033 20GP 0024	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Norte	4.252.811
121	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul	5.271.278

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	5.271.278
0033 15S9	Reforma da Nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – RS	483.778
0033 15S9 5027	Reforma da Nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – RS - No Município de Porto Alegre - RS	483.778
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	4.787.500
0033 20GP 0043	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Sul	4.787.500
122	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia	2.761.440
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.761.440
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	2.761.440
0033 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia	2.761.440
123	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina	6.538.066
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.538.066
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	6.538.066
0033 20GP 0042	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina	6.538.066
124	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo	14.308.964
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	14.308.964
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	14.308.964
0033 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo	14.308.964
125	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe	2.516.080
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.516.080
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	2.516.080
0033 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe	2.516.080
126	Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins	3.571.460
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.571.460
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3.571.460
0033 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins	3.571.460
127	Tribunal Regional Eleitoral de Roraima	1.737.600
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	1.737.600
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	1.737.600
0033 20GP 0014	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Roraima	1.737.600
128	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá	1.899.586
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	1.899.586
0033 20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	1.899.586
0033 20GP 0016	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amapá	1.899.586
15	Justiça do Trabalho	163.623.698
101	Tribunal Superior do Trabalho	20.438.190
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	20.438.190
0033 2C73	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação	6.248.493
0033 2C73 0001	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação - Nacional	6.248.493
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	14.189.697
0033 4256 0001	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Nacional	14.189.697
102	Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro	11.210.288
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	11.210.288
0033 2191	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública	6.200
0033 2191 0033	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - No Estado do Rio de Janeiro	6.200
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	11.204.088
0033 4256 0033	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio de Janeiro	11.204.088
103	Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo	16.428.839
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	16.428.839
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	16.428.839
0033 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo	16.428.839
104	Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais	6.665.978
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.665.978
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.665.978
0033 4256 0031	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Minas Gerais	6.665.978
105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul	14.348.351
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	14.348.351
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	14.348.351
0033 4256 0043	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Sul	14.348.351
106	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia	5.694.868
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	5.694.868
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	5.694.868
0033 4256 0029	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Bahia	5.694.868
107	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco	6.290.726
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.290.726
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.290.726
0033 4256 0026	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Pernambuco	6.290.726
108	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará	4.481.330
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.481.330
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.481.330
0033 4256 0023	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Ceará	4.481.330
109	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá	4.767.155
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.767.155
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.767.155
0033 4256 6017	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 8ª Região da Justiça do Trabalho - AP, PA	4.767.155
110	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná	9.285.654
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	9.285.654
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	9.285.654

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0033 4256 0041	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Paraná	9.285.654
111	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins	6.065.825
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.065.825
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.065.825
0033 4256 6018	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 10ª Região da Justiça do Trabalho - DF, TO	6.065.825
112	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima	5.331.848
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	5.331.848
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	5.331.848
0033 4256 6019	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 11ª Região da Justiça do Trabalho - AM, RR	5.331.848
113	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina	6.928.629
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	6.928.629
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	6.928.629
0033 4256 0042	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Santa Catarina	6.928.629
114	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba	3.716.076
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.716.076
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3.716.076
0033 4256 0025	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado da Paraíba	3.716.076
115	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre	3.874.215
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.874.215
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3.874.215
0033 4256 6020	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Na 14ª Região da Justiça do Trabalho - AC, RO	3.874.215
116	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP	10.177.758
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	10.177.758
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	10.177.758
0033 4256 0035	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de São Paulo	10.177.758
117	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão	3.798.449
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.798.449
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3.798.449
0033 4256 0021	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Maranhão	3.798.449
118	Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	1.000.000
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	1.000.000
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	1.000.000
0033 4256 0032	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Espírito Santo	1.000.000
119	Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	4.202.778
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.202.778
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.202.778
0033 4256 0052	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Goiás	4.202.778
120	Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	2.491.672
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.491.672
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	2.491.672
0033 4256 0027	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Alagoas	2.491.672
121	Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	3.967.289
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.967.289
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3.967.289
0033 4256 0028	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Sergipe	3.967.289
122	Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	2.835.289
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.835.289
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	2.835.289
0033 4256 0024	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Rio Grande do Norte	2.835.289
123	Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	2.435.175
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	2.435.175
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	2.435.175
0033 4256 0022	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado do Piauí	2.435.175
124	Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	4.172.966
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	4.172.966
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	4.172.966
0033 4256 0051	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso	4.172.966
125	Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	3.014.350
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	3.014.350
0033 4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho	3.014.350
0033 4256 0054	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - No Estado de Mato Grosso do Sul	3.014.350
16	Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	40.277.059
101	Tribunal de Justiça do Distrito Federal	40.277.059
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	40.277.059
0033 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	40.277.059
0033 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	40.277.059
17	Conselho Nacional de Justiça	36.482.983
101	Conselho Nacional de Justiça	36.482.983
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	36.482.983
0033 21BH	Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes e Gestão de Políticas Judiciárias	36.482.983
0033 21BH 0001	Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juizes e Gestão de Políticas Judiciárias - Nacional	36.482.983
20	Presidência da República	36.678.800
101	Presidência da República	6.754.231
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.754.231
0032 2000	Administração da Unidade	6.754.231
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	6.754.231

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
204	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI	8.348.253
2201	Brasil Moderniza	8.348.253
2201 217Z	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP - Brasil e de outras	8.348.253
2201 217Z 0001	tecnologias de segurança da informação e identificação digital Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital - Nacional	8.348.253
927	Fundo de Imprensa Nacional	21.576.316
4001	Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal	21.576.316
4001 2804	Publicações Oficiais	21.576.316
4001 2804 0001	Publicações Oficiais - Nacional	21.576.316
22	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	54.084.029
101	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta	10.141.208
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	10.141.208
0032 2000	Administração da Unidade	10.141.208
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	10.141.208
106	Serviço Florestal Brasileiro - SFB	697.969
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	697.969
0032 2000	Administração da Unidade	697.969
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	697.969
201	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	37.841.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	37.841.000
0032 2000	Administração da Unidade	37.841.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	37.841.000
202	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	4.733.844
2203	Pesquisa e Inovação Agropecuária	4.733.844
2203 20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária	3.985.646
2203 20Y6 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional	3.985.646
2203 215C	Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa	262.797
2203 215C 0001	Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa - Nacional	262.797
2203 8924	Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária	485.401
2203 8924 0001	Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária - Nacional	485.401
211	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB	670.008
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	670.008
0032 2000	Administração da Unidade	670.008
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	670.008
24	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	52.732.440
101	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta	22.423.585
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	13.808.229
0032 2000	Administração da Unidade	13.808.229
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13.808.229
1058	Mudança do Clima	3.172.741
1058 20V9	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)	504.662
1058 20V9 0001	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE) - Nacional	504.662
1058 20VA	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima	164.134
1058 20VA 0001	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima - Nacional	164.134
1058 216W	Pesquisa, Desenvolvimento e Supercomputação para Previsão de Tempo e Clima	2.503.945
1058 216W 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Supercomputação para Previsão de Tempo e Clima - Nacional	2.503.945
2204	Brasil na Fronteira do Conhecimento	4.197.805
2204 20V7	Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de	4.197.805
2204 20V7 0001	Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de Pesquisa do MCTI - Nacional	4.197.805
2208	Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	521.396
2208 21AD	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI	521.396
2208 21AD 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI - Nacional	521.396
2218	Gestão de Riscos e Desastres	723.414
2218 20GB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN	723.414
2218 20GB 0001	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN - Nacional	723.414
201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	16.829.802
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	16.829.802
0032 2000	Administração da Unidade	16.829.802
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	16.829.802
204	Comissão Nacional de Energia Nuclear	5.109.052
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.599.996
0032 2000	Administração da Unidade	3.599.996
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	3.599.996
2206	Política Nuclear	1.509.056
2206 20UW	Segurança Nuclear, Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas	1.054.531
2206 20UW 0001	Segurança Nuclear, Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas - Nacional	1.054.531
2206 20UX	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares	454.525
2206 20UX 0001	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares - Nacional	454.525
205	Agência Espacial Brasileira	7.775.693
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.886.278
0032 2000	Administração da Unidade	4.886.278
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	4.886.278
2207	Programa Espacial Brasileiro	2.889.415
2207 21AG	Desenvolvimento de Sistemas Espaciais	1.658.267
2207 21AG 0001	Desenvolvimento de Sistemas Espaciais - Nacional	1.658.267

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
2207 21AI	Infraestrutura e Aplicações Espaciais	1.231.148
2207 21AI 0001	Infraestrutura e Aplicações Espaciais - Nacional	1.231.148
209	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC	594.308
2208	Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	594.308
2208 6432	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores	594.308
2208 6432 0001	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores - Nacional	594.308
25	Ministério da Economia	2.479.117.611
101	Ministério da Economia - Administração Direta	495.600.040
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	244.676.832
0032 10M8	Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEPE.gov	6.092.870
0032 10M8 0001	Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEPE.gov - Nacional	6.092.870
0032 1151	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios	1.702.827
0032 1151 0001	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios - Nacional	1.702.827
0032 2000	Administração da Unidade	226.463.729
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	226.463.729
0032 20U1	Aperfeiçoamento da Gestão Pública	4.633.625
0032 20U1 0001	Aperfeiçoamento da Gestão Pública - Nacional	4.633.625
0032 211Y	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	3.034.689
0032 211Y 0001	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Nacional	3.034.689
0032 216Q	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas	2.749.092
0032 216Q 0001	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas - Nacional	2.749.092
2201	Brasil Moderniza	15.262.028
2201 15OP	Estruturação do Governo Digital	15.262.028
2201 15OP 0001	Estruturação do Governo Digital - Nacional	15.262.028
2209	Brasil, Nosso Propósito	5.798.574
2209 20U4	Governança do Patrimônio Imobiliário da União	5.048.574
2209 20U4 0001	Governança do Patrimônio Imobiliário da União - Nacional	5.048.574
2209 4743	Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais	750.000
2209 4743 0001	Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais - Nacional	750.000
2211	Inserção Econômica Internacional	39.075.189
2211 20QN	Gestão de Assuntos Internacionais	10.000
2211 20QN 0001	Gestão de Assuntos Internacionais - Nacional	10.000
2211 20TU	Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior	38.664.189
2211 20TU 0001	Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior - Nacional	38.664.189
2211 20ZO	Promoção e Gestão do Comércio Exterior	401.000
2211 20ZO 0001	Promoção e Gestão do Comércio Exterior - Nacional	401.000
2212	Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade	2.050.000
2212 15EW	Implantação de Sistemas Integrados de Registro e Serviços para Empresa e Artesanato	2.050.000
2212 15EW 0001	Implantação de Sistemas Integrados de Registro e Serviços para Empresa e Artesanato - Nacional	2.050.000
2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	46.111.500
2213 20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho	10.656.000
2213 20YU 0001	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho - Nacional	10.656.000
2213 21AZ	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial	35.455.500
2213 21AZ 0001	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial - Nacional	35.455.500
2215	Política Econômica e Equilíbrio Fiscal	142.625.917
2215 20Z7	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil	139.255.427
2215 20Z7 0001	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil - Nacional	139.255.427
2215 20Z8	Acompanhamento e Controle de Atividades Econômicas	612.072
2215 20Z8 0001	Acompanhamento e Controle de Atividades Econômicas - Nacional	612.072
2215 8861	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário	2.758.418
2215 8861 0001	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário - Nacional	2.758.418
103	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil	996.224.871
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	994.224.871
0032 15EH	Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira	34.000.000
0032 15EH 0001	Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira - Nacional	34.000.000
0032 20VG	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais	960.224.871
0032 20VG 0001	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Nacional	960.224.871
2211	Inserção Econômica Internacional	2.000.000
2211 153V	Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior	2.000.000
2211 153V 0001	Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior - Nacional	2.000.000
104	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	225.016.960
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	225.016.960
0032 2244	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional	225.016.960
0032 2244 0001	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional - Nacional	225.016.960
201	Banco Central do Brasil	98.613.920
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	8.759.076
0032 2000	Administração da Unidade	8.759.076
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	8.759.076
4003	Garantia da Estabilidade Monetária e Financeira	89.854.844
4003 148D	Desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF II	7.146.508
4003 148D 0001	Desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF II - Nacional	7.146.508
4003 20ZA	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária	13.157.895
4003 20ZA 0001	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária - Nacional	13.157.895
4003 21AY	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo	47.500
4003 21AY 0001	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo - Nacional	47.500

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
4003 21B1	Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional	69.502.941
4003 21B1 0001	Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional - Nacional	69.502.941
203	Comissão de Valores Mobiliários	7.964.172
2215	Política Econômica e Equilíbrio Fiscal	7.964.172
2215 210J	Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários	7.964.172
2215 210J 0001	Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários - Nacional	7.964.172
206	Superintendência Nacional de Previdência Complementar	5.776.888
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.658.171
0032 2000	Administração da Unidade	1.658.171
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.658.171
2214	Nova Previdência	4.118.717
2214 2592	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	4.118.717
2214 2592 0001	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Nacional	4.118.717
208	Superintendência de Seguros Privados	5.487.606
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.487.606
0032 2000	Administração da Unidade	5.487.606
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	5.487.606
296	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro	3.050.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.050.000
0032 2000	Administração da Unidade	2.050.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.050.000
2212	Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade	1.000.000
2212 214J	Fiscalização em Metrologia e Qualidade	1.000.000
2212 214J 0001	Fiscalização em Metrologia e Qualidade - Nacional	1.000.000
297	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	25.096.043
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.875.700
0032 2000	Administração da Unidade	1.875.700
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.875.700
2212	Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade	23.220.343
2212 21B2	Gestão e Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	23.220.343
2212 21B2 0030	Gestão e Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Na Região Sudeste	23.220.343
298	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA	17.654.196
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	17.654.196
0032 2000	Administração da Unidade	17.654.196
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	17.654.196
299	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho	2.170.734
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.297.927
0032 2000	Administração da Unidade	1.297.927
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.297.927
2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	872.807
2213 20YW	Produção de Conhecimento Aplicado para Subsidiar Políticas Públicas que Promovam o Trabalho Seguro, Saudável e Produtivo	872.807
2213 20YW 0001	Produção de Conhecimento Aplicado para Subsidiar Políticas Públicas que Promovam o Trabalho Seguro, Saudável e Produtivo - Nacional	872.807
301	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	68.115.763
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	68.088.112
0032 15DM	Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional	1.750
0032 15DM 0001	Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional - Nacional	1.750
0032 2000	Administração da Unidade	13.836.050
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13.836.050
0032 20U6	Pesquisas e Estudos Estatísticos	4.190.815
0032 20U6 0001	Pesquisas e Estudos Estatísticos - Nacional	4.190.815
0032 20U7	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	49.531.985
0032 20U7 0001	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico - Nacional	49.531.985
0032 20U8	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos	323.566
0032 20U8 0001	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos - Nacional	323.566
0032 2230	Gestão da Documentação e Disseminação de Informações	203.946
0032 2230 0001	Gestão da Documentação e Disseminação de Informações - Nacional	203.946
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	27.651
5013 20U5	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências	27.651
5013 20U5 0001	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências - Nacional	27.651
302	Fundação Escola Nacional de Administração Pública	5.056.164
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.056.164
0032 2000	Administração da Unidade	5.056.164
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	5.056.164
303	Instituto Nacional do Seguro Social	418.902.811
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	7.351.828
0032 2000	Administração da Unidade	7.351.828
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	7.351.828
2214	Nova Previdência	411.550.983
2214 2292	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários	298.550.983
2214 2292 0001	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários - Nacional	298.550.983
2214 2564	Gestão de Cadastros para a Previdência Social	113.000.000
2214 2564 0001	Gestão de Cadastros para a Previdência Social - Nacional	113.000.000
915	Fundo de Amparo ao Trabalhador	104.387.443
2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	104.387.443
2213 4741	Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego	104.387.443
2213 4741 0001	Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego - Nacional	104.387.443

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
26	Ministério da Educação	218.417.481
101	Ministério da Educação - Administração Direta	63.599.371
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	63.599.371
0032 2000	Administração da Unidade	63.599.371
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	63.599.371
104	Instituto Nacional de Educação de Surdos	1.923.576
6016	Educação Especial	1.923.576
6016 21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	1.923.576
6016 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro	1.923.576
105	Instituto Benjamin Constant	658.478
6016	Educação Especial	658.478
6016 21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	658.478
6016 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro	658.478
201	Colégio Pedro II	2.527.446
5011	Educação Básica de Qualidade	2.527.446
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	2.527.446
5011 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro	2.527.446
230	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	346.792
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	346.792
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	346.792
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	346.792
232	Universidade Federal da Bahia	1.857.231
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	592
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	592
0032 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia	592
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.856.639
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	32.853
5013 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia	32.853
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.354.618
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	1.354.618
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	469.168
5013 8282 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	469.168
233	Universidade Federal do Ceará	1.544.290
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.544.290
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.544.290
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	1.544.290
235	Universidade Federal de Goiás	4.723.080
5011	Educação Básica de Qualidade	20.800
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	20.800
5011 20RI 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás	20.800
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	4.702.280
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	4.643.840
5013 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	4.643.840
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	58.440
5013 4002 0052	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Goiás	58.440
238	Universidade Federal de Minas Gerais	11.009.477
5011	Educação Básica de Qualidade	51.485
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	51.485
5011 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais	51.485
5012	Educação Profissional e Tecnológica	31.075
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	31.075
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	31.075
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	10.926.917
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	7.926.917
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	7.926.917
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	3.000.000
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	3.000.000
239	Universidade Federal do Pará	276.723
5011	Educação Básica de Qualidade	38.391
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	38.391
5011 20RI 0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará	38.391
5012	Educação Profissional e Tecnológica	38.739
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	38.739
5012 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará	38.739
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	199.593
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	199.593
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	199.593
240	Universidade Federal da Paraíba	994.510
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.840
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.840
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	1.840
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	992.670
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	992.576
5013 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	992.576
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	94
5013 4002 0025	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	94

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
241	Universidade Federal do Paraná	800.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	800.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	800.000
5013 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	800.000
242	Universidade Federal de Pernambuco	841.801
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	841.801
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	841.801
5013 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	841.801
243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	490.709
5012	Educação Profissional e Tecnológica	3.609
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	3.609
5012 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte	3.609
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	487.100
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	487.100
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	487.100
244	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1.500.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.500.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.500.000
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	1.500.000
245	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1.416.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.416.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.416.000
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	1.416.000
246	Universidade Federal de Santa Catarina	3.357.595
5011	Educação Básica de Qualidade	38.330
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	38.330
5011 20RI 0042	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Santa Catarina	38.330
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	3.319.265
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	66.000
5013 20GK 0042	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Santa Catarina	66.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.553.265
5013 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina	2.553.265
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	700.000
5013 8282 0042	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina	700.000
251	Fundação Universidade Federal do Tocantins	1.000.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.000.000
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	1.000.000
5013 8282 0017	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Tocantins	1.000.000
252	Universidade Federal de Campina Grande	942.480
5012	Educação Profissional e Tecnológica	4.212
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	4.212
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	4.212
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	938.268
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	938.268
5013 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	938.268
253	Universidade Federal Rural da Amazônia	150.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	150.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	150.000
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	150.000
254	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	1.006.859
5012	Educação Profissional e Tecnológica	4.416
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	4.416
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	4.416
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.002.443
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.002.443
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	1.002.443
255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	930.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	930.000
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	930.000
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	930.000
256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca	1.077.325
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.077.325
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	290.000
5012 20RG 0033	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	290.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	787.325
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	787.325
257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	650.636
5012	Educação Profissional e Tecnológica	650.636
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	650.636
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	650.636
258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2.390.200
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.390.200
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	915.200

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5013 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	915.200
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	1.475.000
5013 8282 0041	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	1.475.000
260	Universidade Federal de Alfenas	617.546
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	617.546
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	575.946
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	575.946
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	41.600
5013 4002 0031	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	41.600
261	Universidade Federal de Itajubá	519.680
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	519.680
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	519.680
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	519.680
262	Universidade Federal de São Paulo	396.614
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	396.614
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	221.162
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	221.162
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	175.452
5013 8282 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	175.452
263	Universidade Federal de Lavras	249.993
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	249.993
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	249.993
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	249.993
264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	1.009.475
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.009.475
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.009.475
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	1.009.475
266	Fundação Universidade Federal do Pampa	113.942
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	113.942
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	113.942
0032 4572 0043	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado do Rio Grande do Sul	113.942
267	Universidade Federal da Integração Latino Americana	9.043
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	9.043
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	9.043
5013 20GK 0041	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado do Paraná	9.043
268	Fundação Universidade Federal de Rondônia	237.327
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	237.327
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	237.327
5013 4002 0011	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Rondônia	237.327
269	Fundação Universidade do Rio de Janeiro	2.378.947
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.378.947
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.378.947
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	2.378.947
270	Fundação Universidade do Amazonas	870.424
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	870.424
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	870.424
5013 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas	870.424
271	Fundação Universidade de Brasília	6.169.321
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	6.169.321
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	5.723.757
5013 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal	5.723.757
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	445.564
5013 8282 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal	445.564
272	Fundação Universidade Federal do Maranhão	285.128
5011	Educação Básica de Qualidade	1.000
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	1.000
5011 20RI 0021	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Maranhão	1.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	284.128
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	284.128
5013 20RK 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão	284.128
273	Fundação Universidade Federal do Rio Grande	290.631
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	290.631
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	290.631
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	290.631
274	Universidade Federal de Uberlândia	3.236.834
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	3.236.834
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	3.236.834
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	3.236.834
275	Fundação Universidade Federal do Acre	907.238
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	907.238
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	907.238
5013 20RK 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre	907.238
276	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	1.473.665
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.473.665
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.473.665
5013 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso	1.473.665

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
277	Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	434.400
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	434.400
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	73.143
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	73.143
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	361.257
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	361.257
278	Fundação Universidade Federal de Pelotas	455.119
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	455.119
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	455.119
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	455.119
279	Fundação Universidade Federal do Piauí	1.265.600
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.265.600
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.265.600
5013 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí	1.265.600
280	Fundação Universidade Federal de São Carlos	507.802
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	507.802
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	507.802
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	507.802
282	Fundação Universidade Federal de Viçosa	1.414.336
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.414.336
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	414.336
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	414.336
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	1.000.000
5013 8282 0031	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	1.000.000
283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	3.437.229
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	3.437.229
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	49.886
5013 20GK 0054	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso do Sul	49.886
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	3.333.820
5013 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	3.333.820
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	28.031
5013 4002 0054	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	28.031
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	25.492
5013 8282 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	25.492
284	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	2.204.249
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.204.249
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.204.249
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	2.204.249
285	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	127.727
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	127.727
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	127.727
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	127.727
286	Fundação Universidade Federal do Amapá	104.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	104.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	104.000
5013 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá	104.000
290	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	46.955.583
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	46.955.583
0032 2000	Administração da Unidade	46.955.583
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	46.955.583
291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	13.230.598
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	13.041.600
0032 2000	Administração da Unidade	13.041.600
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	13.041.600
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	188.998
5013 0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior	188.998
5013 0487 0001	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior - Nacional	188.998
292	Fundação Joaquim Nabuco	1.586.510
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.586.510
0032 2000	Administração da Unidade	1.586.510
0032 2000 0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco	1.586.510
350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	282.349
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	282.349
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	31.293
5013 20GK 0054	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado de Mato Grosso do Sul	31.293
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	251.056
5013 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	251.056
352	Fundação Universidade Federal do ABC	102.067
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	102.067
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	102.067
5013 8282 0035	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	102.067
402	Instituto Federal de Alagoas	580.830
5012	Educação Profissional e Tecnológica	580.830
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	200.000
5012 20RG 0027	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas	200.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	380.830

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5012 20RL 0027	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas	380.830
403	Instituto Federal do Amazonas	296.608
5012	Educação Profissional e Tecnológica	296.608
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	296.608
5012 20RL 0013	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas	296.608
405	Instituto Federal do Ceará	318.589
5012	Educação Profissional e Tecnológica	318.589
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	318.589
5012 20RL 0023	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará	318.589
406	Instituto Federal do Espírito Santo	633.463
5012	Educação Profissional e Tecnológica	633.463
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	633.463
5012 20RG 0032	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Espírito Santo	633.463
407	Instituto Federal Goiano	718.130
5012	Educação Profissional e Tecnológica	718.130
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	511.566
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás	511.566
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	206.564
5012 2994 0052	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás	206.564
408	Instituto Federal do Maranhão	332.800
5012	Educação Profissional e Tecnológica	332.800
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	332.800
5012 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão	332.800
409	Instituto Federal de Minas Gerais	1.001.619
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.001.619
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.001.619
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	1.001.619
410	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	104.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	104.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	104.000
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	104.000
411	Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	141.399
5012	Educação Profissional e Tecnológica	141.399
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	141.399
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	141.399
412	Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	50.400
5012	Educação Profissional e Tecnológica	50.400
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	50.400
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	50.400
413	Instituto Federal do Triângulo Mineiro	579.570
5012	Educação Profissional e Tecnológica	579.570
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	579.570
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	579.570
414	Instituto Federal do Mato Grosso	1.655.336
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.655.336
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	400.000
5012 20RG 0051	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	400.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.255.336
5012 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	1.255.336
415	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul	232.485
5012	Educação Profissional e Tecnológica	232.485
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	232.485
5012 20RG 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso do Sul	232.485
416	Instituto Federal do Pará	353.600
5012	Educação Profissional e Tecnológica	353.600
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	353.600
5012 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará	353.600
417	Instituto Federal da Paraíba	901.505
5012	Educação Profissional e Tecnológica	901.505
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	500.000
5012 20RG 0025	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	500.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	401.505
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	401.505
418	Instituto Federal de Pernambuco	987.483
5012	Educação Profissional e Tecnológica	987.483
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	987.483
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	987.483

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
419	Instituto Federal do Rio Grande do Sul	711.268
5012	Educação Profissional e Tecnológica	711.268
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	711.268
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	711.268
420	Instituto Federal Farroupilha	472.160
5012	Educação Profissional e Tecnológica	472.160
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	472.160
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	472.160
421	Instituto Federal de Rondônia	542.545
5012	Educação Profissional e Tecnológica	542.545
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	542.545
5012 20RL 0011	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia	542.545
422	Instituto Federal Catarinense	524.369
5012	Educação Profissional e Tecnológica	524.369
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	524.369
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	524.369
423	Instituto Federal de Sergipe	630.352
5012	Educação Profissional e Tecnológica	630.352
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	630.352
5012 20RL 0028	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe	630.352
424	Instituto Federal do Tocantins	606.528
5012	Educação Profissional e Tecnológica	606.528
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	606.528
5012 20RL 0017	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins	606.528
425	Instituto Federal do Acre	150.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	150.000
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	150.000
5012 20RG 0012	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Acre	150.000
426	Instituto Federal do Amapá	53.854
5012	Educação Profissional e Tecnológica	53.854
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	53.854
5012 20RL 0016	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá	53.854
427	Instituto Federal da Bahia	854.436
5012	Educação Profissional e Tecnológica	854.436
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	431.812
5012 20RG 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia	431.812
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	422.624
5012 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia	422.624
428	Instituto Federal de Brasília	291.200
5012	Educação Profissional e Tecnológica	291.200
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	291.200
5012 20RL 0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal	291.200
429	Instituto Federal de Goiás	567.008
5012	Educação Profissional e Tecnológica	567.008
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	567.008
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás	567.008
430	Instituto Federal do Sertão Pernambucano	352.998
5012	Educação Profissional e Tecnológica	352.998
5012 20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	244.384
5012 20RG 0026	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	244.384
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	108.614
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	108.614
431	Instituto Federal do Piauí	249.600
5012	Educação Profissional e Tecnológica	249.600
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	249.600
5012 20RL 0022	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí	249.600
432	Instituto Federal do Paraná	592.520
5012	Educação Profissional e Tecnológica	592.520
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	592.520
5012 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná	592.520
433	Instituto Federal do Rio de Janeiro	698.271
5012	Educação Profissional e Tecnológica	698.271
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	698.271
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	698.271
434	Instituto Federal Fluminense	447.186
5012	Educação Profissional e Tecnológica	447.186
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	447.186
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	447.186
435	Instituto Federal do Rio Grande do Norte	1.000.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.000.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.000.000
5012 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte	1.000.000
437	Instituto Federal de Roraima	75.249
5012	Educação Profissional e Tecnológica	75.249
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	75.249
5012 20RL 0014	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima	75.249
438	Instituto Federal de Santa Catarina	159.592
5012	Educação Profissional e Tecnológica	159.592
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	159.592
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	159.592
440	Universidade Federal da Fronteira Sul	940.960
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	940.960
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	940.960
5013 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul	940.960
442	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	44.705
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	44.705
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	44.705
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	44.705
447	Universidade Federal do Oeste da Bahia	1.252.614
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.252.614
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	752.614
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	752.614
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	500.000
5013 8282 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	500.000
448	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	244.576
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	244.576
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	244.576
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	244.576
449	Universidade Federal do Cariri	72.856
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	72.856
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	72.856
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	72.856
450	Universidade Federal do Sul da Bahia	370.261
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	370.261
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	370.261
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	370.261
453	Universidade Federal de Jataí	310.200
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	310.200
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	83.200
5013 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	83.200
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	227.000
5013 8282 0052	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	227.000
454	Universidade Federal de Rondonópolis	43.680
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	43.680
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	43.680
5013 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso	43.680
455	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	382.720
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	382.720
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	382.720
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	382.720
29	Defensoria Pública da União	27.000.000
101	Defensoria Pública da União	27.000.000
0030	Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União	27.000.000
0030 2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão	27.000.000
0030 2725 0001	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional	27.000.000
30	Ministério da Justiça e Segurança Pública	187.445.047
101	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta	21.604.052
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20.470.794
0032 2000	Administração da Unidade	20.470.794
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	20.470.794
5015	Justiça	1.133.258
5015 2017	Promoção da Política Nacional de Justiça	531.270
5015 2017 0001	Promoção da Política Nacional de Justiça - Nacional	531.270
5015 2334	Proteção e Defesa do Consumidor	601.988
5015 2334 0001	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	601.988
103	Arquivo Nacional	4.381.572
5015	Justiça	4.381.572
5015 2810	Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional	4.381.572
5015 2810 0001	Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional - Nacional	4.381.572
107	Departamento de Polícia Rodoviária Federal	55.965.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	53.225.000
0032 2000	Administração da Unidade	53.225.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	53.225.000
5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	2.740.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5016 2723	Policimento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção	2.740.000
5016 2723 0001	Policimento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção - Nacional	2.740.000
108	Departamento de Polícia Federal	56.729.135
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	29.329.135
0032 2000	Administração da Unidade	29.329.135
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	29.329.135
5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	27.400.000
5016 2586	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros	10.500.000
5016 2586 0001	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros - Nacional	10.500.000
5016 2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	16.900.000
5016 2726 0001	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União - Nacional	16.900.000
202	Fundação Nacional do Índio - FUNAI	1.971.357
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.971.357
0032 2000	Administração da Unidade	1.971.357
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.971.357
211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade(**)	10.820.824
5015	Justiça	10.820.824
5015 2807	Promoção e Defesa da Concorrência	10.820.824
5015 2807 0001	Promoção e Defesa da Concorrência - Nacional	10.820.824
907	Fundo Penitenciário Nacional	1.072.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.072.000
0032 2000	Administração da Unidade	1.072.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.072.000
911	Fundo Nacional de Segurança Pública	34.901.107
5016	Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento	34.901.107
5016 21BQ	Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade	34.901.107
5016 21BQ 0001	Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade - Nacional	34.901.107
32	Ministério de Minas e Energia	97.430.262
101	Ministério de Minas e Energia - Administração Direta	9.797.860
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	9.797.860
0032 2000	Administração da Unidade	9.797.860
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	9.797.860
202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM	6.153.000
3002	Geologia, Mineração e Transformação Mineral	6.153.000
3002 2B51	Gestão e Disseminação da Informação Geológica	6.153.000
3002 2B51 0001	Gestão e Disseminação da Informação Geológica - Nacional	6.153.000
265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP(*)	33.994.901
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	29.064.453
0032 2000	Administração da Unidade	29.064.453
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	29.064.453
3003	Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis	4.930.448
3003 212K	Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	4.930.448
3003 212K 0001	Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - Nacional	4.930.448
266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL(*)	33.054.259
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	16.011.656
0032 2000	Administração da Unidade	16.011.656
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	16.011.656
3001	Energia Elétrica	17.042.603
3001 2993	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica	1.807.027
3001 2993 0001	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica - Nacional	1.807.027
3001 2C42	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico	1.056.665
3001 2C42 0001	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico - Nacional	1.056.665
3001 4699	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	7.505.970
3001 4699 0001	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica - Nacional	7.505.970
3001 4703	Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica	3.991.883
3001 4703 0001	Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional	3.991.883
3001 4880	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica	2.681.058
3001 4880 0001	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - Nacional	2.681.058
314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE	5.084.360
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.084.360
0032 2000	Administração da Unidade	5.072.360
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	5.072.360
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	12.000
0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional	12.000
396	Agência Nacional de Mineração - ANM(*)	7.825.054
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.335.048
0032 2000	Administração da Unidade	1.335.048
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.335.048
3002	Geologia, Mineração e Transformação Mineral	6.490.006
3002 215Z	Regulação, Outorga e Fiscalização da Mineração	6.490.006
3002 215Z 0001	Regulação, Outorga e Fiscalização da Mineração - Nacional	6.490.006
397	Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB	872.658
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	872.658
0032 2000	Administração da Unidade	872.658
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	872.658

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
398	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP	648.170
2206	Política Nuclear	648.170
2206 20V1	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia	648.170
2206 20V1 0001	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia - Nacional	648.170
34	Ministério Público da União	99.718.462
101	Ministério Público Federal	43.031.166
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	43.031.166
0031 2508	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei	4.500.000
0031 2508 0001	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei - Nacional	4.500.000
0031 2549	Comunicação e Divulgação Institucional	1.586.440
0031 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	1.586.440
0031 4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal	36.944.726
0031 4264 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal - Nacional	36.944.726
102	Ministério Público Militar	3.003.791
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	3.003.791
0031 4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar	3.003.791
0031 4263 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar - Nacional	3.003.791
103	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios	14.120.900
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	14.120.900
0031 2549	Comunicação e Divulgação Institucional	16.200
0031 2549 0053	Comunicação e Divulgação Institucional - No Distrito Federal	16.200
0031 4261	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios	14.104.700
0031 4261 0053	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - No Distrito Federal	14.104.700
104	Ministério Público do Trabalho	37.561.085
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	37.561.085
0031 4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho	37.561.085
0031 4262 0001	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho - Nacional	37.561.085
105	Escola Superior do Ministério Público da União	2.001.520
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	2.001.520
0031 20HP	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento	2.001.520
0031 20HP 0001	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento - Nacional	2.001.520
35	Ministério das Relações Exteriores	35.022.782
101	Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta	34.944.881
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33.192.130
0032 2000	Administração da Unidade	33.192.130
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	14.499.300
0032 2000 0002	Administração da Unidade - No Exterior	18.692.830
2216	Política Externa	1.752.751
2216 2015	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior	1.752.751
2216 2015 0002	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior - No Exterior	1.752.751
201	Fundação Alexandre de Gusmão	77.901
2216	Política Externa	77.901
2216 2367	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil	77.901
2216 2367 0001	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil - Nacional	77.901
36	Ministério da Saúde	412.735.345
201	Fundação Oswaldo Cruz	22.000.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	22.000.000
0032 2000	Administração da Unidade	22.000.000
0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	22.000.000
211	Fundação Nacional de Saúde	29.000.000
5021	Gestão e Organização do SUS	29.000.000
5021 6881	Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA	29.000.000
5021 6881 0001	Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA - Nacional	29.000.000
212	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA(*)	61.532.250
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	61.532.250
0032 2000	Administração da Unidade	61.532.250
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	61.532.250
213	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS(*)	38.990.000
5021	Gestão e Organização do SUS	38.990.000
5021 8727	Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar	38.990.000
5021 8727 0001	Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar - Nacional	38.990.000
901	Fundo Nacional de Saúde	261.213.095
5021	Gestão e Organização do SUS	261.213.095
5021 20YN	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde)	261.213.095
5021 20YN 0001	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde) - Nacional	261.213.095
37	Controladoria-Geral da União	14.208.729
101	Controladoria-Geral da União - Administração Direta	14.208.729
4004	Transparência, Integridade e Combate à Corrupção	14.208.729
4004 2D58	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição	14.208.729
4004 2D58 0001	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional	14.208.729
39	Ministério da Infraestrutura	274.687.232
101	Ministério da Infraestrutura - Administração Direta	27.535.941
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	15.573.131
0032 15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	3.339.326
0032 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	3.339.326
0032 2000	Administração da Unidade	64.689

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	64.689
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	12.169.116
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	12.169.116
3005	Transporte Aquaviário	11.962.810
3005 122X	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado	9.243.990
3005 122X 0001	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Nacional	9.243.990
3005 12KP	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente	2.718.820
3005 12KP 0001	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente - Nacional	2.718.820
207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.	9.940.396
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	9.940.396
0032 15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	300.000
0032 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	300.000
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	9.640.396
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	9.640.396
250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT(*)	70.886.726
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	70.886.726
0032 2000	Administração da Unidade	30.599.012
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	30.599.012
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	40.261.467
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	40.261.467
3006	Transporte Terrestre e Trânsito	26.247
3006 20UB	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário	15.650
3006 20UB 0001	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário - Nacional	15.650
3006 2907	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária	10.597
3006 2907 0001	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Nacional	10.597
251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ(*)	6.510.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.510.000
0032 2000	Administração da Unidade	6.510.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	6.510.000
252	Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	53.806.559
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	53.806.559
0032 15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	14.860.000
0032 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	14.860.000
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	38.946.559
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	38.946.559
253	Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL	2.421.610
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.421.610
0032 2000	Administração da Unidade	1.821.610
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.821.610
0032 20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes	600.000
0032 20UC 0001	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes - Nacional	600.000
254	Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC(*)	24.960.000
3004	Aviação Civil	24.960.000
3004 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil	24.960.000
3004 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional	24.960.000
901	Fundo da Marinha Mercante - FMM	1.626.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.626.000
0032 2000	Administração da Unidade	1.626.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.626.000
905	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET	77.000.000
3006	Transporte Terrestre e Trânsito	77.000.000
3006 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	77.000.000
3006 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	77.000.000
41	Ministério das Comunicações	59.853.456
231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL(*)	41.117.724
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	37.662.634
0032 2000	Administração da Unidade	37.662.634
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	37.662.634
2205	Conecta Brasil	3.455.090
2205 2424	Fiscalização Regulatória	3.455.090
2205 2424 0001	Fiscalização Regulatória - Nacional	3.455.090
260	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS	18.635.732
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	18.635.732
0032 2000	Administração da Unidade	18.635.732
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	18.635.732
261	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC	100.000
4001	Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal	100.000
4001 20B5	Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação	100.000
4001 20B5 0001	Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação - Nacional	100.000
44	Ministério do Meio Ambiente	68.233.576
101	Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta	13.929.337
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	13.929.337
0032 2000	Administração da Unidade	13.929.337
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13.929.337
201	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA	42.570.509
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	32.500.000
0032 2000	Administração da Unidade	32.500.000

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	32.500.000
1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	9.835.509
1041 214N	Controle e Fiscalização Ambiental	1.500.000
1041 214N 0001	Controle e Fiscalização Ambiental - Nacional	1.500.000
1041 214O	Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental	1.700.000
1041 214O 0001	Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental - Nacional	1.700.000
1041 218R	Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental	4.000.000
1041 218R 0001	Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental - Nacional	4.000.000
1041 21AB	Monitoramento, Avaliação e Controle de Substâncias, Produtos Químicos e Biológicos e de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais	520.000
1041 21AB 0001	Monitoramento, Avaliação e Controle de Substâncias, Produtos Químicos e Biológicos e de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais - Nacional	520.000
1041 6925	Licenciamento Ambiental Federal	2.115.509
1041 6925 0001	Licenciamento Ambiental Federal - Nacional	2.115.509
1043	Qualidade Ambiental Urbana	235.000
1043 20WH	Controle Ambiental de Produtos, Substâncias, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidoras	235.000
1043 20WH 0001	Controle Ambiental de Produtos, Substâncias, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidoras - Nacional	235.000
206	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ	1.766.895
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.516.895
0032 2000	Administração da Unidade	1.516.895
0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	1.516.895
1041	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	250.000
1041 20WK	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira	250.000
1041 20WK 0001	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira - Nacional	250.000
207	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	9.966.835
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	9.966.835
0032 2000	Administração da Unidade	9.966.835
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	9.966.835
52	Ministério da Defesa	77.379.658
101	Ministério da Defesa - Administração Direta	9.022.696
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.917.650
0032 2000	Administração da Unidade	4.917.650
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	4.917.650
6011	Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	2.338.983
6011 20X4	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM	2.338.983
6011 20X4 0001	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM - Nacional	2.338.983
6012	Defesa Nacional	1.766.063
6012 15LR	Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF	137.334
6012 15LR 0001	Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF - Nacional	137.334
6012 2055	Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra	154.690
6012 2055 0001	Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra - Nacional	154.690
6012 20T4	Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa	89.127
6012 20T4 0001	Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa - Nacional	89.127
6012 2866	Ações de Caráter Sigiloso	1.379.670
6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional	1.379.670
6012 2D55	Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa	5.242
6012 2D55 0001	Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa - Nacional	5.242
111	Comando da Aeronáutica	233.000
6012	Defesa Nacional	233.000
6012 20X9	Capacitação Profissional da Aeronáutica	33.000
6012 20X9 0001	Capacitação Profissional da Aeronáutica - Nacional	33.000
6012 217W	Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra	200.000
6012 217W 0001	Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra - Nacional	200.000
121	Comando do Exército	27.221.522
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.093.985
0032 2000	Administração da Unidade	766.332
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	766.332
0032 20XM	Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	227.653
0032 20XM 0001	Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares - Nacional	227.653
0032 4641	Publicidade de Utilidade Pública	100.000
0032 4641 0001	Publicidade de Utilidade Pública - Nacional	100.000
6012	Defesa Nacional	26.127.537
6012 147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	7.334.365
6012 147F 0001	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Nacional	7.334.365
6012 15W6	Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA)	2.076.553
6012 15W6 0001	Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA) - Nacional	2.076.553
6012 20XE	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército	13.389.877
6012 20XE 0001	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército - Nacional	13.389.877
6012 20XJ	Desenvolvimento Tecnológico do Exército	255.166
6012 20XJ 0001	Desenvolvimento Tecnológico do Exército - Nacional	255.166
6012 21A0	Aprestamento das Forças	451.259
6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional	451.259
6012 2866	Ações de Caráter Sigiloso	724.577
6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional	724.577
6012 2A82	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia	1.345.490
6012 2A82 0001	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia - Nacional	1.345.490
6012 8965	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	550.250
6012 8965 0001	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro - Nacional	550.250

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica	100.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	100.000
0032 2000	Administração da Unidade	100.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	100.000
221	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	1.000.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.000.000
0032 2000	Administração da Unidade	1.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.000.000
222	Fundação Osório	266.550
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	266.550
0032 2000	Administração da Unidade	207.346
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	207.346
0032 20XS	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório	59.204
0032 20XS 0001	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório - Nacional	59.204
233	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL	134.003
6012	Defesa Nacional	134.003
6012 211D	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL	134.003
6012 211D 0001	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL - Nacional	134.003
902	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas	2.321.645
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.321.645
0032 2000	Administração da Unidade	2.321.645
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.321.645
911	Fundo Aeronáutico	17.405.374
6012	Defesa Nacional	17.405.374
6012 20SA	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica	17.185.374
6012 20SA 0001	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica - Nacional	17.185.374
6012 2913	Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos	220.000
6012 2913 0001	Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos - Nacional	220.000
931	Fundo Naval	17.166.961
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	16.666.961
0032 2000	Administração da Unidade	16.666.961
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	16.666.961
6012	Defesa Nacional	500.000
6012 20XR	Capacitação Profissional da Marinha	500.000
6012 20XR 0001	Capacitação Profissional da Marinha - Nacional	500.000
932	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo	2.507.907
6011	Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	2.507.907
6011 2510	Prestação de Ensino Profissional Marítimo	2.507.907
6011 2510 0001	Prestação de Ensino Profissional Marítimo - Nacional	2.507.907
53	Ministério do Desenvolvimento Regional	25.788.995
101	Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta	13.800.988
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	13.800.988
0032 2000	Administração da Unidade	13.800.988
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13.800.988
201	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	3.156.955
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.156.955
0032 2000	Administração da Unidade	3.156.955
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	3.156.955
202	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia	1.007.154
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.007.154
0032 2000	Administração da Unidade	1.007.154
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.007.154
203	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste	1.735.407
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.735.407
0032 2000	Administração da Unidade	1.735.407
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.735.407
204	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	664.124
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	664.124
0032 1M49	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	430.784
0032 1M49 0020	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Na Região Nordeste	430.784
0032 2000	Administração da Unidade	233.340
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	233.340
207	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO	224.367
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	224.367
0032 2000	Administração da Unidade	224.367
0032 2000 0050	Administração da Unidade - Na Região Centro-Oeste	224.367
208	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENSURB	5.200.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.200.000
0032 2000	Administração da Unidade	5.200.000
0032 2000 0043	Administração da Unidade - No Estado do Rio Grande do Sul	5.200.000
54	Ministério do Turismo	32.083.622
101	Ministério do Turismo - Administração Direta	19.000.000
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	19.000.000
0032 2000	Administração da Unidade	19.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	19.000.000
202	Fundação Casa de Rui Barbosa	279.979
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	279.979

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0032 2000	Administração da Unidade	279.979
0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	279.979
203	Fundação Biblioteca Nacional - BN	1.609.430
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.609.430
0032 2000	Administração da Unidade	1.609.430
0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	1.609.430
204	Fundação Cultural Palmares	557.071
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	557.071
0032 2000	Administração da Unidade	557.071
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	557.071
205	Fundação Nacional de Artes	1.881.814
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.875.654
0032 2000	Administração da Unidade	1.875.654
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.875.654
5025	Cultura	6.160
5025 20ZH	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	6.160
5025 20ZH 0001	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro - Nacional	6.160
206	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	2.103.450
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.103.450
0032 2000	Administração da Unidade	2.103.450
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.103.450
207	Agência Nacional do Cinema - ANCINE(*)	4.460.605
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.460.605
0032 2000	Administração da Unidade	4.460.605
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	4.460.605
208	Instituto Brasileiro de Museus	2.191.273
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.012.586
0032 2000	Administração da Unidade	2.012.586
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.012.586
5025	Cultura	178.687
5025 211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	178.687
5025 211F 0001	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais - Nacional	178.687
55	Ministério da Cidadania	90.136.207
101	Ministério da Cidadania - Administração Direta	41.136.207
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20.927.905
0032 2000	Administração da Unidade	20.927.905
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	20.927.905
5028	Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas	4.322.360
5028 20IT	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Bolsa Família e de Articulação com Outras Políticas Públicas	4.322.360
5028 20IT 0001	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Bolsa Família e de Articulação com Outras Políticas Públicas - Nacional	4.322.360
5029	Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas	3.617.396
5029 6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único	3.617.396
5029 6414 0001	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único - Nacional	3.617.396
5031	Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	9.960.520
5031 8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS	9.960.520
5031 8893 0001	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Nacional	9.960.520
5033	Segurança Alimentar e Nutricional	2.308.026
5033 215I	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN	2.308.026
5033 215I 0001	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN - Nacional	2.308.026
901	Fundo Nacional de Assistência Social	49.000.000
5031	Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	49.000.000
5031 2583	Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)	49.000.000
5031 2583 0001	Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) - Nacional	49.000.000
59	Conselho Nacional do Ministério Público	3.847.969
101	Conselho Nacional do Ministério Público	3.847.969
0031	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público	3.847.969
0031 2549	Comunicação e Divulgação Institucional	88.615
0031 2549 0001	Comunicação e Divulgação Institucional - Nacional	88.615
0031 8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público	3.759.354
0031 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional	3.759.354
63	Advocacia-Geral da União	43.671.617
101	Advocacia-Geral da União	43.671.617
4005	Proteção Jurídica da União	43.671.617
4005 10TN	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU	23.100.000
4005 10TN 0001	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU - Nacional	23.100.000
4005 2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	20.571.617
4005 2674 0001	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional	20.571.617
81	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	13.856.170
101	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta	13.856.170
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	13.429.077
0032 2000	Administração da Unidade	13.429.077
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13.429.077
5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	427.093

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5034 21AR	Promoção e Defesa de Direitos para Todos	427.093
5034 21AR 0001	Promoção e Defesa de Direitos para Todos - Nacional	427.093
93	Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	1.069.586.453
105	Recursos do Ministério da Economia - Administração Direta(25101)	390.302.052
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	225.810.005
0032 2000	Administração da Unidade	222.775.317
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	222.775.317
0032 211Y	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	3.034.688
0032 211Y 0001	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Nacional	3.034.688
2201	Brasil Moderniza	14.862.028
2201 15OP	Estruturação do Governo Digital	14.862.028
2201 15OP 0001	Estruturação do Governo Digital - Nacional	14.862.028
2213	Modernização Trabalhista e Trabalho Digno	35.455.500
2213 21AZ	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial	35.455.500
2213 21AZ 0001	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial - Nacional	35.455.500
2215	Política Econômica e Equilíbrio Fiscal	114.174.519
2215 2027	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil	111.890.804
2215 2027 0001	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil - Nacional	111.890.804
2215 8861	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário	2.283.715
2215 8861 0001	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário - Nacional	2.283.715
106	Recursos do Ministério da Cidadania - Administração Direta(55101)	19.097.175
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	19.097.175
0032 2000	Administração da Unidade	19.097.175
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	19.097.175
175	Recursos da Presidência da República(20101)	6.450.138
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.450.138
0032 2000	Administração da Unidade	6.450.138
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	6.450.138
177	Recursos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI(20204)	1.781.247
2201	Brasil Moderniza	1.781.247
2201 217Z	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital	1.781.247
2201 217Z 0001	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital - Nacional	1.781.247
180	Recursos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta(22101)	33.799.724
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	33.799.724
0032 2000	Administração da Unidade	33.799.724
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	33.799.724
181	Recursos do Serviço Florestal Brasileiro - SFB(22106)	3.251.557
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.251.557
0032 2000	Administração da Unidade	3.251.557
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	3.251.557
183	Recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA(22202)	3.104.996
2203	Pesquisa e Inovação Agropecuária	3.104.996
2203 20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária	1.855.985
2203 20Y6 0001	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária - Nacional	1.855.985
2203 215C	Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa	1.224.269
2203 215C 0001	Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa - Nacional	1.224.269
2203 8924	Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária	24.742
2203 8924 0001	Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária - Nacional	24.742
185	Recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta(24101)	26.624.131
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	15.272.427
0032 2000	Administração da Unidade	15.272.427
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	15.272.427
1058	Mudança do Clima	4.507.259
1058 20V9	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)	765.338
1058 20V9 0001	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE) - Nacional	765.338
1058 20VA	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima	205.866
1058 20VA 0001	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima - Nacional	205.866
1058 216W	Pesquisa, Desenvolvimento e Supercomputação para Previsão de Tempo e Clima	3.536.055
1058 216W 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Supercomputação para Previsão de Tempo e Clima - Nacional	3.536.055
2204	Brasil na Fronteira do Conhecimento	6.099.695
2204 20V7	Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de Pesquisa do MCTI	6.099.695
2204 20V7 0001	Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de Pesquisa do MCTI - Nacional	6.099.695
2208	Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	18.164
2208 21AD	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI	18.164
2208 21AD 0001	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI - Nacional	18.164
2218	Gestão de Riscos e Desastres	726.586
2218 20GB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN	726.586
2218 20GB 0001	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN - Nacional	726.586
186	Recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico(24201)	8.295.198
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	8.295.198
0032 2000	Administração da Unidade	8.295.198
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	8.295.198
187	Recursos da Comissão Nacional de Energia Nuclear(24204)	2.933.037
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.113.394

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0032 2000	Administração da Unidade	2.113.394
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.113.394
2206	Política Nuclear	819.643
2206 20UW	Segurança Nuclear, Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas	122.048
2206 20UW 0001	Segurança Nuclear, Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas - Nacional	122.048
2206 20UX	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares	697.595
2206 20UX 0001	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares - Nacional	697.595
188	Recursos da Agência Espacial Brasileira(24205)	3.065.435
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.513.722
0032 2000	Administração da Unidade	1.513.722
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.513.722
2207	Programa Espacial Brasileiro	1.551.713
2207 21AG	Desenvolvimento de Sistemas Espaciais	856.816
2207 21AG 0001	Desenvolvimento de Sistemas Espaciais - Nacional	856.816
2207 21AI	Infraestrutura e Aplicações Espaciais	694.897
2207 21AI 0001	Infraestrutura e Aplicações Espaciais - Nacional	694.897
189	Recursos do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC(24209)	234.506
2208	Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável	234.506
2208 6432	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores	234.506
2208 6432 0001	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores - Nacional	234.506
193	Recursos do Banco Central do Brasil(25201)	22.188.428
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	7.670.292
0032 2000	Administração da Unidade	7.670.292
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	7.670.292
4003	Garantia da Estabilidade Monetária e Financeira	14.518.136
4003 148D	Desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF II	441.615
4003 148D 0001	Desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF II - Nacional	441.615
4003 21AY	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo	25.000
4003 21AY 0001	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo - Nacional	25.000
4003 21B1	Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional	14.051.521
4003 21B1 0001	Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional - Nacional	14.051.521
200	Recursos da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho(25299)	1.297.926
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.297.926
0032 2000	Administração da Unidade	1.297.926
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.297.926
202	Recursos da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística(25301)	99.531.474
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	99.523.824
0032 15DM	Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional	1.750
0032 15DM 0001	Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional - Nacional	1.750
0032 2000	Administração da Unidade	13.678.329
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13.678.329
0032 20U6	Pesquisas e Estudos Estatísticos	3.446.168
0032 20U6 0001	Pesquisas e Estudos Estatísticos - Nacional	3.446.168
0032 20U7	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico	81.878.067
0032 20U7 0001	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico - Nacional	81.878.067
0032 20U8	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos	315.564
0032 20U8 0001	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos - Nacional	315.564
0032 2230	Gestão da Documentação e Disseminação de Informações	203.946
0032 2230 0001	Gestão da Documentação e Disseminação de Informações - Nacional	203.946
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	7.650
5013 20U5	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências	7.650
5013 20U5 0001	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências - Nacional	7.650
203	Recursos da Fundação Escola Nacional de Administração Pública(25302)	2.922.162
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.922.162
0032 2000	Administração da Unidade	2.922.162
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.922.162
206	Recursos do Instituto Nacional de Educação de Surdos(26104)	1.977.424
6016	Educação Especial	1.977.424
6016 21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	1.977.424
6016 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro	1.977.424
207	Recursos do Instituto Benjamin Constant(26105)	112.128
6016	Educação Especial	112.128
6016 21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial	112.128
6016 21CO 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial - No Estado do Rio de Janeiro	112.128
208	Recursos do Colégio Pedro II(26201)	2.159.628
5011	Educação Básica de Qualidade	2.159.628
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	2.159.628
5011 20RI 0033	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Rio de Janeiro	2.159.628
209	Recursos da Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco(26230)	65.689
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	65.689
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	65.689
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	65.689
211	Recursos da Universidade Federal da Bahia(26232)	2.607.264
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	832
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	832
0032 4572 0029	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - No Estado da Bahia	832
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.606.432

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5013 20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	46.120
5013 20GK 0029	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - No Estado da Bahia	46.120
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.901.674
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	1.901.674
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	658.638
5013 8282 0029	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	658.638
212	Recursos da Universidade Federal do Ceará(26233)	764.098
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	764.098
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	764.098
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	764.098
214	Recursos da Universidade Federal de Goiás(26235)	1.775.360
5011	Educação Básica de Qualidade	29.200
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	29.200
5011 20RI 0052	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Goiás	29.200
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.746.160
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.746.160
5013 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	1.746.160
217	Recursos da Universidade Federal de Minas Gerais(26238)	716.292
5011	Educação Básica de Qualidade	4.570
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	4.570
5011 20RI 0031	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado de Minas Gerais	4.570
5012	Educação Profissional e Tecnológica	40.426
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	40.426
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	40.426
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	671.296
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	671.296
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	671.296
218	Recursos da Universidade Federal do Pará(26239)	360.400
5011	Educação Básica de Qualidade	53.896
5011 20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica	53.896
5011 20RI 0015	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica - No Estado do Pará	53.896
5012	Educação Profissional e Tecnológica	26.307
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	26.307
5012 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará	26.307
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	280.197
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	280.197
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	280.197
219	Recursos da Universidade Federal da Paraíba(26240)	1.396.139
5012	Educação Profissional e Tecnológica	2.584
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2.584
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	2.584
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.393.555
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.393.424
5013 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	1.393.424
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	131
5013 4002 0025	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	131
221	Recursos da Universidade Federal de Pernambuco(26242)	182.500
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	182.500
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	182.500
5013 20RK 0026	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Pernambuco	182.500
222	Recursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte(26243)	647.466
5012	Educação Profissional e Tecnológica	5.066
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	5.066
5012 20RL 0024	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Norte	5.066
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	642.400
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	642.400
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	642.400
224	Recursos da Universidade Federal do Rio de Janeiro(26245)	584.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	584.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	584.000
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	584.000
225	Recursos da Universidade Federal de Santa Catarina(26246)	1.216.102
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.216.102
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.216.102
5013 20RK 0042	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Santa Catarina	1.216.102
231	Recursos da Universidade Federal de Campina Grande(26252)	529.651
5012	Educação Profissional e Tecnológica	5.913
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	5.913
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	5.913
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	523.738
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	523.738
5013 20RK 0025	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Paraíba	523.738
233	Recursos da Universidade Federal do Triângulo Mineiro(26254)	496.410
5012	Educação Profissional e Tecnológica	6.200

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	6.200
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	6.200
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	490.210
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	490.210
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	490.210
235	Recursos do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca(26256)	1.105.284
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.105.284
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.105.284
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	1.105.284
236	Recursos do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais(26257)	702.815
5012	Educação Profissional e Tecnológica	702.815
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	702.815
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	702.815
237	Recursos da Universidade Tecnológica Federal do Paraná(26258)	1.284.800
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.284.800
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.284.800
5013 20RK 0041	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Paraná	1.284.800
238	Recursos da Universidade Federal de Alfenas(26260)	438.767
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	438.767
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	380.367
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	380.367
5013 4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	58.400
5013 4002 0031	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	58.400
239	Recursos da Universidade Federal de Itajubá(26261)	280.320
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	280.320
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	280.320
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	280.320
240	Recursos da Universidade Federal de São Paulo(26262)	307.668
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	307.668
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	307.668
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	307.668
241	Recursos da Universidade Federal de Lavras(26263)	269.225
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	269.225
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	269.225
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	269.225
242	Recursos da Universidade Federal Rural do Semi-Árido(26264)	738.088
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	738.088
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	738.088
5013 20RK 0024	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Norte	738.088
246	Recursos da Fundação Universidade do Rio de Janeiro(26269)	1.769.334
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.769.334
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.769.334
5013 20RK 0033	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio de Janeiro	1.769.334
247	Recursos da Fundação Universidade do Amazonas(26270)	530.888
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	530.888
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	530.888
5013 20RK 0013	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amazonas	530.888
248	Recursos da Fundação Universidade de Brasília(26271)	2.245.528
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.245.528
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.620.025
5013 20RK 0053	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal	1.620.025
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	625.503
5013 8282 0053	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Distrito Federal	625.503
249	Recursos da Fundação Universidade Federal do Maranhão(26272)	398.872
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	398.872
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	398.872
5013 20RK 0021	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Maranhão	398.872
250	Recursos da Fundação Universidade Federal do Rio Grande(26273)	309.520
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	309.520
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	309.520
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	309.520
251	Recursos da Universidade Federal de Uberlândia(26274)	3.140.169
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	3.140.169
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	3.140.169
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	3.140.169
252	Recursos da Fundação Universidade Federal do Acre(26275)	423.400
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	423.400
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	423.400
5013 20RK 0012	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Acre	423.400
253	Recursos da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso(26276)	664.952
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	664.952
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	664.952
5013 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso	664.952
254	Recursos da Fundação Universidade Federal de Ouro Preto(26277)	102.681
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	102.681

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	102.681
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	102.681
255	Recursos da Fundação Universidade Federal de Pelotas(26278)	312.405
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	312.405
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	312.405
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	312.405
256	Recursos da Fundação Universidade Federal do Piauí(26279)	934.400
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	934.400
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	934.400
5013 20RK 0022	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Piauí	934.400
257	Recursos da Fundação Universidade Federal de São Carlos(26280)	712.875
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	712.875
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	712.875
5013 20RK 0035	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de São Paulo	712.875
259	Recursos da Fundação Universidade Federal de Viçosa(26282)	581.664
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	581.664
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	581.664
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	581.664
260	Recursos da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul(26283)	2.646.323
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2.646.323
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2.610.538
5013 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	2.610.538
5013 8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	35.785
5013 8282 0054	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	35.785
261	Recursos da Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre(26284)	756.944
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	756.944
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	756.944
5013 20RK 0043	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Rio Grande do Sul	756.944
262	Recursos da Fundação Universidade Federal de São João del-Rei(26285)	179.306
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	179.306
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	179.306
5013 20RK 0031	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais	179.306
263	Recursos da Fundação Universidade Federal do Amapá(26286)	146.000
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	146.000
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	146.000
5013 20RK 0016	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Amapá	146.000
264	Recursos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira(26290)	17.693.042
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	17.693.042
0032 2000	Administração da Unidade	17.693.042
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	17.693.042
265	Recursos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(26291)	18.573.723
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	18.308.400
0032 2000	Administração da Unidade	18.308.400
0032 2000 0053	Administração da Unidade - No Distrito Federal	18.308.400
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	265.323
5013 0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior	265.323
5013 0487 0001	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior - Nacional	265.323
266	Recursos da Fundação Joaquim Nabuco(26292)	1.384.907
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.384.907
0032 2000	Administração da Unidade	1.384.907
0032 2000 0026	Administração da Unidade - No Estado de Pernambuco	1.384.907
269	Recursos da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados(26350)	352.444
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	352.444
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	352.444
5013 20RK 0054	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso do Sul	352.444
304	Recursos do Instituto Federal de Alagoas(26402)	534.624
5012	Educação Profissional e Tecnológica	534.624
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	534.624
5012 20RL 0027	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Alagoas	534.624
305	Recursos do Instituto Federal do Amazonas(26403)	416.392
5012	Educação Profissional e Tecnológica	416.392
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	416.392
5012 20RL 0013	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amazonas	416.392
307	Recursos do Instituto Federal do Ceará(26405)	447.246
5012	Educação Profissional e Tecnológica	447.246
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	447.246
5012 20RL 0023	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Ceará	447.246
309	Recursos do Instituto Federal do Rio de Janeiro(26407)	973.047
5012	Educação Profissional e Tecnológica	973.047
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	683.063
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás	683.063
5012 2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	289.984
5012 2994 0052	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - No Estado de Goiás	289.984
310	Recursos do Instituto Federal do Maranhão(26408)	467.200
5012	Educação Profissional e Tecnológica	467.200
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	467.200

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5012 20RL 0021	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Maranhão	467.200
311	Recursos do Instituto Federal de Minas Gerais(26409)	572.598
5012	Educação Profissional e Tecnológica	572.598
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	572.598
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	572.598
312	Recursos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais(26410)	146.000
5012	Educação Profissional e Tecnológica	146.000
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	146.000
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	146.000
313	Recursos do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais(26411)	198.503
5012	Educação Profissional e Tecnológica	198.503
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	198.503
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	198.503
315	Recursos do Instituto Federal do Triângulo Mineiro(26413)	307.177
5012	Educação Profissional e Tecnológica	307.177
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	307.177
5012 20RL 0031	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Minas Gerais	307.177
316	Recursos do Instituto Federal do Mato Grosso(26414)	1.165.664
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.165.664
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.165.664
5012 20RL 0051	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Mato Grosso	1.165.664
318	Recursos do Instituto Federal do Pará(26416)	263.224
5012	Educação Profissional e Tecnológica	263.224
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	263.224
5012 20RL 0015	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Pará	263.224
319	Recursos do Instituto Federal da Paraíba(26417)	471.567
5012	Educação Profissional e Tecnológica	471.567
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	471.567
5012 20RL 0025	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Paraíba	471.567
320	Recursos do Instituto Federal de Pernambuco(26418)	1.386.273
5012	Educação Profissional e Tecnológica	1.386.273
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	1.386.273
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	1.386.273
321	Recursos do Instituto Federal do Rio Grande do Sul(26419)	998.508
5012	Educação Profissional e Tecnológica	998.508
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	998.508
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	998.508
322	Recursos do Instituto Federal Farroupilha(26420)	662.840
5012	Educação Profissional e Tecnológica	662.840
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	662.840
5012 20RL 0043	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio Grande do Sul	662.840
323	Recursos do Instituto Federal de Rondônia(26421)	761.647
5012	Educação Profissional e Tecnológica	761.647
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	761.647
5012 20RL 0011	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Rondônia	761.647
324	Recursos do Instituto Federal Catarinense(26422)	736.133
5012	Educação Profissional e Tecnológica	736.133
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	736.133
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	736.133
325	Recursos do Instituto Federal de Sergipe(26423)	567.648
5012	Educação Profissional e Tecnológica	567.648
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	567.648
5012 20RL 0028	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Sergipe	567.648
326	Recursos do Instituto Federal do Tocantins(26424)	851.472
5012	Educação Profissional e Tecnológica	851.472
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	851.472
5012 20RL 0017	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Tocantins	851.472
328	Recursos do Instituto Federal do Amapá(26426)	75.603
5012	Educação Profissional e Tecnológica	75.603
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	75.603
5012 20RL 0016	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Amapá	75.603
329	Recursos do Instituto Federal da Bahia(26427)	593.295
5012	Educação Profissional e Tecnológica	593.295
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	593.295
5012 20RL 0029	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado da Bahia	593.295
330	Recursos do Instituto Federal de Brasília(26428)	408.800
5012	Educação Profissional e Tecnológica	408.800
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	408.800

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5012 20RL 0053	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Distrito Federal	408.800
331	Recursos do Instituto Federal de Goiás(26429)	795.992
5012	Educação Profissional e Tecnológica	795.992
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	795.992
5012 20RL 0052	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Goiás	795.992
332	Recursos do Instituto Federal do Sertão Pernambucano(26430)	152.476
5012	Educação Profissional e Tecnológica	152.476
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	152.476
5012 20RL 0026	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Pernambuco	152.476
333	Recursos do Instituto Federal do Piauí(26431)	350.400
5012	Educação Profissional e Tecnológica	350.400
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	350.400
5012 20RL 0022	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Piauí	350.400
334	Recursos do Instituto Federal do Paraná(26432)	189.800
5012	Educação Profissional e Tecnológica	189.800
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	189.800
5012 20RL 0041	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Paraná	189.800
335	Recursos do Instituto Federal do Rio de Janeiro(26433)	980.265
5012	Educação Profissional e Tecnológica	980.265
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	980.265
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	980.265
336	Recursos do Instituto Federal Fluminense(26434)	627.781
5012	Educação Profissional e Tecnológica	627.781
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	627.781
5012 20RL 0033	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado do Rio de Janeiro	627.781
339	Recursos do Instituto Federal de Roraima(26437)	105.637
5012	Educação Profissional e Tecnológica	105.637
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	105.637
5012 20RL 0014	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Roraima	105.637
340	Recursos do Instituto Federal de Santa Catarina(26438)	134.303
5012	Educação Profissional e Tecnológica	134.303
5012 20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	134.303
5012 20RL 0042	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Estado de Santa Catarina	134.303
342	Recursos da Universidade Federal da Fronteira Sul(26440)	619.040
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	619.040
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	619.040
5013 20RK 0040	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Sul	619.040
344	Recursos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira(26442)	62.759
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	62.759
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	62.759
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	62.759
348	Recursos da Universidade Federal do Oeste da Bahia(26447)	1.056.556
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	1.056.556
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	1.056.556
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	1.056.556
349	Recursos da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará(26448)	343.346
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	343.346
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	343.346
5013 20RK 0015	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Pará	343.346
350	Recursos da Universidade Federal do Cariri(26449)	102.279
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	102.279
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	102.279
5013 20RK 0023	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado do Ceará	102.279
351	Recursos da Universidade Federal do Sul da Bahia(26450)	519.790
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	519.790
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	519.790
5013 20RK 0029	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado da Bahia	519.790
354	Recursos da Universidade Federal de Jataí(26453)	116.800
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	116.800
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	116.800
5013 20RK 0052	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Goiás	116.800
355	Recursos da Universidade Federal de Rondonópolis(26454)	61.320
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	61.320
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	61.320
5013 20RK 0051	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Mato Grosso	61.320
356	Recursos da Universidade Federal do Delta do Parnaíba(26455)	172.280
5013	Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	172.280
5013 20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	172.280
5013 20RK 0020	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - Na Região Nordeste	172.280
360	Recursos do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta(30101)	31.435.231
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	30.537.219
0032 2000	Administração da Unidade	30.537.219
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	30.537.219
5015	Justiça	898.012

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
5015 2334	Proteção e Defesa do Consumidor	898.012
5015 2334 0001	Proteção e Defesa do Consumidor - Nacional	898.012
361	Recursos do Arquivo Nacional(30103)	2.207.146
5015	Justiça	2.207.146
5015 2810	Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional	2.207.146
5015 2810 0001	Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional - Nacional	2.207.146
363	Recursos do Departamento de Polícia Federal(30108)	42.259.865
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	42.259.865
0032 2000	Administração da Unidade	42.259.865
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	42.259.865
364	Recursos da Fundação Nacional do Índio - FUNAI(30202)	1.551.043
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.551.043
0032 2000	Administração da Unidade	1.551.043
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.551.043
366	Recursos do Ministério de Minas e Energia - Administração Direta(32101)	11.215.140
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	11.215.140
0032 2000	Administração da Unidade	11.215.140
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	11.215.140
368	Recursos da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP(32265)	3.000.812
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.000.812
0032 2000	Administração da Unidade	3.000.812
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	3.000.812
369	Recursos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL(32266)	1.760.115
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.760.115
0032 2000	Administração da Unidade	1.760.115
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.760.115
370	Recursos da Empresa de Pesquisa Energética - EPE(32314)	5.915.231
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.915.231
0032 2000	Administração da Unidade	5.727.231
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	5.727.231
0032 4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	188.000
0032 4572 0001	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - Nacional	188.000
371	Recursos da Agência Nacional de Mineração - ANM(32396)	72.436
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	72.436
0032 2000	Administração da Unidade	72.436
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	72.436
373	Recursos da Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP(32398)	2.321.330
2206	Política Nuclear	2.321.330
2206 20V1	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia	2.321.330
2206 20V1 0001	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia - Nacional	2.321.330
379	Recursos do Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta(35101)	33.406.469
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	30.659.220
0032 2000	Administração da Unidade	30.659.220
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	15.822.794
0032 2000 0002	Administração da Unidade - No Exterior	14.836.426
2216	Política Externa	2.747.249
2216 2015	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior	2.747.249
2216 2015 0002	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior - No Exterior	2.747.249
380	Recursos da Fundação Alexandre de Gusmão(35201)	122.099
2216	Política Externa	122.099
2216 2367	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil	122.099
2216 2367 0001	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil - Nacional	122.099
387	Recursos da Controladoria-Geral da União - Administração Direta(37101)	12.391.271
4004	Transparência, Integridade e Combate à Corrupção	12.391.271
4004 2D58	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição	12.391.271
4004 2D58 0001	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição - Nacional	12.391.271
388	Recursos do Ministério da Infraestrutura - Administração Direta(39101)	20.508.768
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	10.471.578
0032 15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	1.504.408
0032 15P7 0001	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	1.504.408
0032 2000	Administração da Unidade	54.277
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	54.277
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	8.912.893
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	8.912.893
3005	Transporte Aquaviário	10.037.190
3005 122X	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado	7.756.010
3005 122X 0001	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado - Nacional	7.756.010
3005 12KP	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente	2.281.180
3005 12KP 0001	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente - Nacional	2.281.180
389	Recursos da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.(39207)	7.062.505
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	7.062.505
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	7.062.505
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	7.062.505
392	Recursos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT(39252)	32.677.441
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	32.677.441
0032 218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação	32.677.441

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0032 218T 0001	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação - Nacional	32.677.441
393	Recursos da Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL(39253)	1.528.390
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.528.390
0032 2000	Administração da Unidade	1.528.390
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.528.390
395	Recursos do Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta(44101)	6.770.663
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	6.770.663
0032 2000	Administração da Unidade	6.770.663
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	6.770.663
397	Recursos do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ(44206)	203.105
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	203.105
0032 2000	Administração da Unidade	203.105
0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	203.105
398	Recursos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade(44207)	9.333.165
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	9.333.165
0032 2000	Administração da Unidade	9.333.165
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	9.333.165
399	Recursos do Ministério da Defesa - Administração Direta(52101)	8.626.401
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.786.850
0032 2000	Administração da Unidade	2.786.850
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.786.850
6011	Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	5.030.712
6011 20X4	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM	5.030.712
6011 20X4 0001	Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM - Nacional	5.030.712
6012	Defesa Nacional	808.839
6012 15LR	Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF	152.921
6012 15LR 0001	Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF - Nacional	152.921
6012 2055	Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra	300.300
6012 2055 0001	Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra - Nacional	300.300
6012 20T4	Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa	335.861
6012 20T4 0001	Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa - Nacional	335.861
6012 2D55	Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa	19.757
6012 2D55 0001	Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa - Nacional	19.757
401	Recursos do Comando do Exército(52121)	18.623.070
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	367.458
0032 2000	Administração da Unidade	50.724
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	50.724
0032 20XM	Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	316.734
0032 20XM 0001	Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares - Nacional	316.734
6012	Defesa Nacional	18.255.612
6012 147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional	1.330.863
6012 147F 0001	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional - Nacional	1.330.863
6012 15W6	Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA)	806.700
6012 15W6 0001	Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA) - Nacional	806.700
6012 20XE	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército	13.839.188
6012 20XE 0001	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército - Nacional	13.839.188
6012 20XJ	Desenvolvimento Tecnológico do Exército	154.146
6012 20XJ 0001	Desenvolvimento Tecnológico do Exército - Nacional	154.146
6012 21A0	Aprestamento das Forças	1.237.287
6012 21A0 0001	Aprestamento das Forças - Nacional	1.237.287
6012 2866	Ações de Caráter Sigiloso	198.791
6012 2866 0001	Ações de Caráter Sigiloso - Nacional	198.791
6012 2A82	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia	479.387
6012 2A82 0001	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia - Nacional	479.387
6012 8965	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	209.250
6012 8965 0001	Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro - Nacional	209.250
405	Recursos da Fundação Osório(52222)	156.951
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	156.951
0032 2000	Administração da Unidade	124.147
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	124.147
0032 20XS	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório	32.804
0032 20XS 0001	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório - Nacional	32.804
407	Recursos da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL(52233)	504.978
6012	Defesa Nacional	504.978
6012 211D	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL	504.978
6012 211D 0001	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL - Nacional	504.978
408	Recursos do Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas(52902)	628.314
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	628.314
0032 2000	Administração da Unidade	628.314
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	628.314
409	Recursos do Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta(53101)	20.118.831
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20.118.831
0032 2000	Administração da Unidade	20.118.831
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	20.118.831
410	Recursos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF(53201)	7.574.335
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	7.574.335
0032 2000	Administração da Unidade	7.574.335

Quadro 13 - Despesas com Tecnologia da Informação

R\$ 1,00

PLDO - 2021, Anexo I, inciso XIII

Recursos de Todas as Fontes

Programática	Programa/Ação/Localização	Valor
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	7.574.335
411	Recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia(53202)	9.846
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	9.846
0032 2000	Administração da Unidade	9.846
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	9.846
412	Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste(53203)	779.481
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	779.481
0032 2000	Administração da Unidade	779.481
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	779.481
413	Recursos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS(53204)	3.035.876
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	3.035.876
0032 1M49	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	1.969.216
0032 1M49 0020	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - Na Região Nordeste	1.969.216
0032 2000	Administração da Unidade	1.066.660
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.066.660
414	Recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO(53207)	1.025.633
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.025.633
0032 2000	Administração da Unidade	1.025.633
0032 2000 0050	Administração da Unidade - Na Região Centro-Oeste	1.025.633
420	Recursos da Fundação Casa de Rui Barbosa(54202)	315.429
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	315.429
0032 2000	Administração da Unidade	315.429
0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	315.429
421	Recursos da Fundação Biblioteca Nacional - BN(54203)	1.813.208
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.813.208
0032 2000	Administração da Unidade	1.813.208
0032 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro	1.813.208
423	Recursos da Fundação Nacional de Artes(54205)	1.128.658
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	1.121.719
0032 2000	Administração da Unidade	1.121.719
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	1.121.719
5025	Cultura	6.939
5025 20ZH	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro	6.939
5025 20ZH 0001	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro - Nacional	6.939
424	Recursos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional(54206)	116.548
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	116.548
0032 2000	Administração da Unidade	116.548
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	116.548
425	Recursos da Agência Nacional do Cinema - ANCINE(54207)	5.025.388
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.025.388
0032 2000	Administração da Unidade	5.025.388
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	5.025.388
426	Recursos do Instituto Brasileiro de Museus(54208)	2.468.722
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2.267.410
0032 2000	Administração da Unidade	2.267.410
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	2.267.410
5025	Cultura	201.312
5025 211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais	201.312
5025 211F 0001	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais - Nacional	201.312
429	Recursos da Advocacia-Geral da União(63101)	34.428.383
4005	Proteção Jurídica da União	34.428.383
4005 2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais	34.428.383
4005 2674 0001	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais - Nacional	34.428.383
430	Recursos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração Direta(81101)	5.743.830
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	5.170.923
0032 2000	Administração da Unidade	5.170.923
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	5.170.923
5034	Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos	572.907
5034 21AR	Promoção e Defesa de Direitos para Todos	572.907
5034 21AR 0001	Promoção e Defesa de Direitos para Todos - Nacional	572.907
455	Recursos do Fundo Aeronáutico(52911)	8.235.324
6012	Defesa Nacional	8.235.324
6012 20SA	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica	8.235.324
6012 20SA 0001	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica - Nacional	8.235.324
457	Recursos do Fundo Naval(52931)	4.632.656
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	4.632.656
0032 2000	Administração da Unidade	4.632.656
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	4.632.656
Total		7.575.236.122

(*) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(**) Unidade com prerrogativas de órgão setorial de acordo com o § 1º do art. 3º, combinado com o art. 51, ambos da Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

(***) Vinculado à ANATEL.

III - RECEITA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

**Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade
Social por Natureza, Fontes de Recursos e Esfera**

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.0.0.0.00.00	Receitas Correntes			790.971.490.996	841.848.629.570	1.632.820.120.566
1.1.0.0.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			589.047.731.220	446.952.001	589.494.683.221
1.1.1.0.00.00	Impostos			581.745.641.380		581.745.641.380
1.1.1.1.00.00	Impostos sobre o Comércio Exterior			44.087.421.250		44.087.421.250
1.1.1.1.01.00	Imposto sobre a Importação			43.982.526.163		43.982.526.163
1.1.1.1.01.11	Imposto sobre a Importação - Principal	100	P	43.886.078.287		43.886.078.287
1.1.1.1.01.12	Imposto sobre a Importação - Multas e Juros	132	P	90.886.425		90.886.425
1.1.1.1.01.13	Imposto sobre a Importação - Dívida Ativa	100	P	1.289.057		1.289.057
1.1.1.1.01.17	Imposto sobre a Importação - Multas da Dívida Ativa	132	P	408.983		408.983
1.1.1.1.01.18	Imposto sobre a Importação - Juros da Dívida Ativa	132	P	3.863.411		3.863.411
1.1.1.1.02.00	Imposto sobre a Exportação			104.895.087		104.895.087
1.1.1.1.02.11	Imposto sobre a Exportação - Principal	100	P	93.318.779		93.318.779
1.1.1.1.02.13	Imposto sobre a Exportação - Dívida Ativa	100	P	4.543.605		4.543.605
1.1.1.1.02.17	Imposto sobre a Exportação - Multas da Dívida Ativa	132	P	1.232.679		1.232.679
1.1.1.1.02.18	Imposto sobre a Exportação - Juros da Dívida Ativa	132	P	5.800.024		5.800.024
1.1.1.2.00.00	Impostos sobre o Patrimônio			2.182.858.765		2.182.858.765
1.1.1.2.01.00	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural			2.182.858.765		2.182.858.765
1.1.1.2.01.11	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal	102	P	1.676.787.773		1.676.787.773
1.1.1.2.01.12	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Multas e Juros	102	P	103.965.003		103.965.003
1.1.1.2.01.13	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa	102	P	14.080.111		14.080.111
1.1.1.2.01.14	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Dívida Ativa - Multas e Juros	102	P	18.997.055		18.997.055
1.1.1.2.01.21	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal	100	P	353.801.915		353.801.915
1.1.1.2.01.22	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas e Juros	102	P	11.551.667		11.551.667
1.1.1.2.01.23	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Dívida Ativa	100	P	1.564.457		1.564.457
1.1.1.2.01.27	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Multas da Dívida Ativa	102	P	583.270		583.270
1.1.1.2.01.28	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Juros da Dívida Ativa	102	P	1.527.514		1.527.514
1.1.1.3.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza			426.456.871.255		426.456.871.255
1.1.1.3.01.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF			47.858.342.250		47.858.342.250
1.1.1.3.01.11	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	100	P	47.301.521.984		47.301.521.984
1.1.1.3.01.17	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Multas da Dívida Ativa	101	P	556.820.266		556.820.266
1.1.1.3.02.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos			147.587.365.964		147.587.365.964
1.1.1.3.02.11	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal	100	P	139.418.159.078		139.418.159.078
1.1.1.3.02.12	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Multas e Juros	101	P	4.973.061.544		4.973.061.544
1.1.1.3.02.13	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Dívida Ativa	100	P	1.792.184.749		1.792.184.749
1.1.1.3.02.18	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Juros da Dívida Ativa	101	P	1.403.960.593		1.403.960.593
1.1.1.3.03.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte			231.011.163.041		231.011.163.041
1.1.1.3.03.11	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	100	P	120.173.946.914		120.173.946.914

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.1.1.3.03.21	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal	100	P	52.325.646.470		52.325.646.470
1.1.1.3.03.31	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal	100	P	48.671.588.167		48.671.588.167
1.1.1.3.03.41	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	100	P	9.839.981.490		9.839.981.490
1.1.1.4.00.00	Impostos sobre a Produção, Circulação e Serviços			61.593.824.355		61.593.824.355
1.1.1.4.01.00	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI			61.593.824.355		61.593.824.355
1.1.1.4.01.11	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal	100	P	6.101.158.196		6.101.158.196
1.1.1.4.01.21	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal	100	P	3.045.499.479		3.045.499.479
1.1.1.4.01.31	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal	100	P	4.234.069.185		4.234.069.185
1.1.1.4.01.41	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal	100	P	22.710.157.669		22.710.157.669
1.1.1.4.01.51	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal	100	P	24.547.664.844		24.547.664.844
1.1.1.4.01.52	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas e Juros	101	P	561.865.857		561.865.857
1.1.1.4.01.53	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Dívida Ativa	100	P	178.064.158		178.064.158
1.1.1.4.01.57	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Multas da Dívida Ativa	101	P	41.400.686		41.400.686
1.1.1.4.01.58	Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Juros da Dívida Ativa	101	P	173.944.281		173.944.281
1.1.1.5.00.00	Impostos sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários			47.424.665.755		47.424.665.755
1.1.1.5.01.00	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF			47.424.665.755		47.424.665.755
1.1.1.5.01.11	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal	119	P	40.823.986		40.823.986
1.1.1.5.01.21	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal	100	P	47.188.037.315		47.188.037.315
1.1.1.5.01.22	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas e Juros	132	P	162.004.794		162.004.794
1.1.1.5.01.23	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Dívida Ativa	100	P	5.903.533		5.903.533
1.1.1.5.01.27	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Multas da Dívida Ativa	132	P	3.405.467		3.405.467
1.1.1.5.01.28	Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Juros da Dívida Ativa	132	P	24.490.660		24.490.660
1.1.2.0.00.00	Taxas			7.302.089.840	446.952.001	7.749.041.841
1.1.2.1.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia			6.379.215.268	446.952.001	6.826.167.269
1.1.2.1.01.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização			4.000.272.938	446.952.001	4.447.224.939
1.1.2.1.01.11	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	100	P	3.984.670.807	431.362.721	4.416.033.528
1.1.2.1.01.12	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	174	P	1.046.975	311.740	1.358.715
1.1.2.1.01.13	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	100	P	14.555.156	15.209.225	29.764.381
1.1.2.1.01.14	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	174	P		68.315	68.315
1.1.2.1.02.00	Taxas de Fiscalização das Telecomunicações			1.999.453.517		1.999.453.517
1.1.2.1.02.11	Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	100	P	130.683.562		130.683.562
1.1.2.1.02.21	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	100	P	1.853.481.712		1.853.481.712

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.1.2.1.02.23	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	100	P	13.903		13.903
1.1.2.1.02.24	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa - Multas e Juros	178	P	27.511		27.511
1.1.2.1.02.41	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	100	P	15.246.829		15.246.829
1.1.2.1.03.00	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos			42.874.178		42.874.178
1.1.2.1.03.11	Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal	100	P	42.874.178		42.874.178
1.1.2.1.04.00	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental			323.126.108		323.126.108
1.1.2.1.04.11	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal	100	P	323.126.108		323.126.108
1.1.2.1.05.00	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura			13.488.527		13.488.527
1.1.2.1.05.11	Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal	100	P	13.488.527		13.488.527
1.1.2.2.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços			922.874.572		922.874.572
1.1.2.2.01.00	Taxas pela Prestação de Serviços			175.993.587		175.993.587
1.1.2.2.01.11	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	100	P	175.993.587		175.993.587
1.1.2.2.02.00	Emolumentos e Custas Judiciais			746.880.985		746.880.985
1.1.2.2.02.11	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal	100	P	745.236.781		745.236.781
1.1.2.2.02.12	Emolumentos e Custas Judiciais - Multa e Juros	127	P	97.119		97.119
1.1.2.2.02.13	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa	100	P	990.786		990.786
1.1.2.2.02.14	Emolumentos e Custas Judiciais - Dívida Ativa - Multa e Juros	127	P	556.299		556.299
1.2.0.0.00.00	Contribuições			63.370.167.708	821.122.931.945	884.493.099.653
1.2.1.0.00.00	Contribuições Sociais			48.086.246.319	821.122.931.945	869.209.178.264
1.2.1.1.00.00	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS			2.502.487.991	244.899.842.289	247.402.330.280
1.2.1.1.01.00	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento			1.639.267.023	244.692.968.460	246.332.235.483
1.2.1.1.01.11	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Principal	153	P		242.393.677.655	242.393.677.655
1.2.1.1.01.13	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Dívida Ativa	153	P		999.397.144	999.397.144
1.2.1.1.01.15	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Multas	153	P		1.299.893.661	1.299.893.661
1.2.1.1.01.16	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Juros	132	P	1.639.267.023		1.639.267.023
1.2.1.1.49.00	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Parcelamentos			863.220.968	206.873.829	1.070.094.797
1.2.1.1.49.17	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Parcelamentos - Multa da Dívida Ativa	153	P		206.873.829	206.873.829
1.2.1.1.49.18	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	132	P	863.220.968		863.220.968
1.2.1.2.00.00	Contribuição para o Programa de Integração Social e para Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP			20.944.974.876	51.128.031.140	72.073.006.016
1.2.1.2.01.00	Contribuição para o PIS/PASEP			20.696.758.270	51.087.124.847	71.783.883.117
1.2.1.2.01.11	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Principal	140	P	19.677.129.793	50.598.333.755	70.275.463.548
1.2.1.2.01.13	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Dívida Ativa	140	P	68.081.747	175.067.350	243.149.097
1.2.1.2.01.15	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Multas	140	P	122.003.677	313.723.742	435.727.419

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.2.1.2.01.16	Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Juros	132	P	829.543.053		829.543.053
1.2.1.2.49.00	Contribuição para o PIS/Pasep - Parcelamentos			248.216.606	40.906.293	289.122.899
1.2.1.2.49.17	Contribuição para o PIS/Pasep - Parcelamentos - Multa da Dívida Ativa	140	P	15.908.003	40.906.293	56.814.296
1.2.1.2.49.18	Contribuição para o PIS/Pasep - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	132	P	232.308.603		232.308.603
1.2.1.3.00.00	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL			957.248.194	87.732.773.889	88.690.022.083
1.2.1.3.01.00	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL			609.819.557	87.605.047.126	88.214.866.683
1.2.1.3.01.11	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes não Optantes pelo Simples Nacional - Principal	151	P		86.573.834.386	86.573.834.386
1.2.1.3.01.13	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes não Optantes pelo Simples Nacional - Dívida Ativa	151	P		470.236.471	470.236.471
1.2.1.3.01.15	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes não Optantes pelo Simples Nacional - Multas	151	P		560.976.269	560.976.269
1.2.1.3.01.16	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes não Optantes pelo Simples Nacional - Juros	132	P	609.819.557		609.819.557
1.2.1.3.49.00	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos			347.428.637	127.726.763	475.155.400
1.2.1.3.49.17	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multa da Dívida Ativa	151	P		127.726.763	127.726.763
1.2.1.3.49.18	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Juros da Dívida Ativa	132	P	347.428.637		347.428.637
1.2.1.4.00.00	Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS				409.380.213.685	409.380.213.685
1.2.1.4.01.00	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado				300.339.085.890	300.339.085.890
1.2.1.4.01.11	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Principal	154	P		243.354.412.625	243.354.412.625
1.2.1.4.01.13	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Dívida Ativa	154	P		2.462.106.860	2.462.106.860
1.2.1.4.01.14	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Dívida Ativa - Multas e Juros	154	P		1.478.327.918	1.478.327.918
1.2.1.4.01.21	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional - Principal	154	P		51.876.743.340	51.876.743.340
1.2.1.4.01.22	Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional - Multas e Juros	154	P		1.167.495.147	1.167.495.147
1.2.1.4.02.00	Contribuição Previdenciária do Segurado				109.041.127.795	109.041.127.795
1.2.1.4.02.11	Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal	154	P		109.041.127.795	109.041.127.795
1.2.1.5.00.00	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público - CPSS				17.856.469.632	17.856.469.632
1.2.1.5.01.00	CPSS do Servidor Civil				17.856.469.632	17.856.469.632
1.2.1.5.01.11	CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal	156	P		11.245.179.930	11.245.179.930
1.2.1.5.01.12	CPSS do Servidor Civil Ativo - Multas e Juros	156	P		3.049.736	3.049.736
1.2.1.5.01.21	CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal	156	P		4.991.174.933	4.991.174.933
1.2.1.5.01.31	CPSS do Servidor Civil Pensionistas - Principal	156	P		1.315.787.220	1.315.787.220
1.2.1.5.01.41	CPSS do Servidor Civil Ativo, por sentença judicial - Principal	156	P		196.402.723	196.402.723
1.2.1.5.01.51	CPSS do Servidor Civil Inativo, por sentença judicial - Principal	156	P		89.001.639	89.001.639
1.2.1.5.01.61	CPSS do Servidor Civil Pensionista, por sentença judicial - Principal	156	P		15.873.451	15.873.451

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.2.1.6.00.00	Contribuição para Fundos de Assistência Médica				39.287.129	39.287.129
1.2.1.6.01.00	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares				19.692.787	19.692.787
1.2.1.6.01.11	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal	106	P		19.692.787	19.692.787
1.2.1.6.02.00	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares				19.594.342	19.594.342
1.2.1.6.02.11	Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal	106	P		19.594.342	19.594.342
1.2.1.7.00.00	Contribuições sobre Concursos de Prognósticos e Sorteios				1.980.517.198	1.980.517.198
1.2.1.7.01.00	Contribuição sobre a Loteria Federal				55.514.305	55.514.305
1.2.1.7.01.11	Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal	118	P		55.514.305	55.514.305
1.2.1.7.02.00	Contribuição sobre Loterias Esportivas				7.571.400	7.571.400
1.2.1.7.02.11	Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal	118	P		7.571.400	7.571.400
1.2.1.7.04.00	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos				1.908.644.833	1.908.644.833
1.2.1.7.04.11	Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal	118	P		1.908.644.833	1.908.644.833
1.2.1.7.06.00	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico				8.786.660	8.786.660
1.2.1.7.06.11	Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal	118	P		8.786.660	8.786.660
1.2.1.9.00.00	Outras Contribuições Sociais			23.681.535.258	8.105.796.983	31.787.332.241
1.2.1.9.01.00	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas			612.748	612.748	1.225.496
1.2.1.9.01.11	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal	100	P	446.897	446.898	893.795
1.2.1.9.01.12	Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Multas e Juros	118	P	165.851	165.850	331.701
1.2.1.9.02.00	Cota-Parte da Contribuição Sindical				6.578.967	6.578.967
1.2.1.9.02.11	Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal	176	P		6.578.967	6.578.967
1.2.1.9.03.00	Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS			72.506.720		72.506.720
1.2.1.9.03.21	Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal	100	P	72.506.720		72.506.720
1.2.1.9.04.00	Contribuição Social do Salário-Educação			21.383.836.826		21.383.836.826
1.2.1.9.04.11	Contribuição Social do Salário-Educação - Principal	113	P	21.307.937.044		21.307.937.044
1.2.1.9.04.12	Contribuição Social do Salário-Educação - Multas e Juros	113	P	71.399.520		71.399.520
1.2.1.9.04.13	Contribuição Social do Salário-Educação - Dívida Ativa	113	P	4.500.262		4.500.262
1.2.1.9.05.00	Contribuição para o Ensino Aeroviário			171.251.187		171.251.187
1.2.1.9.05.11	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal	100	P	170.519.082		170.519.082
1.2.1.9.05.12	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Multas e Juros	176	P	532.503		532.503
1.2.1.9.05.13	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa	100	P	149.797		149.797
1.2.1.9.05.14	Contribuição para o Ensino Aeroviário - Dívida Ativa - Multas e Juros	176	P	49.805		49.805
1.2.1.9.06.00	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo			162.537.059		162.537.059
1.2.1.9.06.11	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal	100	P	160.769.432		160.769.432
1.2.1.9.06.12	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Multas e Juros	176	P	317.663		317.663
1.2.1.9.06.13	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa	100	P	749.774		749.774
1.2.1.9.06.14	Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Dívida Ativa - Multas e Juros	176	P	700.190		700.190

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.2.1.9.07.00	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais			1.173.568		1.173.568
1.2.1.9.07.11	Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal	100	P	1.173.568		1.173.568
1.2.1.9.08.00	Contribuição Industrial Rural			1.604.976.759		1.604.976.759
1.2.1.9.08.11	Contribuição Industrial Rural - Principal	100	P	1.597.935.374		1.597.935.374
1.2.1.9.08.12	Contribuição Industrial Rural - Multas e Juros	176	P	6.664.738		6.664.738
1.2.1.9.08.13	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa	100	P	161.680		161.680
1.2.1.9.08.14	Contribuição Industrial Rural - Dívida Ativa - Multas e Juros	176	P	214.967		214.967
1.2.1.9.09.00	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural			284.640.391		284.640.391
1.2.1.9.09.11	Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal	100	P	284.640.391		284.640.391
1.2.1.9.11.00	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas				8.098.605.268	8.098.605.268
1.2.1.9.11.11	Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal	123	P		8.098.605.268	8.098.605.268
1.2.2.0.00.00	Contribuições Econômicas			15.283.921.389		15.283.921.389
1.2.2.0.00.00	Contribuições Econômicas			15.283.921.389		15.283.921.389
1.2.2.0.02.00	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários			95.007.719		95.007.719
1.2.2.0.02.11	Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal	100	P	95.007.719		95.007.719
1.2.2.0.03.00	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas			687.240		687.240
1.2.2.0.03.11	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal	100	P	293.928		293.928
1.2.2.0.03.12	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Multas e Juros	172	P	51.773		51.773
1.2.2.0.03.13	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa	100	P	148.385		148.385
1.2.2.0.03.14	Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Dívida Ativa - Multas e Juros	172	P	193.154		193.154
1.2.2.0.04.00	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE			994.071.454		994.071.454
1.2.2.0.04.11	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal	100	P	993.443.458		993.443.458
1.2.2.0.04.12	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Multas e Juros	130	P	4.482		4.482
1.2.2.0.04.13	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Dívida Ativa	100	P	623.514		623.514
1.2.2.0.05.00	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM			2.683.979.456		2.683.979.456
1.2.2.0.05.11	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal	100	P	2.681.367.068		2.681.367.068
1.2.2.0.05.12	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Multas e Juros	132	P	1.457.803		1.457.803
1.2.2.0.05.13	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa	100	P	623.620		623.620
1.2.2.0.05.14	Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Dívida Ativa - Multas e Juros	135	P	530.965		530.965
1.2.2.0.06.00	Contribuição sobre as Receitas de Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica			1.070.000.000		1.070.000.000
1.2.2.0.06.11	Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal	100	P	1.070.000.000		1.070.000.000
1.2.2.0.07.00	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior			6.555.595.752		6.555.595.752

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.2.2.0.07.11	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal	100	P	6.545.998.878		6.545.998.878
1.2.2.0.07.12	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Multas e Juros	172	P	9.257.323		9.257.323
1.2.2.0.07.13	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa	100	P	155.431		155.431
1.2.2.0.07.14	Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Dívida Ativa - Multas e Juros	172	P	184.120		184.120
1.2.2.0.08.00	Contribuição Relativa às Atividades de Importação e Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante - CIDE Combustíveis			1.993.148.570		1.993.148.570
1.2.2.0.08.21	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal	100	P	1.987.655.554		1.987.655.554
1.2.2.0.08.22	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas e Juros	111	P	3.054.701		3.054.701
1.2.2.0.08.23	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Dívida Ativa	100	P	864.334		864.334
1.2.2.0.08.27	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Multas da Dívida Ativa	111	P	160.568		160.568
1.2.2.0.08.28	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Juros da Dívida Ativa	111	P	1.413.413		1.413.413
1.2.2.0.09.00	Contribuição sobre a Receita das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações			1.402.324.465		1.402.324.465
1.2.2.0.09.11	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal	100	P	879.456.070		879.456.070
1.2.2.0.09.13	Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	100	P	6.533.118		6.533.118
1.2.2.0.09.21	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal	100	P	515.551.018		515.551.018
1.2.2.0.09.22	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Multas e Juros	172	P	544.021		544.021
1.2.2.0.09.23	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa	100	P	113.443		113.443
1.2.2.0.09.24	Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Dívida Ativa - Multas e Juros	172	P	126.795		126.795
1.2.2.0.10.00	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública			302.459.588		302.459.588
1.2.2.0.10.11	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal	100	P	301.818.033		301.818.033
1.2.2.0.10.13	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Dívida Ativa	100	P	641.555		641.555
1.2.2.0.11.00	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática			186.631.773		186.631.773
1.2.2.0.11.11	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal	100	P	44.063.547		44.063.547
1.2.2.0.11.12	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Multas e Juros	172	P	27.055		27.055
1.2.2.0.11.21	Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal	100	P	142.541.171		142.541.171
1.2.2.0.99.00	Outras Contribuições Econômicas			15.372		15.372
1.2.2.0.99.12	Outras Contribuições Econômicas - Multas e Juros	172	P	15.372		15.372
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial			86.932.994.449	4.146.252.373	91.079.246.822

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.3.1.0.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			2.431.577.025	21.712.197	2.453.289.222
1.3.1.0.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado			2.431.577.025	21.712.197	2.453.289.222
1.3.1.0.01.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação			1.510.453.523	21.250.897	1.531.704.420
1.3.1.0.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	100	P	910.003.449	21.084.951	931.088.400
1.3.1.0.01.12	Aluguéis e Arrendamentos - Multas e Juros	100	P	566.032	165.946	731.978
1.3.1.0.01.21	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal	100	P	495.521.253		495.521.253
1.3.1.0.01.22	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Multas e Juros	133	P	22.726.286		22.726.286
1.3.1.0.01.23	Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Dívida Ativa	100	P	81.636.503		81.636.503
1.3.1.0.02.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos			920.921.178	461.300	921.382.478
1.3.1.0.02.11	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal	150	P	920.907.156	461.300	921.368.456
1.3.1.0.02.12	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Multas e Juros	133	P	14.022		14.022
1.3.1.0.99.00	Outras Receitas Imobiliárias			202.324		202.324
1.3.1.0.99.11	Outras Receitas Imobiliárias - Principal	100	P	202.324		202.324
1.3.2.0.00.00	Valores Mobiliários			18.580.185.306	1.364.567.798	19.944.753.104
1.3.2.1.00.00	Juros e Correções Monetárias			12.166.073.811	1.346.933.156	13.513.006.967
1.3.2.1.00.00	Juros e Correções Monetárias			12.166.073.811	1.346.933.156	13.513.006.967
1.3.2.1.00.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	180	F	8.552.933.877	703.611.534	9.256.545.411
1.3.2.1.00.21	Remuneração de Depósitos Especiais - Principal	180	F		486.780.100	486.780.100
1.3.2.1.00.31	Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal	180	F		156.541.522	156.541.522
1.3.2.1.00.51	Juros de Títulos de Renda - Principal	180	F	290.328.587		290.328.587
1.3.2.1.00.61	Juros sobre o Capital Próprio - Principal	197	P	3.322.811.347		3.322.811.347
1.3.2.2.00.00	Dividendos			6.414.111.495	17.634.642	6.431.746.137
1.3.2.2.00.00	Dividendos			6.414.111.495	17.634.642	6.431.746.137
1.3.2.2.00.11	Dividendos - Principal	150	P	6.414.082.180	17.634.642	6.431.716.822
1.3.2.2.00.12	Dividendos - Multas e Juros	197	P	29.315		29.315
1.3.3.0.00.00	Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão,			3.843.891.634		3.843.891.634
1.3.3.1.00.00	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte			729.600.238		729.600.238
1.3.3.1.01.00	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário			3.406.814		3.406.814
1.3.3.1.01.11	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	129	P	3.406.814		3.406.814
1.3.3.1.02.00	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário			726.193.424		726.193.424
1.3.3.1.02.11	Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal	129	P	726.193.424		726.193.424
1.3.3.2.00.00	Delegação dos Serviços de Infraestrutura			2.631.384.638		2.631.384.638
1.3.3.2.01.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário			628.601		628.601
1.3.3.2.01.21	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal	129	P	628.601		628.601
1.3.3.2.03.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário			158.974.656		158.974.656
1.3.3.2.03.11	Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal	129	P	158.974.656		158.974.656
1.3.3.2.04.00	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária			2.471.781.381		2.471.781.381

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.3.3.2.04.11	Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal	129	P	2.471.781.381		2.471.781.381
1.3.3.3.00.00	Delegação dos Serviços de Telecomunicação			373.952.090		373.952.090
1.3.3.3.01.00	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público			326.716.934		326.716.934
1.3.3.3.01.11	Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	326.716.934		326.716.934
1.3.3.3.03.00	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens			16.912.037		16.912.037
1.3.3.3.03.11	Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	16.912.037		16.912.037
1.3.3.3.04.00	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência			18.141.269		18.141.269
1.3.3.3.04.11	Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	18.141.269		18.141.269
1.3.3.3.06.00	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência			20.187		20.187
1.3.3.3.06.11	Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	20.187		20.187
1.3.3.3.49.00	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação			12.161.663		12.161.663
1.3.3.3.49.11	Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	12.161.663		12.161.663
1.3.3.9.00.00	Demais Delegações de Serviços Públicos			108.954.668		108.954.668
1.3.3.9.01.00	Demais Delegações de Serviços Públicos			108.954.668		108.954.668
1.3.3.9.01.11	Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal	129	P	108.954.668		108.954.668
1.3.4.0.00.00	Exploração de Recursos Naturais			57.999.122.510	719.143.057	58.718.265.567
1.3.4.1.00.00	Petróleo - Regime de Concessão			48.050.868.689	719.143.057	48.770.011.746
1.3.4.1.01.00	Outorga de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural - Regime de Concessão			296.242.541		296.242.541
1.3.4.1.01.21	Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal	129	P	296.242.541		296.242.541
1.3.4.1.02.00	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			12.512.977.905	227.216.671	12.740.194.576
1.3.4.1.02.11	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	142	P	520.145.177		520.145.177
1.3.4.1.02.21	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	108	P	4.589.693.679		4.589.693.679
1.3.4.1.02.31	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	142	P	3.086.022.302		3.086.022.302
1.3.4.1.02.41	Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	4.317.116.747	227.216.671	4.544.333.418
1.3.4.1.03.00	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			12.136.635.932	454.433.342	12.591.069.274
1.3.4.1.03.11	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	108	P	454.366.805		454.366.805
1.3.4.1.03.21	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	108	P	4.589.693.679		4.589.693.679

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.3.4.1.03.31	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	142	P	3.002.675.373		3.002.675.373
1.3.4.1.03.41	Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	4.089.900.075	454.433.342	4.544.333.417
1.3.4.1.04.00	Participação Especial pela Produção de Petróleo - Contrato de Concessão			23.105.012.311	37.493.044	23.142.505.355
1.3.4.1.04.11	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal	142	P	79.450.410		79.450.410
1.3.4.1.04.21	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal	108	P	21.162.530.279		21.162.530.279
1.3.4.1.04.31	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal	142	P	1.600.580.317		1.600.580.317
1.3.4.1.04.41	Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal	142	P	262.451.305	37.493.044	299.944.349
1.3.4.3.00.00	Petróleo - Regime de Partilha de Produção			1.351.908.195		1.351.908.195
1.3.4.3.02.00	Royalties pela Produção de Petróleo - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012			1.351.908.195		1.351.908.195
1.3.4.3.02.41	Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal	142	P	1.351.908.195		1.351.908.195
1.3.4.4.00.00	Exploração de Recursos Minerais			5.367.730.213		5.367.730.213
1.3.4.4.01.00	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral			85.388.302		85.388.302
1.3.4.4.01.11	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal	129	P	79.245.324		79.245.324
1.3.4.4.01.13	Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Dívida Ativa	129	P	6.142.978		6.142.978
1.3.4.4.02.00	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais			5.282.341.911		5.282.341.911
1.3.4.4.02.11	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal	141	P	5.269.556.577		5.269.556.577
1.3.4.4.02.13	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Dívida Ativa	141	P	12.785.334		12.785.334
1.3.4.5.00.00	Exploração de Recursos Hídricos			3.202.774.213		3.202.774.213
1.3.4.5.01.00	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos			82.489.311		82.489.311
1.3.4.5.01.11	Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal	116	P	82.489.311		82.489.311
1.3.4.5.03.00	Compensação Financeira com a Exploração de Recursos Hídricos			3.120.284.902		3.120.284.902
1.3.4.5.03.11	Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal	134	P	1.285.441.130		1.285.441.130
1.3.4.5.03.21	Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal	134	P	1.834.843.772		1.834.843.772
1.3.4.6.00.00	Exploração de Recursos Florestais			25.841.200		25.841.200
1.3.4.6.01.00	Concessão de Florestas Nacionais			25.841.200		25.841.200
1.3.4.6.01.11	Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal	129	P	12.933.813		12.933.813
1.3.4.6.01.21	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal	129	P	12.650.759		12.650.759
1.3.4.6.01.22	Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Multas e Juros	129	P	256.628		256.628
1.3.5.0.00.00	Exploração do Patrimônio Intangível			20.855		20.855

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.3.5.0.00.00	Exploração do Patrimônio Intangível			20.855		20.855
1.3.5.0.02.00	Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial			20.855		20.855
1.3.5.0.02.11	<i>Direito de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal</i>	150	P	20.855		20.855
1.3.6.0.00.00	Cessão de Direitos			1.691.817.161	2.040.829.321	3.732.646.482
1.3.6.0.00.00	Cessão de Direitos			1.691.817.161	2.040.829.321	3.732.646.482
1.3.6.0.01.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos			1.691.817.161	2.040.829.321	3.732.646.482
1.3.6.0.01.11	<i>Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal</i>	100	P	1.541.817.161	2.040.784.327	3.582.601.488
1.3.6.0.01.12	<i>Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Multas e Juros</i>	150	P		44.994	44.994
1.3.6.0.01.21	<i>Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal</i>	100	P	150.000.000		150.000.000
1.3.9.0.00.00	Demais Receitas Patrimoniais			2.386.379.958		2.386.379.958
1.3.9.1.00.00	Participação da União em Receita de Serviços			2.379.432.014		2.379.432.014
1.3.9.1.01.00	Participação da União em Receita de Concursos de Prognósticos e Sorteios			2.379.432.014		2.379.432.014
1.3.9.1.01.11	<i>Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal</i>	118	P	23.815.114		23.815.114
1.3.9.1.01.21	<i>Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal</i>	118	P	23.370.836		23.370.836
1.3.9.1.01.41	<i>Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal</i>	118	P	2.313.900.295		2.313.900.295
1.3.9.1.01.61	<i>Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal</i>	118	P	18.345.769		18.345.769
1.3.9.9.00.00	Demais Receitas Patrimoniais			6.947.944		6.947.944
1.3.9.9.00.00	Demais Receitas Patrimoniais			6.947.944		6.947.944
1.3.9.9.00.11	<i>Demais Receitas Patrimoniais - Principal</i>	150	P	6.947.944		6.947.944
1.4.0.0.00.00	Receita Agropecuária			23.008.380	0	23.008.380
1.4.0.0.00.00	Receita Agropecuária			23.008.380		23.008.380
1.4.0.0.00.00	Receita Agropecuária			23.008.380		23.008.380
1.4.0.0.00.00	Receita Agropecuária			23.008.380		23.008.380
1.4.0.0.00.11	<i>Receita Agropecuária - Principal</i>	150	P	23.008.380		23.008.380
1.5.0.0.00.00	Receita Industrial			2.060.260.656	241.272	2.060.501.928
1.5.0.0.00.00	Receita Industrial			2.060.260.656	241.272	2.060.501.928
1.5.0.0.00.00	Receita Industrial			2.060.260.656	241.272	2.060.501.928
1.5.0.0.00.00	Receita Industrial			2.060.260.656	241.272	2.060.501.928
1.5.0.0.00.11	<i>Receita Industrial - Principal</i>	108	P	2.060.260.656	241.272	2.060.501.928
1.6.0.0.00.00	Receita de Serviços			32.518.646.009	13.151.409.233	45.670.055.242
1.6.1.0.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			3.284.910.344	46.756.987	3.331.667.331
1.6.1.0.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			3.284.910.344	46.756.987	3.331.667.331
1.6.1.0.01.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			2.122.847.298	43.765.007	2.166.612.305
1.6.1.0.01.11	<i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal</i>	100	P	2.122.839.781	43.765.007	2.166.604.788
1.6.1.0.01.12	<i>Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros</i>	150	P	7.517		7.517
1.6.1.0.02.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos			261.426.096	1.416.000	262.842.096
1.6.1.0.02.11	<i>Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal</i>	150	P	261.426.096	1.416.000	262.842.096
1.6.1.0.03.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização			690.757.525		690.757.525
1.6.1.0.03.11	<i>Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal</i>	150	P	690.757.525		690.757.525
1.6.1.0.04.00	Serviços de Informação e Tecnologia			209.873.288	1.575.980	211.449.268

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.6.1.0.04.11	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal	100	P	209.873.288	1.575.980	211.449.268
1.6.1.0.05.00	Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações			6.137		6.137
1.6.1.0.05.11	Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações - Principal	178	P	6.137		6.137
1.6.2.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao			3.153.330.383		3.153.330.383
1.6.2.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte			3.153.330.383		3.153.330.383
1.6.2.0.01.00	Serviços de Navegação			2.797.283.532		2.797.283.532
1.6.2.0.01.11	Serviços de Navegação - Principal	150	P	2.797.283.532		2.797.283.532
1.6.2.0.02.00	Serviços de Transporte			355.443.939		355.443.939
1.6.2.0.02.11	Serviços de Transporte - Principal	150	P	355.443.939		355.443.939
1.6.2.0.03.00	Serviços Portuários			599.744		599.744
1.6.2.0.03.11	Serviços Portuários - Principal	150	P	599.744		599.744
1.6.2.0.04.00	Serviços Aeroportuários			3.168		3.168
1.6.2.0.04.11	Tarifa Aeroportuária - Principal	150	P	3.168		3.168
1.6.3.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde				2.343.884.446	2.343.884.446
1.6.3.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde				2.343.884.446	2.343.884.446
1.6.3.0.01.00	Serviços de Atendimento à Saúde				260.853.829	260.853.829
1.6.3.0.01.11	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	150	P		260.853.829	260.853.829
1.6.3.0.02.00	Serviços de Assistência à Saúde de Servidores Cíveis e Militares				2.083.030.617	2.083.030.617
1.6.3.0.02.11	Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal	170	P		33.569.934	33.569.934
1.6.3.0.02.21	Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal	170	P		2.049.460.683	2.049.460.683
1.6.4.0.00.00	Serviços e Atividades Financeiras			26.059.782.548	10.760.767.800	36.820.550.348
1.6.4.0.00.00	Serviços e Atividades Financeiras			26.059.782.548	10.760.767.800	36.820.550.348
1.6.4.0.01.00	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros			25.573.620.352		25.573.620.352
1.6.4.0.01.11	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal	159	F	25.573.607.145		25.573.607.145
1.6.4.0.01.12	Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Multas e Juros	180	F	13.207		13.207
1.6.4.0.02.00	Concessão de Avais, Garantias e Seguros			486.162.196		486.162.196
1.6.4.0.02.11	Concessão de Avais, Garantias e Seguros - Principal	150	P	486.162.196		486.162.196
1.6.4.0.03.00	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico				10.760.767.800	10.760.767.800
1.6.4.0.03.11	Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal	180	F		10.760.767.800	10.760.767.800
1.6.9.0.00.00	Outros Serviços			20.622.734		20.622.734
1.6.9.0.00.00	Outros Serviços			20.622.734		20.622.734
1.6.9.0.99.00	Outros Serviços			20.622.734		20.622.734
1.6.9.0.99.11	Outros Serviços - Principal	150	P	20.622.734		20.622.734
1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes			418.088.527	41.659.406	459.747.933
1.7.1.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades			168.314.772		168.314.772
1.7.1.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades			168.314.772		168.314.772
1.7.1.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades			168.314.772		168.314.772
1.7.1.0.00.11	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	181	P	168.314.772		168.314.772
1.7.2.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas			23.076.864	4.312.034	27.388.898
1.7.2.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			23.076.864	4.312.034	27.388.898

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.7.2.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			23.076.864	4.312.034	27.388.898
1.7.2.0.00.11	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	181	P	23.076.864	4.312.034	27.388.898
1.7.3.0.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			1.459.866		1.459.866
1.7.3.0.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			1.459.866		1.459.866
1.7.3.0.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			1.459.866		1.459.866
1.7.3.0.00.11	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	181	P	1.459.866		1.459.866
1.7.4.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas			218.737.025	36.083.121	254.820.146
1.7.4.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas			218.737.025	36.083.121	254.820.146
1.7.4.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas			218.737.025	36.083.121	254.820.146
1.7.4.0.00.11	Transferências de Instituições Privadas - Principal	100	P	218.737.025	36.083.121	254.820.146
1.7.6.0.00.00	Transferências do Exterior			6.500.000		6.500.000
1.7.6.0.00.00	Transferências do Exterior			6.500.000		6.500.000
1.7.6.0.00.00	Transferências do Exterior			6.500.000		6.500.000
1.7.6.0.00.11	Transferências do Exterior - Principal	195	P	6.500.000		6.500.000
1.7.7.0.00.00	Transferências de Pessoas Físicas				1.250.365	1.250.365
1.7.7.0.00.00	Transferências de Pessoas Físicas				1.250.365	1.250.365
1.7.7.0.00.00	Transferências de Pessoas Físicas				1.250.365	1.250.365
1.7.7.0.00.11	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	196	P		1.250.365	1.250.365
1.7.8.0.00.00	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				13.886	13.886
1.7.8.0.00.00	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				13.886	13.886
1.7.8.0.00.00	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados				13.886	13.886
1.7.8.0.00.11	Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal	194	P		13.886	13.886
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes			16.600.594.047	2.939.183.340	19.539.777.387
1.9.1.0.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			4.923.126.668	552.780.401	5.475.907.069
1.9.1.0.00.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			4.923.126.668	552.780.401	5.475.907.069
1.9.1.0.01.00	Multas Previstas em Legislação Específica			4.097.808.806	440.103.684	4.537.912.490
1.9.1.0.01.11	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	132	P	3.587.624.247	361.496.587	3.949.120.834
1.9.1.0.01.12	Multas Previstas em Legislação Específica - Multas e Juros	136	P	3.521.302		3.521.302
1.9.1.0.01.13	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa	136	P	495.442.900	78.607.097	574.049.997
1.9.1.0.01.14	Multas Previstas em Legislação Específica - Dívida Ativa - Multas e Juros	174	P	11.220.357		11.220.357
1.9.1.0.02.00	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações			84.778.835		84.778.835
1.9.1.0.02.11	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal	178	P	78.659.674		78.659.674
1.9.1.0.02.13	Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Dívida Ativa	178	P	6.119.161		6.119.161
1.9.1.0.03.00	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial				40.557.857	40.557.857
1.9.1.0.03.11	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal	174	P		40.407.310	40.407.310
1.9.1.0.03.13	Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Dívida Ativa	174	P		150.547	150.547
1.9.1.0.04.00	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos			373.524.357		373.524.357
1.9.1.0.04.11	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal	174	P	344.788.480		344.788.480

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.9.1.0.04.12	Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Multas e Juros	174	P	28.735.877		28.735.877
1.9.1.0.05.00	Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica			155.990.632		155.990.632
1.9.1.0.05.11	Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal	186	P	155.758.102		155.758.102
1.9.1.0.05.13	Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Dívida Ativa	186	P	232.530		232.530
1.9.1.0.06.00	Multas por Danos Ambientais			112.464.572		112.464.572
1.9.1.0.06.11	Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	174	P	112.118.965		112.118.965
1.9.1.0.06.21	Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal	174	P	345.607		345.607
1.9.1.0.07.00	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas			9.031.454		9.031.454
1.9.1.0.07.11	Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal	100	P	9.031.454		9.031.454
1.9.1.0.08.00	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais			17.619.088		17.619.088
1.9.1.0.08.11	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	174	P	16.052.337		16.052.337
1.9.1.0.08.13	Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Dívida Ativa	100	P	1.566.751		1.566.751
1.9.1.0.09.00	Multas e Juros Previstos em Contratos			71.567.018	7.623.142	79.190.160
1.9.1.0.09.11	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	100	P	71.567.018	7.623.142	79.190.160
1.9.1.0.10.00	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar				82.939	82.939
1.9.1.0.10.13	Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Dívida Ativa	174	P		82.939	82.939
1.9.1.0.11.00	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória				64.412.779	64.412.779
1.9.1.0.11.11	Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal	154	P		64.412.779	64.412.779
1.9.1.0.12.00	Multas Previstas na Legislação Antidrogas			341.906		341.906
1.9.1.0.12.13	Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Dívida Ativa	174	P	341.906		341.906
1.9.2.0.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			4.910.145.120	2.065.835.797	6.975.980.917
1.9.2.1.00.00	Indenizações			130.156.663	11.920	130.168.583
1.9.2.1.01.00	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público			3.755	11.920	15.675
1.9.2.1.01.11	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	150	P	3.755	11.920	15.675
1.9.2.1.02.00	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos			2.331.330		2.331.330
1.9.2.1.02.11	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal	100	P	2.319.601		2.319.601
1.9.2.1.02.12	Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Multas e Juros	133	P	11.729		11.729
1.9.2.1.03.00	Indenização por Sinistro			525.422		525.422
1.9.2.1.03.11	Indenização por Sinistro - Principal	150	P	525.422		525.422
1.9.2.1.99.00	Outras Indenizações			127.296.156		127.296.156
1.9.2.1.99.11	Outras Indenizações - Principal	100	P	127.296.156		127.296.156
1.9.2.2.00.00	Restituições			4.724.112.894	1.410.434.322	6.134.547.216
1.9.2.2.02.00	Restituição de Benefícios Não Desembolsados			656.297	314.066.871	314.723.168
1.9.2.2.02.11	Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal	140	P	656.297	314.066.871	314.723.168
1.9.2.2.03.00	Restituição de Benefícios Previdenciários				894.810.943	894.810.943
1.9.2.2.03.11	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	151	P		894.810.943	894.810.943
1.9.2.2.04.00	Restituição de Benefícios Assistenciais				31.898	31.898
1.9.2.2.04.11	Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal	151	P		31.898	31.898

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.9.2.2.06.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores			1.743.983.543	1.895.339	1.745.878.882
1.9.2.2.06.11	<i>Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores Financiadas por Fontes Primárias - Principal</i>	100	P	1.743.983.543	1.895.339	1.745.878.882
1.9.2.2.07.00	Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente				29.378.770	29.378.770
1.9.2.2.07.11	<i>Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal</i>	140	P		29.378.770	29.378.770
1.9.2.2.09.00	Restituição de Recursos de Fomento			7.632.927		7.632.927
1.9.2.2.09.11	<i>Restituição de Recursos de Fomento - Principal</i>	100	P	7.632.927		7.632.927
1.9.2.2.10.00	Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais			21.766.658		21.766.658
1.9.2.2.10.11	<i>Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal</i>	150	P	14.517.119		14.517.119
1.9.2.2.10.21	<i>Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal</i>	186	P	7.249.539		7.249.539
1.9.2.2.12.00	Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados			2.804.825.643		2.804.825.643
1.9.2.2.12.11	<i>Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal</i>	100	P	2.804.825.643		2.804.825.643
1.9.2.2.13.00	Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público			16.980.454		16.980.454
1.9.2.2.13.11	<i>Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal</i>	100	P	16.980.454		16.980.454
1.9.2.2.99.00	Outras Restituições			128.267.372	170.250.501	298.517.873
1.9.2.2.99.11	<i>Outras Restituições - Principal</i>	100	P	128.267.372	170.250.501	298.517.873
1.9.2.3.00.00	Ressarcimentos			55.875.563	655.389.555	711.265.118
1.9.2.3.01.00	Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde				632.784.596	632.784.596
1.9.2.3.01.11	<i>Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal</i>	136	P		632.784.596	632.784.596
1.9.2.3.02.00	Ressarcimento de Custos			51.747.068		51.747.068
1.9.2.3.02.11	<i>Ressarcimento de Custos - Principal</i>	100	P	51.747.068		51.747.068
1.9.2.3.03.00	Reversão de Garantias				238.180	238.180
1.9.2.3.03.11	<i>Reversão de Garantias - Principal</i>	150	P		238.180	238.180
1.9.2.3.04.00	Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS				22.343.213	22.343.213
1.9.2.3.04.11	<i>Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal</i>	154	P		22.343.213	22.343.213
1.9.2.3.99.00	Outros Ressarcimentos			4.128.495	23.566	4.152.061
1.9.2.3.99.11	<i>Outros Ressarcimentos - Principal</i>	150	P	4.128.495	23.566	4.152.061
1.9.3.0.00.00	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio			941.952.844	125.353.073	1.067.305.917
1.9.3.0.00.00	Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público			941.952.844	125.353.073	1.067.305.917
1.9.3.0.01.00	Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público			28.456.032		28.456.032
1.9.3.0.01.11	<i>Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal</i>	150	P	28.456.032		28.456.032
1.9.3.0.02.00	Alienação de Bens Apreendidos			210.443.935	125.353.073	335.797.008
1.9.3.0.02.11	<i>Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal</i>	139	P	192.668.835	107.577.972	300.246.807
1.9.3.0.02.21	<i>Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal</i>	139	P	17.775.100	17.775.101	35.550.201
1.9.3.0.04.00	Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos			370.445.345		370.445.345
1.9.3.0.04.11	<i>Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal</i>	186	P	370.445.345		370.445.345

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
1.9.3.0.05.00	Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos			332.607.532		332.607.532
1.9.3.0.05.11	Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal	136	P	332.607.532		332.607.532
1.9.9.0.00.00	Demais Receitas Correntes			5.825.369.415	195.214.069	6.020.583.484
1.9.9.0.00.00	Demais Receitas Correntes			5.825.369.415	195.214.069	6.020.583.484
1.9.9.0.04.00	Contribuição ao Montepio Civil				131.564	131.564
1.9.9.0.04.11	Contribuição ao Montepio Civil - Principal	117	P		131.564	131.564
1.9.9.0.05.00	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior			534.663.042		534.663.042
1.9.9.0.05.11	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal	186	P	531.765.398		531.765.398
1.9.9.0.05.12	Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Multas e Juros	186	P	2.897.644		2.897.644
1.9.9.0.06.00	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios			6.590.710		6.590.710
1.9.9.0.06.11	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal	100	P	6.590.710		6.590.710
1.9.9.0.08.00	Receitas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT			17.998.458	161.986.118	179.984.576
1.9.9.0.08.11	Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal	186	P	17.998.458	161.986.118	179.984.576
1.9.9.0.10.00	Reserva Global de Reversão			23.016.851		23.016.851
1.9.9.0.10.11	Reserva Global de Reversão - Principal	170	P	23.016.851		23.016.851
1.9.9.0.12.00	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência			426.350.788		426.350.788
1.9.9.0.12.11	Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal	186	P	409.419.227		409.419.227
1.9.9.0.12.21	Ônus de Sucumbência - Principal	100	P	16.931.561		16.931.561
1.9.9.0.13.00	Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal			949.043		949.043
1.9.9.0.13.11	Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal	170	P	949.043		949.043
1.9.9.0.14.00	Outras Receitas Administradas pela RFB			4.656.106.046		4.656.106.046
1.9.9.0.14.11	Outras Receitas Administradas pela RFB - Principal	100	P	241.319.314		241.319.314
1.9.9.0.14.12	Outras Receitas Administradas pela RFB - Multas e Juros	100	P	103.523.416		103.523.416
1.9.9.0.14.13	Outras Receitas Administradas pela RFB - Dívida Ativa	100	P	4.311.263.316		4.311.263.316
1.9.9.0.99.00	Outras Receitas			159.694.477	33.096.387	192.790.864
1.9.9.0.99.11	Outras Receitas - Primárias - Principal	150	P	30.894.422	3.432.619	34.327.041
1.9.9.0.99.12	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	100	P	11.934.519	28.005.346	39.939.865
1.9.9.0.99.13	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	100	P	112.489.823	1.658.422	114.148.245
1.9.9.0.99.14	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	150	P	594.907		594.907
1.9.9.0.99.23	Outras Receitas - Financeiras - Dívida Ativa	180	F	3.780.806		3.780.806
2.0.0.0.00.00	Receitas de Capital			2.516.781.081.910	21.138.034	2.516.802.219.944
2.1.0.0.00.00	Operações de Crédito			2.432.292.442.301	0	2.432.292.442.301
2.1.1.0.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno			2.429.515.863.573		2.429.515.863.573
2.1.1.1.00.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno			2.429.515.863.573		2.429.515.863.573
2.1.1.1.00.00	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno			2.429.515.863.573		2.429.515.863.573
2.1.1.1.00.11	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal	144	F	825.994.103.756		825.994.103.756
2.1.1.1.00.21	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal	143	F	1.603.521.711.208		1.603.521.711.208

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
2.1.1.1.00.31	<i>Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal</i>	164	F	48.609		48.609
2.1.2.0.00.00	Operações de Crédito - Mercado Externo			2.776.578.728		2.776.578.728
2.1.2.2.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			2.776.578.728		2.776.578.728
2.1.2.2.00.00	Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo			2.776.578.728		2.776.578.728
2.1.2.2.00.11	<i>Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal</i>	148	F	2.776.578.728		2.776.578.728
2.2.0.0.00.00	Alienação de Bens			1.831.059.045	21.138.034	1.852.197.079
2.2.1.0.00.00	Alienação de Bens Móveis			1.420.648.954	595.599	1.421.244.553
2.2.1.2.00.00	Alienação de Estoques			1.395.158.900		1.395.158.900
2.2.1.2.01.00	Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM			1.395.018.487		1.395.018.487
2.2.1.2.01.11	<i>Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal</i>	160	F	1.395.018.487		1.395.018.487
2.2.1.2.04.00	Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ			140.413		140.413
2.2.1.2.04.11	<i>Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal</i>	150	P	36.041		36.041
2.2.1.2.04.13	<i>Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Dívida Ativa</i>	150	P	104.372		104.372
2.2.1.3.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			25.490.054	595.599	26.085.653
2.2.1.3.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes			25.490.054	595.599	26.085.653
2.2.1.3.00.11	<i>Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal</i>	163	P	25.490.054	595.599	26.085.653
2.2.2.0.00.00	Alienação de Bens Imóveis			410.410.091	20.542.435	430.952.526
2.2.2.0.00.00	Alienação de Bens Imóveis			410.410.091	20.542.435	430.952.526
2.2.2.0.00.00	Alienação de Bens Imóveis			410.410.091	20.542.435	430.952.526
2.2.2.0.00.11	<i>Alienação de Bens Imóveis - Principal</i>	162	P	391.266.805	20.344.450	411.611.255
2.2.2.0.00.12	<i>Alienação de Bens Imóveis - Multas e Juros</i>	150	P	187.594	197.985	385.579
2.2.2.0.00.13	<i>Alienação de Bens Imóveis - Dívida Ativa</i>	163	P	18.955.692		18.955.692
2.3.0.0.00.00	Amortização de Empréstimos			40.079.406.855	0	40.079.406.855
2.3.0.0.00.00	Amortização de Empréstimos			40.079.406.855		40.079.406.855
2.3.0.0.00.00	Amortização de Empréstimos			40.079.406.855		40.079.406.855
2.3.0.0.02.00	Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito			1.895.576.271		1.895.576.271
2.3.0.0.02.11	<i>Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal</i>	159	F	1.895.576.271		1.895.576.271
2.3.0.0.03.00	Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios			9.166.055.065		9.166.055.065
2.3.0.0.03.11	<i>Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal</i>	159	F	9.166.055.065		9.166.055.065
2.3.0.0.05.00	Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito			777.167.841		777.167.841
2.3.0.0.05.11	<i>Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal</i>	160	F	777.167.841		777.167.841
2.3.0.0.06.00	Amortização de Empréstimos Contratuais			18.725.355.198		18.725.355.198
2.3.0.0.06.11	<i>Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal</i>	159	F	18.725.355.198		18.725.355.198
2.3.0.0.07.00	Amortização de Financiamentos			9.515.252.480		9.515.252.480
2.3.0.0.07.11	<i>Amortização de Financiamentos - Principal</i>	166	F	4.505.264.710		4.505.264.710
2.3.0.0.07.12	<i>Amortização de Financiamentos - Multas e Juros</i>	166	F	282.049.979		282.049.979
2.3.0.0.07.21	<i>Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal</i>	180	F	979.114.458		979.114.458
2.3.0.0.07.31	<i>Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal</i>	180	F	3.748.823.333		3.748.823.333
2.4.0.0.00.00	Transferências de Capital			77.970.943	0	77.970.943
2.4.1.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades			1.600.000		1.600.000

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
2.4.1.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades			1.600.000		1.600.000
2.4.1.0.00.00	Transferências da União e de suas Entidades			1.600.000		1.600.000
2.4.1.0.00.11	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	181	P	1.600.000		1.600.000
2.4.2.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas			23.502.265		23.502.265
2.4.2.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			23.502.265		23.502.265
2.4.2.0.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades			23.502.265		23.502.265
2.4.2.0.00.11	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal	181	P	23.502.265		23.502.265
2.4.3.0.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			22.047.714		22.047.714
2.4.3.0.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			22.047.714		22.047.714
2.4.3.0.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			22.047.714		22.047.714
2.4.3.0.00.11	Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal	181	P	22.047.714		22.047.714
2.4.4.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas			29.839.723		29.839.723
2.4.4.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas			29.839.723		29.839.723
2.4.4.0.00.00	Transferências de Instituições Privadas			29.839.723		29.839.723
2.4.4.0.00.11	Transferências de Instituições Privadas - Principal	181	P	29.839.723		29.839.723
2.4.7.0.00.00	Transferências de Pessoas Físicas			981.241		981.241
2.4.7.0.00.00	Transferências de Pessoas Físicas			981.241		981.241
2.4.7.0.00.00	Transferências de Pessoas Físicas			981.241		981.241
2.4.7.0.00.11	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	196	P	981.241		981.241
2.9.0.0.00.00	Outras Receitas de Capital			42.500.202.766	0	42.500.202.766
2.9.3.0.00.00	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			42.500.202.766		42.500.202.766
2.9.3.0.00.00	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			42.500.202.766		42.500.202.766
2.9.3.0.00.00	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro			42.500.202.766		42.500.202.766
2.9.3.0.00.11	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal	188	F	42.500.202.766		42.500.202.766
7.0.0.0.00.00	Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			385.869.799	30.995.958.691	31.381.828.490
7.1.0.0.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria -			970.290	20.455	990.745
7.1.2.0.00.00	Taxas - Operações Intraorçamentárias			970.290	20.455	990.745
7.1.2.1.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia - Operações Intraorçamentárias			949.792	20.455	970.247
7.1.2.1.01.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias			949.792	20.455	970.247
7.1.2.1.01.11	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	100	P	949.792	20.455	970.247
7.1.2.2.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Operações Intraorçamentárias			20.498		20.498
7.1.2.2.02.00	Emolumentos e Custas Judiciais - Operações Intraorçamentárias			20.498		20.498
7.1.2.2.02.11	Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	100	P	20.498		20.498
7.2.0.0.00.00	Contribuições - Operações Intraorçamentárias			62.957	22.787.134.318	22.787.197.275
7.2.1.0.00.00	Contribuições Sociais - Operações Intraorçamentárias				22.787.134.318	22.787.134.318
7.2.1.5.00.00	Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público - CPSS - Operações Intraorçamentárias				22.787.134.318	22.787.134.318
7.2.1.5.02.00	CPSS Patronal - Operações Intraorçamentárias				22.787.134.318	22.787.134.318
7.2.1.5.02.11	CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias	169	F		22.649.188.888	22.649.188.888
7.2.1.5.02.12	CPSS Patronal - Multas e Juros - Operações Intraorçamentárias	169	F		1.700.797	1.700.797

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
7.2.1.5.02.21	CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal - Operações Intraorçamentárias	169	F		136.244.633	136.244.633
7.2.2.0.00.00	Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias			62.957		62.957
7.2.2.0.00.00	Contribuições Econômicas - Operações Intraorçamentárias			62.957		62.957
7.2.2.0.10.00	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Operações Intraorçamentárias			62.957		62.957
7.2.2.0.10.11	Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias	100	P	62.957		62.957
7.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial - Operações Intraorçamentárias			754.002	0	754.002
7.3.1.0.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado -			754.002		754.002
7.3.1.0.00.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado - Operações Intraorçamentárias			754.002		754.002
7.3.1.0.01.00	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação - Operações Intraorçamentárias			378.760		378.760
7.3.1.0.01.11	Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	378.760		378.760
7.3.1.0.02.00	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Operações Intraorçamentárias			375.242		375.242
7.3.1.0.02.11	Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	375.242		375.242
7.5.0.0.00.00	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			49.534.181	0	49.534.181
7.5.0.0.00.00	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			49.534.181		49.534.181
7.5.0.0.00.00	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			49.534.181		49.534.181
7.5.0.0.00.00	Receita Industrial - Operações Intraorçamentárias			49.534.181		49.534.181
7.5.0.0.00.11	Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	49.534.181		49.534.181
7.6.0.0.00.00	Receita de Serviços - Operações Intraorçamentárias			333.379.043	63.354.407	396.733.450
7.6.1.0.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações			333.379.043	7.856	333.386.899
7.6.1.0.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			333.379.043	7.856	333.386.899
7.6.1.0.01.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Operações Intraorçamentárias			329.827.996	7.856	329.835.852
7.6.1.0.01.11	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	329.827.996	7.856	329.835.852
7.6.1.0.03.00	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Operações Intraorçamentárias			1.451.047		1.451.047
7.6.1.0.03.11	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	1.451.047		1.451.047
7.6.1.0.04.00	Serviços de Informação e Tecnologia - Operações Intraorçamentárias			2.100.000		2.100.000
7.6.1.0.04.11	Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	2.100.000		2.100.000
7.6.3.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Operações				63.346.551	63.346.551
7.6.3.0.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Saúde - Operações Intraorçamentárias				63.346.551	63.346.551
7.6.3.0.01.00	Serviços de Atendimento à Saúde - Operações Intraorçamentárias				63.346.551	63.346.551
7.6.3.0.01.11	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P		63.346.551	63.346.551
7.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes - Operações			1.169.326	8.145.449.511	8.146.618.837
7.9.2.0.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Operações			716.347		716.347
7.9.2.1.00.00	Indenizações - Operações Intraorçamentárias			1.902		1.902
7.9.2.1.99.00	Outras Indenizações - Operações Intraorçamentárias			1.902		1.902
7.9.2.1.99.11	Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias	150	P	1.902		1.902

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social **por Natureza, Fonte de Recursos e Esfera**

LDO-2021, Art. 9o., Inciso III, alínea "a".

Valores em R\$1,00.

Recursos de todas as fontes.

Código	Especificação	Fonte	RP	Fiscal	Seguridade Social	Total
7.9.2.2.00.00	Restituições - Operações Intraorçamentárias			714.445		714.445
7.9.2.2.06.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Operações Intraorçamentárias			714.445		714.445
7.9.2.2.06.11	<i>Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	100	P	714.445		714.445
7.9.9.0.00.00	Demais Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			452.979	8.145.449.511	8.145.902.490
7.9.9.0.00.00	Demais Receitas Correntes - Operações Intraorçamentárias			452.979	8.145.449.511	8.145.902.490
7.9.9.0.02.00	Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Operações Intraorçamentárias				8.145.449.511	8.145.449.511
7.9.9.0.02.11	<i>Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	186	P		8.145.449.511	8.145.449.511
7.9.9.0.13.00	Recursos Recebidos de Órgãos, Entidades ou Fundos, por Força de Determinação Constitucional ou Legal - Operações Intraorçamentárias			452.979		452.979
7.9.9.0.13.11	<i>Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias</i>	150	P	452.979		452.979
TOTAL				3.308.138.442.705	872.865.726.295	4.181.004.169.000

IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

1.1.1.1.01.1.1. - Imposto sobre a Importação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 150, §1º, e 153, I e § 1º;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 19 a 22;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota ad valorem;
Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.

1.1.1.1.02.1.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso II; e
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 23 a 28 (vale lembrar que parte do art. 26 - alteração da base de cálculo - não foi recepcionada pela atual Constituição).

1.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III, e art. 158, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 29 a 31;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

1.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 29 a 31;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

1.1.1.3.01.1.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III, e art. 159, inciso I; e
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.02.1.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.3.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.3.03.4.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso III e art. 159, inciso I;
Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

1.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º e art. 159, II;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts 46 a 51;
Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; e
Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016.

1.1.1.5.01.1.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 5º.

1.1.1.5.01.2.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 1º; e
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 63 a 67.

1.1.1.9.01.1.1. - Outros Impostos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

1.1.2.1.01.1.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal

Amparo Legal:

Lei específica do órgão arrecadador que estabeleça o pagamento da taxa.

1.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.3.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.02.4.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - TFF - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Inciso I do art. 1º e art. 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; e alínea "f" do art. 2º e art. 6º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.

1.1.2.1.03.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

1.1.2.1.04.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, arts. 17-B e 17-G;
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

1.1.2.1.05.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6º; e
MP 870/2019, art. 21.

1.1.2.2.01.1.1. - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal

Amparo Legal:

Lei específica do órgão arrecadador que estabeleça o pagamento da taxa.

1.1.2.2.02.1.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 98, § 2º; e
Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996.

1.1.3.0.00.1.1. - Contribuição de Melhoria - Principal

Amparo Legal:

Art. 145, inciso III, da Constituição Federal; e
Arts. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.

1.2.1.01.1.1. - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Principal

Amparo Legal:

Alínea "b", inciso I, do art. 195 da Constituição Federal; Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002.

1.2.1.1.01.1.5. - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Multas

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.1.02.1.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - SIMPLES - Principal

Amparo Legal:

Alínea "b", inciso I, do art. 195 da Constituição Federal;
Art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991; e
Art. 3º do Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002.

1.2.1.1.02.1.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - SIMPLES - Multas

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.1.49.1.1. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.1.49.1.5. - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre o faturamento - Parcelamentos - Multas

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.01.1.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Principal

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

1.2.1.2.01.1.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Multas

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.01.2.1. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional - Principal

Amparo Legal:

Art. 239 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970; e Lei Complementar nº 8 de 3 de dezembro de 1970; Inciso V, do Art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.2.01.2.5. - Contribuição para o PIS/PASEP - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional - Multas

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.2.49.1.1. - Contribuição para o PIS/Pasep - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.2.49.1.5. - Contribuição para o PIS/Pasep - Parcelamentos - Multas

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.01.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes não Optantes pelo Simples Nacional - Principal

Amparo Legal:

Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; art. 1º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988.

1.2.1.3.01.1.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes não Optantes pelo Simples Nacional - Multas

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.01.2.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional - Principal

Amparo Legal:

Alínea "c" do inciso I do art. 195 da Constituição Federal de 1988; art. 1º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; inciso III, do art. 13 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.3.01.2.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional - Multas

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.3.49.1.1. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.3.49.1.5. - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - Parcelamentos - Multas

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

1.2.1.4.01.1.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Não Optantes pelo Simples Nacional - Principal

Amparo Legal:

Alínea "a" do inciso I do art. 195 e inciso XI do art. 167 da Constituição Federal de 1988; alíneas "a" e "b" do parágrafo único do art. 11, art. 15, 22, 22A, 22B, 24 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.2.1.4.01.2.1. - Contribuição Previdenciária do Empregador ou Equiparado - Contribuintes Optantes pelo Simples Nacional - Principal

Amparo Legal:

Alínea "a" do inciso I do art. 195 e inciso XI do art. 167 da Constituição Federal de 1988; alíneas "a" e "b" do parágrafo único do art. 11 e art. 15, 22, 22A, 22B, 24 e 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; inciso VI, do art. 13 e 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2.1.4.02.1.1. - Contribuição Previdenciária do Segurado - Principal

Amparo Legal:

Inciso II do art. 195 da Constituição Federal de 1988; alínea "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

1.2.1.4.49.1.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.5.01.1.1. - CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.

1.2.1.5.01.2.1. - CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º.

1.2.1.5.01.3.1. - CPSS do Servidor Civil Pensionistas - Principal

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.4.1. - CPSS do Servidor Civil Ativo, por sentença judicial - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.5.1. - CPSS do Servidor Civil Inativo, por sentença judicial - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.01.6.1. - CPSS do Servidor Civil Pensionista, por sentença judicial - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.02.1.1. - CPSS Patronal - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º; e Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º.

1.2.1.5.02.2.1. - CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

1.2.1.5.03.1.1. - CPSS - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.6.01.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Principal

Amparo Legal:

Art. 33 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002.

1.2.1.6.01.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Policiais Militares - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.02.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Principal

Amparo Legal:

Art. 33 da Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002.

1.2.1.6.02.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Bombeiros Militares - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.03.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cíveis - Principal

Amparo Legal:

Leis específicas dos entes federados que possuem o Fundo.

1.2.1.6.03.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Servidores Cíveis - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.6.04.1.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Principal

Amparo Legal:

Leis específicas dos entes federados que possuem o Fundo.

1.2.1.6.04.2.1. - Contribuição para Fundos de Assistência Médica - Outros Beneficiários - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.7.01.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.01.2.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição.

1.2.1.7.02.1.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III; Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 18, inciso I; Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26; e Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969.

1.2.1.7.02.2.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.7.03.1.1. - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969; LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II, 8º, I, III e IV, 56, VI; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11, II, Parágrafo Único, e), art. 26, §1º; Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008; Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, art. 1º; Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, arts. 1º e 2º

1.2.1.7.03.2.1. - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.7.04.1.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 16, inciso I;
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.04.2.1. - Contribuição sobre Loterias de Prognósticos Numéricos - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.7.05.1.1. - Contribuição sobre Loteria Instantânea - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 20; e
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.05.2.1. - Contribuição sobre a Loteria Instantânea - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.7.06.1.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, inciso III;
Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, art. 2º;
Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, arts. 1º e 3º;
Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, inciso I;
Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; e
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, parágrafo único, alínea "e", e art. 26.

1.2.1.7.06.2.1. - Contribuição sobre Loteria de Prognóstico Específico - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.9.01.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;
Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972; e
Portaria MJ nº 1.285, de 19 de dezembro de 1997.

1.2.1.9.01.2.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.02.1.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 8º, inciso IV;
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, art. 589, inciso I, alínea "d", e inciso II, alínea "e";
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4º; e
Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008.

1.2.1.9.02.2.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.03.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001; Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001.

1.2.1.9.03.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 110, de 20 de junho de 2001; Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto nº 3.914, de 11 de setembro de 2001.

1.2.1.9.03.3.1. - Contribuições Referentes ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.04.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 212, §5º;
Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15; e
Lei nº 9.766, de 18 de dezembro de 1998.

1.2.1.9.04.2.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.05.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.305, de 8 de janeiro de 1974, arts. 1º, 2º e 3º;
Lei 11.182 de 27 de setembro de 2005, Art. 31, III; e
Decreto-Lei nº 6.246, de 5 de fevereiro de 1944, art. 1º.

1.2.1.9.05.2.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Parcelamento - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.06.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1º; e
Decreto nº 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1º, e art. 2º, inciso I.

1.2.1.9.06.2.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Parcelamento - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.07.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; e Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VII.

1.2.1.9.07.2.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.08.1.1. - Contribuição Industrial Rural - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1º ao 5º;
Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, art. 3º; e
Decreto nº 10.371, de 22 de maio de 2020.

1.2.1.9.08.2.1. - Contribuição Industrial Rural - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.09.1.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, art. 1º, e art. 15, inciso II;
(o art. 138 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 extingue o programa a que se refere o art. 1º da LC nº 11 acima)
Decreto-Lei nº 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1º ao 5º; e
Lei nº 7.231, de 23 de Outubro de 1984, art. 3º, caput e parágrafo único.
Decreto nº 10.371, de 22 de maio de 2020.

1.2.1.9.09.2.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que permitem o parcelamento dos débitos em atraso ou inscritos em dívida ativa.

1.2.1.9.10.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal

Amparo Legal:

Arts. 74, 75 e 80, inciso I, 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003;
Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997;
Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e
Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

1.2.1.9.10.2.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.

1.2.1.9.11.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960;
Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001;
Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e
Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

1.2.1.9.11.2.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Leis que autorizam o parcelamento de débitos da respectiva contribuição social.

1.2.1.9.99.1.1. - Demais Contribuições Sociais - Principal

Amparo Legal:

Legislação específica.

1.2.1.9.99.2.1. - Demais Contribuições Sociais - Parcelamentos - Principal

Amparo Legal:

Legislação específica.

1.2.2.0.01.1.1. - Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN - Principal

Amparo Legal:

Art. 5º e 6º do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei nº 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Art. 1º da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014.

1.2.2.0.01.2.1. - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA - Principal

Amparo Legal:

Art. 5º e 6º do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2º da Lei nº 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei nº 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Art. 1º da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014.

1.2.2.0.02.1.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975;
Decreto-Lei nº 1.455, de 1976, art. 9º e 22º;
Portaria do Ministério da Fazenda nº 204, de 22 de agosto de 1996;
Instrução Normativa RFB nº 863, de 17 de julho de 2008; e
Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009.

1.2.2.0.03.1.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e
Decreto nº 96.993, de 17 de outubro de 1988.

1.2.2.0.04.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal

Amparo Legal:

MP nº 2.228-1, de 06 de setembro 2001, arts. 32, 33, 35, 36, 38, 47 e 48; e
Arts. 2º a 4º, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.2.2.0.05.1.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 1º;
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3º, e art. 17, § 1º;
Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; e
Decreto nº 8.257, de 29 de maio de 2014.

1.2.2.0.06.1.1. - Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000;
Decreto nº 3.867, de 16 de julho de 2001;
Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004;
Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e
Decreto nº 7.204, de 8 de junho de 2010.

1.2.2.0.07.1.1. - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, arts. 2º e 4º, e
Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002.

1.2.2.0.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal

Amparo Legal:

Art. 177, § 4º da Constituição Federal (previsão constitucional);
Art. 1º da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (institui a contribuição);
Art. 159, inc. III da Constituição Federal (prevê a destinação a entes subnacionais); e
Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002.

1.2.2.0.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal

Amparo Legal:

Art. 177, § 4º da Constituição Federal (previsão constitucional);
Art. 1º da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001 (institui a contribuição);
Art. 159, inc. III da Constituição Federal (prevê a destinação a entes subnacionais); e
Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002.

1.2.2.0.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.998 de 17 de agosto de 2000, Art. 6º, inciso IV; e
Decreto nº 3.624, de 05 de dezembro de 2000.

1.2.2.0.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000; art. 4º, inciso III; e
Decreto nº 3.737, de 30 de janeiro de 2001.

1.2.2.0.10.1.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008.

1.2.2.0.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2º §§ 3º e 4º, inciso II; e
Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5º.

1.2.2.0.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11, § 1º, e
Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5º.

1.2.2.0.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas - Principal

Amparo Legal:

Legislação específica.

1.2.3.0.01.1.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990;
Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991;
Lei nº 8.540, de 22 de dezembro de 1992;
Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993;
Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996;
Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997;
Lei nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998;
Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001;
Medida Provisória nº 2.168, de 24 de agosto de 2001;
Decreto-Lei nº 1.861, de 1981;
Decreto-Lei nº 2.318, de 1986;
Decreto-Lei nº 4.048, de 1946;
Decreto-Lei nº 8.621, de 1946;
Decreto-Lei nº 9.403, de 1946; e
Decreto-Lei nº 9.853, de 1946.

1.3.1.0.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º;
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e
Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

1.3.1.0.01.2.1. - Foros, Laudêmios e Tarifas de Ocupação - Principal

Amparo Legal:

Lei 13.465, de 11 de julho de 2017, art. 92;
Decreto-Lei nº 2.398/87, art. 6-B (introduzido pelo art. 27 da Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015);
Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946;
Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993;
Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; e
Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.

1.3.1.0.02.1.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967;
Código Civil, art. 1.370;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998;
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
Art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002;
Portaria Interministerial MP-MMA nº 436, de 2 de dezembro de 2009; e
Art. 12, § 2º, do Decreto nº 7.154, de 9 de abril de 2010.

1.3.1.0.99.1.1. - Outras Receitas Imobiliárias - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

1.3.2.1.00.1.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Medida Provisória nº 2170-36, de 23 de agosto de 2001, arts. 1º e 2º, §§ 1º e 4º.
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, III; e
Legislação específica para cada caso.

1.3.2.1.00.2.1. - Remuneração de Depósitos Especiais - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, art. 9º, caput e §6º;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 1º; e Legislação específica para demais casos que venham a surgir.

1.3.2.1.00.3.1. - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e
Legislação específica para cada caso.

1.3.2.1.00.4.1. - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, arts. 1º, § único, e 6º, inciso IV; e
Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.

1.3.2.1.00.5.1. - Juros de Títulos de Renda - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.

1.3.2.1.00.6.1. - Juros sobre o Capital Próprio - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997;
Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e
Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998.

1.3.2.2.00.1.1. - Dividendos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e
Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

1.3.2.3.00.1.1. - Participações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e
Lei nº 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

1.3.2.9.00.1.1. - Outros Valores Mobiliários - Principal

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.

1.3.3.1.01.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "e";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.3.1.02.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.3.1.03.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.3.1.04.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória nº 2.217, de 4 de setembro de 2001.

1.3.3.1.05.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário - Principal

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "c".

1.3.3.2.01.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal

Amparo Legal:

Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal;
Arts. 12, inciso I, 13, inciso I, 14, inciso I, alínea "a" e § 3º, 24, inciso II, 28, inciso II, alínea "c", 34-A e 77, inciso II, da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.

1.3.3.2.01.2.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, arts. 1º e 3º.		Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.
1.3.3.2.02.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal		1.3.3.4.01.1.1. - Concessão dos Serviços de Geração, Transmissão ou Distribuição de Energia Elétrica - Principal
Amparo Legal: Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal.		Amparo Legal: §1º do art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; e §7º do art. 8º da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013.
1.3.3.2.03.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal		1.3.3.9.01.1.1. - Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal
Amparo Legal: - Lei nº 10.233/2001, Art. 77, inciso II; - Constituição Federal: Art. 21, XII; Art. 22, IX; Art. 178.		Amparo Legal: Lei específica do órgão arrecadador.
1.3.3.2.04.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal		1.3.3.9.99.1.1. - Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal
Amparo Legal: Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, art. 63, inciso III.		Amparo Legal: Lei específica do órgão arrecadador.
1.3.3.3.01.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal		1.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal
Amparo Legal: Alíneas "c" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.		Amparo Legal: Arts. 45 e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.
1.3.3.3.01.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal		1.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal
Amparo Legal: Alíneas "c" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.		Amparo Legal: Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.
1.3.3.3.02.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal		1.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal
Amparo Legal: Alínea "d" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.		Amparo Legal: Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012); e Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012.
1.3.3.3.02.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal		1.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal
Amparo Legal: Alínea "d" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.		Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o; Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3o e art. 2o, III.
1.3.3.3.03.1.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal		1.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal
Amparo Legal: Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.		Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.
1.3.3.3.03.2.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal		1.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal
Amparo Legal: Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.		Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o; Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, I e §3o.
1.3.3.3.04.1.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal		1.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal
Amparo Legal: Alínea "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.		Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação da 12.734/2012); Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III.
1.3.3.3.04.2.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal		1.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal
Amparo Legal: Alínea "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.		Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei n 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III e art. 3o.
1.3.3.3.05.1.1. - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal		1.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal
Amparo Legal: Arts. 2º e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Art. 1º, Inciso I, da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Arts. 48 e 51 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.		Amparo Legal: Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, II (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, III, e art. 3º.
1.3.3.3.06.1.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal		1.3.4.1.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal
Amparo Legal: Inciso III do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, combinado com alínea "h" do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.		Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49 (redação anterior à Lei n 12.734/2012); Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, I, e §3o.
1.3.3.3.06.2.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal		1.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal
Amparo Legal: Inciso III do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, combinado com alínea "h" do art. 2º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000.		Amparo Legal: Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.
1.3.3.3.07.1.1. - Concessão de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira - Principal		1.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal
Amparo Legal: Lei nº 9.994, de 2000, art. 1º, inciso IV e art. 2º.		Amparo Legal: Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I, e §3º.
1.3.3.3.49.1.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal		1.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal
Amparo Legal: Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.		Amparo Legal: Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2º (redação anterior à Lei nº 12.734/2012); e Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I, e §3º.
1.3.3.3.49.2.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal		1.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal
Amparo Legal: Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000;		Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §1o;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

1.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §1º; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, incisos I e II.

1.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º.

1.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5º, §2º; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, incisos I e II.

1.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da União - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 46;
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso XII, 10, inciso III, alínea "f", 15, inciso IX, 29, inciso XX, 42, inciso II e § 2º, e 49, inciso I.

1.3.4.3.01.2.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela do Fundo Social - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;
Inciso II do art. 49 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

1.3.4.3.01.3.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela da Empresa Gestora do Contrato

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 20, § 1º, e 177, incisos I a IV;
Alínea "f" do inciso III do art. 10 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

1.3.4.3.01.4.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Parcela de Estados e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010;
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Projeto de Lei nº 5478, de 2019.

1.3.4.3.02.1.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Terra - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Inciso I do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

1.3.4.3.02.4.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Principal

Amparo Legal:

Inciso II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Inciso I do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.

1.3.4.4.01.1.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 176.
Decreto -Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, art. 2º.
Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, Art. 19.

1.3.4.4.02.1.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 c/c Decreto nº 1, de 1991. Repartição de recursos estabelecida pelo art. 2º, §2º, da Lei nº 8.001, de 1990 (com atualizações efetuadas pelo art. 2º da Lei nº 13.540, de 2017).

1.3.4.5.01.1.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.984 de 17 de julho de 2000, art. 4º, inciso IX e § 6º, e art. 20, inciso II;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, arts. 12, 20 e 22.

1.3.4.5.02.1.1. - Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal

Amparo Legal:

CF/88, art. 176;
Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;
Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;

1.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 12, inciso IV e art. 20;
Item III do Anexo C do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, bem como documentos interpretativos subsequentes.

1.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, art. 17;
Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, art. 1º;
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, art. 22; e
Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, art. 3º.

1.3.4.5.03.3.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Prorrogação de Outorga - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 1º;
Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, art. 2º, caput e § 1º-A.

1.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso I.

1.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso II.

1.3.4.6.02.1.1. - Outras Concessões Florestais - Valor Mínimo - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso I.

1.3.4.6.02.2.1. - Outras Concessões Florestais - Demais Valores - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso II.

1.3.4.6.99.1.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006; Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).

1.3.4.6.99.2.1. - Contratos de Transição de Concessão Florestal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006; Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).

1.3.4.6.99.3.1. - Exploração de Recursos Florestais e Outros Recursos Naturais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000;
Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006;
Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012;
Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006;
Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008;
Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 28 de abril de 2010.

1.3.4.9.01.1.1. - Compensações Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

1.3.4.9.99.1.1. - Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais - Principal

Amparo Legal:

Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006.

1.3.5.0.01.1.1. - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

1.3.5.0.02.1.1. - Direito de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009;
Art. 10 da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009;
Inciso VI, do art. 23 do Decreto nº 6.845, de 7 de maio de 2009;
Instrução Normativa nº 1, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, de 15 de abril de 2013;
Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.

1.3.5.0.03.1.1. - Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético ou Conhecimento Tradicional Associado - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 225, § 1º, II e § 4º; e
Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015.

1.3.5.0.04.1.1. - Royalties pela Comercialização de Produtos Resultantes de Criação Protegida - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2004, art. 6º; e
Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.

1.3.6.0.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI;
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

1.3.6.0.01.2.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Poder Judiciário - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

1.3.9.1.01.1.1. - Participação da União em Receita de Loteria Federal - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 15, inciso I.

1.3.9.1.01.2.1. - Participação da União em Receita de Loteria Esportiva - Principal

Amparo Legal:

Art. 18, inciso I, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

1.3.9.1.01.4.1. - Participação da União em Receita de Loterias de Prognósticos Numéricos - Principal

Amparo Legal:

Art. 16, inciso I, da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018.

1.3.9.1.01.5.1. - Participação da União em Receita de Loteria Instantânea - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 20.

1.3.9.1.01.6.1. - Participação da União em Receita de Loteria de Prognóstico Específico - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, art. 17, inciso I.

1.3.9.9.00.1.1. - Demais Receitas Patrimoniais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

1.4.0.0.00.1.1. - Receita Agropecuária - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.5.0.0.00.1.1. - Receita Industrial - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.1.0.01.1.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.1.0.02.1.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 37, caput e inciso II, e 208, inciso V; e
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 44, inciso II, e 51.

1.6.1.0.03.1.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38;
Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983;
Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;
Lei nº 9.802, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º;
Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II;
Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003;
Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII;
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89;
Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º;
Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013;
Resolução CONTRAN Nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e
Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

1.6.1.0.04.1.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.1.0.05.1.1. - Serviços Técnicos e Aprovação de Laudos de Telecomunicações - Principal

Amparo Legal:

Alínea "j" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.6.2.0.01.1.1. - Serviços de Navegação - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 8º;
Decreto nº 86.864, de 21 de janeiro de 1982;
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012;
Decreto-Lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, art. 14, § 3º;
Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969; e
Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972.

1.6.2.0.02.1.1. - Serviços de Transporte - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.6.2.0.03.1.1. - Serviços Portuários - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965; e
Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

1.6.2.0.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;
Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983.

1.6.2.0.04.2.1. - Adicional sobre Tarifa Aeroportuária - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;
Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989;
Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992;
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; e
Art. 1º da Lei nº 13.319, de 25 de julho de 2016.

1.6.2.0.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999;
Art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.

1.6.3.0.01.1.1. - Serviços de Atendimento à Saúde - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; e
Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

1.6.3.0.02.1.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230;
Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004;
Portaria MPOG/SRH nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006, arts. 12 e 15.

1.6.3.0.02.2.1. - Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea "e";
Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001, arts. 15, incisos II e III, e 25;
Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, art. 13.

1.6.4.0.01.1.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990;
Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990;
Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996;
Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e
Legislação correlata.

1.6.4.0.02.1.1. - Concessão de Avals, Garantias e Seguros - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966;
Arts. 16 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;
Art. 1º da Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979;
Art. 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992;
Arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997; e
Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.

1.6.4.0.03.1.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 239, caput e § 1º;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

1.6.9.0.99.1.1. - Outros Serviços - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

1.7.1.0.00.1.1. - Transferências da União e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.2.0.00.1.1. - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191;

1.7.3.0.00.1.1. - Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, art. 1º, § 3º;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003, arts. 5º e 6º;
Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, art. 191;

1.7.4.0.00.1.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.5.0.00.1.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.6.0.00.1.1. - Transferências do Exterior - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.7.0.00.1.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.7.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

1.9.1.0.01.1.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

1.9.1.0.02.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Não Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

1.9.1.0.02.2.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Proveniente da Utilização de Posições Orbitais - Principal

Amparo Legal:

Alíneas "c", "d" e "e" do art. 2º e art. 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; Inciso I do art. 1º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000; Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Inciso VII do art. 2º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; e Inciso VI do art. 10 da Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007.

1.9.1.0.03.1.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).

1.9.1.0.04.1.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

1.9.1.0.05.1.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal

Amparo Legal:

Art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; Art. 2º, II do Decreto nº 9.022, de 31 de março de 2017; e Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.

1.9.1.0.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, art. 14, I, art. 17-C, §2º, art. 17-I; Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990; e Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.

1.9.1.0.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; e Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

1.9.1.0.07.1.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

1.9.1.0.08.1.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal

Amparo Legal:

Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994; Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008; Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Civil - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015; Multas decorrentes de sentenças judiciais e prescritas com base no Código de Processo Penal (Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941); Qualquer outra legislação, desde que tenha sido utilizada como base normativa para a aplicação de multa no âmbito de sentença judicial.

1.9.1.0.09.1.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.

1.9.1.0.10.1.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei nº 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV; Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.

1.9.1.0.11.1.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil; Arts. 23 e 24, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Arts. 68 e 92 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Art. 22 e 125-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; e Art. 283 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

1.9.1.0.12.1.1. - Multas Previstas na Legislação Antidrogas - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, art. 21.

1.9.1.0.13.1.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Processos Administrativos de Responsabilização - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.846, de 2013, Art. 6º, inciso I.

1.9.1.0.13.2.1. - Multas da Legislação Anticorrupção Oriundas de Acordos de Leniência - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 12.846, de 2013, art. 16, §2º.

1.9.2.1.01.1.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

1.9.2.1.02.1.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens Públicos - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.

1.9.2.1.03.1.1. - Indenização por Sinistro - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (Arts. 757 a 802).

1.9.2.1.99.1.1. - Outras Indenizações - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

1.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007.

1.9.2.2.02.1.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal

Amparo Legal:

Parágrafo único do art.15 da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; Art. 38 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.03.1.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal

Amparo Legal:

Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.

1.9.2.2.04.1.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal

Amparo Legal:

Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.

1.9.2.2.05.1.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

1.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores Financiadas por Fontes Primárias - Principal

Amparo Legal:

Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

1.9.2.2.06.2.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores Financiadas por Fontes Financeiras - Principal

Amparo Legal:

- Lei nº 4.320/64, art. 38, combinado com LRF, art. 8º, parágrafo único.

1.9.2.2.07.1.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal

Amparo Legal:

Art. 7º, da Constituição Federal. Artigos 3º, 7º e 8º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Código Processo Civil.

1.9.2.2.08.1.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal

Amparo Legal:

Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.

1.9.2.2.09.1.1. - Restituição de Recursos de Fomento - Principal

Amparo Legal:

Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6º da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Art. 12 do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008; Demais dispositivos legais que tratam da restituição de recursos de fomento.

1.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, arts. 4º e 5º, inciso VI; Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006.

1.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei nº 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, art. 5º; Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto nº 6.304, de 12 de dezembro de 2007.

1.9.2.2.11.1.1. - Restituição Decorrente da Aplicação Irregular de Recursos Eleitorais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.096/1995, art. 30 e seguintes; Lei nº 9.504/1997, art. 30, 30-A e 105; Resolução TSE nº 23.406, de 27.2.2014, art. 57, parágrafo único.

1.9.2.2.12.1.1. - Restituição de Depósitos de Sentenças Judiciais Não Sacados - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017; Resolução CJF-RES-2016/00405, de 9 de junho de 2016, artigos 45 a 47.

1.9.2.2.13.1.1. - Restituição de Contribuições para a Previdência Complementar do Servidor Público - Principal

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal:

Art. 25 da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012; e
Lei nº 12.697, de 30 de julho de 2012.

1.9.2.2.99.1.1. - Outras Restituições - Principal

Amparo Legal:

Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993;
Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e
Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007,
Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em
decorrências de auditorias.

1.9.2.3.01.1.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência a Saúde - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998; Medida Provisória nº 2.177, de 24 de agosto de 2001, e
alterações; e Resolução - RDC nº 18, de 30 de março de 2000.

1.9.2.3.02.1.1. - Ressarcimento de Custos - Principal

Amparo Legal:

Leis que determinem o ressarcimento de custos.

1.9.2.3.03.1.1. - Reversão de Garantias - Principal

Amparo Legal:

Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de dezembro de 1979.

1.9.2.3.04.1.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114,
VI.

1.9.2.3.99.1.1. - Outros Ressarcimentos - Principal

Amparo Legal:

Qualquer dispositivo legal que determine ressarcimentos não previstos nos itens anteriores.

1.9.3.0.01.1.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal

Amparo Legal:

Art. 45, § 3º, do Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848, de 1940;
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
Art. 7º, § 1º, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998;
Arts 134 a 138 do Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008;
Demais dispositivos da legislação especial.

1.9.3.0.02.1.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal

Amparo Legal:

Arts. 23 a 32 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976; Art. 59 da Lei nº 10.637, de 30 de
dezembro de 2002; Arts. 104 e 105 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966; Art. 1º do
Decreto-Lei nº 2.411, de 21 de janeiro de 1988; Art. 83, inciso II da Lei nº 7.450 de 23 de
dezembro de 1985; Art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 7.805, de 20 de julho
de 1989; Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990; e Lei nº 8.212, de 1991, art. 27, inciso VII;
Quando se tratar de bem Mineral, Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, Art. 19, VIII;
constitui receita da ANM.

1.9.3.0.02.2.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, Art. 243, Parágrafo Único; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº
9.613, de 03 de março de 1998 (Art 7º); Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001; Lei nº
11.343, de 23 de agosto de 2006. Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 28, de 13 de
setembro de 2006.

1.9.3.0.03.1.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954; e
Decreto nº 40.395, de 21 de novembro de 1956.

1.9.3.0.04.1.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, inciso II.

1.9.3.0.05.1.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Principal

Amparo Legal:

A específica decisão judicial ou de Tribunal Administrativo que haja determinado o
reconhecimento do ingresso do recurso.

1.9.9.0.01.1.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal

Amparo Legal:

Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003;
Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;
Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; e
Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

1.9.9.0.02.1.1. - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal

Amparo Legal:

Arts. 7º a 9º da Lei nº 12.546, de 2011.

1.9.9.0.03.1.1. - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal

Amparo Legal:

Art. 40 da Constituição Federal; Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei nº 10.887, de 18 de
junho de 2004; Decreto nº 3.112, de 6 de julho de 1999; e Decreto nº 3.217, de 22 de outubro de
1999.

1.9.9.0.04.1.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 9.595, de 16 de agosto de 1946;
Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956;
Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964;
Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964;
Art. 53 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966; e
Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978.

1.9.9.0.05.1.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações;
Medida Provisória nº 2.158, de 24 de agosto de 2001;
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e
Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8º, Inciso II), com as alterações do Decreto nº
1.936, de 20 de junho de 1996.

1.9.9.0.06.1.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009;
Arts. 14, 15, 17 e 18 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011;
Anexo I, item 5, da Portaria Interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012; ou
Legislação específica a respeito de outros programas de concessão de subvenções ou subsídios
governamentais.

1.9.9.0.07.1.1. - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social - Principal

Amparo Legal:

Arts. 47 a 60 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

1.9.9.0.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal

Amparo Legal:

Resolução CNSP nº 332, de 2015; e
Resolução CNSP nº 371, de 2018.

1.9.9.0.08.2.1. - Reversão da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT

Amparo Legal:

Medida Provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019.

1.9.9.0.09.1.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal

Amparo Legal:

Art. 16-C, § 11, e art. 24, § 4º, da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 2007; e
Art. 39 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995.

1.9.9.0.10.1.1. - Reserva Global de Reversão - Principal

Amparo Legal:

Art. 4º, § 6º, da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971;
Art. 9º da Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993; e
Decreto nº 774, de 18 de março de 1993.

1.9.9.0.11.1.1. - Variação Cambial - Principal

Amparo Legal:

Art. 9º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.

1.9.9.0.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, art. 1º;
Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988, art. 3º, parágrafo único.

1.9.9.0.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal

Amparo Legal:

Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

1.9.9.0.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II;
Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e
Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.

1.9.9.0.14.1.1. - Outras Receitas Administradas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Legislação específica de cada receita.

1.9.9.0.15.1.1. - Transação Resolutiva de Litígios de Receitas Não Administradas pela RFB - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020.

1.9.9.0.16.1.1. - Termo de Ajustamento de Conduta - TAC - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e
Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995.

1.9.9.0.99.1.1. - Outras Receitas - Primárias - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de
Responsabilidade Fiscal - LRF.

1.9.9.0.99.2.1. - Outras Receitas - Financeiras - Principal

Amparo Legal:

Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;
Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de
Responsabilidade Fiscal - LRF.

2.1.1.1.00.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e
Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.

2.1.1.1.00.2.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;
e Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001.

2.1.1.1.00.3.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal, Art. 184; Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; e
Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

2.1.1.2.00.1.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

2.1.1.3.00.1.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal

Amparo Legal:

Art. 148 da Constituição Federal

2.1.1.9.00.1.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000

2.1.2.1.00.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.1.00.2.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.2.00.1.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.1.2.9.00.1.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução nº 74, de 2000, do Senado Federal.

2.2.1.1.00.1.1. - Alienação de Títulos Mobiliários - Principal

Amparo Legal:

Arts. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018.

2.2.1.2.01.1.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal

Amparo Legal:

Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

2.2.1.2.02.1.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal

Amparo Legal:

Decreto nº 4.514, de 13 de dezembro de 2002.

2.2.1.2.03.1.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal

Amparo Legal:

Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

2.2.1.2.04.1.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal

Amparo Legal:

Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 9 de março de 2004.

2.2.1.3.00.1.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal

Amparo Legal:

Art. 17, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 9.373, de 11 de maio de 2018; e Art. 44 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

2.2.2.0.00.1.1. - Alienação de Bens Imóveis - Principal

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44; Lei nº 13.240/2015, art. 1º, §§ 1º e 2º; art. 8º; art. 18, parágrafo único; art. 20, § 1º; Lei nº 8.025/1990, arts. 1º e 12; e Lei nº 9.636/1998, art. 24, 29 e 45.

2.2.2.0.00.1.5. - Alienação de Bens Imóveis - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 9.636/98, art. 37, parágrafo único, inciso I.

2.2.2.0.00.2.1. - Alienação de Bens Imóveis, Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Principal

Amparo Legal:

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 44, combinado com a Lei nº 13.240/2015, art. 18, caput.

2.2.2.0.00.2.5. - Alienação de Bens Imóveis, Programa de Administração Patrimonial Imobiliária da União - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 9.636/98, art. 37, parágrafo único, inciso I.

2.2.2.0.00.3.1. - Adicional sobre a Alienação de Bens Imóveis - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, art. 14, § 5º; e Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, art. 35.

2.2.2.0.00.3.5. - Adicional sobre a Alienação de Bens Imóveis - Multas

Amparo Legal:

Lei nº 9.636/98, art. 37, parágrafo único, inciso I.

2.2.3.0.00.1.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2º e 4º.

2.3.0.0.01.1.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal nº 20, de 1991, e Portarias MF nºs 211, de 1995 e 167, de 1997 - BEA; Resolução do Senado Federal nº 96, de 1993, e Portarias MF nºs 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.

2.3.0.0.02.1.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei nº 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar nº 101, de 5 maio de 2000; e Contratos específicos.

2.3.0.0.03.1.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.0.0.04.1.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal

Amparo Legal:

Resolução do Senado Federal nº 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nºs 90 e 132, ambas de 1993.

2.3.0.0.05.1.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

2.3.0.0.06.1.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.0.0.07.1.1. - Amortização de Financiamentos - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 7.976, de 27 de dezembro de 1989; Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993; e Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

2.3.0.0.07.2.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 julho de 2001.

2.3.0.0.07.3.1. - Amortização de Financiamento Proveniente de Fundo Garantidor - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 julho de 2001; Lei nº 12.087, de 11 de novembro de 2009; Lei nº 12.385, de 3 de março de 2011; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Estatuto do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC; e Estatuto 1-2018 - Estatuto do Fundo Garantidor do Fundo de Financiamento Estudantil - FG-FIES.

2.4.1.0.00.1.1. - Transferências da União e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.2.0.00.1.1. - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.3.0.00.1.1. - Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.4.0.00.1.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.5.0.00.1.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.6.0.00.1.1. - Transferências do Exterior - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.7.0.00.1.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.4.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

2.9.1.0.00.1.1. - Integralização do Capital Social - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

2.9.2.0.00.1.1. - Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;
Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.

2.9.2.0.00.2.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008;
Lei nº 13.820, de 3 de maio de 2019.

2.9.3.0.00.1.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal

Amparo Legal:

Constituição Federal de 1988, art. 164, § 3º; Medida Provisória nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001, art. 1º; Medida Provisória nº 2.179, de 24 de agosto de 2001; Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998; Lei nº 9.027, de 12 de abril de 1995; Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, arts. 5º e 7º.

2.9.4.0.00.1.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997;
Lei nº 10.179, de 6 de fevereiro de 2001;
Decreto nº 1.019, de 23 de dezembro de 1993;
Decreto nº 1.068, de 2 de março de 1994; e
Decreto nº 9.292, de 23 de fevereiro de 2018.

2.9.9.0.00.1.1. - Demais Receitas de Capital - Principal

Amparo Legal:

Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

7.1.1.1.01.1.1. - Imposto sobre a Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 150, §1º, e 153, I e § 1º;
Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 19 a 22;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica;
Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota ad valorem;
Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.

7.1.1.1.02.1.1. - Imposto sobre a Exportação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, II; e
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 23 a 28. Vale lembrar que parte do art. 26 (alteração da base de cálculo) não foi recepcionada pela atual Constituição.

7.1.1.2.01.1.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 29 a 31;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003;
Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei no 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

7.1.1.2.01.2.1. - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º, III;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 29 a 31;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003;
Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Lei no 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

7.1.1.3.01.1.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.
Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995;
Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005;
Lei no 11.311, de 13 de junho de 2006;
Lei 11.482, de 31 de maio de 2007; e
Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008

7.1.1.3.02.1.1. - Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Incentivos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.1.1.3.03.1.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;
Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995;
Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005;
Lei no 11.311, de 13 de junho de 2006;
Lei 11.482, de 31 de maio de 2007; e
Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008

7.1.1.3.03.2.1. - Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.1.1.3.03.3.1. - IR - Retido na Fonte - Remessa ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999;
Decreto no 5.533, de 06 de setembro de 2005.

7.1.1.3.03.4.1. - IR - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.1.1.4.01.1.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Fumo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.2.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Bebidas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.3.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Automóveis - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.4.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Vinculados à Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.4.01.5.1. - Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Outros Produtos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51;
Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;
Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001;
Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004;
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e
Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002;
Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006;
Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006;
Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e
Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

7.1.1.5.01.1.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Ouro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, § 5º.

7.1.1.5.01.2.1. - Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, V e § 1º;
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 63 a 66; e
Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003.

7.1.1.9.01.1.1. - Outros Impostos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

7.1.2.1.01.1.1. - Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Qualquer lei especifica que estabeleça o pagamento da taxa, como: Lei Complementar nº 89, de 1997; Lei nº 6.815, de 1980; Lei nº 7.940, de 1989, art. 1º; Lei nº 8.017, de 1995, art. 17; Lei nº 9.427, de 1996, arts. 12 e 13; Lei nº 9.716, de 1998, art. 3º; Lei nº 9.765, de 1998, art. 1º; Lei nº 9.782, de 1999, art. 23 a 26; Lei nº 9.933, de 1999, arts. 11 e 11-A; Lei nº 9.960, de 2000, art. 1º; Lei nº 9.961, de 2000, art. 18 a 23; Lei nº 10.826, de 2003, art. 11; Lei nº 10.834, de 2003, art. 1º; Lei nº 10.870, de 2004; Lei nº 10.893 de 2004, art. 37; Lei nº 12.154, de 2009; Lei nº 12.249, de 2010, art. 48; Lei nº 12.995, de 2014, arts. 13, 26, parágrafo único, e 27; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 50.

7.1.2.1.02.1.1. - Taxa de Fiscalização de Instalação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2o. Alínea f) e art. 6º

7.1.2.1.02.2.1. - Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 2o. Alínea f) e art. 6º

7.1.2.1.03.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001, arts. 16 a 21.

7.1.2.1.04.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.838, de 31 de agosto de 1981, art. 17-B e 17-G;
Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e
Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006.

7.1.2.1.05.1.1. - Taxa de Controle e Fiscalização da Pesca e Aquicultura - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no. 221, de 28 de fevereiro de 1967, art. 6o.
Lei no. 10.683, de 28 de maio de 2003, art. 27, §13.

7.1.2.2.01.1.1. - Taxas pela Prestação de Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 69 da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964;
Art. 79 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966;
Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1966; e
Decreto-lei nº 115 de 25 de janeiro de 1967.

7.1.2.2.02.1.1. - Emolumentos e Custas Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996 e Constituição Federal, art. 98, § 2º.

7.1.3.0.00.1.1. - Contribuição de Melhoria - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 145, inciso III, da Constituição Federal; e
Arts. 81 e 82 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.

7.2.1.0.01.1.1. - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF art. 195, I, b
LC nº 70, de 30 de Dezembro de 1991, art. 1º.
Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003;
Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;
Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004;
Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004;
Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005;
LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006

7.2.1.0.03.1.1. - Contribuições para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, caput, incisos I e II;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; e
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.

7.2.1.0.05.1.1. - Contribuição para o Custeio das Pensões Militares - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960;
Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001;
Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; e
Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002.

7.2.1.0.06.1.1. - Contribuição para a Assistência Médico-Hospitalar dos Policiais Militares do Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 33.

7.2.1.0.06.2.1. - Contribuição para a Assistência Médico-Hospitalar dos Bombeiros Militares do Distrito Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, art. 33.

7.2.1.0.07.1.1. - Contribuição sobre a Loteria Federal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, , VIII;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);
Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, art. 2º, I; Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, art. 3º, I a).
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.07.2.1. - Contribuição sobre Loterias Esportivas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II, 8º, I, III e IV, 56, VI;

Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11, II, Parágrafo Único, e), art. 26, §1º;
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.07.3.1. - Contribuição sobre Concursos Especiais de Loterias Esportivas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II, 8º, I, III e IV, 56, VI;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11, II, Parágrafo Único, e), art. 26, §1º;
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008;
Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995, art. 1º;
Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, arts. 1º e 2º

7.2.1.0.07.4.1. - Contribuição sobre Loterias de Números - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);
Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, art. 2º, I; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56., VI e §1º;
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.07.5.1. - Contribuição sobre Loteria Instantânea - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto nº 99.268, de 31 de maio de 1990, arts. 1º e 2º;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56., VI e §1º;
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.07.6.1. - Contribuição sobre Concursos de Prognóstico - Modalidade Futebol - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967;
Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, art. 2º;
Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007, arts. 1º e 3º;
LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II;
Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 11, II, Parágrafo único, e);
Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, II e 56., VI e §1º;
Portaria MF nº 30, de 08 de fevereiro de 2008.

7.2.1.0.08.1.1. - Contribuição sobre Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

LC nº 79, de 7 de janeiro de 1994;
Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;
Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII;
Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971;
Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, art. 6º;
Portaria nº 88, de 28 de setembro de 2000.

7.2.1.0.09.1.1. - Contribuições para os Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS e PASEP - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I; Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto no 5.630, de 22 de dezembro de 2005; Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.

7.2.1.0.10.1.1. - Cota-Parte da Contribuição Sindical - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF art. 8o, IV;
Decreto-Lei no. 5.452, de 1o. de maio de 1943, art. 589, IV;
Lei no. 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4o.
Lei no. 11.648, de 31 de março de 2008.

7.2.1.0.11.1.1. - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 110, de 20 de junho de 2001; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto no 3.914, de 11 de setembro de 2001.

7.2.1.0.11.2.1. - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no 110, de 20 de junho de 2001; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990; Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto no 3.914, de 11 de setembro de 2001.

7.2.1.0.12.1.1. - Contribuição Social do Salário-Educação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF art. 212, §5o.
Lei no. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15.
Lei no. 9.766, de 18 de dezembro de 1998

7.2.1.0.13.1.1. - Contribuição para o Ensino Aeroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF art. 212, §5o.
Lei no. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15.
Lei no. 9.766, de 18 de dezembro de 1998

7.2.1.0.14.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no. 828, de 5 de setembro de 1969, art. 1o.;
Decreto no. 968, de 29 de outubro de 1996, art. 1o. e art. 2o., I

7.2.1.0.15.1.1. - Contribuição sobre a Arrecadação dos Fundos de Investimentos Regionais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

7.2.1.0.16.1.1. - Contribuição Industrial Rural - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no. 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1o. ao 5o.; Lei no. 7.231, de 23 de Outubro de 1984, art. 3o.; (legislações anteriores: Lei no. 2.613, de 23 de Setembro de 1955; Lei no. 4.863, de 29 de novembro de 1965; e Decreto-Lei no. 582, de 15 de maio de 1969)

7.2.1.0.17.1.1. - Adicional à Contribuição Previdenciária Rural - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei Complementar no. 11, de 25 de maio de 1971, art. 1o. e art. 15, II; Decreto-Lei no. 1.146, de 31 de dezembro de 1970, arts. 1o. ao 5o.; Lei no. 7.231, de 23 de Outubro de 1984, art. 3o.; (legislações anteriores: Lei no. 2.613, de 23 de Setembro de 1955; Lei no. 4.863, de 29 de novembro de 1965; e Decreto-Lei no. 582, de 15 de maio de 1969)

7.2.1.0.18.1.1. - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 74, 75 e 80, inciso I, 84 e 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, modificada pela Lei nº 9.539, de 12 de dezembro de 1997; Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

7.2.1.0.99.1.1. - Outras Contribuições Sociais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Legislação específica.

7.2.1.5.01.1.1. - CPSS do Servidor Civil Ativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 4º.

7.2.1.5.01.2.1. - CPSS do Servidor Civil Inativo - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 5º.

7.2.1.5.02.1.1. - CPSS Patronal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 8º.; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, art. 2º

7.2.1.5.02.2.1. - CPSS Patronal, por sentença judicial - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF/88, art. 40; Lei nº. 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A.

7.2.2.0.01.1.1. - Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 5o e 6o do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2o da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.2.2.0.01.2.1. - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 5o e 6o do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970; Art. 2o da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991; Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.

7.2.2.0.02.1.1. - Contribuição de Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975; Decreto-Lei no 1.455, de 1976, art. 9o e 22o; Decreto no 4.543, de 26 de dezembro de 2002; Portaria do Ministério da Fazenda no 204, de 22 de agosto de 1996; e Instrução Normativa/SRF no 180, de 24 de julho de 2002.

7.2.2.0.03.1.1. - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e Decreto no 96.993, de 17 de outubro de 1988.

7.2.2.0.04.1.1. - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Inciso II do art. 32 da MP no 2.228-1, de 2001, além dos arts. 33, 35, 36, 38, 47 e 48, e do Anexo I da referida MP; Arts. 2o a 4o, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Arts. 27 e 40 da Lei no 12.485 de 12 de setembro de 2011; e Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

7.2.2.0.05.1.1. - Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 2.404, de 23 de dezembro de 1987, art. 1o.; Lei no 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 3o. e art. 17; Lei no 9.432, de 8 de janeiro de 1997, arts. 13 e 14; Decreto no. 8.257, de 29 de maio de 2014.

7.2.2.0.06.1.1. - Contribuição sobre as Receitas das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000; Decreto no 3.867, de 16 de julho de 2001; Lei no 10.848, de 2004; Lei no 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e Decreto no 7.204, de 8 de junho de 2010.

7.2.2.0.07.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Remessas ao Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000; e Decreto no 4.195, de 11 de abril de 2002.

7.2.2.0.08.1.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Importação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Emenda Constitucional no 33 de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.

7.2.2.0.08.2.1. - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis - Comercialização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.

7.2.2.0.09.1.1. - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.998 de 17 de agosto de 2000; e Decreto no 3.624, de 05 de dezembro de 2000.

7.2.2.0.09.2.1. - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 10.052, de 28 de novembro de 2000; e Decreto no 3.737, de 30 de janeiro de 2001.

7.2.2.0.10.1.1. - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008

7.2.2.0.11.1.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no. 8.387 de 30 de dezembro de 1991, art. 2o. §§ 3o. e 4o.; Decreto no. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5o.

7.2.2.0.11.2.1. - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no. 8.248 de 23 de outubro de 1991, art. 11. § 1o.; Decreto no. 6.008, de 29 de dezembro de 2006, art. 5o.

7.2.2.0.99.1.1. - Outras Contribuições Econômicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Legislação específica.

7.2.3.0.01.1.1. - Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990; Lei no 8.029, de 1990; Lei no 8.154, de 1990; Lei no 8.154, de 28 de dezembro de 1990; Lei no 8.212, de 1991; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.315, de 23 de dezembro de 1991; Lei no 8.540 de 22 de dezembro de 1992; Lei no 8.706, de 14 de setembro de 1993; Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; Lei no 9.528, de 10 de dezembro de 1997; Lei no 9.601, de 21 de janeiro de 1998; Lei no 10.256, de 9 de julho de 2001; Medida Provisória no 2.168, de 24 de agosto de 2001; Decreto no 60.466, de 1967; Decreto-Lei no 1.861, de 1981; Decreto-Lei no 2.318, de 1986; Decreto-Lei no 4.048, de 1946; Decreto-Lei no 8.621, de 1946; Decreto-Lei no 9.403, de 1946; Decreto-Lei no 9.853, de 1946.

7.3.1.0.01.1.1. - Aluguéis e Arrendamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

7.3.1.0.01.2.1. - Foros, Laudêmos e Tarifas de Ocupação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, art. 27; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores; Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007.

7.3.1.0.02.1.1. - Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imóveis Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967; Código Civil, art. 1.370; Lei no 8.686, de 21 de junho de 1993; Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998; Art. 18, § 5º, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998; Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; Art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; Arts. 28 e 29 do Decreto nº 4.541, de 23 de dezembro de 2002; Portaria Interministerial MP-MMA no 438, de 2 de dezembro de 2009; e Art. 12, § 2o, do Decreto no 7.154, de 9 de abril de 2010.

7.3.1.0.99.1.1. - Outras Receitas Imobiliárias - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

7.3.2.1.00.1.1. - Remuneração de Depósitos Bancários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal; Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Legislação específica para cada caso.

7.3.2.1.00.2.1. - Remuneração de Depósitos Especiais - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e
Legislação específica para cada caso.

7.3.2.1.00.3.1. - Remuneração de Saldos de Recursos Não-Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal;
Lei nº 9.322, de 5 de dezembro de 1996; e
Legislação específica para cada caso.

7.3.2.1.00.4.1. - Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, arts. 1º, § único, e 6º, inciso IV; e
Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.922, de 25 de novembro de 2010.

7.3.2.1.00.5.1. - Juros de Títulos de Renda - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.

7.3.2.1.00.6.1. - Juros sobre o Capital Próprio - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995;
Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997; e
Decreto no 2.673, de 16 de julho de 1998.

7.3.2.2.00.1.1. - Dividendos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e
Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

7.3.2.3.00.1.1. - Participações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e
Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.

7.3.2.9.00.1.1. - Outros Valores Mobiliários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 164, § 3º da Constituição Federal e Normativos da CVM e Banco Central.

7.3.3.1.01.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Rodoviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "c";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

7.3.3.1.02.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

7.3.3.1.03.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Metroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

7.3.3.1.04.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

CF, art. 21, inciso XII, alínea "d";
Lei nº 10.233, de 2001, art. 12, inciso I; art. 13, inciso I;
Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;
Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.

7.3.3.1.05.1.1. - Delegação para a Prestação dos Serviços de Transporte Aeroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Código reservado.
CF, art. 21, inciso XII, alínea "c";
Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973.

7.3.3.2.01.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para o Setor Privado - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 21, inciso XII, 22, inciso IX, e 178 da Constituição Federal;
Arts. 12, inciso I, 13, inciso I, 14, inciso I, alínea "a" e § 3º, 24, inciso III, 28, inciso II, alínea "c", 34-A e 77, inciso II, da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.

7.3.3.2.01.2.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Rodoviário para os Estados, Distrito Federal e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.277, de 10 de maio de 1996, arts. 1º e 3º.

7.3.3.2.02.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Ferroviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Código reservado. Receita inexistente

7.3.3.2.03.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura de Transporte Aquaviário - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Ainda não há.

7.3.3.2.04.1.1. - Delegação para Exploração da Infraestrutura Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, art. 63, inciso III.

7.3.3.3.00.1.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Poder Concedente no Regime Público - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 2º, alínea "c", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997;
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.3.3.3.00.2.1. - Delegação dos Serviços de Telecomunicação - Atividade Ordenadora no Regime Privado - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 2º, alínea "d", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997;
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.3.3.3.00.3.1. - Delegação dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 6, alínea "d", 32 e 33, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962;
Art. 2º, alínea "c", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Arts. 48 e 211 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997;
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.3.3.3.00.4.1. - Cessão do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 2º, alínea "e", e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Art. 48 da Lei nº 9.472, de 16 julho de 1997;
Art. 6º, inciso II, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Art. 2º, inciso VII, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.3.3.3.00.5.1. - Cessão do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 2º e 3º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966;
Arts. 48, 51, 170, 171 e 172 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;
Arts. 1º, inciso I, e 2º da Lei nº 9.994, de 24 de julho de 2000.

7.3.3.3.00.6.1. - Transferência da Delegação dos Serviços de Telecomunicações ou do Direito de Uso de Radiofrequência - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 71, 87, 98, 136, § 2º, 168, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; e
Arts. 5º e 6º, inciso III, da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000.

7.3.3.3.00.7.1. - Concessão de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Vide código de receita principal.

7.3.3.3.00.9.1. - Outras Delegações dos Serviços de Telecomunicação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 2º e 3º da Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;
Art. 48 da Lei no 9.472, de 16 julho de 1997;
Art. 6º, inciso II, da Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; e
Art. 2º, inciso VII, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.

7.3.3.9.01.1.1. - Demais Delegações de Serviços Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Esta natureza é agregadora. Verificar os códigos de natureza de receita específicos.

7.3.3.9.99.1.1. - Outras Delegações de Serviços Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Registra receitas decorrentes da delegação para prestação de serviços públicos não abarcadas por códigos específicos.

7.3.4.1.01.1.1. - Bônus de Assinatura do Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 45 e 46 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

7.3.4.1.01.2.1. - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Arts. 45, inciso IV, e 51 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

7.3.4.1.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48, inciso I (com a redação da Lei 12.734, de 2012); e
Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012.

7.3.4.1.02.2.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 3º e art. 2º, III.

7.3.4.1.02.3.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013.

7.3.4.1.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;
Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48 (redação anterior à Lei no 12.734/2012);
Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e
Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2º, I e § 3º.

7.3.4.1.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso I (com redação da 12.734/2012); Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III.	9.074, de 7 de julho de 1995;Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996;Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002;Lei no 10.762, de 11 de novembro de 2003;Lei no 10.848, de 15 de março de 2004; eLei no 11.488, de 15 de junho de 2007.
7.3.4.1.03.2.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.4.5.03.1.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, inciso II (redação anterior à Lei n 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III e art. 3o.	Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989;Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997;Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.
7.3.4.1.03.3.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.4.5.03.2.1. - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, II (redação anterior à Lei n 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III, e art. 3o.	Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997;Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.
7.3.4.1.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.4.6.01.1.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49 (redação anterior à Lei n 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, I, e §3o.	Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso I.
7.3.4.1.04.1.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.4.6.01.2.1. - Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei n 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;	Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, § 1º, inciso II
7.3.4.1.04.2.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.4.6.02.1.1. - Outras Concessões Florestais - Valor Mínimo - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei n 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III.	Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso I
7.3.4.1.04.3.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.4.6.02.2.1. - Outras Concessões Florestais - Demais Valores - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei n 12.734/2012); Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III.	Amparo Legal: Lei nº 11.284, de 2006, art. 20, inciso XII; art. 39, inciso II
7.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.4.6.99.1.1. - Custos de Edital de Concessão Florestal - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei n 12.734/2012); Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, III.	Amparo Legal: Lei no 11.284, de 02 de março de 2006;Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6o e 7o).
7.3.4.1.04.4.1. - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.4.6.99.2.1. - Contratos de Transição de Concessão Florestal - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, §2o (redação anterior à Lei n 12.734/2012); Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, I, e §3o.	Amparo Legal: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000;Lei no 11.284, de 02 de março de 2006;Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6o e 7o).
7.3.4.2.02.1.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.4.6.99.3.1. - Supressão Vegetal no Interior das Florestas Nacionais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §1o;.	Amparo Legal: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006; Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008; Instrução Normativa ICMBio nº 9, de 28 de abril de 2010.
7.3.4.2.02.4.1. - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.4.9.01.1.1. - Compensações Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §1o; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, incisos I e II.	Amparo Legal: Art. 36 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000.
7.3.4.2.03.1.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.4.9.99.1.1. - Outras Delegações para Exploração de Recursos Naturais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §2o.	Amparo Legal: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006.
7.3.4.2.03.4.1. - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Cessão Onerosa - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.5.0.01.1.1. - Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 5o, §2o; e Lei no 12.858, de 9 de setembro de 2013, art. 2o, incisos I e II.	Amparo Legal: Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004;Decreto no 5.563, de 11 de outubro de 2005.
7.3.4.3.01.1.1. - Bônus de Assinatura de Contrato de Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.5.0.02.1.1. - Direito de Uso de Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 20, § 1o, e 177, incisos I a IV; Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 46; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 2o, inciso XII, 10, inciso III, alínea "f", 15, inciso IX, 29, inciso XX, 42, inciso II e § 2o, e 49, inciso I.	Amparo Legal: Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009; Art. 10, da Lei no 11.906, de 20 de janeiro de 2009; Inciso VI, do art. 23 do Decreto no 6.845, de 7 de maio de 2009; Instrução Normativa no 1, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, de 15 de abril de 2013; Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.
7.3.4.3.02.1.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Terra - Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.6.0.01.1.1. - Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Inciso I do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.
7.3.4.3.02.4.1. - Royalties pela Produção de Petróleo em Plataforma - Partilha de Produção - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.3.9.0.00.1.1. - Demais Receitas Patrimoniais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Inciso II do art. 42-B da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Inciso I do art. 2º da Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013.	Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
7.3.4.4.01.1.1. - Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.4.0.0.00.1.1. - Receita Agropecuária - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989;Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990 (Art. 6º);Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1o e 4o.
7.3.4.4.02.1.1. - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.5.0.0.00.1.1. - Receita Industrial - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 2o ;Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; e Lei no 9.983, de 24 de julho de 2000.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1o e 4o.
7.3.4.5.01.1.1. - Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.6.1.0.01.1.1. - Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.984 de 17 de julho de 2000; § 6o, inciso IX, art. 4o;Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; eLei no 9.984, de 17 de julho de 2000.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 173; Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1o e 4o.
7.3.4.5.02.1.1. - Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.6.1.0.02.1.1. - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 20, VIII e 176, §1o;Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;Lei no	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 37, caput e inciso II, e 208, inciso V; e
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 44, inciso II, e 51.

7.6.1.0.03.1.1. - Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 174, caput;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, arts. 7º, 15, 16, 20, 22 e 38;
Decreto-Lei nº 2.056, de 19 de agosto de 1983;
Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, arts. 2º, alínea j, e 3º;
Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;
Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, arts. 8º, 32 e 55;
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996;
Lei nº 9.602, de 21 de janeiro de 1998, art. 6º;
Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, inciso II;
Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003;
Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, art. 2º, inciso VII;
Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010;
Decreto nº 98.812, de 9 de janeiro de 1990;
Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, arts. 7º, 32 e 89;
Decreto nº 2.613, de 3 de junho de 1998, art. 3º;
Decreto nº 7.938, de 19 de fevereiro de 2013;
Resolução CONTRAN Nº 5, de 23 de janeiro de 1998; e
Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

7.6.1.0.04.1.1. - Serviços de Informação e Tecnologia - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.6.2.0.01.1.1. - Serviços de Navegação - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 8º;
Decreto nº 86.864, de 21 de janeiro de 1982;
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012;
Decreto-Lei nº 34, de 18 de novembro de 1966, art. 14, § 3º;
Decreto-Lei nº 1.023, de 21 de outubro de 1969; e
Decreto nº 70.198, de 24 de fevereiro de 1972.

7.6.2.0.02.1.1. - Serviços de Transporte - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.6.2.0.03.1.1. - Serviços Portuários - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei nº 4.860, de 26 de novembro de 1965; e
Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013.

7.6.2.0.04.1.1. - Tarifa Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;
Decreto nº 89.121, de 6 de dezembro de 1983.

7.6.2.0.04.2.1. - Adicional sobre Tarifa Aeroportuária - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, art. 3º;
Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989;
Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992; e
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.

7.6.2.0.04.3.1. - Parcela da Tarifa de Embarque Internacional - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 9.825, de 23 de agosto de 1999;
Art. 63 da Lei nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e
Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012.

7.6.3.0.01.1.1. - Serviços de Atendimento à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e
Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

7.6.3.0.02.1.1. - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230;
Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004;
Portaria MPOG/SRH nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006, arts. 12 e 15.

7.6.3.0.02.2.1. - Serviços de Assistência Médico-Hospitalar do Militar - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50, inciso IV, alínea "e";
Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001, arts. 15, incisos II e III, e 25;
Decreto nº 92.512, de 2 de abril de 1986, art. 13.

7.6.4.0.01.1.1. - Retorno de Operações, Juros e Encargos Financeiros - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 173 e 239, § 1º;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º;
Lei no 8.019, de 11 de abril de 1990;
Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990;
Lei no 9.365, de 16 de dezembro de 1996;
Lei no 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e
Legislação correlata.

7.6.4.0.02.1.1. - Concessão de Avals, Garantias e Seguros - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966;
Arts. 16 e 17 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966;
Art. 1º da Lei nº 8.704, de 26 de outubro de 1979;
Art. 5º-A da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992;

Arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997; e
Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.

7.6.4.0.03.1.1. - Remuneração sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 239, caput e § 1º;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.

7.6.9.0.99.1.1. - Outros Serviços - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 173;
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 1º e 4º.

7.7.1.0.00.1.1. - Transferências da União e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

7.7.2.0.00.1.1. - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

7.7.3.0.00.1.1. - Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

7.7.4.0.00.1.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

7.7.5.0.00.1.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

7.7.6.0.00.1.1. - Transferências do Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

7.7.7.0.00.1.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

7.7.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967;
Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;
Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;
Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;
Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.

7.9.1.0.01.1.1. - Multas Previstas em Legislação Específica - Principal - Operações Intraorçamentárias

Amparo Legal:

Qualquer lei específica que determine aplicação de multa de caráter punitivo, como: Art. 88, da Lei nº 8.666/93, combinado com as Leis nº 5.172, 6.830 e 4.320, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Decreto Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; eLei no 6.276 de 1º de dezembro de 1975. Decreto no 1.832, de 4 de março de 1996. Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998. Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 77, inciso V. Decreto-Lei no 2.056 de 19 de agosto de 1983;Lei no 8.934 de 18 de novembro de 1994; eDecreto no 1.800 de 30 de janeiro de 1996. Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; eLei no 6.276, de 1º de dezembro de 1975. Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Art. 22, inciso V; Art. 25, inciso III; art. 31, inciso I; art. 31, inciso II).Decreto-Lei nº. 62.934, de 2 de julho de 1968 (Art. 54, inciso I; inciso II; inciso III; inciso IV; inciso V; inciso VI; inciso VII; inciso VIII; inciso IX; inciso X; inciso XI; inciso XII; inciso XIII; inciso XIV; inciso XV; art. 56. art. 66).Lei nº. 7.805, de 1989.Decreto nº. 69.885, de 31 de dezembro, de 1971. Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 (CLT);Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Art. 11. Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro 1962. Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003; Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Lei no 4.375, de 17 de agosto de 1964; eDecreto no 57.654, de 20 de janeiro de 1966. Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965; eLei no 9.096, de 19 de setembro de 1995. Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980; eDecreto no 86.715, de 10 de dezembro de 1981. Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986;Lei no 9.614, de 5 de março de 1998; eLei no 11.182, de 27 de setembro de 2005.Lei no 10.209, de 24 de março de 2001, e suas alterações; eDecreto no 3.525, de 26 de junho de2000.Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;
Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976; Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998. Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 15, inciso V. Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997;Decreto no 2.613, de 3 de junho de 1998;Decreto no 6.366, de 30 de janeiro de 2008; eLei no 11.705, de 19 de junho de 2008. Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997. Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999. Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999. Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000; eLei nº

7.9.1.0.02.1.1. - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Principal - Operações Intraorçamentárias

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997;Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000;Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; eLei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.	Parágrafo único do art.15 da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990; Art. 38 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
7.9.1.0.03.1.1. - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.03.1.1. - Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).	Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999.
7.9.1.0.04.1.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.04.1.1. - Restituição de Benefícios Assistenciais - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.	Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.
7.9.1.0.05.1.1. - Multas Previstas em Lei por Infrações ao Setor de Energia Elétrica - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.05.1.1. - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 13 da Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; Arts. 28 e 29 do Decreto no 4.541, de 23 de dezembro de 2002; e Decreto no 2.335, de 6 de outubro de 1997.	Amparo Legal: Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
7.9.1.0.06.1.1. - Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.06.1.1. - Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.	Amparo Legal: Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
7.9.1.0.06.2.1. - Multas Judiciais por Danos Ambientais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.07.1.1. - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; e Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.	Amparo Legal: Art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil.Artigos 3º, 7º e 8º, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº. 6.830, de 22 de setembro de 1980.Código Processo Civil.
7.9.1.0.07.1.1. - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.08.1.1. - Restituição de Garantias Prestadas - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.	Amparo Legal: Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.
7.9.1.0.08.1.1. - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.09.1.1. - Restituição de Recursos de Fomento - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 83 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008; Inciso V do art. 2º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994; Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código do Processo Civil; e Art. 265 e outros do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.	Amparo Legal: Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6º da Medida Provisória no 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Art. 12 do Decreto no 6.672, de 2 de dezembro de 2008; Demais dispositivos legais que tratem da restituição de recursos de fomento.
7.9.1.0.09.1.1. - Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.10.1.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei Rouanet - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.	Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991, arts. 4º e 5º, inciso VI; Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto no 5.761, de 27 de abril de 2006.
7.9.1.0.10.1.1. - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.10.2.1. - Restituição Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais Relativos à Lei do Audiovisual - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei 12.154, de 23 de Dezembro de 2009, art. 11, inciso IV. Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.	Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei no 8.685, de 20 de julho de 1993, art. 5º; Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986; e Decreto no 6.304, de 12 de dezembro de 2007.
7.9.1.0.11.1.1. - Multa por Descumprimento de Obrigação Previdenciária Acessória - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.2.99.1.1. - Outras Restituições - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Arts. 17 e 35 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; Arts. 23 e 24, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Arts. 68 e 92 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Art. 22 e 125-A, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997; e Art. 283 do Decreto nº 3048, de 6 de maio de 1999.	Amparo Legal: Art. 21, § 2º, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993; Arts. 154, 195, 197, 244 e 365 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999; e Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007. Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.
7.9.2.1.01.1.1. - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.3.01.1.1. - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002; eLei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973.	Amparo Legal: Lei no 9656, de 3 de junho de 1998;Medida Provisória no 2.177, de 24 de agosto de 2001, e alterações; eResolução - RDC no 18, de 30 de março de2000.
7.9.2.1.02.1.1. - Indenização por Posse ou Ocupação Ilicita de Bens Públicos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.3.02.1.1. - Ressarcimento de Custos - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.	Amparo Legal: Leis que determinem o ressarcimento de custos, como: Art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001; Lei nº 8.038, de 28 de maio de 119, art. 41-8,A,CRESCIDO PELO ART. 3º DA Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998. STF E STJ;Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004
7.9.2.1.03.1.1. - Indenização por Sinistro - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.3.03.1.1. - Reversão de Garantias - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (Arts. 757 a 802).	Amparo Legal: Art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Arts. 1º e 7º do Decreto-Lei nº 1.737, de dezembro de 1979.
7.9.2.1.99.1.1. - Outras Indenizações - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.3.04.1.1. - Ressarcimento ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	Amparo Legal: Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114, VI.
7.9.2.2.01.1.1. - Restituição de Convênios - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.2.3.99.1.1. - Outros Ressarcimentos - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.	Amparo Legal: Qualquer dispositivo legal que determine ressarcimentos não previstos nos itens anteriores, como, por exemplo, o art. 64 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.
7.9.2.2.01.2.1. - Restituição de Convênios - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.3.0.01.1.1. - Bens, Direitos e Valores Perdidos em Favor do Poder Público - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF; Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.	Amparo Legal: - Art. 7º, § 1º, da Lei no 9.613, de 1998; - Art. 45, § 3º, do Decreto-Lei no 2.848, de 1940 - Código Penal, com redação dada pelo art. 1º da Lei no 9.714, de 1998; e - Demais dispositivos da legislação especial.
7.9.2.2.02.1.1. - Restituição de Benefícios Não Desembolsados - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.3.0.02.1.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Apreendidos - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal:	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Arts. 23 a 32 do Decreto-Lei no 1.455, de 7 de abril de 1976;art. 59 da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002;arts. 104 e 105 do Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966;art. 1o do Decreto-Lei no 2.411, de 21 de janeiro de 1988;art. 83, inciso II da Lei no 7.450 de 23 de dezembro de 1985; eart. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Lei no 7.805, de 20 de julho de 1989;Decreto no 98.830, de 15 de janeiro de 1990; eLei no 8.212, de 1991, art. 27, inciso VII.	Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988.
7.9.3.0.02.2.1. - Alienação de Bens e Mercadorias Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.9.0.12.2.1. - Ônus de Sucumbência - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 243, Parágrafo Único;Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;Lei no 9.613, de 03 de março de 1998 (Art 7o);Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001;Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006.· Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 28, de 13 de setembro de 2006.	Amparo Legal: Arts. 82 a 97 do Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.
7.9.3.0.03.1.1. - Depósitos Abandonados (Dinheiro e/ou Objetos de Valor) - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.9.0.13.1.1. - Recursos Recebidos de Fundos de Desenvolvimento Regional - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 2.313, de 3 de setembro de 1954; e Decreto nº 40.395, de 21 de novembro de 1956.	Amparo Legal: - Lei Complementar nº 124, de 2007, art. 6º, inciso II; - Lei Complementar nº 125, de 2007, art. 6º, inciso II; e - Lei Complementar nº 129, de 2009, art. 7º, inciso II.
7.9.3.0.04.1.1. - Prêmios Prescritos de Concursos de Prognósticos - Principal - Operações Intraorçamentárias	7.9.9.0.99.1.1. - Outras Receitas - Primárias - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, inciso II.	Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
7.9.3.0.05.1.1. - Receitas Reconhecidas por Força de Decisões Judiciais e de Tribunais Administrativos - Operações Intraorçamentárias - Principal	7.9.9.0.99.2.1. - Outras Receitas - Financeiras - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, inciso II.	Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
7.9.3.0.01.1.1. - Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.1.1.1.00.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000;Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; eDecreto no 3.859, de 4 de julho de 2001
7.9.3.0.02.1.1. - Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.1.1.1.00.2.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Arts. 7o a 9o da Lei no 12.546, de 2011.	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF);Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.
7.9.3.0.03.1.1. - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.1.1.1.00.3.1. - Títulos da Dívida Agrária - TDA - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 40, da Constituição Federal;Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei no 9.783, de 28 de janeiro de 1999;Decreto no 3.112, de 6 de julho de 1999; eDecreto no 3.217 de 22 de outubro de 1999.	Amparo Legal: Constituição Federal – Art. 184;Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações;Decreto no 95.714, de 10 de fevereiro de 1988; eDecreto no 578, de 24 de junho de 1981.
7.9.3.0.04.1.1. - Contribuição ao Montepio Civil - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.1.1.2.00.1.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Decreto-Lei nº 9.595, de 16 de agosto de 1946; Lei nº 3.058, de 22 de dezembro de 1956; Lei nº 4.477, de 12 de novembro de 1964; Lei nº 4.493, de 24 de novembro de 1964; Art. 53 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966; e Lei nº 6.554, de 21 de agosto de 1978.	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000
7.9.3.0.05.1.1. - Barreiras Técnicas ao Comércio Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.1.1.3.00.1.1. - Empréstimos Compulsórios - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei no 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações. Medida Provisória no 2.158, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003. Decreto no 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8o, Inciso II); com as alterações do Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996.	Amparo Legal: Art. 148 da Constituição Federal
7.9.3.0.06.1.1. - Contrapartida de Subvenções ou Subsídios - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.1.1.9.00.1.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Arts. 14, 15, 17 e 18 do Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011; Anexo I, item 5, da Portaria Interministerial nº 229, de 28 de maio de 2012; ou Legislação específica a respeito de outros programas de concessão de subvenções ou subsídios governamentais.	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000
7.9.3.0.07.1.1. - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.1.2.1.00.1.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Arts. 47 a 60 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.
7.9.3.0.08.1.1. - Prêmio do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.1.2.1.00.2.1. - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal no Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Parágrafo único do art. 78 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997; e parágrafo único do art. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.
7.9.3.0.09.1.1. - Prestação de Contas Eleitorais - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.1.2.2.00.1.1. - Operações de Crédito Contratuais - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, art. 38; Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 2007; Art. 24 da Resolução TSE nº 23.217, de 2 de março de 2010; e Art. 13 da Resolução TSE nº 23.348, de 18 de agosto de 2011.	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.
7.9.3.0.10.1.1. - Reserva Global de Reversão - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.1.2.9.00.1.1. - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 4o , § 6o, da Lei no 5.655, de 20 de maio de 1971; Art. 9o da Lei no 8.631, de 4 de março de 1993; e Decreto no 774, de 18 de março de 1993.	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; e Resolução no 74, de 2000, do Senado Federal.
7.9.3.0.11.1.1. - Variação Cambial - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.2.1.1.00.1.1. - Alienação de Títulos Mobiliários - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Art. 9º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.	Amparo Legal: Arts. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.
7.9.3.0.12.1.1. - Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa - Principal - Operações Intraorçamentárias	8.2.1.2.01.1.1. - Alienação de Estoques da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM - Principal - Operações Intraorçamentárias
Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969; Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975;	Amparo Legal: Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.Arts. 60, 81 e 82 da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.
	8.2.1.2.02.1.1. - Alienação de Estoques Comerciais Destinados a Programas Sociais - Principal - Operações Intraorçamentárias
	Amparo Legal: Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002
	8.2.1.2.03.1.1. - Alienação de Estoques do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - Principal - Operações Intraorçamentárias
	Amparo Legal: Art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.
	8.2.1.2.04.1.1. - Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ - Principal - Operações Intraorçamentárias
	Amparo Legal: Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004
	8.2.1.3.00.1.1. - Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal - Operações Intraorçamentárias
	Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

PLDO - 2021, Art. 9º, inciso IV

Arts. 17 a 19 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990.	
8.2.2.0.00.1.1. - Alienação de Bens Imóveis - Principal - Operações Intraorçamentárias	Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
Amparo Legal: Arts. 24 a 29 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e Lei nº 8.025, de 12 de abril de 1990.	8.4.8.0.00.1.1. - Transferências Provenientes de Depósito Não Identificados - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.2.3.0.00.1.1. - Alienação de Bens Intangíveis - Principal - Operações Intraorçamentárias	Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, §§ 2o e 4o.	8.9.1.0.00.1.1. - Integralização do Capital Social - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.3.0.0.01.1.1. - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB - Principal - Operações Intraorçamentárias	Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Amparo Legal: Resolução do Senado Federal no 20, de 1991; Portarias MF nos 211, de 1995 e 167, de 1997 BEA; e Resolução do Senado Federal no 96, de 1993; Portarias MF nos 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.	8.9.2.0.00.1.1. - Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Cambiais - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.3.0.0.02.1.1. - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias	Amparo Legal: Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.
Amparo Legal: Decreto-Lei no 1.928, de 18 de fevereiro de 1982;Decreto-Lei no 2.169, de 29 de outubro de 1984;Lei Complementar no 101, de 5 maio de 2000; eContratos específicos.	8.9.2.0.00.2.1. - Resultado do Banco Central - Demais Operações - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.3.0.0.03.1.1. - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios - Principal - Operações Intraorçamentárias	Amparo Legal: Lei nº 11.803, de 5 de novembro de 2008.
Amparo Legal: Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989;Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; eLei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.	8.9.3.0.00.1.1. - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.3.0.0.04.1.1. - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazo - Principal - Operações Intraorçamentárias	Amparo Legal: Lei no 9.027, de 12 de abril de 1995;Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998;Medida Provisória no 2.179, de 24 de agosto de 2001; eLei no 11.803, de 5 de novembro de 2008.
Amparo Legal: Resolução do Senado Federal no 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nos 90 e 132, ambas de 1993.	8.9.4.0.00.1.1. - Resgate de Títulos do Tesouro - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.3.0.0.05.1.1. - Amortização de Empréstimos - Programa das Operações Oficiais de Crédito - Principal - Operações Intraorçamentárias	Amparo Legal: Lei no 9.491, de 9 de setembro de 1997; Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; Decreto no 1.019, de 23 de dezembro de 1993; Decreto no 1.068, de 2 de março de 1994; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.
Amparo Legal: Decreto nº 94.442, de 12 de junho de 1987.	8.9.9.0.00.1.1. - Demais Receitas de Capital - Principal - Operações Intraorçamentárias
8.3.0.0.06.1.1. - Amortização de Empréstimos Contratuais - Principal - Operações Intraorçamentárias	Amparo Legal: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Amparo Legal: Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989;Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; eLei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.	
8.3.0.0.07.1.1. - Amortização de Financiamentos - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989;Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; eLei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.	
8.3.0.0.80.1.1. - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Lei no 10.260, de 12 julho de 2001	
8.4.1.0.00.1.1. - Transferências da União e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	
8.4.2.0.00.1.1. - Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	
8.4.3.0.00.1.1. - Transferências dos Municípios e de suas Entidades - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	
8.4.4.0.00.1.1. - Transferências de Instituições Privadas - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	
8.4.5.0.00.1.1. - Transferências de Outras Instituições Públicas - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	
8.4.6.0.00.1.1. - Transferências do Exterior - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal: Art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.	
8.4.7.0.00.1.1. - Transferências de Pessoas Físicas - Principal - Operações Intraorçamentárias	
Amparo Legal:	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

Ações Orçamentárias padronizadas da União

0005 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) Art. 100 da Constituição Federal e Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.	000NR Manutenção das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020.
0022 Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, arts. 513 a 527 - Execução de sentenças cíveis com obrigação de pagar; Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, arts. 876 a 892 - Execução de sentenças trabalhistas e LRF - Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, art. 50, III - Estatais dependentes estão obrigadas a obedecer as normas de contabilidade pública.	000NS Inativos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020.
0029 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Centro-Oeste Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2008; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.	000NT Outros Benefícios das Polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Art. 2º e 32 da Lei 10.486, de 4 de julho de 2002; Inciso IV, do art. 54 da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990; e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
0030 Financiamento aos Setores Produtivos do Semiárido da Região Nordeste Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.	000OM Indenização a Servidores em Exercício em Localidades de Fronteira (Lei nº 12.855, de 2013) Lei nº 12.855, de 2/9/2013
0031 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Nordeste Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.	000PX Transferência de Recursos Arrecadados por Taxa de Ocupação, Foro e Laudêmio Art. 27 da Lei nº 13.240, de 30 dezembro de 2015.
0044 Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE (CF, art.159) CF Art. 159, inciso I, alínea "a".	000Q2 Pensionistas da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020.
0045 Fundo de Participação dos Municípios - FPM (CF, art.159) Constituição Federal, art. 159, inciso I, alínea "b", e Lei Complementar nº 106/2001	000QD Pensões Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002 (extinto Estado da Guanabara) (extinto Estado da Guanabara); artigo 14, do ADCT, (ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima); Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 (extinto Território Federal do Acre); Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981 (extinto Território Federal de Rondônia); Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020.
0046 Transferência da Cota-Parte dos Estados e DF Exportadores na Arrecadação do IPI (CF, Art. 159) Lei Complementar nº 61/1989.	000QG Anistiados Políticos - Retroativos Concedidos por Decisões Judiciais Recurso Extraordinário - RE 553710/STF e parágrafo 4º do art. 12 da Lei nº 10.559, de 2002.
006M Transferência do Imposto Territorial Rural Constituição Federal, art 158, inciso II	000QN Inativos e Pensionistas da Polícia Civil do Distrito Federal Constituição Federal, art. 21, inciso XIV, Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020.
009T Serviços Públicos de Saúde do Distrito Federal Constituição Federal de 1988, art. 21. Inciso XIV e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.	000QY Acordos referentes a passivos atuariais de estatais dependentes Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Art. 842 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.
009W Compensação Previdenciária Lei 9.796 de 05/05/1999; Lei 9.717 de 27/11/98; Lei 10.666 de 08/05/03, art. 12; Decreto 3.112 de 06/07/99; Instrução Normativa INSS/PRES 50 de 04/01/11; Portaria Interministerial 410 de 29/07/09.	000RS Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos do CFDC Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XIV e § 10 da LDO-2018.
00FM Assistência Médica e Odontológica às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal Art. 32 da Lei 10.486, de 4 de julho de 2002	0056 Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadorias Benefício Especial - Lei 12.618, de 30 de abril de 2012, art. 3º, § 1º Servidores inativos e pensionistas do MS - Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, art. 27 Extinta VIFER - Lei 3.887, de 8 de fevereiro de 1961. RFFSA - Leis nº 8.186, de 21 de maio de 1991 e nº 10.478, de 28 de maio de 2002.
00G5 Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor Art. 100 da Constituição Federal. Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004	005B Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Novo FUNDEB PEC nº 15/2015
00H4 Seguro Desemprego Art. 7º, Inciso II, Constituição Federal; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, combinada com a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994; Lei nº 10.208, de 23/03/2001; Decreto nº 3.361, de 10 de fevereiro de 2000; Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003; Resolução CODEFAT nº 316, de 11 de abril de 2003; Lei nº 10.608, de 20 de dezembro de 2002; Medida Provisória nº 2.164-41, de 24/08/2001; Medida Provisória nº 680, de 06/07/2015; Resolução CODEFAT nº 591, de 11/2/2009.	0179 Pensões Militares das Forças Armadas Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001; Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960.
00H5 Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade Arts 203 e 204 da CF/88; Lei n.º 6.179/1974; Lei n.º 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS); Leis nº 12.435/2011 e nº 12.470/2011 (que alteram dispositivos da LOAS); Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); Decreto nº 6.214/07; Decreto nº 6.564/08; Decreto nº 7.617/2011; Decreto nº 7.888/2012 (regulamenta o FNAS); Decreto nº 8.805/2016; Resolução CNAS n.º 130, de 15/07/05 (Norma Operacional Básica de Assistência Social); Resolução CNAS nº 145, de 15/10/04 (Política Nacional de Assistência Social).	0181 Aposentadorias e Pensões Cívis da União Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.
00H6 Transferência do Imposto sobre Operações Financeiras Incidentes sobre o Ouro (Lei nº 7.766, de 1989) Art. 153, V, da Constituição Federal; Lei nº 7.766, de 11 de maio de 1989.	0223 Transferência de Cotas-Partes da Compensação Financeira - Tratado de ITAIPU (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º) CF/88, art. 20, §1º; Lei nº 8.001, de 1990, art. 1º; Lei nº 9.984, de 2000.
00IN Benefícios de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez Arts 203 e 204 da CF/88; Lei n.º 6.179/1974; Lei n.º 8.742/1993 (Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS); Leis nº 12.435/2011 e nº 12.470/2011 (que alteram dispositivos da LOAS); Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Decreto nº 6.214/2007; Decreto nº 6.564/2008; Decreto nº 7.617/2011; Decreto nº 7.888/2012 (regulamenta o FNAS); Decreto nº 8.805/2016; Resolução CNAS n.º 130, de 15/07/05 (Norma Operacional Básica de Assistência Social); Resolução CNAS nº 145, de 15/10/04 (Política Nacional de Assistência Social).	0312 Serviços Públicos de Educação do Distrito Federal Constituição Federal de 1988, art. 21. Inciso XIV e Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002.
00LI Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011) Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011 - Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS.	0369 Transferência das Quotas Estadual e Municipal do Salário-Educação CF/88, art. 212, §§ 5º e 6º; Lei nº 9.424/1996, alterada pelas Leis nº 9.766/1998, 10.832/2003 e 11.457/2007, e regulamentada pelo Decreto nº 6.003/2006.
	0397 Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC Lei nº 9.506, de 30 de outubro de 1997.
	0534 Financiamento aos Setores Produtivos da Região Norte (FNO) Constituição Federal de 1988, art. 159, I, c; Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989; Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei nº 13.682, de 19 de junho de 2018.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

0536 Benefícios e Pensões Indenizatórias Decorrentes de Legislação Especial e/ou Decisões Judiciais Lei nº 8.529, de 1992 (ECT); Lei nº 1.162, de 1950 e Decretos-Lei nºs 3.768, de 1941 e 6.209, de 1944 (Estatutários); Lei nº 6.683, de 1979 (Anistiados); Lei nº 7.070, de 1982 e Lei nº 8.686, de 1993 (Vítimas da Talidomida); Lei nº 9.422, de 1996 (Hemodiálise de Caruaru); Lei nº 11.520, de 2007 (Hanseníase); Lei nº 12.663, de 2012 (Jogadores das Seleções de Futebol de 1958, 1962 e 1970); Lei nº 9.425, de 1996 (Césio 137); Lei nº 9.686, de 1998; Lei nº 6.929, de 1981; Lei nº 6.467, de 1977; Lei nº 577, de 1969; Lei nº 1.593, de 1952; Lei nº 5.598, de 1970; Lei nº 5.703, de 1971; Lei nº 3.130, de 1957; Lei nº 9.305, de 1996; Lei nº 9.599, de 1997; Lei nº 3.951, de 1960; Lei nº 12.815, de 2013; Lei nº 13.985/2020 (Zika Vírus) e Decreto nº 942 A, de 31 de outubro de 1890 (Montepio Civil), Lei 10.821, de 2003, entre outras.	2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Servidores civis e empregados públicos: arts. 206-A, 230 e 243 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990 (Geral), Decreto 6.856, de 25/05/2009 (exames periódicos), acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes e demais legislações específicas; - Militares das Forças Armadas: art. 50 da Lei nº 6.880, de 9/12/1980; arts. 15 e 25 da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001, e Decreto nº 92.512, de 02/04/1986; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: arts. 32 e 65 da Lei 10.486, de 04/07/2002, e arts. 99 e 100 da Lei nº 13.328, de 29/07/2016.
0546 Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.1º) CF/88, art. 20, §1º; Lei nº 8.001, de 1990, art. 1º; Lei nº 9.984, de 2000.	20TP Ativos Cíveis da União Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e CLT
0547 Transferências de Cotas-Partes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Lei nº 8.001, de 1990 - Art.2º) CF/88, art. 20, §1º; Lei nº 8.001, de 1990, art. 2º.	212B Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes Auxílio-Alimentação: - Servidores civis e empregados públicos: art. 22 da Lei nº 8.460, de 17/09/1992, e acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes; - Militares das Forças Armadas: art. 50, inciso IV, alínea “g”, da Lei nº 6.880, de 09/12/1980, arts. 2º e 3º e Anexo IV da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001, e Decreto nº 4.307, de 18/07/2002; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: arts. 2º e 65 da Lei nº 10.486, de 04/07/2002; Auxílio-Transporte: Medida Provisória nº 2.165-36, de 23/08/2001 (geral) e art. 2º da Medida Provisória nº 2.215-10 de 31 de agosto de 2001 (militares); Assistência Pré-Escolar: - Servidores civis: inciso XXV do art. 7º da Constituição Federal de 1988, inciso IV do art. 54 da Lei nº 8.069, de 13/07/1990, e Decreto nº 977, de 10/09/1993; - Empregados públicos: art. 389, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT) e acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes; - Militares das Forças Armadas: art. 2º da Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: arts. 2º e 65 da Lei 10.486, de 04/07/2002;
0581 Abono Salarial Art. 239, § 3º, CF, combinado com o art. 9º, Lei n.º 7.998/90; Resoluções Anuais do CODEFAT (última vigente: nº 668, de 28/06/11).	Auxílios funeral e natalidade: - Servidores civis: arts. 196 e 226 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990; - Empregados públicos: acordos coletivos de trabalho, convenções coletivas de trabalho e/ou dissídios coletivos de trabalho de empregados das empresas estatais dependentes; - Militares das Forças Armadas: art. 50 da Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e arts. 2º e 3º da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: arts. 2º e 65 da Lei 10.486, de 04/07/2002;
0625 Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor CF/88, art. 100, § 3º e Lei 10.259, de 2001, art. 17, § 1º, Lei 13.463, de 6 de julho de 2017.	Auxílio-Fardamento aos Militares da Ativa: - Militares das Forças Armadas: art. 2º da Medida provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001, e Decreto nº 4.307, de 18/07/2002, arts. 61 a 64; e - Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios: art. 2º e Tabela II do Anexo IV da Lei nº 10.486, de 04/07/2002;
0643 Complemento da Atualização Monetária dos Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (Lei Complementar nº 110, de 2001) Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001.	Indenização de Representação no Exterior - IREx e Auxílio-Familiar no Exterior: Lei nº 5.809, de 10/10/1972, art 8º, inciso III, alíneas 'a' e 'b';
0739 Indenização a Anistiados Políticos em Prestação Única ou em Prestação Mensal, Permanente e Continuada, nos termos da Lei nº 10.559, de 2002 Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.	Salário-Família: art. 185, inciso I, alínea “c”, e art. 197 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990; e
0999 Recursos para a Repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE-Combustíveis Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001 e Medida Provisória nº 161, de 21 de janeiro de 2004	Auxílio-reclusão: art. 185, inciso II, alínea “c”, e art. 229 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004	214H Inativos Militares das Forças Armadas Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019, Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, Portaria normativa nº 31/GM-MD, de 24 de maio de 2018, e Portaria Normativa nº 37/GM-MD, de 14 de junho de 2018.
0A53 Transferências das Participações pela Produção de Petróleo e Gás Natural (Lei nº 9.478, de 1997) CF/88, art. 20, §1º; Lei nº 9.478, de 1997, arts. 48, 49 e 50, e Lei nº 7.525, de 1986, art. 6º.	218I Ativos Cíveis dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara Lei nº 8.112, de 11/12/1990.
0C01 Valores Retroativos a Anistiados Políticos nos termos da Lei nº 11.354, de 19/10/2006 Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002 e Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006.	218J Ativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020.
0C03 Transferência de Recursos Decorrentes de Concessões Florestais (Lei nº 11.284, de 2006 - Art. 39) Lei nº 11.284, art. 39, inciso II, alíneas “a” e “b” e § 1º, de 2 de março de 2006.	218K Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002 (extinto Estado da Guanabara); artigo 14, do ADCT, (ex-Territórios Federais do Amapá e Roraima); Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 (extinto Território Federal do Acre); Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981 (extinto Território Federal de Rondônia); Medida Provisória nº 971, de 26 de maio de 2020.
0C33 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB Art. 60 do ADCT e Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007	218W Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Inativos e Pensionistas da União Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017.
0E36 Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB EC nº 53/2006; Lei nº 11.494/2007; Decreto nº 6.253/2007, com a redação dada pelo Decreto nº 7.611/2011.	218X Bônus de Eficiência e Produtividade de Servidores Ativos da União Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017
0E81 Benefícios Previdenciários Urbanos CF/88 art. 201, Leis 8.212/91, 8.213/91 e 10.666/03, Decreto n. 3048/99 e Instrução Normativa INSS/PRES n. 45/10.	2867 Ativos Militares das Forças Armadas Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 e Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019.
0E82 Benefícios Previdenciários Rurais CF/88 art. 201, Leis 8.212/91, 8.213/91 e 10.666/03, Decreto n. 3048/99 e Instrução Normativa INSS/PRES n. 45/10.	4269 Pleitos Eleitorais Lei nº 4.373/65 - Código Eleitoral Lei nº 9.504/97 Lei nº 9.096/95
0Z00 Reserva de Contingência - Financeira Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III.	
0Z01 Reserva de Contingência Fiscal - Primária Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 5º, inciso III, alínea “b”; Lei nº 12.708, de 17/08/2012 - LDO-2013, art. 13.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

Demais Ações Orçamentárias, por Unidade Orçamentária

01101	Câmara dos Deputados
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Art. 12, inciso XVI, alínea "b", do PL nº 9/2020-CN (PLDO-2021); Resolução da Câmara dos Deputados nº. 29 de 2004; Resolução do Congresso Nacional nº 02 de 2007.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Art. 12, inciso XVI, alínea "b", do PL nº 9/2020-CN (PLDO-2021); Resolução da Câmara dos Deputados nº. 29 de 2004.
0531	Compensação Financeira entre Entidades de Previdência Federal, Estadual e Municipal Lei 9.506/97 - art. 6º
10S2	Construção do Centro de Tecnologia da Câmara dos Deputados CF/88, art. 51 e Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
12F2	Reforma dos Imóveis Funcionais Destinados à Moradia dos Deputados Federais Art. 51, inciso IV, da Constituição Federal/88 e art. 266, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV do PL nº 9/2020-CN (PLDO/2021).
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Art. 12, inciso XI do PL nº 9/2020-CN (PLDO/2021); Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010; Ato da Mesa da Câmara dos Deputados nº 63/2019; Art. 21-L do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política Art. 51, IV, CF e art. 265 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

01901 Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados

4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política Art. 51, IV, CF e art. 265 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

02101 Senado Federal

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica PLDO-2021, artigo 12, inciso XVI: "O Projeto e a Lei Orçamentária de 2021 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVI - aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, da seguinte forma: a) para valores acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente em moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, em programação específica, que deverá identificar nominalmente cada beneficiário; e b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea "a", deverão ser utilizadas programações específicas ou as ações "000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica" e "00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica".
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica PLDO-2021, artigo 12, inciso XVI: "O Projeto e a Lei Orçamentária de 2021 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVI - aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, da seguinte forma: a) para valores acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente em moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, em programação específica, que deverá identificar nominalmente cada beneficiário; e b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea "a", deverão ser utilizadas programações específicas ou as ações "000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica" e "00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica".
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Ato do Terceiro-Secretário nº 01, de 2010, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal nº 4584, de 16 de novembro de 2010. Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, do PLDO-2021.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Art. 12, inciso XI, do PLDO/2021 (PL nº 9/2020 - CN).
4061	Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política Arts. 52 e 59 da Constituição Federal.

03101 Tribunal de Contas da União

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica PLDO-2021, artigo 12, XVI, alínea b.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 19, inciso X e XIV, e § 8º do PLDO-2021.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Art. 21 da Lei nº 12.232, de 29 de abril de 2010; Art. 18 da Resolução-TCU n.º 284, de 30 de dezembro de 2016.
4018	Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais Arts. 70, 71, 72 e 73, Constituição Federal, Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

10101 Supremo Tribunal Federal

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Art. 12, inciso XVI, alínea "b", do PL nº 9/2020-CN (PLDO-2021); Resolução da Câmara dos Deputados nº. 29 de 2004; Resolução do Congresso Nacional nº 02 de 2007.

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.
6359	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal Constituição Federal de 1988, art. 102; Decreto nº 1, de 26/02/1891.

11101 Superior Tribunal de Justiça

14PU	Construção do Bloco G da Sede do STJ Artigos 99 e 105 da Constituição Federal
157T	Construção do Edifício-Sede da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados CF/88 art. 105, Par. Único, inciso I.
15SY	Construção do Edifício-Sede da ECORP O artigo 39, § 2º, da CF/88: " A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados."
20G2	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados CF/88 art. 105, Par. Único, inciso I.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV do PL nº 9/2020-CN (PLDO/2021).
4236	Apreciação e Julgamento de Causas CF/88 art. 104 e 105, art. 37, incisos de X a XV, art. 39 § 1º, Lei 10.474/02; Lei nº 10.461; Resolução nº 232; e Resolução CNJ nº 85.

12101 Justiça Federal de Primeiro Grau

11IM	Reforma dos Anexos I e II da Seção Judiciária do Rio de Janeiro - RJ CF/88, Art. 99.
11JL	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Foz do Iguaçu - PR CF/88, Art. 99.
11KR	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Blumenau - SC CF/88, Art. 99.
11RQ	Reforma do Fórum das Execuções Fiscais - SP CF/88, Art. 99.
12R9	Construção do Edifício II da Seção Judiciária em Salvador - BA (Juizados Especiais Federais) CF/88, Art. 99.
12RB	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém - PA CF/88, Art. 99.
12RE	Construção do Edifício-Sede II Da Seção Judiciária em Goiânia - GO Art. 165, inciso III da Constituição Federal de 1988.
12S9	Reforma do Fórum Federal Criminal e Previdenciário de São Paulo - SP CF/88, Art. 99.
12SI	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Itabaiana - SE CF 1988, Art. 99
12SK	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Maceió - AL Art. 99 da Constituição Federal de 1988.
12SN	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Arapiraca - AL Art. 99 da Constituição Federal de 1988.
12SO	Construção de Edifício-Sede da Justiça Federal em Santana do Ipanema - AL Art. 99 da Constituição Federal de 1988.
13FR	Reforma do Fórum Federal de Ribeirão Preto - SP Art. 99 , CF.
14UM	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF CF/88, Art. 99.
14YI	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Juína - MT CF/88, Art. 99.
14YL	Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária de Salvador - BA CF/88, Art. 99.
14YN	Reforma do Fórum Federal Cível de São Paulo - SP Constituição Federal 1988 – Artigo 99
14YO	Reforma da Sede Administrativa da Justiça Federal de São Paulo - SP Constituição Federal 1988 – Artigo 99

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

153C	Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial para a Justiça Federal em Brasília - DF
CF/88, Art. 99.	
158C	Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal no Distrito Federal - DF
CF/88, Art. 99.	
158F	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Goiânia - GO
CF/88, Art. 99.	
158N	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Aracaju - SE
ART. 99 CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
158O	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Recife - PE
ART. 99 CONSTITUIÇÃO FEDERAL	
158T	Reforma do Juizado Especial Federal de São Paulo - SP - 2ª Etapa
Constituição Federal 1988 – Artigo 99	
15FZ	Reforma do Fórum Federal de Presidente Prudente - SP
CF/1988, ART 99	
15G5	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em João Pessoa - PB
Art. 99 Constituição Federal	
15G6	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Campina Grande - PB
Art. 99 Constituição Federal	
15GD	Reforma do Edifício-Anexo I da Seção Judiciária em Fortaleza - CE
Art. 99 Constituição Federal	
15GE	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Fortaleza - CE
Art. 99 Constituição Federal	
15GM	Reforma de Datacenters na Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região
CF/88, Art. 99.	
15NX	Reforma do Fórum Federal de Santos - SP
CF/1988, ART 99	
15PH	Reforma do Edifício-Sede da Justiça Federal em Teresina - PI
Art. 99 CF/88	
15QA	Reforma do Fórum Federal de Barueri - SP
CF/88 - Art. 99	
15R8	Reforma do Complexo de Imóveis da Seção Judiciária em Belo Horizonte - MG
CF/88 Art. 99	
15R9	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Porto Velho - RO
CF/88 Art. 99	
15S7	Reforma do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de São João Del Rei - MG
Art. 165, III da Constituição Federal de 1988, LOA/PPA.	
15S8	Implantação de Sistema de Energia Solar na Justiça Federal da 1ª Região
Art. 165, III da Constituição Federal de 1988, LOA/PPA.	
15T9	Reforma do Fórum Marilena Franco no Rio de Janeiro - RJ
CF 88/ Artigo 99 e artt 18 da LDO	
15TK	Reforma do Complexo de Imóveis da Justiça Federal em Manaus - AM
Lei Orçamentária Anual. e art 18 da LDO	
15TO	Reforma do Anexo Administrativo Presidente Wilson de São Paulo - SP
Art. 99 CF/88 e art 18 da LDO	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e LDO.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.	
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal
CF/88, Artigos 99, 106 a 110.	
7V68	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Natal - RN
Art. 99 Constituição Federal	
12102	Tribunal Regional Federal da 1a. Região

11RV	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília - DF
CF/88, Art. 99.	
151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe
Constituição Federal – EC nº 45 e Lei nº 11.419/2006.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e LDO.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.	
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal
CF/88, Artigos 99, 106 a 110.	
12103	Tribunal Regional Federal da 2a. Região
14YQ	Reforma do Edifício-Sede e Anexos do TRF da 2ª Região - RJ
CF/88, Art. 99.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e LDO.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.	
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal
CF/88, Artigos 99, 106 a 110.	
12104	Tribunal Regional Federal da 3a. Região
151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe
Constituição Federal – EC nº 45 e Lei nº 11.419/2006.	
15NZ	Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em São Paulo - SP - 2ª Etapa
CF/88, Art. 99.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e LDO.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.	
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal
CF/88, Artigos 99, 106 a 110.	
12105	Tribunal Regional Federal da 4a. Região
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública
Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e LDO.	
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes
CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.	
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal
CF/88, Artigos 99, 106 a 110.	
12106	Tribunal Regional Federal da 5a. Região
151W	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico na Justiça Federal - PJe
Constituição Federal – EC nº 45 e Lei nº 11.419/2006.	
158W	Reforma do Complexo de Imóveis do Tribunal Regional Federal da 5ª Região
CF/88, Art. 99.	
15U9	Implantação de Usina Fotovoltaica no Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 5ª Região
Art. 99 CF	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Resolução STF nº 232, de 1º julho de 2002 e LDO.
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88, Art. 5º, inciso LXXIV.
4257	Julgamento de Causas na Justiça Federal CF/88, Artigos 99, 106 a 110.
1310I	Justiça Militar da União
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.
4225	Processamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Militar da União Arts. 122 a 124, CF.
7808	Construção de Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar CF/88 - art. 99.
1410I	Tribunal Superior Eleitoral
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica PLDO-2021, artigo 12, inciso XVI: "O Projeto e a Lei Orçamentária de 2021 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVI - aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, da seguinte forma: a) para valores acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente em moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, em programação específica, que deverá identificar nominalmente cada beneficiário; e b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea "a", deverão ser utilizadas programações específicas ou as ações "000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica" e "00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica". - RESOLUÇÃO Nº 23.483, DE 28 DE JUNHO DE 2016 (Regulamenta a atuação internacional do Tribunal Superior Eleitoral) - DECRETO Nº 8.715, DE 19 DE ABRIL DE 2016 (Promulga os Estatutos do Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral - IDEA, com sede em Estocolmo, Suécia.)
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 – LOMAN. Lei de Diretrizes Orçamentárias.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei nº 12.232/2010
21CN	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional Lei 13.444/2017.
7832	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor Art. 23 IX e XVIII da Lei nº 4.737/65; Art. 11 da Lei nº 8.868/1994, . Art. 5º, § 5º da Lei nº 12.034/10, Resolução TSE nº 23.335/2011; Resolução TSE nº 23.440/2015
14102	Tribunal Regional Eleitoral do Acre
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14103	Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
14104	Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
14105	Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
153H	Reforma do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - BA Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
7XK4	Reforma do Anexo III do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14106	Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
14107	Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
15W8	Reforma e Adaptação do Galpão da Central de Atendimento ao Eleitor do DF Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Arts. 92, 99 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
14108	Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Arts. 92, 99 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
14109	Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Arts. 92 e 99 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
14110	Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
15HO	Reforma de Cartório Eleitoral no Município de São Luís - MA Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Arts. 92, 99 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
14111	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Arts. 92 e 99 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
14112	Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92 e 99, da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 – LOMAN. Lei de Diretrizes Orçamentárias.
14113	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
14114	Tribunal Regional Eleitoral do Pará
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14115	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14116	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14117	Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 – LOMAN. Lei de Diretrizes Orçamentárias.
14118	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14119	Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal	
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 – LOMAN. Lei de Diretrizes Orçamentárias.
14120	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
136Y	Ampliação do Depósito de Armazenamento de Urnas no Município de Natal - RN Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14121	Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
1559	Reforma da Nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – RS Arts. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14122	Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
15W9	Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Espigão D'Oeste - RO Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
15WA	Ampliação de Cartório Eleitoral no Município de Ouro Preto do Oeste - RO Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14123	Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14124	Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14125	Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
15WB	Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14126	Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
15WC	Ampliação do Edifício-Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins Art. 92, 99 e 118 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14127	Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92, 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei nº 4.737/65 - Código Eleitoral
14128	Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
20GP	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral Art. 92 e 99 da Constituição Federal Art. 30 da Lei 4.737/65 - Código Eleitoral
14901	Fundo Partidário
0413	Manutenção e Operação dos Partidos Políticos Art. 17 da CF/88 Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 Resolução nº 23.604, de 17 de dezembro de 2019
15101	Tribunal Superior do Trabalho

20G2	Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados CF/88, Art. 93, IV
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
2C73	Manutenção do Sistema Nacional de Tecnologia da Informação CF/88 - art. 99
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15102	Tribunal Regional do Trabalho da 1a. Região - Rio de Janeiro
132J	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Resende - RJ Art. 99 da Constituição Federal, Lei 8.432/1992 e Lei nº 12.656/2012.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15103	Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região - São Paulo
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15104	Tribunal Regional do Trabalho da 3a. Região - Minas Gerais
133I	Adaptação do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte - MG Constituição Federal – art. 99 e 111
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, inciso XIV e § 8º da LDO-2020. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15105	Tribunal Regional do Trabalho da 4a. Região - Rio Grande do Sul
134A	Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de São Leopoldo - RS Constituição Federal, art.99 e Lei 10.098, de 19-12-2000.
134B	Construção do Edifício-Anexo ao Fórum Trabalhista de Rio Grande - RS Constituição Federal, art.99 e Lei 10.098, de 19-12-2000.
134D	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Novo Hamburgo - RS Constituição Federal, art.99 e Lei 10.098, de 19-12-2000.
134F	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Santa Rosa - RS Constituição Federal, art.99 e Lei 10.098, de 19-12-2000.
140R	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Alegrete - RS Constituição Federal, art.99 e Lei 10.098, de 19-12-2000.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15106	Tribunal Regional do Trabalho da 5a. Região - Bahia
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho Constituição Federal de 1988 e Consolidação das Lei Trabalhista (CLT)
15107	Tribunal Regional do Trabalho da 6a. Região - Pernambuco
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15108	Tribunal Regional do Trabalho da 7a. Região - Ceará
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15109	Tribunal Regional do Trabalho da 8a. Região - Pará/Amapá
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, inciso XIV e § 8º da LDO-2020. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho Art. 114, CF; Lei 8.984/95
15110	Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região - Paraná
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, inciso XIV e § 8º da LDO-2020. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15111	Tribunal Regional do Trabalho da 10a. Região - Distrito Federal/Tocantins
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, inciso XIV e § 8º da LDO-2020. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho Art. 114, CF; Lei 8.984/95
15112	Tribunal Regional do Trabalho da 11a. Região - Amazonas/Roraima
10WS	Construção do Edifício-Sede do Fórum Trabalhista de Manaus - AM Lei 10.770/2003
15WD	Construção do Edifício-Sede da Vara do Trabalho de Tefé- AM Lei 10770/2003
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15113	Tribunal Regional do Trabalho da 12a. Região - Santa Catarina
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, inciso XIV e § 8º da LDO-2020. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho Art. 114, CF; Lei 8.984/95
15114	Tribunal Regional do Trabalho da 13a. Região - Paraíba
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, inciso XIV e § 8º da LDO-2020. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15115	Tribunal Regional do Trabalho da 14a. Região - Rondônia/Acre
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho Art. 114, CF; Lei 8.984/95
15116	Tribunal Regional do Trabalho da 15a. Região - Campinas/SP
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, inciso XIV e § 8º da LDO-2020. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15117	Tribunal Regional do Trabalho da 16a. Região - Maranhão

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho Art. 114, CF; Lei 8.984/95

15118 Tribunal Regional do Trabalho da 17a. Região - Espírito Santo	
1B51	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região em Vitória - ES CF 88 Art. 99
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.

15119 Tribunal Regional do Trabalho da 18a. Região - Goiás	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, inciso XIV e § 8º da LDO-2020. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho Art. 114, CF; Lei 8.984/95

15120 Tribunal Regional do Trabalho da 19a. Região - Alagoas	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, inciso XIV e § 8º da LDO-2020. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.

15121 Tribunal Regional do Trabalho da 20a. Região - Sergipe	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, inciso XIV e § 8º da LDO-2020. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho Art. 114, CF; Lei 8.984/95

15122 Tribunal Regional do Trabalho da 21a. Região - Rio Grande do Norte	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.

Ação Orçamentária / Base legal	
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.
15123 Tribunal Regional do Trabalho da 22a. Região - Piauí	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho Art. 114, CF; Lei 8.984/95

15124 Tribunal Regional do Trabalho da 23a. Região - Mato Grosso	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho CF/88, seção V - dos juízes e tribunais do trabalho, art 111 a 116; Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT e Lei 8.984/95.

15125 Tribunal Regional do Trabalho da 24a. Região - Mato Grosso do Sul	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 65, II da LC nº 35/79 - LOMAN
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4256	Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho Art. 114, CF; Lei 8.984/95

15126 Conselho Superior da Justiça do Trabalho	
1P66	Modernização de Instalações Físicas da Justiça do Trabalho Artigo 99 da Constituição Federal de 1988, Resolução CSJT nº 054/2008, Resolução CSJT 070/2010 e Resolução CSJT Nº 081/2011.
16101 Tribunal de Justiça do Distrito Federal	
132W	Construção do Complexo de Armazenamento do TJDFT Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008 - Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

3751	Implantação de Varas Comuns e de Juizados Especiais Cíveis e Criminais CF/88 - arts. 21, XIII e 99; Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, Lei nº 9.699, de 8 de setembro de 1998 e Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008 - Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.
4224	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes CF/88 - art. 5º, inciso LXXIV.
4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal CF/88 - art. 99; Lei Nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006
7V65	Construção da Sede do Sistema de Justiça da Infância e da Juventude em Brasília - DF Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008 - Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios.

16103 Justiça da Infância e da Juventude	
4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal CF/88 - art. 99; Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

17101 Conselho Nacional de Justiça	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.
218H	Controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes e Gestão de Políticas Judiciárias Constituição Federal, Art. 103-B. Regimento Interno do CNJ. Lei nº 11.364/20016. Resolução nº 76/2009-CNJ. Artigo 39, Parágrafo 2º da Constituição Federal/1988. Resolução nº 111/2010-CNJ. Artigo 10, da Lei nº 11.416/2006. Lei nº 12.106/2009. Lei nº 11.419/2006, Lei nº 13.709/2018. Resolução CNJ nº 185/2013.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2549	Comunicação e Divulgação Institucional Lei nº 10.461, de 17 de maio de 2002, publicada no D.O.U, de 20/05/2002; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.
20101	Presidência da República
000OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017; Decreto nº 9.217, de 4 de dezembro 2017; e Decreto nº 10.218, de 30 de janeiro de 2020. Art. 12, inciso XVI do PLDO 2021.
15R5	Implantação do Sistema de Proteção das Instalações Presidenciais - (ProPR) Lei nº 11.754, de 23 de julho de 2008; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.668, de 02 de janeiro de 2019.
15ST	Acesso à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE Carta com pedido de acesso do Brasil à OCDE (2017); Pré qualificação pela OCDE dos países considerados como parceiros-chave; Acordo de Cooperação Brasil - OCDE de 2015; Nota Informal da OCDE sobre o Processo de Acesso (2017); Decreto nº 10.205 de 22 de janeiro de 2020
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.678, de 02 de janeiro de 2019.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021.
219M	Implementação do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) Art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal; Decreto Nº 8.903, de 16 de novembro de 2016, Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.668, de 02 de janeiro de 2019.
.	
21AN	Coordenação , Elaboração e Proposições para Modernização do Estado Decreto nº 8.414, de 26 de fevereiro de 2015; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019.
21AP	Apoio à Implementação da Política Nacional de Segurança da Informação Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.668, de 02 de janeiro de 2019 e Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018.
2B27	Proteção e Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro Lei nº 12.731, de 21de novembro de 2012; Decreto nº 2.210, de 22 de abril de 1997; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.668, de 02 de janeiro de 2019.
2C55	Disseminação de Conduta Ética no Poder Executivo Federal Decreto de 26 de maio de 1999; Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007; Lei 12.813, de 16 de maio de 2013 e Código de Conduta da Alta Administração Federal
4693	Segurança Institucional do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, Respectivos Familiares, e Outras Autoridades Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.668 de 02 de janeiro de 2019.
6662	Formulação e Desenvolvimento de Políticas e Estratégias de Longo Prazo Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019. Decreto 10.244, de 13 de fevereiro de 2020.
20218	Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021.
2684	Ações de Inteligência Lei nº 9.883/99; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.
20204	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021.
217Z	Gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas - ICP - Brasil e de outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital Medida Provisória 2.200-2/2001, Decreto nº 6.605/2008, Decreto nº 8.985/2017; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e resoluções do Comitê Gestor da ICP – Brasil.
20927	Fundo de Imprensa Nacional
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021.
2804	Publicações Oficiais Art. 37, caput, da Constituição Federal; Decretos nºs 9.215, de 29 de novembro de 2017; Portaria nº 147, de 09 de março de 2006 do Ministro-Chefe da Casa Civil da PR; e Portaria nº 268, de 05 de outubro de 2009 e Portaria nº 256, de 28 de agosto de 2018, do Diretor-Geral da Imprensa Nacional;e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.
22101	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Administração Direta
0080	Subvenção Econômica ao Preço do Óleo Diesel de Embarcações Pesqueiras (Lei nº 9.445, de 1997) Lei nº 9.445, de 1997; Decreto nº 7.077, de 2010; Convenio ICMS 58, de 1996; Protocolo ICMS 08, de 1996; Instrução Normativa da SEAP/PR nº 10, de 2011; Instrução Normativa nº 07, de 2012; Instrução Normativa nº 11, de 2014; Instrução Normativa nº 14, de 2014; Instrução Normativa nº 28, de 2014; Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 10.253 de 2020
000OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707. de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados Ofício nº 7.180/2017-MP, de 7 de fevereiro de 2017; Carta Convite da OCDE, de 12 de setembro de 2016; Instrução Normativa nº 3, de 3 de abril de 2001; Portaria nº 598, de 30 de junho de 2008; Decreto nº 9.667, de 2019 (nova estrutura MAPA); Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 9.699, de 2019; Ofício nº 0058965.00000119/2018-47 – MRE, de 27 de setembro de 2018; Ofício nº 0015945.00000006/2019-66 – MRE, de 15 de abril de 2019 e Decreto nº 56.690, de 1965.
0359	Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.420, de 2002) Lei nº 10.420, de 2002; Lei nº 11.775, de 2008; Decreto nº 4.962, de 2004; Resoluções do Comitê Gestor da Garantia Safra; Portaria MDA nº 62, de 20/06/2003. Lei nº 10.700, de 2003; Lei nº 12.766, de 2012; Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019.
099F	Concessão de Subvenção Econômica ao Prêmio do Seguro Rural (Lei nº 10.823, de 2003 Lei nº 10.823, de 2003; Lei Complementar nº 137, de 2010; Decreto nº 5.121, de 2004, Decreto nº 9.667, de 2019; Le nº 13.844, de 2019; Decreto nº 9.699, de 2019 e Resoluções do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) vigentes.
147S	Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico Decreto nº 7.672, de 1909; Art. 23, X, Lei nº 13.502, de 2017; Art. 38, Decreto nº 8.852, de 2016 e Regimento Interno do Instituto Nacional de Meteorologia (Portaria nº 522, de 05/04/2018). Decreto 9667/2019 , Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto 9699/2019.
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003, Decreto 9.667/2019, Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto 9699/201
20M4	Apoio à Implementação de Políticas Agroambientais Decreto nº. 7.008/2009; Decreto nº. 6.321/07; Lei nº. 6.938/81; Lei nº. 9.605/98; Lei nº. 7.827/89; Lei nº 12.187/09. Lei nº 12.651/2012; Decreto nº 7.029/2009; Decreto 9667/2019 , Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto 9699/2019.
20Y0	Fomento à Produção Pesqueira e Aquícola Decreto-Lei nº 221, de 1967; Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 9.636, de 1998; Lei nº 11.326, de 2006; Lei nº 11.947, de 2009; Lei nº 11.959, de 2009; Lei nº 12.188, de 2010; Decreto nº 4.895, de 2003; Decreto nº 5.231, de 2004; Decreto nº 6.972, de 2009; Instrução Normativa STN nº 1, de 1997; Instrução Normativa Interministerial SEAP/MMA/MP nº 06, de 2004; Instrução Normativa Interministerial SEAP/SPU nº 01, de 2007; Resolução CONAMA nº 413, de 2009; Decreto nº 9.667, de 2019, Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019.
20Y1	Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Pesqueira Decreto-Lei nº 221, de 1967; Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 9.636, de 1998; Lei nº 11.959, de 2009; Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016; Instrução Normativa STN nº 1, de 1997; Decreto nº 9.667, de 2019, Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 9.699, de 2019 e Resolução CONAMA nº 413, de 2009.
20Y2	Ordenamento, Monitoramento, Controle e Fiscalização da Atividade Pesqueira Lei nº 11.958, de 2009; Lei nº 11.959, de 2009; Decreto nº 4.895, de 2003; Decreto nº 9.667, de 2019; Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019. Instrução Normativa Interministerial SEAP/MMA/CM nº 2, de 04 de setembro de 2006; Instrução Normativa SEAP/PR nº 03,de 12 de maio de 2004; Instrução Normativa MPA nº 20, de 10 de setembro de 2014, Decreto nº 10.153, de 20 de fevereiro de 2020.
20Z5	Desenvolvimento da Agroenergia Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 9.478, de 1997; Decreto nº 8.701, de 2016; e Decreto nº 8.735, de 2016; Decreto nº 9.667, de 2019, Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019.
20ZT	Promoção do Agronegócio Brasileiro no Mercado Internacional Lei nº 8.171, de 1991; Decreto nº 8.701, de 2016; Decreto nº 6.464, de 2008; Decreto nº 8.749, de 2016; e Portaria MAPA nº 44, de 2007; Decreto nº 9.667, de 2019, Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019.
20ZU	Redução de Riscos na Atividade Agropecuária Decreto nº 5.121, de 2004, art. 22; Decreto nº 8.701, de 2016; Decreto nº 9.841, de 2019; Portaria MAPA nº 17, de 2006; Portaria MAPA nº 933, de 2011; Manual de Crédito Rural (MCR) do BACEN, Capítulo 16-2-2; Decreto nº 9.667, de 2019 , Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 9.699, de 2019 e Resoluções do Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural (CGSR) vigentes.
20ZV	Fomento ao Setor Agropecuário Constituição Federal, art. 187, VII; Lei nº 13.249, de 2016; item 1 da alínea “d” do inciso III do art. 25 e alínea “f” do inciso II do art. 27 do Decreto nº 8.852, de 2016; inciso XVII do art. 3º da Lei 8.171, de 1991; Portaria MAPA nº 1.232 de 2008; Portaria MAPA nº 168, de 2015; Instrução Normativa MAPA nº 45, de 2015; Decreto nº 8.533, de 2015, Lei nº 9.279, de 1996 (Lei de Propriedade Industrial); Instrução Normativa INPI 25, de 2013; Decreto nº 8.852, de 2016; Portaria MAPA nº 164, 16 de agosto de 2019; e Portaria MAPA nº 165, 16 de agosto de 2019.
20ZY	Desenvolvimento Sustentável da Cadeia Produtiva do Cacau Decreto nº 9.967, de 02 de janeiro de 2019 , Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019. Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

210T Promoção da Educação do Campo

CF de 1988, arts. 205, 206 e 207; Lei nº 10.172, de 2001; Lei nº 9.394, de 1996; Decreto nº 5.154, de 2004; Decreto nº 7.352, de 2010, art. 11-18; Decreto nº 6.672, de 2008, art. 1º, § 1º; Lei nº 11.947 – Art.33, de 2009; Lei nº 12.695, de 2012; Lei nº 13.019, de 2014; Resoluções do Conselho Nacional de Educação relativas às normas para o Ensino Superior no Brasil e normas para os cursos Técnicos de Nível Médio e Graduação Tecnológica; Resolução CNE/CEB nº 01, de 2002; Resolução CNE/CEB nº 01, de 2006 e Resolução CNE/CEB nº 02, de 2008; Portaria Incra nº 563, de 2015; Decreto nº 9.667, de 2019; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 9.699, de 2019 e IN/Incrá/nº 84, de 2016.

210V Promoção e Fortalecimento da Estruturação Produtiva da Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais

Lei nº 11.326, de 2006; Lei nº 10.831, de 2003; Decreto nº 6.040, de 2007; Lei nº 11.097, de 2005 (Matriz Energética); Decreto nº 5.297, de 2004 (PIS/PASEP – BIODIESEL); Lei nº 13.033, de 2014 (Adição Obrigatória de Biodiesel ao Diesel); Lei nº 11.116, de 2005 (BIODIESEL - PIS/PASEP e COFINS); Resolução CNPE nº 05, de 2007 (Leilões – Biodiesel); Portaria MDA nº 80, de 2014 (Câmara Técnica de Acompanhamento e Avaliação do Selo Combustível Social); Portaria MDA nº 81, de 2014 (Selo Combustível Social); IN MDA Nº 01, de 2011 (Cooperativas Selo Combustível Social); Lei nº 11.097, de 2005; Decreto nº 5.297, de 2004; Lei nº 12.305, de 2010; Decreto nº 7.404, de 2010; Lei nº 11.284, de 2006; Decreto nº 6.063, de 2007; IN IBAMA nº 77, de 2005; Norma de Execução MMA nº 03, de 2007; IN MMA nº 06, de 2006; IN MMA nº 08, de 2004; Resolução BACEN 3.237, de 2004; Manual de Crédito Rural - MCR 16, de 2010; Inciso VIII do art. 23 da CF, de 1988; art. 3º da Lei nº 2.613, de 1955; e inciso V do art. 3º do Decreto nº 3.991, de 2001. Lei nº 13.502/2017; art. 3º;Artigo 17º da Convenção Quadro para Controle do tabaco (CQCT) ratificada pelo Brasil em novembro de 2005; Decreto nº 4.739, de 2003; Portaria MDA nº 063, de 2004; Portaria MDA nº 25, de 2006; CF de 1988, art. 189; Lei nº 10.406, de 2002; Lei nº 11.340, de 2006;Decreto nº 5.390, de 2005; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; Lei nº 12.188, de 2010; Decreto nº 5.033, de 2004 (Revogada pela Resolução BACEN nº 3.556, de 27.03.2008, DOU 31.03.2008); Decreto nº 4.339, de 2002; Decreto nº 2.519, de 1998; Lei nº 10.711, de 2003; Decreto nº 5.813, de 2006; Lei nº 11.346, de 2006; Portaria interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, de 2009; CF de 1988, art. 189; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; Portaria INCRA/P nº 981, de 2003; Instrução Normativa IN nº 38, de 2007; CF de 1988, art. 68 do ADCT; Decreto nº 4.887, de 2003; CF de 1988, artigos 225, 231 e 232. Lei nº 6.001, de 1973; Decreto nº 7.477, de 2012; Decreto nº 5.051, de 2004; Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 2007; Decreto nº 4.732, de 2003; Decreto nº 5.463, de 2005, Tratado de Assunção, Protocolo de Ouro Preto, Resolução 11/04 do GMC, Resolução 25/07 (Diretrizes para o Reconhecimento e Identificação da Agricultura Familiar no Mercosul), Decisão 45/08 do Conselho Mercado Comum do Mercosul, Resolução nº 11/04 do Grupo Mercado Comum do Mercosul (GMC), Decreto nº 7255, de 2010 (Regimento interno do MDA).Decreto nº 5.741, de 2006 (SUASA); Lei nº 12.873, de 2013, art. 65-c da Lei 8171/91. Lei nº 10.831, de 2003; Decreto nº 6.040, de 2007; Lei nº 11.284, de 2006; Decreto nº 6.063, de 2007; IN IBAMA nº 77, de 2005; Norma de Execução MMA nº 03, de 2007; IN MMA nº 06, de 2006; IN MMA nº 08, de 2004;; Inciso VIII do art. 23 da CF, de 1988; art. 3º da Lei nº 2.613, de 1955; e inciso V do art. 3º do Decreto nº 3.991, de 2001; Lei nº 10.683, de 2003, art. 3º; Decreto nº 4.339, de 2002; Decreto nº 2.519, de 1998; Lei nº 13.123, de 2015; Lei nº 10.711, de 2003; Decreto nº 5.813, de 2006; Lei nº 11.346, de 2006; Portaria interministerial MDA/MDS/MMA nº 239, de 2009; CF de 1988, art. 189; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; Portaria INCRA/P nº 981, de 2003; Instrução Normativa Incra nº 38, de 2007; CF de 1988, art. 68 do ADCT; Decreto nº 4.887, de 2003; Lei nº 13.123, DE 20 DE MAIO DE 2015. Decreto nº 7.794 de 2012 que Regulamenta a Política Nacional de Agroecologia e Produção orgânica (PNAPO); Decreto nº 7.492 de 2011 que Institui o Plano Brasil sem Miséria; Lei nº 12.512 de 2011 que institui o Programa de Fomento às atividades produtivas rurais, Portaria MDA nº 51 de 2007 que trata do cadastro de sementes crioula, Portaria Interministerial MDA/MAPA nº 02/2016.

Lei nº 10.696, de 2003; Lei nº 11.326, de 2006; Lei nº 12.512, de 2011; e Decreto nº 7.775, de 2012. Lei nº 6.001, de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53; Lei nº 12.188, de 2010; e Decreto nº 7.747, de 2012; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 8.666, de 1993, art. 24, inciso XXX; Lei nº 10.186, de 2001; Lei nº 10.186, de 2001, Lei nº 10.683, de 2003, art. 27, inciso I, alínea n; Decreto nº 3.991, de 2001, art. 3º; e Decreto nº 4.739, de 2003; Lei nº 11.326, de 2006; Portaria MDA nº 063, de 2004; Portaria MDA nº 25, de 2006. CF de 1988, art. 189; Lei nº 10.406, de 2002; Lei nº 11.340, de 2006; Decreto nº 5.390, de 2005; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; Portaria INCRA/P nº 981, de 2003. CF de 88; Lei nº 4.504, de 1964; Decreto nº 93.872, de 1986; Lei nº 8.629, de 1993; ; Decreto nº 7.215, de 2010; Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010, Portaria/INCRA/P/Nº 581, de 2010; Nota Técnica Conjunta/DD e DA/INCRA/Nº01, de 2011. Decreto nº 7.255, de 2010, Lei nº 12.897, de 2013, Decreto nº 8.252, de 2014. Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto 9699/2019. Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro 2020.

211C Reforma Agrária e Regularização Fundiária

Lei nº 4.504, de 1964; Lei nº 4.947, de 1966; Lei nº 5.868, de 1972; Lei nº 6.015, de 1973; Lei nº 6.383, de 1976; Lei nº 6.634, de 1979; Lei nº 8.666, de 1993 e alterações; Lei nº 9.784, de 1999; Lei nº 10.267, de 2001; Lei nº 11.952 de 2009; Lei 13.178 de 2015; Lei 13.465, de 2017; Decreto nº 59.428, de 1966; Decreto nº 72.106, de 1973; Decreto nº 85.064, de 1980; Decreto nº 89.817, de 1984; Decreto nº 4.449, de 2002; Decreto nº 5.570, de 2005; Decreto nº 6.666, de 2008;Decreto nº 6.992, de 2009, Decreto nº 7.341, de 2010; Decreto nº 9.309, de 2018; Decreto nº 9.311, de 2018; Decreto nº 10.253/, de 2020; Decreto nº 9.699, de 2019; e Lei nº 13.844, de 2019; IN 57 e Decreto-Lei nº 200/1967.

213F Funcionamento dos Terminais Pesqueiros Públicos de Propriedade e Administração da União

Decreto-Lei nº 221, de 1967; Decreto nº 5.231, de 2004; Lei nº 11.959, de 2009, Decreto nº 9.667, de 2019, Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019.

214W Modernização e Fortalecimento da Defesa Agropecuária

Lei nº 6.198, de 1974 e seu Decreto Regulamentador nº 6.296, de 2007; Decreto-Lei nº 467, de 1969; Lei nº 6.894, de 1980 e seu Decreto Regulamentador nº 4.954, de 2004; Lei nº 7.678, de 1988 e seu Decreto Regulamentador nº 8.198, de 2014; Lei nº 8.918, de 1994 e seu Decreto Regulamentador nº 6.871, de 2009; Lei nº 9.972, de 2000 e seu Decreto Regulamentador nº 6.268, de 2007; Lei nº 8.171, de 1991; Decreto-Lei nº 917, de 1969; Decreto n.º 5.121, de 2004; Lei nº 10.831, de 2003; Decreto nº 6.323, de 2007; Decreto 6.913, de 2009; IN SDA nº 17, de 2009; IN SDA nº 18, de 2009; IN SDA nº 19, de 2009; IN SDA nº 21, de 2011; Lei nº 4.716, de 1965; Lei nº 7.291, de 1984; Decreto nº 96.993, de 1988; Cap. V, art. 17, da Portaria nº 22, de 1995; Título II, Item 4, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1986; Título III, Item 5.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1987; Cap. II, Item 1, do Anexo à Portaria/SNAP nº 47, de 1987; e Título II, Item 4.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 09, de 1989; Lei 6.446, de 1977; Portaria MAPA nº 266, de 1987; Decreto nº 187, de 1991; Portaria SDA nº 19, de 1996; IN MAPA nº 2, de 2003; IN SDA nº 6, de 2003; IN SDA nº 48, de 2003; IN SDA nº 2, de 2004; INs SDA nºs, 53, 55, 56 e 57, de 2006; IN SDA nº 32, de 2007; IN SDA nº 35, de 2007; IN SDA nº 56, de 2007; e IN SDA nº 06, de 2008; Lei nº 1.283, de 1950; Lei nº 6.437, de 1977; Lei nº 7.889, de 1989; Lei nº 8.078, de 1990; Decreto nº 5.741, de 2006; Decreto nº 66.183, de 1970; Decreto nº 5.053, de 2004; IN SDA nº 13, de 2003; e Portaria MAPA nº 301, de 1996; Lei nº 10.711, de 2003; Decreto nº 5.153, de 2004; Lei nº 7.802, de 1989; Decreto nº 4.074, de 2002; Decreto nº 5.549, de 2005; Decreto nº 5.981, de 2006; Lei nº 8.974, de 1995; Lei nº 10.814, de 2003; Lei nº 10.688, de 2003; Decreto nº 4.680, de 2003; e Decreto nº 4.846, de 2003; Portaria/SNAP nº 47, de 1987; Instrução Normativa MAPA nº 17, de 2006; Arts. 27-A, inciso IV, 27-A, § 1º, inciso IV e 29-A, § 1º, da Lei nº 9.712, de 1998; Lei Nº 9.456, de 1997; Decreto Nº 2.366, de 1997; Lei nº 11.105, de 2005; Decreto Legislativo nº 70, de 2006; Decreto nº 6.476, de 2008; Decreto nº 2.519, de 1998; Lei nº 13.123, de 2015; Decreto nº 5.813, de 2006; Art. 2º; Decreto nº 8.236, de 2014; Cap. II, Item 1, do Anexo à Portaria/SNAP nº 47, de 1987; Título II, Item 4.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 09, de 1989; Título II, Item 4, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1986; Título III, Item 5.2, do Anexo à Portaria/SNAP nº 45, de 1987; Decreto Legislativo nº 28, de 1999; Decreto nº 3.109, de 2009; IN nº 8, de 1999; IN nº 35, de 2008, Portaria nº 503, de 1997; Portaria nº 7, de 2006; Portaria nº 38, de 2006; Decreto 7.024, de 2009; Instrução Normativa Interministerial MPA/MAPA 7, de 2012; Instrução Normativa MPA 03, de 2012; Instrução Normativa Interministerial MAPA/MAPA 32, de 2013; Instrução Normativa Interministerial MPA/MAPA 4, de 2014; Instrução Normativa MPA 21, de 2014; Instrução Normativa MPA 22, de 2014; Instrução Normativa MPA 23, de 2014;Instrução Normativa MPA 30, de 2014; Portaria MPA 19, de 2015; Instrução Normativa MPA 04, de 2015; Instrução Normativa MAPA nº 11, de 2015; IN SDA 37/2003; IN SDA 46/2008; IN SDA 06/2009; IN SDA 02/2004; Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017; Decreto Legislativo nº 147, de 2011; Acordo de Constituição, de 29 de julho de 2005, Buenos Aires, Argentina; Convênio de Constituição - Comitê Veterinário Permanente Del Cono Sur, abril de 2003. Lei nº 12.873, de 2013; Decreto nº 8.133, de 2013; Decreto nº 8.762, de 2016; Instrução Normativa nº 15, de 2018; Decreto nº 9.667, de 2019 e IN nº 13, de 2019.

214X Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, Bens e Materiais de Interesse Agropecuário

Lei nº 8.171, de 1991; Decreto nº 5.741, de 2006; Instrução Normativa MAPA nº 36, de 2006; Lei nº 1.283, de 1950; Lei nº 6.198, de 1974; Lei nº 7.889, de 1989; Lei nº 10.711, de 2003; Lei nº 11.105 de 2005; Lei nº 12.873, de 2013; Le nº 6.894, de 1980; Lei nº 6.934, de 1981; Lei nº 7.678, de 1988; Lei nº 7.802, de 1989; Lei nº 8.918, de 1994; Lei nº 9.456, de 1997; Lei nº 9.972, de 2000; Decreto nº 24.114, de 1934; Decreto 24.548, de 1934; Decreto nº 30.691, d 1952; Decreto nº 5.053, de 2004; Decreto nº 6.296, de 2007; Decreto-Lei nº 467, de 1969; Decreto nº 76.986, de 1976; Decreto nº 2.366, de 1997; Decreto nº 4.074, de 2002; Decreto nº 4.954, de 2004; Decreto nº 5.153, de 2004; Decreto nº 5.591, de 2005; Decreto nº 5.759, de 2006; Decreto nº 6.268, de 2007; Decreto nº 6.871, de 2009; Decreto nº 9.667, de 2019 (nova estrutura MAPA) e Decreto nº 8.198, de 2014.

214Y Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA

Lei nº 8.171, de 1991, modificada pela Lei nº 9.712, de 1998; Lei nº 10.298, de 2001 – regulamentada pelo Decreto nº 5.741, de 2006, alterado pelo Decreto nº 5.830, de 2006; Decreto nº 6.348, de 2008; Decreto nº 7.216, de 2010; Decreto nº 8.471, de 2015; Decreto nº 8.445, de 2015; Decreto nº 9.667, de 2019 (nova estrutura MAPA); Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019.

214Z Fomento à Tecnologia Agropecuária e aos Recursos Genéticos

Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 8.171, de 1991, art.4º, IX; Lei nº 10.973, de 2004; Decreto nº 5.563, de 2005; Decreto nº 6.259, de 2007; Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP); Decreto legislativo nº 70, de 2006; Decreto nº 6.476, de 2008; Decreto nº 2.519, de 1998; Lei nº 13.123, de 2015; Decreto nº 5.813, 2006 (Política Nacional de Plantas. Medicinas e Fitoterápicos); Decreto nº 7.794, de 2012 (PLANAPO); Lei nº 13.154, de 2015 (Cadastro Único de Tratores no MAPA) e Decreto nº 56.690, de 1965 (obrigatoriedade de ensaios para tratores e máquinas agrícolas).

215A Desenvolvimento das Cadeias Produtivas da Agropecuária

Constituição Federal de 1988, artigos nº 23, 187 e 225; Decreto nº 8.703, de 2016;INC MAPA/ANVISA nº 2/2018 Resolução CONMETRO nº 04, de 2002; Lei n.º 9.933, de 1999; Lei nº 12.545, de 2011; Portaria INMETRO nº 443, de 2011; Lei nº 10.683, de 2003; Portaria INMETRO nº 144, de 2002; Portaria MAPA nº 524, de 2011; Lei nº 9.605, de 1998; Instrução Normativa INPI nº 95, de 2018; Portaria MAPA nº 521, de 2018; Lei nº 8171, de 1991; Lei nº 12.187, de 2009; Lei nº 11.794, de 2008; Lei nº 10.519, de 2002; Lei nº 13.137, de 2015; Decreto nº 9.013, de 2017; Decreto nº 5.741, de 2006; Decreto nº 7.390, de 2010; Decreto nº 8.236, de 2014; Decreto nº 8.533, de 2015; Decreto nº 9.667, de 2019; Instrução Normativa nº 08, de 2017; Instrução Normativa MPA nº 27, de 2010; Instrução Normativa nº 46, de 2011; Instrução Normativa MAPA nº 13, de 2010; Instrução Normativa MAPA nº 56, de 2008; Instrução Normativa MAPA nº 03, de 2000; Instrução Normativa nº 76 e 77, de 2018; Lei nº 9.279, de 1996; Lei nº 1283, de 1950; Lei nº 13.680, de 2018; Decreto nº 9.810, de 2019; Lei nº 7.281, de 1984; e Decreto nº 96.993, de 1988.

2161 Produção e Divulgação de Informações Meteorológicas e Climatológicas

Decreto nº 7.672, de 1909; Art. 23, X, Lei nº 13.502, de 2017; Art. 38, Decreto nº 8.852, de 2016 e Regimento Interno do Instituto Nacional de Meteorologia (Portaria nº 522, de 05/04/2018). Decreto 9667/2019, Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto 9699/2019.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e Arts. 12, inciso XXV, e 18, inciso XV, e § 9º da LDO-2017; Orientação Normativa nº 10, de 2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Decreto 9667/2019.

2186 Assistência Técnica e Extensão Rural

Lei nº 6.001, de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53; Lei nº 12.188, de 2010; e Decreto nº 7.747, de 2012; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 8.666, de 1993, art. 24, inciso XXX; Lei nº 10.186, de 2001; Lei nº 10.186, de 2001, Lei nº 10.683, de 2003, art. 27, inciso I, alínea n; Decreto nº 3.991, de 2001, art. 3º; e Decreto nº 4.739, de 2003; Lei nº 11.326, de 2006; Portaria MDA nº 063, de 2004; Portaria MDA nº 25, de 2006. CF de 1988, art. 189; Lei nº 10.406, de 2002; Lei nº 11.340, de 2006; Decreto nº 5.390, de 2005; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; Portaria INCRA/P nº 981, de 2003. CF de 88; Lei nº 4.504, de 1964; Decreto nº 93.872, de 1986; Lei nº 8.629, de 1993; ; Decreto nº 7.215, de 2010; Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010, Portaria/INCRA/P/Nº 581, de 2010; Nota Técnica Conjunta/DD e DA/INCRA/Nº01, de 2011. Decreto nº 7.255, de 2010, Lei nº 12.897, de 2013, Decreto nº 8.252, de 2014.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

2187 Gestão e Operacionalização do Terra Brasil

Lei Complementar nº 93, Decreto 4.892, Decreto 6.672, Resolução CMN 4.177, Resolução CMN 4.632, Regulamento Operativo, Manual de operações, Contrato SAT-B8, Contrato SAT-BNB, Contrato SIC-BNB - Portaria SEAD 696, de 2017; CF de 1988, art. 215, § 5º do art. 216 e art. 68, do ADCT; Convenção nº 169 da OIT; Decreto nº 6.040, de 2007; Lei nº 4.132, de 1962; Decreto nº 4.887, de 2003; IN/Incrá nº 57, de 2009; NE/Incrá/Conjunta DF/DT nº 02, de 2010. Lei nº 4.504/1964; Lei nº 5.868, de 1972; Lei nº 6.015, de 1973; Decreto nº 7.206, de 1973; Lei nº 8.629, de 1993; Lei nº 10.267, de 2001; Decreto nº 4.449, de 2002; Decreto nº 5.570, de 2005. Decreto nº 6.992, de 2009; Lei nº 11.952, de 2009; Lei nº 4.947, de 1966; Decreto-Lei nº 57, de 1966; Decreto nº 59.428, de 1966; Lei nº 5.433, de 1968; Lei nº 5.709, de 1971; Decreto nº 72.106, de 1973; Decreto nº 74.965, de 1974; Lei nº 6.383, de 1976; Lei nº 6.634, de 1979; Lei nº 6.746, de 1979; Decreto nº 84.685, de 1980; Decreto nº 85.064, de 1980; Decreto-Lei nº 1.989, de 1982; Lei nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores; Lei nº 8.847, de 1994; Decreto nº 1.799, de 1996; Lei nº 9.784, de 1999; Decreto nº 89.817, de 1984; Decreto nº 6.666, de 2008; Decreto nº 7.341, de 2010; Decreto nº 9.667, de 2019, Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019.

2188 Desenvolvimento Sustentável da Bioeconomia

Decreto-Lei nº 1.110, de 1970; Contrato de Concessão GEF-FSP-002-BR; Recomendação COFIEIX nº 1.202, de 2010; Decreto nº 4.854, de 2003; Decreto nº 7.255, de 2010. Lei nº 11.326, de 2006; Lei nº 5.764, de 1971; Lei Complementar nº 101, de 2000; Lei nº 13.502, de 2017; Lei nº 12.249, de 2010, art. 104 a 109. Decreto nº 5.033, de 2004, artigo 8º, inciso I, X e XI; Portaria nº 63, de 2004, capítulo III, artigo 82, incisos VIII, IX e X; Lei nº 10.406, de 2002; Lei nº 11.340, de 2006; Decreto nº 5.390, de 2005; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; Portaria INCRÁ/P nº 981, de 2003; Instrução Normativa Incrá nº 38, de 2007; Decreto nº 4.887, de 2003; Constituição de 1988; Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007; Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973; Decreto nº 1.141, de 19 de maio de 1994; Decreto nº 3.799, de 19 de abril de 2001; Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004; Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, de 07 de setembro de 2007; Decreto nº 9.667, de 2019 , Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019. Decreto nº 10.253, de 20 de 20 de fevereiro 2020.

2189 Promoção e Fortalecimento da Comercialização e Acesso aos Mercados

Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 10.683, de 2003; Lei nº 13.249, de 2016; e Decreto nº 8.852, de 2016; Decreto nº 9.667, de 2019, Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.
Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:
1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

8425 Apoio ao Projeto Rondon

Lei nº 5.764, de 1971; Lei nº 7.231, de 1984; Decreto nº 90.393, de 1984; Decreto 9667/2019 , Lei nº 13.844, de 2019; Decreto 9699/2019 e Decreto nº 769, de 1993; Decreto Presidencial de 14 de janeiro de 2005, Portaria MAPA nº 121 de 2019, Lei nº 11.326/2006. Decreto de 14 de Janeiro de 2005 - Cria o Comitê de Orientação e Supervisão do Projeto Rondon e dá outras providências. Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa e altera o Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, o Decreto nº 8.905, de 17 de novembro de 2016, e o Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

8593 Apoio ao Desenvolvimento da Produção Agropecuária Sustentável

Decreto nº 10.253, de 2020 (nova estrutura MAPA); Decreto nº 5.578, de 2018 (consolida atos clima); e Portaria Interministerial MAPA e MDA nº 984, de 2013 (Plano ABC), Lei nº 9.279, de 1996 (Lei da Propriedade Industrial), Instrução Normativa INPI nº 95, de 2018 (Registro de IG), Lei nº 6.225, de 1975 - Planos de proteção ao solo e de combate à erosão; Decreto nº 94.076, de 1987 - Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas; Decreto nº 9.414, de 19 de Junho de 2018 - Programa Nacional de Levantamento e Interpretação de Solos do Brasil; Lei nº 8.171, de 1991 (Política Agrícola); Lei nº 9.479, de 1997 (Inveicultura); Lei nº 13.844, de 2019 (Organização básica da PR e Ministérios); Lei nº 12.187, de 2009 (Política Nac. Mudança Clima); Lei nº 12.805, de 2013 (Política Nac. ILPF); Decreto nº 9.667, de 2019 (nova estrutura MAPA); Decreto nº 9.578, de 2018 (consolida atos clima); e Portaria Interministerial MAPA e MDA nº 984, de 2013 (Plano ABC).

8606 Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico

Lei nº 10.831, de 2003; Decreto nº 6.323, de 2007; Decreto nº 6.913, de 2009; Decreto nº 7.794, de 2012; Instrução Normativa nº 17, de 2009; Instrução Normativa nº 46, de 2011; Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 2011; Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC nº 2, de 2011; Instrução Normativa nº 19, de 2009; Instrução Normativa nº 23, de 2011; Instrução Normativa nº 37, de 2011; Instrução Normativa nº 38, de 2011; Instrução Normativa Conjunta nº 18, de 2009; Instrução Normativa Interministerial nº 28, de 2011; Instrução Normativa Conjunta nº 2 SDA-SDC, de 2012; Instrução Normativa Conjunta nº 3 SDA-SDC, de 2012; Instrução Normativa nº 18, de 2014; Instrução Normativa nº 13, de 2015; Decreto nº 9.667, de 2019 (nova estrutura MAPA); Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019.

8622 Promoção do Cooperativismo e Associativismo para o Desenvolvimento Agropecuário

Lei nº 5.764, de 1971; Lei nº 7.231, de 1984; Decreto nº 90.393, de 1984; Decreto 9667/2019 , Lei nº 13.844, de 2019; Decreto 9699/2019 e Decreto nº 769, de 1993.

22106 Serviço Florestal Brasileiro - SFB

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003; Decreto nº 9.667/2019; e Lei nº 13.844/2019.

20WA Cadastro, Recomposição e Produção Florestal

Decreto nº 59.308, de 23 de setembro de 1966; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 9.605, de 1998, que dispõe sobre crimes ambientais; Lei nº 9.985, de 2000; Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000; Decreto nº 4.864, de 24 de outubro de 2003; Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006; Decreto nº 5.795, de 5 de junho de 2006; Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006; Decreto nº 6.063, de 2007; Decreto nº 6.514, de 2008; Decreto nº 7.167, de 5 de maio de 2010; Lei nº 12.651, de 2012; que dispõe sobre o novo Código Florestal, Decreto nº 7.830, de 2012 (CAR); Decreto nº 8.235, de 2014 (PRA) e IN MMA nº 2, de 2014 (SisCAR), Decreto nº 9.640, de 27 de dezembro de 2018; Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019.

20WB Pesquisa e Informações Florestais

Lei nº 12.651/12; Lei nº 6.938/81; Decreto nº 3.420/00; Lei nº 11.284/06; Decreto nº 6.101/07; Lei nº 13.493, de 17/10/2017; Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Lei nº 8.112/1990 (Arts. 60-A a 60-E); Lei nº 13.898/2019 - LDO 2020 (Art. 11, inciso XXV, e Art. 18, inciso XIV e § 8º); Orientação Normativa nº 10/2013, da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Decreto nº 9.667/2019.

22201 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

2000 Administração da Unidade

CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009.

210R Monitoramento de Conflitos Agrários e Pacificação no Campo

Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; Decreto nº 10.252, de 20 de fevereiro de 2020; Portaria Nº 531, de 23 de março de 2020.

210T Promoção da Educação do Campo

CF de 1988, arts. 205, 206 e 207; Lei nº 10.172, de 2001; Lei nº 9.394, de 1996; Decreto nº 5.154, de 2004; Decreto nº 7.352, de 2010, art. 11-18; Decreto nº 6.672, de 2008, art. 1º, § 1º; Lei nº 11.947 – Art.33, de 2009; Lei nº 12.695, de 2012; Lei nº 13.019, de 2014; Resoluções do Conselho Nacional de Educação relativas às normas para o Ensino Superior no Brasil e normas para os cursos Técnicos de Nível Médio e Graduação Tecnológica; Resolução CNE/CEB nº 01, de 2002; Resolução CNE/CEB nº 01, de 2006 e Resolução CNE/CEB nº 02, de 2008; Portaria Incrá nº 563, de 2015; Decreto nº 9.667, de 2019; Lei nº 13.844, de 2019; Decreto nº 9.699, de 2019 e IN/Incrá nº 84, de 2016.

210U Organização da Estrutura Fundiária

CF de 1988, art. 215, § 5º do art. 216 e art. 68, do ADCT; Convenção nº 169 da OIT; Dec. nº 6.040, de 2007; Lei nº 4.132, de 1962; Decreto nº 4.887, de 2003; IN/Incrá nº 57, de 2009; NE/Incrá/Conjunta DF/DT nº 02, de 2010. Lei nº 4.504, de 1964; Lei nº 5.868, de 1972; Lei nº 6.015, de 1973 art. 176, § 5º; Decreto nº 7.206, de 1973; Lei nº 8.629, de 1993; Lei nº 10.267, de 2001; Decreto nº 4.449, de 2002, art. 9º; Decreto nº 5.570, de 2005. Decreto nº 6.992, de 2009; Lei nº 11.952, de 2009; Lei nº 4.947, de 1966; Decreto-Lei nº 57, de 1966; Decreto nº 59.428, de 1966; Lei nº 5.433, de 1968; Lei nº 5.709, de 1971; Decreto nº 72.106, de 1973; Decreto nº 74.965, de 1974; Lei nº 6.383, de 1976 Lei nº 6.634, de 1979; Lei nº 6.746, de 1979; Decreto nº 84.685, de 1980; Decreto nº 85.064, de 1980; Decreto-Lei nº 1.989, de 1982; Lei nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores; Lei nº 8.847, de 1994; Decreto nº 1.799, de 1996; Lei nº 9.784, de 1999; Decreto nº 89.817, de 1984; Decreto nº 6.666, de 2008; Decreto nº 7.341, de 2010, Lei nº 11.952/09 e MP 759/16.

210Z Reconhecimento e Indenização de Territórios Quilombolas

Decreto-Lei nº 3.365, de 1941; Lei nº 4.132, de 1962; Art. 215, § 5º do art. 216 e art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988; Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho; Decreto nº 4.887, de 2003; Decreto nº 5.051, de 2004; Decreto nº 6.040, de 2007; Decreto nº 6.261, de 2007; IN/INCRÁ nº 57, de 2009; Lei nº 12.288, de 2010; NE/INCRÁ/Conjunta DF e DT nº 03, de 2010; NE/INCRÁ/Conjunta DF e DT nº 04, de 2011; IN/INCRÁ nº 72/2012; IN/INCRÁ nº 73/2012; Portaria Interministerial nº 210, de 13 de junho de 2014; Portaria INCRÁ nº 397, de 2014; Portaria INCRÁ nº 175, de 2016; Portaria INCRÁ Nº 495, de 2017; Decreto nº 9.667, de 2019, Lei nº 13.844, de 2019 e Decreto nº 9.699, de 2019; Decreto nº 10.252/2020; Portaria Incrá nº 531/2020; Portaria Interministerial nº 60/2015.

211A Consolidação de Assentamentos Rurais

CF de 1988; Lei nº 4.504, de 1964; Lei nº 5.954, de 1973; Lei nº 6.938, de 1981; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 8.629, de 1993; Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 9.636, de 1998; Lei nº 9.784, de 1999, Lei nº 10.279, de 2001; Lei nº 11.888, de 2008; Lei nº 12.249, de 2010; Lei nº 12.651, de 2012; Lei nº 13.001 de 2014; Lei nº 13.465/2017; Lei Complementar nº 76, de 1993; Lei Complementar nº 88, de 1996; Decreto-Lei nº 3.365, de 1941; Decreto nº 59.428, de 1966; Decreto nº 1.775, de 1996; Decreto nº 5.390, de 2005; Decreto nº 6.170, de 2007; Decreto nº 7.342, de 2010; Decreto nº 7.830 de 2012; Decreto nº 8.180, de 2013; Decreto nº 8.235 de 2014; Decreto nº 8.256 de 2014; Resolução CONAMA nº 429, de 2011; Resolução CONAMA nº 458, de 2013; Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 2008; Portaria Incrá nº 215, de 2006; Portaria Incrá nº 175 de 2016; Portaria Incrá nº 49, de 2017; NE Incrá nº 9 de 2001; NE Incrá nº 33, de 2003; NE Incrá nº 43, de 2005; NE Incrá nº 44 de 2005; NE Incrá nº 45, de 2005; NE Incrá nº 47, de 2005; NE Incrá nº 01, de 2006; NE Incrá nº 70, de 2008; NE Incrá nº 76, de 2008; NE Incrá nº 93, de 2010; NE Incrá nº 109, de 2013; NE Incrá nº 111, de 2014; NE Incrá nº 113, de 2014; IN Incrá nº 15, de 2004; IN Incrá nº 20, de 2005; IN Incrá nº 30, de 2006; IN Incrá nº 38, de 2007; IN Incrá nº 42, de 2007; IN Incrá nº 71, de 2012; IN MMA nº 02, de 2014; Nota Técnica/INCRÁ/DD nº 3 de 2014; Manual INCRÁ de Elaboração de Projetos de Recuperação de Recursos Naturais; e legislações ambientais estaduais complementares; e demais legislações que venham a ser publicadas.

211B Aquisição de Terras

Constituição Federal; Lei Complementar nº 76, de 1993; Lei nº 4.504, de 1964; Lei nº 8.629, de 1993; Lei nº 4.132, de 1962; Lei nº 6.830, de 1980; Decreto nº 433, de 1992; Decreto nº 9.311, de 2018; e Portaria Conjunta AGU/MDA nº 12, de 21 de maio de 2014.
; Decreto nº 10.252, de 2020; Portaria INCRÁ Nº 531, de 23 de março de 2020.

211C Reforma Agrária e Regularização Fundiária

Lei nº 4.504, de 1964; Lei nº 5.868, de 1972; Lei nº 6.015, de 1973; Lei nº 10.267, de 2001; Decreto nº 4.449, de 2002 Decreto nº 5.570, de 2005; Lei nº 4.947, de 1966; Decreto nº 59.428, de 1966; Decreto nº 72.106, de 1973; Lei nº 6.383, de 1976; Lei nº 6.634, de 1979; Decreto nº 85.064, de 1980; Lei nº 8.666, de 1993 e alterações; Lei nº 9.784, d 1999; Decreto nº 89.817, de 1984; Decreto nº 6.666, de 2008; Decreto nº 7.341, de 2010, Lei nº 11.952/09; Lei 13.465, de 2017; Portaria nº 486, de 2013 e Instrução Normativa Incrá nº 95, de 2018; Lei 13.178 de 2015; Decreto 9.309 de 2018 e; Decreto 9.311 de 2018; Instrução Normativa nº77/2013, Norma de Execução nº 47/2005, Norma de Execução nº 02/2018, norma de execução nº 107/2013, portaria nº 486/2013, manual SIGEF, 3ª edição, Manual técnico de posicionamento 1ª edição, Manual técnico de Limites e Confrontações 1ª edição, Manual para Gestão de Certificação 1ª edição e Regimento Interno do Comitê Nacional de Certificação.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.

219N Governança Fundiária e Gerenciamento do Cadastro Rural

Lei nº 4.504, de 1964; Decreto nº 55.891, de 1965; Lei nº 4.947, de 1966; Lei nº 5.174, de 1966; Decreto nº 59.428, d 1966; Decreto nº 59.566, de 1966; Decreto-Lei nº 57, de 1966; Lei nº 5.433, de 1968; Decreto nº 62.504, de 1968; Lei nº 5.709, de 1971; Lei nº 5.868, de 1972; Decreto nº 72.106, de 1973; Instrução Especial Incrá nº 5A, de 1973 ; Lei nº 6.015, de 1973; Decreto nº 74.965, de 1974; Lei nº 6.383, de 1976; Lei nº 6.634, de 1979; Lei nº 6.746, de 1979; Decreto nº 84.685, de 1980; Decreto nº 85.604, de 1980; Decreto-Lei nº 1.989, de 1982; Decreto nº 89.817, de 1984; Lei nº 8.629, de 1993; Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 8.847, de 1994; Lei nº 8.935, de 1994; Decreto nº 1.799, de 1996; Lei nº 9.784, de 1999; Lei nº 10.267, de 2001; Lei nº 10.406, de 2002; Decreto nº 4.449, de 2002; Decreto nº 5.570, d 2005; Instrução normativa nº 11, de 2003; Decreto nº 6.666, de 2008; Lei nº 11.952, de 2009; Decreto nº 7.341, de 2010; Instrução Normativa Conjunta Incrá/RFB nº 01, de 2012; Portaria/ Incrá nº 486, de 2013; Instrução Normativa Incrá nº 77, de 2013; Lei nº 13.001, de 2014; Portaria Interministerial nº 04, de 2014 ; Instrução Normativa Incrá nº 82, de 2015; Acordo de Cooperação Técnica Incrá/RFB, de 2015; Instrução Normativa Conjunta Incrá/RFB nº 1.581, de 2015; Lei nº 13.178, de 2015; Portaria Conjunta Incrá/RFB nº 620, de 2016; Instrução Normativa Conjunta Incrá/RFB nº 1, de 2016; Instrução Normativa Incrá nº 87, de 2017; Instrução Normativa Conjunta Incrá/RFB nº 1.724, de 2017; Lei nº 13.465, de 2017; Instrução Normativa Incrá nº 88, de 2017; Decreto nº 9.309, de 2018; e Decreto nº 9.311, de 2018.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2186	Assistência Técnica e Extensão Rural Lei n° 6.001, de 1973, artigo 2º, incisos III, IV, V, VI, VII e IX, e art. 53; Lei nº 12.188, de 2010; e Decreto nº 7.747, de 2012; Lei nº 8.171, de 1991; Lei nº 8.666, de 1993, art. 24, inciso XXX; Lei nº 10.186, de 2001; Lei nº 10.186, de 2001, Lei nº 10.683, de 2003, art. 27, inciso I, alínea n; Decreto nº 3.991, de 2001, art. 3º; e Decreto nº 4.739, de 2003; Lei nº 11.326, de 2006; Portaria MDA nº 063, de 2004; Portaria MDA nº 25, de 2006. CF de 1988, art. 189; Lei nº 10.406, de 2002; Lei nº 11.340, de 2006; Decreto nº 5.390, de 2005; Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher; Portaria INCRA/P nº 981, de 2003. CF de 88; Lei nº 4.504, de 1964; Decreto nº 93.872, de 1986; Lei nº 8.629, de 1993; ; Decreto nº 7.215, de 2010; Portaria Ministerial/MDA nº 35, de 2010, Portaria/INCRA/P/Nº 581, de 2010; Nota Técnica Conjunta/DD e DA/INCRA/Nº01, de 2011. Decreto nº 7.255, de 2010, Lei nº 12.897, de 2013, Decreto nº 8.252, de 2014.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
22202	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA
2000	Administração da Unidade Constituição Federal, de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 1967; e Lei nº 10.683, de 2003.
20Y6	Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para a Agropecuária Art. 2º da Lei nº 5.851, de 1972 (Lei de criação da Embrapa); capítulo IV da Lei nº 8.171, de 1991 (Lei da política agrícola); Lei nº 9.279, de 1996 (Propriedade Industrial); Lei nº 9.456, de 1997 (Lei de Proteção de Cultivares); Lei nº 10.973, de 2004 (Lei da Inovação Tecnológica).Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 (Marco Regulatório da Inovação). Decreto nº 9.283, de 2018 (Regulamentação da Lei de Inovação); Decreto nº 7.766, de 2012 (Estatuto da Embrapa); Decreto nº 8.701, de 2016 (Estrutura do MAPA) e Decreto nº 9.283, de 2018.
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 9.637, de 15/05/98; Decreto nº 2.405, de 26/11/1997; Decreto nº 4.078, de 9/01/2002; Decreto nº 4.077, de 9/01/2002; Decreto nº 3.605, de 20/09/2000; Decreto S/N, de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto S/N, de 02 de setembro de 2013 (Embrapil) ; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Contratos de Gestão a serem celebrados entre a União e as Organizações Sociais.
215C	Ampliação, Revitalização e Modernização da Infraestrutura Física das Unidades da Embrapa Lei nº 5.851, de 1972 (Lei de criação da Embrapa); Capítulo IV da Lei nº 8.171, de 1991 (Lei da política agrícola); Lei nº 9.279, de 1996 (Propriedade Industrial); Lei nº 9.456, de 1997 (Lei de Proteção de Cultivares); Lei nº 10.683, de 2003 (Organização da Presidência da República e dos Ministérios); Lei nº 10.973, de 2004 (Lei da Inovação Tecnológica); Decreto nº 5.563, de 2005 (Regulamentação da Lei de Inovação); Decreto nº 7.766, de 2012 (Aprova o Estatuto da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA); e Decreto nº 8.701, de 2016 (Estrutura do MAPA), Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016 (Marco Regulatório da Inovação), PPA 2020/2023.
8924	Transferência de Tecnologias para a Inovação para a Agropecuária Art. 2º da Lei nº 5.851, de 1972 (Criação da Embrapa); capítulo IV da Lei nº 8.171, de 1991 (Política Agrícola); Lei nº 9.279, de 1996 (Propriedade Industrial); Lei nº 9.456, de 1997 (Proteção de Cultivares); Lei nº 10.973, de 2004 (Inovação Tecnológica); Decreto nº 9.283, de 2018 (Regulamentação da Lei de Inovação Tecnológica); Decreto nº 7.766, de 2012 (Estatuto da Embrapa); Decreto nº 8.701, de 2016 (Estrutura do MAPA) e Decreto nº 9.283, de 2018.
22211	Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
2000	Administração da Unidade Constituição Federal, de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 1967;e Lei nº 10.683, de 2003.
2130	Formação de Estoques Públicos - AGF Lei nº 8.029, de 1990; Lei nº 8.171, de 1991; Decreto nº 4.514, de 2002; Decreto-Lei nº 79, de 1966; Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 2004 e Lei nº 13.303, de 2016.
22906	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
20Y8	Desenvolvimento da Cafeicultura Decreto-Lei nº 2.295, de 1986, Decreto nº 94.874, de 1987; Decreto nº 8.852, de 2016; e Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal. Decreto nº 9.667, de 2019.
24101	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - Administração Direta
008A	Contribuição à Academia Brasileira de Ciências - ABC Art. 218 da CF; Parágrafo 2º, Art. 12 da Lei nº4320/64
00F7	Contribuição à Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI Art. 218 da Constituição Federal; Art. 12, § 2º, da Lei no 4.320/1964.
00F8	Contribuição à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC Art. 218 da Constituição Federal; Art. 12, § 2o, da Lei no 4.320/1964.
00N9	Contribuição à Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - SOFTEX Art. 218 da CF; Parágrafo 2º, Art. 12 da Lei nº 4.320/64.
00O9	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
00R6	Encargos Decorrentes da Extinção de Entidades Vinculadas ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI Arts. 165 a 169 da Constituição Federal de 1988; Lei 4.320 de, de 17 de março de 1964; Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2001; Decreto nº 8.494, de 24 de julho de 2015; Decreto Nº 9.677, de 02 de janeiro de 2019; DECRETO N 8.868, DE 4 DE OUTUBRO DE 2016; Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997; DECRETO Nº 8.886, DE 24 DE OUTUBRO DE 2016; DECRETO Nº 8.866, DE 3 DE OUTUBRO DE 2016; DECRETO Nº 6.638, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2008; DECRETO-LEI Nº 509, DE 20 DE MARÇO DE 1969; DECRETO No 1.808, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1996; LEI Nº 5.792, DE 11 DE JULHO DE 1972; DECRETO Nº 76.805, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1975; LEI No 5.740, DE 1ª DE DEZEMBRO DE 1971; Decreto Nº 5.894, de 14 de setembro de 2006, e Decreto nº 5.436/2005, de 28 de abril de 2005 revogados pelo Decreto 8494/2015.
12EA	Reformas de Edificações do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações Lei 8.666/1993, Decreto 7.746/2012, Lei 13.341/2016, Decreto 8.877/2016, Decreto Distrital 21.361/2000.
13CL	Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) CF/88, art. 218 § 1º, 2º, 3º; Lei 9637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 2405 de 26/11/1997; e Contrato de Gestão entre a União e o CNPEM/OS. Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019
14XT	Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017; Decreto nº 2.405 de 26/11/1997; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Contratos de Gestão a serem celebrados entre a União e as Organizações Sociais: Contrato de Gestão do MCTIC com o CNPEM. Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019
154K	Construção da Infraestrutura do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA Constituição Federal, Art. 218; Lei nº 13.243, de 11/01/2016, Decreto nº 9.283, de 07/02/2018
15P6	Ampliação e Modernização da Infraestrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017, art. 27; Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 – Lei de Inovação; Decreto nº 5.563 de 11 de outubro de 2005, regulamenta Lei de Inovação; Portaria Interministerial MCT/MDIC nº 597, 06 de setembro de 2006 – prioridades da política industrial e tecnológica; Decreto Legislativo nº 2, de 1994 - Convenção da Diversidade Biológica; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002 - Política Nacional de Biodiversidade; Decreto nº 6.041, de 8 de fevereiro de 2007 - Política de Desenvolvimento da Biotecnologia.
2000	Administração da Unidade Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016 (Estrutura Regimental do MCTIC), revogado pelo Decreto nº 9677, de 2 de janeiro de 2019, e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
20GB	Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais - CEMADEN Artigo 218 da Constituição Federal, Decreto nº 8.877/2016, (Estrutura Regimento do MCTIC), da Portaria MCTIC n. 5.141/2016 (Regimento Interno do CEMADEN).

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

20UQ	Apoio a Projetos de Tecnologias Aplicadas, Tecnologias Sociais e Extensão Tecnológica Articulados às Políticas Públicas de Inovação e Desenvolvimento Sustentável do Brasil
PORTARIA Nº 199, do Ministério da Saúde, de 30 de janeiro de 2014 - Institui a Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras, aprova as Diretrizes para Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e institui incentivos financeiros de custeio.	
PORTARIA MEC nº 389/2017 - Dispõe sobre mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu.	
RESOLUÇÃO CNE/CES nº 07/2017 - Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu.	
PORTARIA Nº 60, DE 20 DE MARÇO DE 2019 - Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.	
PORTARIA CAPES nº 214/2017 - Dispõe sobre formas associativas de programas de pós-graduação stricto sensu Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016- 2022) Plano Nacional de Educação (PNE/MEC), aprovado pela Lei nº 13.005/2014.	
Lei nº 13.249/2016 - Programa 2080 - Educação de Qualidade para Todos.	
Lei nº 12.305/10 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.	
Decreto nº 7.404/10 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos.	
Lei Nº 12.375/10 Art. 5º e Art. 6º Institui crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI na aquisição de resíduos sólidos utilizados como matérias-primas ou produtos intermediários na fabricação de seus produtos de cooperativas.	
Lei 11.445/07 - Dispensa de licitação na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis	
Decreto nº 7.404/2010 – regulamenta a PNRS.	
Resolução CONAMA nº 401 – estabelece limite máximo de chumbo, cádmio e mercúrio – gerenciamento de pilhas e baterias.	
Internacionais – Convenção da Basileia, WEEE e RoHS.	
Lei nº 11.445/2007 Lei de Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico (LDNSB). Decreto nº 7.217/10 – Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico. Lei nº 9.433/1997, que institui a política nacional de recursos hídricos. Portaria MCTIC nº 888/2019 - Institui o Programa de Apresentação de Unidades de Dessalinização e Purificação de Águas Salobras e Salinas para Teste e Análise de Desempenho.	
DECRETO Nº 3.298 DE 20 DE DEZEMBRO 1999.	
DECRETO Nº 5.296 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2004.	
DECRETO Nº 7.612, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.	
PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 362, de 24 de outubro de 2012.	
LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015, Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	
Projeto de Lei 3329/15.	
20US	Fomento a Projetos, Programas e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)
Art. 218 da CF	
20UV	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia do Mar, Oceanos e Clima
Art. 218, CF; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974; Decreto nº 3.939, de 26 de setembro de 2001, revogado pelo Decreto nº 9858/2019; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003; Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005; Lei 13.243, de 11 de abril de 2016	
20V6	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Voltados à Inovação, a Tecnologias Digitais e ao Processo Produtivo
Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988 com a emenda nº 85 de fevereiro de 2015; Decreto 9689/2019; Decreto nº 5.906/2006; Decreto nº 6.233/2007; Decreto nº 6.259/2007; Decreto nº 7.389/2010; Decreto nº 7.657/2011, revogado pelo Decreto nº 10.179/2019; Decreto nº 8.234/2014; Decreto nº 8.872/2016, revogado pelo Decreto nº 9660/2019; Decreto nº 8.877/2016, revogado pelo Decreto nº 9677/2019; Decreto nº 9.689/ de 23 de janeiro de 2019; Decreto-Lei nº 227/1967; Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia; Lei Complementar nº 123/2006; Lei nº 10.848/2004; Lei nº 10.176/2001; Lei nº 10.973/2004; Lei nº 11.077/2004; Lei nº 11.097/2005; Lei nº 11.196/2005; Lei nº 11.484/2007; Lei nº 11.487/2007; Lei nº 11.774/2008; Lei nº 11.921/2009; Lei nº 12.351/2010; Lei nº 12.715/2012; Lei nº 12.734/2012; Lei nº 12.965/2014; Lei nº 13.033/2014; Lei nº 8.248/1991; Lei nº 8.387/1991; Lei nº 9.478/1997; Plano Decenal de Expansão de Energia 2023; Plano Nacional de Eficiência Energética; Plano Nacional de Energia 2030; Plano Nacional de Mineração 2030; Portaria MCT nº 139/2009; Portaria MCT nº 731/2020; Portaria MCT nº 757/2006; Portaria MCTI nº 1.059/2013; Portaria MCTI nº 245/2012; Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel; e Decreto nº 8.877/2016; e Lei nº 13.023/2014.	
20V7	Pesquisa, Desenvolvimento Científico, Difusão do Conhecimento e Popularização da Ciência nas Unidades de Pesquisa do MCTI
Art.218 da Constituição Federal, MP 2.216/37/01, Lei 10.973 de 02/12/2004, Lei 13.243 de 11/01/2016, Decreto N.º 9.283 de 07/02/2018. Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019.	
20V9	Monitoramento da Cobertura da Terra e do Risco de Queimadas e Incêndios Florestais (INPE)
Art. 218, CF; MP nº 2.216-37/01; Decreto PPCerrado de 15/09/2010.	

20VA	Apoio a Estudos e Projetos de Pesquisas e Desenvolvimento Relacionados à Mudança do Clima
• Art. 218 da Constituição Federal. • Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. • Lei nº 12.187/2009, que estabelece em lei federal as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. • Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016. • Decreto nº 10.145, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (Governança do Clima). • Decreto nº 9.677/2019 e Decreto nº 9.689/2019. • Decreto nº 9.172/2017 que institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões (SIRENE) como instrumento oficial para disponibilização dos resultados de emissões de gases de efeito estufa (GEE). • Decreto nº 9.073, de 5 de junho de 2017, que promulga o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, celebrado em Paris, em 12 de dezembro de 2015, e firmado em Nova Iorque, em 22 de abril de 2016. • Decreto Legislativo nº 140/2016, que aprovou o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. • Decreto nº 2652 de 01 de julho de 1998, que promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. • Portaria MCTIC nº 7.217/2019, que Institui a estrutura de governança do ImpactaClima - Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças Climáticas. • Portaria MCTIC nº 217/2019. • Portaria MCT nº 728, de 20 de novembro de 2007, que institui a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede CLIMA.	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto nº 9.190 de 01/11/2017, Decreto nº 2.405 de 26/11/1997 (CNPEM); Decreto nº 4.078 de 9/01/2002 (CGEE); Decreto nº 4.077 de 9/01/2002 (RNP); Decreto nº 3.605 de 20/09/2000 (IMPA); Decreto S/N de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto S/N de 02 de setembro de 2013 (Embrapii); Portaria MCTI nº 967/2011 e alterações; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais. Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019	
215L	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento Científico em Áreas Estratégicas
Art. 218 da Constituição Federal; Decreto n.º 9.677, de 02/01/2019, Art. 18; Portaria nº 217, 25/01/2019, Regimento Interno, Anexo VIII, Portaria MCTI nº 2860/2019 – cria a Unidade Gestora da SEFAE.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
216V	Fomento à Infraestrutura de Laboratórios Nacionais
Art. 218, CF; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Decreto nº 74.557, de 12 de setembro de 1974; Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001, que revoga o Dec. nº 74557; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003; Decreto nº 5.377, de 23 de fevereiro de 2005; Lei 13.243, de 11 de abril de 2016	
216W	Pesquisa, Desenvolvimento e Supercomputação para Previsão de Tempo e Clima
Lei nº 12.187/2009, que estabelece em lei federal as metas da Política Nacional sobre Mudança do Clima, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Portaria MCT nº 728, de 20 de novembro de 2007, que institui a Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas Globais – Rede CLIMA. Decreto nº 2652 de 01.07.1998; Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Portaria Ministeria MCTIC nº 3017, de 12/06/2018, publicada no DOU de 14/06/2018 (nº 113, Seção 1, pág. 65), que estabelece nova metodologia e rotina operacional para elaboração das Previsões Climáticas Sazonais.	
217J	Gestão de Órgãos Colegiados Vinculados ao MCTI
Lei Nº 9.257, de 9 de janeiro de 1996, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia; Constituição Federal - Art. 218. Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 (principalmente o Capítulo III – Da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio); Lei 11.794, de 2008 que regulamenta o inc. VII do parágrafo 1o do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais.	
21AC	Encomendas Tecnológicas e Fomento a Tecnologias Aplicadas em Setores Estratégicos
Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016, regulamentada pelo Decreto 9.283 de 7 de fevereiro de 2018; Decreto 8.269 de 25 de junho de 2014	
21AD	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Unidades de Pesquisa do MCTI
Art.218 da Constituição Federal, MP 2.216/37/01, Lei 10.973 de 02/12/2004, Lei 13.243 de 11/01/2016, Decreto N.º 9.283 de 07/02/2018. Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019	
2495	Controle de Bens Sensíveis
Lei 9112, de 18.10.1995; Portaria MCTI n.º 753, de 3.10.2006; Portaria MCTI n.º 436, de 14.06.2012.	
4210	Formulação e Gestão da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovações
art. 218, CF; MP nº 2.216/37/01; Decreto nº 7.462/11; Decreto nº 5.820/06, alterado pelo Decreto nº 8.061/2013 e Decreto nº 5.151/2004.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Medida Provisória 960, de 10 de junho de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
6147	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação
Lei Nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei Nº 7.781, de 27 de junho de 1989. DECRETO Nº 8.877, DE 18 DE OUTUBRC DE 2016, PORTARIA Nº 5.184, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
6702	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Pesquisa e Desenvolvimento Art. 218 da Constituição Federal; Decreto nº 8.877/2016, (Estrutura Regimento do MCTIC), de 18 de outubro de 2016, revogado pelo Decreto nº 9677/2019; Anexo “V” da Portaria MCTIC n. 5.184/2016 e Portaria MCTI nº 1.059/2013 – cria a Unidade Gestora da SEPED. Decreto 9689 de 23 de janeiro de 2019
24201	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
00LV	Formação, Capacitação e Fixação de Recursos Humanos Qualificados para a Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 9.283/2018 e Decreto nº 8.866/2016
00RL	Formação e Expansão da Capacitação de Pessoal Qualificado em Atividades de Pesquisa Tecnológica, Empreendedorismo e Inovação Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 9.283/2018 e Decreto nº 8.866/2016
2000	Administração da Unidade Lei nº 1310 de 15/01/1951.
20US	Fomento a Projetos, Programas e Redes de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) Art. 23, inciso V e Art. 218 da Constituição Federal, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 9.283/2018 e Decreto nº 8.866/2016
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
6147	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Lei Nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei Nº 7.781, de 27 de junho de 1989. DECRETO Nº 8.877, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016, PORTARIA Nº 5.184, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016. Decreto nº 8.866/2016
6702	Apoio a Projetos e Eventos de Educação, Divulgação e Popularização da Pesquisa e Desenvolvimento LEI Nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016. Decreto nº 8.866/2016
24204	Comissão Nacional de Energia Nuclear
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
12P1	Implantação do Reator Multipropósito Brasileiro Lei 4.118 de 27/08/62 que dispõe sobre a criação da CNEN e Lei 7.781 de 27/06/89 que dá nova redação.
13CM	Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível - RBMN Lei nº 4.118 de 27/08/62 que dispõe sobre a criação da CNEN e Lei nº 7.781 de 27/06/89 que dá nova redação. Art. 13 da Lei 10.308 de 20 de novembro de 2001 estabelece que cabe à CNEN a administração e a operação de depósitos intermediários e finais, e seu Art. 2º especifica que a União, através da CNEN, é responsável pelo destino final dos rejeitos radioativos produzidos em território nacional
13CN	Implantação do Laboratório de Fusão Nuclear LLei nº 4.118 de 27/08/62 que dispõe sobre a criação da CNEN e Lei nº 7.781 de 27/06/89 que dá nova redação.
2000	Administração da Unidade Decreto 2.794/98, revogado sucessivamente pelos Decretos 5707, de 23/02/2006, e 9991/2019.
20UW	Segurança Nuclear, Controle de Material Nuclear e Proteção Física de Instalações Nucleares e Radiativas Lei nº 4.118 de 27/08/62 que dispõe sobre a criação da CNEN e Lei nº 7.781 de 27/06/89 que dá nova redação
20UX	Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia Nucleares Lei nº 4.118 de 27/08/62 que dispõe sobre a criação da CNEN e Lei nº 7.781 de 27/06/89 que dá nova redação Item c do inciso IV do Art. 2º da Lei nº 6.189 de 16 de dezembro de 1974, com a redação dada pela Lei nº 7.781 de 1989. .
215N	Prestação de Serviços Tecnológicos Em conformidade com o inciso VII do Art. 2º da Lei nº 6.189 de 16 de dezembro de 1974, com a redação dada pela Lei nº 7.781 de 1989, que atribui à CNEN prestar serviços no campo dos usos pacíficos da energia nuclear.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
218E	Armazenamento de Rejeitos Radiativos e Proteção Radiológica Lei nº 10.308 de 20 de novembro de 2001.
2478	Produção e Fornecimento de Radiofármacos no País As atividades de produção e fornecimento de radiofármacos são realizadas em conformidade com o inciso XVI do Art. 2º da Lei nº 6.189 de 16 de dezembro de 1974, com a redação dada pela Lei nº 7.781 de 1989, que atribui à CNEN produzir radioisótopos, substâncias radioativas e subprodutos nucleares, e exercer o respectivo comércio.
2B32	Formação Especializada para o Setor Nuclear Item b do inciso IV do Art. 2º da Lei nº 6.189 de 16 de dezembro de 1974, com a redação dada pela Lei nº 7.781 de 1989
6147	Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação Lei Nº 4.118, de 27 de agosto de 1962; Lei Nº 7.781, de 27 de junho de 1989. DECRETO Nº 8.877, DE 18 DE OUTUBRO DE 2016, PORTARIA Nº 5.184, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2016.
24205	Agência Espacial Brasileira
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
154L	Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC Art. 218 CF – Conforme previsto neste artigo, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Na área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Atividades Espaciais, formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Atividades Espaciais, criado pelo Decreto nº 1.953/96. O Decreto nº 7.769/2012 determinou a implementação da gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geostacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, prevendo em seu art. 10 o plano de absorção e transferência de tecnologia.
2000	Administração da Unidade Lei nº 8.854, de 10 de FEVEREIRO de 1984.
20VB	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação de Capital Humano para o Setor Espacial O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere a área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94 que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e dá outras providências.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21AG	Desenvolvimento de Sistemas Espaciais O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere a área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.
21AH	Governança e Regulação de Atividades Espaciais O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Na área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.
21AI	Infraestrutura e Aplicações Espaciais O art. 218 da CF/88 define que, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. No que se refere a área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação orçamentária está em conformidade com as competências expressas no art. 3 da lei nº 8.854/94.
7F40	Implantação do Centro Espacial de Alcântara - CEA Art. 218 CF – Conforme previsto neste artigo, cabe ao Estado promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Na área espacial a Agência Espacial Brasileira (AEB), criada pela Lei nº 8.854/94, tem o papel de zelar pelo cumprimento da Política Nacional de Atividades Espaciais, formalizada pelo Decreto nº 1.332/94, sendo a AEB o órgão central do Sistema Nacional de Atividades Espaciais, criado pelo Decreto nº 1.953/96. A ação está em conformidade com o art. 3 da lei nº 8.854/94 que cria, com natureza civil, a Agência Espacial Brasileira (AEB) e dá outras providências. O art. 3 define que a AEB compete: IX - estimular a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas atividades de interesse da área espacial; X - estimular o acesso das entidades nacionais aos conhecimentos obtidos no desenvolvimento das atividades espaciais, visando ao seu aprimoramento tecnológico; XI - articular a utilização conjunta de instalações técnicas espaciais, visando à integração dos meios disponíveis e à racionalização de recursos; XII - identificar as possibilidades comerciais de utilização das tecnologias e aplicações espaciais, visando a estimular iniciativas empresariais na prestação de serviços e produção de bens; XIII - estabelecer normas e expedir licenças e autorizações relativas às atividades espaciais; XIV - aplicar as normas de qualidade e produtividade nas atividades espaciais. A ação está alinhada com o ANEXO I da Lei 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. O ANEXO I no Programa Temático 2056 (Política Espacial) descreve que o objetivo 0397 é prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial), e também, descreve no objetivo 1108 sendo como a promoção do conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial).
24209	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada - S.A. - CEITEC
6432	Pesquisa, Desenvolvimento, Fabricação e Comercialização de Componentes Semicondutores Constituição Federal de 1988, artigos 218 e 219; Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007; Lei nº 11.759, de 31 de julho de 2008; Decreto nº 6.638, de 7 de novembro de 2008; Lei nº 12.745, de 19 de dezembro de 2012; Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.
24901	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
0741	Equalização de Taxa de Juros em Financiamento à Inovação Tecnológica (Lei nº 10.332, de 2001) Art. 218 da Constituição Federal; Decreto-lei nº 719/69; Leis nº 8.172/91 e nº 10.332/01; Decreto nº 4.195/02 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.
0745	Investimento em Empresas Inovadoras Art. 218 da Constituição Federal; Decreto-lei nº 719/69; Leis nº 8.172/91 e nº 10.332/01; Decreto nº 4.195/02 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.
0A29	Subvenção Econômica a Projetos de Desenvolvimento Tecnológico (Lei nº 10.973, de 2004) Parágrafo 5º do art. 19 da Lei nº 10.973, de 2/12/2004; Decreto nº 9.283, de 07/02/2018 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.
2095	Fomento a Projetos de Implantação, Recuperação e Modernização da Infraestrutura de Pesquisa das Instituições Públicas (CT-Infra) Art. 218 da Constituição Federal; Decreto-Lei nº 719/1969; Decreto nº 3.807/2001; Leis nº 8.172/1991, 10.197/2001 e 11.540/2007.
2014	Fomento a Pesquisa e Desenvolvimento em Áreas Básicas e Estratégicas Lei nº 11.540, art. 14
2113	Fomento à Pesquisa e à Inovação Tecnológica (CT-Verde Amarelo) Lei nº 10.168, de 29/12/2000; Lei nº 10.332 de 19/12/2001; Decreto nº 4.195, de 11/04/2002 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.
2119	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Mineral (CT-Mineral) Lei nº 9.993 de 24/07/2000, regulamentado pelo Decreto nº 3.866, de 16/07/2001; Lei nº 11.540, de 12/11/2007. Lei nº 13.540, de 18/12/2017.
2189	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Energia Elétrica (CT-Energ) Lei nº 9.991 de 24/07/2000 e Decreto nº 3.867, de 16/07/2001; e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.
2191	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transportes Terrestres e Hidroviários (CT-Transporte) Lei nº 9.992 de 24/07/2000; Decreto nº 4.324 de 06/08/2002; Portaria MCT nº 667, de 18/10/2002; e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.
2223	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Recursos Hídricos (CT-Hidro) Lei nº 9.993/2000; Decreto nº 3.874/2001 e Lei nº 11.540 de 12/11/2007.
2357	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Espacial (CT-Espacial) Lei nº 9.994 de 24/07/2000; Decreto nº 3.915 de 12/09/2001.
2997	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Saúde (CT-Saúde) Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 10.332 de 19/12/2001; Decreto nº 4.143 de 25/02/2002 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.
4031	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Biotecnologia (CT-Biotecnologia) Lei nº 10.332 de 19/12/2001; Decreto nº 4.154 de 07/03/2002 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.
4043	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Agronegócio (CT-Agronegócio) Lei nº 10.332 de 19/12/2001; Decreto nº 4.157 de 12/03/2002 ; e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.
4053	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor Aeronáutico (CT-Aeronáutico) Lei nº 10.332 de 19/12/2001; Decreto nº 4.179 de 02/04/2002 ; e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.
4148	Apoio a Entidades para Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos art. 218, CF; Decreto-Lei nº 719/69 ee Lei nº 11.540, de 12/11/2007
4156	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Petróleo e Gás Natural (CT-Petro) Art. 218 da Constituição Federal e Lei nº 11.540, de 12/11/2007. Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997. Lei nº 11.921, de 13 de abril de 2009. Decreto nº 7.403, de 23 de dezembro de 2010.
4185	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Tecnologia da Informação (CT-Info) Lei nº 10.176 de 11/01/2001; Lei nº 11.540, de 12/11/2007; Lei nº 11.077, de 30/12/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.906, de 26/09/2006, com os procedimentos e ações estabelecidos pela Portaria Ministerial nº 344, de 24/05/2011; Decreto nº 5.906, de 26/09/2006.
4947	Fomento a Projetos Institucionais de Ciência e Tecnologia Decreto Lei nº 719/69 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007
4949	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa na Região Amazônica (CT-Amazônia) Leis nº 8.387/91, e nº 10.176/01; Decreto-Lei nº 288/67 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007. Lei Nº 11.077/04 (Altera a Lei n o 8.248, de 23 de outubro de 1991, a Lei n o 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e a Lei n o 10.176, de 11 de janeiro de 2001, dispondo sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação e dá outras providências); e - Decreto N°. 6.008/06 (Regulamenta o § 6o do art. 7o do Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967, o art. 2o da Lei no 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e o art. 4o da Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004, que tratam do benefício fiscal concedido às empresas que produzam bens de informática na Zona Franca de Manaus que investirem em atividades de pesquisa e desenvolvimento na Amazônia, e dá outras providências)
8563	Fomento a Projetos Institucionais para Pesquisa no Setor de Transporte Aquaviário e de Construção Naval (CT-Aquaviário) Lei nº 10.893 de 13/07/2004; Decreto nº 5.252 de 22/10/2004 e Lei nº 11.540, de 12/11/2007.
25101	Ministério da Economia - Administração Direta
00IO	Inventariação do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND (Extinto pela Lei nº 12.431, de 2011) Lei nº 12.431, de 2011; e Decreto nº 9.052, de 15 de maio de 2017.
00N2	Cumprimento de Sentença Judicial - Instituto Aerus de Seguridade Social - Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400 Decisão Judicial no Processo nº 0010295-77.2004.4.01.3400.
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados Ofício n 7180/2017-MP, de 7 de fevereiro de 2017; Carta Convide da OCDE, de 12 de setembro de 2016; Decreto n. 9.745, de 8 de abril de 2019.
00QF	Integralização de Cotas em Fundo de Apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017; Decreto nº 9.217, de 4 de dezembro 2017; e Decreto nº 10.218, de 30 de janeiro de 2020.
00RO	Pagamento de acordo homologado em juízo - Serviço Federal de Processamento de Dados - Ação Trabalhista 204700-25.1989.5.02.0039 Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Art. 842 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Acordo homologado em juízo na Ação Trabalhista 204700-25.1989.5.02.0039.
00RR	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Reestruturação da Participação do Estado no Setor Econômico Lei nº 9.491, de 09 setembro de 1997, Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018 e Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019.
0556	Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019; Decretos Lei nºs 6.693, de 14 de julho de 1944, o qual autoriza a criação da FGV e 9.486, de 18 de julho de 1946, o qual autoriza a consignar, no orçamento federal, dotação para realizar transferência financeira para a FGV
10M8	Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Pessoas - SIGEPE.gov Lei nº 13.844/2019, Decreto nº 9.745/2019, Decreto - Lei Nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, Decreto Nº 67.326, de 05 de outubro de 1970.
1151	Assistência Técnica para Gestão dos Projetos de Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Artigo 64 da Lei complementar no 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); Resoluções do Senado Federal no 64, de 1999; no 17, de 2001; no 43, de 2001 ; e no 03, de 2002; Portarias do Ministério da Fazenda no 222, de 27/08/98 e no 213, de 02/09/2003; Contrato de Empréstimo BID no 1194/OC-BR, assinado em 18/05/01; Contrato de Empréstimo BID no 2248/OC-BR, assinado em 29/12/2009. Contrato de Empréstimo BID nº 3391/OC-BR, assinado em 28/12/2017 e a Portaria SGE/SE/MF nº 001, de 01/03/2018 que aprovou o Regulamento Operacional dc Programa. Decreto no 9.745/2019.
152W	Adequação e Modernização dos Imóveis de Uso Especial da Administração Pública Federal Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019.
15EW	Implantação de Sistemas Integrados de Registro e Serviços para Empresa e Artesanato Constituição Federal (art 170 e 179) Lei Complementar nº 147/2014 Lei Complementar nº 123/2006 Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019 Lei nº 11.598/2007 Lei nº 10.406/2002 Lei nº 8.934/1994 Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019 Decreto nº 8.538/2015 Decreto 1.800/1996 Instrução Normativa (IN) 01/2013 Instrução Normativa (IN) 16/2013 Instrução Normativa (IN) 66/2019 Instrução Normativa SGD/ME n° 202, de 18 setembro de 2019 Instrução Normativa (IN) 57/2019 Instrução Normativa (IN) 62/2019 Resolução CGSIM N° 51, de 11 de Junho de 2019.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

150P	Estruturação do Governo Digital
Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017; Lei 13.460, de 26 de junho de 2017; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; Lei nº 13.853/2019; Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011; Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016; Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016; Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016; Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017; Decreto nº 9.319 de 21 de março de 2018; Decreto nº 9.584, de 26 de novembro de 2018; Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Decreto nº 9.723, de 11 de março de 2019; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019; Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019; Decreto nº 9.787, de 8 de maio de 2019; Decreto nº 9.854, de 25 de junho de 2019; Decreto nº 9.903, de 8 de julho de 2019; Decreto nº 9.927, DE 22 DE JULHO DE 2019; Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019; Decreto nº 10.230, de 2020 - Altera o Decreto nº 7.579; Portaria/MP nº 58, de 23 de dezembro de 2016; Portaria nº 92 de 24 de dezembro de 2014; Portaria SLTI/MP nº 3, de 7 de maio de 2007; e Portaria nº 107, de 2 de maio de 2018; Portaria Conjunta nº 6, de 14 de março de 2019; Portaria GM/ME nº 103, de 21 de março de 2019; Portaria Interministerial nº 319, de 26 de junho de 2019; Portaria nº 1, de 4 de abril de 2019; Portaria nº 23, de 4 de abril de 2019; Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019; Portaria SLTI/MP nº 8, de 12 de agosto de 2009; Portaria GM/MP nº 424, de 7 de dezembro de 2017; Portaria SETIC/MP nº 6.432, de 11 de julho de 2018; Portaria SGD/ME Nº 3, de 27 de junho de 2019; Portaria nº 277, DE 6 DE JUNHO DE 2019; Portaria nº 39, de 9 de julho de 2019; e Portaria nº 23, de 4 de abril de 2019.	
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; e Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019. Lei 8.112/1990; Lei n.º 11.788/2008 (previsão de pagamento de bolsa estágio e auxílio-transporte aos estudantes) e Decreto n.º 4.004/2001 (ajuda de custo com deslocamento de domicílio).	
2022	Análise de Processos contra Práticas Desleais e Ilegais
Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995; Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014; Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013; Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995; Decreto nº 1.488, de 11 de maio de 1995; Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996; Decreto nº 2.667, de 10 de julho de 1998; Decreto nº 9.107, de 26 de julho de 2017; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019; Portaria SECEX nº 13, de 29 de janeiro de 2020.	
2031	Serviços de Registro e Legalização de Empresas
Lei nº 8.934/1994; Lei nº 10.406/2002; Lei nº 11.598/2007; Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019; Lei Complementar nº 123/2006; Lei Complementar nº 147/2014; Decreto 1.800/1996; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019; Instrução Normativa (IN) 01/2013; Instrução Normativa (IN) 16/2013; Instrução Normativa (IN) 17/2013; Instrução Normativa (IN) 66/2019; Instrução Normativa SGD/ME nº 202, de 18 setembro de 2019; Instrução Normativa (IN) 57/2019; Instrução Normativa (IN) 59/2019; Instrução Normativa (IN) 62/2019; e Resolução CGSIM Nº 51, de 11 de Junho de 2019.	
20QN	Gestão de Assuntos Internacionais
Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019	
20TT	Promoção do Desenvolvimento do Setor de Comércio e Serviços
Decreto nº 9.745/2019	
20TU	Manutenção, Desenvolvimento e Modernização de Sistemas Informatizados de Comércio Exterior
Lei nº 12.546/2011, arts. 25 a 27; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019; Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992; Portaria Conjunta RFB/SCS nº 1908/2012; Portaria Conjunta nº 2.066 de 21 de dezembro de 2018, RFB/SCS; Acordo de Cooperação Técnica MDIC/MF nº 32/2017; Portaria MDIC nº 113/2012; Instrução Normativa RFB nº 1277/2012.	
20U0	Gestão e Aprimoramento do Planejamento
Constituição Federal de 1988 arts. 3º, 21, incisos IX e XV; 22, inciso XVIII; e 165, § 1º; Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016; Lei 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019.	

20U1	Aperfeiçoamento da Gestão Pública
Lei nº 7.834, de 6 de outubro de 1989 (EPPGGS); Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Licitações e contratos); Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998 (ACES); Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998 (OSs); Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007 (AIEs e EISs); Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - MROSC; Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 (Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública); Lei nº 13.934, de 11 de dezembro de 2019 (Contrato de desempenho); Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 (Convênios); Decreto nº 8.726, de 26 de abril de 2016 (MROSC); Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017 (Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública); Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017 (OSs); Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017 (Governança pública); Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018 (Direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública); Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Contratação indireta); Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019 (SIORG); Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019; Decreto nº 9.764, de 11 de abril de 2019 (Recebimento de doações pela APF); Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Contratação indireta); Decreto nº 10.024, de 20 de Setembro de 2019 (Pregão eletrônico); Decreto nº 10.035, de 01 de outubro de 2019 (Plataforma +Brasil); Portaria nº 66 de 31 de março de 2017 do Ministério do Planejamento (Governança e gestão de transferências no SICONV); Portaria nº 67 de 31 de março de 2017, do Ministério do Planejamento (Gestão de integridade, riscos e controles internos no âmbito das transferências voluntárias da União); Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, dos Ministérios do Planejamento; Fazenda; e Transparência; Portaria nº 103, de 21 de março de 2019, do Ministério da Economia (Subcomitê de Compras e Contratos Centralizados do ME / Diretrizes para a Central de Compras da Secretaria de Gestão); Portaria nº 297, de 12 de junho de 2019 (Estudo de publicização para qualificação de OSs com objetivo de absorver as atividades desempenhadas pelo poder público da União); Portaria Interministerial nº 558, de 10 de outubro de 2019, do Ministério da Economia (Altera a Portaria Interministerial nº 424/2016); Portaria Interministerial nº 11, de 25 de novembro de 2019, dos Ministérios da Economia e da Justiça (Número Único de Protocolo - NUP na APF); Portaria nº 33, de 22 de janeiro de 2020, do Ministério da Economia (Rede +Brasil); Portaria Interministerial nº 43, de 4 de fevereiro de 2020, do Ministério da Economia e da Secretaria de Governo da Presidência da República (Operacionalização das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória); Instrução Normativa nº 3, de 12 de janeiro de 2010, da Secretaria de Gestão (Processamento de propostas de fortalecimento da capacidade institucional de órgãos e entidades da APF); Instrução Normativa nº 2, de 9 de outubro de 2017 do Ministério do Planejamento (Acessibilidade em obras e serviços de engenharia custeados mediante convênios e contratos de repasse); Instrução Normativa nº 2, de 24 de janeiro de 2018, do Ministério do Planejamento (Gestão operacional de contratos de repasse pelas Mandatárias da União); Instrução Normativa Interministerial MP/MF/CGU nº 5, de 6 de novembro de 2018, dos Ministérios do Planejamento, da Fazenda e da Controladoria-Geral da União (Prestação de contas informatizada para os instrumentos operacionalizados na Plataforma +Brasil); Instrução Normativa nº 1, de 14 de fevereiro de 2019, do Ministérios do Planejamento e da Controladoria-Geral da União (Prestação de contas informatizada para os instrumentos operacionalizados na Plataforma +Brasil); Instrução Normativa nº 5, de 24 de Junho de 2019, da Secretaria de Gestão (Governança e gestão de processos dos órgãos e entidades que atuam em transferências voluntárias da União); Instrução Normativa nº 206, de 18 de outubro de 2019, da Secretaria de Gestão (Prazos para a utilização obrigatória da modalidade de pregão, na forma eletrônica, ou dispensa eletrônica, por órgãos e entidades subnacionais, quando executarem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns); e Instrução Normativa nº 211, de 26 de novembro de 2019, do Ministério da Economia (Gestão operacional de contratos de repasse pelas Mandatárias da União).	

20U4	Governança do Patrimônio Imobiliário da União
Decreto-Lei nº 9.760, de 5/9/1946; Lei nº 9.636, de 15/5/1998; Lei nº 11.481, de 31/5/2007; Lei 13.240/2015; Lei 13.139/2015 e Lei 13.465/2017.;Lei 13.844/2019; Lei 13.813, de 2019 - transferência de imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social para a União, sobre a administração, a alienação e a gestão dos imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, extingue o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC e dispõe sobre a gestão dos imóveis da União; Lei nº 14.011, de 10 de junho de 2020; e Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019.	

20YU	Fiscalização de Obrigações Trabalhistas e Inspeção em Segurança e Saúde no Trabalho
Art. 21, XXIV, da Constituição Federal; Convenção nº. 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada por meio do Decreto nº. 95.461/1987; Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); art. 200 da CLT; art. 11 da Lei nº. 10.593/2002; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº. 4.552/2002.	

20YV	Democratização das Relações de Trabalho
Art. 80-A, inciso V, Anexo I ao Decreto 9.745/2019; Art. 1º do Regimento Interno da Secretaria de Relações do Trabalho.	

20Z6	Gestão de Políticas Econômicas e Fiscais
Decreto 9.745, de 08 de abril de 2019 (Estrutura Regimental do ME); Decreto nº 7.397, de 22/12/2010 (Estratégia Nacional de Educação Financeira); Portaria Interministerial nº 413, de 31 de dezembro de 2002 (Programa Nacional de Educação Fiscal); Decreto 92.452, de 10 de março de 1986 (Criação da STN); Portaria nº 285, de 14 de junho de 2018 (Regimento Interno da STN); Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF).(Estrutura Regimental do ME)	

20Z7	Gestão de Sistemas Informatizados de Administração Financeira e Contábil
Decreto 9.745, de 08 de abril de 2019 (Estrutura Regimental do ME); Decreto nº 7.397, de 22/12/2010 (Estratégia Nacional de Educação Financeira); Portaria Interministerial nº 413, de 31 de dezembro de 2002 (Programa Nacional de Educação Fiscal); Decreto 92.452, de 10 de março de 1986 (Criação da STN); Portaria nº 285, de 14 de junho de 2018 (Regimento Interno da STN); Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF).	

20Z8	Acompanhamento e Controle de Atividades Econômicas
Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011; Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971; Decretos-Leis nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, e nº 204, de 27 de fevereiro de 1967; Lei nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984 e Lei 9.613, de 3 de março de 1998, art. 9º, inc. VI, regulamentado pela Portaria MF 537 de novembro de 2013. Decreto 9.745, de 08 de abril de 2019 (Estrutura Regimental do ME);	

20Z0	Promoção e Gestão do Comércio Exterior
Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019; Decreto no 10.044, de 04 de outubro de 2019; Resolução nº 11, de 25 de abril de 2005 (CAMEX).	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

210C	Promoção do Desenvolvimento de Micro e Pequenas Empresas, Microempreendedor Individual, Potencial Empreendedor e Artesanato	21AX	Gestão das políticas de previdência e trabalho
Constituição Federal (art 170 e 179) Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.180/2015; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 8.726/2016; Decreto nº 9.745/2019; Portaria Interministerial nº 424/2016.		Lei nº 13.249/2016; Lei nº 13.341/2016; Decreto nº 6.944/2009; Decreto nº 9.094/2017; Decreto nº 8.638/2016, art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 10.180/2001; Lei nº 12.527/2011; Decreto nº 7.724/2012; Decreto nº 7.845/2012; Decreto nº 8.539/2015; Portaria GM/MPs Nº 350/2006; CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 9.745/2019.	
210D	Fomento à Inovação e às Tecnologias Inovadoras	21AZ	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial
Lei nº 10.973/2004; Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 8.726/2016; Decreto nº 9283/2018; Decreto nº 9.745/2019.		Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 e Portaria 300, de 13 de junho de 2019.	
210E	Promoção do Desenvolvimento Industrial	21B0	Promoção da Concorrência, Competitividade e Melhoria Regulatória
Lei nº 10.973/2004; Lei nº 11.508/2007; Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.814/2009; Decreto nº 8.726/2016; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 9.745/2019; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 9.933/2019; e Portaria Interministerial nº 424/2016.		Lei nº 12.529 de 30 de novembro de 2011, Decreto nº 10.072, de 18 de outubro de 2019.	
211Y	Gestão e Aprimoramento dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação	21C5	Elaboração de Estudos e Avaliação de Projetos de Investimentos do Governo Federal
CF/88, arts. 84, caput, inciso III, 87 e 88; Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017; Lei nº 13.709/2018; Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Medida Provisória nº 2.200-2, de 28 de junho de 2001; Decreto nº 6.605, DE 14/10/2008; Decreto nº 7.579, de 11 de outubro de 2011; Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016; Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016; Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016; Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016; Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017; Decreto nº 9.319 de 21 de março de 2018; Decreto nº 9.584, de 26 de novembro de 2018; Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Decreto nº 9.723, de 11 de março de 2019; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019; Decreto nº 9.756, de 11 de abril de 2019; Decreto nº 9.787, de 8 de maio de 2019; Decreto nº 9.927, de 22 de julho de 2019; Decreto nº 10.230, de 2020 - Altera o Decreto nº 7.579. Instruções Normativa nº 1 e nº 2, de 04 de abril de 2019; Instrução Normativa nº 1 de 10 de janeiro de 2019; Norma Complementar 04/DSIC/GSI/PR, de 14 de agosto de 2009; Portaria/MP nº 58, de 23 de dezembro de 2016; Portaria nº 92 de 24 de dezembro de 2014; Portaria SLTI/MP nº 3, de 7 de maio de 2007; Portaria nº 107, de 2 de maio de 2018; Portaria nº 372, de 13 de novembro de 2017; Portaria Conjunta nº 6, de 14 de março de 2019; Portaria GM/ME nº 103, de 21 de março de 2019; Portaria interministerial nº 319, de 26 de junho de 2019; Portaria nº 1, de 4 de abril de 2019; Portaria nº 23, de 4 de abril de 2019; Portaria nº 778, de 4 de abril de 2019; Portaria SLTI/MP nº 8, de 12 de agosto de 2009; Portaria GM/MP nº 424, de 7 de dezembro de 2017; Portaria SETIC/MP nº 6.432, de 11 de julho de 2018; Portaria SGD/ME nº 3, de 27 de junho de 2019; e Portaria nº 277, de 6 de junho de 2019.		Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019; Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016; Resoluções PR/Conselho PPI - CPPi nº 14 e 18, de 23 de agosto de 2017.	
212S	Desenvolvimento, sustentabilidade e fomento dos regimes de previdência	2591	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários
Art. 202 da Constituição Federal; Leis Complementares nº 108 e 109, ambas de 29/05/2001; Lei nº 12.154/2009; Decreto nº 7.123/2010; Portaria MPS nº 418/2008; Decreto nº 9.745/2019.		Leis n 8.212 e 8.213/91.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	2692	Fiscalização do Cumprimento das Contrapartidas pelas Empresas Habilitadas em Programas de Política Industrial com Benefícios Fiscais
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 11 e 18 da LDO.		Lei nº 8.248/1991; Lei nº 9.440/1997; Lei nº 9.826/1999; Lei nº 10.176/2001; Lei nº 10.664/2003; Lei nº 11.077/2004; Lei nº 12.546/2011; Lei nº 12.794/2013; Lei nº 13.023/2014; Lei nº 12.844/2014; Lei nº 13.043/2014; Lei nº 13.097/2015; Lei nº 13.755/2018; Decreto nº 5.906/2006; Decreto nº 6.405/2008; Decreto nº 8.119/2013; Decreto nº 8.072/2013; Decreto nº 8.950/2016; Decreto 9.557/2018; Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 177/2002; Portaria Interministerial MCTI/MDIC/MF nº 148/2007; Portaria Interministerial MCTI/MDIC nº 685/2007; Portaria MDIC nº 2.200/2018; Portaria Interministerial MCTIC/MDIC nº 4.899/2018; Portaria MDIC nº 2.202/2018; Portaria MDIC nº 2.203/2018; e Portaria ME nº 86/2019.	
216Q	Aperfeiçoamento e Fortalecimento da Gestão de Pessoas	4641	Publicidade de Utilidade Pública
Lei nº 8.112 de 1990; Lei nº 8.745 de 1993; Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016; Decreto - Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto nº 67.326, de 05 de outubro de 1970; Decreto nº 99.328, de 19 de junho de 1990; Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; Decreto nº 8.578, de 26 de novembro de 2015; Decreto nº 6.833, de 2009; Decreto nº 7.674, de 20 de janeiro de 2012; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019; Portaria SRH/MP 102/2011; e Instrução Normativa nº 3 de 12 de janeiro de 2010 da Secretaria de Gestão.		Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 5º, inciso VII, da Lei nº 13.844/2019 Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
216Z	Gestão e Promoção do Programa de Parcerias de Investimentos	4743	Coordenação e Governança das Empresas Estatais Federais
Art. 37 da Constituição Federal; Lei 13.334, de 13 de setembro de 2016; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.245, de 18 de fevereiro de 2020; Decreto nº 10.218, de 30 de janeiro de 2020.		Decreto nº 3.735/2001; Leis Complementares nºs 108 e 109, de 29.05.2001; Lei 13.844/2019 e Decreto nº 9.745 de 8 de abril de 2019.	
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	8690	Fiscalização e Controle do Uso e Ocupação de Imóveis da União
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.		Lei 13.844/2019 e Decreto no 9.745, de 08 de abril de 2019, Lei 9.636/1998 e Decreto-Lei 2.398/87.	
153V	Desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior	8861	Gestão e Aprimoramento do Processo Orçamentário
Decreto nº 9.745, de 8 de Abril de 2019, que aprova a estrutura do Ministério da Economia. Decreto nº 660, de 25 de setembro de 1992.		Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019.	
15EH	Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira	25103	Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil, Lei nº 13.844/2019, que estabeleça a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a estrutura do Ministério da Economia, e a Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.		000Q Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	
2000	Administração da Unidade		
Constituição Federal de 1.988, Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil, Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a organização da Administração Federal, Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a estrutura do Ministério da Economia, e a Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.			

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

20VF	Fortalecimento Institucional
Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil, Lei nº 13.844/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a estrutura do Ministério da Economia, Decreto nº 9.366, de 2018, e a Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.	
20VG	Gestão das Soluções Informatizadas da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil, Decreto nº 9.745, de 8 de Abril de 2019, que aprova a estrutura do Ministério da Economia, e a Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Lei nº 11.941, de 27/05/2009, que cria o CARF. Convênio ICMS/20/2000, de 24 de março de 2000. Convênio ICMS/20/2000, de 24 de março de 2000.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 11 e 18 da LDO.	
219L	Serviço Público de Produção de Selos Fiscais Federais
§5º do art. 13 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014; arts. 27 a 30 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007; e art. 35 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015.	
2237	Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira
Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil, Lei nº 13.844/2019, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a estrutura do Ministério da Economia, e a Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.	
2238	Arrecadação Tributária e Aduaneira
Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil, Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, que aprova a estrutura do Ministério da Economia, e a Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil.	

25104 Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 11 e 18 da LDO.	
2244	Recuperação de Créditos, Consultoria, Representação Judicial e Extrajudicial da Fazenda Nacional
Art. 131, § 3º, da Constituição Federal de 1988, Lei Complementar nº 73, de 1993, Lei nº 7.711, de 1988, e Lei nº 8.844, de 1994. Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019;	

25201 Banco Central do Brasil

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Artigo 11 da LDO.	
148D	Desenvolvimento e implantação do novo Sistema de Controle de Atividades Financeiras - SISCOAF II
Lei nº 9.613, de março de 1998; Lei nº 13.974/2020; Decreto nº 9.663, de janeiro de 2019 e Normas Infralegais.	
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 9.745/2019; Lei nº 13.974/2020.	
20ZA	Fortalecimento das Ações de Autoridade Monetária
Acórdão TCU nº 1.448/2012; Portaria BCB nº 104.883/2019; Portaria BCB nº 106.683/2020.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e Arts. 11 e 18 da LDO.	
21AY	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo
Lei nº 9.613/98; Lei nº 13.974/2020; Lei nº 9.784/99; Lei nº 9.873/99; Decreto nº 9.663/2019 e Portaria MF nº 330/98.	

21B1	Formulação da Política Monetária Cambial e de Crédito e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional
Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964; Decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999; Decreto nº 9.745/2019; Circular 3.913/2018, emitida pelo Banco Central do Brasil; Lei nº 4.131, de 1962; Lei 4.380, de 1964; Lei nº 4.728, de 1965; Lei nº 4.829, de 1965; Lei nº 5.764, de 1971; Lei nº 6.024, de 1974; Lei nº 6.099, de 1974; Lei nº 6.385, de 1976; Lei nº 6.404, de 1976; Lei nº 7.357, de 1985; Lei 7.492, de 1986; Lei nº 7.684, de 1988; Lei nº 8.177, de 1991; Lei 9.447, de 1997; Lei nº 9.514, de 1997; Lei nº 9.613, de 1998; Lei nº 9.784, de 1999; Lei nº 9.790, de 1999; Lei nº 9.873, de 1999; Lei nº 10.150, de 2000; Lei Complementar nº 105, de 2001; Lei nº 10.194, de 2001; Lei nº 10.214, de 2001; Lei nº 10.303, de 2001; Lei nº 10.406, de 2002; Lei nº 10.735, de 2003; Lei nº 10.755, de 2003; Lei nº 10.820, de 2003; Lei nº 10.931, de 2004; Lei 11.076, de 2004; Lei nº 11.795, de 2008; Lei Complementar nº 130, de 2009; Lei nº 11.882, de 2008; Lei nº 12.249, de 2010; Lei 12.810, de 2013; Lei 12.865, de 2013; e Lei 13.097, de 2015; Decreto-Lei 70, de 1966; Decreto-Lei nº 2.291, de 1986; Decreto-Lei nº 2.321 de 1987 e Medida Provisória nº 2.192-70, de 2001; CF 1988, Lei nº 14.007, de 2020; Lei 13.506, de 2017; Lei 5.143, de 1966; Lei 6.855, de 1980; Lei 11.524, de 2007; Lei 13.709, de 2018; Lei 11.638, de 2007; Lei 12.838, de 2013; Lei 13.874, de 2019; Lei nº 8.078, de 1990; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019.	

25203 Comissão de Valores Mobiliários

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Art. 12, inciso XVI, letras a e b do PLDO 2021.	

00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados
Ofício nº 16/2017/CVM/SRI/GRI, Ofício nº 01416/2017/MRE, Parecer CONJUR/CGDI nº 35/2014, do MRE, de 21 de janeiro de 2014; Ofício nº 155 SGEX/COF/CORG/AEFI OCDE, de 19 de dezembro de 2014; Ofício nº 51/2015/SEAIN-MP, de 06 de maio de 2015; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015 e Ofício nº 102 COF/CORG/AEFI/MRE, de 16 de julho de 2015.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; e Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019.	

210J	Supervisão do Mercado de Valores Mobiliários
Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019; Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976; Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976; Resolução CMN nº 3.427, de 21 de dezembro de 2006; Resolução CMN nº 3.513, de 30 de novembro de 2007; Resolução CMN nº 4.732, de 27 de junho de 2019; Resolução CMN nº 4.775, de 29 de janeiro de 2020; Deliberação CVM nº 757, de 24 de novembro de 2016; Portaria/CVM/PTE/nº 205, de 22 de dezembro de 2015; e Planos Biensais 2019-2020; 2021-2022;2023-2024.	

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 11 e 18 da LDO.	

25206 Superintendência Nacional de Previdência Complementar

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 11 e 18 da LDO.	
2592	Autorização, Monitoramento e Fiscalização das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
Art. 3º, Inciso V, Lei Complementar nº 109/2001 e art. 2º, Inciso I a VIII da Lei nº 12.154/2009.; Decreto nº 7075/2010, atualizado pelo Decreto nº 8992/2017.	

25208 Superintendência de Seguros Privados

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019; Decreto 9783, de 7 de maio de 2019; IN SGD nº 01, de 2019; IN MPOG nº 05, de 2017; Lei nº 8.666, de 1993; Lei nº 10.520, de 2002; Decreto nº 5.450, de 2005; e Portaria MP nº 306, de 2001.	
20VH	Supervisão de Mercados de Seguros, Resseguros, Capitalização e Previdência Complementar Aberta
Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; Decreto nº 60.459, de 13 de março de 1967; Decreto nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978; Decreto-lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007; Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010; Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.	

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e Arts. 11 e 18 da LDO.	

25296 Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados
Parecer CONJUR/CGDI nº 35/2014, do MRE, de 21 de janeiro de 2014; Ofício nº 155 SGEX/COF/CORG/AEFI OCDE, de 19 de dezembro de 2014; Ofício nº 51/2015/SEAIN-MP, de 06 de maio de 2015; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015 e Ofício nº 102 COF/CORG/AEFI/MRE, de 16 de julho de 2015.	
153X	Construção de infraestrutura predial no Inmetro e nos órgãos que compõem a Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - Inmetro
Lei nº 12.545 de 14 de dezembro de 2011 e Lei nº 5.966 de 11 de dezembro de 1973; Convênio entre o Inmetro e os Governos estaduais conforme Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007, e Portaria Interministerial MP/CGU nº 507 de 24 de novembro de 2011.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Lei nº 5.966 de 11 de dezembro de 1973 Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto nº 9.526, de 15 de outubro de 2018; e Decreto 9.660, de 1 de janeiro de 2019	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Constituição Federal de 1988, Art. 218; Lei nº 5.966 de 11 de dezembro de 1973; e Decreto nº 4.077 de 9 de janeiro de 2002.	
214I	Gestão da metrologia legal e de avaliação da conformidade
Lei nº 5.966 de 11 de dezembro de 1973; Lei nº 9.933 de 20 de dezembro de 1999; Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004; e Lei nº 12.545 de 14 de dezembro de 2011.	
214J	Fiscalização em Metrologia e Qualidade
Lei nº 5.966 de 11 de dezembro de 1973; Lei nº 9.933 de 20 de dezembro de 1999; Lei nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004; e Lei nº 12.545 de 14 de dezembro de 2011.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 11 e 18 da LDO.	
25297	Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; e Decreto nº 8.854, de 22 de setembro de 2016.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. LDO 2020.	
2182	Gestão e Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996	
25298	Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.451, de 16 de junho de 2017; Resolução nº 043 do Conselho de Administração - CAS - (Planejamento Estratégico); e Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC/Suframa.	
210K	Apoio ao Desenvolvimento de Programas e Projetos nas Áreas Científica, Tecnológica e de Inovação na Área de Atuação da Suframa
Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967; Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004; Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990; Decreto nº 6.041, de 08 de fevereiro de 2007; Decreto nº 4.284, de 26 de junho de 2002; e Lei no 13.123, de 20 de maio de 2015.	
210L	Promoção do Desenvolvimento Econômico Regional da Amazônia Ocidental e Municípios de Macapá e Santana (AP)
Decreto-Lei no 288/67, de 28/02/1967; Decreto-Lei no 356/68, de 15/08/1968; Decreto no 93.872, de 23/12/1986; Lei nº 8.666, de 21/06/1993; Lei Complementar no 101, de 04/05/2000; Lei no 10.520, de 17/07/2002; Decreto no 6.170, de 25/07/2007; Decreto nº 6.614/2008, que regulamenta a Lei nº 8.256/1991 e os Artigos 4o , 6o e 7o da Lei nº 11.732/2008; Artigos 26 e 27 da Lei no 11.898/2009; Resolução CAS no 203/2012, de 10/12/2012; Decreto nº 8.597/2015; Portaria Interministerial no 424, de 30/12/2016; Resolução CAS nº 01/2016 e Resolução SUFRAMA nº 72/2016.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Arts. 11 e 18 da LDO.	
25299	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.451, de 16 de junho de 2017; Resolução nº 043 do Conselho de Administração - CAS - (Planejamento Estratégico); e Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC/Suframa.	
20YW	Produção de Conhecimento Aplicado para Subsidiar Políticas Públicas que Promovam o Trabalho Seguro, Saudável e Produtivo
Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966; Decreto nº 7.602, de 7 de novembro de 2011; Decreto nº 10.096, de 06 de novembro de 2019, Portaria Fundacentro nº 490, de 16 de dezembro de 2019.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 11 e 18 da LDO.	
25300	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
00M6	Concessão de Bolsas para Pesquisa Econômica
Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967; Decreto nº 7.142 de 29 de março de 2010; Decreto nº 9.660, de 1 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019.	
2000	Administração da Unidade
Decreto nº 9.745/2019	
4727	Diagnósticos, Prospecções e Estratégias do Desenvolvimento Brasileiro
Decreto nº 60.457, de 13 de março de 1967; Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010; Decreto nº 9.660, de 2019; e Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019.	
25301	Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
15DM	Integração do Sistema Estatístico e Geocientífico Nacional
CF/88 Art. 21, incisos IX e XV; Lei nº 5.878, de 1973; Decreto nº 74.084, de 1974; Decreto nº 77.624, de 1976, Decreto nº 6.666 de 2008.	
15DN	Bases Cartográficas para o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais
CF/88 Art. 21, incisos IX e XV; Lei 5878, de 1973, Arts. 2 º e 3º, incisos III, IV e V; Lei nº 13.971, de 2019, Anexo 1, Programa 2218 (PPA 2020-2023).	
15MV	Atualização da Cobertura e da Produção Estatística e Geocientífica
CF/88 Art. 21, incisos IX e XV; Lei nº 5.878, de 1973; Decreto nº 74.084, de 1974; Decreto nº 77.624, de 1976.	
2000	Administração da Unidade
Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019	
20U5	Ensino de Graduação e Pós-Graduação em Estatísticas e Geociências
Lei no 5.878, de 1973, Art. 2o, § 2o; Decreto no 4.740 de 2003 anexo I capítulo I, Art. 4o, inciso I; Lei Nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, Anexo 1, Programa 5013 (PPA 2020-2023).	
20U6	Pesquisas e Estudos Estatísticos
CF/88 Art. 21, inciso IX e XV; Lei 5.878 de 1973, Art. 2º e 3º inciso II e III	
20U7	Censos Demográfico, Agropecuário e Geográfico
CF/88, art. 21, incisos IX e XV; Lei nº 5.878/73, arts. 3º, inciso I; Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, Art.91 e 92; Lei 8.184, de 10 de maio de 1991.	
20U8	Pesquisas, Estudos e Levantamentos Geocientíficos
CF/88 Art 21, inciso IX e XV; Lei 5878 de 1973, Art 2 º e 3º inciso III, IV e V.	
2230	Gestão da Documentação e Disseminação de Informações
CF/88 Art 21, inciso IX e XV; Lei 5.878 de 1973, Art 2º; Decreto nº 4.740 de 2003, anexo1, capítulo I Art 2º e Art 21 incisos I e II.	
25302	Fundação Escola Nacional de Administração Pública
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
2000	Administração da Unidade
Decreto nº 9.680, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019.	
20U9	Desenvolvimento de Competências de Agentes Públicos
Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020; Instrução normativa nº 201, 11 de setembro de 2019; Decreto nº 9.991, 28 de agosto de 2019; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019;	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 11 e 18 da LDO.	
216R	Desenvolvimento de Iniciativas de Inovação, Estudos, Pesquisas e Publicações
Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020; Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019.	
2250	Seleção e Desenvolvimento de Pessoas
Decreto nº 10.369, de 22 de maio de 2020, e Decreto nº 9.745, de 08 de abril de 2019.	
25303	Instituto Nacional do Seguro Social
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
00SA	Pagamento de honorários periciais nas ações em que o INSS figure como parte e que sejam de competência da Justiça Federal
Art. 1º da Lei nº 13.876, de 2019.	
116V	Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS
Art 201, 202 da C.F; Lei nº 8.213/91; Decreto 5.870/06 - Estrutura regimental do INSS.	
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20GN	Educação Previdenciária e Financeira
Portaria MPS nº 1.276, de 09 de setembro de 2003 (Transforma o PES em PEP) Portaria MPS nº 514, de 13 de dezembro de 2010 (Disciplina a Execução do PEP no INSS) Resolução nº 123/INSS/PRES, de 14 de dezembro de 2010 (Altera a estrutura do PEP e disciplina a sua execução)	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 11 e 18 da LDO.	
2292	Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários
Decreto Nº – 7.151, de 9 de abril de 2010 que aprova o Estatuto Social da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV	
2294	Defesa Judicial da Previdência Social Básica
Art. 109, parágrafo 3º, CF; Leis nºs 8.212 e 8.213/1991.	
2562	Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos
Decreto nº 3.591 de 06/09/2000; Decreto nº 4.440 de 25/10/2002; e Portaria MPS nº 296 de 09/11/2009.	
2563	Gestão da Melhoria Contínua
Decreto nº 5.378/2005; DECRETO Nº 9.094, DE 17 DE JULHO DE 2017 ; Decreto nº 9.739, de 2019, Decreto nº 8.638/2016. Art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 10.180/2001; Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009.	
2564	Gestão de Cadastros para a Previdência Social
Lei nº 8.159/1991; Lei nº 12.527/2011; Decreto nº 97.936, de 10 de julho de 1989; Decreto nº 4.915/2003; Decreto nº 9.739, de 2019; Decreto nº 9.781, de 2019, Decreto nº 7.845/2012; Decreto nº 8.539/2015; Decreto nº 8.638/2016; Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009.	
2591	Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários
Lei nº 11.977/2009. Lei 8.213/1991, Decreto n. 129/1991, Decreto n. 3.048/1999 e Decreto n. 4.729/2003. Leis n 8.212. Lei Nº 13.846, DE 18 DE JUNHO DE 2019. Lei Nº 13.847, DE 19 DE JUNHO DE 2019. DECRETO Nº 9.094, DE 17 DE JULHO DE 2017 Decreto nº 9.739, de 2019, Decreto nº 8.638/2016. Art. 50, § 3º da Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 10.180/2001; Norma Complementar nº 04/DSIC/GSIPR/2009.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.	
8426	Desimobilização de Imóveis Não-operacionais do INSS
Constituição Federal de 1988 (Art. 201 e 202); Decreto nº 3.048/1999; Decreto nº 9.746/2019; Lei nº 9.876/1999; Lei nº 9.702/1998; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 9.636/1998; Lei nº 6.015/1973; Lei nº 10.406/2002; Lei nº 8.004/1990; Lei Complementar nº 101/2000, Lei nº 11.481/2007. Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019	
25903	Fundo de Compensação e Variações Salariais
0023	Obrigações com a Garantia de Contratos de Financiamento Habitacional
Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2018; Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011; Decreto-Lei nº 2.164, de 19 de setembro de 1984; e Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.	
0467	Cobertura de Saldo Residual de Contratos de Financiamentos Firmados no Sistema Financeiro de Habitação (SFH)
Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2018; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001.	
0617	Operacionalização do Fundo de Compensação e Variações Salariais - FCVS
Lei nº 13.473, de 08 de agosto de 2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO-2018; Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; e Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011.	
25915	Fundo de Amparo ao Trabalhador
0158	Financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico a Cargo do BNDES
Art. 239, § 1º, da Constituição Federal; Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996.	
20JT	Gestão do Sistema Nacional de Emprego - Sine
Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, de 9 de julho de 1948; Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975; Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; Lei no 13.667 de 17 de maio de 2018, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - Sine; Resolução Codefat nº 825, de 26 de março de 2019, e suas alterações; e demais Resoluções do Codefat que tratam da execução das ações no âmbito do Sine.	
20YY	Estudos, Pesquisas e Geração de Informações sobre Trabalho, Emprego e Renda
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; Decreto no 9.745/2019. Lei nº 12527/2011 (LAI, disponibilização das estatísticas do trabalho); Lei nº 13.709/2018 (LGPD, proteção de dados identificados); Lei nº 4.923/1965 (Lei do Caged); Decreto nº 76.900/1975 (Decreto da Rais); Portaria nº 1127/2019 (desobrigação ao Caged).	
2021	Qualificação Social e Profissional de Trabalhadores
AArt. 2º, inciso II, Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; Art. 1º, inciso XXXV, e art. 124, Anexo I ao Decreto no 9.745, de 2019; Resolução CODEFAT nº 783, de 26 de abril de 2017; Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019; Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011; e Decreto nº 10.110, de 11 de novembro de 2019.	
2023	Apoio Operacional ao Pagamento do Seguro-Desemprego e do Abono Salarial
Art. 7º, inciso II, CF; Lei nº 7.998/90; Lei nº 8.900/94; Art. 239, § 3º, CF, combinado com o art. 9º, Lei nº 7.998/90; Resoluções CODEFAT nº 467/2005 e nº 838/2019.	
2553	Identificação da População por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS
Decreto-Lei nº 5.452, de 01/05/1943; Decreto-Lei nº 926, de 10/10/1969; Portaria SPPE/MTE nº 3, de 26/01/2015; e Portaria SEPRT Nº 1.065 DE 23/09/2019.	
2B12	Fomento à Inclusão Produtiva
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018, Lei nº 13.667, de 19 de maio de 2018 e Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador.	
2C43	Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Criou o FAT e o seu órgão gestor, o CODEFAT); Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990 (trata de aplicação do FAT em depósitos especiais); Decreto nº 9.116 , de 4 de agosto de 2017 (dispõe sobre a composição do CODEFAT); Resolução CODEFAT nº 596, de 27 de maio de 2009, e suas alterações (Aprovou o Regimento Interno do CODEFAT); Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018 (Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego - SINE); e Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019 (Aprovou a estrutura regimental do Ministério da Economia).	
4245	Classificação Brasileira de Ocupações - CBO
Portaria 3.654, de 24 de novembro de 1977; Portaria 397, de 09 de outubro de 2002.	
4741	Cadastros Públicos e Sistemas de Integração das Ações de Trabalho e Emprego
Lei nº 4.923, de 23 de dezembro de 1965; Lei n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, combinada com a Lei nº 13.134, de 2015, Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975, art. 239, CF	
4815	Funcionamento das Unidades Descentralizadas
Lei nº 13.844/2019; Decreto nº 9.745/2019	
25916	Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade - FGPC
0473	Honra de Aval decorrente de Garantia do Risco das Operações de Financiamento a Micro, Pequenas e Médias Empresas (Lei nº 9.531, de 1997)
Lei nº 9.531/97; Decreto nº 3.113/99.	
20AP	Serviços de Auditoria e Controle
Decreto-Lei nº 2.288, de 27/07/1986; Decreto n º 193, de 21/08/1991.	
26101	Ministério da Educação - Administração Direta
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898 de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00P1	Apoio à Residência em Saúde
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.129/2005; Decreto nº 80.281/1977; Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077/2009; e Portaria Interministerial nº 09/2013.	
00QC	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos
CF/88; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Decreto nº 7.661/2011; e Portaria GM/MEC nº 306/2015.	
152X	Ampliação e Reestruturação de Instituições Militares de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 2.165/1954; Lei nº 9.346/1996 (LDB); Lei nº 9.786/1999; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto Lei nº 9.888/1946; Decreto nº 3.182/1999; e Decreto nº 7.809/2012.	
15R3	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	
15R4	Apoio à Expansão, Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo II, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Le nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.	
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; CF/88, art. 227; Lei nº 9.394/1996; Portaria MEC nº 1.306/1999 – alterações dc Regimento Interno do CNE; Lei nº 4.024/1961, arts. 6º ao 9º, com redação dada pela Lei nº 9.131/1995; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 11.274/2006; Decreto nº 6.094/2007 Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE.	
20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica
CF/88, arts. 205, 206, 208 e 211; Plano Nacional de Educação 2014-2024; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 9.790/1999; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017 Decreto nº 4.281/2002; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 6.300/2007; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.057/2017; Decret nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 9.765/2019; Portaria MEC nº 522/1997; Portaria Normativa MEC nº 25/2007; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016; Resolução CNE/CEB nº 2/2001; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução CNE/CEB nº 3/2012; Resolução CNE/CP nº 2/2017; Resolução CNE/CP nº 4/2018; Resolução CNE/CP nº 2/2019; Portaria Capes nº 59/2013; Portaria Capes nº 204/2016; Resolução FNDE nº 15/1995; Resolução CD/FNDE nº 51/2011; Instrução FNDE nº 1/1995; Protocolo de Cooperação Técnica nº 1/1995; Resolução nº 21/1995	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Art. 218 da CF; MP nº 2.216/37/01; Decreto Presidencial nº 3.294/99; Decreto nº 4.077/02; Lei nº 9.637/98; Decreto 9190/2017.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

219U	Apoio ao Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.	
219V	Apoio ao Funcionamento das Instituições Federais de Educação Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); e Lei nº 13.005/2014 (PNE).	
2183	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008, Seção II, artigo 6º, I, II e IX; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto 9.982, de 20 de agosto de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
6344	Regulação e Supervisão dos Cursos de Graduação e de Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.861/2004; Lei nº 12.101/2009; Lei nº 12.868/2013; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 13.005/2014; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 8.242/2014; Portaria MEC nº 315/2018; Portaria MEC nº 328/2018; Portaria MEC nº 329/2018; Portaria MEC nº 523/2018; Portaria MEC nº 572/2018; Portaria MEC nº 1.095/2018; Portaria MEC nº 2.117/2019; Portaria Conjunta nº 6/2012; Portaria Interministerial nº 376/2014; Portaria Normativa nº 2/2013; Portaria Normativa nº 14/2013; Portaria Normativa nº 15/2013; Portaria Normativa nº 17/2013; Portaria Normativa nº 19/2013; Portaria Normativa nº 14/2014; Portaria Normativa nº 16/2014; Portaria Normativa nº 01/2017; Portaria Normativa nº 11/2017; Portaria Normativa nº 15/2017; Portaria Normativa nº 20/2017; Portaria Normativa nº 21/2017; Portaria Normativa nº 23/2017; Portaria Normativa nº 24/2017; Portaria Normativa nº 741/2018; Portaria Normativa nº 2.117/2019; Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) e Instruções Normativas da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres).	

26104 Instituto Nacional de Educação de Surdos

21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.093/2007; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 584/1997; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 325/1998; Portaria MEC nº 310/2018; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	

26105 Instituto Benjamin Constant

00P1	Apoio à Residência em Saúde
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.129/2005; Decreto nº 80.281/1977; Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.077/2009; e Portaria Interministerial nº 09/2013.	
21CO	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Especial
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.093/2007; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 584/1997; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 325/1998; Portaria MEC nº 310/2018; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	

26201 Colégio Pedro II

00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 584/1997; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	

26230 Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco

00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	

26231 Universidade Federal de Alagoas

00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	

4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	

26232 Universidade Federal da Bahia

00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	
26233	Universidade Federal do Ceará
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	
26234	Universidade Federal do Espírito Santo
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	
26235	Universidade Federal de Goiás
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 584/1997; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005 Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26238	Universidade Federal de Minas Gerais
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 584/1997; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26239	Universidade Federal do Pará
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 584/1997; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Le nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26241	Universidade Federal do Paraná
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
26242	Universidade Federal de Pernambuco

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 584/1997; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	

26243	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 584/1997; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	

26244 Universidade Federal do Rio Grande do Sul

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	

00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 584/1997; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005 Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	

26245	Universidade Federal do Rio de Janeiro
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 584/1997; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005 Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
7XE1	Reconstrução e Modernização do Museu Nacional
CF/88; Decreto-Lei nº 2.974/1941; Decreto-Lei nº 8.689/1946; Lei nº 4.831/1965; Lei nº 11.904/2009; e Lei nº 13.005/2014 (PNE).	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	

26246	Universidade Federal de Santa Catarina
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 584/1997; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	
26247	Universidade Federal de Santa Maria
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	
26248	Universidade Federal Rural de Pernambuco
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	
26250	Fundação Universidade Federal de Roraima
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 584/1997; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005 Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26251	Fundação Universidade Federal do Tocantins
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26252	Universidade Federal de Campina Grande
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
26255	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	

26256	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
21B3	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008, Seção II, artigo 6º, I, II e IX; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	

26257	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	

26258	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	

20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	

26260	Universidade Federal de Alfenas
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	

26261	Universidade Federal de Itajubá
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	

26262	Universidade Federal de São Paulo

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	26266 Fundação Universidade Federal do Pampa	
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		000Q Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	
		Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GW	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.		Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	20GW Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.		Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.		CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.		Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior	
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.		CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.		Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
26263	Universidade Federal de Lavras	8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	
000Q Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica		CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		26267 Universidade Federal da Integração Latino Americana	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	000Q Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GW	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.		Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	20GW Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.		Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.		CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.		Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	4002 Assistência ao Estudante de Ensino Superior	
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.		CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.		Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
26264	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	8282 Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior	
00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica		CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		26268 Fundação Universidade Federal de Rondônia	
20GW	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.		Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	20GW Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.		Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior	20RK Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.		CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26274 Universidade Federal de Uberlândia	
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 584/1997; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26275 Fundação Universidade Federal do Acre	
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RI	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 6.094/2007; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 9.099/2017; Portaria MEC nº 559/1998; Portaria MEC nº 584/1997; Resolução CNE/CEB nº 4/1999; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26276 Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
26277 Fundação Universidade Federal de Ouro Preto	
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26278 Fundação Universidade Federal de Pelotas	
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	
26279	Fundação Universidade Federal do Piauí
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	
26280	Fundação Universidade Federal de São Carlos
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

26283	Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	

26284	Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	

26285	Fundação Universidade Federal de São João del-Rei
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	

26286	Fundação Universidade Federal do Amapá

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	

26290	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019	
20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; CF/88, art. 227; Lei nº 9.394/1996; Portaria MEC nº 1.306/1999 – alterações dc Regimento Interno do CNE; Lei nº 4.024/1961, arts. 6º ao 9º, com redação dada pela Lei nº 9.131/1995; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 11.274/2006; Decreto nº 6.094/2007 Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE.	
20RM	Exames e Avaliações da Educação Básica
CF/88 Título VIII; CF art. 87, parágrafo único, Incisos I e II; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.801/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 9.765/2019; Portaria MEC nº 2.270/2002; Portaria MEC nº 3.415/2004; Portaria MEC nº 1.674/2006; Portaria MEC nº 807/2010; Portaria MEC nº 1.350/2010; Portaria MEC nº 867/2012; Portaria MEC nº 482/2013, alterada pela Portaria nº 564/2017; Portaria MEC nº 981/2016; Portaria MEC nº 468/2017; Portaria MEC nº 458/2020; Portaria Inep nº 174/2015; Portaria Inep nº 372/2017; Portaria nº Inep 447/2017; Resolução CNE/CEB nº 04/1999.	
20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação
Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.861/2004 (SINAES); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 12.269/2010; Lei 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.959/2019; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 7.114/2010; Decreto nº 7.590/2011; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 9.507/2018; Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011; Portaria Normativa MEC nº 22/2016; Portaria Normativa MEC nº 11/2017; Portaria Normativa MEC nº 840/2018; Instrução Normativa INEP nº 04/2018.	

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
2185	Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica
Lei nº 9.394/1996; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.224/2004; Acórdão TCU nº 2.267/2005; Decreto nº 5.940/2006; Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014; Resolução CNE/CES nº 1/2018.	
4000	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.196/2019.	
4014	Censo Escolar da Educação Básica
CF/88, art. 208; § 3º, art. 22, inciso XVIII; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.494/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.425/2008; Portaria nº 316/2007; Portaria nº 264/2007; Portaria Inep nº 235/2011; Portaria Inep nº 91/2017; Portaria Inep nº 503/2018; Resolução CNE/CEB nº 1/2018; e Portarias Anuais de Cronograma de execução das etapas do Censo Escolar.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	

4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto 9.982, de 20 de agosto de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
6503	Censo da Educação Superior Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.861/2004 (SINAES); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.425/2008; Decreto nº 9.235/2017; Portaria MEC nº 794/2013; Portaria Normativa MEC nº 21/2017.
26291	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
0000	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica CF/88, inciso XXIV do Art. 22; inciso V e parágrafo único do Art. 23; inciso IX do Art. 24; Arts. 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213 e 214; Plano Nacional de Educação 2014-2024; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.801/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Ato Declaratório Normativo nº 34/1993; Decreto nº 71.733/1973; Decreto nº 4.281/2002; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 6.907/2009; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 9.765/2019; Resoluções do Conselho Nacional de Educação; Resolução CD/FNDE nº 45/2011; Resolução CD/FNDE nº 38/2013; Resolução CD/FNDE nº 54/2013; Portaria MEC nº 98/2013; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Portarias MEC e Portarias Capes.
0487	Concessão de Bolsas de Estudo no Ensino Superior CF/88, art. 4º, inciso IX; Lei nº 8.405/1992; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 12.801/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.576/2008; Decreto nº 6.907/2009; Decreto nº 7.448/2011; Decreto nº 7.641/2011; Decreto nº 7.642/2011; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 495/2013; Portaria MEC nº 7/2009; Portaria MEC nº 25/2013; Portaria MEC nº 973/2014; Portaria CAPES nº 34/2006; Portaria CAPES nº 76/2010; Portaria CAPES nº 19/2011; Portaria CAPES nº 248/2011; Portaria CAPES nº 173/2013; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 86/2013; Portaria CAPES nº 90/2013; Portaria CAPES nº 156/2014; Portaria CAPES nº 106/2014; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 23/2017; Portaria CAPES nº 149/2017; Portaria CAPES nº 202/2017; Portaria CAPES nº 227/2017; Portaria CAPES nº 08/2018; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1/2010; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2010; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 1/2013; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2013; Portaria Conjunta CAPES/CNPq nº 2/2014.
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RJ	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica CF/88, arts. 205, 206, 208 e 211; Plano Nacional de Educação 2014-2024; Lei nº 8.666/1993; Lei nº 9.790/1999; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.019/2014; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 4.281/2002; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 6.300/2007; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.057/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 9.765/2019; Portaria MEC nº 522/1997; Portaria Normativa MEC nº 25/2007; Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424/2016; Resolução CNE/CEB nº 2/2001; Resolução CNE/CEB nº 5/2005; Resolução CNE/CEB nº 3/2012; Resolução CNE/CP nº 2/2017; Resolução CNE/CP nº 4/2018; Resolução CNE/CP nº 2/2019; Portaria Capes nº 59/2013; Portaria Capes nº 204/2016; Resolução FNDE nº 15/1995; Resolução CD/FNDE nº 51/2011; Instrução FNDE nº 1/1995; Protocolo de Cooperação Técnica nº 1/1995; Resolução nº 21/1995.
20RN	Avaliação da Educação Superior e da Pós-Graduação Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.861/2004 (SINAES); Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 12.269/2010; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.959/2019; Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 7.114/2010; Decreto nº 7.590/2011; Decreto nº 9.235/2017; Decreto nº 9.507/2018; Portaria Interministerial MEC/MS nº 278/2011; Portaria Normativa MEC nº 22/2016; Portaria Normativa MEC nº 11/2017; Portaria Normativa MEC nº 840/2018; Instrução Normativa INEP nº 04/2018.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2317	Acesso à Informação Científica e Tecnológica CF art. 208, Lei nº 8.405/1992, Lei nº 9.394/1996, Lei nº 11.502/2007, Lei nº 13.005/2014, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 8.977/2017, Decreto nº 9.283/2018, Portaria CAPES nº 74/2017, Portaria CAPES nº 122/2017
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
26292	Fundação Joaquim Nabuco
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4000	Estudos, Pesquisas e Avaliações de Políticas Educacionais CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 10.196/2019.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
6294	Promoção de Cursos para o Desenvolvimento Local Sustentável Lei nº 6.687, de 17 de setembro de 1979; Decreto nº 8.994, de 1º de março de 2017.
26294	Hospital de Clínicas de Porto Alegre
00QC	Concessão de Bolsas do Programa Mais Médicos CF/88; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Decreto nº 7.661/2011; e Portaria GM/MEC nº 306/2015.
20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais CF/88; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.082/2010; Decreto nº 8.587/2015; Decreto 10.434/2020; Portaria Interministerial nº 883/2010; e Portaria MEC-GV nº 442/2012.
4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais CF/88; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011 e Lei nº 13.005/2014 (PNE).
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
26298	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
0000	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica CF/88, inciso XXIV do Art. 22; inciso V e parágrafo único do Art. 23; inciso IX do Art. 24; Arts. 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213 e 214; Plano Nacional de Educação 2014-2024; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.801/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Lei nº 13.415/2017; Ato Declaratório Normativo nº 34/1993; Decreto nº 71.733/1973; Decreto nº 4.281/2002; Decreto nº 5.800/2006; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 6.907/2009; Decreto nº 7.219/2010; Decreto nº 8.752/2016; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.283/2018; Decreto nº 9.765/2019; Resoluções do Conselho Nacional de Educação; Resolução CD/FNDE nº 45/2011; Resolução CD/FNDE nº 38/2013; Resolução CD/FNDE nº 54/2013; Portaria MEC nº 98/2013; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Portarias MEC e Portarias Capes.
00OW	Apoio à manutenção da educação infantil CF/88, arts. 205, 206, 208; Lei nº 12.499/2011; Lei nº 12.722/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções do CNE; e Portarias MEC.
00PH	Concessão de bolsas e auxílio financeiro para promover a alfabetização, a elevação da escolaridade e a integração à qualificação profissional, na educação de jovens e adulto: CF/88, arts. 37 e 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.608/1998; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.093/2007; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 9.765/2019; e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
00PI	Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica (PNAE) CF/88, arts. 208 e 212; Lei nº 9.394/1996 (LDB), Lei nº 11.947/2009, Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resoluções específicas sobre alimentação escolar, publicadas pelo FNDE.
00QH	Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies) Lei nº 5.172/1966; Lei nº 12.688/2012; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 6/2012; Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 12/2014; e Portaria Normativa MEC nº 26/2012.
0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica CF/88, arts. 205, 206, 208 e 211; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.801/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.204/2017; Decreto nº 9.765/2019; Decret 10.195/2019; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções do CNE; e Portarias MEC.
0515	Dinheiro Direto na Escola para a Educação Básica CF/88, arts. 205, 208, 211, 215 e 217; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 7.083/2010; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decrett nº 9.204/2017; e Decreto nº 9.765/2019; Portaria Interministerial nº 17/2007; Portarias e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções do CNE; e Portarias MEC.
0969	Apoio ao Transporte Escolar na Educação Básica CF/88, arts. 205, 208, 211 e 217; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014; Decreto nº 6.094/2007; e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
0A12	Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior CF/88, art. 208; Lei nº 5.537/1968; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 11.096/2005; Lei 11.180/2005; Lei nº 12.711/2012; Lei n 13.005/2014; Decreto nº 7.234/2010; Decreto nº 7.824/2012; Portaria Normativa MEC nº 19/2011; Portaria MEC nº 389/2013.
0E53	Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica - Caminho da Escola CF/88, art. 205 e art. 208; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.816/2013 e Lei nº 13.005/2014; Decreto 9.665/2019 e Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
12KU	Apoio à implantação de escolas para educação infantil Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.578/2007; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 6.494/2008; Decreto nº 7.488/2011; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; CF/88, art. 227; Lei nº 9.394/1996; Portaria MEC nº 1.306/1999 – alterações do Regimento Interno do CNE; Lei nº 4.024/1961, arts. 6º ao 9º, com redação dada pela Lei nº 9.131/1995; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 10.219/2001; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 11.274/2006; Decreto nº 6.094/2007; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE; Resoluções aprovadas pelo CNE.	
20RP	Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica
CF/88 (arts. 208, 210, 215 e 231); Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 10.436/2002; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.299/2006; Lei nº 11.507/2007; Lei nº 11.645/2008; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.146/2015; Decreto nº 4.281/2002; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto nº 5.840/2006; Decreto nº 6.093/2007; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 7.612/2011; Decreto nº 7.649/2011; Decreto nº 9.099/2017.	
20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica
CF/88, Arts. 208, 210, 215 e 231; Plano Nacional de Educação 2014-2024; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 9.795/1999; Lei nº 10.098/2000; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 4.281/2002; Decreto 6.093/2007; Decreto nº 6.094/2007; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 6.949/2009; Decreto nº 7.611/2011; Decreto nº 7.612/2011; Decreto nº 9.099/2017; Resoluções do CNE; Base Nacional Comum Curricular; Resolução CD/FNDE nº 42/2012.	
214V	Apoio à alfabetização, à elevação da escolaridade e à integração à qualificação profissional na educação de jovens e adultos
CF/88, arts. 37 e 208; Lei nº 8.405/1992; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 10.741/2003; Lei nº 10.880/2004; Lei nº 11.129/2005; Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.494/2007; Lei nº 11.692/2008; Lei nº 12.433/2011; Lei nº 12.695/2012; Lei nº 12.852/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 6.092/2007; Decreto nº 6.093/2007; Decreto nº 6.629/2008; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 7.114/2010; Decreto nº 7.352/2010; Decreto nº 7.507/2011; Decreto nº 7.626/2011; Decreto nº 7.649/2011; Decreto nº 9.099/2017; Decreto nº 9.306/2018; Decreto nº 9.765/2019; Decreto 10.087/2019; Decreto 10.226/2020; Resolução CNE/CEB nº 03/1999; Resolução CNE/CEB nº 02/2010; Resolução CNE/CEB nº 4/2016; Resolução MJ nº 03/2009; e resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
2184	Fomento ao Desenvolvimento e Modernização dos Sistemas de Ensino de Educação Profissional e Tecnológica
Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 12.816/2013; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Lei nº 13.415/2017; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 6.302/2007; Decreto nº 7.589/2011; Portaria MEC nº 817/2015; Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto 9.982, de 20 de agosto de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
26350	Fundação Universidade Federal da Grande Dourados
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.	
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior
CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.	
26402	Instituto Federal de Alagoas
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV			
Ação Orçamentária / Base legal			
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.		CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.		Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	2183	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.		CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008, Seção II, artigo 6º, I, II e IX; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.		CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
26403	Instituto Federal do Amazonas	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	26406 Instituto Federal do Espírito Santo	
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.		00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.		20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.	
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.		20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Le nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEE nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.		216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.		2183	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
26404 Instituto Federal Baiano		CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008, Seção II, artigo 6º, I, II e IX; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.		Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	26407 Instituto Federal Goiano	
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.		00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.		20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.	
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.		20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.		216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
26405 Instituto Federal do Ceará		Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	2183	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008, Seção II, artigo 6º, I, II e IX; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.		CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV		Ação Orçamentária / Base legal	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.		Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública	2183	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.		CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008, Seção II, artigo 6º, I, II e IX; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
26408	Instituto Federal do Maranhão	2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica		CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.		26411 Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.		Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.		CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.		CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.		Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
26409	Instituto Federal de Minas Gerais	2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica		CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.		26412 Instituto Federal do Sul de Minas Gerais	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.		Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.		CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.	
2183	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008, Seção II, artigo 6º, I, II e IX; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.		CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.		Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	2183	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.		CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008, Seção II, artigo 6º, I, II e IX; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
26410	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais	2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica		CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.		4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.		26413 Instituto Federal do Triângulo Mineiro	
		00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	
		Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
21HG	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.	

26420 Instituto Federal Farroupilha

000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.	

20RG **Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.

ZORL **Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CNE/CNE nº 6/2012.

216H **Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**

Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2994 **Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**

CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

26421 Instituto Federal de Rondônia

00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.

ZORL **Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.

216H **Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2994 **Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**

CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.

26422 Instituto Federal Catarinense

00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica

Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.

20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.	

20RL **Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 9.2004 e Resolução CNE/CNE nº 6/2012.

216H **Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2994 **Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**

CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.

4641 Publicidade de Utilidade Pública

Art. 37 da Constituição Federal de 1988;
Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017;
Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008;
Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017.

Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom:

1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências;
2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares;
3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.

26423 Instituto Federal de Sergipe

00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.

20RL **Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2994 **Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**

CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.

26424 Instituto Federal do Tocantins

00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.

20RG **Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.

20RL **Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**

CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.

216H **Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

2994 **Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica**

CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; Resolução CEB/CNE nº 6/2012.

4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.

26425 Instituto Federal do Acre

00PW Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21B3	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008, Seção II, artigo 6º, I, II e IX; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
26426	Instituto Federal do Amapá	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
26427	Instituto Federal da Bahia	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21B3	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008, Seção II, artigo 6º, I, II e IX; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
26428	Instituto Federal de Brasília	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica	Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008, Seção II, artigo 6º, I, II e IX; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
21B3	Fomento às Ações de Pesquisa, Extensão e Inovação nas Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	CF/88, art. 208; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.534/2007; Lei nº 11.892/2008, Seção II, artigo 6º, I, II e IX; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
26438	Instituto Federal de Santa Catarina
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto 9.982, de 20 de agosto de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
26439	Instituto Federal de São Paulo
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RG	Reestruturação e Modernização das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010.
20RL	Funcionamento das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 12.513/2011 (Pronatec); Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.154/2004; Decretos nos 7.311/2010, 7.312/2010 e 7.313/2010; Parecer CNE/CEB nº 17/1997; Parecer CNE/CEB nº 39/2004 e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
2994	Assistência aos Estudantes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica CF/88; Decreto-Lei nº 9.613/1946; Lei nº 9.394/96 (LDB); Lei nº 11.892/2008; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.154/2004; Decreto nº 7.234/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Parecer CEB/CNE nº 17/1997; e Resolução CEB/CNE nº 6/2012.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
26440	Universidade Federal da Fronteira Sul
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26443	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RX	Reestruturação e Modernização dos Hospitais Universitários Federais CF/88; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 7.082/2010; Decreto nº 8.587/2015; Decreto 10.434/2020; Portaria Interministerial nº 883/2010; e Portaria MEC-GM nº 442/2012.
4086	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais CF/88; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.550/2011 e Lei nº 13.005/2014 (PNE).
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
26447 Universidade Federal do Oeste da Bahia	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26448 Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26449 Universidade Federal do Cariri	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26450 Universidade Federal do Sul da Bahia	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26452 Universidade Federal de Catalão	
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26453 Universidade Federal de Jataí	
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26454	Universidade Federal de Rondonópolis
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
8282	Reestruturação e Modernização das Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 13.005/2014 (PNE); e Decreto nº 6.096/2007.
26455	Universidade Federal do Delta do Parnaíba
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
26456	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.898, de 11 de novembro de 2019, LDO-2020.
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
26457	Universidade Federal do Norte do Tocantins
20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão Lei nº 6.687/1979; Lei nº 11.180/2005; Lei nº 11.788/2008; Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.550/2011; Lei nº 12.871/2013; Lei nº 12.881/2013; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.243/2016; Decreto nº 6.495/2008; Decreto nº 8.977/2017; Decreto nº 9.283/2018; Portaria Interministerial nº 1.369/2013; Portaria MEC e MS nº 285/2015; Portaria MEC nº 976/2010; Portaria MEC nº 389/2017; Portaria CAPES nº 59/2013; Portaria CAPES nº 102/2015; Portaria CAPES nº 132/2016; Portaria CAPES nº 227/2017; Resolução ANVISA/MS nº 39/2008; Resolução CNS/MS nº 466/2012; Resolução CD/FNDE nº 36/2013 e Resolução CD/FNDE nº 42/2013.
20RK	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior CF/88; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 11.273/2006; Lei nº 11.502/2007; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 5.800/2006.
4002	Assistência ao Estudante de Ensino Superior CF/88, Título VIII, Capítulo III, Seção I; Lei nº 9.394/1996 (LDB); Lei nº 12.155/2009; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014 (PNE); Decreto nº 4.875/2003; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 5.626/2005; Decreto 7.234/2010; Decreto nº 7.416/2010; Portaria MEC nº 745/2012; Portaria MEC nº 39/2007; Portaria Normativa MEC nº 25/2010.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Lei nº 8.112/1990; Decreto nº 6.114/2007; Decreto nº 9.991/2019; Portaria MEC nº 1.084/2008.
2191	Defensoria Pública da União
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 19, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Art. 12, inciso XI, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021.
2725	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão Constituição Federal , art. 5º , inciso LXXIV e art. 134, Lei Complementar 80/94, Lei 9.020/95 e EC 74/2013.
30101	Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; ; Portaria nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017. Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019 em substituição à Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 - Altera o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e o Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.
2017	Promoção da Política Nacional de Justiça - Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, complemento pela Lei n 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990 (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020), 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006. - Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.; - Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 - Altera o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e Decreto 10.365 de 22 maio de 2020. - Portaria nº 821, de 31 de outubro de 2019 - Regulamenta a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça e Segurança Pública e detalha o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança; - Portaria nº 681, de 5 de dezembro de 2019 - Institui, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Rede de Serviços de Informações ao Cidadão - Rede SIC, designa a autoridade de que trata o art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e define formas de atendimento ao público.; - Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1998 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. (Improbidade Administrativa); - Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 - Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 11 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.; - Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.; - Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.; - Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 - Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015); - Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023. Art 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023 (PPA 2020-2023), em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição; - Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 - Regulamenta a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período 2020 a 2023, e altera o Decreto nº 9.834, de 12 de junho de 2019, que institui o Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, § 8º da LDO-2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

218M	Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade
Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006 (Maria da Penha); Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015 (Crime hediondo feminicídio); Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 (SISP); Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 (Regulamenta SISP); Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 (Sinarm); Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sisnad); Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007 e alterações (PRONASCI); Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010 e alterações (Enfrentamento crack); Lei nº 13.971 de 27 de dezembro de 2019 (Institui PPA 2020-2023); Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 regulamenta PPA 2020 2023; Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 e alterações (Programa de Proteção Integrada de Fronteiras); Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 (Regulamenta contrato de repasse); Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 (Planejamento Estratégico PPIF); Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp); Decreto nº 9.489 de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta PNSPDS); Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 (Regimento Interno SENASP); Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 - Altera o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019; Portaria nº 821 de 31 de outubro de 2019 (Regulamenta estrutura MJSP); Portaria nº 867 de 02 de dezembro de 2019 (Emprego mobilizados operações SEOPi); Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018; Lei nº 12.850 de 2 de agosto de 2013 (Define ORCRIM); e Decreto nº 9.630 de 26 de dezembro de 2018 (Institui Plano NSPDS).	

218N	Gestão da Política de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
- Decreto nº 3.810, de 02 de maio de 2001 - EUA: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América; - Decreto nº 3.324, de 30 de maio de 1999 FRANÇA: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa; - Decreto nº 8.046, de 11 de julho de 2013 - HONDURAS: Tratado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal; - Decreto nº 862, de 09 de julho de 1993 - ITÁLIA: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana; - Decreto nº 9.729, de 15 de março de 2019 - JORDÂNIA: Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e o Reino Hachemita da Jordânia; - Decreto nº 7.595, de 1º de novembro de 2011 - MÉXICO: Acordo de Assistência Jurídica Internacional em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos Mexicanos; - Decreto nº 7.582, de 13 de outubro de 2011 - NIGÉRIA: Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria; - Decreto nº 7.596, de 1º de novembro de 2011 - PANAMÁ: Acordo de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal; - Decreto nº 3.988, de 29 de outubro de 2001 - PERU: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru; - Decreto nº 8.047, de 11 de julho de 2013 - REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE: Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte; - Decreto nº 6.974, de 07 de outubro de 2009 - SUÍÇA: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Confederação Suíça; - Decreto nº 6.832, de 29 de abril de 2009 - SURINAME: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname; - Decreto nº 9.065, de 31 de maio de 2017 - TURQUIA: Acordo sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia; - Decreto nº 5.984, de 12 de dezembro de 2006 - UCRÂNIA: Acordo de Assistência Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Ucrânia;	

2334	Proteção e Defesa do Consumidor
• Lei 8.078/1990; • Lei 9.609/1998; • Lei 9.610/1998; • Lei 10.742/2003; • Lei 13.844/2019; • Decreto 2.181/1997; • Decreto 6.523/2008; • Decreto 7.962/2013; • Decreto 7.963/2013; • Decreto 8.573/2015; • Decreto 9.662/2019; • Decreto 9.882/2019; • Decreto 10.197/2020; • Portaria MJSP 156/2020; • MP 925/2020, convertida na Lei nº 14034, de 05 de agosto de 2020;; • MP 948/2020; • Portaria MJSP 1.387/2007; • Portaria Conjunta MJSP/MINFRA 03/2019; • Portaria MJSP 618/2019; • Portaria MJSP 71/2020; • Portaria Gab-Senacon 07/2016; • Portaria Gag-Senacon 14/2020; • Portaria MJSP 329/2019; • Portaria MJSP 877/2019; • Portaria Gab-Senacon 24/2019; • Portaria Gab-Senacon 15/2020; • Decreto 9.875/2019; • Portaria MJSP 2.258/2007; • Lei nº 13.971/2019; • Decreto nº 10.321/20; • Decreto nº 10.073/19.	

4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019 em substituição à Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal. Decreto-Lei 200/1967; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019; Portaria MJ nº 1.222, de 21 de dezembro de 2017	

30103	Arquivo Nacional
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
PLDO 2021, artigo 12, inciso XVI: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2021 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVI - aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, da seguinte forma: a) para valores acima de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou o equivalente em moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, em programação específica, que deverá identificar nominalmente cada beneficiário; e b) para valores iguais ou inferiores ao previsto na alínea “a”, deverão ser utilizadas programação específica ou as ações “000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica” e “00PW - Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica;	

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, § 8º da LDO-2020.	

2810	Promoção do Acesso ao Patrimônio Documental Nacional
Constituição Federal (inciso XXXIII do Art 5º, parágrafo 3º do inciso II do Art 37, parágrafo 2º do Art. 216); Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002; Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003; Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012; Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020 e suas alterações; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Lei 13.874, de 20 de setembro de 2019; Decreto nº 10.148, de 02 de dezembro de 2019; Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020; Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020.	

30107	Departamento de Polícia Rodoviária Federal
00QV	Indenização Pela Flexibilização Voluntária do Repouso Remunerado
Lei nº 13.712, de 24 de agosto de 2018.	

154T	Aprimoramento e Manutenção da Infraestrutura da Polícia Rodoviária Federal
Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988; Lei n. 9.654 de 1998 (Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal) ; Decreto n. 1.655 de 1995 (Define a competência da Polícia Rodoviária Federal); Portaria n. 224 de 2018 (Aprova o Regimento Interno da PRF); Lei n. 9.503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei n. 13.675 de 2018 (Cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social) ; Lei n. 13.756 de 2018 (Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública); Lei n. 13.614 de 2018 (Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans); Decreto n. 5.480 de 2005 (Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal); Lei n. 9.883 de 1999 (Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência); Decreto n. 3.695 de 2000 (Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública); Decreto n. 8.903 de 2016 (Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras); Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 - PPA 2020-2023; Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020, e o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 (Aprovam as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, respectivamente, remaneja e substitui cargos em comissão e funções de confiança).	

15UN	Construção da Sede Regional no Estado de Rondônia
Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988; Lei n. 9.654 de 1998 (Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal) ; Decreto n. 1.655 de 1995 (Define a competência da Polícia Rodoviária Federal); Portaria n. 224 de 2018 (Aprova o Regimento Interno da PRF); Lei n. 9.503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei n. 13.675 de 2018 (Cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social) ; Lei n. 13.756 de 2018 (Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública); Lei n. 13.614 de 2018 (Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans); Decreto n. 5.480 de 2005 (Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal); Lei n. 9.883 de 1999 (Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência); Decreto n. 3.695 de 2000 (Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública); Decreto nº 9.818, de 2019 alterou o Decreto n. 8.903 de 2016 (Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras); PPA 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 regulamentado pelo decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020); Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020, e o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 (Aprovam as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, respectivamente, remaneja e substitui cargos em comissão e funções de confiança).	

15WF	Reforma da Sede da Superintendência do Rio Grande do Sul
Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988; Lei n. 9.654 de 1998 (Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal) ; Decreto n. 1.655 de 1995 (Define a competência da Polícia Rodoviária Federal); Portaria n. 224 de 2018 (Aprova o Regimento Interno da PRF); Lei n. 9.503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei n. 13.675 de 2018 (Cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social) ; Lei n. 13.756 de 2018 (Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública); Lei n. 13.614 de 2018 (Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans); Decreto n. 5.480 de 2005 (Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal) parcialmente revogado pelo Decreto nº 7.128, de 2010 e Decreto nº 10.087, de 2019; Lei n. 9.883 de 1999 (Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência); Decreto n. 3.695 de 2000 (Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública); Decreto n. 8.903 de 2016 (Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras); PPA 2020-2023 (Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 regulamentado pelo decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020); Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020, e o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 (Aprovam as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, respectivamente, remaneja e substitui cargos em comissão e funções de confiança).	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

15WG	Construção da Sede Regional do Rio Grande do Norte
Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988; Lei n. 9.654 de 1998 (Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal) ; Decreto n. 1.655 de 1995 (Define a competência da Polícia Rodoviária Federal); Portaria n. 224 de 2018 (Aprova o Regimento Interno da PRF); Lei n. 9.503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei n. 13.675 de 2018 (Cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social) ; Lei n. 13.756 de 2018 (Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública); Lei n. 13.614 de 2018 (Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans); Decreto n. 5.480 de 2005 (Dispõe sobre o Sistema de Correção do Poder Executivo Federal) parcialmente revogado pelo Decreto nº 7.128, de 2010 e Decreto nº 10.087, de 2019; Lei n. 9.883 de 1999 (Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência); Decreto n. 3.695 de 2000 (Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública); Decreto n. 8.903 de 2016 (Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras); PPA 2020-2023 (lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 regulamentado pelo decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020); Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020, de 1º de janeiro de 2019, e o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 (Aprovam as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, respectivamente, remaneja e substitui cargos em comissão e funções de confiança).	

2000	Administração da Unidade
Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988; Lei n. 9.654 de 1998 (Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal) ; Decreto n. 1.655 de 1995 (Define a competência da Polícia Rodoviária Federal); Portaria n. 224 de 2018 (Aprova o Regimento Interno da PRF); Lei n. 9.503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei n. 13.675 de 2018 (Cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social) ; Lei n. 13.756 de 2018 (Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública); Lei n. 13.614 de 2018 (Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans); Decreto n. 5.480 de 2005 (Dispõe sobre o Sistema de Correção do Poder Executivo Federal) parcialmente revogado pelo Decreto nº 7.128, de 2010 e Decreto nº 10.087, de 2019; Lei n. 9.883 de 1999 (Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência); Decreto n. 3.695 de 2000 (Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública); Decreto n. 8.903 de 2016 (Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras); PPA 2020-2023 (lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 regulamentado pelo decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020); Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020, e o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 (Aprovam as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, respectivamente, remaneja e substitui cargos em comissão e funções de confiança); Decreto nº 9.991 de 2019 (Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamentação dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento).	

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, § 8º da LDO-2020.	

2723	Policciamento, Fiscalização, Combate à Criminalidade e Corrupção
Art. 144, II, § 2º da Constituição Federal de 1988; Lei n. 9.654 de 1998 (Cria a carreira de Policial Rodoviário Federal) ; Decreto n. 1.655 de 1995 (Define a competência da Polícia Rodoviária Federal); Portaria n. 224 de 2018 (Aprova o Regimento Interno da PRF); Lei n. 9.503 de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); Lei n. 13.675 de 2018 (Cria a Política Nacional de Segurança pública e Defesa Social) ; Lei n. 13.756 de 2018 (Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública); Lei n. 13.614 de 2018 (Cria o plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito – Pnatrans); Decreto n. 5.480 de 2005 (Dispõe sobre o Sistema de Correção do Poder Executivo Federal); Lei n. 9.883 de 1999 (Cria o Sistema Brasileiro de Inteligência); Decreto n. 3.695 de 2000 (Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública); Decreto n. 8.903 de 2016 (Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras); PPA 2020-2023 (lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 regulamentado pelo decreto nº 10.321 de 15 de abril de 2020); Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020, e o Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 (Aprovam as Estruturas Regimentais e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções Confiança do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, respectivamente, remaneja e substitui cargos em comissão e funções de confiança); Decreto Nº 3.229/1999 Promulga a Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, explosivos e outros Materiais Correlatos); III Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - Lei nº 13.344/2016 (Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas); Decreto Nº 9.603 / 2018 (Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência); Decreto Nº 8.614/2015(Regulamenta a LC nº 121/2006 para instituir a Política Nacional de Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas e para disciplinar a implantação do Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Carga); Programa de avaliação e reaparelhamento dos órgãos operacionais do Susp; Parecer nº 1847-6-9/2010, Parecer nº 246/2012CONJUR/MRE e Parecer nº 41/2013 CONJUR/CGDI e referente aos exercícios 2012 e 2013 (Pareceres específicos). Membro da Organização Internacional de Cooperação Policial (OICP) – INTERPOL desde1953.	

4641	Publicidade de Utilidade Pública
Constituição Federal de 1988; Decreto n. 6.555 de 2008 (Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências) e PPA 2020 - 2023.	

30108	Departamento de Polícia Federal
0122	Contribuição à Organização Internacional de Polícia Criminal - INTERPOL (MJ)
Parecer nº 1847-6-9/2010, Parecer nº 246/2012CONJUR/MRE e Parecer nº 41/2013 CONJUR/CGDI e referente aos exercícios 2012 e 2013 (Pareceres específicos). Membro da Organização Internacional de Cooperação Policial (OICP) – INTERPOL desde 1953.	

154Z	Construção da Superintendência Regional no Estado do Pará
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.	

155H	Construção da Delegacia de Juiz de Fora/MG
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.	

15F5	Construção da Delegacia de São José do Rio Preto/SP
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.	

15F9	Aprimoramento da Infraestrutura da Polícia Federal
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.	

15UP	Construção da Delegacia de Ponta Porã/MS
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073 , de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020-Estrutura Regimental do MJ; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.	

15WH	Construção da Superintendência Regional em Minas Gerais
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.	

15WI	Construção da Superintendência Regional no Piauí-PI
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de Fevereiro de 1997 - Institui o Funapol; Decreto Nº 2.381, de 12 de Novembro de 1997 - Regulamenta o Funapol; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.	

2000	Administração da Unidade
CF/88; Lei Complementar Nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol; Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol; Decreto-Lei 200/1967; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.	

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 18, § 8º da LDO-2020. Arts. 8º e 45-A da Lei 5.809, de 1972.	

2586	Manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Estrangeiros

Constituição Federal, art 144; Lei nº 13.445/2017; Decreto nº 9.199/2017; Decreto nº 86.715, de 1981 - regulamenta o estatuto do estrangeiro; Decreto nº 1.983, de 1996 - PROMASP; Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o FUNAPOL; Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - Regulamenta o FUNAPOL; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 - Estrutura Regimental do MJSP; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.

2726	Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Drogas e a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Constituição Federal art. 144, § 1º; Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997 - institui o Funapol; Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997 - regulamenta o Funapol; Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986 - institui o FUNAD; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 e pelo Decreto nº 10.379 de 28 de maio de 2020 - Estrutura Regimental do MJSP; Portaria MSP nº 155, de 27 de setembro de 2018 - Regimento Interno da PF. Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 alterado pelo decreto; Decreto 9.818 de 03 de junho de 2019, Art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da Constituição Federal; e Portaria MJSP nº 711/2019, de 13/09/2019; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.

3020Z	Fundação Nacional do Índio - FUNAI

15SL	Aprimoramento da Infraestrutura da Fundação Nacional do Índio
Decreto nº 9.010 de 23 de março de 2017; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Decreto Nº 9.699, de 8 de fevereiro di 2019; Decreto nº 9.660, de1 de janeiro de 2019.	

2000	Administração da Unidade
Decreto nº 9.010, de 23 de março de 2017(Aplicado à Funai); Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Decreto Nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019; Decreto nº 9.660, de1 de janeiro de 2019.	

20UF	Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados

Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas: Art. 231 da Constituição Federal; Lei nº 6.001/1973; Decreto nº 1.775/1996; Portaria 14/MJ/1996; Portaria 2498/MJ/2011; Instrução Normativa n.º 02/2012/PRES-Funai, Portaria n.º 320/PRES-Funai/2013; Decreto nº 9.010/2017(Estatuto da FUNAI), Decreto nº 4.412/ 2002 e suas alterações (atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal em Terras Indígenas); Leis n.º 6.015/ 1973 e n.º 9.534/ 1997 (registros públicos); Art. 5 (inciso XXIV) e Art. 225 da CF, Lei nº 4.132/1962 – Desapropriação por interesse social, Decreto nº 7.747 – Institui o PNGATI . Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas: Artigo 20, inciso XI, e Artigo 231 da Constituição Federal; Lei n.º 6.001/73; Lei n.º 6.938/81; Lei n.º 7.347/85 e Lei n.º 9.605/98; Portarias nº 281 e 290/PRES/2000, Decreto n.º 9010/2017, Lei nº 8.080/ 1990 (Sistema Único de Saúde); Lei nº 9.836/ 1999 (Subsistema de Atenção à Saúde Indígena); Decreto nº 7.037/ 2009 (Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3); Portaria Funai nº 666/2017 (Regimento Interno da Fundação Nacional do Índio). Para execução dos serviços de georreferenciamento de terras indígenas, em atendimento ao que estabelecem os parágrafos 3º e 4º, do artigo 176, e o parágrafo 3º do artigo 225, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, incluídos pela Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001. As especificações fixadas devem ser observadas e cumpridas de forma indistinta para imóveis públicos e privados; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Decreto Nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019; Decreto nº 9.660, de1 de janeiro de 2019.

216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da LDO-2017; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Decreto Nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019; Decreto nº 9.660, de1 de janeiro de 2019.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

2180	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas
Constituição Federal/1988, arts. 4, 5, 6, 20, inciso XI , 23, incisos I e II, 204, inciso II, 210, § 2º, 215, § 1º, 216, § 1º, 225, 227, 231 e 232; Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil ao Acordo de Paris; Decreto nº1. 775/1996; Decreto nº1. 905/1996; Decreto nº 2.519/1998; Decreto nº 2.652/1998; Decreto nº 26/1991; Decreto nº 4.339/2002; Decreto nº 4.412/2002 e suas alterações; Decreto nº 5.758/2006; Decreto nº 6.040/2007; Decreto nº 6.476/2008; Decreto nº 6.861/2009; Decreto nº 678/1992; Decreto nº 7.037/2009; Decreto nº 7.272/2010; Decreto nº 7.583/2011; Decreto nº 7.589/2011; Decreto nº 7.747/2012; Decreto nº 7.775/2012; Decreto nº 7.794/2012; Decreto nº 8.293/2014; Decreto nº 8.593/2015; Decreto nº 8.772/2016; Decreto nº 8.972/2017; Decreto nº 88.173/1981; Decreto nº 9.010/2017; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto-Lei nº 401/1968; Instrução Normativa nº 01/2016/Funai; Instrução Normativa nº 02/2012/Funai; Instrução Normativa nº 02/2015/Funai; Instrução Normativa nº 45/2010/INSS; Instrução Normativa nº 77/2015/INSS; Lei nº 9.534/1997; Lei nº 10.836/2004; Lei nº 11.326/2006; Lei nº 11.460/2007; Lei nº 11.977/2009 e suas alterações; Lei nº 12.187/2009; Lei nº 12.188/2010; Lei nº 12.212/2010; Lei nº 12.513/2011; Lei nº 12.651/2012; Lei nº 12.687/2012; Lei nº 12.711/2012; Lei nº 13.005/2014; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 13.257/2016; Lei nº 4.132/1962; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020. Lei nº 4.504/1964 e suas alterações; Lei nº 5.371/1967;Lei nº 6.001/1973; Lei nº 6.015/1973; Lei nº 6.513/1977; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 7.347/1985 ; Lei nº 8.069/1990; Lei nº 8.080/ 1990; Lei nº 8.159/1996; Lei nº 8.213/1991 e suas alterações; Lei nº 8.742/1993; Lei nº 9.394/1996; Lei nº 9.424/1996; Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.605/1998; Lei nº 9.836/1999; Lei nº 9.985/2000; Norma da Organização para o Museu do Índio/1988; Parecer nº 09/2015/CNE/CEB; Portaria Interministerial nº 02/2014/MDA/MJ; Portaria nº 14/1996/MJ; Portaria nº 150/2016/MMA; Portaria nº 2.498/2011/MJ; Portaria nº 281/2000/Funai; Portaria nº 290/2000/Funai; Portaria nº 320/2013/Funai;Portaria nº 370/2015/MMA; Portaria nº 389/2013/MEC; Portaria nº 666/2017/Funai; Portaria nº 693/2000/Funai; Resolução Conjunta nº 03/2012/CNJ-CNMMP; Resolução nº 03/1999/CNE; Resolução nº 03/2012/CNJ; Resolução nº 05/2012/CNE/CEB; Resolução nº 113/2006/Conanda; Resolução nº 237/1997/Conama.	
30211	Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados
Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 8.817, de 21 de julho de 2016, anexo I, arts. 1º e 31; Parecer CONIUR/CGDI nº 35/2014, do MRE, de 21 de janeiro de 2014; Ofício nº 155 SGEX/COF/CORG/AEFI OCDE, de 19 de dezembro de 2014; Ofício nº 51/2015/SEAIN-MP, de 06 de maio de 2015; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015 e Ofício nº 102 COF/CORG/AEFI/MRE, de 16 de julho de 2015.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da LDO-2017.	
2807	Promoção e Defesa da Concorrência
A proteção da ordem econômica está fundamentada no artigo 170 da Constituição Federal. A defesa da concorrência no Brasil é atribuição do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, regido pela Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. A referida lei disciplina, ainda, tanto a estrutura do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, quanto suas competências, dentre elas, a de instrução e julgamento de atos de concentração e processos administrativos. O Decreto nº 9.011, de 23 de março de 2017, aprova a Estrutura Regimental da autarquia.	
30905	Fundo de Defesa de Direitos Difusos
6067	Apoio e Fomento a Projetos de Defesa de Direitos Difusos
• Lei 13.844/2019 em substituição à medida provisória nº 870; • Lei 7.347/1985; • Lei 9.008/1995; • Decreto 1.306/1994; • Decreto 9.662/2019; • Portaria MJ 1.488/2008; • Portaria MJ 905/2017; • Portaria MJ 2.314/2018; • Lei nº 13.971/2019; • Decreto nº 10.321/20; • Decreto nº 10.073/19; • Decisão Judicial: TRF 03 - Seccional Campinas - Ação Civil Pública, nº 5008138-68.2017.4.03.6105 - tutela antecipada com base no artigo 13 da Lei nº 7347/85 e no precedente do STF advindo do julgamento da ADPF 347 MC/DF.	
30907	Fundo Penitenciário Nacional
00R3	Racionalização e Modernização do Sistema Penal
Lei Complementar nº 79/94 e Lei 13.500/2017. Lei 13.844 de 18 de junho de 2019 em substituição à Medida Provisória Nº 870 de 1º de janeiro de 2019.	
155N	Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal
Lei Complementar nº 079, de 1994, Lei Complementar nº 119, de 2005, Lei 7.210/84 e Lei Nº 13.500, de 26 de outubro de 2017. Lei 13.844 de 18 de junho de 2019 em substituição à Medida Provisória Nº 870 de 1º de janeiro de 2019; Lei nº 8.745/1993; Lei 13.886 de 17 outubro de 2019.	
15F7	Construção da Sede do Departamento Peninteciário Nacional - DEPEN
Lei Complementar nº 79/94, Decreto nº 6.049/07 e Portaria MJ 3123/12.	
150H	Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas- RS
Lei Complementar nº 79/94; Decreto nº 6.049/07; Lei nº 7.210/84; Lei nº 8.072/90, Lei nº 9.883/99.	
2000	Administração da Unidade
Lei 7210/1984; Lei Complementar 79/1994; Decreto 1093/1994; Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019; Medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844/2019; Portaria nº 199, de 9 de novembro de 2018 (Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional); Portaria Interministerial nº 1, de 2 de janeiro de 2014 MS/MJSP.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da LDO-2017.	

218P	Aprimoramento do Sistema Penitenciário Nacional e Incentivo ao Desenvolvimento da Inteligência Penitenciária
Lei Complementar nº 79, de 1994; Lei Complementar nº 119, de 2005; Lei nº 12.258, de 2010; Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal); Portaria nº 5 de 4 de janeiro de 2018; Portaria Interministerial nº 1.777 de 2003 (Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário); Artigo 5º Constituição Federal; Lei 7.209/84 Reforma do Código Penal; Lei 9.099/95 Juizados Especiais Criminais; Lei 9.714/98 Lei das Penas Alternativas; Lei 10.259.01 Juizados Criminais Federais; Lei 11.343/06 institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas; Lei 12.403/11, altera dispositivos do Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória e demais medidas cautelares; Lei 13.971 de 27 dezembro 2019; Decreto 10.321 de 15 de abril de 2020; Lei nº 13.500, de 26 de outubro de 2017; Decreto nº 6.049/07; Lei nº 8.072/90; Lei nº 9.883/99; Lei nº 9.983/00; ; Decreto nº 4.376/02; Lei 13.844 de 18 de junho de 2015 em substituição à Medida Provisória Nº 870 de 1º de janeiro de 2019;	
30911	Fundo Nacional de Segurança Pública
00R2	Aprimoramento da Segurança Pública Nacional
Lei 13.675, de 11 de junho de 2018. Lei 13.756 de 12 de dezembro de 2018.Decreto 9.489/2018. Decreto 9.609/2018 Decreto 9.630/2018.	
15P9	Construção, Instalação e Reforma de Imóvel da Força Nacional
Decretos 5.289/04; Decreto nº 9.662 de 1º janeiro 2019; Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 regulamenta PPA 2020 2023; Portaria nº 1.185, de 20 de dezembro de 2017 e Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 e Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018; Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 - Altera o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019 (Estrutura Regimental do MJSP); Portaria SENASP Nº 200, de 06 de novembro de 2018; Portaria SENASP Nº 20, de 27 de fevereiro de 2019. Lei nº 13971, de dezembro 2019; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.	
218Q	Implementação de Políticas de Segurança Pública, Prevenção, e Enfrentamento à Criminalidade
Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003; Decreto nº 5.123 de 1º de julho de 2004; Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006; Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007; Lei nº 13.104 de 09 de março de 2015; Decreto nº 9150 de 4 setembro 2017 (Revogado); Portaria nº 1.185, de 20 de dezembro de 2017. Decreto nº 3.695 de 21 de dezembro de 2000 (SISP); Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003 (Sinarm); Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Sinad); Lei nº 11.530 de 24 de outubro de 2007 e alterações (PRONASCI); Resolução nº 1 de 15 de julho de 2009 (Regulamenta SISP); Decreto nº 7.179 de 20 de maio de 2010 e alterações (Enfrentamento crack); Lei nº 13.971 de 27 de dezembro de 2019 (INSTIT PPA 2020-2023); Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 regulamenta PPA 2020-2023; Decreto nº 8.903 de 16 de novembro de 2016 (Programa de Proteção Integrada de Fronteiras); Portaria SENASP nº 2 de 09 de janeiro de 2017 (Regulamenta contrato de repasse); Portaria GSI nº 38 de 20 de abril de 2018 (Planejamento Estratégico PPPIF); Lei nº 13.675 de 11 de junho de 2018 (PNSPDS e Susp); Decreto nº 9.489 de 30 de agosto de 2018 (Regulamenta PNSPDs); Portaria MJSP nº 151 de 26 de setembro de 2018 (Regimento Interno SENASP); Decreto nº 10.073, de 18 de outubro de 2019 - Altera o Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e o Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019 (Estrutura Regimental do MJSP); Portaria nº 821 de 31 de outubro de 2019 (Regulamenta estrutura MJSP); Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018; Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (ORCRIMM); Portari nº 867 de 02 de dezembro de 2019 (Operações SEOPi); e Decreto nº 9.630 de 26 de dezembro de 2018 (Institui Plano NSPDs); Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020. Lei nº 12.681, de 04 de julho de 2012 e Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007.	
2800	Atuação da Força Nacional de Segurança Pública
Decretos 5.289/04; Decreto nº 9.662 de 1º janeiro 2019; Portaria nº 1.185, de 20 de dezembro de 2017 e Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007 e Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018; Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020 regulamenta PPA 2020 2023; Portaria SENASP Nº 200, de 06 de novembro de 2018; Portaria SENASP Nº 20, de 27 de fevereiro de 2019. Lei nº 13.971, de 27 de dezembro 2019; Decreto 10.073; Decreto 10.365 de 22 de maio de 2020.	
30912	Fundo Nacional Antidrogas
20IE	Articulação de Política Pública sobre Drogas
Lei nº7.560, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006; Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 Lei 13.971/2020. Lei 13.886 de 17 de outubro de 2019. Lei 13.840 de 5 de junho de 2019.	
218R	Gestão de Ativos e Descapitalização do Crime
Lei nº7.560, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006; Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006; Decreto nº 9.761, de 11 de abril de 2019; Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2019; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019. Lei 13.886 de 17 de outubro de 2019. Lei 13.840 de 5 de junho de 2019. Decreto nº 10.365 de 22 de maio de 2020.	
32101	Ministério de Minas e Energia - Administração Direta
00OE	Remuneração da Empresa Pré-Sal Petróleo S.A. pela Gestão de Contratos
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 12.304, de 02 de agosto de 2010, arts. 2º, 4º e 7º; Decreto nº 8.063, de 1º de agosto de 2013; e Resoluções do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE que definem a parcela do bônus de assinatura de contratos de partilha da produção a ser destinada à Empresa, tal como a Resolução nº 5, de 25 de junho de 2013.	
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados
Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015; e Declaração Conjunta de Associação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Agência Internacional de Energia, de 31 de outubro de 2017.	
00SC	Participação da União no Capital de nova Estatal controladora de Itaipu Binacional e a Eletrobras Termonuclear S.A
Projeto de Lei 5.877/2019	
13E4	Projeto de Assistência Técnica aos Setores de Energia e Mineral - META II
CF/88, arts. 20, 21, 174 e 176; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019; e Le nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019.
20TZ	Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico da Mineração CF/88, art. 20, 21, 22, 174, 176 e 225, §2º; Decreto-Lei 227/67; Leis nº 7.805/89, nº 9.314/96, nº 12.305/2010, nº 12.890/2013; nº 13.575/2017; nº 13.844/2019; e Decreto nº 9.675/2019.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 11, inciso XXV; e Art. 17, inciso XIV e § 8º da LDO-2019.
21BA	Coordenação das ações de gestão e monitoramento do setor elétrico Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.357, de 27 de abril de 2018; Decreto nº 8.493, de 15 de julho de 2015; Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011; Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009; Decreto nº 5.175, de 9 de agosto de 2004; Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; e Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.
4641	Publicidade de Utilidade Pública CF/88, art. 37; Art. 5º, inciso VII, da Alteração da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4887	Gestão das Políticas de Geologia, Mineração e Transformação Mineral CF/88, arts. 20, 21, 22, 174, 176 e 225, § 2º; Decreto-Lei nº 227/67; Lei nº 9.314/96; Lei nº 7.805/89, Lei nº 13.575/2017; Lei nº 13.844/2019; e Decreto nº 9.675/2019.
4892	Planejamento dos Setores de Petróleo, Derivados, Gás Natural e Biocombustíveis CF/88, art. 174; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004; Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004; Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009; Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010; Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010; e Lei nº 12.490, de 16 de setembro de 2011.
4897	Planejamento do Setor Energético CF/88, art. 174; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.675, de 2 de janeiro de 2019; Portarias MME nº 150, de 10 de maio de 1999; nº 485, de 16 de dezembro de 1999; nº 323, de 30 de agosto de 2000 e nº 651, de 30 de dezembro de 2002.
32202	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 - LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
0284	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa Constituição Federal/1988, Artigo 52, Incisos V e VII. Resolução de Senado Federal Nº 50/1993
125F	Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina Sentença transitada em julgado no STF em setembro de 2014, através do Recurso Extraordinário 612592. impetrado pelos réus (União e empresas de mineração de carvão da região sul-catarinense) em última instância.
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
20L9	Levantamentos, Estudos, Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Críticos CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
20LA	Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995; e Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
20LC	Levantamento Geológico, Oceanográfico e Ambiental do Potencial Mineral do Espaço Marinho e Costeiro CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998) Art. 218 da Constituição Federal de 1988; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Decreto nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002.
213Y	Levantamentos Geológicos e Integração Geológica Regional CF/88, arts. 20, inciso IX, e 21, incisos XV e XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
218B	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação nas Geociências e Setor Mineral Decreto Federal 9.283, publicado em 7 de fevereiro, tem como objetivo regulamentar dispositivos do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei Federal 13.243, de 2016 e 10.973, de 2004), além de promover significativas alterações em outras oito normas voltadas à temática de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).
2397	Levantamentos Hidrogeológicos, Estudos Integrados em Recursos Hídricos para Gestão e Ampliação da Oferta Hídrica CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
2399	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
2B51	Gestão e Disseminação da Informação Geológica CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
2B53	Produção Laboratorial de Análises Minerais - Rede LAMIN CF/88, art. 20, IX, art. 21, XV, XIX; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; e Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995.
2D62	Levantamentos da Geodiversidade CF/88, art. 21, inciso XV e art. 22, inciso XVIII; Decreto-lei nº 764, de 15 de agosto de 1969; Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994; Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995; e Plano Nacional de Mineração 2030 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral , Capítulo 1, Item 1.2.4.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.
32265	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e Decreto 4.455, de 14 de janeiro de 1998.
212J	Regulação da Distribuição e Revenda de Derivados de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 8º, Inciso II; e Decreto 4.455, de 14 de janeiro de 1998.
212K	Regulação da Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 8º, Inciso II; e Decreto 4.455, de 14 de janeiro de 1998.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 11, inciso XXV; e Art. 17, inciso XIV e § 8º da LDO-2019.
4641	Publicidade de Utilidade Pública CF/88, art. 37; Art. 5º, inciso VII; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
32266	Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
00NY	Transferência de Recursos para a Conta de Desenvolvimento Energético (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002; Decreto nº 9.022 de 31 de março de 2017 e Acórdão nº 3.389/2012-Plenário TCU.
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 11, inciso XXV; e Art. 17, inciso XIV e § 8º da LDO-2019.
2993	Ouvidoria Setorial da Agência Nacional de Energia Elétrica Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.
2C42	Participação Pública na Agenda Regulatória do Setor Elétrico Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; e Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art.29.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.
4641	Publicidade de Utilidade Pública CF/88, art. 37; Art. 5º, inciso VII; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; e Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
4699	Outorga de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica CF/88, art. 21, inciso XII, alínea "b", e art. 175; Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003; e Art. 29, incisos VIII e IX, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.
4703	Regulamentação dos Serviços de Energia Elétrica Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000; Decreto nº 1.717, de 24 de novembro de 1995; e Contratos de Concessão.
4880	Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; e Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.
32314	Empresa de Pesquisa Energética - EPE
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; e Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004; Decreto 5.184, de 16 de agosto de 2004, - Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
201F	Estudos de Inventário e Viabilidade para Expansão da Geração Hidrelétrica Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004 - arts 2º, e 4º - Incisos I a VII; Decreto 5.184, de 16 de agosto de 2004, - Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
201I	Estudos para o Planejamento do Setor Energético Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004 - arts 2º, e 4º - Incisos I a VII; Decreto 5.184, de 16 de agosto de 2004, - Estatuto Social da Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 11, inciso XXV; e Art. 17, inciso XIV e § 8º da LDO-2019.
21BC	Estudos da indústria de petróleo e gás natural Lei nº 10.847/2004, Art. 4º, Incisos I, XII, XV e parágrafo único; Decreto nº 7.382/2010 (redação dada pelo Decreto nº 9.616/2018).
21BD	Estudos da indústria de biocombustíveis Lei 10.847/2004, Art. 4, Incisos I, III, XIII, XV e parágrafo único
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006.
32396	Agência Nacional de Mineração - ANM
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; e
215Z	Regulação, Outorga e Fiscalização da Mineração Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 11, inciso XXV; e Art. 17, inciso XIV e § 8º da LDO-2019.
32397	Indústrias Nucleares do Brasil S.A. - INB
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018; e LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
1393	Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio em Resende - RJ Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, (alterada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; e Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988); e Exposição de Motivos nº 032, de 20/11/1998, do Grupo Trabalho Interministerial criado pela Portaria nº 137, de 27/05/1998 e Decreto 9.600 de 5 de dezembro de 2018, que Consolida as diretrizes sobre a Política Nuclear Brasileira.
13CP	Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité no Estado da Bahia Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, (alterada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; e Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988) e Decreto 9.600 de 5 de dezembro de 2018, que consolida as diretrizes sobre a Política Nuclear Brasileira.
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, (alterada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; e Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988); Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989 e e Decreto 9.600 de 5 de dezembro de 2018, que consolida as diretrizes sobre a Política Nuclear Brasileira.
2013	Descomissionamento de Unidades Minero-Industriais de Material Radioativo com Recuperação de Áreas Degradadas Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, (alterada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; e Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988); Decreto nº 97.632, de 10 de abril de 1989 e e Decreto 9.600 de 5 de dezembro de 2018, que consolida as diretrizes sobre a Política Nuclear Brasileira.
2482	Fabricação do Combustível Nuclear Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, (alterada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; e Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988) e Decreto 9.600 de 5 de dezembro de 2018, que consolida as diretrizes sobre a Política Nuclear Brasileira.
2489	Produção de Minerais Pesados e Óxidos de Terras Raras Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971; Lei nº 6.189, de 16 de dezembro de 1974, (alterada pela Lei nº 7.781, de 27 de junho de 1989; e Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988).
32398	Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - NUCLEP
00PW	Contribuições a Entidades Nacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018; e LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
20V1	Fabricação de Equipamentos Pesados para as Indústrias Nuclear e de Alta Tecnologia Decreto nº 76.805, de 16 de dezembro de 1975.
21BE	Fabricação de equipamentos destinados a indústria de petróleo e gás, offshore e outro Decreto nº 76.805, de 16 de dezembro de 1975.
34101	Ministério Público Federal
110E	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Boa Vista - RR §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
11SD	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Belém - PA §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
15UA	Reformas dos Edifícios-Sede do Ministério Público Federal § 3º do art. 127 §§ 1º e 5º do art. 165, inciso I do art. 167, da Constituição da República; art. 22 da LC 75, de 20/05/1993, e art 18 da LDO
15VQ	Aquisições de Edifícios-Sedes para o Ministério Público Federal § 3º do art. 127 §§ 1º e 5º do art. 165, inciso I do art. 167, da Constituição da República; Art. 22 da LC 75, de 20/05/1993, e art 18 da LDO
1E30	Modernização das Instalações do Ministério Público Federal § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)
2508	Fiscalização e Controle da Aplicação da Lei § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
2549	Comunicação e Divulgação Institucional Lei nº 10.461, de 17 de maio de 2002, publicada no D.O.U, de 20/05/2002; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002
3752	Implantação de Procuradorias junto às Varas Federais § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
4264	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Federal § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
7J45	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da República em Vitória - ES § 3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.
34102	Ministério Público Militar
12DN	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria da Justiça Militar no Rio de Janeiro - RJ Art. 127 e 128 da CF/88; Art. 167, § 1º da CF/88 e Art. 22 e 23 da Lei Complementar nº 75/93.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
4263	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público Militar Art. 127, 128, 165 e 167 da Constituição Federal de 1988; art. 22 e 23 da Lei Complementar nº 75/93.
34103	Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
13C1	Construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça de Brasília - DF CF Arts. 127, 128 e 129; Lei Complementar nº. 75/1993.
2549	Comunicação e Divulgação Institucional Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, publicada no DOU de 13/09/2011.
4261	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios CF Arts. 127, 128 e 129; Lei Complementar nº. 75/1993
34104	Ministério Público do Trabalho
15UB	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Brasília – DF Lei Complementar nº 75/1993, artigo 91, item XVIII e XIX. Art. 98, item XXII.
15VR	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Geral do Trabalho em Brasília - DF LC 75/93
15VS	Aquisições de Edifícios-Sedes para o Ministério Público do Trabalho § 3º do Art. 127 §§ 1º e 5º do art. 165, inciso I do art. 167, da Constituição da República; art. 22 da LC 75, de 20/05/1993, e art 18 da LDO
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP.
2549	Comunicação e Divulgação Institucional Lei nº 10.461, de 17 de maio de 2002, publicada no D.O.U., de 20/05/2002; Resolução nº 232, de 1º de junho de 2002.
4262	Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário - Ministério Público do Trabalho CF/88 - art. 127; Lei Complementar nº 75/93.
34105	Escola Superior do Ministério Público da União
20HP	Desenvolvimento de competências de membros e servidores do MPU, pesquisa e disseminação do conhecimento §3º do Art. 127, §§ 1º e 5º do Art. 165, inciso I do Art. 167, da Constituição da República; Art. 22, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Lei nº 9.628, de 14 de abril de 1998.
35101	Ministério das Relações Exteriores - Administração Direta
00CB	Concessão de Bolsas de Estudo a Alunos Estrangeiros, no Sistema Educacional Brasileiro Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Acordos culturais, educacionais ou de ciência e tecnologia firmados com países em desenvolvimento. Protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), firmado pelo MRE e pelo MEC, em 13 de março de 1998; Decreto nº 7.948, de 12 de março de 2013; Portaria Ministerial n° 200, de 20 de março de 2012, que regulamenta a concessão de bolsas; e Protocolo do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação, de 5 de maio de 2006.
00CC	Concessão de Bolsas de Estudo a Candidatos Afrodescendentes à Carreira Diplomática Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; e Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.
00PK	Indenizações a Servidores Cíveis e Militares em Serviço no Exterior Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; e Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, art 8º.
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Parecer CONJUR/CGDI nº 35/2014, do MRE, de 21 de janeiro de 2014; Ofício nº 155 SGEX/COF/CORG/AEFI OCDE, de 19 de dezembro de 2014; Ofício nº 51/2015/SEAIN-MP, de 06 de maio de 2015; Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015; e Ofício nº 102 COF/CORG/AEFI/MRE, de 16 de julho de 2015.
00QX	Pagamento da taxa de administração do Escritório Local do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Decreto 5.151, de agosto de 2005; Decreto nº 59.308 de 23 de setembro de 1966, que promulga o Acordo Básico de Assistência Técnica Brasil-ONU, de 1964; e Portaria nº 08, de 04 de janeiro de 2017, do Ministério das Relações Exteriores.
2000	Administração da Unidade CF/88; Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.
2015	Serviços Consulares e de Assistência a Brasileiros no Exterior Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Decreto nº 7.214, de 15 de junho de 2010 (alterado pelo Decreto nº 7.987, de 17 de abril de 2013); Decreto nº 1.983 de 14 de agosto de 1996 (alterado pelo Decreto nº 5.978 de 4 de dezembro de 2006); Lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, art. 123; Decreto nº 84.788 de 16 de junho de 1980; Portaria nº 457, de 2 de agosto de 2010 (Manual de Serviço Consular e Jurídico) e Plano Diretor de Reforma Consular do MRE; e Portaria nº 380, de 1º de julho de 2016 (Guia de Administração dos Postos – GAP – do MRE).
20WW	Relações e Negociações Bilaterais Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.
20WX	Relações e Negociações Multilaterais Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.
20WY	Difusão Cultural e Divulgação do Brasil no Exterior Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Portaria MRE, de 4 de novembro de 2003; e Portaria MRE nº 212, de 30 de abril de 2008.
20WZ	Promoção Comercial e de Investimentos Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; e Decreto nº 10.021, de 17 de setembro de 2019.
20X0	Cooperação Humanitária Internacional e Participação da Sociedade Civil CF/88, arts. 3º e 4º; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Decreto nº 19.841, de 22 de novembro de 1945, que promulga a Carta Geral das Nações Unidas; Decreto nº 54, de 8 de março de 1991; Decreto nº 5.811, de 21 de junho de 2006, art. 3º; Lei nº 11.346, de 15 setembro de 2006, arts 8º e 9º; e Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, arts 3º, 4º, 14, 17 e 19.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Art. 11, inciso XXV; e Art. 17, inciso XIV e § 8º da LDO-2019 e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.
2532	Cooperação com Países de Língua Portuguesa e Países Membros de Organismos Regionais Africanos Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.
2533	Cooperação Técnica Internacional Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.021, de 17 de setembro de 2019. Acordos de Cooperação firmados com os países parceiros; e Portaria MRE nº 08 de 4 de janeiro de 2017.
2534	Formação e Aperfeiçoamento de Diplomatas Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019; Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; Portarias GM/MRE nº 188 e 189, ambas de 14 de março de 2014; e Portaria IRBR de 15 de dezembro de 2016.
2536	Demarcação de Fronteiras Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.
6105	Relações e Negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.
8495	Realização de Eventos Internacionais Oficiais Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.683, de 9 de janeiro de 2019.
35201	Fundação Alexandre de Gusmão
2367	Análise e Divulgação da Política Externa Brasileira, de Relações Internacionais e da História Diplomática do Brasil Lei nº 5.717, de 26 de outubro de 1971; Decreto nº 10.099, de 6 de novembro de 2019; Portarias da FUNAG nº 118, de 6 de dezembro de 2019, e nº 44, de 04 de junho de 2020.
36201	Fundação Oswaldo Cruz
13DW	Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos Lei de aprovação do PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei nº 8080/90; Lei nº 8142/90; e Resolução da Diretoria Colegiada nº 17/2010.
14UO	Implantação de Centros de Desenvolvimento Tecnológico e de Produção de Insumos para o SUS Lei de aprovação do PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).
15VW	Construção da Fábrica de Plataformas Vegetais de Produção de Imunobiológicos da Fiocruz Ceará Lei 13.971/2019; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).
15VX	Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTs Lei nº 13.971/2019; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).
15VY	Construção da Sede da Fiocruz Rondônia Lei nº 13.971/2019; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).
15VZ	Construção da Sede da Fiocruz Amazonas Lei 13.971/2019; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004 (Lei de Inovação).
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.
20K1	Adequação de Plataformas para o Desenvolvimento Tecnológico em Saúde Lei Orçamentária Anual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei de Aprovação do PPA; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Lei 10.973/2004(Lei de Inovação).
20Q4	Operação do Canal Saúde Constituição Federal de 1988; Lei de aprovação do PPA; LDO; LOA; Lei 8080/90; Lei 8142/90.
20Q7	Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ciência e da Saúde na Fiocruz Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; e Lei Complementar nº 141. de 13/01/2012

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20YD	Educação e Formação em Saúde Constituição Federal/1988; Lei n.º 8.080, de 19/09/1990; Lei n.º 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141. de 13/01/2012; Portaria de Consolidação nº 2; Portaria de Consolidação nº 5; e Portaria de Consolidação nº 6
20YE	Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças Lei n.º 6259 de 30/10/75; Lei n.º 8080 de 19/09/90; Portaria/SVS n.º 11 de 03/09/03 e Portaria SVS n.º 34 de 26/11/03; , Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, Decreto 7508/2011;Portaria/GM 1378/2013;Portaria 1498 de 19/07/2013;Portaria GM Nº1271 de 06/06/2014.
21BF	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Lei nº 8666/1993; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria Interministerial nº 424/2016; e Portaria de Consolidação GM/MS nº1/2017, Título III, Cap. VI.
4368	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico Lei 8.080/90, Resolução CNS 338/2004, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação GM/MS Nº 02/2017, Portaria de Consolidação GM/MS Nº 06/2017 e Relação Nacional de Medicamentos Essenciais vigente.
4370	Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS, outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 8666/93; Decreto nº 1232/1994; Decreto nº 8901/ 2016; Portaria MS/GM 699/2006; Portaria MS/GM 204/2007, Portaria GM/MS 1378/2013;Lei 9313/96; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017.
4705	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado Lei 8.080/90, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Decreto nº 7646/2011, Portaria Consolidação nº 2/2017 e Portaria de Consolidação nº 6/2017, e Portarias específicas que definem os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.
6174	Análise da Qualidade de Produtos e Insumos de Saúde Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.
6179	Comunicação e Informações para a Educação em Saúde e em Ciência e Tecnologia Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; e Lei Complementar nº 141. de 13/01/2012
6516	Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141. de 13/01/2012; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Decreto nº 3.990, de 30/10/2001; Decreto nº 5.045, de 08/04/2004; Resolução RDC/Anvisa nº 151, de 21/08/2001; Portaria MS nº 158, de 4 de fevereiro de 2016; Portaria GM/MS nº 298, de 09/02/2018; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria SCTIE/MS nº 27, de 12/06/2013; Portaria SCTIE/MS nº 45, de 10/09/2013; Portaria SAS/MS nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 298, de 09/02/2015; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria GM/MS nº 2.265, de 16/10/2014; e Lei nº 12.631, de 11/05/2012
7674	Modernização de Unidades da Fundação Oswaldo Cruz Lei nº 8080/1990, Lei da Inovação (Lei nº 10.973/2004); Lei do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual..
7690	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia Constituição Federal de 1988; Lei Nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Lei Complementar 141/2012; Lei nº 10.205/2001; Decreto nº 3.990/2001; Decreto nº 5.045/2004; RDC Anvisa nº 151/2001; RDC Anvisa nº 306/2004; PRC nº 6, Título VII, Capítulo I, Seções I, II e III; Portaria Interministerial 424/2016. Portarias nº 127/2008, 508/2011 e 1.631/2015; Decreto nº 6.170/2007 e IN. nº 01/97; PCDT/DF. nº 5/2018. Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017. Portaria nº 27 de 12/06/2013, portaria nº 45, de 10/09/2013, Portaria nº 1.321, de 21/12/2015, Portaria conjunta nº 5, de 19/02/2018 e Portaria conjunta nº 7, de 23/02/2018. Portaria nº 2.600, de 21/10/2009. Lei nº 12.631/2012.
8305	Atenção de Referência e Pesquisa Clínica em Patologias de Alta Complexidade da Mulher, da Criança e do Adolescente e em Doenças Infecciosas Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.
8327	Manutenção de Serviço Laboratorial de Referência para o Controle de Doenças Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria SVS/MS nº 70/2004.
36210	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A. - CONCEIÇÃO
15W3	Estruturação do Centro de Oncologia e Hematologia do Grupo Hospitalar Conceição PLDO 2021
6149	Residência de Profissionais de Saúde - SUS Constituição Federal e Lei 8080
6217	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde Constituição Federal, Leis 8080/90, 8142/90.
36211	Fundação Nacional de Saúde
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.
20AF	Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, Portaria Consolidada nº 5, anexo XX, Decreto nº 5.440/2005, Lei 11.445/2007. Decreto Nº 8.867, DE 3.10.2016.
20AG	Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Habitantes Constituição Federal; Lei n.º 11.445/2007; Lei n.º 10.257/01; Lei n.º 8.080/1990; Lei n.º 11.107/2005; e Decreto n.º 7.217/2010, Decreto 8211 de 2014; Portaria Interministerial nº 571/2013, Lei 12305/2010.
20AM	Implementação de Projetos de Coleta e Reciclagem de Materiais Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, Lei 11.445/2007, Lei 12.305/2010, Decreto nº 7.404/2010, Decreto nº 7.405/2010, Lei nº 13.019/2014 e Decreto 8.726/2016.
20K2	Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas Regionalizadas, com vistas à Sustentabilidade dos Serviços e Ações de Saúde Ambiental Decreto Nº 8.867, DE 3.10.2016.
20Q8	Apoio à Implantação e Manutenção dos Sistemas de Saneamento Básico e Ações de Saúde Ambiental Lei nº 8.080/90. Decreto Executivo nº 5.472, de 20 de junho de 2005; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 11.936, de 14 de maio de 2009, Resolução Conama nº 420, de 28 de dezembro de 2009, alterada pela Resolução Conama nº 460, de 30 de dezembro de 2013, .
20T6	Fortalecimento da Saúde Ambiental para Redução dos Riscos à Saúde Humana Lei 8.080, de 19/09/90 e Decreto Nº 8.867, DE 3.10.2016.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
21C9	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) Lei 8080/1990; Lei 11.445/2007 e Decreto nº 7217/2010, Plansab (Portaria Interministerial 571/2013), Portaria nº 3.174, de 02/12/2019
21CA	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Lei Nº 11.445/2007; Decreto Nº7.217/2010; Plansab (Portaria Interministerial Nº571/2013)
21CB	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios com até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Lei Nº 11.445/2007; Decreto Nº7.217/2010; Plansab (Portaria Interministerial Nº571/2013)
21CC	Implantação e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Habitantes, Exclusive em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, Lei 11.445/2007, Lei 12.305/2010 e Decreto nº 7.404/2010.
21CG	Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em Áreas Endêmicas de Malária Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, e Lei 11.445/2007.
21CH	Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, e Lei 11.445/2007.
21CI	Implantação de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos em localidades urbanas de municípios com população até 50.000 habitantes Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, e Lei 11.445/2007
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991/2019
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceitualção das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
6881	Modernização e Desenvolvimento de Sistemas de Informação da FUNASA Lei n.º 8080/1990
6908	Fomento à Educação em Saúde Ambiental voltada à Promoção da Saúde As Leis n.º 8.080/1990 e Nº 8.142/90 (lei orgânica da saúde); Lei Nº 11.445/2007; Lei Nº 12.305/2010; Decreto Presidencial Nº 7.217/2010; Decreto Nº 8.867, DE 3.10.2016 .Portaria Funasa nº 560, de 4 de julho de 2012
36212	Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
000Q Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 9.782/99, inciso XXIII do art. 7º: “Compete à Agência proceder à implementação e à execução do disposto nos incisos II a VII do art. 2º desta Lei, devendo: (...) XXIII - fomentar o desenvolvimento de recursos humanos para o sistema e a cooperação técnico-científica nacional e internacional; (...)”. LEI Nº 13.898, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2019,, LDO-2020, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2020 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário”	0220 Contribuição à União Internacional contra o Câncer - UICC (MS) Contribuição a organismo internacional sujeito de direito interno. Trata-se de ato discricionário do poder executivo, dispensada autorização legislativa conforme o disposto no art. 49 da CF - Parecer CONJUR 0341-1.16, de 2 de abril de 2009.
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação DECRETO Nº 9.991, DE 28 DE AGOSTO DE 2019	125H Construção do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA Constituição Federal de 1988, art. 196; Lei nº 8080/90, art. 6º ; e Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo IX.
2000 Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967.	15EG Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC Constituição Federal de 1988, art. 196; Lei nº 8080/90, art. 6º ; e Portaria nº 2439/GM/MS.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV,Art. 18, inciso XIV e § 8º da LDO-2020.	15W0 Construção do Hospital Materno Infantil da Serra - ES Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080, de 19/09/1990, Lei nº 10.216, de 6/04/2001, Lei Complementar 141 de 13/01/12, Decreto 6170 de 25/072007, Decreto nº 7.179 de 20/05/2010, Decreto nº 7.637, de 08/12/2011, Portaria 650 de 05/10/2011, Portaria Interministerial nº 424 30/12/2016 (com as alterações da Portaria Interministerial nº 101, de 20 de abril de 2017, da Portaria Interministerial nº 277, de 03 de outubro de 2017 e da Portaria Interministerial nº 451, de 18 de dezembro de 2017).
8719 Vigilância Sanitária de Produtos, Serviços e Ambientes Constituição Federal, Art. nos 196 a 200, Lei no 8.080, de 1989, Lei no 9.782, de 1999	15W1 Construção do Hospital do Sangue do Amazonas Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080, de 19/09/1990, Lei nº 10.216, de 6/04/2001, Lei Complementar 141 de 13/01/12, Decreto 6170 de 25/072007, Decreto nº 7.179 de 20/05/2010, Decreto nº 7.637, de 08/12/2011, Portaria 650 de 05/10/2011, Portaria Interministerial nº 424 30/12/2016 (com as alterações da Portaria Interministerial nº 101, de 20 de abril de 2017, da Portaria Interministerial nº 277, de 03 de outubro de 2017 e da Portaria Interministerial nº 451, de 18 de dezembro de 2017).
36213 Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	15W2 Construção do Hospital Público Regional de Palmeira das Missões - RS Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080, de 19/09/1990, Lei nº 10.216, de 6/04/2001, Lei Complementar 141 de 13/01/12, Decreto 6170 de 25/072007, Decreto nº 7.179 de 20/05/2010, Decreto nº 7.637, de 08/12/2011, Portaria 650 de 05/10/2011, Portaria Interministerial nº 424 30/12/2016 (com as alterações da Portaria Interministerial nº 101, de 20 de abril de 2017, da Portaria Interministerial nº 277, de 03 de outubro de 2017 e da Portaria Interministerial nº 451, de 18 de dezembro de 2017).
000Q Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”	15WP Reforma e Modernização de Nova Unidade do Ministério da Saúde (Bloco “O” da Esplanada dos Ministérios) Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080, de 19/09/1990, IN 02/2014 - SLTI/MPOG.
2000 Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei 9.961/00.	2000 Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.	2016 Funcionamento do Conselho Nacional de Saúde Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990; Lei nº 8.142/1990; Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992; Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Decreto n.º 7.508/2011; Lei Complementar n.º 141/2012; Resolução nº 407/2008 (texto alterado pela Resolução nº 435/2010); Decreto nº 5.839/2006.
4339 Qualificação da Regulação e Fiscalização da Saúde Suplementar Lei 9.656/98 e 9.961/00 RN 193/2009; RN 209/2009; RN 275/2011; RN226/2010; RN 254/2011; RN 259/2011; RN 285/2011; RN 318/2013; RN 319/2014; RN 323/2013; RN 324/2013; RN 334/2013; RN 338/2014;RN 343/2013; RN 356/2014; RN 357/2014; RN 363/2014; RN 364/2014; RN 365/2014; RN 368/2015; RN 369/2015; RN 372/2015; RN 373/2015; RN 375/2015; RN 384/2015; RN 386/2015; RN 387/2015; RN 388/2015; RN 390/2015; RN 391/2015; RN 392/2015; RN 393/2015; RN 394/2015; 60 E 61/2015; RN 395 e 396/2016; RN 398-401/2016; RN 403/2016; RN 405/2016; RN 407/2016; RN 409/2016; RN 412-16/2016; RN 418-19/2016; RN 421, 423, 424, 427,428, 430-32/2017; RN 434-442/2018; RN 443-444/2019.	20AB Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para Execução de Ações de Vigilância Sanitária Constituição Federal de 1988, Lei 8.080/1990, Lei 9.782/1990.
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 5.707/2006.	20AE Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde Lei 8.080/90, Lei 12.401/2011; Decreto nº 7.508/2011; Portaria GM/MS nº 3.916/1998; Resolução 338/2004/CNS; Repasse fundo a fundo de R\$ 5,58 per capita, em conformidade com o previsto pela Portaria de Consolidação GM/MS nº 06/2017 – Título V – Capítulo I (Origem: PRT MS/GM 1555/2013) (retificação do Art.537 da portaria de consolidação nº6, dispõe sobre o Financiamento do Componente Básico da Assistência Farmacêutica). Repasse PNAISP, Portaria de Consolidação GM/MS nº 06/2017 – Título V - Capítulo VI (Origem: PRTMS/GM 2765/2014), dispõe sobre as normas para Financiamento e Execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP). Aquisição Centralizada pelo MS: Programas de Diabetes, Saúde da Mulher e Calamidade Pública, em conformidade com a Portaria de Consolidação GM/MS nº 02, de 28 de setembro de 2017 - Título III - Capítulo II - Art. 35 e 36, Portaria GM/MS nº 11 de 13 de março de 2017 e Portaria de Consolidação GM/MS nº 01, de 28 de setembro de 2017, Art. 42 a 46.
4641 Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	20AH Organização dos Serviços de Assistência Farmacêutica no SUS Lei 8.080/90; Resolução CNS 338/2004; Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação nº 5/2017 (Origem: PRT MS/GM 1214/2012).
8727 Aperfeiçoamento do Sistema de Informação para Saúde Suplementar Lei 9.656/98 e 9.961/00. Resoluções Normativas: RN 305/2012; RN 295/2012; RN 341/2013; RN 358/2014; RN 359/2014; RN 360/2014; 376/2015; 377/2015; 379/2015 e 389/2015; RN 411/2016 Instruções Normativas: IN 51/DIDES/2012 e IN 50/DIDES/2012; IN DIDES 57 e 58/2015	20AI Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa) Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.080, de 19/9/1990; Lei nº 10.216, de 6/4/2001; Lei nº 10.708, de 31/7/2003; Portaria GM/MS nº 1.511/2013. Portaria de Consolidação nº 5 de 28 de setembro de 2017;
36901 Fundo Nacional de Saúde	20AL Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde Lei nº 8080/80; Lei nº 8142/90; Decreto nº 1232/94; Decreto nº 7508/2011; LC nº 141/2012; Lei nº 11350/2006; Portaria GM/MS nº 1.708/2013; Portaria GM/MS nº 1378/2013; Portaria GM/MS nº1.596/2013; Portaria SVS/MS nº 15/2013; Lei 12994/2014; Decreto nº 8474/2015; Portaria SVS/MS nº 47/2016; Portaria GM/MS nº 2057/2016; Portaria GM/MS nº 1677/2017; Portaria GM/MS nº 1401/2017; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 5/2017; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017; Lei nº 13.708/2018; Portaria GM/MS nº 2.510/2017; Portaria GM/MS nº 3.186/2017; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 4/2017; Portaria GM/MS nº 2.267/2018; Portaria GM/MS nº 331/2019.
00NJ Doação à Agência Internacional de Compra de Medicamentos para Países em Desenvolvimento - UNITAID Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011.	20K3 Avaliação e Incorporação de Tecnologias de Saúde no Âmbito do SUS Lei nº 12.401, de 28 de abril de 2011; Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011; Portaria nº 2.915 de 12 de dezembro de 2011 (REBRATS), Lei 8080 de 19 de setembro de 1990, Portaria/GM nº 2.690 de 05 de novembro de 2009 (Política Nacional de Gestão de Tecnologias em Saúde); Portaria de consolidação nº 03, de 28 de setembro de 2017 (Consolidação das normas sobre as redes dos Sistema Único de Saúde).
00NK Doação à Aliança Global para Vacinas e Imunização - GAVI Lei nº 12.413, de 31 de maio de 2011.	20K5 Apoio ao Uso de Plantas Medicinais e Fitoterápicos no SUS Decreto nº 5.813, de 22 de junho de 2006; Portaria Interministerial nº 2.960, de 9 de dezembro de 2008
00QB Contribuição Voluntária à Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer (IARC - International Agency for Research on Cancer) Lei 13.707, de 14 de agosto de 2018 que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências. Decreto nº 8.666, de 10 de fevereiro de 2016 que cria a Comissão Interministerial de Participação em Organismos Internacionais - Cipoi e dá outras providências. Admissão do Brasil como Estado participante aprovada pelo Conselho Diretor da IARC, na sessão de 16-17 de maio de 2013, de acordo com o estabelecido em seu Estatuto.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

20K7	Apoio ao Desenvolvimento e Modernização de Plataformas Tecnológicas para Fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde
Lei 8.080/1990, Lei 8.666/1993, Lei 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, Decreto nº 6.170/2007, Decreto 9.245/2017, Decreto 9.283/2018, Portaria Interministerial nº 128/2008, Portaria Interministerial nº 424/2016, Portaria Interministerial nº 1.409/2018, Portaria de Consolidação nº 5/2017 artigos 788 a 809 e Anexo XCV, Portaria de Consolidação nº 6/2017.	
20QF	Pesquisas, Ensino e Inovações Tecnológicas Biomédicas e em Medicina Tropical e Meio Ambiente
Lei 8080/1990; Lei 8142/1990; Decreto 1232/1994; Portaria/GM 399/2006; Portaria/GM 699/2006; Portaria/GM 204/2007;LC nº 141/2012; Decreto nº 7.508/2011.	
20QG	Atuação Internacional do Ministério da Saúde
Lei 8.080/1990; Constituição Federal (artigos 165 e 195); Lei 8112/1991(art. 11 e 27); Decisões do Conselho do Mercado Comum (CMC) e Resoluções do Grupo Mercado Comum (GMC); Lei nº 13.276, de 29 de abril de 2016	
20QH	Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.265/2006; Lei nº 11.346/2006; Decreto nº 6273/2007; Decreto nº 7.272/2010; Decreto nº 8.553/2015, Portaria de Consolidação nº 2/2017; Portaria de Consolidação nº 5/2017; Portaria de Consolidação nº 6/2017; Portaria GM/MS nº 1.274/2016; Portaria Interministerial nº 424/2016; Portaria Interministerial nº 101/2017; Decreto nº 8.943/2016	
20QI	Implantação e Manutenção da Força Nacional de Saúde
Constituição Federal/1988; Lei 8080/90; Lei 8142/90; Decreto n.º 7.616/2011, Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017.	
20SP	Operacionalização do Sistema Nacional de Transplantes
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 9.434, de 04/02/1997; Decreto nº 9.175, de 18/10/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; e Portaria GM/MS nº 2.758, de 11/12/2014.	
20YD	Educação e Formação em Saúde
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Portaria de Consolidação nº 2; Portaria de Consolidação nº 5; e Portaria de Consolidação nº 6.	
20YE	Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças
Lei n.º 6259 de 30/10/75; Lei n.º 8080 de 19/09/90; Decreto nº 8901/ 2016;Portaria/SVS n.º 11 de 03/09/03 e Portaria SVS n.º 34 de 26/11/03; , Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, Decreto 7508/2011;Portaria/GM 1378/2013;Portaria 1498 de 19/07/2013;Portaria GM Nº1271 de 06/06/2014.	
20YJ	Fortalecimento do Sistema Nacional de Vigilância em Saúde
Lei nº 8.080/90; Lei nº 8.142/90;Lei n.º 6259 de 30/10/75; Portaria/GM n.º 1929 de 09/10/03; Portaria SVS 116/2009; Portaria/SVS n.º 09 de 01/03/04, Portaria nº224 de 15/07/2011. Lei Complementar 141 de 13 de janeiro de 2012, Decreto 7.508/2011; Portaria 1378/2013.	
20YN	Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saude)
Constituição Federal, art. 196 e 200; Leis 8080/90, 8142/90; Decretos: 7.508/2011; Portarias Ministeriais.	
20YP	Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde Indígena
Constituição Federal, Título VIII Capítulo VIII- Índio Art. 193-231; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/90; Lei nº 9.836/1999; Lei Nº 12.314/2010; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 3.156/1999; Portaria nº 254/2002; Resolução nº 453/2012, Portaria nº 69/2018; Portaria nº 519/2015; Portaria nº 2.663/2017. Decreto n.º 9795/2019, Portaria nº1801/2015, Portaria nº1317/ 2017. Portaria Conjunta SESAI/FUNAI Nº 4.094/2018; portaria Portaria nº 6/GM/MS; Portaria nº 3992/2017	
20YQ	Apoio Institucional para Aprimoramento do SUS
Lei nº 8.080/90	
20YR	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil Pelo Sistema de Gratuidade
Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004; Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004; Portaria nº 2.587, de 6 de dezembro de 2004; Portaria nº 1.019, de 20 de maio de 2014 (institui o incentivo financeiro do Programa Farmácia Popular do Brasil, e dá outras providências) e Anexo LXXVII da PRC-5 - Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 e Portaria nº 111, de 28 de janeiro de 2016.	
20YS	Manutenção e Funcionamento do Programa Farmácia Popular do Brasil pelo Sistema de Co-pagamento
Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, Portaria nº 2.587, de 6 de dezembro de 2004, Anexo LXXVII da PRC-5 - Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017 e Portaria nº 111, de 28 de janeiro de 2016.	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Art. 218 da Constituição Federal; Lei nº 9.637 de 15/05/98; Decreto n.º 2405 de 26/11/1997; Decreto n.º 4078/02;Decreto n.º 4.077/02;Decreto nº 3.605/2000; Decreto s/n, de 4 de junho de 1999; Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais e Contratos de Gestão a serem celebrados entre a União e as Organizações Sociais.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.	
217U	Apoio à Manutenção dos Polos de Academia da Saúde
Constituição Federal/88; Lei 8.080/90; Portaria nº 3.110/2011; Portaria de Consolidação nº 1/2017; Portaria de Consolidação nº 5/2017; Portaria de Consolidação nº 6/2017; Portaria nº 2.979/2019.	
218U	Apoio ao Custeio de Despesas Institucionais de Entidades Representativas dos Entes Estaduais e Municipais no Âmbito da Saúde - Conass e Conasems
Lei nº 12.466, de 2011; Lei nº 8.080, de 1990; Portaria nº 1.752, de 13 de julho de 2017.	

219A	Piso de Atenção Primária à Saúde
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 02/12/1990; Lei nº 12.594 de 18/01/2012; Lei Complementar nº 141/2012; Portaria de Consolidação nº 2/2017; Portaria de Consolidação nº 5/2017; Portaria de Consolidação nº 6/2017; Portaria 3.992/2017; Portaria nº 2.920/2017; Portaria nº 201/2019; Portaria nº 2.979/2019; Portaria nº 2.983/2019; Lei nº 11.350/2006, Lei nº 12.994/2014; e Lei nº 13.708/2018.	
218F	Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde
Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 10.973/2004 (Lei de Inovação); Lei nº 8666/1993; Lei do Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Portaria Interministerial nº 424/2016; e Portaria de Consolidação GM/MS nº1/2017, Título III, Cap. VI.	
218G	Formação e Provisão de Profissionais para a Atenção Primária à Saúde
Portaria Interministerial nº 1.001/MEC/MS, de 22 de outubro de 2009; Portaria Interministerial nº 1.077/MEC/MS, de 12 de novembro de 2009; Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013; Portaria 1.369 de 08 de julho de 2013; Portaria de Consolidação nº 2/2017; Portaria de Consolidação nº 6/2017; Lei nº 13.958, de 18 de dezembro de 2019; Portaria Interministerial nº 1.618, de 30 de setembro de 2015; Portaria Interministerial nº 499, de 30 de abril de 2015; Portaria nº 139, de 18 de março de 2016; Portaria Interministerial nº 1.708, de 23 de Setembro de 2016.	
21CD	Implementação de Políticas de Atenção Especializada à Saúde
Portaria Interministerial/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/90; Lei nº 8.142, de 02/12/90; Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Lei nº 10.098 de 19/12/2000; Lei nº 10.741, de 01/10/2003; Lei nº 11.108, de 07/04/2005; Lei nº 11.340, de 07/08/2006; Lei nº 12.845, de 19/08/2013; Lei nº 9.263, de 12/01/1996; Lei nº 13.798, de 3/01/2019; Decreto nº 5.296, de 02/12/04; Decreto nº 7.958, de 13/03/2013; Decreto nº 6.170/2017; Portaria nº 42, de 14/04/1999; Portaria nº 3.992, de 28/12/2017, Portaria nº 828, de 17/04/2020, e Portaria nº 1.060, de 05/06/2002; Capítulo II - Das Políticas de Organização da Atenção à Saúde.	
21CE	Implementação de Políticas de Atenção Primária à Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.080, de 19/09/90; Lei nº 8.142, de 02/12/90; Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990; Lei nº 10.098 de 19/12/2000; Lei nº 10.741, de 01/10/2003; Lei nº 11.108, de 07/04/2005; Lei nº 11.340, de 07/08/2006; Lei nº 12.845, de 19/08/2013; Lei nº 9.263, de 12/01/1996; Lei nº 13.798, de 3/01/2019; Decreto nº 5.296, de 02/12/04; Decreto nº 7.958, de 13/03/2013; Decreto nº 6.170/2017; Decreto nº 7.612, de 17/11/2011; Portaria MS/GM nº 2.305, de 19/12/01; Portaria MS/SAS nº 185, de 5/06/01; Portaria MS/GM nº 1.635, de 12/09/02 Portaria SAS/MS nº 589, de 8/10/04; Portaria MS/SAS nº 3.129, de 24/12/08; Portaria MS/SAS nº 370, de 04/07/08; Portaria MS/SAS nº 400, de 16/11/2009; Portaria Interministerial nº 1.777, de 09/09/2003; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/07/2017; Portaria nº 980, de 21/12/1989; Portaria GM/MS nº 961, de 22/05/2013; Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria SAS/MS nº 142, de 05/03/2014; Portaria Interministerial nº 424/2016. Portaria GM/MS nº 3.588, de 21/12/2017; Retificação da Portaria nº 3.588 de 21/12/2017 em 22/01/2018 e 18/05/2018, Portaria nº 544, de 7 /05/2018; Portaria GM/MS nº 2.434, de 15/08/2018. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (Estatuto da Juventude); Portaria nº 1.474, de 08 de setembro de 2017 (artigo 1º - criação do pré-natal do parceiro); Lei nº 10.778, de 24/11/2003; Lei nº 11.634, de 27 de Dezembro de 2007; Lei nº 11.664, de 29/04/2008; Lei nº 12.732, de 22/11/2012; Lei nº 13.522, de 27/11/2017; Le nº 13.239, de 30/12/2015; Decreto nº 7.508, de 28/06/2011; Decreto 7.958, de 13/03/2013; RDC 36, de 03/06/2008; Portaria GM/MS nº 3.265, de 01/12/2017; Portaria GM/MS nº 2.234, de 23/07/ 2018; Portaria SAS/MS nº 629, de 25/08/2006; Lei nº 13.466, de 12/07/2017; Lei nº 8.842, de 4/01/1994; Decreto nº 9.921, 18/07/2019; Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017; Lei nº 10.216, de 06/04/2001; Decreto nº 7.179 de 20/05/2010; Decreto nº 7.637, de 08/12/2011; e Portaria GM/MS nº 1.059, de 04/07/2005.	
21CF	Implantação e Funcionamento da Saúde Digital e Telessaúde no SUS
Decreto nº 9.795, de 17/05/2019; Decreto nº 7.508, de 28/07/2011; Portaria nº 2.073/GM/MS, de 31/08/2011; Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28/09/2017; Portaria nº 2.467, de 17/09/2019; e Portaria nº 2.546, de 27/10/2011.	
21CI	Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção de doenças e Agravos
Lei nº 6.938, 31/08/1981; Constituição Federal/1988; Lei n.º 8.080, 19/09/1990; Medida Provisória nº 1.911-8, 29/07/1999; Decreto n.º 3.156, 27/08/1999; Lei n.º 9.836, 23/09/1999; Resolução CONAMA n.º 275, 25/04/2001; Resolução CONAMA n.º 358, 29/4/2005; Lei n.º 11.445, 05/1/2007; Portaria de Consolidação nº 5 28/09/2017, Anexo XX; Lei Complementar nº 141, 13/01/2012; Portaria nº 1.419, 8/6/2017; Resolução CONAMA nº 237/1997; Resolução Conama nº 396/2008; RDC nº 222/2018.	
2B52	Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde
Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, art. 16, XII; Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990; Lei Complementar nº 101/2000(LRF), art. 1º, art. 7º; Decreto nº 3964, de 10 de outubro de 2001; Decreto 7.507, de 27 de junho de 2011; Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; Portaria nº 1.844/GM/MS, de 13 de outubro de 2016; Portaria nº 1.419/GM/MS, de 8 de junho de 2017; Portaria nº 756/SE/MS, de 17 de julho de 2017; Portaria nº 2.076/SE/MS, de 21 de agosto de 2017; e Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017.	
4295	Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Decreto nº 3.990/2001; Decreto nº 5.045/2004; RDC/Anvisa nº 151/2001; Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria Interministerial nº 424, de 30/12/2016; Resolução RDC nº 57/2014, de 10/10/2014, que revoga a RDC nº 51/2012 e restabelece o prazo da RDC nº 21/2012 (Manual de Identidade Visual e rotulagem de medicamentos); Farmacopelas estrangeiras admitidas pela ANVISA – RDC/ANVISA nº 37, 06/07/2009; PCDT/DF. Nº 5/2018, Portaria nº 298, de 09/02/2018. Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria nº 27 de 12/06/2013, Portaria nº 45, de 10/09/2013, Portaria nº 1.321, de 21/12/2015, Portaria nº 298, de 09/02/2015, Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018 e Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria GM/MS nº 822 de 06/06/2001; Portaria GM/MS nº 2.829, de 14/12/2012; Lei nº 12.631/2012, Decreto nº 10.024, de 20/09/2019; Portaria nº 863, de 10/05/2019 - Alter a Portaria nº 1581, de 01/06/2018; e Instrução Normativa nº 1, de 10/01/2019.	
4324	Atenção à Saúde de Populações Ribeirinhas e de Áreas Remotas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil e com o Exército Brasileiro
Constituição Federal de 1988; Lei 8.080/90; Lei 8.142/90; Lei Complementar nº 97/1999; Nos institutos que abrangem a previsão legal da cooperação das Forças Armadas com o desenvolvimento nacional.	
4368	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos e Insumos em Saúde do Componente Estratégico
Lei 8.080/90, Resolução CNS 338/2004, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Portaria de Consolidação GM/MS N 02/2017, Portaria de Consolidação GM/MS Nº 06/2017 e Relação Nacional de Medicamentos Essenciais vigente.	
4370	Atendimento à População com Medicamentos para Tratamento dos Portadores de HIV/AIDS, outras Infecções Sexualmente Transmissíveis e Hepatites Virais
Lei nº 8080/1990; Lei nº 8142/1990; Lei nº 8666/93; Decreto nº 1232/1994; Decreto nº 8901/ 2016; Portaria MS/GM 699/2006; Portaria MS/GM 204/2007, Portaria GM/MS 1378/2013;Lei 9313/96; Portaria de Consolidação GM/ MS nº 4/2017; Portaria de Consolidação GM/MS nº 6/2017; Portaria MS/GM 3992/2017.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Decreto nº 9.991/2019	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
4705	Promoção da Assistência Farmacêutica por meio da Disponibilização de Medicamentos do Componente Especializado
Lei 8.080/90, Lei 12.401/2011, Decreto nº 7.508/2011, Decreto nº 7646/2011, Portaria Consolidação nº 2/2017 e Portaria de Consolidação nº 6/2017, e Portarias específicas que definem os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.	
5516	Conferências Nacionais de Saúde
Constituição Federal 1988, artigos 196 a 200, 231 e 232; Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT); Leis 8080/90; 8142/90 e 9.836/1999 (Lei Arouca); Resolução do Conselho Nacional de Saúde Nº 567/2017.	
6148	Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação
Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.080, de 19/9/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 8.246 de 22/10/1991; Decreto nº 371 de 20/12/1991.	
6182	Funcionamento e Fortalecimento do Sistema de Ouvidorias do SUS
Lei nº 8080/1990; Portaria GM/MS nº 2.416, de 07 de novembro de 2014. Lei nº 13.460/2017.	
6217	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde
Constituição Federal, Leis 8080/90, 8142/90.	
6516	Aperfeiçoamento e Avaliação dos Serviços de Hemoterapia e Hematologia
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Lei nº 10.205, de 21/03/2001; Decreto nº 3.990, de 30/10/2001; Decreto nº 5.045, de 08/04/2004; Resolução RDC/Anvisa nº 151, de 21/08/2001; Portaria GM/MS nº 298, de 09/02/2018; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria SCTIE/MS nº 27, de 12/06/2013; Portaria SCTIE/MS nº 45, de 10/09/2013; Portaria SAS/MS nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria nº 298, de 09/02/2015; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria GM/MS nº 2.265, de 16/10/2014; e Lei nº 12.631, de 11/05/2012	
7690	Estruturação dos Serviços de Hematologia e Hemoterapia
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Lei Complementar 141/2012; Lei nº 10.205/2001; Decreto nº 3.990/2001; Decreto nº 5.045/2004; RDC Anvisa nº 151/2001; RDC Anvisa nº 306/2004; PRC nº 6, Título VII, Capítulo I, Seções I, II e III; Portaria nº 127/2008; Portaria nº 507/2011; Portaria nº 1.631/2015; IN. nº 01/97; Portaria de Consolidação nº 4, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017, Portaria nº 27 de 12/06/2013; Portaria nº 45, de 10/09/2013; Portaria nº 1.321, de 21/12/2015; Portaria Conjunta nº 5, de 19/02/2018; Portaria Conjunta nº 7, de 23/02/2018; Portaria nº 2.600, de 21/10/2009; Lei nº 12.631/2012; Portaria nº 163, de 30/01/2020; e Portaria nº 134, de 30/03/2020.	
8287	Aprimoramento da Articulação e Cooperação Interfederativa em Saúde
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; Decreto nº 7.508/2011; Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 7.827/2012; Decreto nº 9.795/2019.	
8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
Constituição Federal de 1988, Lei nº 8.080, de 19/09/1990, Lei nº 10.216, de 6/04/2001, Lei Complementar 141 de 13/01/12, Decreto 6170 de 25/07/2007, Decreto nº 7.179 de 20/05/2010, Decreto nº 7.637, de 08/12/2011, Portaria 650 de 05/10/2011, Portaria Interministerial nº 424 30/12/2016 (com as alterações da Portaria Interministerial nº 101, de 20 de abril de 2017, da Portaria Interministerial nº 277, de 03 de outubro de 2017 e da Portaria Interministerial nº 451, de 18 de dezembro de 2017), Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017, Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017, Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28/09/2017, Portaria nº 2.564, de 03/10/2017, Portaria GM/MS nº 3.588, de 21/12/2017; RDC nº 50/2002, RDC nº 36/ANVISA, de 3 de junho de 2008; Portaria GM/MS nº 2.923, de 28/11/2013; Portaria GM/MS nº 2.048, de 05/11/2002, Portaria nº 2.214 de 2017; Portaria nº 2.563 de 2017.	
8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Primária à Saúde
Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.080/1990; Lei nº 8.142/1990; RDC nº 50/2002; Decreto 6.170/2007; Lei Complementar nº 141/2012; Resolução CIT nº 10/2016; Portaria Interministerial 424/2016; Portaria nº 2.563/2017; Portaria nº 2.564/2017; Portaria de Consolidação nº 2/2017; Portaria de Consolidação nº 6/2017; Portaria nº 283/2005; Resolução CIT nº 13/2017; Resolução CIT nº 22/2017; Portaria de Consolidação nº 5/2017; Portaria nº 2.228/2019; Portaria nº 163/2020; Portaria Interministerial nº 43/2020.	
8585	Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080, de 19/09/1990; Lei nº 8.142, de 28/12/1990; Lei nº 10.216, de 06/04/2001; Lei Complementar nº 141, de 13/01/2012; Portaria GM/MS nº 2.048, de 05/10/2002; Portaria GM/MS nº 1.828, de 02/09/2004; Portaria GM/MS nº 2.072, de 30/10/2003; Portaria GM/MS nº 1.010, de 21/05/2012; Portaria GM/MS nº 2.971, de 08/12/2008; Portaria de Consolidação nº 1, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 2, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 3, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 5, de 28/09/2017; Portaria de Consolidação nº 6, de 28/09/2017; Portaria SAS/MS nº 288, de 12/03/2018; Portaria GM/MS nº 2.657, de 16/12/2004; Portaria GM/MS nº 164, de 19/01/2018; Portaria GM/MS nº 3.588, de 21/12/2017; Portaria nº 544, de 07/05/2018; e Portaria GM/MS nº 2.434, de 15/08/2018.	
8636	Fortalecimento da Inovação Tecnológica de Insumos Estratégicos para o SUS
Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de aprovação do PPA, Lei 8.080/1990, Lei 8.666/1993, Lei 10.973/2004, Lei nº 13.243/2016, Decreto 9.245/2017, Decreto 9.283/2018, Portaria Interministerial nº 128/2008, Portaria Interministerial nº 1.409/2018, Portaria de Consolidação nº 5/2017 artigos 788 a 809 e Anexo XCV; e Portaria de Consolidação nº 6/2017.	

8648	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia da Saúde e Programas de Cooperação Técnica para o Aperfeiçoamento do SUS
Lei nº 12.101/2009; Lei Complementar nº 141/2012; Lei nº 12.715/2012; Decreto nº 3.594/2000; Decreto nº 5.151/2004; Decreto nº 59.308/1966; Decreto nº 97.590/1989; Decreto nº 7.508/2011; Decreto nº 7.827/2012; Decreto nº 7.988/2013; Decreto nº 8.242/2014; Portaria nº 8/2017/GM/MRE; Portaria nº 716/2011/STN/MF; Art. 87 a 92 (cooperação internacional), 442 a 470 (siosp) da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28/09/2017; e Anex XXXXVI e XCIII à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28/09/2017.	
8708	Fortalecimento da Auditoria do Sistema Único de Saúde
Lei nº 8.080/1990, Lei nº 8.689/1993, Lei Complementar nº 141/2012; Decreto nº 1.651/1995; Decreto nº 7.508/2011; e Decreto nº 9.795/2019.	
8715	Preservação, Organização, Disseminação e Acesso ao Conhecimento e ao Patrimônio Cultural da Saúde
Art. 5º - Cap. I do Título II da CF; Lei nº 8080, de 19/9/1990 e nº 8142, de 28/12/1990; Portarias de depósito legal - MS/GM nº 586 e nº 587, de 3/10/1979; Dec. Presidencial nº 3745, de 5/2/2001; Port. Ministerial nº 227, de 16/2/2001; Port. Ministerial nº 758, de 16/4/2002; Port. GM/MS nº 1722, de 2/9/2003.	
8721	Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da atenção à Saúde
Constituição Federal/1988; Lei nº 8.080/1990; LDO; LOA; Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28/09/2017; Portaria GM/MS nº 2923/2013; Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28/09/2017 e Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28/09/2017; Portaria nº 288/2018; ; Decreto nº 5.055/2004; Portaria GM/MS nº 2.048/2002; Portaria GM/MS nº 2.657/2004; Portaria Nº 288/2018; Portaria GM/MS nº 1.010/2012.	
8753	Monitoramento, Avaliação e Gestão da Informação Estratégica em Saúde
Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019; Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017; Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017; Portaria nº 406, de 8 de março de 2012; Portaria nº 641, de 05 de julho de 2019; Resolução CIT nº 8, de 24 de novembro de 2016; Resolução CIT nº 45, de 25 de julho de 2019.	
8755	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia -INC
Constituição Federal (Art. 196-200); Lei 8080/90 (Art. 6o.); Portaria MS 3.908/98.	
8758	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia - INCA
Constituição Federal de 1988, art. 196; Lei nº 8080/90, art. 6º ; e Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, Anexo IX.	
8759	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO
Constituição Federal (Art. 196-200); Lei 8080/90 (Art. 6o.).	
8933	Estruturação de Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Assistencial
Constituição Federal de 1988 (arts.196-200); Lei nº 8.080/1990 (art. 6º); LDO; LOA; Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017 e Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.	
37101	Controladoria-Geral da União - Administração Direta
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.	
2D58	Auditoria Interna, Prevenção e Combate à Corrupção, Ouvidoria e Correição
Art.70, art. 74, inciso II, e art.84, inciso XXIV, da Constituição Federal; Lei nº 10.180/2001; Decreto nº 5.151/2004; Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000; Lei 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.681, de 03 de janeiro de 2019, e Decreto 9.694, de 30 de janeiro de 2019.	
39101	Ministério da Infraestrutura - Administração Direta
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”	
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados
Acordo de Cooperação firmado entre o Brasil e a OCDE, de 3 de junho de 2015; Lei nº 13.844, de 18/06/2019.	
Nota Informativa nº 3/2018/ASINT/GMMTPA (SEI 0965959) ; mensagens eletrônicas (SEI 1194604) e seus anexos; Memorando nº 120/2018/ASINT/GM (SEI 1194629); Parecer da Consultoria Jurídica Nota 03587/2018/CONJUR MTPA/CGU/AGU (SEI1291690); Memorando nº 139/2018 ASINT/GM (SEI 1293170).	
00QP	Cumprimento de Obrigações Decorrentes da Dissolução/Liquidação da Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR
Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, Decreto nº 9.000, de 8 de março de 2017, Decreto nº 9.265, de 10 de janeiro de 2018 e Decreto nº 9.676, de 02 de janeiro de 2019	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

00RK	Contribuição à Comissão Mista Brasileiro Argentina para gestão e manutenção da Ponte São Borja e São Tomé
- Decreto Legislativo nº 82, de 06 de dezembro de 1989, que aprova o texto do Acordo para a Construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, concluído em Uruguiana, em 22 de agosto de 1989; - Decreto nº 110, de 3 de maio de 1991, que promulga o Acordo para a construção de uma Ponte sobre o Rio Uruguai, entre as cidades de São Borja e Santo Tomé, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina; - A previsão da contribuição financeira encontra-se no art. V, inciso 1 do Decreto nº 110, de 3 de maio de 1991 e no art. 20 do Estatuto de criação da Delegação de Controle – DELCON: “Artigo V 1 – Cada Parte será responsável pelos gastos decorrentes de sua representação na Comissão Mista.” “Artigo 20” : O s recursos da DELCON para cobrir seus custos de funcionamento serão os seguintes: 1 – Os aportes dos Países. Cada País aportará 50% do total do orçamento aprovado. Caso, um dos Países aporte mais em um ano, o outro deverá compensar no ano seguinte.” - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária – PLDO 2020: “Art. 11. O Projeto e a Lei Orçamentária de 2020 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: [...] Inciso XVII - aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, da seguinte forma: [...] a) para valores acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente em moeda estrangeira em que o compromisso tenha sido estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, em programação específica, que deverá identificar nominalmente cada beneficiário;”	
0713	Cumprimento de Obrigações decorrentes da extinção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER
Decreto nº 5.227, de 4 de outubro de 2004; Decreto nº 4.803, de 8 de agosto de 2003; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 arts. 102-A, 113, 117.	
122X	Implantação do Sistema de Atendimento Portuário Unificado
Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, Decreto nº 9.676, de 02 de janeiro de 2019 e Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020	
12JP	Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Norte/SP
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 81 e 82; Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e suas alterações.	
12KP	Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente
Lei nº 11.518, de 5 de setembro de 2007, Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, Decreto nº 9.676, de 02 de janeiro de 2019 e Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
12KR	Implantação do Sistema de Gestão de Tráfego de Navios
Lei nº 11.518/2007, Lei nº 11.578/2007 e Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 e Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
14KV	Apoio a Implantação de Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Tietê/SP
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 81 e 82; Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e suas alterações.	
15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Decreto nº 6.025/2007, e alterações.	
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844, de 18/06/2019.	
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019, Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XIV e § 8º da LDO-2019.	
218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
2907	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001; Portaria MT nº 457, de 23 de julho de 2018; Decreto 10368, de 22 de maio de 2020.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 5º, inciso VII, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
39207	VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
116E	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis/GO - Uruaçu/GO - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
116X	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	

112D	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroeste/SP - Estrela D’Oeste/SP - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
112E	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus/BA - Caetité/BA - EF-334
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
112H	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Ouroverde de Goiás/GO - São Simão/GO - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
112I	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Santa Vitória/MG - Iturama/MG - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
124G	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité/BA - Barreiras/BA - EF-334
Lei nº 11.772, de 17 setembro de 2008.	
14X6	Recuperação de Áreas Degradadas - Ferrovias Federais
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
15P7	Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Decreto nº 6.025/2007, e alterações.	
15V3	Construção da Ferrovia de Integração Centro Oeste - Trecho Mara Rosa (GO) a Porto Velho (RO) EF 354
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.	
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
218S	Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
5E83	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis/TO - Palmas/TO - EF-151
Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.	
39250	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”	
2000	Administração da Unidade
Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988; Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
20UB	Fiscalização dos Serviços de Transporte Rodoviário
Decreto nº 99.704, de 20 de novembro de 1990; Decreto nº 2.521 de 20 de março de 1998; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 20, 22, 24 e 26.	
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
214E	Manutenção e Operação do Sistema de Fiscalização Eletrônica do Transporte Rodoviário
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.	
218S	Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
2348	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Ferroviária e de Bens Operacionais
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29; Decreto nº 1.832, de 4 de março de 1996, art. 3º; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 20, 22, 24 e 25.	
2907	Fiscalização da Exploração da Infraestrutura Rodoviária
Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, art. 29; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, arts. 20, 22 e 24.	
39251	Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal	
000Q Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”	13X5 Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
2000 Administração da Unidade CF de 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	13X7 Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PE/BA (Ibó) - Feira de Santana - na BR-116/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
2088 Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, art. 20, inciso II.	13XG Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/MG (Salto da Divisa) - Entroncamento MG-406 (Almenara) - na BR-367/MG Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.
2090 Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infraestrutura do Transporte Aquaviário Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, art. 20, inciso II e Resolução nº 1, de 22 de fevereiro de 2002.	13YK Construção de Trecho Rodoviário - Laranjal do Jari - Entroncamento BR-210/AP-030 - na BR-156/AP Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações posteriores.
20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	1418 Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156/AP Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, incisos X, XIV e § 8º da LDO-2019.	1490 Construção de Trecho Rodoviário - Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163/PA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.
39252 Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT	14MM Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas na Malha Ferroviária Código Florestal Lei nº 4771 de 15/09/1965; Lei de Crimes Ambientais Lei nº 9605, de 12/02/1998 e atendimento à Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal conta o DNIT- Recuperação de passivo ambiental (0002383-83.2007-403.6111).
105S Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SE/BA - Entroncamento BR-324 - na BR-101/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	14PC Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba e Acessos - na BR-116/290/RS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
108X Implantação de Postos de Pesagem Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21 e Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º , e suas alterações, bem como demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.	14TL Adequação de Linha Férrea em Juiz de Fora - EF-040/MG Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
10IX Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116/259/451 (Governador Valadares) - Entroncamento MG-020 - na BR-381/MG Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	14X0 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-232 (São Caetano) - Entroncamento BR-424/PE-218 (Garanhuns) - na BR-423/PE Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações posteriores.
10JQ Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	15K0 Construção de Contorno Rodoviário em Aragarças - na BR-070/GO Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
10KR Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/TO - Altamira - na BR-230/PA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	15NW Construção de Edificação para Recepção de Passageiros do Porto de Maceió/AL Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, Decreto nº 9.676, de 02 de janeiro de 2019 e Decreto nº 10.368, de 22 de maio de 2020.
10L1 Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163/MT Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	15P7 Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação Decreto nº 6.025/2007, e alterações.
10L3 Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	15RT Adequação de Linha Férrea em Mogi Guaçu - na EF-050/SP Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
10MK Desapropriação de Área para Construção da Ferrovia Transnordestina - EF-232 Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	15SP Implantação do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas em São Félix/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.
110I Construção de Trecho Rodoviário - Altamira - Rurópolis - na BR-230/PA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	15WN Adequação de Trecho Rodoviário - Caxias - Timon - na BR-316/MA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
110Q Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	15WO Adequação de Trecho Rodoviário - Imperatriz - Açailândia - na BR-010/MA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.
11H1 Adequação de Ramal Ferroviário em Barra Mansa - na EF-222/RJ Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	1C09 Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135/BA Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.
1214 Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	1K23 Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365/MG Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.
123S Construção de Anel Rodoviário em Campo Grande - nas BRs 060/163/262/MS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	2000 Administração da Unidade CF de 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.
123U Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471 (Pântano Grande) - na BR-290/RS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	2036 Controle de Trânsito na Malha Rodoviária Federal Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21 e Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º , e suas alterações, bem como demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.
127G Construção de Terminais Fluviais Constituição Federal; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993; Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	20LN Operação de Terminais Hidroviários Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e alterações.
12JL Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	20LO Operação de Eclusas e Hidrovias Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.
12KF Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	20UC Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes Lei 10.233, de 05 de junho de 2001.
12KG Adequação de Travessia Urbana em Santa Maria - na BR-158/287/RS Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

218S	Apoio ao Planejamento, Gerenciamento e Acompanhamento da Implementação de Empreendimentos de Infraestrutura
Lei 10.233, de 05 de junho de 2001.	
218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União
Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018.	
2325	Operação do Sistema de Pesagem de Veículos
Lei nº 9.503, de 23/09/1997, art. 21 e Lei nº 10.233/2001, art. 82, § 3º , e suas alterações, bem como demais resoluções e portarias do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), respectivamente.	
4482	Julgamento de Recursos Administrativos a Multas de Trânsito
Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, art. 16 e 17 - CTB e Portaria nº 368, de 05/09/2002 - DNIT (DOU de 06/09/2002) e Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Lei nº 10.233/2001 e alterações posteriores.	
5E15	Construção de Trecho Rodoviário - Peixe - Paraná - Taguatinga - na BR-242/TO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
7242	Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
7530	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7624	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7E79	Construção de Trecho Rodoviário - Uruaçu - Divisa GO/MT - na BR-080/GO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e suas alterações.	
7F51	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7G16	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-040 - Entroncamento BR-267 - na BR-440/MG
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7I71	Construção de Contorno Rodoviário em Jataí - na BR-060/GO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações .	
7K23	Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7L04	Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
7L92	Construção de Ponte sobre o Rio Araguaia em Xambioá - na BR-153/TO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
7M88	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento PE-160 - Entroncamento PE-149 (Km 19,8 ao 71,2) - na BR-104/PE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7N22	Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e alterações.	
7R82	Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa DF/GO - Divisa GO/BA - na BR-020/GO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7S51	Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7S57	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7S62	Construção de Trecho Rodoviário - Viseu - Bragança - na BR-308/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
7S73	Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso a Onda Verde - Entroncamento SP-355 - na BR-153/SP
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7S75	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	

7S80	Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT
Lei 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
7T98	Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitizeiro) - na BR-230/PB
Lei 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
7U06	Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES
Lei 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
7U07	Construção de Trecho Rodoviário - Colônia Leopoldina - Ibateguara - na BR-416/AL
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações posteriores.	
7U22	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-277 (acesso Cascavel) - Marmelândia - na BR-163/PR
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7V00	Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-316 (Início do contorno de Tímon) - Povoado Montividel - na BR-226/MA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7W07	Adequação de Trecho Rodoviário - Castanhal - Santa Maria do Pará - Trevo de Salinópolis - Divisa PA/MA - na BR-316/PA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações posteriores.	
7W67	Construção do Viaduto do Gancho nos Municípios de Natal e São Gonçalo do Amarante - na BR-406/RN
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
7W84	Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001 e alterações.	
7W95	Adequação de Trecho Rodoviário - Teresina - Parnaíba - na BR-343/PI
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7X42	Adequação da Travessia Urbana de Petrolina nas BR’s-407/428/PE
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7X64	Construção de Pontes na BR-425/RO
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
7X75	Adequação de Trecho Rodoviário - Fim das obras de duplicação - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - na BR-316/PI
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e suas alterações.	
869V	Manutenção e Gestão dos Ativos Ferroviários
Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007	

39253	Empresa de Planejamento e Logística S.A. - EPL
2000	Administração da Unidade
Base legal ação 2000: CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; beneficiários, especificação do produto; Unidade responsável.	
20UC	Estudos, Projetos e Planejamento de Infraestrutura de Transportes
Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.	

39254	Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei Nº 13.844, DE 18 DE JUNHO DE 2019.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício, Capítulos "Estrutura e Organização dos Orçamentos" e "Diretrizes para Elaboração e Execução dos Orçamentos da União", no que trata das vedações para a transferências de recursos.	
2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil
Lei nº 13.844, de 18 de Junho de 2019, art. 19, VIII e art. 35, inciso X; Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, em especial seu art. 8º; Decreto nº 5.731, de 20 de março de 2006.	

39901	Fundo da Marinha Mercante - FMM
0095	Ressarcimento às Empresas Brasileiras de Navegação
Lei nº 10.893/04 Art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997,Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, prorrogada pela Lei nº 12.507/2011 até 2017	
09FC	Incentivo às Empresas Brasileiras conforme Lei nº 10.893, de 2004
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 38.	
09JF	Subvenção Econômica sobre o Prêmio Seguro-Garantia ou sobre os Custos de Carta de Fiança aos Mutuários do Fundo da Marinha Mercante (Lei nº 10.893, de 2004)
Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, art. 31; Decreto nº 5.140, de 13 de julho de 2004; Decreto nº 5.560, de 7 de outubro de 2005.	
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

39902 Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC

14UB	Construção, Reforma e Reaparelhamento de Aeroportos e Aeródromos de Interesse Regional
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; e Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009.	
15UW	Reforma e reaparelhamento do Aeroporto de Maringá/PR
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; e Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009.	
15UX	Reforma e reaparelhamento do Aeroporto de Coari/AM
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; e Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009.	
15UY	Construção do Novo Aeroporto Regional da Serra Gaúcha/RS
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; e Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009.	
15UZ	Reforma e reaparelhamento do Aeroporto de Fernando de Noronha/PE
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; e Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009.	
15V1	Instalação de equipamentos de auxílios à navegação Aérea
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; e Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009.	
15V2	Reforma e reaparelhamento do Aeroporto Civil de Alcântara/MA
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Decreto nº 7.967, de 22 de março de 2013; Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007; Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013; Decreto nº 8.180, de 30 de dezembro de 2013; e Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Decreto nº 6780, de 18 de fevereiro de 2009.	
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967.	
20SW	Formação e Capacitação de Profissionais da Aviação Civil
Lei nº 12.648 de 17 de maio de 2012. Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. Lei nº 11.182, de 2005. Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013. Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013.	
210F	Desenvolvimento da Aviação Civil (Gestão)
Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013; Lei nº 12.648, de 17 de maio de 2012; Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011; Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019.	
211I	Elaboração de estudos, pesquisas e diagnósticos sobre Aviação Civil
Lei nº 12.648, de 2012. Lei nº 12.462, de 2011. Lei nº 12.833, de 20 de junho de 2013. Decreto nº 9.676, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 8.024, de 4 de junho de 2013.	
39905	Fundo Nacional de Segurança e Educação do Trânsito - FUNSET
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844, de 18/08/2019.	
20YZ	Apoio ao Fortalecimento Institucional do Sistema Nacional de Trânsito
Lei Nº 9.503, de 23/09/1997, que Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), artigo 19; CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei Complementar nº 121/2006; Resoluções CONTRAN nº 537/2015, 607/2016; 622/2016; 678/2017 e 689/2017. Lei nº 13.844 de 18/06/2019 e LEI Nº 13.614, de 11/01/2018, que criou o Pnatrans.	
218T	Manutenção e Operação da Infraestrutura de Tecnologia da Informação
Art.19 da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB); Constituição Federal 1988; Decreto-Lei 200/1967; Resoluções CONTRAN nº 537/2015, 607/2016; 622/2016; 678/2017 e 689/2017; Lei nº 13.614, de 11/01/2018, que criou o Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (Pnatrans).	

4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 5º, inciso VII, da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
41101	Ministério das Comunicações - Administração Direta
00PN	Participação do Brasil, como País não Membro, em Atividades de Cooperação Econômica junto à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e seus órgãos vinculados
Decreto Nº 8.877, de 11 de outubro de 2016; Carta Convite da OCDE DSTI/DEP/2018.045 de 5 de julho de 2018; Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assinado em 3 de junho de 2015.	
15UK	Implementação de Projetos de Cidades Digitais e Inteligentes
- Portaria MC nº 376, de 19 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MC nº 186, de 28/03/2012. - Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que instituiu a política pública de telecomunicações.	
15UL	Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018, que instituiu a política pública de telecomunicações.	
2000	Administração da Unidade
Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016 (Estrutura Regimental do MCTIC) e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	
2017	Comunicação Institucional
Art. 37 da Constituição Federal; Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018 da Secretaria Especial de Comunicação Social/PR; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e Decreto nº 9.669, de 02 de janeiro de 2019. Art. 12, inciso XI do PLDO-2021.	
20V8	Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital
Decreto nº 6.991/2009; Portaria MC/MCT/MP nº 3535/2009; Decreto nº 9.612, de 2018.	
20ZQ	Estudos, Pesquisas e Produção de Indicadores na Área das Comunicações
Decreto nº 7.462/11 e Decreto nº 5.151/2004.	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Art. 23, VI, Art. 225, em especial, inciso VI, Art. 213, § 2º da Constituição Federal; Art. 4º, incisos X e XII, Art. 5º, inciso IV, Art. 11, Art. 20, § 5º, II, Art. 21, §2º, II e Art. 41 da Lei nº 9.985/2000; Art. 1º, inciso III da Lei nº 11.516/2000 e Anexo I, Art. 1º, inciso III e Art. 2º, inciso VI do Decreto nº 8.974/2017.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
21AE	Evolução dos Serviços de Radiodifusão
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; - Lei nº 4.117/62 - Decreto nº 52.795/63 - Decreto nº 4.901/2013; e - Decreto nº 5.820/2006, alterado pelos Decretos nº 7.670/2012, nº 8.061/2013 e nº 8.753/2016; - Decreto nº 10.326/2020, que consolida várias alterações.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Medida Provisória 960/2020; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
41231	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003	
20ZD	Simplificação e Melhoria da Regulação dos Serviços de Telecomunicações
Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações - LGT e Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
2424	Fiscalização Regulatória
Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações - LGT e Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras.	
2B68	Relações com os Usuários de Serviços de Telecomunicações
Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral das Telecomunicações - LGT e Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019 - Lei das Agências Reguladoras.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
41260	Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna
Portarias MF nºs 89/96, 192/96, 168/97 e 364/00.	
15UI	Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados para inclusão Digital
CF 88, Lei nº 5.792, de 11.07.1972 e Decreto nº 9.612, de 17 de dezembro de 2018.	
15UJ	Desenvolvimento e Lançamento de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica - SGDC
Portaria Interministerial MD/MC, nº 119, de 6 de maio de 2011.	
2000	Administração da Unidade
Decreto nº 8.877, de 18 de outubro de 2016 (Estrutura Regimental do MCTIC) e Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	
21C8	Operação da Infraestrutura da Rede de Serviço de Comunicação de Dados do Programa Conecta Brasil
De acordo com a CF Art. 3º, III, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil é reduzir as desigualdades sociais e regionais. Segundo a CF,art. 165, III, as leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão os orçamentos anuais e o § 1º deste artigo define que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. O art.2º da Lei nº 9.472/ 1977 define que o Poder Público tem o dever de garantir a toda a população o acesso às telecomunicações, tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas. A ênfase no desenvolvimento urbano sustentável, com a utilização do conceito de cidades inteligentes e o fomento aos negócios de impacto social e ambiental, é uma das diretrizes do PPA 2020-2023, norma essa que reflete políticas públicas e orienta a atuação governamental. No que se refere às políticas públicas de telecomunicações, o Decreto nº 9.612/2018 define que cabe à Telecomunicações Brasileiras S/A (Telebras) implementar a rede privativa de comunicação da administração pública federal, apoiar e suportar políticas públicas em banda larga, além de prover infraestrutura e redes de suporte a serviços de telecomunicações prestados por empresas privadas, estados, Distrito Federal, municípios e entidades sem fins lucrativos. Ainda quanto às políticas públicas de telecomunicações, particularmente no tocante ao segmento satelital, o Decreto nº 7.769/2012, que dispõe sobre a gestão do planejamento, da construção e do lançamento do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas – SGDC, preconiza, em seu art. 8º, que a “Telebras poderá contratar com terceiros o fornecimento de bens, serviços e obras de engenharia necessários à construção, integração e lançamento do SGDC e ao transporte de sinais de telecomunicações, bem como do segmento terrestre correspondente” e, em seu art. 9º, que “A Telebras e o Ministério da Defesa serão responsáveis pela gestão da operação do SGDC após o seu lançamento.”	
41261	Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC
20B5	Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação
Lei nº 11.652, de 07 de abril de 2008; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e Lei 13.417, de 1º de março de 2017 (altera a Lei 11.652).	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Art. 218 da CF; MP nº 2.216/37/01; Decreto Presidencial nº 3.294/99; Decreto nº 4.077/02; Lei nº 9.637/98; Decreto Nº 6.170/07, . Decreto Nº 825/93; Decreto Nº 8.180/13; Portaria Nº 967, de 21 de dezembro de 2011e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 18, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021.	
41902	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST
20ZE	Universalização e Massificação dos Serviços de Telecomunicações
Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; Decreto nº 3.624, de 5 de outubro de 2000; Decreto nº 4.733, de 10 de junho de 2003, revogado pelo Decreto nº 9612/2019; Decreto nº 5.581, de 10 de novembro de 2005.	
41903	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTT
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003, revogada pela Lei nº 13.502/2017.	
20ZR	Política Produtiva e Inovação Tecnológica
Lei nº 9.472, de 16/07/1997; Lei nº 10.052, de 28/11/2000; Decreto nº 3.737, de 30/01/2001; Resolução do Conselho Gestor do Funttel (CGF) nº 66 de 28/10/2010; Resolução CGF nº 97, de 16/09/2013; Resolução CGF nº 119, de 29/10/2018, Resolução CGF nº 128, de 05/07/2019.	
44101	Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
10TT	Monitoramento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina
Lei nº. 6.938/1981; Decreto nº. 88.351/1983; Art. nº. 225 da Constituição Federal de 1988 e Decreto nº. 97.632 de 1989.	
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003	
20VY	Implementação de Ações de Cidadania e Educação Ambiental
Constituição Federal, art. 225; Lei nº 10.650/03; Lei 9.795/99; Lei nº 9.478, de 06/08/97; Lei 6.938/81, art. 2º, X; Decreto 4.281/02; Lei nº 12.305/10, Decreto nº 9.672, de 02/01/2019, Lei nº 13.844/2019.	
20W1	Iniciativas para Implementação e Monitoramento da Política Nacional Sobre Mudança do Clima e da Contribuição Nacionalmente Determinada
Decreto nº 99.280, de 06/06/1990; Decreto Legislativo nº 1, de 03/02/1994; Decreto Legislativo nº 144, de 2002; Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003; Decreto nº 6.263, de 21/11/2007; Lei nº 12.187, de 29/12/2009; e Decreto no 9.578 de 22/11/2018, Decreto nº 140, de 2016, Portaria nº 150, de 10 de maio de 2016; Decreto Legislativo 9.672 de 02 de janeiro de 2019.Decreto nº 6.263, de 21/11/2007, revogado pelo Decreto nº 10.223, de 2020.	
20W2	Redução da Vulnerabilidade aos Efeitos da Desertificação
Constituição Federal, art.225; Convenção das Nações Unidas de Combate a Desertificação – UNCCD; Lei nº 6.938/81; Decreto Legislativo nº 28/97; Decreto nº 2.741, de 20 de Agosto de 1998; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Lei nº 13.153, de 30 de julho de 2015.	
20W8	Implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P
Art. 37 e 225 da Constituição Federal; Art. 2º, Inciso X da Lei nº 6.938/81; Decreto Federal nº 2.783/98; Decreto Federal nº 5.940/06; Lei nº 12.305/10; Lei nº 8.666/93; Lei nº 12.349/10; Lei nº 9.795/99; Decreto nº 4.281/02. Decreto nº 7.746/12; IN SLTI nº 10/2012; IN SLTI nº 2/2014; Portaria MP nº 23/15, Portaria SECEX/MMA Nº 28/2018; Portaria SAI/C/MMA Nº 03/2018; Lei nº 13.844/2019.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.	
21A8	Formulação e Implementação de Estratégias para Promover a Conservação, a Recuperação e o Uso Sustentável da Biodiversidade, da Vegetação Nativa e do Patrimônio Genético
Lei nº 6.938, de 31/08/1981; Lei nº 9.985, de 18/07/2000; Decreto nº 2.519, de 16/03/1998; Decreto nº 4.339, de 22/08/2002; Lei nº 12.651, de 25/05/2012; Decreto nº 4.340, de 22/08/2002; Decreto nº 7.830, de 17/10/2012; Decreto nº9.672/2019; Lei nº 13.844, 18/06/2019 Patrimônio Genético: Lei nº 13.123/2015, de 20/05/2015. Decreto nº 8.772, de 11/05/2016. Conservação e Manejo de Espécies: Lei nº 5.197, de 03/01/1967; Lei nº 9.605, de 12/02/1998; Lei nº 7.643, de 18/12/1987; Lei nº 11.959, de 29/06/2009; Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011;Decreto Legislativo nº 2, de 08/02/1994; Decreto Legislativo nº 54, de 24/06/1975; Decreto nº 92.446, de 07/03/1986; Decreto nº 7.794, de 20/08/2012; Decreto nº 9.080, de 16 de junho de 2017; Decreto nº 3.842, de 13/06/2001; Decreto nº 5.758, de 13/04/2006; Decreto nº 6.753, de 25/01/2009; Decreto nº 8.907, de 22/11/2016; Conservação de Ecossistemas: Art. 225 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.433, de 8/01/1997; Lei 7.661/1988; Decreto nº 4.703, de 21/05/2003; Decreto nº 1.905, de 16/05/1996; Decreto nº 5.092, de 21/05/2004; Decreto nº 9.935/2019; Portaria nº 126, de 27/05/2004; Portaria nº 09, de 23/01/2007. (Recuperação da Cobertura Vegetal Nativa) Lei nº 12.854, de 26/08/2013; Decreto nº 8.235, de 05/05/2014; Decreto nº8.972, de 23/01/2017. (Antártica) Decreto nº 9.932/2019; Decreto 5.377/2005; Decreto nº 10.141, de 28 de novembro de 2019; Decreto Legislativo nº 56, de 29/06/1975; Decreto nº 75.963, de 11/07/1975; Decreto Legislativo nº 88, de 06/06/1995; Portaria da Marinh nº 318, de 27/12/2006; Portaria MMA nº 72, 30/03/2010; Portaria 445 de 27 de novembro de 2018; Portaria nº 463, de 18/12/2018; Portaria MMA nº 365, de 27 novembro de 2015; PORTARIA Nº 236/MB, DE 23 DE AGOSTO DE 2019 Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13/04/2006 (PNAP); Decreto nº 8.505, de 20/08/2015 (Programa ARPA); Decreto nº 9.763, de 11 de abril de 2019 (Turismo em Sítios do Patrimônio). Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 (PNMCI); Decreto nº 9578 de 22 de novembro de 2018 (Decreto PNMCI); Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007 (Municípios Prioritários); Decreto nº 8.972 de 23 de janeiro de 2017 (Planavegi); Decreto nº 10.142 de 28 de novembro de 2019 (Conavegi); Decreto nº 10.144 de 28 de novembro de 2019 (CONAREDD+); DECRETO Nº 10.239, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020 (Conselho da Amazônia)	
21A9	Implementação de Programas, Planos e Ações para Melhoria da Qualidade Ambiental Urbana
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 21, IX; art. 23, VI e VII; art. 24, VI; art. 170, VI; art. 225; Lei nº 6.938/81; Lei nº 11.445/2007; Lei nº 12.305/2010; Lei Complementar nº 140/2011; Lei nº 12.651/2012. Decreto nº 3179, revogado pelo Decreto nº 6514; Lei 11445, reformulada pela Lei 13312/2016; Lei 11.617; Lei Complem 140; Lei 9605; Decreto 5300; Resol. CIRM nº1/2015, alterada pela nº 2/2017; Decreto nº 4755/2003, revogado pelo Decreto nº 8.975, de 24 de janeiro de 2017.	
21AA	Fomento e Implementação de Projetos Relacionados a Áreas Protegidas
Arts. 37 e 225 da Constituição Federal; Lei nº 13.844/2019, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018 e Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020.	
44201	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis -
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003	
20WH	Controle Ambiental de Produtos, Substâncias, Resíduos e Atividades Potencialmente Poluidoras
Constituição Federal, Arts. 225 e 170, inciso VI; Lei 6.938/81; Lei nº 9.605/1998; Decreto nº 6.514/2008; Lei nº 8.723/1993; Lei 12.305, de 2010; Decreto nº 875/1993; Decreto nº 9.470/2018; Decreto nº 99.280/1990; Decreto 7.404/2010; Resolução CONAMA nº 18/1986; Resolução CONAMA nº 08/1993; Resolução CONAMA nº 20/1994; Resolução CONAMA nº 362/2005; Resolução CONAMA nº 401/2008; Resolução CONAMA nº 403/2008; Resolução CONAMA nº 415/2009; Resolução CONAMA nº 416/2009; Resolução CONAMA nº 418/2009; Resolução CONAMA nº 432/2011; Resolução CONAMA nº 433/2011; Resolução CONAMA nº 490/2018; Resolução CONAMA nº 491/2018; Resolução CONAMA nº 492/2018. Resolução CONAMA 452/2012.	
214M	Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias
Constituição Federal, Art. 225; Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011; Lei 12.651, de 25 de maio de 2012; Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989; Decreto nº 2661, oito de julho de 1998; Portaria MP/OG nº 155/2008, complementada pela Portaria IBAMA nº 8, de 25/04/2013; Decreto nº 8914, de 24 de novembro de 2016, que institui o Centro Integrado Multiagências de Coordenação e Operação Nacional, no combate às queimadas e incêndios florestais; Lei 7.957, de 20 de dezembro de 1989; Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998; Decreto 6.686, de 10 de dezembro de 2008; Lei 12.187 de 29 de dezembro de 2009; Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017; Lei n.8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 7.957, de 1989, alterada pela Lei n 13.668, de 2018; Portaria IBAMA nº 4.396, de 11 de dezembro de 2019.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

214N	Controle e Fiscalização Ambiental
Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011, Leis: nº 5.197, de 03.01.1967, nº 6.938, de 31/08/1981; nº 7.735, de 22/02/1989, nº 9.478, de 06/08/1997, nº 9.605, de 12/02/98, nº 9.636, de 15/05/1998, nº 9.960, de 28/01/2000, 9.966/2000, de 28/04/2000, nº 9.985, de 18/07/2000, nº 10.406, 10/01/2002, nº 10.650, de 16/04/2003; nº 11.481, de 31/05/2007, nº 11.516, de 28/08/2007, nº 11.959, de 29/06/2009, nº 12.334/2010, de 20/09/2010, nº 12.651, de 25/05/2012, nº 13.123, de 20/05/2015, Decretos: nº 4.136/2002, de 20/02/2002, nº 4.340, de 22/08/2002, nº 4.871/2003, de 06/11/2003, nº 5.459, de 07/06/2005, revogado pelo Decreto 8772, nº 6.040, de 07/02/2007, nº 6.100, de 26/04/07, revogado pelo Dec. 7515, nº 6.514, de 22/07/2008, nº 8.127/2013, de 22/10/2013 e 8 772, de 11.05.2016.	
214O	Gestão do Uso Sustentável da Biodiversidade e Recuperação Ambiental
CF Art. 20, 23, 24 e 225; Lei nº 5.197/1967; Lei 6.938/1981; Lei nº 7.735/1989; Lei nº 9.605/1998; Lei nº 11.284/2006; Lei 11.428/2006; Lei nº 12.187/2009; Lei Complementar nº 140/2011; Lei Nº 12.651/2012; Lei nº 12.727/12; Lei Nº 13.844/2019; Decreto nº . 92.446/1986; Decreto Legislativo nº 2 de 1994; Decreto nº 2.519/1998; Decreto nº 3.607/2000; Decreto Legislativo nº 54/1975; Decreto nº 76.623/1975; Decreto nº 4.703/ 2003; Decreto nº 5.975/2006; Decreto nº 6.063/2007; Decreto nº 6.514/2008; Decreto 6.660/2008; Decreto nº 8.973/2017; Resolução CONAMA 369/2006; Resolução CONAMA 379/2006; Resolução Conama nº 394/2007; Resolução CONAMA nº 487/2018 e Resolução CONAMA nº 489/2018; Portaria nº 4.396, de 10 de dezembro de 2019.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.	
218R	Monitoramento Ambiental e Gestão da Informação Sobre o Meio Ambiente e Educação Ambiental
Constituição Federal, Art. 225; Lei Complementar nº 140, de 08/12/2011; Lei nº 6.938, de 31/08/1981; Lei nº 7.735, de 22/02/1989, nº 11.516, de 28/08/2007, nº 9.605, de 12/02/98, nº 12.651, de 25/05/2012, nº 10.650, de 16/04/2003; Lei 12.187 de 29/12/2009; Decretos: nº 6.514, de 22/07/2008 e nº 2.661/98, de 08/07/1998; Lei nº 9.966/2000; Decreto nº 4.136/2002; Decreto nº 4.871/2002; Decreto nº 5.098/2004; Decreto nº 96.044/1988; Resolução ANTT nº 420/2004; Resolução CONAMA nº 398/2008; Decreto nº 8.127/2013; Decreto 98.973/90. Decreto 6.666/2008. Decreto 8973/2017. Decreto 5.577/2005. Decreto 7830/2012. Decreto 8777/2016. Decreto 8892, que institui a Comissão Nacional para os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, revogado pelo Decreto 10179/2019.	
21AB	Monitoramento, Avaliação e Controle de Substâncias, Produtos Químicos e Biológicos e de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais
Constituição Federal, Art. 225; Art. 170, inciso VI; Lei nº 6.938/1981; Lei nº 9.605/1998; Decreto nº 6.514/2008; Lei nº 9.966/2000; Decreto nº 96.044/1988; Lei nº 7.802/89; Decreto nº 4.074/2002; Resolução CONAMA nº 472/2015; Resolução CONAMA nº 463/2014; Resolução CONAMA nº 467/2015, Decreto nº 5.472/2005, Decreto nº 5.360/2005.	
6925	Licenciamento Ambiental Federal
CF Art. 177 e 225; Lei nº 6.938, de 31/08/81; Lei nº 9.966, de 28/04/00; Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018; Lei Complementar nº 140, de 08/12/11; Decreto nº 99953, de 19/10/1990, revogado sucessivamente pelo Decreto de 16/04/1991, e pelo Decreto nº 10223, de 5/2/2020; Decreto nº 4.340, de 22/08/02; Decreto nº 6.640, de 07 de novembro de de 2008; Decreto Nº 8.437, de 22 de abril de 2015; Decreto Nº 6.848, de 14 de maio de 2009; Resolução Conama Nº 001, de 23 de janeiro de 1986; Resolução Conama nº 006, de 24 de janeiro de 1986; Resolução Conama Nº 237, de 19 de dezembro de 1997; Resolução Conama nº 281, de 12 de julho de 2001; Resolução Conama nº 286, de 30 de agosto de 2001; Resolução Conama nº 428, de 17 de dezembro de 2010; Resolução Conama Nº 371, de 05 de abril de 2006; Resolução Conama nº 006, de 16 de setembro de 1987; Resolução Conama Nº 479, de 15 de março de 2017; Resolução Conama nº 279, de 27 de junho de 2001; Resolução Conama nº 023, de 7 de dezembro de 1994; Resolução Conama nº 350, de 6 de julho de 2004; Resolução Conama nº 462, de 24 de julho de 2014; Resolução Conama nº 470, de 27 de agosto de 2015; Resolução Conama nº 377, de 9 de outubro de 2006; Resolução Conama nº 284, de 30 de agosto de 2001; Resolução Conama Nº 273/2000; Resolução Conama nº 462, de 24 de julho de 2014; Resolução Conama Nº 009, de 03 de dezembro de 1987; Resolução Conama Nº 005/1988; Resolução Conama Nº 010/1996; Resolução Conama Nº 312/2002; Resolução Conama Nº 385/2006; Resolução Conama Nº 404/2008; Resolução Conama Nº 413/2009; Resolução Conama Nº 458/2013; Portaria Interministerial nº 60, de 24/03/15. Portaria Interministerial MF/MMA Nº 812, de 29 de setembro de 2015; Portaria Conjunta MMA/Ibama/ICMBio Nº 225, de 30 de junho de 2011; Portaria MMA Nº 422, de 26 de outubro de 2011; Portaria MMA nº 424, de 26 de outubro de 2011; Portaria Interministerial MMA/SEP/PR Nº 425, de 26 de outubro de 2011; Portaria MMA Nº 289, de 16 de julho de 2013; Portaria Interministerial MMA/MT Nº 288, de 16 de julho de 2013; Portaria MMA Nº 421, de 26 de outubro de 2011.	
44206	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal, 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
20WK	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Flora Brasileira
Decreto nº 58.054, de 23 de março de 1966; Decreto nº 76.623, de novembro de 1975; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Decreto Legislativo nº 2, de 8 de fevereiro de 1994; Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001; Decreto nº 4.339, de 22 de agosto de 2002; Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003; Decreto nº 5.092, de 21 de maio de 2004; Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008; Decreto nº 8.841, de 25 de agosto de 2016.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.	
219K	Gestão das Coleções Vivas, do Patrimônio Histórico-Cultural e das Atividades de Disseminação do Conhecimento no Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001; Decreto nº 8.841, de 25 de agosto de 2016.	
4909	Funcionamento de Programas de Pós-Graduação e Demais Atividades Educativas em Botânica e Meio Ambiente e Campos Afins
Lei nº 10.316, de 6 de dezembro de 2001; Decreto nº 8.841, de 25 de agosto de 2016.	
44207	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019	
20WM	Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais
Lei Nº. 11.516, de 28/08/07; Lei nº 11.481, de 31/05/2007; Lei nº 10.406/2002; Lei nº 9.985, de 18/07/2000; Lei nº 9.960, de 28/01/2000; Lei nº 9.636, de 15/05/1998; Lei nº 9.605, de 12/02/98; Lei nº 9.478, de 06/08/1997; Lei nº 6.938, de 31/08/81; Lei nº 12.651, de 25/05/12; Decreto-Lei nº 271, de 28/02/1967; Decreto nº 6.040 de 07/02/2007 ; Decreto nº 4.340, de 22 /08/2002; Decreto Lei nº 3.365/1941; Decreto nº 4.339, de 22/08/2002; Acórdãos nº 1.853/2013 e nº 1.004/2016 do Tribunal de Contas da União; Resolução CONAMA nº 371/2006; e Instrução Normativa ICBio nº 02/2009; Lei nº 13.668 de 28 de maio de 2018. Decreto nº 8.974 de 24 de janeiro de 2017. Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020.	

20WN	Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico
Lei nº 12.651, de 25/05/12; Lei nº 5.197/67; Lei nº 6.938, de 31/08/81; Lei nº 7.735, de 22/02/89; Lei nº 7.797/89; Le nº 9.478, de 06/08/1997; Lei nº. 9.605, de 12/02/98; Lei nº 9.985/00; Lei nº 11.516/2007. Decreto nº 2.519, de 16/03/98; Decreto nº 6.514, de 22/07/08; Decreto nº 4.340/02; Decreto nº 4.339/02; Decreto nº 4.703/03; Decreto nº 8.974 de 24 de janeiro de 2017; Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020.	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Art. 23, VI, Art. 225, em especial, inciso VI, Art. 213, § 2º da Constituição Federal; Art. 4º, incisos X e XII, Art. 5º, inciso IV, Art. 11, Art. 20, § 5º, II, Art. 21, §2º, II e Art. 41 da Lei nº 9.985/2000; Art. 1º, inciso III da Lei nº 11.516/2007 e Anexo I, Art. 1º, inciso III e Art. 2º, inciso VI do Decreto nº 8.974/2017.	
214P	Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais
Lei 6.938, de 31/08/81; Lei nº 9.605, de 12/02/98; Lei nº 9.985, de 18/07/00; Decreto nº 6.514, de 22/07/08; Lei nº 12.651, de 25/05/12. Lei nº 12.727, de 17 de outubro de 2012	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006.	
44901	Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019	
20N1	Fomento a Projetos de Desenvolvimento Sustentável e Conservação do Meio Ambiente
Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989; Decreto nº 10.224, de 5 de fevereiro de 2020.	

44902	Fundo Nacional sobre Mudança do Clima
2000	Administração da Unidade
CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 13.844/2019	
20G4	Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima
Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009 e Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018.	
52101	Ministério da Defesa - Administração Direta
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário.”	
123J	Aquisição de Helicópteros para Emprego das Forças Armadas
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008; Decreto nº 7.974, de 01 de abril de 2013; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Decreto nº 6.011, de 05 de janeiro de 2007; Portaria Interministerial MDIC/MD nº 1.068, de 21 de julho de 2008; e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa).	
147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.884, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Diretriz Ministerial nº 014/2009 de 9 de novembro de 2009 – Integração e Coordenação dos Setores Estratégicos da Defesa e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; e Portaria Normativa nº 3.389/MD, de 21 de dezembro de 2012 - Política Cibernética de Defesa.	
151S	Implantação do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
Constituição Federal de 1988, Art 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; Decreto nº 9.637, de 2018; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 “Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa”; e ICA 360-1 “Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica”, aprovada pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 31/35C3, de 31 de agosto de 2012, Publicado nº BCA 175, de 12 de setembro de 2012; Portaria Normativa 41/GM-MD, de 30 julho 2018.	
15KP	Implantação da Medicina Operativa Conjunta nas Forças Armadas
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 21 Incisos III e XVIII e Art. 22, Inciso XXVIII; Política Nacional de Defesa (PND), Capítulo 6, Incisos VII e XI e Capítulo 7, Incisos 7.3, 7.14 e 7.18; Estratégia Nacional de Defesa (END) e Doutrina de Operações Conjuntas (MD-30-MO1).	
15LR	Implantação da Geoinformação de Defesa - GEODEF
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 21, Inciso XV, e Art. 22, Inciso III; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria Normativa nº 2.624/MD, de 7 de dezembro de 2015; Portaria Normativa nº 2.621/MD, de 7 de dezembro de 2015; e Portaria Normativa nº 40/GM-MD, de 11 de julho de 2018.	
15W4	Aquisição de Helicópteros Leves (Projeto TH-X)
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008; Decreto nº 7.974, de 01 de abril de 2013; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Decreto nº 6.011, de 05 de janeiro de 2007; Portaria Interministerial MDIC/MD nº 1.068, de 21 de julho de 2008; e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa).	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

2055 Cursos de Altos Estudos da Escola Superior de Guerra
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Portaria Normativa nº 16/GM-MD, de 13 de fevereiro de 2020; e Portaria Normativa Interministerial nº 1/MD/MEC, de 26 de agosto de 2015; Parecer CNE/CES nº 147/2017, de 4 de abril de 2017; e Supucipia CAPES, recomendação nº 33324000001P2, de 26 de outubro de 2018.

201G Apoio das Forças Armadas à Inclusão Social e à Valorização da Cidadania
Constituição Federal de 1988, Art. 217; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e suas alterações - Normas gerais sobre o desporto brasileiro; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa; Portaria Normativa n° 12, de 14 de fevereiro de 2019 - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa; Portaria Normativa Interministerial nº 2.203, de 26 de julho de 2013 - Dispõe sobre o Programa Força no Esporte - Profesp e dá outras providências; Portaria Normativa nº 956, de 23 de abril de 2015 - Institui projeto para valorização pessoal e integração social por meio do esporte, para militares que adquiriram deficiência física; e Portaria Normativa nº 13/MD, de 17 de fevereiro de 2016 - Altera a Portaria Normativa no 956/MD, de 23 de abril de 2015, que institui projeto para valorização pessoal e integração social por meio do esporte, para militares que adquiriram deficiência física.

20T4 Atividades do Centro de Apoio a Sistemas Logísticos de Defesa
Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012; Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013; Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017; e Decreto nº 9.259, de 29 de dezembro de 2017.

20X1 Participação Brasileira em Missões de Paz
Constituição Federal de 1988, Incisos III, IV, VI e VII do art. 4º, Inciso II do art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Capítulos 4, 5, 6 e 7 do Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, e suas alterações; art 1º da Lei 2.953/1956 e Portaria Normativa nº 12 / MD, de 14 de fevereiro de 2019, Decreto Legislativo Nº 179, de 14 de dezembro de 2018 – Atualiza PND, END e LBDN.

20X3 Mobilização e Logística para a Defesa Nacional
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 22, Incisos III e XXVIII, e Art. 84, Inciso XIX; Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007; Decreto nº 6.592, de 2 de outubro de 2008; Decreto nº 7.294, de 6 de setembro de 2010; e Decreto nº 7.974 de 1º de abril de 2013.

20X4 Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM
Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018. Decreto 10.293, de 25 de março de 2020.

20X5 Operações de Comando e Controle da Defesa Nacional
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto Nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019; Decreto Legislativo Nº 179, de 14 de dezembro de 2018 – Atualiza PND, END e LBD.

20X6 Desenvolvimento Sustentável da Região do Calha Norte
CF, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, Exposição de motivos/PR nº 770 de 19/12/1985 e Exposição de motivos nº 00502/MD de 15 de dezembro de 2015.

20X7 Emprego Conjunto ou Combinado das Forças Armadas
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 - Estrutura Regimental; Portaria Normativa nº 12/GM-MD, de 14 de fevereiro de 2019 - Regimento Interno do MD.

212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Resolução nº 1de 2015 do Comitê Gestor do Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional para Ensino e Pesquisa

216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.

218X Operações de Garantia da Lei e da Ordem
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput e § 1º; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 - Estrutura Regimental; Portaria Normativa nº 12/GM-MD, de 14 de fevereiro de 2019 - Regimento Interno do MD.

219C Acolhimento humanitário e interiorização de migrantes em situação de vulnerabilidade e fortalecimento do controle de fronteiras
Constituição Federal de 1988 (Art. 142, caput); Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 (Capítulos V e VI); Lei nº 13.684, de 21 de junho de 2018, Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 (Estratégia Nacional de Defesa); Decreto nº 9.285, de 15 de fevereiro de 2018; e Decreto nº 9.286, de 15 de fevereiro de 2018.

219W Interoperabilidade de Sistemas de Defesa
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e suas alterações; Decreto Nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Portaria Normativa nº 12/MD, de 14 de fevereiro de 2019; Decreto Legislativo Nº 179, de 14 de dezembro de 2018 – Atualiza PND, END e LBDN.

218I Difusão do Conhecimento sobre Defesa Nacional à Sociedade Brasileira e Interação do Ensino Militar

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN;
- Lei de Ensino da Marinha do Brasil: Lei nº 11.279, de 9 de fevereiro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.883, de 25 de junho de 2009;
- Lei de Ensino do Exército Brasileiro: Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999, alterado pelo Decreto nº 9.171, de 17 de outubro de 2017;
- Lei de Ensino da Força Aérea Brasileira: Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011;
- Identidade Estratégica do Setor de Defesa, aprovada pela Portaria Normativa nº 24/GM-MD, de 16 de abril de 2015
- Política Setorial de Defesa: aprovada por meio da Portaria Normativa nº 25/GM-MD, de 16 de abril de 2019;
- Estratégia Setorial de Defesa: aprovada por meio da Portaria Normativa nº 26/GM-MD, de 16 de abril de 2019
- Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa e altera o Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, o Decreto nº 8.905, de 17 de novembro de 2016;
- Instrução Normativa nº 1/SEPED/SG-MD, de 09 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a padronização de procedimentos para a realização do planejamento, acompanhamento, avaliação e encerramento de programas de fomento à formação de recursos humanos e à pesquisa em Defesa Nacional, no âmbito do Ministério da Defesa; e
- Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG, relativo ao período 2011-2020.

218J Desenvolvimento do Desporto Nacional e Militar
Constituição Federal de 1988, Art. 217; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e suas alterações - Normas gerais sobre o desporto brasileiro; o Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa; Portaria Normativa nº 12, de 14 de fevereiro de 2019 - Aprova os Regimentos Internos e o Quadro Demonstrativo de Cargos em Comissão e das Funções de Confiança de unidades integrantes da Estrutura Regimental do Ministério da Defesa; e Portaria Normativa nº 107/GM-MD, de 02 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre as norma e procedimentos para os eventos esportivos das Forças Armadas.

218K Manutenção das estruturas do Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
Constituição Federal de 1988, Art 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; Decreto nº 9.637, de 2018; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 “Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa”; e ICA 360-1 “Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica”, aprovada pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005; Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 31/35C3, de 31 de agosto de 2012, Publicado nº BCA 175, de 12 de setembro de 2012; Portaria Normativa 41/GM-MD, de 30 julho 2018.

2452 Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região do Calha Norte
CF, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei 13.249, de 13 de janeiro de 2016, Exposição de motivos/PR nº 770 de 19/12/1985 e Exposição de motivos nº 00502/MD de 15 de dezembro de 2015.

2866 Ações de Caráter Sigiloso
Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 7364, de 2010; Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Portarias Normativas nº 1.075/MD, de 22 de agosto de 2007, e nº 658/MD, de 23 de abril de 2008.

2B28 Apoio ao desenvolvimento de tecnologias de interesse da Defesa Nacional
Leis Complementares nºs 97 e 117; Portaria normativa nº 2624/MD, de 7 de dezembro de 2015, que aprova a Política Setorial de Defesa; Decreto nº 7.974, de 2013, que estabelece a competência do Ministério da Defesa para, por intermédio do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD/DECTI), fomentar e acompanhar o desenvolvimento, industrialização e produção de novos produtos e de tecnologia na área de defesa; Portaria Normativa 564/MD de 12 de março de 2014, que aprova os regimentos internos dos órgãos integrantes da estrutura organizacional do MD.

2D55 Implementação de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais na Área de Defesa
Lei Complementar nº 97, de 1999, Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, e Decreto Legislativo nº 373, de 2013, que aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.

6557 Formação Cívico-Profissional de Jovens em Serviço Militar - Soldado Cidadão
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 1999; Lei nº 4375, de 1964; Decreto nº 57.654, de 1966; e Portaria Normativa nº 62/GM-MD, de 2019

8425 Apoio ao Projeto Rondon
Decreto nº 9.848, de 25 de junho de 2019 - dispõe sobre o Comitê de Orientação e Supervisão do Projeto Rondon; e Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018, modificado pelo Decreto nº 10.076, de 18 de junho de 2019 - aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa.

52111 Comando da Aeronáutica
0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa
Constituição Federal/1988, Artigo 52, Incisos V e VII. Resolução de Senado Federal Nº 50/1993

123B Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007.

14T0 Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins - Projeto FX-2
Art. 142, Caput, da Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 09/06/99; Lei Complementar nº 117, de 02/09/2004; Decreto 6.601/2008; Decreto 6.703/2008; Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 400-6/2007, aprovad. pela Portaria Nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.

14XJ Aquisição de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas - Projeto KC-390
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 400-6/2007), aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007 e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2010-2031 (PCA 11-47/2010), aprovado pela Portaria nº C-15/GC3, de 09 de setembro de 2010.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
15F1	Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
20IH	Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.	
20X8	Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.	
20X9	Capacitação Profissional da Aeronáutica
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.464, de 4 de agosto de 2011; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008.	
2120	Movimentação de Militares
Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001, art. 2º; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972 e Art. 45-A ao Art. 45-C da Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972.	
217W	Operação de Sistemas Espaciais de Observação da Terra
Constituição Federal de 1988, Art. 142; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 2.295, de 04 de agosto de 1997; DCA 400-6/2007, aprovada pela Portaria 129/GC4, de 05 de março de 2007; Portaria nº 764/MD, de 27 de dezembro de 2002 "Política e Diretrizes de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica do Ministério da Defesa"; e ICA 360-1 "Preceitos para a Negociação de Acordos de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica na Aeronáutica", aprovada pela Portaria 1397/GC4, de 13 de dezembro de 2005;; PCA 358-1 Programa Estratégico de Sistemas Espaciais, aprovado pela Portaria 31/35C3, de 31 de agosto de 2012, Publicado no BCA nº 175, de 12 de setembro de 2012.; Decreto-Lei nº 1.177, de 21 de junho de 1971, regulamentado pelo Decreto nº 2.278, de 17 de julho de 1997 e Portaria Normativa 953/MD, de 16 de abril de 2014.	
219D	Adequação de Organizações Militares
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.	
2865	Suprimento de Fardamento
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º e Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64.	
2866	Ações de Caráter Sigiloso
Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010; Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Portarias Normativas nº 1.075/MD, de 22 de agosto de 2007, e nº 658/MD, de 23 de abril de 2008.	
2868	Combustíveis e Lubrificantes de Aviação
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.	
7U72	Adequação, Revitalização e Modernização da Frota de Aeronaves AM-X (Projeto A-1M)
Caput, Art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei 12.598, de 22 de março de 2012; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Diretriz do Comando da Aeronáutica (DCA 400-6/2007), aprovada pela Portaria nº 129/GC4, de 05 de março de 2007; Requisito Operacional Preliminar (ROP) da Modernização das Aeronaves A-1, aprovado pela Portaria nº C-02/35C4, de 03 de janeiro de 2000; e Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PEMAER) 2010-2031 (PCA 11-47), aprovado pela Portaria nº C-15/GC3, de 09 de setembro de 2010.	
52121	Comando do Exército
13DB	Aquisição de Sistemas de Artilharia Antiaérea
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
147F	Implantação de Sistema de Defesa Cibernética para a Defesa Nacional
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa; Diretriz Ministerial nº 014/2009 de 9 de novembro de 2009 – Integração e Coordenação dos Setores Estratégicos da Defesa e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 e Portaria Normativa Nr 3.389/MD, de 21 de dezembro de 2012 - Política Cibernética de Defesa.	
14LW	Implantação do Sistema de Defesa Estratégico ASTROS 2020
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
14T4	Implantação do Projeto Guarani
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa. Lei nº 11.317, de 05/07/2008 e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
14T5	Implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras - SISFRON
- Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016 - Institui o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e organiza a atuação de unidades da administração pública federal para sua execução; - Decreto Legislativo nº 373, de 25 de setembro de 2013 - Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Naciona de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional; - Decreto nº 85.064, de 26 de Agosto de 1980 - Regulamenta a Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira; e Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências;	
14T6	Implantação do Programa Estratégico de Proteção da Sociedade (PROTEGER)
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003; Portaria nº 21 - Comando de Operações Terrestres - COTER, de 15 de outubro de 1999 e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
156M	Modernização Estratégica e Operacional do Exército Brasileiro
Constituição Federal Brasileira de 1988, Art. 142; Lei Complementar nº 97/99;Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018; Decreto nº 4.828, de 03 de setembro de 2003 e Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
156N	Obtenção de Meios do Exército
Constituição Federal de 1988, Art. 142, Caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa, Lei nº 11.317, de 05/07/2006 e Lei Nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
15W5	Reestruturação do Sistema de Engenharia do Exército
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei Nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
15W6	Implantação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA (Prg EE LUCERNA)
- Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988. - Emenda Constitucional nº 95/2016 – Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União por 20 exercícios financeiros. - Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999 – institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, e dá outras providências. - Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. - Lei Complementar nº 117 de 2 de setembro de 2004 – Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. - Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010 - Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. - Decreto nº 373, de 25 de setembro de 2013 – Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). - Portaria nº 346-Cmt Ex, de 29 de maio de 2007 – Aprova a Diretriz para o Reaparelhamento do Exército. - Portaria nº 508-Cmt Ex, de 25 de junho de 2013 – Aprova as Instruções Gerais do Ciclo de Vida de Software (EB10-IG-01.006). - Portaria nº 233-Cmt Ex, de 15 de março de 2016 – Aprova as Instruções Gerais para a Gestão do Ciclo de Vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (EB10-IG-01.018). - Portaria nº 054-Cmt Ex, de 30 de janeiro de 2017 – Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento do Portfólio e dos Programas Estratégicos do Exército Brasileiro (NEGAPORT-EB). - Portaria Nr 253-Cmt Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova a Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Imagens e Informações Geográficas do Exército (EB10-D-01.014) e dá outras providências. - Portaria Nr 254-Cmt Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova as Normas para Gestão do Pessoal do Sistema de Inteligência do Exército (NGPSiEx) (EB10-N-01.008), 1ª Edição, 2020. - Portaria Nr 255-Cmt Ex, de 4 de março de 2020 - Aprova a Diretriz Estratégica Organizadora do Sistema de Informações Operacionais Terrestres (EB10-D-01.010). - Portaria nº 176-EME, de 29 de agosto de 2013 – Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos no Exército Brasileiro (NEGAPEB). - Portaria nº 100-EME, de 21 de maio de 2014 – Aprova a Diretriz de Implantação do Projeto LUCERNA. - Portaria nº 031-EME, de 23 de fevereiro de 2015 – Aprova o Manual de Fundamentos Inteligência Militar Terrestre (EB20-MF-10.107). - Portaria nº 272-EME, de 12 de julho de 2017 – Aprova a Diretriz de Iniciação do Programa Estratégico do Exército LUCERNA e constitui a equipe que confeccionará o Estudo de Viabilidade do Programa. - Portaria nº 330-EME, de 4 de novembro de 2019 – Aprova as Normas para Elaboração, Gerenciamento e Acompanhamento de Custos do Portfólio, dos Programas e dos Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro (EB20-N-08.002)	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003.	
20XE	Manutenção dos Sistemas de Comando e Controle do Exército
Caput. do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.	
20XH	Realização de Ações de Cooperação do Exército
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003. Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
20XJ	Desenvolvimento Tecnológico do Exército
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996; Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20XL Saúde em Operações Militares	
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa.	
20XM Prestação de Ensino Assistencial nos Colégios Militares	
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto nº 3.182, de 23 de Setembro de 1999 e Portaria 53 – DECEX, 18 de maio de 2016 (Projeto pedagógico do Sistema Colégio Militar do Brasil).	
212O Movimentação de Militares	
Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001, art. 2º; Decreto nº 4.307 de 18/07/2002.	
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.	
219D Adequação de Organizações Militares	
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.	
21A0 Aprestamento das Forças	
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa.	
2865 Suprimento de Fardamento	
Constituição Federal, art. 142. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64; e Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003.	
2866 Ações de Caráter Sigiloso	
Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 7364, de 2010; Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Portarias Normativas nº 1.075/MD, de 22 de agosto de 2007, e nº 658/MD, de 23 de abril de 2008.	
2900 Seleção para o Serviço Militar e Apresentação da Reserva em Disponibilidade	
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003.; Lei nº 4.375/64; Lei nº 5.292/67.	
2911 Modernização das Organizações Militares de Engenharia do Exército	
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei Nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993.	
2A82 Prestação de Ensino de Graduação e Pós-Graduação no Instituto Militar de Engenharia	
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	
3138 Implantação do Sistema de Aviação do Exército	
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003; Resolução do Senado nº 43, de 7 de junho de 2000.	
4641 Publicidade de Utilidade Pública	
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
8965 Capacitação Profissional Militar do Exército Brasileiro	
Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e Lei 9.786, de 8 de fevereiro de 1999; Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Decreto nº 3.182, de 23 de Setembro de 1999.	
52131 Comando da Marinha	
000Q Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica	
Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: "O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;"	
0284 Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	
Constituição Federal/1988, Artigo 52, Incisos V e VII. Resolução de Senado Federal Nº 50/1993.	
123G Implantação de Estaleiro e Base Naval para Construção e Manutenção de Submarinos Convencionais e Nucleares	
Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa; Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.	
123H Construção de Submarino de Propulsão Nuclear	
Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa; Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.	
123I Construção de Submarinos Convencionais	
Constituição Federal de 1988, Arts. 1º, 3º e 4º; Decreto nº. 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprova a Estratégia Nacional de Defesa; Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, prevendo cooperação na área de defesa, entre outros, no âmbito de submarinos, firmada pelos respectivos Presidentes da República; Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa na área de Submarinos, firmado pelos respectivos Ministros da Defesa; e Ajuste técnico entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República Francesa relativo à concepção, construção e comissionamento técnico de submarinos, firmado pelo Comandante da Marinha do Brasil e pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da França.	
1477 Tecnologia Nuclear da Marinha	
Constituição Federal de 1988, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; e Decreto nº 4.735 de 11/06/2003.	
1N47 Construção de Navios-Patrolha de 500 toneladas (NPa 500t) - Classe Macaé	
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 12.593 de 18/01/2012; Decreto nº 4.735 de 11/06/2003; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; e Decreto nº 7.364 de 23/11/2010.	
1N56 Desenvolvimento de Missil Nacional Antinavio	
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004.	
20XO Desenvolvimento Tecnológico da Marinha	
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; e Decreto nº 4.735 de 11/06/2003.	
212H Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)	
Resolução nº 1de 2015 do Comitê Gestor do Programa Interministerial de Implantação e Manutenção da Rede Nacional para Ensino e Pesquisa	
212O Movimentação de Militares	
Lei nº 5.809 de 10/10/1972; Decreto nº 71.733 de 18/01/1973; Medida Provisória nº 2.215-10 de 31/08/2001, art. 2º Decreto nº 4.307 de 18/07/2002.	
216H Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 8º, inciso III, alínea f, da Lei 5.809, de 10 de outubro de 1972.	
219D Adequação de Organizações Militares	
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa e Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.	
21CL Recomposição do Núcleo do Poder Naval	
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; Decreto nº 9.570 de 20/11/2018; Decreto Legislativo nº 179, de 14/12/2018 e Portaria Normativa nº 9/GAP-MD de 13/01/2016 do Ministério da Defesa.	
2865 Suprimento de Fardamento	
Constituição Federal, art. 142. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, art. 50; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016; Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, art. 2º; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002, arts. 61 a 64; e Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003.	
2866 Ações de Caráter Sigiloso	
Caput do Artigo 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei Complementar Nº 136 de 25 de agosto de 2010; Decreto nº 7364, de 2010; Portaria Normativa nº 1.082/MD, de 12 de setembro de 2005, alterada pelas Portarias Normativas nº 1.075/MD, de 22 de agosto de 2007, e nº 658/MD, de 23 de abril de 2008.	
52133 Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

14ML	Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz
Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências); Decreto nº 75.963 de 11 de julho de 1975 (promulga o Tratado Antártico); Decreto nº 94.401 de 03 de junho de 1987 (aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos - POLANTAR); e Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001 (dispõe sobre a Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM e dá outras providências).	
2345	Apoio Logístico à Pesquisa Científica na Antártica
Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017 (dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências); Decreto nº 75.963 de 11 de 07 de1975 (promulga o Tratado Antártico); Decreto nº 84.324 de 19 de dezembro de 1979 (institui a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - SECIRM); Decreto nº 86.829 de 12 de janeiro de 1982 (cria a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos - CONANTAR); Decreto nº 86.830 de 12 de janeiro de 1982 (atribui à CIRM a elaboração do projeto do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR); Decreto nº 94.401 de 03 de junho de 1987 (aprova a Política Nacional para Assuntos Antárticos - POLANTAR); e Decreto nº 3.939 de 26de setembro de 2001 (dispõe sobre a CIRM e dá outras providências).	
2518	Apoio à Pesquisa e ao Monitoramento Oceanográfico e Climatológico da Amazônia
Constituição Federal de 1988, art. 20 e 21; Lei nº 7.661 de 16 de maio de 1988; Lei nº 8.617 de 04 de janeiro de 1993; Lei nº 10.638 de 28 de maio de 2003; Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1982; Decreto nº 96.000 de 02 de maio de 1988; Decreto nº 98.145 de 15 de setembro de 1989; Decreto nº 98.145 de 15 de novembro de 1989; Decreto s/n, de 05 de janeiro de 1994; Decreto nº 1.530 de 22 de junho de 1995; Decreto nº 3.939 de 26 de setembro de 2001; Decreto nº 5.300 de 07 de dezembro de 2004; Decreto nº 5.377 de 23 de fevereiro de 2005; Decreto Presidencial nº 6.678 de 08 de dezembro de 2008; Decreto Legislativo nº 5/1997; Resolução da CIRM nº 1 de 30 de abril de 1997; Resolução da CIRM nº 5 de 03 de dezembro de 1997; Resolução da CIRM nº 1, de 25 de agosto de 1998; Resolução da CIRM nº 7 de 05 de dezembro de 2005; e Portaria nº 129/MB de 15 de maio de 2007.	
52211	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
52221	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
4528	Produção de Material de Emprego Militar
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004;Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional de Defesa.	
52222	Fundação Osório
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Medida Provisória nº 870, de 01 de janeiro de 2019.	
20XS	Prestação de Ensino Assistencial na Fundação Osório
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Decreto nº 14.856, de 1º de junho de 1921, Decreto Legislativo nº 4.235, de 4 de janeiro de 1921; Decreto nº 16.392, de 27 de fevereiro de 1924; Decreto nº 8.917, de 26 de janeiro de 1946; Lei nº 9.026, de 10 de abril de 1995.	
52232	Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM
00M5	Aquisição de terrenos e construção de unidades habitacionais destinadas à moradia do pessoal da Marinha
Lei nº 188 de 15 de janeiro de 1936 e Decreto nº 2.013 de 26 de setembro de 1996.	
00QI	Seguros Habitacionais de Financiamento Imobiliário para Pessoal da Marinha
Lei nº 188 de 15 de janeiro de 1936, Decreto nº 2.013 de 26 de setembro de 1996 e Art. 79 da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009.	
0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna
Portarias MF nºs 89/96, 192/96, 168/97 e 364/00.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
52233	Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL
211D	Coordenação Técnica da Amazônia Azul Tecnologias de Defesa SA - AMAZUL
Lei nº 12.706 de 08/08/2012 e Decreto nº 7.898 de 01/02/2013.	
52901	Fundo do Ministério da Defesa
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
52902	Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
20XT	Prestação de Serviços Médico-Hospitalares e de Ensino e Pesquisa do Hospital das Forças Armadas
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Decreto nº 8.422, de 20 de março de 2015; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018; Portaria Normativa nº 10, de 7 de março de 2018.	
52903	Fundo do Serviço Militar
2872	Mobilização para o Serviço Militar Obrigatório
Arts. 142 e 143 da Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 4.375/64; Decreto 57.654/66; Decreto nº 9.570, de 20 de novembro de 2018.	

52911	Fundo Aeronáutico
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.707. de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”	
14TH	Implantação e Modernização de Sistemas Bélicos e Equipamentos
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 e Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
2048	Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações.	
20SA	Manutenção e Adequação dos Sistemas Militares da Aeronáutica
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.	
20XB	Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Aeroespacial
Constituição Federal de 1988, caput, art. 142 e 218; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Decreto 7.970, de 28 de março de 2013; Decreto 8.122, de 16 de outubro de 2013;Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013; Portaria nº 899/MD, de 19 de julho de 2005; Portaria nº 777/MD, de 31 de maio de 2007; PORTARIA Nº 2.640/MD, DE 10.09.2013; PORTARIA NORMATIVA N° 61/GM-MD, DE 22 DE OUTUBRO DE 2018; PCA 11-47.	
20XV	Operação do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro - SISCEAB
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações; Lei 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019 e Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Decreto nº 6.834, de 2009 e suas alterações; Decreto 7.974, de 1º de abril de 2013.	
21A0	Aprestamento das Forças
Constituição Federal de 1988, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações; Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 e Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 e suas alterações.	
21CM	Recomposição dos Meios da Força Aérea Brasileira
Constituição Federal, art. 142, caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012 e suas alterações e Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019.	
2913	Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 e suas alterações; Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Decreto 9.540 de 25 de out de 2018; Decreto 6.703, de 18 de dezembro de 2008; Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; e Lei nº 12.970, de 08 de maio de 2014.	
52921	Fundo do Exército
15F1	Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; e Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
2522	Produção de Fármacos, Medicamentos e Fitoterápicos
Constituição Federal de 1988, Título VIII, Capítulo II, Seção II; e art. 142, Caput; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004; e Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012.	
2919	Registro e Fiscalização de Produtos Controlados
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003. Lei nº 4.617, de 15 de abril de 1965; Decreto nº 3.665 de 20/11/2000; Lei nº 10.826, de 22/12/2003; Decreto nº 5.123, de 1/07/2004; Lei nº 10.834, de 29/12/2003.	
52931	Fundo Naval
157N	Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais - PROBANF
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Decreto nº 4.735 de 11/06/2003; Decreto nº 6.703 de 18/12/2008; e Decreto nº 7.364 de 23/11/2010.	
15F1	Disponibilização de Próprios Nacionais Residenciais para os Comandos Militares
Caput, art. 142, Constituição Federal; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; e Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008.	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal 1988; Decreto Lei 200/1967; Lei 13.844 de 18 de junho de 2019.	
20XR	Capacitação Profissional da Marinha
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 4.375 de 17/08/1964; Lei nº 11.279 de 09/02/2006; Decreto nº 57.654 de 20/01/1966; Decreto nº 4.780 de 15/07/2003; e Decreto nº 6.883 de 25/06/2009.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
21A0	Aprestamento das Forças
Caput do Art. 142 da Constituição Federal de 1988; Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999; Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003 e Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008 - Estratégia Nacional da Defesa.	
21BY	Fiscalização da Navegação Aquaviária
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Lei nº 9.537 de 11/12/1997; Lei nº 13.844 de 18/06/2019; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; Decreto nº 2.596 de 18/05/1998; Decreto nº 5.129 de 06/07/2004; e Decreto nº 8.978 de 01/02/2017	
21BZ	Prestação de Auxílios à Navegação
Constituição Federal, art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei Complementar nº 136 de 25/08/2010; Lei nº 4.202 de 06/02/1963; Lei nº 9.537 de 11/12/1997; Lei nº 13.844 de 18/06/2019; Decreto-Lei nº 243 de 28/02/1967; Decreto-Lei nº 1.023 de 21/10/1969; Decreto nº 20.923 de 08/01/1932; Decreto nº 70.092 de 02/02/1972; Decreto nº 70.198 de 24/02/1972; e Decreto nº 8.978 de 01/02/2017.	
52932	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo
2510	Prestação de Ensino Profissional Marítimo
Constituição Federal, caput e art. 142; Lei Complementar nº 97 de 09/06/1999; Lei Complementar nº 117 de 02/09/2004; Lei nº 13.502, de 1 de novembro de 2017; Decreto-Lei nº 828 de 05/09/1969; Decreto nº 968 de 29/10/1993; e Decreto nº 4.735 de 11/06/2003.	
53101	Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta
00AF	Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR
CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 12.693, de 24 de julho de 2012; Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, Portaria Interministerial nº 99, de 30 de março de 2016 e Portaria nº 114, de 09 de fevereiro de 2018.	
00CX	Subvenção Econômica Destinada a Implementação de Projetos de Interesse Social em Áreas Rurais (Lei nº 11.977, de 2009)
CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Portaria nº 194, de 30 de abril de 2013 e Portaria nº 366, de 7 de junho de 2018.	
00CY	Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS (Lei nº 11.977, de 2009)
CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 e Lei nº 8.677, DE 13 de julho de 1993, Resolução do Conselho Curador do FDS nº 214, de 15 de dezembro de 2016, Instrução Normativa nº 12, de 07 de junho de 2018 e Decreto nº 10.333, de 29 de abril de 2020.	
0E64	Subvenção Econômica Destinada à Habitação de Interesse Social em Cidades com menos de 50.000 Habitantes (Lei n 11.977, de 2009)
CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Portaria nº 547, de 28 de novembro de 2011, do Ministério das Cidades; Portaria nº 610, de 26 de dezembro de 2011, do Ministério das Cidades.	
10CT	Construção do Canal Adutor do Sertão Alagoano
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019.	
10F6	Implantação da Adutora do Agreste no Estado de Pernambuco
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019.	
10GM	Estudos e Projetos de Infraestrutura para Segurança Hídrica
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019.	
10S3	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários
Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001; , Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011, Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017;	
10S5	Apoio a Empreendimentos de Saneamento Integrado em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Decreto nº 7217, de 21 de julho de 2010; Lei nº 10.257/01; Decreto 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019 (PNDR).	
10SC	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias em Sistemas de Abastecimento de Água em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
Lei nº 11.445/2007; Decreto nº 7.217/10; Lei nº 10.257/01; Lei nº 8.987/95; Decreto 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019 (PNDR).	
10SG	Apoio a Sistemas de Drenagem Urbana Sustentável e de Manejo de Águas Pluviais em Municípios Críticos Sujeitos a Eventos Recorrentes de Inundações, Enxurradas e Alagamentos
Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Decreto nº 7217, de 21 de julho de 2010; Decreto 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019 (PNDR).	
10SS	Sistemas de Transporte Público Coletivo Urbano
CF, art. 21, XII-f e XX; 22, IX, XI; 23, II, VI, IX, XII; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
10ST	Transporte Não Motorizado
CF, art. 21, XII-f e XX; 22, IX, XI; 23, II, VI, IX, XII; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
10T2	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas
Constituição Federal de 1988, arts. 21, inciso XX; 23, inciso II; 30, incisos VIII e IX; 182 e 183; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937; Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto nº 5.296, de 1º de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18/12/2014; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
12EP	Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019.	
12G6	Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019.	
12G7	Construção do Canal Adutor Vertente Litorânea com 112,5 km no Estado da Paraíba
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019.	
12OB	Gestão de Projetos Públicos de Irrigação
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria MDR nº 1.082/2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.	
14RL	Realização de Estudos, Projetos e Obras para Contenção ou Amortecimento de Cheias e Inundações e para Contenção de Erosões Marinhas e Fluviais
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; e Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019.	
14RP	Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.	
14UX	Aperfeiçoamento, Modernização e Ampliação das Ações do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres – Cenad
Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e alterações posteriores; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010; Portaria MI nº 173, de 23 de julho de 2015; e Resolução CONDEC nº 2, de 12 de dezembro de 1994.	
14VI	Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 13.844/2019, de 11 de novembro de 2019.	
152D	Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano
Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997; e Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019.	
15DV	Polos de Agricultura Irrigada
Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.	
15UE	Planos de Mobilidade Urbana Locais
CF, art. 21, XII-f e XX; 22, IX, XI; 23, II, VI, IX, XII; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts.21 e 23; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
1N08	Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Municípios Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
Lei nº 11.445/2007; Decreto nº 7.217/10; Lei nº 10.257/01; Lei nº 8.987/95; Decreto 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019 (PNDR).	
1P95	Apoio à Elaboração de Planos e Projetos de Saneamento em Municípios com População Superior a 50 mil Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas ou de Regiões Integradas de Desenvolvimento
Lei nº 11.445/2007; Decreto nº 7.217/10; Lei nº 10.257/01; Lei nº 12.305/10, Decreto nº 7.404/10; Lei nº 8.987/95; Decreto 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto 9.810, de 30 de maio de 2019 (PNDR).	
2000	Administração da Unidade
Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019 e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
20NV	Apoio à Implementação de Ações de Desenvolvimento do Setor Águas
Lei nº 11.445/2007; Decreto nº 7.217/10; Lei nº 10.257/01; Lei nº 12.305/10, Decreto nº 7.404/10; Lei nº 8.987/95; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020.	
20VR	Conservação e Recuperação de Bacias Hidrográficas
Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000; Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012; Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016;Portaria Interministerial 424, Lei Nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e Decreto Nº 8.726, de 27 de abril de 2016.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

20VS	Formulação e Apoio à Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos
Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003; Decreto nº 8.975, DE 24 DE janeiro de 2017; Resoluções do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.	
20WQ	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação
Decreto n. 10.290, de 24 de março de 2020; Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto n. 9.810, de 30 de maio de 2019; Portaria MI n. 34, de 18 de janeiro de 2018; Lei n. 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Portaria MDR n. 3.149, de 27 dezembro de 2019; e Portaria MDR n. 3.153, de 27 dezembro de 2019.	
20Z9	Apoio à Competitividade e à Modernização da Construção Civil com Sustentabilidade Ambiental
Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; decreto nº 10.325, de 22 de abril de 2020; CF/88, art. 21 e art. 23; Lei nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades); Lei nº 10.683/2003; Lei nº 11.124/2005; Lei nº 11.578/2007; Lei nº 11.888/2008; Lei nº 11.977/2009; Lei 12.424/2011.	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Artigo 218 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e seus parágrafos; Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998; Decreto nº 9.190, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 2.405, de 26 de novembro de 1997 (CNPEN); Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002 (CGEE); Decreto nº 4.077, de 9 de janeiro de 2002 (RNP); Decreto nº 3.605, de 20 setembro de 2000 (IMP); Decreto S/Nº, de 04 de junho de 1999 (IDSM); Decreto S/Nº, de 02 de setembro de 2013 (qualifica como Organização Social a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação – Embrapil); Contratos de Gestão celebrados entre a União e as Organizações Sociais; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional
Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018.	
214T	Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF
Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997; Lei nº 10.638, de 06 de janeiro de 2003; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; e Decreto nº 5.995, de 19 de /2006, alterado pelo Decreto nº 8.207/2014.	
216F	Gestão da Política de Saneamento Básico
Lei nº 11.445/2007; Decreto nº 7.217/2010; Decreto nº 8.141/2013; Portaria Interministerial nº 571/2013; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 e Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XIV e § 8º da LDO-2019.	
219H	Operação e Manutenção da Barragem e da Eclusa do Canal São Gonçalo em Capão do Leão
Decreto nº 81.351, de 17 de fevereiro de 1978, que promulgou o Tratado de Cooperação para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim; Decreto nº 1.148, de 26 de maio de 1994; Decreto nº 4.258, de 4 de junho de 2002; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
22BO	Ações de Proteção e Defesa Civil
Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e alterações posteriores;Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010;Decreto nº 5.125, de 1º de julho de 2004; Portaria interministerial MI/MD nº 1, de 25 de julho de 2012 e alterações posteriores; Portaria MI nº 624, de 23 de novembro de 2017; Portaria MI nº 173 de 23 de julho de 2015; Resolução CONDEC nº 2, de 12 de dezembro de 1994.	
2D49	Estudos, Projetos e Desenvolvimento Institucional no Setor da Mobilidade Urbana
CF, art. 21, XII-f e XX; 22, IX, XI; 23, II, VI, IX, XII; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
5900	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019.	
6553	Apoio a Implantação de Infraestrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira
Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria MI nº 80, de 28 de fevereiro de 2018; Lei nº 6.634, de 2 de maio 1979; e Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 20, § 2º.	
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado
Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Portaria MI nº 80, de 28/02/2018; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.	
7L29	Cinturão das Águas do Ceará - Trecho I
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 13.844, de 11 de novembro de 2019.	

8172	Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC
Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e alterações posteriores; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010; Portaria MI nº 173 de 23 de julho de 2015; Resolução CONDEC nº 2, de 12 de dezembro de 1994.	
8348	Apoio a Obras Emergenciais de Mitigação para Redução de Desastres
Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e alterações posteriores; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010; Portaria MI nº 624, de 23 de novembro de 2017; Portaria MI nº 173, de 23 de julho de 2015; Resolução CONDEC nº 2, de 12 de dezembro de 1994.	
8695	Dessalinização de Águas Continentais e Marinhas - Programa Água Doce e Programa Doce Mar
Constituição Federal de 1988 ;Lei nº 10.204, de 22 de fevereiro de 2001; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010; Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011; Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011; Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016; Portaria Interministerial nº 169, de 23 de abril de 2012; Portaria Interministerial nº 130, de 23 de abril de 2013; Portaria Interministerial nº 239 de 03 de julho de 2013; Portaria Interministerial nº 495 de 6 de dezembro de 2013; Portaria Interministerial 424. Lei Nº 13.019, DE 31 de julho de 2014 e Decreto Nº 8.726, DE 27 de abril de 2016.	
8865	Apoio à Execução de Projetos e Obras de Contenção de Encostas em Áreas Urbanas
Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010 e alterações posteriores; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007 e alterações posteriores; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010; Resolução CONDEC nº 2, de 12 de dezembro de 1994.	
8866	Apoio à Regularização Fundiária em Áreas Urbanas
Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; CF, arts. 5º, 6º, 182 e 183; Lei nº 6.015/1973; Lei nº 6.766/1979; Lei nº 10.257/2001; MP nº 2.220/2001; Lei nº 10.406/2002; Lei nº 11.952/2009; Lei nº 11.977/2009; Lei nº 12.651/2012, Le nº 13.465/2017; Decreto 9.310/2018.	
8874	Apoio ao Planejamento e Gestão Urbana Municipal e Interfederativa
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, arts.182 e 183; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; Decreto nº 10.290, de 24 de março di 2020; e Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.	
53201	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba -
109H	Construção de Barragens
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.	
10RM	Implantação, Ampliação, Melhorou ou Adequação de Sistemas de Esgotamento Sanitário na Área de Atuação da Codevasf
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007; e Lei 13.507, de 17 de novembro de 2017.	
10ZW	Recuperação Hidroambiental nas Bacias Hidrográficas na Área de Atuação da Codevasf
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.651, de 25 de Maio de 2012 e Lei 13.507, de 17 de novembro de 2017.	
116F	Implantação, Ampliação, Melhorias ou Adequação de Sistemas de Abastecimento de Água em Áreas de Atuação da CODEVASF
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.	
12FT	Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo com 1.000 ha no Estado do Piauí
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.	
12OB	Gestão de Projetos Públicos de Irrigação
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.	
140X	Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2007; Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e nº 237, de 19 de dezembro de 1997; e Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 6.088, de 16 de junho de 1974.	
14RP	Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.	
14VI	Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.	
14XU	Estudos e Projetos para Implantação de Projetos Públicos de Irrigação
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.	
15DV	Polos de Agricultura Irrigada
Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Portaria MDR nº 1.082, de 25 de abril de 2019.	
2000	Administração da Unidade
Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.	
20EY	Administração de Projetos Públicos de Irrigação
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
20N4	Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.	
212M	Apoio e Estruturação de Projetos Aquícolas na Área de Atuação da Codevasf
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.	
214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.	
214T	Gestão, Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF
Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997; Lei nº 10.638, de 06 de janeiro de 2003; Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974; e Decreto nº 5.995, de 19 de /2006, alterado pelo Decreto nº 8.207/2014.	
2819	Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.	
2869	Operação das Linhas de Navegação no Lago de Três Marias
Lei nº 6.088, de 16/07/74, Lei de criação da CODEVASF.	
4786	Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã)
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 12.852, de 05 de Agosto de 2013; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, Lei nº 13.507, de 17 de novembro de 2017 e Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.	
5260	Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal com 7.811,91 ha no Estado de Pernambuco
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.	
5308	Construção da Barragem Jequitaiá no Estado de Minas Gerais
Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.	
5314	Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê com 16.615 ha no Estado da Bahia
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 6.088 de 16 de julho de 1974.	
7G88	Construção da Barragem Atalaia no Estado do Piauí
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974.	
53202	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
1072	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas
Constituição Federal de 1988, art. 43; Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18 de dezembro de 2014 e Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.	
1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária
Constituição Federal de 1988, art. 43; Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.	
2000	Administração da Unidade
Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.	
20WQ	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação
Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; e Decreto Nº 9.810, de 30 de maio de 2019.	
214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional
Lei Complementar nº 124 de 03 de janeiro de 2007; Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019; e Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.	
4542	Fomento a Projetos de Transformação da Biodiversidade Amazônica
Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; Resolução nº 008/2008 do CONDEL da Sudam; Decreto nº 7.839/2012, art. 3º, inciso II.	
53203	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
2000	Administração da Unidade
Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.	
20WQ	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação
Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007. Decreto 9810/2019	
214S	Estruturação e Dinamização de Atividades Produtivas - Rotas de Integração Nacional
Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007 ; Portaria MI nº 162, de 24 de abril de 2014; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.	
4640	Capacitação de Recursos Humanos para a Competitividade
DECRETO Nº 9.810, DE 30 DE MAIO DE 2019 e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.	
8340	Desenvolvimento da Rede Regional de Inovação
Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.	
8917	Fortalecimento das Administrações Locais
Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.	
53204	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei Nº 4229/1963, que "Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS em autarquia e dá outras providências", Capítulo II, Art 2º, item "I" - "promover, patrocinar ou auxiliar congressos nacionais e internacionais sobre assuntos de interesse da autarquia, bem como os de obras contra secas que se realizem no País e propor a sua representação nos congressos realizados no estrangeiro".	
10DC	Construção da Barragem Oiticica no Estado do Rio Grande do Norte
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.	
11AA	Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.	
12OB	Gestão de Projetos Públicos de Irrigação
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.	
140X	Regularização Ambiental e Fundiária de Projetos Públicos de Irrigação
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966; Decreto nº 4.449 de 30 de agosto de 2007; e Decreto nº 5.570, de 31 de outubro de 2005; Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e nº 237, de 19 de dezembro de 1997; Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.	
14RP	Reabilitação de Barragens e de Outras Infraestruturas Hídricas
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.	
14VI	Implantação de Infraestruturas para Segurança Hídrica
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 13.844/2019, de 11 de novembro de 2019.	
1M49	Modernização dos Recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação
Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.	
1O21	Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba - 2ª Etapa - com 5.985 ha no Estado do Piauí
Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.	
2000	Administração da Unidade
Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.	
20N4	Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas
Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.	
212Z	Apoio ao Funcionamento de Unidades de Produção, à Pesquisa, ao Desenvolvimento Tecnológico e à Inovação Para a Produção Aquícola Sustentável
Decreto nº 4.895, de 25 de novembro de 2003; e Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963.	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.	
53207	Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
1072	Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica em Áreas Urbanas
Constituição Federal de 1988, arts. 21, inciso XX; 23, inciso II; 30, incisos VIII e IX; 182 e 183; Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade); Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009; Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana); Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012; Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole); Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011; Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013; NBR 9050, de 31 de maio de 2004; Instrução Normativa do Ministério das Cidades nº 33 de 18 de dezembro de 2014; Decreto nº 9.666, de 2 de janeiro de 2019; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; e Decreto nº 9.810, de 30 de maio de 2019.	
2000	Administração da Unidade
Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.	
20WQ	Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional, Ordenamento Territorial e Irrigação
Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
7K66	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Portaria MI nº 566, de 15 de março de 2007; e Lei Complementar nº 129, de 08 de janeiro de 2009.
53208	Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TREN SURB
2000	Administração da Unidade Decreto nº 84.640, de 17/04/1980; Lei nº 8.693, de 03/08/1993.
2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Lei Federal nº 10.098/2000, Lei nº 3.115, de 16/03/1957, art. 5º; Lei nº 87.428, de 27/07/1982; Lei Estadual nº 39.679/1999. Lei Municipal de Porto Alegre nº 8.317/99; Decreto nº 84.640 de 17/04/1980; Estatuto Social da TREN SURB, capítulo II, art. 4º; Estatuto Social da CBTU; Decreto 89.396 de 22/02/1984.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
6438	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos Base Legal: Lei nº 8.693 de 03/08/93; Decreto nº 6.129, de 20/06/2007; Decreto 84.640 de 17/04/1980; Decreto 89.396 de 22/02/1984. Estatuto social da TREN SURB, capítulo II, art. 4º, que tem por objetivo "a contratação, implantação e exploração de um serviço de trens urbanos na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA, no Estado do Rio Grande do Sul; e a exploração de atividades conexas ou complementares às escritas na alínea anterior". Estatuto social da CBTU, art. 4º.
53209	Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU
0283	Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Interna Portarias MF nºs 89/96, 192/96, 168/97 e 364/00
2000	Administração da Unidade Decreto 4.566 de 01/01/2003; Decreto 89.396 de 22/02/1984.
2843	Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros Lei Federal nº 10.098/2000, Lei nº 3.115, de 16/03/1957, art. 5º; Lei nº 87.428, de 27/07/1982; Lei Estadual nº 39.679/1999. Lei Municipal de Porto Alegre nº 8.317/99; Decreto nº 84.640 de 17/04/1980; Estatuto Social da TREN SURB, capítulo II, art. 4º; Estatuto Social da CBTU; Decreto 89.396 de 22/02/1984.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
6438	Capacitação de Recursos Humanos para Transportes Coletivos Urbanos Lei nº 8.693, de 03/08/93; Lei nº 10.257, de 10/07/2001; Decreto nº 6.129, de 20/06/2007; Decreto nº 84.640, de 17/04/1980; Decreto nº 89.396, de 22/02/1984; Estatuto social da CBTU, art. 4º.
53210	Agência Nacional de Águas - ANA
00LX	Transferência dos Recursos da Cobrança às Agências de Águas (Leis nº 9.433/1997 e nº 10.881/2004) Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, em especial a seção IV; Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, em especial o § 6º do art. 4º; e Lei nº 10.881, de 9 de junho de 2004, em especial o § 1º do art. 4º.
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003
20WI	Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos Constituição Federal 1988, Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998, Lei nº 9.984/2000 e Decreto nº 7.402/2010; Lei nº 12.058/2009; Decreto nº 3.692/2000; e Portaria ANA nº 62, de 2013.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
219R	Melhoria da Qualidade Regulatória do Setor de Saneamento Constituição Federal 1988; Lei nº 11.445/2007, Lei nº 9.984/2000; Lei nº 10.768/2003.
2378	Operação da Rede Hidrometeorológica Constituição Federal 1988, Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998, Lei nº 9.984/2000 e Decreto nº 7.402/2010; Lei nº 12.058/2009; Decreto nº 3.692/2000; e Portaria ANA nº 62, de 2013.
4926	Regulação e Fiscalização dos Usos de Recursos Hídricos, dos Serviços de Irrigação e Adução de Água Bruta e da Segurança de Barragens Lei nº 9.433/1997; Lei nº 9.648/1998, Lei nº 9.984/2000 e Decreto nº 7.402/2010; Decreto nº 3.692/2000; Lei nº 12.058/2009; Lei nº 12.334/2010; Decreto nº 4.024/2001, Portaria ANA nº 62, de 2013; e Resolução ANA nº 2020/2014.
53906	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS
1056	Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários por meio do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011; Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017; Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020.
10SJ	Apoio à Produção de Interesse Social CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011.
8873	Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Agentes Integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011 e Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020.
8875	Apoio à Melhoria Habitacional CF/88, art. 21 e art. 23; Estatuto das Cidades Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017; Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005; Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008; Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009; Lei nº 12.424, de 16 de junho de 2011 e Decreto nº 10.290, de 24 de março de 2020.
54101	Ministério do Turismo - Administração Direta
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: "O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;" Lei 10.753/2003, Lei 13.696/2018, Decreto 520/1992 e Decreto 9.674/2019 (po 0000).
10V0	Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020; Lei nº 13.844/2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
14TJ	Participação da União na Implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento e Estruturação do Turismo- PRODETUR Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria MTur nº 36, de 29 de janeiro de 2019, Portaria MTur 74/2018 e suas alterações; Decreto nº 10.359 de 20 de maio de 2020.
14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009. Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
15P0	Apoio para Pavimentação e Urbanização da Estrada Parque Rota Ecológica - Trecho de 23,5 km da Rodovia AL-101 Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
15P1	Apoio à Construção da Segunda Etapa do Galpão Fábrica do Samba Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
15P2	Apoio para Implantação e Pavimentação do trecho da Rota Caminhos do Imperador/AL - 1ª Etapa - Rodovia Al-230 - entroncamento Al -110 até o entroncamento da BR-101 Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
15P3	Apoio para Implantação e Pavimentação da Estrada Parque Barra de Santo Antônio - Barra de Camaragibe: trecho da Rodovia AL-101 Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Lei nº 10.683/2003.
20Y3	Promoção e Marketing do Turismo no Mercado Nacional Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
202F	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 424/2016; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 4.887/2003; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 8.837/2016; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPm; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC): Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009: Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC). Decreto 519/1992 (que institui o Programa Nacional de Incentivo à Leitura; Lei 13.696/2018 (que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita); Lei 13.019/2014; Decreto 8.726/2016; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
202G	Formulação e Gestão da Política Cultural
Constituição Federal de 1988, art. 24, VII, VIII e IX, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, arts. 215, 216 e 216A; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº8.837/2016; Lei nº 9.610/1998; Lei nº 6.533/1978; Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC): Art. 3º, incisos IX e XII, § 1º, e anexo; Decreto nº 5.520/2005 (Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC); Portaria nº 28 de, 19 de março de 2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13 de dezembro de 2011 (publica as metas do PNC); Portaria nº 794, 09 de maio de 2019 (Estabelece o Acordo de Cooperação Federal Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 6.853/2009, Decreto nº 6.170/2007; Lei 10.753/2003; Lei 13.696/2018, Decreto 519/1992, Decreto 520/1992, Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
212H	Manutenção de Contrato de Gestão com Organizações Sociais (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)
Art. 218 da Constituição Federal de 1988; Medida Provisória nº 2.216-37/2001; Decreto nº 3.294/1999; Decreto nº 4.077/2002. Lei nº 9.637/1998; Decreto nº 8.385/2014; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
215G	Implementação da Política Nacional de Cultura Viva
Art. 215 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.018/2014; Instrução Normativa nº8/2016; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos
Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e Arts. 12, inciso XXV, e 18, inciso XV, e § 9º da LDO-2017.	
218A	Inovação, Difusão e Ampliação do Acesso à Produção Audiovisual Brasileira
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal; Lei 8.313/1991; Decreto 5.761/2006; Decreto 9.674/2019; Portaria MinC 127/2011 (institui o Programa de Programa de Fomento à Produção Audiovisual Brasileira); Portaria MinC nº 27/2017 (institui o Programa Nacional de Apoio a Festivais e Mostras Audiovisuais);Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
218G	Gestão, Inovação e Inteligência Competitiva do Turismo
Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.	
218H	Sustentabilidade, Formalização, Posicionamento e Apoio à Comercialização de Produtos Turísticos
Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.	
219S	Desenvolvimento e Fortalecimento da Economia Criativa
Arts. 215 e 216 CF; Lei 12.343/2010; Portaria 123 de 13/12/2011; Decreto 6.170/2007; Portaria Interministerial 424/2016; Lei 13.019/2014; Decreto 8.726/2016; Lei 10.753/2003; Lei 13.696/2018; Decreto 519/1992; Decreto 520/1992; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
2C01	Promoção de Investimentos Privados e Financiamento no Setor de Turismo
Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.	
4590	Qualificação e Certificação no Turismo
Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.	
7XB6	Apoio para Requalificação da Orla do Rio Branco/Bacia do Caxangá
Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007; Decreto nº 10.359, de 20 de maio de 2020.	
54202	Fundação Casa de Rui Barbosa
000OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502/2017.	

202H	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro
Decreto nº 6.844/2009; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº 7.717/2012 Lei nº 11.483/2007; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto nº 2.807/1998; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
202M	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Decreto nº 9.991/2019.	

54203	Fundação Biblioteca Nacional - BN
000OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502/2017.	

202F	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.835/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 4.887/2003; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 7.743/2012; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senad: brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPm; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC): Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009: Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
202H	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro
Decreto nº 6.844/2009; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº 7.717/2012 Lei nº 11.483/2007; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto nº 2.807/1998; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 6.853/2009, Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Decreto nº 9.991/2019.	

54204	Fundação Cultural Palmares
14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009. Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	
2000	Administração da Unidade
Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502/2017.	

202F	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira
Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.835/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 4.887/2003; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 7.743/2012; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senad: brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPm; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC): Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009: Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
202H	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro Decreto nº 6.844/2009; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 7.717/2012; Lei nº 11.483/2007; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto nº 2.807/1998; Decreto-Lei nº 25/1937; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 95.855/1988 e Decreto. nº 6.853/2009 Decreto nº 9.674/2019 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cidadania); Decreto nº 4.887, de 20.11.2003; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
202M	Produção e Difusão de Conhecimento na Área Cultural Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991/2019.
54205	Fundação Nacional de Artes
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502/2017.
20KH	Ações Integradas de Cultura e Educação Art. 215 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 12.343/2010; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
202F	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.835/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 4.887/2003; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 7.743/2012; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
202H	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro Decreto nº 9.238/2017; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003 e Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009, Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991/2019.
54206	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502/2017.
202H	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro Art. 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 13.502/2017; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Lei nº 8.394/1991; Lei nº 13.019/2014; Decreto nº 5.761/2006; Decreto nº 9.238/2017; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Decreto nº 4.915/2003 e Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 9.674/2019 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cidadania); Decreto nº 5.753/2006; Decreto nº 7.387/2010; Decreto nº 9.938/2019; Decreto nº 5.002/2004; Decreto nº 3.193/1999; Decreto nº 350/1991; Decreto nº 9.763/2019; Decreto Legislativo nº 16/1964. Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 001/2009; Portaria IPHAN nº 200/2016; Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 001/2006; Portaria IPHAN nº 299/2015; Resolução Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural nº 005/2019; Portaria IPHAN nº 194/2016. Portaria IPHAN nº 194/2016; Portaria IPHAN nº 137/2016. Portaria Interministerial 424/2016; Portaria Interministerial 43/2020; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 6.853/2009, Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991/2019.
5538	Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 80.978/1977; Resolução do Senado Federal nº 56/1999; Lei nº 12.462/2011; Decreto nº 6.170/2007; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
54207	Agência Nacional do Cinema - ANCINE
0050	Contribuição ao Programa Ibermedia Decreto nº 3.092, de 1999 - promulga o Convênio para a Cooperação no âmbito da Conferência Ibero-Americana, concluído em San Carlos de Bariloche, em 15 de outubro de 1995; Decreto nº 2.777, de 1999 - promulga o Convênio de Integração Cinematográfica Ibero-Americana, assinado em Caracas, em 11 de novembro de 1989; Decreto n.º 10.359, de 20 de maio de 2020.
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017.
202I	Fomento ao Setor Audiovisual (Medida Provisória n.º 2.228-1/2001) Constituição Federal de 1988, arts. 215 e 216; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Lei nº 8.313/1991; Lei nº 8.685/1993; Decreto nº 9.674/2019 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cidadania); Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
202J	Fiscalização e Regulamentação do Setor Audiovisual Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.590/2008; Decreto nº 9.674/2019 (aprova a estrutura regimental do Ministério da Cidadania); Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 5.979/2006.
4641	Publicidade de Utilidade Pública Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017. Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.
54208	Instituto Brasileiro de Museus
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;”
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.502/2017.
202F	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.835/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 4.887/2003; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 7.743/2012; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senatc brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura- SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
211F	Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.853/2009, Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
219Z	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
457Z	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação Decreto nº 9.991/2019.
5490Z	Fundo Nacional de Cultura
006A	Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos - Fundo Setorial do Audiovisual Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007;Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009.Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 11.906/2009; Decreto nº 6.845/2009; Decreto nº 6.835/2009; Decreto nº 6.853/2009; Decreto nº 3.100/1999; Lei nº 8.666/1993; Decreto nº 6.170/2007; Portaria Interministerial nº 127, de 29/05/2008; Instrução Normativa n.º 57, de 20/10/2009; Art. 68 da ADCT; Lei nº 7.668/1988; Decreto nº 4.887/2003; Lei nº 3.924/1961; Decreto nº 80.978/1977; Portaria FCP nº 98, de 26/11/2007; Lei nº 10.753/2003 (Política Nacional do Livro); Decreto nº 520/1992; Lei nº 13.018/2014; Decreto nº 7.743/2012; Medida Provisória nº 2.228-1/2001; Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais - UNESCO (ratificada pela Câmara Federal em novembro de 2006 e pelo Senado brasileiro, em dezembro do mesmo ano); Decreto nº 3.551/2000; Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de 2003; Decreto nº 6.040/2007; Convenção nº169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT 1989), ratificada pelo Decreto nº 5.051/2004; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Convenção da Diversidade Biológica; Lei nº 13.123/2015; Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do índio); Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, Estatuto da Criança e do Adolescente; Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, II PNPM; Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas (ONU 2007); Lei nº 12.343/2010 (Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC); Art. 3º, inciso IX, Art. 14 e anexo; Decreto nº 5.520/2005, alterado pelo Decreto nº 6.973/2009; Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC; Portaria nº 28, de 19/3/2010 (publica o Regimento Interno do Conselho Nacional de Política Cultural); Portaria nº 123, de 13/12/2011 (publica as metas do PNC); Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
20ZH	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro Decreto nº 6.844/2009; Decreto nº 80.978/1977; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 13.502/2017; Decreto nº 7.717/2012; Lei nº 11.483/2007; Decreto nº 5.761/2006; Lei nº 3.924/1961; Lei nº 4.845/1965; Decreto nº 3.551/2000; Lei nº 8.394/1991; Decreto nº 4.915/2003; Decreto nº 2.807/1998; Decreto-Lei nº 25/1937; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
20ZK	Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual – Lei nº 11.437, de 2006 Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
8106	Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos - Fundo Setorial do Audiovisual Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007; Decreto nº 10.359/2020 (aprova a estrutura regimental do Ministério do Turismo).
5510I	Ministério da Cidadania - Administração Direta
000Q	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO-2019, artigo 11, inciso XVII: “O Projeto e a Lei Orçamentária de 2019 discriminarão, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas: (...) XVII – aos pagamentos de anuidades ou de participação em organismos e entidades nacionais ou internacionais, acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente na moeda estrangeira em que o compromisso for estipulado, conforme taxa de câmbio utilizada como parâmetro na elaboração do Projeto de que trata o caput, que deverão identificar nominalmente cada beneficiário;” Lei 10.753/2003, Lei 13.696/2018, Decreto 520/1992 e Decreto 9.674/2019 (po 0001).
00R4	Contribuição à Agência Internacional Antidoping - WADA Artigo 11, inciso XVII da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 - LDO-2019.
09HW	Concessão de Bolsa a Atletas Art. 217 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.891, de 2004; Lei nº 12.395, de 2011; Decreto nº 5.342, de 2005; Portaria nº 164, de 2011; e Portaria nº 67 de 2013.
14TP	Implantação de Infraestrutura Esportiva de Alto Rendimento Art. 217, inciso II da Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.615, de 1998, e suas alterações; Decreto nº 6.170, de 2007; e Portaria Interministerial MP-MF-CGU nº 424, de 2016; Portaria nº 1.823, de 20 de setembro de 2019, Portaria MP nº 348, de 2016; Portaria ME nº 253, de 2015; Portaria ME nº 483, de 2016; Portaria ME nº 88, de 2017; Portaria ME nº 204, de 2017 e Portaria ME nº 331, de 2017; Portaria nº 876 de 15.05.2019 do Ministério da Cidadania.
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei nº 200/1967; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.
20GD	Inclusão Produtiva Rural Lei 11.346 de 15/09/2006 – LOSAN; Decreto 6.273, de 23 de novembro de 2007 – cria o SISAN; Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010 – regulamenta o SISAN; Artigos 6, 203, 215, 216, 225 e 231 da Constituição Federal de 1988; Convenção 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais; Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004; Artigos 68 do ADCT; Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007; Lei 12.512/2011 de 14/10/2011 – Institui o Programa do Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Decreto nº 9.221/2017 de 06/12/2017 – regulamenta o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; Emenda Constitucional Nº 64 de 04/02/2010; Lei Nº 11.326 de 24/07/2006 – Agricultura Familiar; Lei Nº 12.188 de 11/01/2010 – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PROMATER; Decreto nº 6.393, de 12 de março de 2008 e Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011 – Institui o Plano Brasil Sem Miséria, Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012 e Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 e Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020.
20GG	Promoção da Inclusão Produtiva de Famílias em Situação de Pobreza Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (dispõe sobre a organização da Assistência Social); Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (cria o Programa Bolsa Família) Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 (em seus artigos 15-A e 15-B institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas de Pequeno Porte Urbana para beneficiar os inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico que exerçam atividade produtiva de pequeno porte formalizada, na qualidade de Microempreendedor Individual – MEI); Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 (dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO); Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família); Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 (dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal); Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017 (institui o Plano Progridir); Decreto nº 9.161, de 26 de setembro de 2017 (regulamenta a Medida Provisória nº 802, de 26 de setembro de 2017, que dispõe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado); Portaria MDS nº 386, de 13 de setembro de 2017. Institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social; Portaria MDS nº 490, de 28 de dezembro de 2017. Altera a Portaria Nº 386/GM/MDS/2017, que institui a "Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social"; Portaria MDS nº 1.321, de 26 de março de 2018. Altera a Portaria nº 386/GM/MDS, de 13 de setembro de 2017, que institui a "Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social" para as ações realizadas no âmbito do Plano Progridir, do Ministério do Desenvolvimento Social; Resolução BCB nº 4.754, de 26 de maio de 2017. Altera a Resolução BCB nº 4.000, de 25 de agosto de 2011, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores.
20IT	Aperfeiçoamento dos Mecanismos de Gestão, de Disseminação de Informações para o Público do Programa Bolsa Família e de Articulação com Outras Políticas Públicas Lei nº 10.836, de 09/01/2004; Decreto nº 5.209, de 17/09/2004.
20JO	Promoção e Apoio ao Desenvolvimento do Futebol Masculino e Feminino e Defesa dos Direitos do Torcedor Lei nº 9.615, de 1998, e suas alterações, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências; Lei nº 10.671, de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e alterações (Lei nº 12.299, de 2010) Decreto nº 6.795, de 2009, que regulamenta o art. 23 da Lei nº 10.671, de 2003, dispondo sobre o controle das condições de segurança dos estádios esportivos; Decreto nº 8.642, de 2016, que dispõe sobre Autoridade Pública de Governança do Futebol - APFUT, criada pela Lei nº 13.155, de 2015, e dá outras providências;
20JP	Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social Art. 6º e 217 da Constituição Federal; Lei n.º 8.666, de 1993; Lei nº 8.069, de 1990; Lei nº 9.394, de 1996; arts. 2º, 3º e 7º da Lei nº 9.615, de 1998, e alterações; Lei nº 10.520, de 2002; Decreto nº 5.450, de 2005; Decreto nº 5.504, de 2005; Decreto nº 6.170, de 2007, e alterações; Resoluções do Conselho Nacional de Esporte nº 05, de 2005, e nº 10, de 2006; Decreto nº 8.180, de 2013 C/C Portaria Conjunta nº 8, de 2012; Lei nº 13.019, de 2014 (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015); Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e Lei 4.320, de 17 de março de 1964. Portaria Nº 1.381, de 31 de julho de 2019 (Manual de Procedimentos para Implantação, Monitoramento e Gestão de Infraestrutura de Esporte relativas ao Programa e Ações no âmbito da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania - Para aquisição e instalação de equipamentos) e Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 e Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020.
20R9	Redução da Demanda de Drogas Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, alterada pela Lei 13.840, de 05 de junho de 2019; Lei 13.971, de 27 de dezembro de 2019; Lei 13.978, de 17 de janeiro de 2020; Lei 13.257, de 08 de março de 2016; Decreto 9.761, de 11 de abril de 2019; Decreto 9.926, de 19 de julho de 2019 e Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 e Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020.
20TR	Apoio Financeiro Suplementar à Manutenção da Educação Infantil Lei nº 12.722, de 3 de outubro de 2012- Altera as Leis nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, e nº 11.977, de 7 de julho de 2009; dispõe sobre o apoio financeiro da União aos Municípios e ao Distrito Federal para ampliação da oferta da educação infantil; e dá outras providências.
20YA	Preparação de Atletas e Capacitação de Recursos Humanos para o Esporte de Alto Rendimento Art. 217, inciso II da Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.615, de 1998, e suas alterações; Lei nº 12.395, de 2011; Lei nº 13.019, de 2014; Decreto nº 6.170, de 2007; Decreto nº 8.726, de 2016; e Portaria Interministerial MP-MF-CGU nº 424, de 2016.
211Z	Desenvolvimento e Execução da Política Nacional Antidopagem Art. 6º e 217 da Constituição Federal; Lei n.º 8.666, de 1993; Lei nº 8.069, de 1990; Lei nº 9.394, de 1996; arts. 2º, 3º e 7º da Lei nº 9.615, de 1998, e suas alterações; Lei nº 10.520, de 2002; Decreto nº 5.450, de 2005; Decreto nº 5.504, de 2005; Decreto nº 6.170, de 2008, e suas alterações; Resoluções do Conselho Nacional de Esporte nº 05, de 2005, e nº 10, de 2006, e n.º 42, de 2015; de Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507, de 2011; Decreto nº 8.180, de 2013 C/C Portaria Conjunta nº 8, de 2012. incisos V e VI, do art. 48-8 da Lei n.º 9.615 de 1998, com a redação dada pela Lei nº 13.322, de 2016, tendo em vista o disposto nos art. 3 e 4 do Decreto nº 8.692, de 2016; Código Brasileiro Antidopagem - Portaria ABCD n.º 1 de 2016 e Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 e Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020.
215F	Fomento e Fortalecimento da Economia Solidária .Art. 83, II, alínea "a" da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.
215I	Consolidação da Implantação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006; Decreto 6.272, de 23 de novembro de 2007; Decreto 6.273, de 23 de novembro de 2007; Emenda Constitucional 064, de 04 de fevereiro de 2010; Decreto 7.272, de 25 de agosto de 2010 Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Resolução CAISAN nº 09, de 13 de dezembro de 2011; e MP nº 870, de 1º de janeiro de 2019 e Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 e Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV, Art. 17, inciso XV e § 9º da LDO-2016.
216T	Gestão, Manutenção e Aperfeiçoamento da Rede Nacional de Treinamento Art. 217, inciso II, Constituição Federal de 1988; Lei nº 9.615, de 1998, e alterações; Lei nº 12.395, de 2011; Lei nº 13.019, de 2014; Decreto nº 6.170, de 2007; Decreto nº 8.726, de 2016; Portaria Interministerial MP-MF-CGU nº 424 de 2016; e Lei nº 13.019, de 2014; Portaria nº 1.823, de 23 de setembro de 2019.

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

217M	Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz
Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 - Marco Legal da Primeira Infância (em especial o art. 14); Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993– Lei Orgânica da Assistência Social; Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016 – Institui o Programa Criança Feliz; Portaria nº 956, de 22 de março de 2018 – Dispõe acerca do Programa Criança Feliz no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social; Portaria nº 958, de 22 de março de 2018 – Aprova o regimento interno do Comitê Gestor do Programa Criança Feliz; Portaria Interministerial nº 1, de 4 de abril de 2018 – Estabelece diretrizes, objetivos e competências para a promoção da intersetorialidade, no âmbito do Programa Criança Feliz e dá outras providências; Portaria nº 2.496, de 17 de setembro de 2018 – Dispõe sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências; Decreto nº 9579, de 22 de novembro de 2018- Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Portaria nº 431, de 6 de março de 2019, que dispõe sobre a adesão do estado ao Programa Criança Feliz/Primeira Infância no SUAS.	
218F	Gestão e Manutenção do Legado Olímpico e Paraolímpico
Lei Nº 13.474, de 23 de Agosto de 2017; Decreto Nº 9.299, de 5 de Março de 2018 e Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020 e Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020.	
21CK	Promoção e Desenvolvimento do Paradesporto Nacional
Art. 217, Constituição Federal; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Institui normas gerais sobre desporto).	
2792	Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010, sucedida pela Emenda Constitucional nº 90, de 15 de setembro de 2015; Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003; Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003; Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006; Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011; Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012; Resolução nº 50, de 26 de setembro de 2012; Resolução GGPAA nº 73, de 28 de outubro de 2015; Portaria 527, de 26/12/2017.	
2798	Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional
Lei nº 10.696/2003; Decreto nº 7.775/2012; Lei nº 11.346/2006; Lei nº 11.718/2008; Emenda Constitucional nº 64/2010; Lei nº 12.249/2010; Lei nº 12.512/2011; Lei nº 10.711/2003; Lei 11.326/2006; Decreto nº 7.272/2010, que regulamenta a Lei nº 11.346/2006 que cria o SISAN; Lei nº 11.947/2009; Lei nº 12.340/2010; Decreto nº 8.026/2013, que altera os Decretos nº 7.775/2012, nº 5.996/2006; Decreto nº 8.293/2014, que altera o Decreto nº 7.775/2012; Decreto nº 8.473/2015; Decreto nº 9.214/2017 que altera o Decreto 7.775/2012; Lei nº 13.789/2019; e Resoluções do Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos e Decreto nº 9.211, de 29 de novembro de 2017.	
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação
Decreto nº 9.991/2019.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública
Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 7º, inciso V, da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal.	
4907	Ouvidoria Geral do Ministério da Cidadania
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204); Lei nº 8.213/1991, Art. 6º; Lei nº 8.742/1993; Decreto nº 9745, de 8 de abril de 2019; Portaria MPS nº 751, de 29/12/2011, Art. 2º e Art. 12 a 17.	
4923	Produção e Disseminação de Dados, Informações, Evidências, Conhecimento e Inovações para Gestão de Políticas do Ministério da Cidadania
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204); Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Lei nº 13.844, de 18 de julho de 2019; Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020; e Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020.	
5450	Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer
Art. 6º e 217 da Constituição Federal; arts. 2º, 3º e 7º (modificado pela Lei nº 10.672, de 2003), da Lei nº 9.615, de 1998 , e alterações; Lei nº 8.069, de 1990; Lei nº 9.394, de 1996; Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020; Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020, Portarias do Ministério do Esporte nº 32, de 2005; nº 167, de 2006 e nº 183, de 2006, nº 200, de 2006 e nº 230, de 2007; Resoluções do Conselho Nacional de Esporte nº 05, de 2005 e nº 10, de 2006, em consonância com o estabelecido na Lei nº 8.666, de 1993, Decreto nº 6.170, de 2007; e Portaria Interministerial MP-MF-CGU nº 424, de 2016.Portaria Nº 1.381, de 31 de julho de 2019 (Manual de Procedimentos para Implantação, Monitoramento e Gestão de Infraestrutura de Esporte relativas ao Programa e Ações no âmbito da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania).	
6414	Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas Sociais do Governo Federal - Cadastro Único
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204); Lei nº 10.869, de 13/05/2004; Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019; Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007; Decreto nº 9.462, de 8 de agosto de 2018; Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.	
8249	Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social
Lei nº 8.742/93 (LOAS), alterada pela Lei nº 12.435/11 (Lei do SUAS); Resoluções CNAS nºs 145/2004, 269/2006 e 33/2012.	
8442	Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza (Lei nº 10.836, de 2004)
Lei nº. 10.836, de 9/01/2004 Decreto nº. 5.209, de 17/09/2004 Decreto nº 8.232, de 30/04/2014	

8446	Serviço de Apoio à Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família
Lei nº 10.836 de 2004 Decreto nº 5.209, de 17/09/2004	
8458	Apoio à Agricultura Urbana
Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006; Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010; Portaria MDS nº 467, de 7 de fevereiro de 2018.	
8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204); Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011 - Lei do SUAS); Decretos nº 7.636/2011 (IDS-SUAS), 7.492/2011 (Brasil sem Miséria) e 7.788/2012 (Regulamenta o FNAS); Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 (Resolução CNAS nº 145/2004); Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (Resolução CNAS nº 33/2012); Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH (Resolução CNAS nº 269/2006); Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), dentre outras; Portarias nº 7/2012 e 113/2015; Portaria SNAS nº 143, de 8/8/2017 (Prontuário Eletrônico SUAS).	
8948	Apoio à Implantação de Equipamentos e de Tecnologia Social de Acesso à Água para Consumo Humano e Produção de Alimentos
Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013, Decreto nº 9.606, de 10 de dezembro de 2018, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 7.990, de 23 de março de 1999, Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999, Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016, Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020; Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, Portaria MDS nº 528/2017, Decreto nº 10.461, de 14 de agosto de 2020 e Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011.	
55901	Fundo Nacional de Assistência Social
219E	Ações de Proteção Social Básica
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204); Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993); Lei nº 9.604/1998; Lei nº 12.435/2011 (Lei do SUAS); Decreto nº 5.085/2004; Decreto nº 7.492/2011 (Brasil sem Miséria); Decreto nº 7.788/2012 (Regulamenta o FNAS); Portarias MDS nºs 303/2011, 116/2013, 134/2013, 135/2013, 36/2014 88/2015, 113/2015, 2.601/2018, Portaria MC nº 2.362/2019 e outras portarias específicas; Resoluções CNAS nº 145/2004 (Política Nacional de Assistência Social), 109/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais), 33/2011 (Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho no campo da assistência social), 18/2012 (Institui o Programa Acessuas Trabalho), 33/2012 (NOB SUAS); 17/2014 (estabelece critérios de partilha), 27/2014 (altera a vigência do programa), 25/2016 (Altera a Resolução CNAS 18/2012), 03/2017 (aprova ajustes de metas), 19/2017 (estabelece metas e critérios de partilha); Resoluções CIT nºs 6/2008, 7/2008, 10/2009, 03/2010, 11/2010, 01/2011, 01/2013 e outras resoluções específicas.	
219F	Ações de Proteção Social Especial
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204); Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993); Lei nº 12.435/2011 (Lei do SUAS); Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990); Decreto nº 7.053/2009 (Política Nacional para População em Situação de Rua); Decreto nº 7.492/2011 (Brasil sem Miséria); Decreto nº 7.612/2011 (Plano Viver sem Limite); Decreto nº 7.788/2012 (Regulamenta o FNAS); Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Resolução CNAS nº 145/2004); Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (Resolução CNAS nº 33/2012); Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009); Portarias MDS nºs 458/2001, 440/2005, 666/2005, 460/2007, 431/2008, 752/2010, 843/2010, 139/2012, 140/2012, 90/2013, 100/2013, 5/2014, 35/2014, 36/2014, 70/2014, 13/2015, 88/2015 e 113/2015; Portarias MDSA nº 318/2016, MDS nº 2.601/2018 e MC nºs 2.362/2019 e 109/2020; Portarias SNAS nºs 65/2018 e 148/2018; Portaria Interministerial (MDS e MS) nº 3/2012; Resoluções CNAS nºs 17/2010, 6/2012, 11/2012, 15/2012, 6/2013, 08/2013, 09/2013, 12/2013, 14/2013, 23/2013, 31/2013, 10/2014, 11/2014, 18/2014, 32/2014, 04/2017, 10/2017, e 07/2018, 12/2018, 27/2018; e Resolução CIT nº 3/2019.	
219G	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204); Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/93); Lei nº 9.604/98; Lei nº 12.435/11 (Lei do SUAS); PLDO 2019; Decretos nº 6.170/2007, nº 7.492/2011 (Brasil sem Miséria) e nº 7.788/2012 (Regulamenta o FNAS); Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 (Resolução CNAS nº 145); Resolução CNAS nº 33/2012 (NOB SUAS); Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH; Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009); Portarias MDS nº 130/2017, nº 2.600/2018 e 2.601/2018; Portaria nº 876 de 15.05.2019 do Ministério da Cidadania.	
2583	Processamento de Dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV)
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204); Lei nº 6.179/1974; Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS); Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso);Leis nº 12.435/2011 e nº 12.470/2011 (que alteram dispositivos da LOAS); Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Decretos nºs 6.214/2007, 6.564/2008, 7.617/2011, 7.788/2012 (Regulamenta o FNAS) e 8.805/2016; Resoluções CNAS nº 33/2012 (NOB SUAS) e 145/2004 (PNAS).	
2589	Avaliação e Operacionalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e Manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV)
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204); Lei nº 6.179/1974; Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS); Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso); Leis nº 12.435/2011 e nº 12.470/2011 (que alteram dispositivos da LOAS); Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); Decretos nº 6.214/2007, 6.564/2008 7.617/2011, 7.612/2011 (Plano Viver sem Limite), 7.788/2012 (Regulamenta o FNAS) e 8.805/2016 (Altera dispositivos do Regulamento do BPC); Portaria Interministerial nº 2/2016 (procedimentos relativos à revisão do benefício e outros dispositivos do BPC) e Portaria conjunta nº 1/2017 (regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do BPC); Resoluções CNAS nº 145/2004 (Política Nacional de Assistência Social) e 33/2012 (NOB SUAS).	
8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS
Constituição Federal de 1988 (Art. 203 e 204); Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742/1993, alterada pela Lei nº 12.435/2011 - Lei do SUAS); Decretos nº 7.636/2011 (IDS-SUAS), 7.492/2011 (Brasil sem Miséria) e 7.788/2012 (Regulamenta o FNAS); Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 (Resolução CNAS nº 145/2004); Norma Operacional Básica – NOB/SUAS (Resolução CNAS nº 33/2012); Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH (Resolução CNAS nº 269/2006); Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), dentre outras; Portarias nº 7/2012 e 113/2015; Portaria SNAS nº 143, de 8/8/2017 (Prontuário Eletrônico SUAS).	
59101	Conselho Nacional do Ministério Público
15V7	Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília - DF
Constituição da República (Art. 130-A e Art.167, Inc. I, II e VI); Lei nº 13.971, de 27/12/2019 (Art. 6º).	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXIV, Art. 19, inciso XIV e § 8º do PLDO-2021. Art. 227, da LC nº 75/93. Art. 50, II da Lei nº 8625/93 - LONMP. Resolução CNMP nº 114/2014 e nº 194/2018.
219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública Art. 12, inciso XI do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021. Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013.
2549	Comunicação e Divulgação Institucional Lei de Diretrizes Orçamentárias. Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013.
8010	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público Constituição da República Federativa do Brasil - artigo 130-A; Lei nº 11.372, de 28/11/2006; Lei nº 11.883, de 23/12/2008; Lei nº 11.967, de 6/07/2009; Lei nº 12.412, de 31/05/2011; Lei nº 13.316, de 20/07/2016; Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013 (Regimento Interno do CNMP).
6010I	Gabinete da Vice-Presidência da República
2000	Administração da Unidade Constituição Federal de 1988; Decreto-Lei 200, de 1967; e Lei nº 13.844, de 2019.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 11, inciso XXV e Art. 17, § 8º do PLDO-2020.
6310I	Advocacia-Geral da União
10TN	Implantação da Advocacia Pública Eletrônica e-AGU Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006 (Lei de Informatização do Processo Judicial) e Lei Complementar nº 73/1993.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016 - LDO-2017.
218Y	Despesas Judiciais da União, de suas Autarquias e Fundações Públicas Art. 131, CF; Lei Complementar 73, de 10 de fevereiro de 1993; Lei 9.028, de 12 de abril, de 1995; Lei 10.480, de 20 de julho de 2002, além da Súmula 232 do STJ, Lei nº 13.808, de 15 de janeiro de 2019.
2674	Representação Judicial e Extrajudicial da União e suas Autarquias e Fundações Federais CF/88, art.131; Lei Complementar nº 73/93; Lei nº 9.028/95; Lei nº 10.480/02.
7110I	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
0007	Contribuição à Agência Internacional de Pesos e Medidas - BIPM (ME) - Decreto Legislativo nº 57, de 27 de julho de 1953, que aprova a Convenção Internacional do Metro. - Decreto nº 36.878, de 4 de fevereiro de 1955, promulga a Convenção Internacional do Metro. A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 20 do Regulamento anexo à Convenção: "ART. 20 1. L'échelle des contributions, dont il est question à l'article 9 de la Convention, est établie, pour la partie fixe, sur la base de la dotation indiquée par l'article 6 du présent Règlement, et sur celle de la population ; la contribution normale de chaque État ne peut être inférieure à 5 pour 1 000, ni supérieure à 15 pour 100 de la dotation totale, quel que soit le chiffre de la population." 000K Subvenção Econômica em Operações de Financiamento no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento - PSI e do Programa Emergencial de Reconstrução de Municípios Afetados por Desastres Naturais (Leis nº 12.096, de 2009 e nº 12.409, de 2011) Lei nº 12.096, de 2009, e Lei nº 12.409, de 2011.
0011	Contribuição ao Fundo Global para o Meio Ambiente - GEF (ME) - Decreto Legislativo nº 266, de 29 de dezembro de 2000, que aprova a participação do Brasil no Fundo Reestruturado de Meio Ambiente Global. - Decreto nº 7.992, de 24 de abril, de 2013, que promulga o Instrumento de Criação do Fundo Reestruturado do Meio Ambiente Global, firmado em Genebra, em 16 de março de 1994. Cláusula Financeira: II - CONTRIBUIÇÕES E OUTRAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS PARA A RECOMPOSIÇÃO 10. As contribuições para o Fundo de Reserva do GEF destinadas à primeira recomposição devem ser feitas ao Curador pelos Participantes Contribuintes de acordo com as disposições financeiras para recomposição especificadas no Anexo C. A responsabilidade do Curador pela mobilização dos recursos nos termos do parágrafo 20(e) deste Instrumento e do parágrafo 4(a) do Anexo B devem ser associadas para as recomposições subsequentes por solicitação do Conselho. 0017 Contribuição à Organização Internacional do Café - OIC (MAPA) - Decreto Legislativo nº 806, de 20 de dezembro de 2010, que aprova o texto do Acordo Internacional do Café de 2007, assinado pelo Brasil em 19 de maio de 2008. - Decreto 7.811, de 20 de setembro de 2012, que promulga o Acordo Internacional do Café de 2007, firmado pelo Brasil em 19 de maio de 2008. Cap. VIII Finanças e Administração Art. 20: 1) Durante o segundo semestre de cada exercício financeiro, o Conselho aprovará o Orçamento Administrativo da Organização para o exercício financeiro seguinte e fixará a contribuição de cada Membro a esse Orçamento. [...] 2) A contribuição de cada Membro ao Orçamento Administrativo de cada exercício financeiro será proporcional à relação que existe, na data em que for aprovado o Orçamento Administrativo para o exercício em apreço, entre o número de seus votos e o total dos votos de todos os Membros. [...]
0057	Contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura - OEI (MEC) Cota Obrigatória: - Decreto Legislativo nº 97, de 25 de setembro 1980, que aprova o texto do Convênio de Santo Domingo (Ata de Registro dos Estatutos da Organização de Educação Ibero-Americana - OEI) assinado em 31 de outubro de 1957 e ratificado em 26 de maio de 1999; e - Decreto n.º 7.503, de 24 de junho de 2011, que promulga o Convênio de Santo Domingo (Ata de Registro dos Estatutos da Organização de Educação Ibero-Americana - OEI). A contribuição financeira encontra-se prevista no art. XVIII dos Estatutos da OEI, conforme transcrito abaixo: "ARTIGO XVIII O patrimônio da Organização de Educação Ibero-americana estará constituído por: a) as subvenções ou contribuições dos Membros e das entidades oficiais ou privadas que contribuam para sua manutenção;" Manutenção do Escritório: - Decreto Legislativo n.º 336, de 24 de julho de 2003, que aprova o Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a OEI; e - Decreto n.º 5.128, de 6 de julho de 2004, que promulga o Acordo de Sede entre o Brasil e a OEI. Esta contribuição financeira encontra-se prevista no art. 33 do Acordo, conforme transcrito abaixo: "ARTIGO 33 A República Federativa do Brasil proporcionará à Organização o espaço físico necessário para o normal e eficaz desenvolvimento da missão, ou uma contribuição equivalente à quantia necessária para arrendar o mesmo. Do mesmo modo, de acordo com o Diretor, e dentro das suas possibilidades, dotará a Sede do pessoal local razoavelmente necessário para o desenvolvimento de suas atividades."
0069	Contribuição ao Centro Pan-Americano de Febre Aftosa - PANAFTOSA (MAPA) - Decreto Legislativo nº 66, de 7 de novembro de 1952: Aprova o Convênio celebrado entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-americana; - Decreto nº 32.180, de 31 de janeiro de 1953: Promulga o Convênio para a Organização e Funcionamento no Brasil, do Centro Pan-americano de Febre Aftosa, firmado no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1951; O Decreto Legislativo nº 66/52 aprovou o Convênio celebrado entre o Governo brasileiro e a Repartição Sanitária Pan-Americana. O mesmo foi promulgado pelo Decreto 32.180, de 31 de janeiro de 1953. A previsão da contribuição financeira ao Instituto encontra-se no artigo 11 do Decreto 32.180/53. "ARTIGO 11 O Governo compromete-se a contribuir com uma importância a ser fixada anualmente no orçamento do Ministério da Agricultura, destinada exclusivamente às despesas dos salários do pessoal de manutenção de Centro e dos trabalhadores, de conformidade com o Programa anexo (I, 6 letras a, b e c)".
0070	Contribuição ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (MAPA) - Decreto nº 86.365, de 15 de setembro de 1981, Promulga a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; - Decreto Legislativo nº 60, de 28 de junho de 1980, aprovou a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; O Decreto Legislativo 60/80 aprovou a Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. O mesmo foi promulgado pelo Decreto 86.365/81, de 15 de setembro de 1981. A previsão da contribuição financeira ao Instituto encontra-se no artigo 23 do Decreto 86.365/81. "Artigo 23 Os Estados Membros contribuirão para a manutenção do Instituto mediante cotas anuais fixadas pela Junta, de acordo com o sistema de cálculo de cotas da Organização dos Estados Americanos".
0073	Contribuição à Organização Mundial de Saúde Animal - OIE (MAPA) - Decreto nº 5.511, de 07 de agosto de 1928, que aprova o acordo sobre a Repartição Internacional de Epizootias. - Decreto nº 18.642, de 12 de março de 1929, que promulga o Acordo internacional para a criação de uma Repartição internacional de Epizootias, concluído em Paris a 25 de janeiro de 1924. A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo terceiro do referido Acordo: "ARTIGO TERCEIRO - As despesas de instalação, assim como os gastos anuais para o funcionamento e manutenção da Repartição, serão pagos pelas contribuições dos Estados contratantes, estabelecidas de acordo com as condições previstas pelos estatutos orgânicos, mencionados no artigo segundo."
	Ainda, o artigo 11 dos Estatutos Orgânicos, que se encontram anexos ao Acordo e aprovados pelos Decretos, supracitados, dispõe que: "ARTIGO 11 - As despesas necessárias para o funcionamento da Repartição serão cobertos pelos Estados signatários ao Acordo, e pelos que aderirem futuramente, sendo a contribuição estabelecida conforme as seguintes categorias: 1a. categoria, à razão de 25 unidades 2a. " 20 3a. " 15 4a. " 10 5a. " 5 6a. " 3 - sobre a base de 500 francos por unidade. A cada Estado é livre a escolha da categoria a que deseje pertencer. Ser-lhe-á facultada, em qualquer tempo, a posterior inscrição em categoria superior."
	- Resolução nº 7, denominada "Contribuciones financieras de los Países Miembros de la OIE para 2014" da 81ª SG/IF - Paris, maio de 2013.
0074	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (MRE) - Decreto Legislativo nº 21, de 23 de julho de 1964, que aprova o texto da Constituição da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO). - Decreto nº 7.752, de 14 de junho de 2012, que promulga a Constituição da FAO. A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo XVII da referida Constituição: "Artigo XVII Orçamento e Contribuições (...) 2. Cada País-Membro e Membro Associado compromete-se a contribuir anualmente para o orçamento da Organização com a quota que lhe for atribuída pela Conferência. Esta deverá levar em consideração a diferença de status entre Países-Membros e Membros Associados, ao determinar as respectivas contribuições."

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

0087	Contribuição à União Postal Universal - UPU (MC)
- Decreto Legislativo nº 72, de 29 de novembro de 1978, que aprova os textos dos Atos Finais do Congresso da União Postal Universal, do acordo Relativo às Cartas com Valor Declarado e do Acordo Relativo às Encomendas Postais, assinados em Lausanne, em 1974. - Decreto nº. 84.774, de 06 de junho de 1980, que promulga o Segundo Protocolo Adicional à Constituição da UPU, o Regulamento Geral da UPU e a Convenção Postal Universal. A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo I, parágrafo 3 do referido Protocolo Adicional: "Artigo I. 3. As despesas da União, incluindo quando aplicável as despesas previstas no §2, serão custeadas conjuntamente pelos seus países- membros. Para este efeito, cada país membro deverá escolher a categoria de contribuição em que deseja ser incluído. As categorias de contribuição deverão estar previstas no Regulamento Geral."	
0089	Contribuição à União Internacional de Telecomunicações - UIT (ANATEL)
O Congresso Nacional Brasileiro ratificou o tratado que aprovou a Constituição (CS) e Convenção (CV) da UIT pelo Decreto Legislativo nº34, de 11 de Abril de 2002. - Decreto Legislativo nº 67, de 1998: Aprova os textos (*) dos Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários Adicional da União Internacional de Telecomunicações - UIT, aprovados pelos países membros em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e dos "Atos Finais da Conferência de Plenipotenciários" da União Internacional de Telecomunicações - UIT, aprovados pelos países membros, em Quioto, em 13 de outubro de 1994. - Decreto nº 2.962, de 24 de Fevereiro de 1999: Promulga a Constituição e a Convenção da União Internacional de Telecomunicações, concluídas em Genebra, em 22 de dezembro de 1992, e seu instrumento de Emenda aprovado em Quioto, em 14 de outubro de 1994. A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 28, capítulo V, da referida Convenção: "Os gastos da União serão cobertos com as contribuições dos Membros, das entidades e das organizações autorizadas a participar das atividades da União, de conformidade com as disposições pertinentes da Convenção, mediante rateio do número de unidades correspondentes à classe contributiva escolhida por cada Membro e por cada entidade ou organização autorizada segundo estabelecido nas disposições pertinentes da Convenção".	
009B	Contribuição ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul - FOCEM (MRE)
- Decreto Legislativo nº 407, de 12 de setembro de 2006, que aprova o texto da Decisão nº 18/05, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, que dispõe sobre a Integração e Funcionamento do Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul - FOCEM, celebrada em Assunção, em 19 de junho de 2005; - Decreto nº 5.969, de 21 de novembro de 2006, que promulga a Decisão nº 18/05, do Conselho do Mercado Comum do Mercosul. A previsão de contribuição financeira encontra-se nos artigos 4º e 6º da referida Decisão: "Artigo 4 - O FOCEM se conformará com contribuições anuais dos Estados-Partes, efetuadas em quotas semestrais. (...) Artigo 6 - O montante total anual da contribuição dos Estados-Partes ao FOCEM será de cem milhões de dólares e será integrado conforme as seguintes porcentagens, que foram estabelecidas tendo em vista a média histórica do PIB do MERCOSUL: - Argentina: 27% - Brasil: 70% - Paraguai: 1% - Uruguai: 2%"	
00AT	Contribuição ao Protocolo de Kioto (MCTI)
-Decreto Legislativo n.º 144, de 20 de junho de 2002, que aprova o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; -Decreto n.º 5.445, de 12 de maio de 2005, que promulga o referido Protocolo. O Protocolo dispõe que suas regras financeiras serão as mesmas da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Esta, por sua vez, prevê que as contribuições serão efetuadas pelos Estados-Membros anualmente. Reproduz-se, abaixo, parágrafo 5º do artigo 13 do Protocolo de Quioto, 5, "As regras de procedimento da Conferência das Partes e os procedimentos financeiros aplicados sob a Convenção devem ser aplicados "mutatis mutandis" sob este Protocolo, exceto quando decidido de outra forma por consenso pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo." A Decisão 15/CP.1, de 7 de abril de 1995, estabelece, em seu anexo I, a repartição dos gastos entre os membros: Decisão 15/CP.1 Procedimentos Financeiros ANEXO 1 7. Os recursos da Conferência das Partes englobam: a) Contribuições feitas a cada ano pelas Partes, na base de uma escala indicativa, adotada por consenso pela Conferência das Partes (...).	
00B7	Contribuição à Organização dos Estados Americanos - OEA (MRE)
- Decreto Legislativo nº 64, de 7 de dezembro de 1949, que aprova a Carta da Organização dos Estados Americanos; e - Decreto nº 30.544, de 14 de fevereiro de 1952, que promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos. A previsão de contribuição financeira está contida no artigo 55 da Carta: "Artigo 55. A Assembléia Geral estabelece as bases para a fixação da quota com que deve cada um dos governos contribuir para a manutenção da Organização, levando em conta a capacidade de pagamento dos respectivos países e a determinação dos mesmos de contribuir de forma equitativa. Para que possam ser tomadas decisões sobre assuntos orçamentários, é necessária a aprovação de dois terços dos Estados-membros."	
00BA	Contribuição à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (MRE)
- Decreto-Lei nº 9.290, de 24 de maio de 1945, que aprova a Convenção que cria uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas; - Decreto nº 22.024, de 05 de novembro de 1946, que promulga a Convenção que cria uma Organização Educativa, Científica e Cultural das Nações Unidas, firmada em Londres, a 16 de novembro de 1945. A previsão de contribuição financeira dos Estados-Partes está contida no artigo IX da Convenção, reproduzido a seguir: "Artigo IX ORÇAMENTO 1. O orçamento será elaborado pela Organização. 2. A Conferência-Geral aprovará definitivamente o orçamento e fixará a participação financeira de cada um dos Estados-Membros, de acordo com as disposições a serem previstas nesta matéria pela Convenção concluída com a Organização das Nações Unidas, conforme o Artigo X da presente Convenção."	

008C	Contribuição à Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares - ABACC (MRE)
- Decreto Legislativo n º 221, de 11 de dezembro de 1991, que aprova o Acordo para Uso Exclusivamente Pacífico da Energia Nuclear; - Decreto nº 439, de 3 de fevereiro de 1992, que promulga o Decreto Legislativo acima. A previsão de contribuição financeira está contida no Artigo XVI do referido Acordo: "As Partes proverão de forma equitativa os fundos necessários à operação do SCCC e da ABACC."	
00BG	Contribuição à Comissão Preparatória da Organização do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBTO (MRE)
- Decreto Legislativo nº 64, de 02 de julho de 1998, que aprova o texto do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares - CTBT; - Carta de Ratificação do CTBT depositada pelo Governo brasileiro junto ao Secretariado da ONU em 24 de julho de 1998. O CTBT, tal como a FAO, não possui decreto do Poder Executivo que o promulgue. Todavia, tendo em vista as peculiaridades deste processo, a CONJUR emitiu PARECER/MP/CONJUR/FNF/Nº 0755-1.16/2009, de 30 de junho de 2009, em que opina pela viabilidade jurídica de realizar o pagamento das contribuições à CTBTO, conforme definido na resolução dos signatários. As contribuições dos membros estão previstas no art. II, itens 9 e 10, do referido Tratado: "ARTIGO II - A Organização. A. Dispositivos Gerais: 1. ...9. Os custos das atividades da Organização serão pagos anualmente pelos Estados-Partes, de acordo com a escala de contribuições das Nações Unidas, ajustada de forma a levar em consideração diferenças de participação entre as Nações Unidas e a Organização. 10. As contribuições financeiras dos Estados-Partes para a Comissão Preparatória serão deduzidas de uma maneira adequada de suas contribuições para o orçamento regular."	
00BU	Contribuição ao Tribunal Internacional do Direito do Mar - TIDM (MRE)
- Decreto Legislativo nº 5, de 9 de novembro de 1987, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar, concluído em Montego Bay, Jamaica, em 10 de dezembro de 1982; - Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995, que promulga a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. O artigo 318 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar dispõe que: "ARTIGO 318 - Estatuto dos Anexos Os Anexos são parte integrante da presente Convenção e, salvo disposição expressa em contrário, uma referência à presente Convenção ou a uma das suas Partes constitui uma referência aos Anexos correspondentes." Logo, conforme o artigo 318, o Estatuto do Direito do Mar, que corresponde ao anexo IV da Convenção, foi aprovado e promulgado pela República Federativa do Brasil. A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 19 do referido Estatuto: "ARTIGO 19 - Despesas do Tribunal 1. As despesas do Tribunal serão custeadas pelos Estados-Partes e pela Autoridade, nos termos e condições a determinar em reuniões dos Estados-Partes."	
00DN	Contribuição Voluntária ao Centro-Sul - CS (MRE)
- Decreto Legislativo nº 347, de 2009, aprova o texto do Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994; - Decreto n.º 7.917, de 1/2/2013, que promulga o Acordo para o Estabelecimento do Centro Sul, celebrado em Genebra, em 1º de setembro de 1994. No Artigo X do Acordo para o Estabelecimento do Centro-Sul, preveem-se as contribuições voluntárias por parte dos países membros. Artigo X - Finanças 2. Estados-Membros estão convidados a fazer contribuições voluntárias para financiar o Centro. O Centro também terá poderes para aceitar contribuições de outras fontes governamentais ou não-governamentais, predominantemente do Sul, incluindo fontes internacionais, regionais e sub-regionais e do setor empresarial. Fundos adicionais poderão ser buscados para projetos ou programas específicos. 3. Uma parte apropriada das contribuições será destinada a um fundo de capital que será estabelecido com o objetivo de gerar renda para apoiar as atividades do Centro. Este fundo será administrado pelo Diretor Executivo, que será responsável por assegurar a gestão profissional apropriada do fundo e será responsável por ele perante o Presidente e, através dele, perante a Junta e o Conselho. As contas de tal fundo de capital serão submetidas a uma auditoria anual independente, assim como todas as outras contas do Centro, que serão aprovadas pela Junta e submetidas a revisão do Conselho em suas sessões regulares. Não há previsão de sanções políticas e financeiras no Acórdão em questão.	
00E8	Contribuição à Organização Internacional para as Migrações - OIM (MISP)
- Decreto Legislativo nº 302, de 24 de outubro de 2011, que aprova o texto da Resolução nº 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprovou o ingresso da República Federativa do Brasil na Organização Internacional para as Migrações - OIM, bem como o texto da Constituição dessa organização internacional. - Decreto nº 8.101, de 6 de setembro de 2013, que promulga a Resolução nº 1.105, que aprova a Constituição da OIM. A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 25 da referida Constituição: "ARTIGO 25 1. Os recursos necessários para sufragar os gastos da Organização serão obtidos: (a) no que diz respeito à parcela da Administração no Orçamento, mediante as contribuições em espécie dos Estados Membros, que serão pagas ao início do correspondente exercício anual e deverão fazer-se efetivas sem	
00F4	Contribuição ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio - Protocolo de Montreal (MRE)
Decreto Legislativo n.º 91, de 15 de dezembro de 1989, que aprova os textos da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio e do Protocolo de Montreal sobre Substâncias que destroem a Camada de Ozônio; Decreto n.º 99.280, de 06 de junho de 1990, que promulga a Convenção e o Protocolo; Artigo 13 do Protocolo (Disposições Financeiras).	
00GT	Contribuição ao Parlamento do Mercosul - PARLASUL (MRE)
Decreto Legislativo nº 408, de 12 de setembro de 2006, que aprova o texto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul; Decreto nº 6.105, de 30 de abril de 2007, que promulga o Protocolo; Artigo 20 do Protocolo (Orçamento).	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

00HE	Contribuição Voluntária ao Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura - TIRFAA (MRE)
- Decreto Legislativo nº 70, de 2006 que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002. - Decreto nº 6.476, de 5 de junho de 2008 que promulga o Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em 3 de novembro de 2001, e assinado pelo Brasil em 10 de junho de 2002, o qual prevê, nos Artigos 18 e 19, do Tratado, que: "18.1 As Partes Contratantes se comprometem a implementar uma estratégia de financiamento para a implementação do presente Tratado (...). 18.2 Os objetivos da estratégia de financiamento serão os de aumentar a disponibilidade, transparência, eficiência e eficácia do fornecimento de recursos financeiros para a implementação de atividades no âmbito do presente Tratado." "19.1 Um Órgão Gestor composto de todas as Partes Contratantes fica estabelecido para o presente Tratado. (...) 19.3 O órgão gestor tem por função (...): (...) (d) adotar o orçamento do presente Tratado;" O atendimento a este item foi consolidado durante a 4ª Reunião do Órgão Gestor do TIRFAA, ocorrida em Bali, Indonésia, de 14 a 18 de março de 2011, com a edição do Relatório IT/GB-4/11 que, em seu Apêndice A.1, Artigo V, dispõe: "5.1 Os recursos do Tratado compreenderão (...) b) contribuições voluntárias das Partes Contratantes para o orçamento administrativo principal. Não há previsão de sanções políticas e financeiras no Tratado em questão.	
00LQ	Contribuição Voluntária ao Fundo Internacional para a Diversidade Cultural - FIDC (MINC)
- Decreto Legislativo n.º 485 de 20/12/2006, que aprova o texto da Convenção sobre Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005; e - Decreto n.º 6177 de 1/08/2007, que promulga a Convenção. O artigo 18 da referida Convenção trata especificamente do Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, conforme os termos a seguir: "Artigo 18 - Fundo Internacional para a Diversidade Cultural 1. Fica instituído um Fundo Internacional para a Diversidade Cultural, doravante denominado o "Fundo". 2. O Fundo estará constituído por fundos fiduciários, em conformidade com o Regulamento Financeiro da UNESCO. 3. Os recursos do Fundo serão constituídos por: a) contribuições voluntárias das Partes; b) recursos financeiros que a Conferência-Geral da UNESCO designe para tal fim; c) contribuições, doações ou legados feitos por outros Estados, organismos e programas do sistema das Nações Unidas, organizações regionais ou internacionais; entidades públicas ou privadas e pessoas físicas; d) juros sobre os recursos do Fundo; e) o produto das coletas e receitas de eventos organizados em benefício do Fundo; f) quaisquer outros recursos autorizados pelo regulamento do Fundo." Não há previsão de sanções políticas e financeiras na Convenção em questão.	
00LS	Contribuição Voluntária à Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco - CQCT FCTC (MS)
Para: Decreto Legislativo nº 1.012, de 2005, que aprova o texto da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco; Decreto n.º 5.658, de 2 de janeiro de 2006, que promulga a Convenção; Artigo 23 do Estatuto (Contribuição Financeira).	
00M3	Subvenção Econômica nas Operações de Financiamento ao Setor Produtivo para o Desenvolvimento Regional (Lei nº 12.712, de 2012)
Lei nº 12.712, de 2012.	
00OP	Integralização de Cotas de Capital em Organismos Financeiros Internacionais
Decreto nº 9.745/2019.	
00OQ	Contribuições a Organismos Internacionais sem Exigência de Programação Específica
Artigo 12 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.	
00P3	Integralização de Cotas do Fundo Garantidor de Infraestrutura - FGIE
Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012.	
00RM	Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação - UNCCD (MMA)
Decreto Legislativo n.º 28, de 1997, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação. Decreto n.º 2.741, de 20 de agosto de 1998, que promulga a Convenção acima. O artigo 22, item 2, "e", da Convenção estabelece que a Conferência das Partes deverá acordar e aprovar, por consenso, suas regras de gestão financeira, conforme reproduzido abaixo: "Artigo 22 2. A Conferência das Partes é o órgão supremo da Convenção e, de acordo com o seu mandato, tomará as decisões necessárias a sua efetiva implementação. Em particular, deverá: e) Acordar e aprovar, por consenso, o seu regulamento interno e as suas regras de gestão financeira, bem como os dos seus órgãos subsidiários;" Por conseguinte, nos termos da Decisão 2/COP.1, de 1997, as Partes devem pagar suas contribuições até 1º de janeiro de cada ano, com base em uma escala indicativa aprovada pela COP. Veja-se: "Contribuições 12. Os recursos da Conferência das Partes compreenderão: a) Contribuições realizadas anualmente pelas Partes com base em uma escala indicativa aprovada pela COP."	
00RN	Contribuição à Organização Mundial de Turismo - OMT (MTUR)
Base Legal: Decreto Legislativo nº 56, de 18 de setembro de 1972, que aprova o texto dos Estatutos da OMT, aprovados em reunião realizada na Cidade do México, de 17 a 28 de setembro de 1970.; Decreto nº 75.102, de 20 de dezembro de 1974, que promulga o estatuto da OMT. Destacamos, ainda, a previsão contida no artigo 25º do referido estatuto: "Artigo 25º. O orçamento da Organização abrangerá suas atividades administrativas e de programa geral e será custeada pelas contribuições dos Membros Efetivos, Associados e Filiais segundo escala de rateio de despesa aceita pela Assembléia e por outras fontes eventuais de receita da Organização, conforme as disposições de Regulamento de Financiamento anexo aos presentes Estatutos dos quais formam parte integrante."	
00RO	Contribuição à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos - ISBA (MRE)
Decreto Legislativo nº 5, de 9 de novembro de 1987, que aprova o texto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar; Decreto nº 1.530, de 22 de junho de 1995, que promulga a Convenção; Artigo 171 da Convenção (Disposições Financeiras).	

00113	Contribuição Voluntária ao Fundo de Cooperação Técnica da Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA FCT (MRE)
- Decreto Legislativo n.º 24, de 24 de julho de 1957, que aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); - Decreto n.º 42.155, de 27 de agosto de 1957, que promulga o Estatuto da AIEA. "(...) Artigo XIV Disposições Financeiras (...) D. A Junta de Governadores repartirá entre os membros da Agência as despesas previstas (...), de acordo com uma escala a ser fixada pela Conferência Geral. Ao fixar a escala, a Conferência Geral se guiará pelos princípios adotados pelas Nações Unidas no tocante às contribuições dos Estados-membros para o orçamento ordinário daquela organização. (...)” - Decreto Legislativo nº 24, de 24 de julho de 1957, que aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA); - Decreto nº 42.155, de 27 de agosto de 1957, que promulga o Estatuto da AIEA. Destaca-se, ainda, a previsão contida no artigo XIV do referido Estatuto. Nela dispõe-se que as despesas da Agência são divididas em duas categorias: a) despesas administrativas e b) outras despesas. O Artigo XIV, B1, que trata das Disposições Financeiras prevê que as despesas administrativas deverão incluir: "a) Despesas com o pessoal da Agência, excetuadas as relativas ao pessoal cujo emprêgo esteja relacionado com os materiais, serviços, equipamento e instalações referidos no subparágrafo B-2 seguinte; as despesas com reuniões; e as despesas necessárias à preparação de projetos da Agência e à distribuição de informação; b) As despesas decorrentes da aplicação das salvaguardas previstas no Artigo XII em relação aos projetos da Agência ou, no subparágrafo A-5 do Artigo III, em relação aos acordos bilaterais ou multilaterais, assim como as despesas de manipulação e armazenagem pela Agência de material fissionável especial, que não sejam as despesas de armazenagem e manipulação a que se refere o parágrafo F deste artigo;" A Junta de Governadores da AIEA, conforme disposto no Artigo XIV, C, repartirá entre os membros da Agência as despesas acima mencionadas de acordo com uma escala a ser fixada pela Conferência Geral. A categoria de outras despesas está prevista no Artigo XIV, 2: "As despesas, além das previstas no subparágrafo 1 do presente parágrafo, relativas a materiais, instalações, estabelecimentos e equipamento, adquiridos ou instituídos pela Agência no exercício de suas atribuições, assim como as relativas ao custo dos materiais, serviços, equipamento e instalações que a Agência proporcionar em virtude de acordo com um ou mais de seus membros." As outras despesas, de acordo com o Artigo XIV, E, deveriam ser pagas com o lucro, recebido pela AIEA, da aplicação do uso de taxas para armazenagem e manipulação, aplicáveis aos materiais, serviços, equipamentos e instalações fornecidos pela Agência aos seus Membros. As taxas seriam calculadas por uma escala pela Junta de Governadores de maneira a fornecer uma renda suficiente para cobrir as despesas e custos das despesas acima referidas, deduzida de qualquer contribuição voluntária que a Junta de Governadores decida utilizar para esse fim. As quantias obtidas com a aplicação dessa escala se destinariam a um fundo especial chamado Fundo Geral, o qual abrange três outros fundos: i) Fundo de Cooperação Técnica; ii) Fundo do Programa Extra-orçamentário; iii) Fundo de Cooperação Técnica Extra-orçamentário, e poderiam ser usados da maneira que a Junta de Governadores entendesse, conforme Artigo XIV, F: "Os excedentes de renda a que se refere o parágrafo E sobre as despesas e custos que ele se mencionam, assim como as contribuições voluntárias feitas à Agência, serão colocados em um fundo geral que poderá ser usado na forma que determinar, a Junta de Governadores com a aprovação da Conferência Geral." As contribuições voluntárias ao Fundo Geral foram solicitadas pela Resolução adotada durante a 150ª reunião plenária da Conferência Geral (GC(XVI)/RES/286), em 27 de setembro de 1971, a qual emenda a Resolução adotada durante a 62ª reunião plenária da Conferência Geral (GC(VI)/RES/100), em 06 de outubro de 1961. O Estatuto da AIEA não prevê aplicação de sanções em caso de atraso no pagamento das contribuições.	
0123	Contribuição à Organização Marítima Internacional - IMO (MD)
Decreto Legislativo nº 53, de 07 de junho de 1977, que aprova o texto da Resolução nº 358, da IX Assembléia Geral da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (OMCI), que aprovou Emendas à Convenção da Organização; Decreto nº 87.458, de 16 de agosto de 1982, que promulga a Resolução; Artigo 41 da Convenção (Contribuição Financeira).	
0128	Contribuição à Organização das Nações Unidas - ONU (MRE)
Decreto-lei nº 7.935, de 3 de setembro de 1945, que aprova a Carta das Nações Unidas; Decreto nº 19.841, de 22 de outubro de 1945, que promulga a Carta; Artigo 17 da Carta (Disposições Financeiras).	
0146	Contribuição ao Fundo do Patrimônio Mundial - FPM (MINC)
Decreto Legislativo nº 74, de 1977, que aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural; Decreto nº 80.978, de 12 de Dezembro de 1977, que promulga a Convenção; Artigo 15 da Convenção (Disposições Financeiras): "3. Os Recursos do Fundo serão constituídos: a) pelas contribuições obrigatórias e pelas contribuições voluntárias dos Estados-Partes na presente Convenção"; Como o Brasil fez ressalva ao Artigo 16, 1, a própria Convenção prevê que: "2. [...] qualquer dos estados a que se refere o artigo 31 ou o artigo 32 da presente Convenção poderá, no momento do depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação ou adesão, declarar que não se obriga pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo. [...] 4. Para que o Comitê esteja em condições de prever suas operações de maneira eficaz, as contribuições dos Estados-Partes na presente Convenção que houverem feito a declaração mencionada no parágrafo 2 do presente artigo terão de ser entregues de modo regular, pelo menos de dois em dois anos, e não deverão ser inferiores às contribuições que teriam de pagar se tivessem se obrigado pelas disposições do parágrafo 1 do presente artigo."	
0186	Contribuição à Organização de Aviação Civil Internacional - OACI (MTPA)
Decreto-Lei nº 7.952, de 11 de setembro de 1945, que aprova a Convenção sobre Aviação Civil Internacional; Decreto nº 21.713, de 27 de agosto de 1946, que promulga a Convenção; Artigo 61 da Convenção (Orçamento e repartição de gastos).	
0190	Contribuição à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - UNFCCC (MCTI)
Decreto Legislativo n.º 1, de 3 de fevereiro de 1994, que aprova a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; Decreto n.º 2.652, de 1 de julho de 1998, que promulga a Convenção-Quadro; Artigo 7º da Convenção (Conferência das Partes). 1. Uma Conferência das Partes é estabelecida por esta Convenção. 2. Como órgão supremo desta Convenção... deve: k) Definir e adotar, por consenso, suas regras de procedimento e regulamento financeiro bem como os de seus órgãos subsidiários." Embora a Convenção não apresente regras de contribuição financeira dos Estados-Partes, traz a previsão de que a Conferência das Partes será responsável por tal regulamento. "Decisão 15/CP.1 - Procedimentos Financeiros - Anexo 1 - 7. Os recursos da Conferência das Partes englobam: a) Contribuições feitas a cada ano pelas Partes, na base de uma escala indicativa, adotada por consenso pela Conferência das Partes..."	
0218	Contribuição à Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS (MS)
Decreto n. 5.693, de 13 de agosto de 1929, que aprova o Código Sanitário Pan-Americano; Decreto nº 19.238, de 10 de junho de 1930, que promulga o Código Sanitário; Artigo 60 do Código Sanitário (Disposições Financeiras); Paracer/MP/CONJUR/FNF/Nº 1245 - 1.10/2009: "Ante o exposto, em resposta à consulta formulada pela Secretaria de Assuntos Internacionais desta Pasta, concluo que: (i) o art. 60 do Código Sanitário Pan-americano, aprovado na Convenção de Havana, em 1924, e promulgado por meio do Decreto nº 19.238, de 1930, pode ser considerado como base legal suficiente para respaldar o pagamento de contribuições regulares para a Organização Pan-Americana de Saúde - OPAS; e (ii) que não há necessidade de submeter ao Congresso Nacional a constituição da OPAS".	

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

0221	Contribuição à Organização Mundial de Saúde - OMS (MS)
Decreto Legislativo nº 6, de 14 de fevereiro de 1948, que aprova os Atos concluídos na Conferência Internacional de Saúde; Decreto nº 26.042, de 17 de dezembro de 1948, que promulga os Atos; Artigo 7º da Constituição da OMS (Disposições Financeiras).	
0265	Indenizações e Restituições relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO (Lei nº 8.171, de 1991)
Leis nº 8.171, de 1991, e Decreto nº 175, de 1991.	
0344	Contribuição à Organização Mundial das Aduanas - OMA (ME)
Decreto Legislativo nº 129, de 2 de dezembro de 1980, que aprova o texto do Convênio de Criação de um Conselho de Cooperação Aduaneira; Decreto nº 85.801, de 10 de março de 1981, que promulga o Convênio; Artigo XII, Inciso b, do Convênio (Disposições Financeiras).	
0420	Contribuição à Organização Mundial de Meteorologia - OMM (MAPA)
Decreto Legislativo nº 11, de 23 de maio de 1949, que aprova a Convenção da Organização Meteorológica Mundial; Decreto nº 28.074, de 04 de maio de 1950, que promulga a Convenção; Artigo 24 da Convenção (Disposições Financeiras).	
0483	Contribuição à Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (MMA)
Decreto Legislativo nº 02, de 03 de fevereiro de 1994, que aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica; Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, que promulga a Convenção; - Decreto nº 5.705, de 16 de fevereiro de 2016, que promulga o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança da Convenção sobre Diversidade Biológica Artigo 23, 3 da Convenção (Disposições Financeiras).	
0539	Contribuição ao Fundo Multilateral de Investimentos - FUMIN (MPOG)
- Decreto Legislativo nº 329, de 18 de julho de 2012, que aprova os Convênios Constitutivo e de Administração do Fundo Multilateral de Investimentos II - FUMIN II. - Decreto nº 7.982, de 8 de abril de 2013, que promulga o Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II. Destacam-se as alíneas b e c do Artigo II - Contribuições ao Fundo: "Artigo II Contribuições ao Fundo (...) 2. Cada País Membro e Membro Associado compromete-se a contribuir anualmente para o orçamento da Organização com a quota que lhe for atribuída pela Conferência. Esta deverá levar em consideração a diferença de status entre Países Membros e Membros Associados, ao determinar as respectivas contribuições." O artigo 4º do Acordo Constitutivo: "Artigo 4º - Recursos Os recursos do Fundo são constituídos por: 1 - subscrições do Banco; 2 - subscrições dos Estados Participantes; 3 – quaisquer outros recursos obtidos pelo Fundo; 4 - quantias resultantes de operações do Fundo ou reincorporadas ao Fundo a quaisquer títulos."	
0541	Contribuição ao Fundo Africano de Desenvolvimento - FAD (MP)
- Decreto Legislativo nº 68, de 23 de novembro de 1973, que aprova o texto do Acordo Constitutivo do Fundo Africano de Desenvolvimento, firmado pela República Federativa do Brasil, pelo Banco Africano de Desenvolvimento, e por outros países em Abidjã, em 29 de novembro de 1972. - Decreto nº 73.678, de 18 de fevereiro de 1974, que promulga o Acordo Constitutivo. Cláusula financeira: Artigo 4 do Acordo Constitutivo: "Artigo 4º - Recursos Os recursos do Fundo são constituídos por: 1 - subscrições do Banco; 2 - subscrições dos Estados Participantes; 3 – quaisquer outros recursos obtidos pelo Fundo; 4 - quantias resultantes de operações do Fundo ou reincorporadas ao Fundo a quaisquer títulos." O artigo 4º do Acordo Constitutivo prevê que os recursos do FIDA consistem em: I) contribuições iniciais; II) contribuições suplementares; III) contribuições especiais de Estados não-membros e de outras fontes; IV) fundos provenientes de operações ou que de outro modo ingressem no Fundo.	
0543	Contribuição ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA (MP)
- Decreto Legislativo nº 65, de 29 de setembro de 1978, que aprova o Acordo Constitutivo do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola, concluído em Roma, a 13 de junho de 1976. - Decreto nº 83.926, de 31 de agosto de 1979, que promulga o referido Acordo. Cláusula financeira: O artigo 4º do Acordo Constitutivo prevê que os recursos do FIDA consistem em: I) contribuições iniciais; II) contribuições suplementares; III) contribuições especiais de Estados não-membros e de outras fontes; IV) fundos provenientes de operações ou que de outro modo ingressem no Fundo.	
0605	Ressarcimento ao Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (Lei nº 9.491, de 1997)
Lei nº 9.491/1997; Decreto nº 2.594/1998.	
0809	Ressarcimento ao Gestor do Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal - FAD (Lei nº 9.069, de 1995)
Lei nº 9.069, de 1995; Lei Complementar nº 101 (art.44), de 2000; Decreto nº 1.312, de 1994	
0867	Contribuição à Secretaria do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL (MRE)
Decreto Legislativo nº 188, de 15 de dezembro de 1995, que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul - Protocolo de Ouro Preto; Decreto nº 1.901, de 9 de maio de 1996, que promulga o Protocolo; Artigo 45 do Protocolo (Disposições Financeiras).	
0868	Contribuição à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA (MRE)
Decreto Legislativo nº 69, de 18 de outubro de 1978, que aprova o texto do Tratado de Cooperação Amazônica; Decreto nº 85.050, de 18 de agosto de 1980, que promulga o Tratado; Decreto Legislativo nº 102, de 28 de outubro de 1999, que aprova o texto do Protocolo de Emenda ao Tratado de Cooperação Amazônica (TCA); Decreto nº 4.387, de 25 de setembro de 2002, que promulga o Protocolo de Emenda ao TCA; Decreto Legislativo nº 44, de 12 de abril de 2006, que aprova o texto do Acordo de Sede entre o Brasil e a OTCA; Decreto nº 5.819, de 26 de junho de 2006, que promulga o Acordo de Sede; Artigo II do Protocolo de Emenda ao TCA (Disposições Financeiras).	
0869	Contribuição à Agência Internacional de Energia Atômica - AIEA (MRE)
Decreto Legislativo nº 24, de 24 de julho de 1957, que aprova o Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica; Decreto nº 42.155, de 27 de agosto de 1957, que promulga o Estatuto; Artigo XIV do Estatuto (Disposições Financeiras).	
0870	Contribuição à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (MRE)
Decreto Legislativo nº 8, de 12 de fevereiro de 1998, que aprova os textos da Declaração Constitutiva e dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Decreto nº 5.002, de 3 de março de 2004, que promulga a Declaração Constitutiva e os Estatutos; Artigo 17 dos Estatutos (Disposições Financeiras).	

0872	Contribuição à Organização Mundial do Comércio - OMC (MRE)
Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, que aprova a Ata Final da Rodada Uruguai de Negociações Comerciais Multilaterais do GATT, as listas de concessões do Brasil na área tarifária (Lista III) e no setor de serviços o texto do Acordo Plurilateral sobre Carne Bovina; Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que promulga a Ata Final; Artigo VII do Acordo Constitutivo da OMC, contido na Ata Final (Disposições Financeiras).	
0873	Contribuição à Organização Internacional do Trabalho - OIT (MRE)
Decreto Legislativo nº 5, de 26 de agosto de 1947, que ratifica os textos da nova Constituição da Organização Internacional do Trabalho e da Convenção sobre a Revisão dos Artigos Finais; Decreto 25.696, de 20 de outubro de 1948, que promulga a Constituição da OIT e a Convenção sobre a Revisão dos Artigos Finais; Artigo 13, nº 3 da Constituição da OIT (Disposições Financeiras).	
0864	Contribuição à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI (MRE)
Decreto Legislativo nº 66, de 16 de novembro de 1981, que aprova o texto do Tratado de Montevideu de 1980; Decreto nº 87.054, de 23 de março de 1982, que promulga o Tratado; Artigo 35 do Tratado (Disposições Financeiras).	
0866	Contribuição à Secretaria Geral Ibero-Americana - SEGIB (MRE)
Decreto Legislativo nº 23, de 1º de fevereiro de 2006, que aprova o texto do Acordo de Santa Cruz de La Sierra Constitutivo da Secretaria-Geral Ibero-Americana; Decreto nº 6.659, de 20 de novembro de 2008, que promulga o Acordo; Artigo 7º do Acordo (Disposições Financeiras).	
0873	Contribuição à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial - UNIDO (MRE)
Decreto nº 92.662, de 16 de maio de 1986, que promulga a Constituição da UNIDO; Decreto Legislativo nº 109, de 04 de novembro de 1980, que aprova a Constituição da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial; Artigo 15 da Constituição da UNIDO (Disposições Financeiras).	
0874	Contribuição à Organização para a Proibição das Armas Químicas - OPAQ (MRE)
Decreto Legislativo nº 9, de 1996, que aprova o texto da Convenção Internacional sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a Destruição das Armas Químicas existentes no mundo; Decreto nº 2.977, de 1 de março de 1999, que promulga a Convenção; Artigo VIII da Convenção (Disposições Financeiras).	
0875	Contribuição ao Tribunal Penal Internacional - TPI (MRE)
Decreto Legislativo nº 112, de 6 de junho de 2002, que aprova o texto do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional; Decreto nº 4.388, de 25 de setembro de 2002, que promulga o Estatuto; Artigo 115 do Estatuto (Disposições Financeiras).	
0C37	Contribuição à Convenção sobre os Poluentes Orgânicos Persistentes - Convenção de Estocolmo (MRE)
Decreto Legislativo nº 204, de 7 de maio de 2004, que aprova o texto da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes; Decreto nº 5.472, de 20 de junho de 2005, que promulga a Convenção; Artigo 19 da Convenção prevê a criação de regras financeiras; Regra 5 do Financial Rules (Disposições Financeiras).	
0C39	Contribuição à Organização Internacional de Madeiras Tropicais - OIMT (MMA)
Decreto Legislativo nº 325, de 14/08/2013 - Aprova o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais. Decreto de Promulgação nº 8.330, de 5/11/2014 - Promulga o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais firmado pela RFB em Genebra, em 27 de janeiro de 2006.	
A previsão de contribuição financeira encontra-se no artigo 19 do Acordo, reproduzido a seguir:	
"Artigo 19	
1. As despesas necessárias para a administração deste Acordo serão efetuadas pela Conta de Gestão e atendidas por contribuições anuais pagas pelos membros, de acordo com seus respectivos procedimentos constitucionais e institucionais, as quais serão fixadas conforme os parágrafos 3, 4 e 5 deste Artigo".	
71104	Remuneração de Agentes Financeiros - Recursos sob Supervisão do Ministér
00M4	Remuneração a Agentes Financeiros
Constituição Federal; Lei nº 4.504, de 1964; Art. 15, da Lei nº 7.998, de 1990; Lei nº 8.029, de 1990; Lei nº 8.212, de 1991; Lei nº 8.213, de 1991; Art. 5º da Lei nº 8.352, de 1991; Lei nº 8.427, de 1992; Lei nº 8.742, de 1993; Lei nº 9.138 de 1995; Lei nº 9.478, de 1997; Lei nº 9.818, de 1999; Lei nº 9.848, de 1999; Lei nº 9.876, de 1999; Art. 8º da Lei nº 10.332, de 2001; Lei nº 13.844 de 2019; Lei nº 10.741, de 2003; Lei nº 10.836, de 2004; Lei nº 10.893, de 2004; Lei nº 11.457, de 2007; Lei nº 11.775, de 2008; Art. 58 da Lei nº 11.941, de 2009; Lei nº 12.114, de 2009; Lei nº 12.187, de 2009; Lei Complementar nº 93, de 1998; Decreto nº 59.428, de 1966; Decreto nº 94.874, de 1987; Decreto nº 366, de 1991; Decreto nº 1.260, de 1994; Decreto nº 1.647, de 1995; Decreto nº 1.785, de 1996; Decreto 1.819 de 1996; Decreto nº 2.762, de 1998; Decreto nº 3.048, de 1999; Art. 12 do Decreto nº 3.737, de 2001; Decreto nº 3.937, de 2001; Decreto nº 4.892, de 2003; Decreto nº 5.209, de 2004; Decreto nº 6263, de 2007; Decreto nº 7.127, de 2010; Decreto nº 7.139, de 2010; Decreto-Lei nº 79, de 1966; Decreto-Lei nº 288, de 1967; Decreto-Lei nº 2.295, de 1986; MP 2.183-56, de 2001; MP nº 2.196-3, de 2001; Resolução BACEN nº 2.787, de 2000; Resolução nº 11, de 2002, do Conselho Gestor do FUNTEEL; Resolução CMN nº 3.176, de 2004; Resolução CMN nº 3.799, de 2009; Portaria nº 6.257, de 1999; Portaria SUFRAMA nº 242, de 2002; Portaria MF nº 95, de 2007; Art. 24 da Instrução Normativa STN/MF nº 01, de 1997; e contrato de prestação de serviços como agente financeiro, entre a União e a CAIXA, para financiamento do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os estados brasileiros – PNAF, firmado na data de 25/04/1997. Lei nº 12.712, de 2012. Lei nº 6.704, de 1979, Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004 e Decreto nº 7.343, de 26/10/2010 e Decreto nº 7.793 de 17/08/2012	
71903	Fundo Social - FS
00JG	Operacionalização do Fundo Social - FS
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	
00JJ	Promoção de Investimentos no Brasil e no Exterior: Fundo Social - FS
Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.	
71904	Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - Recursos sob Supervisão do Ministé

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
0026	Cobertura de Déficit nas Operações de Seguro Rural Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - regulamento da SUSEP e Resolução CNSP nº 339 de 2016 - dispõe sobre FESR
216G	Operacionalização do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural - FESR Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 - regulamento da SUSEP e a Lei nº 13.195, de 25 de novembro de 2015 art. 1 - designando a ABGF como administradora do FESR. Decreto nº 9.078, de 12 de junho de 2017, define a remuneração da ABGF.
71905	Fundo de Garantia à Exportação - Recursos sob Supervisão do Ministério da
0027	Pagamentos no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979; Decreto nº 3.937, de 25 de setembro de 2001; Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999; Art. 770 do Código Civil Brasileiro; Decreto nº 9.745 de 8 de abril de 2019.
73101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
005E	Transferência Temporária a Estados, Distrito Federal e Municípios nos Termos do Acordo nos Autos da ADO nº 25 Projeto de Lei Complementar nº 133, de 2020, que institui transferências obrigatórias da União para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, por prazo ou fato determinado, e declara atendida a regra de cessação contida no § 2º no art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 11 e 18 da LDO.
8567	Auxílios Pecuniários ao Pessoal Ativo Militar dos Extintos Territórios (Lei 10.486/2002, Art.65) Art. 65 da Lei 10.486, de 04/07/2002; Decreto nº. 8.391, de 16 de janeiro de 2015.
74101	Recursos sob Supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional - Ministério da
009J	Subvenção Econômica nos Financiamentos destinados à Reestruturação Produtiva e às Exportações (Lei nº 11.529, de 2007) Lei nº 11.529, de 2007
00QM	Assunção de Riscos das Operações de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995 e nº 10.186, de 2001) Lei nº 8.427, de 1992, Lei nº 9.126, de 1995, e Lei nº 11.775, de 2008.
00RA	Assunção de Riscos das Operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura – PRONAF Grupo A (Lei nº 10.186, de 2001) Lei nº 10.186, de 2001.
00RW	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial destinadas a Empresas Cerealistas (Medida Provisória nº 897, de 2019) Medida Provisória nº 897, art. 43, de 1º de outubro de 2019.
0267	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) Lei nº 10.184 de 2001, Decreto nº 7.710 de 2012 e Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.063 de 2012.
0281	Subvenção Econômica em Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 8.427, de 1992) Lei nº 8.429, de 1965 e Lei nº 8.427, de 1992. PRONAF - Lei nº 10.186, de 2001 e Decreto nº 3.991, de 2001.
0294	Subvenção Econômica nas Operações de Custeio Agropecuário (Lei nº 8.427, de 1992) Lei nº 8.429, de 1965, e Lei nº 8.427, de 1992.
0297	Subvenção Econômica para Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana (Leis nº 9.126, de 1995) Lei nº 8.427 de 1992, Lei nº 9.126 de 1995 e Lei nº 11.775 de 2008.
0298	Subvenção Econômica em Operações de Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) Lei 4.829, de 1965, e Lei nº 8.427, de 1992.
0299	Subvenção Econômica nas Aquisições do Governo Federal e na Formação de Estoques Reguladores e Estratégicos - AGF (Lei nº 8.427, de 1992) Lei nº 8.427, de 1992.
0301	Subvenção Econômica em Operações de Investimento Rural e Agroindustrial (Lei nº 8.427, de 1992) Lei 4.829, de 1965, e Lei nº 8.427, de 1992.
0611	Subvenção Econômica para Operações decorrentes do Alongamento de Dívidas Originárias de Crédito Rural (Leis nº 9.138, de 1995, nº 9.866, de 1999, nº 10.437, de 2002, e nº 11.775, de 2008) Lei nº 9.138, de 1995; Lei nº 9.866, de 1999; MPV nº 2.196-3, de 2001; Lei nº 10.437, de 2002, Lei nº 11.775, de 2008, e Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 2.471, de 1998, nº 2.238, de 1996, nº 2.666, de 1999, nº 2.963, de 2002, e suas respectivas alterações.
0A81	Financiamento de Operações no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (Lei nº 10.186, de 2001) Lei nº 8.429, de 1965, Lei nº 10.186, de 2001, e Decreto nº 3.991, de 2001.
0A84	Financiamento de Operações no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações - PROEX (Lei nº 10.184, de 2001) Lei nº 10.184 de 2001 e Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 2.575, de 1998, e nº 4.335, de 2014.
0E85	Subvenção Econômica em Operações de Financiamento para a Aquisição de Bens e Serviços de Tecnologia Assistiva Destinados a Pessoas com Deficiência (Lei nº 12.613, de 2012) Lei nº 12.613, de 2012.
74102	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
0021	Financiamento para Modernização da Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Resolução 17, de 2001, do Senado Federal que dispõe sobre operações de crédito ao amparo do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM. A LRF, art. 64, estabelece que a União prestará assistência e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das suas normas.
74104	Recursos sob Supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecim
00GW	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar (Lei nº 8.427, de 1992) Lei nº 8.427, de 1992, e Decreto nº 3.991, de 2001.
0300	Subvenção Econômica para Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários (Lei nº 8.427, de 1992) Lei nº 8.427, de 1992.
74201	Recursos sob Supervisão da Superintendência de Seguros Privados/SUSEP -
0461	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Sociedades Seguradoras, Resseguradoras, Entidades de Previdência Complementar Aberta e Capitalização Lei nº 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, art. 26 da Lei Complementar nº 101 (LRF), de 04 de maio de 2000, Decret Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, Decreto-Lei nº 60.459, de 13 de março de 1967, Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 e Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007.
74202	Recursos sob Supervisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar/ANS
0354	Concessão de Empréstimos para Liquidação de Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde (Lei nº 9.961, de 2000) Lei nº 9.961/2000. RN 300/2012; RN 394/2015; RN 316/2012; RN 401/2016; RN 417/2016.
74203	Recursos sob Supervisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Ag
0427	Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas Constituição Federal; Lei nº 4.504/1964, art. 73: MP 2.183/2001; Decreto nº 59.428/1966; Lei nº 8.629/1993; Lei nº 13.001/2014; e Decreto nº 9.424/2018.
74204	Recursos sob Supervisão da Caixa de Construções de Casas para o Pessoal d
00GY	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Marinha Lei nº 188 de 15 de janeiro de 1936 e Decreto nº 2.013 de 26 de setembro de 1996.
74205	Recursos sob Supervisão da Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáu
00JE	Financiamento Imobiliário para o Pessoal da Aeronáutica Lei nº 6.715, de 12 de novembro de 1979 e Decreto nº 84.457, de 31 de janeiro de 1980.
74901	Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafé
0012	Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) Parágrafo único do artigo 70 da Constituição da República Federativa do Brasil; Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000; Decreto-Lei nº 2.295, de 21 de novembro de 1986, regulamentado pelo Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987; Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001; INFORMACÃO/DJC/CIAG nº 764, de 16 de outubro de 2001, da Consultoria Jurídica do MAPA; Regulamentos aprovados pelo CMN ou por delegação de competência. MP 870, de 1º de janeiro de 2019 , Decreto nº 9.667, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 9.699, de 8 de fevereiro de 2019; e Resolução nº 4.715, de 25 de abril de 2019.
0A27	Equalização de Juros nos Financiamentos ao Agronegócio Café (Lei nº 8.427, de 1992) Lei nº 8.427, de 1992; Lei nº11.076, de 2004; Decreto nº 9.667, de 02 de janeiro de 2019, MP nº 870, de 2019; Decreto nº 9.699, de 2019 e Resoluções do Conselho Monetário Nacional.
74902	Recursos sob Supervisão do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensin
00IG	Concessão de Financiamento Estudantil - FIES (Lei nº 10.260, de 2001) CF/88, Título VIII, Capítulo III, seção I; Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei nº 13.005/2014; LDB - Lei nº 9.394/96; Lei nº 10.260/2001 e demais atos normativos do MEC e do FNDE de regulamentação do Programa.
00M2	Integralização de cotas em Fundos de Garantia de Operações de Crédito Educativo Lei nº 10.260/2001; Lei nº 12.087/2009, com a redação dada pela Lei nº 12.385/2011; Lei nº 13.530/2017; Portaria Normativa MEC nº 001/2010, com a redação dada pela Portaria Normativa MEC nº 21/2010.
20RZ	Administração do Financiamento Estudantil - FIES Lei nº 8.666/1993; Lei nº 10.260/2001; Lei nº 12.202/2010; Lei nº 12.513/2011; Lei 13.530/2017; Portaria Interministerial MF/MEC nº 309, de 04/05/2010; e Portaria MEC nº 505, de 16/04/2010.
74904	Recursos sob Supervisão do Fundo da Marinha Mercante/FMM - Ministério
0118	Financiamentos à Marinha Mercante e à Indústria de Construção e Reparação Naval Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004.
74905	Recursos sob Sup. do Fundo p/ Desenv.Tecnol. das Telecomunic./FUNTEL-

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV	
Ação Orçamentária / Base legal	
0505	Financiamento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologias nas Telecomunicações Lei nº 9.472, de 16/07/1997; Lei nº 10.052, de 28/11/2000; Decreto nº 3.737, de 30/01/2001; Resolução do Conselho Gestor do Funtel (CGF) nº 66 de 28/10/2010; Resolução CGF nº 97, de 16/09/2013; Resolução CGF nº 119, de 29/10/2018, Resolução CGF nº 131, de 12/12/2019 e Resolução CGF nº 132, de 12/12/2019.
74906	Recursos sob Supervisão do Fundo de Terras e da Reforma Agrária/Banco d
0061	Concessão de Crédito para Aquisição de Imóveis Rurais e Investimentos Básicos - Fundo de Terras Lei Complementar nº 93/1998; Decreto nº 4.892/2003; Resolução CMN nº 3231/2004 e suas alterações, Resolução CMN nº 3861/2010. Decreto 9667/2019, MP 870/2019 e Decreto 9699/2019.
74908	Recursos sob Supervisão do Fundo Geral de Turismo/FUNGETUR - Ministéri
0454	Financiamento da Infraestrutura Turística Nacional Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008; Decreto nº 9.664, de 02 de janeiro de 2019; Medida Provisória nº 870, de 1 de janeiro de 2019; Portaria nº 36, de 29 de janeiro de 2019; Decreto 10.359, de 20 de maio de 2020.
74910	Recursos sob Sup. do Fundo Nac.de Desenv.Científico e Tecnológico/FNDCT-
0A37	Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Tecnológico de Empresas (Lei nº 11.540, de 2007) Constituição Federal, art. 218.
74912	Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura
006C	Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - (Lei nº 11.437, de 2006) Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007.
0885	Concessão de Financiamento a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313, de 1991) Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006.
202K	Administração dos Investimentos, Financiamentos e Atividades do Fundo Setorial do Audiovisual – Lei nº 11.437, de 2006 Arts. 215 e 216 da Constituição Federal de 1988; Lei nº 11.437/2006; Decreto nº 6.299/2007.
2D07	Administração do Financiamento a Empreendedores Culturais Lei nº 8.313/1991; Decreto nº 5.761/2006.
74916	Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima/FNM
00J4	Financiamento Reembolsável de Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima Lei nº 12.114, de 09 de dezembro de 2009; Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009; Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018.
74917	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/FDA -
0353	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA (Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007) MP nº 2.157-5, de 24 de agosto de 2001; Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Decreto nº 7.839, de 9 de novembro de 2012; Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018.
74918	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste/FDNE
0355	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE (Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007) Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001; Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007; Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Decreto nº 7.838, de 9 de novembro de 2012; Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018.
74919	Recursos sob Supervisão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste/F
0E83	Financiamento de Projetos do Setor Produtivo no âmbito do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO (Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009) Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007; Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009; Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012; Decreto nº 10.152, de 02 de dezembro de 2019; Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014; Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017; Lei 13.682, de 19 de junho de 2018.
75101	Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
00Q3	Assunção e Novação de Dívidas do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000; Art. 44 da Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001; Portarias MF/ME regulamentadoras; Lei nº 10.179 de 6 de fevereiro 2001; Lei de Diretrizes Orçamentárias.
00QE	Regularização de Obrigações Contingentes Reconhecidas pela União • Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei nº 10.179 de 6 de fevereiro 2001 • Leis que geraram e/ou transferiram obrigações financeiras para a União: Arts.13 e 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, de 5 de outubro de 1988; Lei nº 7.862 de 30 de outubro de 1989; Lei nº 8.029 de 12 de abril de 1990; Lei nº 8.897, de 27 de junho de 1994; Lei nº 9.138 de 29 de novembro de 1995; Lei nº 9.617, de 2 de abril de 1998; Lei nº 9.866 de 9 de novembro de 1999; Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002; Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007; • Medida Provisória nº 2.209, de 29 de agosto de 2001; e outras que autorizem a assunção, pela União, de obrigações financeiras. • Regulamentos: Decreto nº 1.647, de 26 de setembro de 1995; Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007; e Portarias do Ministério da Economia.
0243	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Resoluções do Senado Federal nº s: 96/89; 57/95; 67/96; 69/96; 51/97; 23/99; LC 101, de 2000.
0272	Dívidas Internas das Administrações Direta e Indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assumidas pela União (Lei nº 8.727, de 1993) Lei nº 8.727/93; Resolução do Senado Federal nº 43/01, art. 48.
0365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna Leis nºs: 4504/1964 e 10.179/2001; LC 101, de 2000; Decretos nº s: 578/1992 e 3.859/2001
0425	Serviços da Dívida Pública Federal Externa Resoluções do Senado Federal nº s: 96/89; 57/95; 69/96; 51/97; 23/99.
0455	Serviços da Dívida Pública Federal Interna Leis nº s: 10.179/2001; 2.544/1912; 4.504/1964; Decretos nºs:9.292/2018;; 13.691/1919; 578/1992.
81101	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Administração D
0083	Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995) Lei nº 9.140/95, Lei nº 10.536/02 e Lei nº 10.875/04.
0734	Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos Constituição Federal - art. 5º, § 2º; Decreto nº 678/92; Decreto nº 4.463/02; e Decreto nº 4.388/02.
14UF	Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Socioeducativo Constituição Federal de 1988; Lei nº 8069/1990; Decreto nº 9579/2018; Decreto 10.174/2019; Lei nº 12.594/2012.
14XS	Implementação da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres: CArt. 226 Constituição Federal/88; Lei 11.340/2006; Lei 13.104/2015; Decreto nº 8.086/2013; Decreto 10.174/2019.
2000	Administração da Unidade CF 1988; Decreto-Lei 200/1967; Decreto 9.673/2019.
216H	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos Arts. 60-A a 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Art. 12, inciso XXV, Art. 18, inciso XV e § 9º da LDO- 2017.
21AQ	Proteção do direito à vida Constituição Federal de 1988 Lei nº 8.069/1990 Decreto nº 3.518/2000 Decreto nº 6.044/ 2007 Decreto nº 8.154/2013 Decreto nº 99710/1990 Decreto nº. 6.481/2008 Decreto nº. 5.007/2004 Decreto nº. 5.006/2004 Decreto 10.174/2019 Decreto nº 9579/2018 Declaração Universal dos direitos da criança Declaração Universal dos Direitos Humanos Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais Convenção Internacional dos Direitos da Criança , Lei nº 9.807/1999 ,Lei 12.847/2013 (Cria o SNPCT, MNPCT e CNPCT Decreto 6.085/2007 (Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura) Portaria Interministerial MJ e SEDH 02/2010 (Direitos Humanos e Profissionais da Segurança Pública) Portaria Interministerial MJ e SEDH 4226/2010 (Diretrizes para uso adequado da força por profissionais). Decreto 9.937/2019

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

21AR	Promoção e Defesa de Direitos para Todos	21AT	Funcionamento dos Conselhos e Comissões de Direitos
Constituição Federal/88 Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 ,Decreto nº 10.094, de 6 de novembro de 2019 Decreto nº 10.085, de 5 de novembro de 2019 Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 Decreto nº 4.651, de 27 de março de 2003 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 Decreto Legislativo nº 186/2008 Decreto nº 6.949/2009 Decreto nº 3.956/2001 (Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação) Lei 7.853/1989 (Apoio às Pessoas com deficiência) Decreto 3.298/1999 (Regulamentação da Lei 7.853/1989) Lei nº 10.048/2000 Lei nº 10.098/2000 (Atendimento prioritário e promoção da acessibilidade) Decreto 5.296/2004 (Regulamentação das Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000) Lei nº 12.764/2012 Decreto nº 8.368 (Regulamenta a Lei nº 12.764/2012) Lei Complementar nº 142/2013 Decreto nº 8.145/2013 Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014 Lei nº13.146/2015 Decreto de 27/04/2016 Decreto nº 7.388/2010 (Decreto do Conselho Nacional de Combate à Discriminação) Decreto s/nº de 4/6/2010 (Dia Nacional de Combate à Homofobia) Lei nº 8.842/94 (Lei da Política Nacional do Idoso - PNI) Decreto nº 1.948/96 (Regulamento da PNI) Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) Decreto nº 5.109/2004 (Decreto do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso) Decreto nº 8.114/2013 (Decreto do Compromisso Nacional pelo Envelhecimento Ativo) Lei nº 11.433/2006 (Lei do Dia Nacional da Pessoa Idosa) Lei nº 12.213/2010 (Lei do Fundo Nacional do Idoso) Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010 Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013 Decreto nº 8.537, de 05 de outubro de 2015 Decreto 9.673, de 02 de janeiro de 2019 Lei nº 8.069/90 Lei nº 9.807/99 Decreto nº 3.518/00 Decreto nº 6.044 de 2007 Decreto nº 8.154/2013 Lei nº 9.807/99 Lei nº 8.842/94 Lei nº 10.741/03 Lei nº 9.140/95 Lei nº 10.536/02 Lei nº 6.015/73 Decreto nº 3.518/00 Decreto nº 6.980/09 Decreto nº 6.289/2007 Decreto nº 7.053/2009 Decreto nº 5.390 de 08 de março de 2005 Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013 Lei complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005 Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 Lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985 Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 Decreto 10.174/2019.Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 (Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3) Portaria nº 2.943, de 3 de dezembro de 2019 (Composição Conselho 2019/2021) Decreto nº 9.494, de 6 de setembro de 2018 (Altera o Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso) Lei nº 8069/1990 Decreto nº 9579/2018 . Resolução n.º 139, de 15 de março de 2011, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das nações Unidas - Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH); art. 4º Pacto de São José de Costa Rica, Decreto nº 678/1992. Lei nº 13.798/19. Lei nº 13.812/2019. Decreto Legislativo nº 186/2008; Decreto nº 6.949/2009; Lei 7.853/1989; Decreto 3.298/1999; Lei nº 10.048/2000; Lei nº 10.098/2000; Decreto nº 5.296/2004; Decreto nº 8.368/2014; Lei Complementar nº 142/2013; Decreto nº 8.145/2013; Lei nº 12.933/2013; Lei nº 12.955/2014; Lei nº13.146/2015; Decreto nº 10.094/2019; Decreto nº 10.085/2019; Decreto nº 10.174/2019.	Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010 Decreto nº 8.136, de 05 de novembro de 2013 Lei nº 12.986/2014 Lei 11.129, de 30 de 30 de junho de 2005 Decreto nº 9.024, de 05 de abril de 2017 Lei nº 13.844, de 01 de janeiro de 2019 Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3 Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, atualizado pelo Decreto nº 7.177 de 2010 Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002 Portaria nº 858, de 13 de maio de 2008 Portaria nº 203, de 09 de fevereiro de 2010 Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017 Portaria nº 29, de 15 de janeiro de 2018 Decreto nº 10.177/ 2019,Decreto 10.174/2019,Decreto nº 4.885/2003 - CNPIR / SNPIR Decreto nº 8.750/2016 - CNPCT / SNPIR, Lei nº 12.986, de 02 de junho de 2014, Lei nº 9.140/95, Lei nº 10.536/02 e Lei nº 10.875/04 Decreto nº 10.177, de 16 de dezembro de 2019 Decreto nº 9.887, de 27 de junho de 2019 (Dispõe sobre a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo) Lei 12.847/2013 (Cria o SNPCT, MNPCT e CNPCT) Decreto 8.154/2013 (Regulamenta a Lei 12.847/2013) Decreto 6.085/2007 (Promulga o Protocolo Facultativo à Convenção Contra Tortura).Decreto nº 10.177/2019; Decreto nº 10.174/2019		
21AU	Operacionalização e Aperfeiçoamento do Sistema Integrado Nacional de Direitos Humanos - SINDH	Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 Decreto nº 5.390 de 08 de março de 2005 Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013 Lei complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005 Art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994 Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 Lei Maria da Penha Lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985 Decreto nº 6.412 de 25 de março de 2008 Portaria Interministerial nº 210 de 16 de janeiro de 2014 Portaria Interministerial nº 288 de 25 de março de 2015 Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 Constituição Federal - Art. 204 e 227 Lei Federal nº 8.069, de 13/06/90 Decreto nº. 8.162/2013 Decreto 10.174/2019.	
4641	Publicidade de Utilidade Pública	Art. 37 da Constituição Federal de 1988; Art. 3º, inciso III, do Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019; Decreto nº 6.555, de 8 de setembro de 2008; Instruções normativas da Secretaria Especial de Comunicação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República - Secom: 1. Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017 que dispõe sobre a conceituação das ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências; 2. Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018, que disciplina a publicidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal e dá orientações complementares; 3. Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018, que disciplina as licitações e os contratos de serviços de publicidade prestados por intermédio de agência de propaganda a órgão ou entidade do Poder Executivo federal; Lei nº 13.844, de 2019.	
81901	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA		
21AS	Fortalecimento da Família		
Declaração Universal dos direitos da criança Declaração Universal dos Direitos Humanos Constituição Federal - arts. 204, 226, 227, 229 e 230 Lei nº 8069/90 Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990 Portaria MDS Nº 222, de 30 de junho de 2008 Decreto nº. 6.481/2008 Decreto nº. 5.007/2004 Decreto nº. 5.017/2004 Decreto nº. 5.006/2004 Decreto nº 9.579/2018 Decreto nº 10.174/2019; art. 4º Pacto de São José de Costa Rica, Decreto nº 678/1992			

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

PLDO-2021, Art. 9º, inciso IV

Ação Orçamentária / Base legal

21AR	Promoção e Defesa de Direitos para Todos	21AR	Promoção e Defesa de Direitos para Todos
Constituição Federal/88 Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 ,Decreto nº 10.094, de 6 de novembro de 2019 Decreto nº 10.085, de 5 de novembro de 2019 Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 Decreto nº 4.651, de 27 de março de 2003 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 Decreto Legislativo nº 186/2008 Decreto nº 6.949/2009 Decreto nº 3.956/2001 (Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação) Lei 7.853/1989 (Apoio às Pessoas com deficiência) Decreto 3.298/1999 (Regulamentação da Lei 7.853/1989) Lei nº 10.048/2000 Lei nº 10.098/2000 (Atendimento prioritário e promoção da acessibilidade) Decreto 5.296/2004 (Regulamentação das Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000) Lei nº 12.764/2012 Decreto nº 8.368 (Regulamenta a Lei nº 12.764/2012) Lei Complementar nº 142/2013 Decreto nº 8.145/2013 Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014 Lei nº13.146/2015 Decreto de 27/04/2016 Decreto nº 7.388/2010 (Decreto do Conselho Nacional de Combate à Discriminação) Decreto s/nº de 4/6/2010 (Dia Nacional de Combate à Homofobia) Lei nº 8.842/94 (Lei da Política Nacional do Idoso - PNI) Decreto nº 1.948/96 (Regulamento da PNI) Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) Decreto nº 5.109/2004 (Decreto do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso) Decreto nº 8.114/2013 (Decreto do Compromisso Nacional pelo Envelhecimento Ativo) Lei nº 11.433/2006 (Lei do Dia Nacional da Pessoa Idosa) Lei nº 12.213/2010 (Lei do Fundo Nacional do Idoso) Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010 Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013 Decreto nº 8.537, de 05 de outubro de 2015 Decreto 9.673, de 02 de janeiro de 2019 Lei nº 8.069/90 Lei nº 9.807/99 Decreto nº 3.518/00 Decreto nº 6.044 de 2007 Decreto nº 8.154/2013 Lei nº 9.807/99 Lei nº 8.842/94 Lei nº 10.741/03 Lei nº 9.140/95 Lei nº 10.536/02 Lei nº 6.015/73 Decreto nº 3.518/00 Decreto nº 6.980/09 Decreto nº 6.289/2007 Decreto nº 7.053/2009 Decreto nº 5.390 de 08 de março de 2005 Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013 Lei complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005 Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 Lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985 Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 Decreto 10.174/2019.Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 (Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3) Portaria nº 2.943, de 3 de dezembro de 2019 (Composição Conselho 2019/2021) Decreto nº 9.494, de 6 de setembro de 2018 (Altera o Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso)		Constituição Federal/88 Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003 ,Decreto nº 10.094, de 6 de novembro de 2019 Decreto nº 10.085, de 5 de novembro de 2019 Decreto nº 10.174, de 13 de dezembro de 2019 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) Lei nº 10.678, de 23 de maio de 2003 Decreto nº 4.651, de 27 de março de 2003 Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003 Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002 Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 Decreto Legislativo nº 186/2008 Decreto nº 6.949/2009 Decreto nº 3.956/2001 (Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação) Lei 7.853/1989 (Apoio às Pessoas com deficiência) Decreto 3.298/1999 (Regulamentação da Lei 7.853/1989) Lei nº 10.048/2000 Lei nº 10.098/2000 (Atendimento prioritário e promoção da acessibilidade) Decreto 5.296/2004 (Regulamentação das Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000) Lei nº 12.764/2012 Decreto nº 8.368 (Regulamenta a Lei nº 12.764/2012) Lei Complementar nº 142/2013 Decreto nº 8.145/2013 Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 Lei nº 12.955, de 5 de fevereiro de 2014 Lei nº13.146/2015 Decreto de 27/04/2016 Decreto nº 7.388/2010 (Decreto do Conselho Nacional de Combate à Discriminação) Decreto s/nº de 4/6/2010 (Dia Nacional de Combate à Homofobia) Lei nº 8.842/94 (Lei da Política Nacional do Idoso - PNI) Decreto nº 1.948/96 (Regulamento da PNI) Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) Decreto nº 5.109/2004 (Decreto do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso) Decreto nº 8.114/2013 (Decreto do Compromisso Nacional pelo Envelhecimento Ativo) Lei nº 11.433/2006 (Lei do Dia Nacional da Pessoa Idosa) Lei nº 12.213/2010 (Lei do Fundo Nacional do Idoso) Lei 11.129, de 30 de junho de 2005 Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010 Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013 Decreto nº 8.537, de 05 de outubro de 2015 Decreto 9.673, de 02 de janeiro de 2019 Lei nº 8.069/90 Lei nº 9.807/99 Decreto nº 3.518/00 Decreto nº 6.044 de 2007 Decreto nº 8.154/2013 Lei nº 9.807/99 Lei nº 8.842/94 Lei nº 10.741/03 Lei nº 9.140/95 Lei nº 10.536/02 Lei nº 6.015/73 Decreto nº 3.518/00 Decreto nº 6.980/09 Decreto nº 6.289/2007 Decreto nº 7.053/2009 Decreto nº 5.390 de 08 de março de 2005 Decreto nº 7.959 de 13 de março de 2013 Lei complementar nº 119, de 19 de outubro de 2005 Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006 Lei nº 7.353 de 29 de agosto de 1985 Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015 Decreto 10.174/2019.Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 (Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3) Portaria nº 2.943, de 3 de dezembro de 2019 (Composição Conselho 2019/2021) Decreto nº 9.494, de 6 de setembro de 2018 (Altera o Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004, para dispor sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso)	
81902	Fundo Nacional do Idoso - FNI		